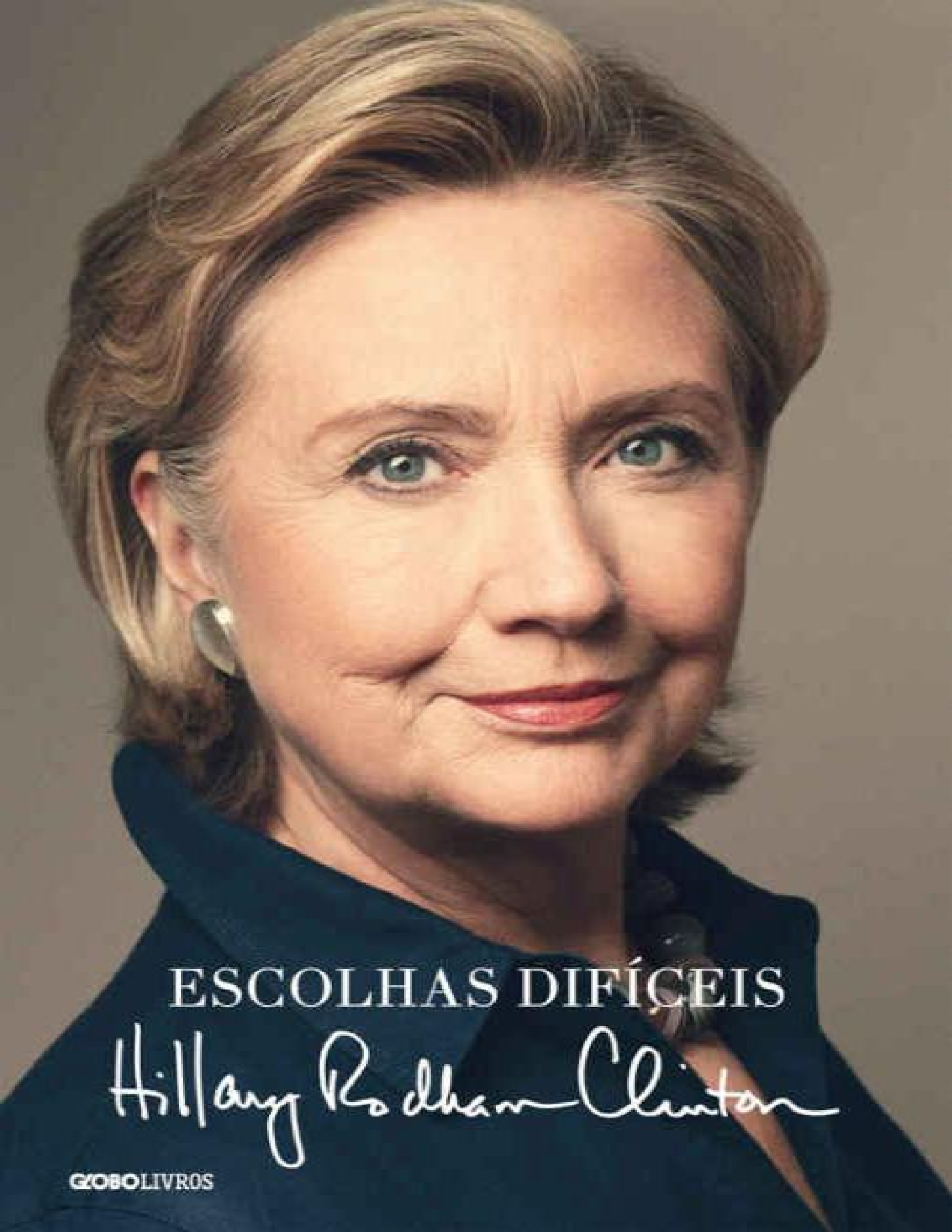

ESCOLHAS DIFÍCEIS
Hillary Rodham Clinton
GLOBOLIVROS

Hillary Rodham Clinton

Escolhas difíceis

Tradução: George Schlesinger

GLOBOLIVROS

Copyright © 2016 Editora Globo S. A. para a presente edição
Copyright © 2014 by Hillary Rodham Clinton

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida — em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. — nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Publicado sob acordo com a editora original, Simon & Schuster, Inc.

Texto fixado conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto Legislativo nº 54, de 1995).

Título original: *Hard Choices*

Editora responsável: Amanda Orlando
Editora assistente: Elisa Martins
Editor digital: Erick Santos Cardoso
Preparação de texto: Maira Parula
Revisão: Huendel Viana, Camile Mendrot e Laila Guilherme
Indexação: Luciano Marchiori
Diagramação: Crayon Editorial
Design de capa: Jackie Seow
Foto de capa: Norman Jean Roy/Trunk Archive
Adaptação de capa e caderno de fotos: Gisele Baptista de Oliveira

1ª edição, 2016

cip-brasil. catalogação na publicação
sindicato nacional dos editores de livros, rj

C572e

Clinton, Hillary Diane Rodham, 1947-
Escolhas difíceis / Hillary Clinton ; tradução George Schlesinger. - 1. ed. - São Paulo : Globo, 2016.
il.

Tradução de: Hard choices
ISBN 978-85-250-6265-9

1. Clinton, Hillary Diane Rodham, 1947 -- Narrativas pessoais. 2. Estadistas - Estados Unidos - Biografia. 3. Estados Unidos - relações exteriores. I. Título.

15-28662 CDD: 923.173
CDU: 923.32(73)

Direitos de edição em língua portuguesa para o Brasil
adquiridos por Editora Globo S. A.
Av. Nove de Julho, 5229 — 01407-907 — São Paulo — SP
www.globolivros.com.br

Sumário

Capa
Folha de rosto
Créditos
Epígrafe
Nota da autora
Mapa
Primeira parte - Um novo começo
  1 - 2008: Time de rivais
  2 - Foggy Bottom: Poder inteligente
Segunda parte - Do outro lado do Pacífico
  3 - Ásia: O pivô
  4 - China: Águas inexploradas
  5 - Beijing: O dissidente
  6 - Birmânia: A dama e os generais
Terceira parte - Guerra e paz
  7 - Af-Paq: Escalada
  8 - Afeganistão: Para terminar uma guerra
  9 - Paquistão: Honra nacional
Quarta parte - Entre a esperança e a história
  10 - Europa: Laços que atam
  11 - Rússia: Reinício e retrocesso
  12 - América Latina: Democratas e demagogos
  13 - África: Armas ou crescimento?
Quinta parte - Sublevação
  14 - O Oriente Médio: O acidentado caminho da paz
  15 - A Primavera Árabe: Revolução
  16 - Líbia: Todas as medidas necessárias
  17 - Bengasi: Sob ataque
  18 - Irã: Sanções e segredos
  19 - Síria: Um problema traiçoeiro
  20 - Gaza: Anatomia de um cessar-fogo
Sexta parte - O futuro que queremos
  21 - Mudança climática: Estamos todos juntos nessa
  22 - Empregos e energia: Um campo de jogo nivelado
  23 - Haiti: Desastre e desenvolvimento
  24 - Política do século xxi: Diplomacia digital em um mundo em rede
  25 - Direitos humanos: Uma tarefa inacabada
Epílogo
Créditos das fotos
Caderno de fotos
Notas

Para os diplomatas e especialistas em desenvolvimento dos Estados Unidos, que representam tão bem nosso país e nossos valores em lugares grandes e pequenos, pacíficos e perigosos pelo mundo inteiro.

e

Em memória de meus pais: Hugh Ellsworth Rodham (1911-1993), Dorothy Emma Howell Rodham (1919-2011).

Nota da autora

Todos nós enfrentamos escolhas difíceis na vida. Alguns enfrentam mais do que lhes cabe. Precisamos decidir como equilibrar as exigências do trabalho e da família. Cuidar de uma criança doente ou de um pai ou mãe que envelhece. Descobrir como pagar a faculdade. Achar um bom emprego e o que fazer quando se perde o emprego. Se vamos casar — ou continuar casados. Como dar aos nossos filhos as oportunidades com as quais sonham e que merecem. A vida consiste em fazer tais escolhas. Nossas escolhas e como lidamos com elas definem o tipo de pessoa que nos tornamos. Para líderes e nações, podem significar a diferença entre guerra e paz, miséria e prosperidade.

Sou eternamente grata por ter sido criada por pais amorosos que sempre me apoiaram, num país que me ofereceu toda bênção e oportunidade — fatores fora do meu controle que criaram condições para a vida que levei e os valores e a fé que abracei. Quando escolhi deixar a carreira de jovem advogada em Washington e mudar-me para o Arkansas para me casar com Bill e começar uma família, meus amigos perguntaram: "Você ficou louca?". Ouvi perguntas semelhantes quando assumi a reforma do sistema de saúde como primeira-dama, quando concorri para a nomeação democrata e quando aceitei a oferta do presidente Barack Obama para representar nosso país como secretária de Estado.

Ao tomar tais decisões, escutei tanto o meu coração quanto a razão. Segui meu coração para o Arkansas; ele explodiu de amor com o nascimento da nossa filha, Chelsea; e doeu com as perdas do meu pai e da minha mãe. A razão me exortou a seguir adiante na minha educação e nas escolhas profissionais. E meu coração e a razão, juntos, me mandaram para o serviço público. Ao longo do caminho, tentei não cometer o mesmo erro duas vezes, tentei aprender, adaptar-me e rezar pela sabedoria de fazer escolhas melhores no futuro.

O que vale para a nossa vida do dia a dia também vale para os altos escalões do governo. Manter os Estados Unidos em segurança, um país forte e próspero, apresenta um interminável conjunto de escolhas, muitas das quais nos chegam com informações incompletas e imperativos conflitantes. Talvez o exemplo mais famoso dos meus quatro anos como Secretária de Estado tenha sido a ordem do presidente Obama de enviar uma equipe de SEALs da Marinha numa noite escura no Paquistão para trazer Osama bin Laden à justiça. Os principais assessores do presidente estavam divididos. As informações eram convincentes, mas longe de definitivas. Os riscos de fracasso eram assustadores. Era uma aposta importante para a segurança nacional americana, para nossa luta contra a Al-Qaeda e a nossa relação com o Paquistão. Acima de tudo, a vida daqueles corajosos SEALs e dos pilotos dos helicópteros estava na balança. Foi uma das mais apuradas e corajosas demonstrações de liderança que já vi.

Este livro trata das escolhas que eu fiz como Secretária de Estado e das escolhas do presidente Obama e de outros líderes mundiais. Alguns capítulos falam de acontecimentos que chegaram às manchetes; outros, da linha das tendências que continuarão a definir o nosso mundo para gerações futuras.

É claro que algumas escolhas, personagens, países e acontecimentos não estão incluídos aqui. Para dar-lhes todo o espaço que merecem, eu necessitaria de muito mais páginas. Poderia encher um livro inteiro só com agradecimentos aos talentosos e dedicados colegas nos quais me apoiei no Departamento de Estado. Tenho imensa gratidão pelo serviço que prestaram e por sua amizade.

Como Secretária de Estado, eu dividia nossas escolhas e nossos desafios em três categorias: os problemas que herdamos, inclusive duas guerras e uma crise financeira global; os novos, e muitas vezes inesperados, acontecimentos e as ameaças emergentes, desde as areias movediças do Oriente Médio, passando pelas turbulentas águas do Pacífico até o terreno desconhecido do ciberespaço; e as oportunidades apresentadas por um mundo cada vez mais em rede que poderiam ajudar a assentar as fundações para a prosperidade e a liderança americanas no século XXI.

Abordei meu trabalho com confiança nas resistentes forças e propósitos do nosso país e com humildade em relação a tudo aquilo que permanece além do nosso conhecimento e controle. Trabalhei para reorientar a política externa americana em torno do que chamo de "poder inteligente". Para ter êxito no século XXI, precisamos integrar os instrumentos tradicionais de política externa — diplomacia, assistência ao desenvolvimento e força militar —, ao mesmo tempo fazendo uso da energia e das ideias do setor privado e dando mais poder aos cidadãos, especialmente os ativistas, organizadores e solucionadores de problemas daquilo que chamamos de sociedade civil, de modo a fazer frente aos seus próprios desafios e definir seu futuro. Precisamos usar todas as forças dos Estados Unidos para construir um mundo com mais parceiros e menos adversários, mais responsabilidade comum e menos conflitos, mais empregos bons e menos pobreza, uma prosperidade com base mais ampla e com menos danos ao nosso meio ambiente.

Colhendo os benefícios de uma retrospectiva, gostaria de voltar no tempo e rever certas escolhas. Mas estou orgulhosa do que conseguimos. Este século começou de maneira traumática para o nosso país, com os ataques terroristas de Onze de Setembro, as longas guerras que se seguiram e a Grande Recessão. Era preciso que nos saíssemos melhor, e acredito que tenhamos conseguido.

Estes anos também foram para mim uma jornada pessoal, tanto no sentido literal (acabei visitando 112 países e viajando quase 1,5 milhão de quilômetros) quanto no figurado, partindo do doloroso final de campanha de 2008 para uma inesperada amizade e parceria com meu ex-rival Barack Obama. De um modo ou de outro, tenho servido ao nosso país durante décadas. Contudo, durante meus anos como secretária de Estado, aprendi ainda mais sobre os nossos excepcionais pontos fortes e sobre o que será necessário para competirmos e prosperarmos em casa e no exterior.

Espero que este livro seja útil a qualquer um que queira saber o que os Estados Unidos representaram nos primeiros anos do século XXI, bem como a maneira como a administração Obama enfrentou grandes desafios numa época arriscada.

Com certeza, minhas opiniões e experiências hão de ser minuciosamente examinadas pelos que acompanham a eterna novela de Washington — quem tomou que lado, quem se opôs a quem, quem ficou por cima e quem ficou por baixo; no entanto, não foi para eles que escrevi este livro.

Eu o escrevi para os americanos e para todos aqueles, em qualquer lugar, que estejam tentando dar sentido a este nosso mundo em rápida transformação, aqueles que queiram entender como líderes e nações podem trabalhar juntos e por que às vezes colidem, e como suas decisões afetam toda a nossa vida: como uma economia em colapso em Atenas, na Grécia, afeta os negócios em Athens, na Geórgia. Como uma revolução no Cairo, no Egito, causa impacto na vida em Cairo, em Illinois. O que um tenso encontro diplomático em São Petersburgo, na Rússia, significa para famílias de St. Petersburg, na Flórida.

Nem todas as histórias deste livro têm um final feliz, às vezes nem sequer têm um final —

esse não é o mundo em que vivemos —, mas todas elas são histórias sobre pessoas com quem podemos aprender, quer concordemos com elas ou não. Ainda há heróis por aí: negociadores da paz que perseveraram quando o sucesso parecia impossível, líderes que ignoraram a política e a pressão para tomar decisões difíceis, homens e mulheres com a coragem de deixar o passado para trás e criar um futuro novo e melhor. Essas são algumas das histórias que conto.

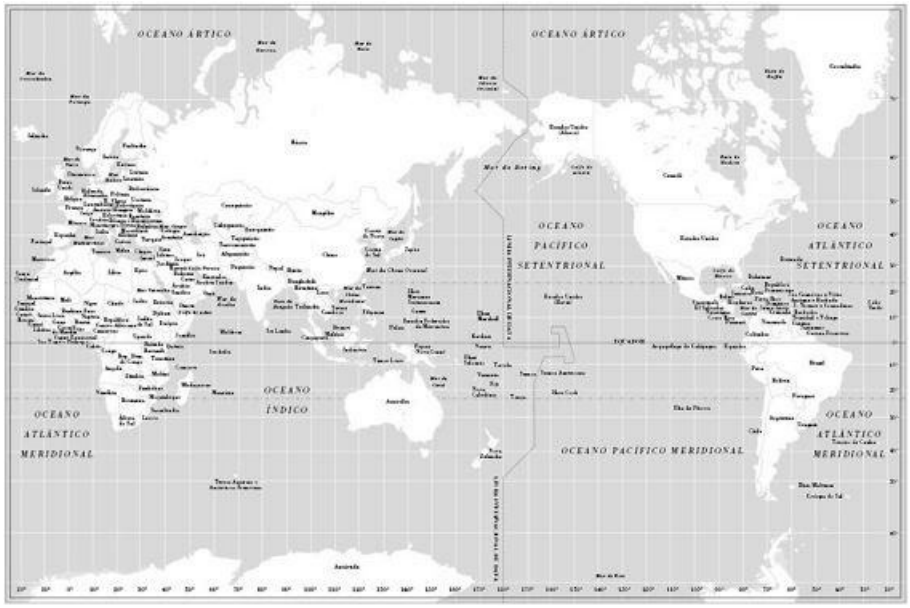
Escrevi este livro para homenagear os excepcionais diplomatas e especialistas em desenvolvimento que tive a honra de conduzir como 67ª secretária de Estado. Escrevi este livro para qualquer um, em qualquer lugar, que esteja se perguntando se os Estados Unidos ainda têm o que é necessário para liderar. Para mim, a resposta é um sonoro "sim". Falar do declínio americano já virou lugar-comum, mas a minha fé no nosso futuro nunca foi maior. Mesmo havendo poucos problemas no mundo de hoje que os Estados Unidos possam resolver sozinhos, há ainda menos problemas que possam ser resolvidos sem os Estados Unidos. Tudo que tenho feito e visto convenceu-me de que os Estados Unidos continuam sendo a "nação indispensável". No entanto, estou igualmente convencida de que a nossa liderança não é um direito inato. Ela deve ser conquistada por cada geração.

E o será — enquanto permanecermos fiéis aos nossos valores e lembrarmos que, antes de sermos republicanos ou democratas, liberais ou conservadores, ou qualquer um dos outros rótulos que nos dividem com a mesma frequência que nos definem, nós somos americanos, todos com um interesse pessoal em nosso país.

Quando comecei este livro, pouco depois de deixar o Departamento de Estado, considerei inúmeros títulos. Felizmente, o *Washington Post* pediu aos seus leitores para enviar sugestões. Um deles propôs "It Takes a World", uma sequência adequada do meu livro *It Takes a Village* [É tarefa de uma aldeia inteira]. Meu favorito foi "The Scrunchie Chronicles: 112 Countries and It's Still All About My Hair" [Crônicas do *scrunchie*: 112 países e tudo ainda se resume ao meu cabelo].

No final, o título que melhor capta minhas experiências no alto escalão da diplomacia internacional, bem como meus pensamentos e sentimentos sobre o que será necessário para assegurar a liderança americana para o século XXI, é *Escolhas difíceis*.

Só uma coisa para mim nunca foi uma escolha difícil: servir o nosso país. Tem sido a maior honra da minha vida.


OCEANO ÁRTICO
OCEANO ÁRTICO
OCEANO PACÍFICO SETENTRIONAL
OCEANO ATLÁNTICO SETENTRIONAL
OCEANO ÍNDICO
OCEANO ATLÁNTICO MERIDIONAL
OCEANO PACÍFICO MERIDIONAL
OCEANO ATLÁNTICO MERIDIONAL

Primeira parte

Um novo começo

1

2008: Time de rivais

Que raios estava eu fazendo deitada no banco traseiro de uma minivan azul com vidros escurecidos? Boa pergunta. Estava tentando sair de casa em Washington, D.C., sem ser vista pelos repórteres acampados no portão.

Era começo da noite do dia 5 de junho de 2008, e eu estava me dirigindo a uma reunião secreta com Barack Obama — não aquela pela qual esperara e ansiara poucos meses antes. Eu tinha perdido e ele, ganhado. Ainda não houvera tempo de absorver essa realidade. Mas lá estávamos nós. As primárias da campanha presidencial foram históricas por causa da sua raça e do meu gênero, mas também foram extenuantes, acaloradas, longas e os resultados apertados. Eu estava decepcionada e exausta. Trabalhei com afinco na campanha até o fim, mas Barack ganhara e então era hora de apoiá-lo. As causas e as pessoas que motivaram minha campanha, os americanos que tinham perdido emprego e assistência médica, que não podiam pagar por gasolina, comida ou faculdade, que haviam se sentido invisíveis para o governo nos sete anos anteriores, agora dependiam de Barack, que vinha a ser o 44º presidente dos Estados Unidos.

Isso não seria fácil para mim, nem para o meu staff e as pessoas que me apoiaram e deram tudo de si. Para ser justa, tampouco seria fácil para Barack e aqueles que o apoiavam. Sua equipe de campanha era tão desconfiada e cautelosa em relação a mim e minha equipe quanto nós éramos em relação a eles. Houve uma retórica áspera e sentimentos feridos de ambos os lados, e, apesar de muita pressão dos seus militantes, eu havia me recusado a desistir até a contagem do último voto.

Barack e eu tínhamos conversado dois dias antes, tarde da noite, após as primárias finais em Montana e na Dakota do Sul. “Vamos conversar quando fizer sentido para você”, disse ele. No dia seguinte, nossos caminhos se cruzaram nos bastidores de uma conferência há muito programada para o Comitê Americano-Israelense de Assuntos Públicos, em Washington. Ainda que com um pouco de constrangimento, o encontro deu a nossos assessores próximos a oportunidade de começar a discutir detalhes sobre a reunião. Do meu lado, foi a chefe do meu staff que sempre viajava comigo, Huma Abedin, mulher jovem e graciosa, hábil e incansável, que trabalhava comigo desde os meus tempos na Casa Branca. Do lado de Obama, foi Reggie Love, ex-jogador de basquete pela Universidade de Duke, que raramente saía do lado de Obama. Huma e Reggie haviam deixado aberto um canal de comunicação mesmo durante os dias mais intensos da campanha, uma espécie de linha de emergência, em parte porque depois de cada primária, não importava quem ganhasse, ou Barack ou eu nos telefonávamos para reconhecer o resultado e dar congratulações. Trocávamos telefonemas cordiais, às vezes até descontraídos, pois pelo menos um dos dois tinha motivos para estar de bom humor. Mas houve também alguns telefonemas secos, só para cumprir a rotina. Depois de um jogo disputado, os treinadores dos times se cumprimentam no campo, mas nem sempre se abraçam.

Precisávamos de um lugar longe dos holofotes da mídia para nos encontrar e conversar, então liguei para a minha boa amiga, a senadora Dianne Feinstein da Califórnia, e perguntei se podíamos usar sua casa em Washington. Eu tinha estado lá antes e achei que funcionaria bem para podermos chegar e sair sem chamar a atenção. O estratagema deu certo. Eu me ajeitei no

banco traseiro quando fizemos a curva fechada no fim da minha rua entrando na avenida Massachusetts, e lá estava eu, a caminho.

Cheguei primeiro. Quando Barack chegou, Dianne ofereceu a cada um de nós uma taça de Chardonnay da Califórnia e aí nos deixou a sós na sala de estar, sentados em poltronas confortáveis, um diante do outro na frente da lareira. Apesar dos nossos embates no último ano, havíamos desenvolvido um respeito mútuo que tinha raízes nas nossas experiências comuns. Concorrer à presidência é algo que exige intelectualmente, extenua emocionalmente e esgota fisicamente. Porém, por mais louca que possa ser uma campanha nacional, é a nossa democracia em ação, mesmo com todos os seus percalços. Ter visto isso de perto nos ajudou a apreciar um ao outro por ter entrado "na arena", como dizia Theodore Roosevelt, e ido até o fim.

Na época desse nosso encontro, eu conhecia Barack havia quatro anos, dois dos quais passamos em debates. Como muitos americanos, fiquei impressionada com o seu discurso na Convenção Democrata de 2004, em Boston. Mais cedo naquele mesmo ano, apoiei sua campanha para o Senado organizando um evento de arrecadação de fundos na nossa casa em Washington e participando de outro em Chicago. No meu gabinete no Senado, para surpresa de muitos, à medida que o tempo ia passando, eu guardava uma foto minha com ele, Michelle e as filhas tirada naquele evento em Chicago. A foto estava onde eu a deixara quando retornei ao Senado em tempo integral após as primárias. Como colegas, havíamos trabalhado juntos em diversas prioridades e legislação comuns. Depois do furacão Katrina, Bill e eu convidamos Barack a juntar-se a nós em Houston com o presidente George H. W. Bush e Barbara Bush para visitarmos os desabrigados pela tormenta e nos reunirmos com funcionários da gestão de emergências.

Ambos éramos advogados que tiveram seu início como ativistas da justiça social. No começo da minha carreira trabalhei para o Fundo de Defesa da Criança, registrei eleitores hispânicos no Texas e representei pessoas carentes com meus serviços de assistência jurídica. Barack foi organizador comunitário na zona sul de Chicago. Tínhamos histórias e experiências pessoais muito diferentes, mas compartilhávamos da antiquada ideia de que o serviço público é uma tarefa nobre, e acreditávamos profundamente na promessa fundamental do Sonho Americano: não importa quem você seja nem de onde veio, se trabalhar duro e jogar conforme as regras, você deve ter a oportunidade de construir uma vida boa para si e para sua família.

Mas campanhas baseiam-se em ressaltar diferenças, e as nossas não foram exceção. Apesar da nossa concordância geral na maioria dos assuntos, encontramos razões de sobra para discordar e explorar qualquer abertura para salientar um contraste. E, embora eu entendesse que campanhas políticas de alto risco não fossem para os que têm coração fraco ou pele macia, tanto Barack quanto eu e nossos staffs tínhamos uma longa lista de reclamações. Era hora de limpar o ar. Tínhamos uma Casa Branca para ganhar, e era importante para o país, e para mim pessoalmente, seguir adiante.

Fitamo-nos mutuamente como dois adolescentes num embaraçoso primeiro encontro, tomando alguns goles de Chardonnay. Finalmente Barack quebrou o gelo cutucando-me um pouco por causa da campanha dura que eu tinha feito contra ele. Então pediu a minha ajuda para unir nosso partido e ganhar a presidência. Ele queria que nós dois aparecêssemos juntos logo e queria que a Convenção Democrata em Denver estivesse unificada e energizada. Enfatizou que também queria a ajuda de Bill.

Eu já tinha resolvido que concordaria com seu pedido de ajuda, mas também precisava abordar alguns dos momentos desagradáveis do ano anterior. Nenhum de nós tivera controle total sobre tudo que se dizia ou se fazia nas nossas campanhas, muito menos por parte dos nossos

militantes mais fervorosos ou pela imprensa política, incluindo uma enorme horda de blogueiros. Comentários de ambos os lados, inclusive alguns meus, haviam sido tirados de contexto, mas a disparatada acusação de racismo contra Bill fora particularmente dolorosa. Barack deixou claro que nem ele nem sua equipe acreditavam naquela acusação. Quanto ao sexismo que veio à tona durante a campanha, eu sabia que surgira a partir de atitudes culturais e psicológicas acerca do papel das mulheres na sociedade, mas isso não deixou as coisas mais fáceis para mim e os que me apoiavam. Em resposta, Barack falou de forma comovente sobre a luta da sua avó no mundo dos negócios e de seu grande orgulho de Michelle, Malia e Sasha, e como sentia intensamente que elas mereciam direitos plenos e iguais na nossa sociedade.

A franqueza da nossa conversa foi reconfortante e reforçou a minha resolução de apoiá-lo. Apesar de, decididamente, ter preferido estar pedindo o apoio dele em vez do contrário, eu sabia que seu sucesso era agora a melhor maneira de dar andamento aos valores e à agenda política progressista pela qual eu tinha passado os últimos dois anos — e toda uma vida — brigando.

Quando perguntou o que precisava fazer para convencer os meus apoiadores a aderir à sua campanha, respondi que ele precisava dar-lhes tempo, mas que um esforço genuíno de fazer com que se sentissem bem-vindos persuadiria a maioria a achegar-se. Afinal, ele era agora o portador oficial da nossa agenda. Se eu podia mudar, deixando de fazer o máximo para derrotá-lo e começar a fazer todo o possível para elegê-lo presidente, eles também podiam. No final, quase todos o fizeram.

Depois de uma hora e meia, ambos tínhamos dito o que queríamos dizer e falamos sobre como seguir adiante. Mais tarde naquela noite, Barack mandou um e-mail contendo uma proposta de declaração conjunta que seria emitida por sua equipe de campanha confirmando o encontro e a nossa "produtiva discussão" sobre o que "precisa ser feito para ter êxito em novembro". Ele também pedia um número de contato com Bill para poderem falar diretamente.

No dia seguinte, 6 de junho, Bill e eu recebemos o meu staff de campanha no jardim de nossa casa em Washington. Era um dia tórrido de calor. Tentamos todos não esquentar demais a cabeça ao nos lembrarmos das incríveis voltas e reviravoltas da temporada das primárias. Estar cercada pela dedicada equipe que havia lutado tanto por mim foi uma fonte de inspiração e humildade. Alguns eram amigos que tinham trabalhado conosco em campanhas que remontavam à época do Arkansas. Para muitos dos mais jovens, era a primeira corrida eleitoral. Não queria que eles se sentissem desencorajados pela derrota ou se desligassem da política eleitoral e do serviço público, então disse-lhes que se orgulhassem da campanha e continuassem trabalhando pelas causas e pelos candidatos em que acreditávamos. Eu também sabia que tinha que liderar pelo exemplo, e, mesmo que o meu papo junto à lareira com Barack tivesse sido um começo, era apenas isso. Levaria tempo para muitos superarem o que tinha acontecido, e eu sabia que as pessoas seguiriam os meus palpites. Então, começando ali, naquele momento, deixei claro que apoiaria totalmente Barack Obama.

Apesar das circunstâncias, as pessoas relaxaram e se divertiram. Minha querida amiga Stephanie Tubbs Jones, a destemida congressista afro-americana de Ohio, que resistiu à intensa pressão e permaneceu ao meu lado ao longo de todas as primárias, balançava os pés na piscina e contava histórias engraçadas. Dois meses depois ela morreria subitamente de aneurisma cerebral, uma perda terrível para sua família e seus eleitores, para mim e a minha família. Durante aquele dia, pelo menos, ainda éramos companheiras de luta, olhando para a frente em busca de dias melhores.

Eu determinei a hora e o lugar para minha última aparição de campanha no dia seguinte e comecei a trabalhar no meu discurso. Escrever aquele discurso foi complicado. Eu precisava

agradecer aos meus colaboradores, celebrar o significado histórico da minha campanha como primeira mulher a vencer uma primária e endossar Barack de uma maneira que o ajudasse na eleição geral. Era muito conteúdo para um discurso só, e não tive muito tempo para acertá-lo. Recordei batalhas amargas nas primárias que percorreram todo o caminho até a Convenção, especialmente o fracassado desafio de Ted Kennedy ao presidente Carter em 1980, e eu não deixaria que aquela história se repetisse. Não seria bom para o nosso partido nem para o nosso país, então eu seria rápida em apoiar Barack publicamente e fazer campanha para ele.

Eu queria atingir o equilíbrio certo entre respeitar o apoio dos meus eleitores e olhar adiante para o futuro. Pessoalmente e ao telefone, fui de um lado a outro conversando com redatores de discursos e assessores, buscando a linguagem e o tom certos. Jim Kennedy, um velho amigo com um toque mágico para linguagem evocativa, acordara no meio da noite pensando em como cada um dos 18 milhões de pessoas que tinham votado em mim acrescentara uma rachadura no telhado de vidro ao final. Isso me deu algo para elaborar. Eu não queria repetir os clichês de sempre; esse endosso tinha de ser com as minhas próprias palavras, um convincente argumento pessoal sobre por que deveríamos todos trabalhar para eleger Obama. Fiquei acordada até as primeiras horas da manhã, sentada à mesa da nossa cozinha com Bill fazendo a revisão de rascunho após rascunho.

Fiz o discurso no sábado, 7 de junho, no National Building Museum em Washington. Tivemos dificuldade para achar um local que pudesse comportar o número esperado de simpatizantes e a imprensa. Fiquei aliviada quando escolhemos o que costumava ser chamado de "Pension Building", com suas imponentes colunas e teto alto. Originalmente construído para servir os veteranos, viúvas e órfãos da Guerra Civil, é um monumento ao espírito americano de responsabilidade comum. Bill, Chelsea e a minha mãe Dorothy Rodham, com seus 89 anos, estavam comigo quando abri caminho pela multidão até o pódio. As pessoas choravam mesmo antes de eu começar a falar.

A atmosfera era um pouco como a de um sonho desperto, carregada de tristeza e raiva sem dúvida, mas também de orgulho e até mesmo amor. Uma mulher usava um enorme bóton que dizia: "Hillary para Papa!". Bem, isso certamente não era uma possibilidade, mas fiquei comovida mesmo assim.

Se o discurso foi difícil de escrever, foi ainda mais difícil de proferir. Eu sentia que havia desapontado tantos milhões de pessoas, especialmente as mulheres e as jovens que tinham investido seus sonhos em mim. Comecei agradecendo a todos que participaram da campanha e votaram em mim; disse-lhes que acreditava no serviço público e que permaneceria comprometida a "ajudar as pessoas a resolver seus problemas e viver seus sonhos".

Mandei um abraço especial às mulheres da geração da minha mãe, que nasceram antes que as mulheres sequer tivessem direto de votar, mas viveram o suficiente para ver a minha campanha à presidência. Uma delas era Florence Steen, de 88 anos, vinda da Dakota do Sul, que insistiu que sua filha levasse para ela, em seu leito num lar de idosos, uma cédula de voto em trânsito para poder votar nas primárias do Partido Democrata. Ela, porém, faleceu antes da eleição, de modo que pela lei do estado sua cédula não contou. Porém, sua filha mais tarde contou a um repórter: "Meu pai é um caubói velho e azedo, e não gostou quando ficou sabendo que o voto da minha mãe não seria validado. Acho que faz uns vinte anos que ele não vota. Mas votou no lugar da minha mãe". Ser o receptáculo das esperanças e preces de milhões de pessoas é uma responsabilidade assustadora, e eu tentava nunca esquecer que a campanha dizia respeito a muito mais do que só a mim.

Abordei diretamente a decepção dos que me apoiaram: "Embora desta vez não tenhamos

conseguido rachar o telhado de vidro mais alto, mais duro, graças a vocês há cerca de 18 milhões de rachaduras nele. E a luz está brilhando através dele como nunca brilhou antes, enchendo-nos a todos com a esperança e a consciência de que da próxima vez o caminho será um pouco mais fácil. Esta sempre foi a história do progresso nos Estados Unidos", apregoei. "Vocês sempre me encontrarão nas linhas de frente da democracia — lutando pelo futuro." Então acrescentei: "A maneira de continuar a lutar agora, de atingir as metas que nós representamos, é pegar nossa energia, nossa paixão, nossa força e fazer tudo que pudermos para ajudar a eleger Barack Obama o próximo presidente dos Estados Unidos".

Por mais penoso que tudo isso tenha sido para mim, aprendi muita coisa com a derrota. Eu experimentara meu quinhão de decepções pessoais e públicas no correr dos anos, mas até 2008 eu desfrutara de uma sequência incomum de sucessos eleitorais — primeiro como parte da campanha do meu marido no Arkansas e para presidente e, depois, nas minhas candidaturas ao Senado em 2000 e 2006. A noite da convenção partidária no Iowa, quando fiquei em terceiro lugar, foi uma tortura.

À medida que seguia adiante, para New Hampshire e depois através do país, fui encontrando minha voz e minha base. Meu ânimo foi levantado e a minha determinação fortalecida pelos muitos americanos que encontrei no caminho. Dediquei a minha vitória nas primárias de Ohio a todo aquele que nos Estados Unidos "um dia foi excluído, mas recusou-se a ser deixado de fora, a todos que tropeçaram e se reergueram, a todos que trabalham arduamente e não desistem jamais". As histórias das pessoas que encontrei reafirmaram a minha fé na promessa irrestrita do nosso país, mas também me fizeram ver quanto tínhamos de fazer para garantir que essa promessa fosse compartilhada por todos. E embora a campanha tivesse sido longa e exaustiva e custado dinheiro demais, no final, o processo teve êxito em oferecer aos eleitores uma escolha real em relação ao futuro do país.

Uma consequência boa da derrota foi que eu saí da experiência percebendo que não me incomodava mais tanto com o que os críticos diziam a meu respeito. Aprendi a levar a crítica a sério, mas não para o lado pessoal, e a campanha foi realmente um teste para mim quanto a isso. E também me libertou. Eu podia me descabelar — literalmente. Uma vez, numa entrevista durante uma viagem à Índia quando eu era secretária de Estado, Jill Dougherty da CNN me perguntou sobre a obsessão da mídia com o fato de eu aparecer em capitais estrangeiras após voos longos usando óculos e sem maquiagem. "Hillary Au Naturel", foi como ela chamou. Eu tive de rir. "Eu me sinto tão aliviada de estar no estágio em que estou agora na vida, Jill, porque se eu quiser pôr os óculos, eu ponho. Se eu quiser prender o cabelo, eu prendo." Alguns dos repórteres que me cobriam no Departamento de Estado ficavam surpresos quando eu ocasionalmente deixava de lado os tópicos diplomáticos e dizia exatamente o que estava na minha cabeça, quer para criticar o líder da Coreia do Norte ou pressionar os paquistaneses acerca do paradeiro de Osama bin Laden. Mas eu não tinha mais muita paciência para andar sobre ovos.

Ser derrotada também me daria a chance de falar com líderes de outras nações sobre como aceitar vereditos internos difíceis e seguir adiante para o bem o país. No mundo inteiro há chefes de Estado que alegam ser a favor da democracia, mas depois fazem tudo que podem para suprimi-la quando os eleitores protestam ou decidem votar para tirá-los do cargo. Percebi que eu tinha a chance de oferecer um modelo diferente. É claro que tive a sorte de perder para um candidato cujas opiniões se encaixavam muito com as minhas e que se dera ao trabalho de me incluir na sua equipe. Ainda assim, o fato de termos sido oponentes ferozes e agora estarmos trabalhando juntos era um argumento bastante impressionante em favor da democracia — um argumento que eu me veria usando pelo mundo repetidas vezes nos anos subsequentes, num

trabalho que eu não teria a menor ideia de que estava fazendo.

Três semanas depois do meu discurso no Building Museum, eu estava a caminho de Unity, New Hampshire, uma cidade escolhida para a minha primeira aparição conjunta com Barack Obama, não só pelo seu nome [Unidade] mas também porque ali tínhamos obtido exatamente o mesmo número de votos nas primárias: 107 votos para Barack e 107 para mim. Encontramo-nos em Washington e viajamos juntos no seu avião de campanha. Quando lá pousamos, havia um grande ônibus de turismo à espera para nos levar durante quase duas horas até Unity. Lembrei do impressionante ônibus de turismo que Bill e eu tomamos com Al e Tipper Gore logo depois da Convenção Democrata de 1992 e do famoso livro de Timothy Crouse sobre a campanha de 1972, *The Boys on the Bus* [Os rapazes do ônibus]. Dessa vez, eu era a "garota" do ônibus, e o candidato não era nem eu nem o meu marido. Respirei fundo e subi a bordo.

Barack e eu sentamo-nos juntos conversando à vontade. Contei algumas das nossas experiências de criar uma filha na Casa Branca. Ele e Michelle já estavam pensando em como seria a vida para Malia e Sasha se ele ganhasse. O comício em si, numa área grande e num esplêndido dia de verão, tinha o objetivo de mandar uma mensagem inequívoca: as primárias tinham ficado para trás, e agora éramos um time só. As pessoas entoavam nossos nomes quando subimos ao palco ao som de "Beautiful Day" do U2. Letras enormes atrás da multidão formavam a palavra U-N-I-T-Y, e numa faixa azul no fundo do palco lia-se "Unite for Change" — "Unir para mudar". "Hoje e todos os dias daqui para a frente", disse eu à multidão, "estaremos ombro a ombro pelos ideais que compartilhamos, pelos valores que acalentamos e pelo país que amamos." Quando terminei, começaram a ovacionar: "Obrigado, Hillary. Obrigado, Hillary". Até mesmo Barack aderiu. "Vocês andaram espiando o meu discurso. Vocês já sabem a primeira linha", ele brincou. Em seguida, falou com eloquência e generosidade sobre a minha disputa. Bill e Barack tiveram uma longa conversa alguns dias depois, esclarecendo questões pendentes das primárias e concordando em fazer a campanha juntos.

O maior evento do verão era a Convenção Democrata em Denver no fim de agosto. Eu participara de todas as convenções democratas desde 1976 e, por razões óbvias, tinha recordações particularmente queridas de 1992 em Nova York e de 1996 em Chicago. Dessa vez, Barack pediu-me para fazer o discurso principal, nomeando-o formalmente, e eu concordei.

Quando chegou a hora, Chelsea me apresentou. Eu não podia estar mais orgulhosa dela nem mais grata pela forma como tinha trabalhado ao longo de toda a campanha das primárias. Ela atravessara o país sozinha algumas vezes, falando para jovens e energizando multidões por todo lugar onde ia. Ao vê-la ali parada diante do auditório da convenção lotado, não pude ignorar quanto ela se tornara totalmente adulta e confiante.

Logo chegou minha vez. Fui saudada por um mar de cartazes vermelhos, azuis e brancos com "Hillary" escrito. Por mais discursos que eu já tivesse feito, aquele foi especial, diante de uma plateia gigantesca na arena e mais milhões assistindo pela TV. Tenho de admitir que estava nervosa. Fiquei corrigindo, tentando melhorar o discurso até o último minuto, a tal ponto que, quando minha comitiva chegou, um dos meus assistentes precisou saltar da van e sair correndo para dar o pen drive ao operador do teleprompter. A equipe de campanha de Obama havia pedido para vê-lo com bastante antecedência, e, quando não entreguei, alguns dos seus assessores ficaram preocupados que eu pudesse estar escondendo alguma coisa que eles não queriam que eu dissesse. Mas eu estava simplesmente usando cada segundo para acertar o discurso.

Não era o discurso que há muito tempo eu tinha esperança de fazer naquela convenção, mas foi um discurso importante. "Quer vocês tenham votado em mim, quer tenham votado em Barack, agora é hora de nos unirmos como um único partido com um único propósito. Esta é

uma luta pelo futuro. E é uma luta que precisamos ganhar juntos", disse eu à multidão. "Barack Obama é o meu candidato. E deve ser o nosso presidente." Depois, Joe Biden me cumprimentou diante do salão verde, dobrando o joelho para beijar-me a mão. (Quem foi que disse que o cavalheirismo está morto?) Barack telefonou de Billings, Montana, para me agradecer.

Mais cedo naquele dia, eu havia topado com Michelle nos bastidores de um evento, e ela também fez questão de reconhecer tudo que eu estava fazendo para ajudar Barack. É claro que Bill não era o único cônjuge na corrida presidencial, e Barack e eu aprendemos que muitas vezes é a família que mais sofre com os ataques que recebemos. Mas Michelle e eu tínhamos o vínculo do desafio de criar uma família sob o olhar público. Meses depois, num almoço privado no Salão Oval Amarelo no segundo andar da Casa Branca, conversamos sobre como a nova primeira-família estava se ajeitando e o plano dela de combater a obesidade infantil por meio de alimentação mais saudável e exercício. Estávamos sentadas numa pequena mesa olhando pela janela que dava para o sul, acima do Balcão Truman, com vista para o Monumento a Washington. Era a minha primeira visita aos aposentos da família desde minha saída, em 20 de janeiro de 2001. Adorei ver o staff da residência, que ajuda cada família presidencial a sentir-se em casa na Casa Branca. Quando me tornei primeira-dama em 1993, para mim, significava muito saber das experiências de Jacqueline Kennedy, Lady Bird Johnson, Betty Ford, Rosalynn Carter, Nancy Reagan e Barbara Bush. Apenas algumas de nós tiveram o privilégio de morar na Casa do Povo, e eu queria oferecer todo o apoio que pudesse.

Eu tinha pensado que o meu discurso na convenção seria meu único papel ali, mas um determinado grupo de delegados meus ainda pretendia votar em mim durante a votação nominal dos estados. A equipe de Obama me perguntou se eu iria à convenção no dia seguinte para interromper a votação nominal e passar para uma imediata declaração de que Barack Obama era o indicado pelo nosso partido. Concordei, mas compreendi por que não poucos entre meus amigos, colaboradores e delegados me rogaram que eu não o fizesse. Eles queriam terminar o que tinham começado. Queriam também que a história registrasse que uma mulher ganhara quase duas dúzias de primárias e cáucus, perto de 1.900 delegados, algo que nunca antes acontecera. Argumentaram que, se a votação nominal fosse suspensa, nossos esforços nunca seriam devidamente reconhecidos. Não pude evitar de me comover com a ardorosa lealdade deles, mas achei que era mais importante mostrar que estávamos completamente unidos.

Alguns dos meus correligionários também ficaram aborrecidos por Barack ter escolhido Biden como companheiro de chapa em vez de mim. Mas eu nunca estive interessada em ser vice-presidente. Eu estava me programando para voltar ao Senado, onde esperava ajudar a comandar a investida sobre a reforma do sistema de saúde, geração de empregos e outros desafios urgentes. Aprovei com toda a sinceridade a escolha de Barack e sabia que Joe seria um fator positivo na eleição e na Casa Branca.

Mantivemos em segredo a minha ida ao saguão da convenção, de modo que causou uma bela agitação entre delegados e repórteres quando de repente surgi em meio aos milhares de democratas empolgados exatamente no instante em que o estado de Nova York era chamado para anunciar seus votos. Cercada de amigos e colegas, declarei: "Com os olhos firmemente fixos no futuro, no espírito da unidade, com a meta da vitória, com fé no nosso partido e no nosso país, declaremos juntos numa só voz, aqui e agora, que Barack Obama é o nosso candidato e que será o nosso presidente". Então sugeri a moção de suspender a votação e nomear Barack por aclamação. No alto do pódio, a presidente da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, perguntou se a minha moção era secundada, e a convenção inteira rugiu sua aprovação. A atmosfera vibrava de energia, e a história estava sendo feita quando nos agrupamos juntos para

respaldar o primeiro indicado afro-americano de um grande partido.

Houve mais uma grande surpresa naquela semana. Na manhã seguinte ao discurso de Obama na convenção, o senador John McCain, presumível indicado republicano, anunciou que a governadora Sarah Palin do Alasca era sua escolha para companheira de chapa. Um sonoro "quem?" ecoou pelo país. Todos nós viríamos a conhecê-la nos meses seguintes, mas àquela altura ela era quase uma total desconhecida, mesmo para os viciados em política. A equipe de Obama desconfiava que sua indicação era uma flagrante tentativa de frustrar suas esperanças de receber as mulheres que haviam vigorosamente me apoiado. Eles imediatamente divulgaram uma declaração desdenhosa e me procuraram, esperando que eu corroborasse. Mas não, eu não faria isso. Não atacaria Palin pelo simples fato de ser uma mulher buscando apoio de outras mulheres. Eu achava que aquilo não fazia sentido político e não sentia que era certo. Então eu disse não, acrescentando que haveria tempo de sobra para críticas. Algumas horas depois a equipe de campanha de Obama voltou atrás e cumprimentou a governadora Palin.

No decorrer das semanas seguintes, Bill e eu participamos de mais de uma centena de eventos e arrecadações de fundos nos quais conversamos com simpatizantes e eleitores indecisos, recomendando Barack e Joe. Na manhã de 4 de novembro, dia da eleição, fomos a uma escola de ensino fundamental perto da nossa casa em Chappaqua, Nova York, para votar. Era o final de uma jornada incrivelmente longa. Naquela noite, Bill ficou grudado na TV, fazendo o que sempre faz em noites de eleição: analisando todos os dados que pudesse encontrar sobre o resultado e pesquisas de boca de urna. Agora que não havia mais nada que pudéssemos fazer para ajudar, tentei me manter ocupada com outras coisas até sair o resultado, que acabou se revelando uma vitória resoluta, sem o longo e desnecessário jogo de espera que vimos em 2004, nem o famoso caso de 2000. Huma ligou para Reggie Love, e em pouco tempo eu estava cumprimentando o presidente eleito. (Foi assim que comecei a pensar nele, referir-me a ele e dirigir-me a ele a partir do momento que a eleição terminou, exatamente como logo depois da posse ele passaria a ser "senhor presidente".) Eu estava eufórica, orgulhosa e, francamente, aliviada. Era hora de soltar o ar, e eu estava ansiosa para retornar à vida e ao trabalho que adorava.

Cinco dias após a eleição, uma tranquila tarde de domingo, era a oportunidade perfeita para relaxar. O ar de outono estava fresco, e Bill e eu tínhamos resolvido ir a Mianus River Gorge, uma das muitas trilhas perto de onde vivemos no condado de Westchester. Com nossa vida agitada, frequentemente procuramos clarear a cabeça com longas caminhadas juntos. Lembro-me dessa como especialmente libertadora. A eleição tinha acabado, eu podia voltar ao meu trabalho no Senado. Eu adorava representar o povo de Nova York. E a campanha me deixara com uma agenda cheia que eu estava ávida de levar adiante. Estava transbordando de ideias, que eu esperava serem reforçadas por uma relação próxima com o novo presidente.

Mal sabia eu quão próxima esta relação viria a se tornar. No meio da nossa caminhada, o celular de Bill tocou. Quando ele atendeu, ouviu a voz do presidente eleito, que lhe disse que queria conversar com nós dois. Bill explicou que estávamos no meio de uma reserva natural e teríamos que ligar de volta quando chegássemos em casa. Por que ele estava telefonando? Talvez quisesse nossa opinião sobre a equipe que estava montando. Ou quisesse definir uma estratégia em relação a algum importante desafio político, como recuperação econômica ou reforma do sistema de saúde. Ou talvez simplesmente quisesse recrutar nossa ajuda para um rápido surto de atividade legislativa na primavera. Bill, lembrando a agitação da sua própria transição, deu o palpite de que ele queria analisar sugestões nossas de nomes para postos na Casa Branca e no gabinete.

Quando chegamos em casa, a predição de Bill revelou-se acurada — para ele. O presidente eleito quis usar seu cérebro para escolher possíveis membros da equipe econômica que estava montando para lidar com a crise financeira que o país enfrentava. Então disse a Bill que estava ansioso para reunir-se comigo em algum momento em breve. Presumi que ele quisesse falar sobre um trabalho mais próximo referente ao seu pacote legislativo no Senado.

Mas fiquei curiosa, então liguei para alguns membros do meu staff no Senado para ver o que eles achavam, inclusive o meu porta-voz, Philippe Reines. Philippe é apaixonado, leal e perspicaz. Geralmente sabe o que os mandachuvas de Washington estão pensando mesmo antes deles. E sempre posso confiar que ele vai dizer o que pensa. Daquela vez não foi diferente. Philippe me contara dois dias antes que circulavam boatos de que eu teria algum cargo, qualquer coisa desde secretária de Defesa até diretora-geral dos Correios, mas predissera com confiança: "Ele vai lhe oferecer a Secretaria de Estado". "Isso é ridículo!", respondi imediatamente. "Não mesmo, por um milhão de razões!" Pensei, não pela primeira vez, que Philippe estava delirando. E, francamente, não estava interessada em servir o gabinete. Queria voltar ao Senado e ao meu trabalho por Nova York. Do Onze de Setembro até o colapso financeiro de 2008 foram oito anos bem difíceis para os nova-iorquinos. Eles tinham me dado um voto de confiança em 2000, e agora precisavam em Washington de uma defensora forte e comprometida. E eu gostava de ser minha própria chefe e fazer a minha própria programação e agenda. Participar do gabinete significaria abrir mão de um pouco dessa autonomia.

Quando liguei para Philippe no domingo, ele me informou que a mídia tinha começado o seu ciclo de especulações. O *This Week* da ABC mencionava rumores de que o presidente eleito Obama estava me considerando para o posto de Secretária de Estado. O programa acrescentava que lhe atraía a ideia de ter um "time de rivais" no gabinete, uma alusão à célebre biografia de Abraham Lincoln de 2005, de autoria de Doris Kearns Goodwin, narrando a escolha de Lincoln em 1860 por William Henry Seward, um senador de Nova York, para ser seu Secretário de Estado depois de derrotá-lo para a indicação do Partido Republicano.

Com o tempo, eu havia me tornado grande fã de Seward, então esse paralelo era particularmente intrigante para mim. Ele era uma das lideranças esclarecidas de sua época, um reformador de princípios, um forte crítico da escravidão, governador e senador de Nova York e, por fim, Secretário de Estado. Também ajudou o presidente Lincoln a redigir a Proclamação de Ação de Graças, marcando o dia como feriado americano. Foi descrito por um contemporâneo como "imperturbável e tranquilo, astuto, afiado para entender uma piada, apreciador de coisas boas e chegado a uma 'boa mesa'". Eu podia me identificar com isso.

Seward era um bem-conceituado senador de Nova York quando tentou conseguir a indicação presidencial, antes de tropeçar com um político de Illinois versátil e de sucesso rápido. O paralelo não era perfeito; espero que nunca ninguém me descreva como uma "arara sábia", que é como Seward pareceu ao historiador Henry Adams. E eu achava uma graça especial em saber que o homem que mais fez para frustrar as chances de Seward para a presidência fosse o jornalista Horace Greeley, que tem uma proeminente estátua em Chappaqua.

Seward também me atraía por razões que iam mais fundo que coincidências históricas. Eu estivera na sua casa em Auburn, Nova York, um ponto de parada na Underground Railroad, a rede clandestina que ajudava escravos a fugir do Sul para a liberdade. A casa estava repleta de lembranças de uma carreira extraordinária e da sua viagem de catorze meses ao redor do mundo depois de deixar o cargo. A galeria diplomática inclui homenagens de quase todos os líderes do mundo, a maioria monarcas coroados, prestando respeito a um humilde servo da democracia.

Com todo o seu espírito mundano, Seward era profundamente dedicado aos seus eleitores, e

estes a ele. Falava eloquentemente sobre o país inclusivo que os Estados Unidos podiam ser. E acompanhava suas palavras com ações. Harriet Tubman, a heroica condutora da Underground Railroad, estabeleceu-se numa casa na cidade de Seward, numa terra adquirida pelo próprio Seward. Sua amizade com Lincoln era especialmente comovente. Depois de reconhecer a derrota em sua disputa para a indicação, Seward trabalhou com afinco para a eleição de Lincoln, cruzando o país por trem para discursar. Logo tornou-se um dos conselheiros mais confiáveis de Lincoln. Estava lá no início, sugerindo o empolgante parágrafo final do discurso de posse, que Lincoln transformou num apelo aos "melhores anjos da nossa natureza". E estava lá no final; a trama para assassinar Lincoln incluiu também um ataque coordenado à casa de Seward, embora ele tenha sobrevivido. Lincoln e Seward percorreram uma grande distância juntos, e sua amizade e seu trabalho árduo ajudaram a salvar a União.

O trabalho de Seward não estava todo acabado quando a Guerra Civil terminou. Em 1867, num arroubo político final, ele engendrou a compra do Alasca da Rússia. O preço, 7,2 milhões de dólares, foi considerado tão extravagante que a negociação foi chamada de "Loucura de Seward", embora agora saibamos que foi uma das grandes transações de terra da história americana (e uma pechincha de dois centavos por acre). Logo depois de me graduar na faculdade, passei alguns meses memoráveis no Alasca, destripando peixes e lavando pratos. Quando meu nome passou a ser referendado com mais frequência para o Departamento de Estado, comecei a me perguntar se o fantasma de Seward estava me seguindo. Ainda assim, eu precisava me perguntar, caso o presidente eleito me convocasse, se seria pura loucura abandonar o Senado e toda a minha agenda doméstica para uma atribuição de curto prazo no Departamento de Estado.

Na noite após a conversa telefônica do presidente eleito Obama com Bill, uma repórter na cerimônia de premiação de Mulher do Ano da revista *Glamour* em Nova York me perguntou, quando eu estava chegando no evento, se eu consideraria aceitar um cargo no governo Obama. Expressei o que sentia no momento: "Estou feliz sendo senadora por Nova York". Era verdade. Mas eu era também suficientemente realista para saber que qualquer coisa podia acontecer em política.

Na manhã de quinta-feira, 13 de novembro, viajei para Chicago com Huma para me encontrar com o presidente eleito, e o fiz discretamente. Quando cheguei ao quartel-general da transição, fui conduzida para uma sala com paredes revestidas de madeira e mobiliada com algumas cadeiras e uma mesa dobrável, onde me reuniria a sós com Obama.

Ele aparentava estar mais relaxado e descansado do que estivera durante meses. Apesar de se defrontar com a mais séria crise econômica desde a Grande Depressão, parecia confiante. Como o veria fazer muitas vezes dali em diante, foi direto ao assunto, deixando de lado a conversa mole e me pedindo para servir como secretária de Estado. Disse-me que vinha pensando em mim para essa posição já havia algum tempo e acreditava que eu era a melhor pessoa — nas suas palavras, a única pessoa — que podia cumprir aquele papel naquele preciso momento, com os desafios únicos que os Estados Unidos enfrentavam internamente e no exterior.

A despeito de todos os sussurros, rumores e perguntas à queima-roupa, ainda assim fiquei surpresa. Apenas alguns meses antes, Barack Obama e eu estivéramos travando uma das campanhas de primárias mais renhidas da história. Agora ele me pedia para participar da sua administração, no cargo mais elevado do gabinete, quarto na linha de sucessão da presidência. Era como uma reprise da última temporada da série *The West Wing*; lá também o novo presidente eleito oferece ao oponente derrotado o cargo de secretário de Estado. Na versão da TV, o rival

inicialmente recusa o posto, mas o presidente eleito recusa-se a aceitar um não como resposta.

Na vida real, o presidente eleito Obama apresentou um argumento muito refletido, explicando que ele teria de concentrar a maior parte do seu tempo e atenção na crise econômica e necessitava alguém de estatura para representá-lo no exterior. Escutei com atenção e então declinei respeitosamente a oferta. É claro que me senti honrada com o pedido. Eu me preocupava profundamente com a política externa e acreditava que era essencial restaurar a posição danificada do país no mundo. Havia duas guerras para encerrar, ameaças emergentes a confrontar e novas oportunidades a agarrar. Mas eu também me sentia apaixonadamente envolvida em resolver as maciças taxas de desemprego, consertar o nosso fraturado sistema de saúde pública e criar novas oportunidades de trabalho para as famílias americanas. As pessoas estavam feridas e precisavam de um defensor para lutar por elas. Tudo isso, e mais, estava à minha espera no Senado. Além disso, havia tantos diplomatas experientes que eu julgava que também poderiam ser ótimos secretários de Estado. "Que tal Richard Holbrooke?", sugeri. "Ou George Mitchell?" Mas o presidente eleito não seria dissuadido, e eu saí dizendo que pensaria na proposta. No voo de volta para Nova York, não pensei em outra coisa.

Antes mesmo de meu avião aterrissar, a especulação na imprensa já era grande. Dois dias depois, a primeira página do *New York Times* trazia "Conversa entre Obama e Clinton gera rumores", observando que a perspectiva da minha nomeação como principal diplomata do país poderia oferecer um "final surpresa" para o "drama Obama-Clinton" da campanha presidencial. Em respeito ao presidente eleito, evitei confirmar que a oferta chegara a ser feita.

Eu havia prometido pensar no assunto, e pensei. No decorrer da semana seguinte, conversei extensivamente com minha família, amigos e colegas. Bill e Chelsea foram ouvintes pacientes e me instaram a pesar a oferta com cuidado. Meus amigos estavam divididos por igual entre o entusiasmo e o ceticismo. Eu tinha muito o que pensar, e apenas alguns dias para tomar a decisão. O cargo *era* tentador, e eu tinha confiança de que podia exercê-lo bem. Eu vinha lidando durante anos com os desafios enfrentados pelos Estados Unidos em todo o mundo, tanto como primeira-dama quanto como senadora, e já tinha relações com muitos líderes fundamentais, desde Angela Merkel da Alemanha até Hamid Karzai do Afeganistão.

John Podesta, um estimado amigo, chefe da equipe de transição de Obama e ex-chefe de gabinete do meu marido na Casa Branca, me ligou em 16 de novembro para conversar sobre alguns assuntos e reforçar o quanto o presidente eleito queria que eu aceitasse. Discutimos alguns tópicos mais práticos, por exemplo, como eu saldaria mais de 6 milhões de dólares remanescentes da minha dívida de campanha se eu me tornasse secretária de Estado, e portanto teria de ficar de fora da política partidária. Eu também não queria fazer nada que limitasse o trabalho de salvar vidas que Bill vinha fazendo pelo mundo por meio da Fundação Clinton. Muito se falava na imprensa sobre possíveis conflitos de interesse entre seus esforços filantrópicos e a minha nova posição em potencial. Esse problema foi rapidamente liquidado depois que a equipe de transição presidencial examinou meticulosamente os doadores da Fundação e Bill concordou em revelar seus nomes. Bill também teve de abrir mão de manter versões internacionais da inovadora conferência filantrópica que ele iniciara, a Iniciativa Global Clinton, para evitar qualquer possível conflito. "O bem que você pode fazer como secretária de Estado vai pesar muito mais do que qualquer trabalho que eu tenha de suprimir", Bill me assegurou.

Durante todo esse processo, e nos quatro anos seguintes, Bill foi, como tinha sido durante décadas, meu essencial apoio e caixa de ressonância. Ele me lembrava sempre que eu devia me concentrar nas "linhas das tendências", e não só nas linhas dos jornais, e dar valor às

experiências.

Busquei o conselho de alguns colegas de confiança. As senadoras Dianne Feinstein e Barbara Mikulski e a congressista Ellen Tauscher me encorajaram a aceitar. O mesmo ocorreu com meu colega senador por Nova York, Chuck Schumer. Embora muita gente gostasse de ressaltar o quanto Chuck e eu éramos diferentes e como às vezes éramos competitivos, a verdade é que ele e eu formávamos um belo time, e eu respeitava seus instintos. O líder da maioria no Senado, Harry Reid, me surpreendeu quando me contou que o presidente eleito lhe perguntou o que achava da ideia, bem mais cedo no outono, durante uma pausa da campanha em Las Vegas. Disse que, embora não quisesse me perder no Senado, não via como eu podia recusar um pedido daqueles.

E assim continuaram minhas deliberações. Num momento eu me inclinava a aceitar; no seguinte, eu me via fazendo planos para os projetos de lei que apresentaria na nova sessão do Congresso. Na época eu não sabia, porém mais tarde fiquei sabendo das manobras que a minha equipe e a do presidente eleito estavam fazendo para que minha recusa se tornasse cada vez mais difícil. Meu staff disse que era aniversário de Joe Biden, então acabei ligando para ele dois dias antes da data real, dando a Joe a oportunidade de contribuir para a persuasão. O futuro chefe de gabinete da Casa Branca, Rahm Emanuel, fingiu que o presidente eleito estava indisposto quando liguei para dizer não.

Finalmente, o presidente eleito e eu falamos por telefone na madrugada de 20 de novembro. Ele ficou atento às minhas preocupações, respondeu minhas perguntas e estava entusiasmado com o trabalho que poderíamos fazer juntos. Eu lhe disse que, embora o trabalho beneficente de Bill e a minha dívida de campanha pesassem para mim, a minha maior preocupação era se a melhor contribuição que eu poderia dar não seria no Senado em vez de fazer parte do gabinete da presidência. E, para ser sincera, eu estava buscando um horário de trabalho mais regular depois da longa campanha. Apresentei tudo isso, e ele escutou pacientemente — e então me garantiu que todas as minhas preocupações podiam ser levadas em conta.

Astutamente, o presidente eleito desviou a conversa da oferta de trabalho para o trabalho em si. Falamos sobre as guerras no Iraque e no Afeganistão, os perpétuos desafios apresentados pelo Irã e pela Coreia do Norte, e como os Estados Unidos poderiam emergir com rapidez e confiança da recessão. Foi ótimo trocar ideias numa confortável conversa em particular, depois de um ano atacando-nos mutuamente sob os quentes refletores dos debates de campanha na televisão. Em retrospecto, essa conversa foi ainda mais importante do que pareceu na época. Estávamos assentando as bases para uma agenda comum que nortearia a política externa americana pelos próximos anos.

Contudo, minha resposta ainda era não. O presidente eleito mais uma vez se recusou a aceitar. “Eu quero chegar ao sim”, me disse ele. “Você é a melhor pessoa para o cargo.” Ele não aceitava não como resposta. Isso me impressionou.

Depois de desligar, fiquei acordada a maior parte da noite. O que eu esperaria se os papéis estivessem invertidos? Suponhamos que eu tivesse sido eleita presidente e quisesse Barack Obama como Secretário de Estado. Suponhamos que eu houvesse herdado os desafios que o esperavam. É claro que eu haveria de querer que ele dissesse sim — e depressa, para podermos passar para outros problemas. Eu gostaria de reunir os mais talentosos servidores públicos para trabalhar pelo bem da nação. Quanto mais eu pensava, mais sabia que o presidente eleito estava certo. O país estava em dificuldades, tanto internas como externas. Ele precisava de um Secretário de Estado que pudesse pisar imediatamente no palco global e começasse a consertar os estragos que havíamos herdado.

E, por fim, eu voltava sempre à simples ideia: quando o seu presidente lhe pede para servir, você deve dizer sim. Por mais que eu adorasse meu trabalho no Senado e acreditasse que tinha mais a contribuir ali, ele disse que precisava de mim no Departamento de Estado. Meu pai serviu na Marinha na Segunda Guerra Mundial, treinando marinheiros jovens para combater no Pacífico. E, apesar de frequentemente resmungar sobre as decisões que vários presidentes tomavam em Washington, ele e minha mãe instilaram em mim um profundo senso de dever e serviço. Isso era reforçado pela fé metodista da minha família, que nos ensinava: "Faça tudo que puder, em todas as ocasiões que puder, para todas as pessoas que puder, o máximo de tempo que puder". O chamado ao serviço me ajudou a decidir mergulhar num posto eletivo quando lancei a minha primeira campanha para o Senado em 2000, e então me ajudou a fazer a difícil escolha de deixar o Senado e aceitar o posto de secretária de Estado.

Pela manhã eu havia chegado à minha decisão e pedi para falar com o presidente eleito mais uma vez. Ele ficou encantado de eu ter mudado de ideia. Garantiu que eu teria acesso direto a ele e poderíamos nos encontrar sempre que eu precisasse. Disse que eu poderia escolher a minha própria equipe, embora tivesse algumas sugestões. Como alguém que já tinha estado na Casa Branca, eu sabia quanto essas duas promessas eram importantes. A história tem mostrado repetidamente que o Departamento de Estado podia ser negligenciado pela presidência, geralmente com resultados negativos. O presidente eleito me assegurou que dessa vez seria diferente: "Quero ter certeza do seu sucesso". E foi adiante, dizendo que a nossa parceria em termos de política externa não deixaria de ter erros e turbulências, mas que nos empenharíamos em tomar as melhores decisões possíveis para o país. Ainda não tínhamos desenvolvido a relação estreita que se seguiria, mas fiquei tocada quando ele declarou: "Ao contrário do que dizem os jornais, penso que podemos nos tornar bons amigos". Esse comentário permaneceu comigo nos anos seguintes.

O presidente cumpriu totalmente suas promessas. Deu-me carta branca para escolher a minha equipe, confiou nos meus conselhos como sua principal assessora em política externa acerca das importantes decisões sobre sua mesa e insistiu em reuniões frequentes para que pudéssemos falar com franqueza. Ele e eu geralmente nos sentávamos para conversar pelo menos uma vez por semana quando não estávamos viajando. Havia também as reuniões de todo o gabinete, reuniões do Conselho de Segurança Nacional e reuniões bilaterais com líderes estrangeiros em visita — e essas eram só as reuniões com a presença do presidente. Eu me reunia na Casa Branca regularmente também com o secretário de Defesa e com o conselheiro de Segurança Nacional. Ao todo, apesar do meu vigoroso calendário de viagens, estive na Casa Branca mais de setecentas vezes durante os meus quatro anos. Depois de perder a eleição, nunca imaginei passar tanto tempo lá.

Nos anos que se seguiram, nem sempre eu concordaria com o presidente e outros membros da sua equipe; você lerá sobre algumas dessas ocasiões neste livro, mas outras permanecerão em particular para respeitar o compromisso de confidencialidade que deve existir entre um presidente e seu secretário de Estado, especialmente quando ele ainda está no cargo. Mas ele e eu desenvolvemos uma forte relação profissional e, com o tempo, forjamos a amizade pessoal que ele predissera e que eu vim a valorizar profundamente. Ainda não tinham se passado muitas semanas da nova presidência quando, numa calma tarde de abril, o presidente sugeriu que terminássemos uma das nossas reuniões semanais numa mesa de piquenique fora do Salão Oval no jardim sul, ao lado do novo playground de Malia e Sasha. Para mim foi ótimo. A imprensa chamou-a de "sessão estratégica na mesa de piquenique". Eu chamaria de "duas pessoas tendo uma boa conversa".

Em 1º de dezembro, uma segunda-feira, o presidente eleito Obama anunciou que eu era sua escolha para servir como 67ª secretária de Estado. Tendo-me ao seu lado, ele reiterou publicamente o que me havia dito em particular: “A indicação de Hillary é um símbolo para amigos e adversários da seriedade do meu compromisso de renovar a diplomacia americana”.

No mês seguinte, em 20 de janeiro de 2009, assisti com meu marido, sob um frio cortante, a Barack Obama fazer o juramento de posse. Nossa rivalidade, que já fora feroz, tinha se acabado. Agora éramos parceiros.

2

Foggy Bottom: Poder inteligente

O primeiro secretário de Estado que conheci foi Dean Acheson. Ele servira o presidente Harry Truman no começo da Guerra Fria e era a personificação de um diplomata imponente, da velha escola. Eu era uma nervosa aluna de faculdade, prestes a proferir o primeiro discurso público importante na minha jovem vida. Era primavera de 1969, e a minha colega de classe e amiga em Wellesley, Eldie Acheson, neta do ex-secretário, tinha resolvido que a nossa classe precisava de sua própria oradora na cerimônia de graduação. Depois de o reitor da faculdade aprovar a ideia, minhas colegas me pediram para falar dos nossos tumultuados quatro anos na universidade e proporcionar um condizente bota-fora rumo aos nossos desconhecidos futuros.

Na véspera da graduação, com o discurso ainda inacabado, topei com Eldie e sua família. Ela me apresentou ao avô como "a moça que vai falar amanhã". Aquele senhor de 76 anos terminara de completar seu livro de memórias, *Present at the Creation* [Presente na criação], que acabaria ganhando o Prêmio Pulitzer no ano seguinte. O secretário Acheson sorriu e apertou minha mão. "Eu estou ansioso para ouvir o que você tem a dizer", declarou ele. Em pânico, corri de volta ao meu alojamento para uma última varada de noite.

Nunca imaginei que quarenta anos depois eu seguiria os passos de Acheson no Departamento de Estado, afetuosamente conhecido como "Foggy Bottom", o nome do bairro em Washington, D.C. onde fica localizado. Até mesmo o meu sonho de infância de ser astronauta teria parecido mais realista. No entanto, depois de me tornar secretária de Estado, muitas vezes pensei no velho estadista de cabelos grisalhos que conheci naquela noite em Wellesley. Por trás de sua aparência formal, ele foi um diplomata altamente criativo, que quebrou o protocolo quando julgava ser melhor para o seu país e o seu presidente.

A liderança dos Estados Unidos no mundo parece uma corrida de revezamento. Um secretário, um presidente, uma geração recebem o bastão e devem correr da melhor maneira possível para em seguida o passarem a seus sucessores. Da mesma forma que me beneficiei das ações tomadas e lições aprendidas com meus predecessores, iniciativas que tiveram início durante os meus anos no Departamento de Estado deram frutos desde a minha saída, quando passei o bastão para o secretário John Kerry.

Em pouco tempo aprendi que ser secretário de Estado é na verdade exercer três funções em uma: diplomata-chefe do país, principal assessor do presidente em política externa e CEO de um departamento totalmente espalhado. Desde o começo precisei equilibrar tempo e energia entre imperativos concorrentes. Tinha de comandar nossa diplomacia pública e privada de modo a reparar alianças abaladas e construir novas parcerias. Mas precisava também conduzir uma boa dose de diplomacia dentro do nosso próprio governo, especialmente no processo de formulação de políticas na Casa Branca e com o Congresso. E havia o trabalho dentro do próprio Departamento, de modo a extrair o máximo de nosso pessoal talentoso, erguer o moral, aumentar a eficiência e desenvolver as capacidades necessárias para enfrentar novos desafios.

Um ex-secretário me deu um conselho: "Não tente fazer tudo de uma vez". Ouvi a mesma coisa de outros veteranos do Departamento. "Você pode tentar consertar a formulação de políticas, ou pode tentar consertar a burocracia, mas não pode fazer as duas coisas."

Outro conselho que ouvi frequentemente foi: escolha alguns assuntos importantes e aproprie-se deles. Nenhuma das advertências se encaixava na paisagem internacional cada vez mais complexa que nos aguardava. Talvez tenha havido uma época em que o secretário de Estado podia se concentrar exclusivamente em algumas prioridades e deixar que seus representantes e assistentes lidassem com o Departamento e o resto do mundo. Mas esses dias se foram. Aprendemos do jeito mais difícil (por exemplo, no Afeganistão após a retirada soviética em 1989) que negligenciar regiões e ameaças pode ter consequências dolorosas. Eu teria de prestar atenção em todo o tabuleiro.

Nos anos que se seguiram ao Onze de Setembro, a política externa americana compreensivelmente passou a focar as grandes ameaças. E, é claro, precisávamos nos manter vigilantes. Mas eu também achava que deveríamos fazer mais para agarrar as oportunidades maiores, sobretudo na região Ásia-Pacífico.

Eu queria tratar de uma gama de desafios emergentes que viriam a exigir alto grau de atenção e estratégias criativas, entre eles como administrar a competição por recursos de energia submarina do Ártico até o Pacífico, se devíamos fazer frente à agressividade econômica de empresas estatais poderosas e como conectar-se com os jovens de todo o mundo recém-empoderados pelas mídias sociais, só para mencionar alguns. Eu sabia que haveria tradicionalistas no *establishment* da política externa que questionariam se valia a pena uma secretária de Estado empregar seu tempo para pensar no impacto do Twitter, ou para pensar em programas para mulheres empreendedoras, ou defender os negócios americanos no exterior. Mas eu via tudo isso como parte do trabalho de uma diplomata do século XXI.

Os membros recém-escolhidos da equipe de segurança nacional da administração Obama, a ser empossada em breve, reuniram-se durante seis horas em Chicago, no dia 15 de dezembro. Foi a nossa primeira discussão desde o anúncio da nossa nomeação duas semanas antes. Rapidamente mergulhamos em alguns dos mais espinhosos dilemas de formulação de políticas com que iríamos nos deparar, inclusive a situação das guerras no Iraque e no Afeganistão e as perspectivas de paz no Oriente Médio. Discutimos também longamente um problema que tem se mostrado dificílimo de resolver: como cumprir a promessa do presidente eleito de fechar a prisão militar na baía de Guantánamo, em Cuba, que ainda permanece aberta depois de todos esses anos.

Vim para a administração Obama com as minhas próprias ideias tanto sobre a liderança americana quanto sobre a política externa, bem como sobre o trabalho em equipe que qualquer presidente deveria esperar dos membros do seu Conselho de Segurança Nacional. Eu pretendia ser uma vigorosa defensora das minhas posições dentro do governo. Mas sabia, pela história e pela minha experiência pessoal, que a placa na mesa de Harry Truman no Salão Oval estava correta: a responsabilidade final era mesmo do presidente. E, por conta da longa batalha das primárias, sabia também que a imprensa estaria procurando — até mesmo esperando — qualquer sinal de discórdia entre mim e a Casa Branca. Eu tinha intenção de privá-los dessa matéria.

Estava impressionada com as pessoas que o presidente eleito havia escolhido para sua equipe. O vice-presidente eleito Joe Biden trazia uma rica experiência internacional da sua liderança do Comitê de Relações Exteriores do Senado. Seu calor e humor seriam muito bem-vindos durante as longas horas no Gabinete de Crises da Casa Branca. Toda semana, Joe e eu tentávamos nos encontrar para um café da manhã privado no Observatório Naval, sua residência oficial, que fica perto da minha casa. Sempre um cavalheiro, ele vinha me receber no carro e caminhava comigo até um recanto ensolarado na varanda, onde comíamos e conversávamos. Às vezes concordávamos, outras vezes discordávamos, mas eu sempre apreciava nossas conversas

francas e confidenciais.

Eu conhecia Rahm Emanuel havia anos. Ele começou com meu marido na campanha de 1992, serviu na Casa Branca, depois voltou para casa em Chicago e candidatou-se ao Congresso. Era uma estrela em ascensão na Câmara e comandou a campanha que produziu uma nova maioria democrata em 2006, mas abandonou sua cadeira quando o presidente Obama lhe pediu que fosse o chefe de gabinete da Casa Branca. Mais tarde seria eleito prefeito de Chicago. Rahm era famoso por sua personalidade forte e linguagem vívida (um jeito polido de dizer), mas era também um pensador criativo, um especialista em processo legislativo e um grande trunfo para o presidente. Durante a renhida campanha das primárias, Rahm mantivera-se neutro por causa dos seus fortes laços tanto comigo quanto com o então senador Obama, declarando ao *Chicago Tribune* na sua cidade: "Estou me escondendo debaixo da mesa". Agora que estávamos todos servindo juntos, Rahm seria fundamental para manter unido esse "time de rivais". Ele oferecia um ouvido amigo e uma porta aberta na ala oeste, e conversávamos com frequência.

O novo conselheiro de Segurança Nacional era o general reformado do Corpo de Fuzileiros Navais James Jones, que vim a conhecer durante a minha época no Comitê de Serviços Armados do Senado, quando ele servia como comandante aliado supremo na Europa. Era um oficial digno, equilibrado e justo, com senso de humor, qualidades importantes para um conselheiro de Segurança Nacional.

O vice do general Jones e eventual sucessor era Tom Donilon, que eu conhecia desde a administração Carter. Tom servira como chefe de gabinete do secretário de Estado Warren Christopher, então compreendia e valorizava o Departamento de Estado. Também compartilhava do meu entusiasmo pelo aumento do nosso envolvimento na Ásia-Pacífico. Tom veio a ser um precioso colega que supervisionava o difícil processo político interagências que analisava opções e sugeria decisões para o presidente. Tinha uma habilidade em fazer perguntas difíceis que nos obrigava a pensar com maior rigor sobre decisões políticas importantes.

A escolha do presidente para embaixadora nas Nações Unidas foi Susan Rice, que servira na equipe do Conselho de Segurança Nacional e depois como secretária-assistente de Estado para Assuntos Africanos nos anos 1990. Durante as primárias, Susan foi uma ativa substituta para a campanha de Obama e muitas vezes foi à TV para me atacar. Eu sabia que era parte da função dela, e deixamos o passado para trás e trabalhamos estreitamente juntas — por exemplo, para conseguir votos na ONU para novas sanções contra o Irã e a Coreia do Norte e autorizar a missão para proteger civis na Líbia.

Em um ato que foi uma surpresa para muitos, o presidente manteve o secretário de Defesa, Robert Gates, que tinha um expressivo histórico de servir oito presidentes dos dois partidos na CIA e no Conselho de Segurança Nacional, antes de o presidente George W. Bush tirá-lo da Universidade Texas A&M em 2006 para substituir Donald Rumsfeld no Pentágono. Eu vira Bob em ação do meu assento no Comitê de Serviços Armados e julguei que ele proporcionaria continuidade e mão firme ao lidarmos com duas guerras herdadas. Era também um convincente defensor da iniciativa de dar à diplomacia e à política de desenvolvimento mais recursos e um papel maior na nossa política externa. Raramente ouve-se algum funcionário cioso de seu território em Washington sugerir que alguma outra agência deva receber uma verba mais generosa. Mas Bob, olhando o quadro estratégico mais amplo depois de muitos anos em que a política externa americana foi dominada pelos militares, acreditava que era hora de um equilíbrio maior entre o que eu vinha chamando de 3D: defesa, diplomacia e desenvolvimento.

O lugar mais fácil de ver o desequilíbrio era no orçamento. Apesar da crença popular de que a ajuda externa representava pelo menos um quarto do orçamento federal, a verdade era que, para

cada dólar gasto pelo governo federal, apenas um centavo ia para diplomacia e desenvolvimento. Num discurso de 2007, Bob disse que o orçamento de relações exteriores era "desproporcionalmente pequeno em relação aos nossos gastos militares". Como ele muitas vezes salientou, havia tantos americanos servindo nas bandas marciais americanas quanto no corpo diplomático inteiro.

Nós nos tornamos aliados desde o começo, pressionando juntos o Congresso para um orçamento de segurança nacional mais inteligente e descobrindo que estávamos do mesmo lado em muitos dos debates políticos internos do governo. Evitávamos a tradicional briga interna entre Estado e Defesa, que, em muitas administrações anteriores, chegava a parecer uma briga de gangues. Organizávamos reuniões conjuntas com os ministros de Defesa e de Relações Exteriores e sentávamos juntos em entrevistas para apresentar uma frente unida sobre as questões de política externa do dia.

Em outubro de 2009, participamos juntos de um evento público informal na Universidade George Washington, transmitido e moderado pela CNN. Fomos indagados sobre como era trabalhar juntos. "Na maior parte da minha carreira, os secretários de Estado e de Defesa não se falavam", respondeu Bob, provocando risos. "Na realidade, a coisa podia ficar bem feia. Então, é incrível ter o tipo de relacionamento em que podemos conversar juntos. [...] Nós nos damos bem, trabalhamos bem em conjunto. Penso, sinceramente, que a origem desse entendimento é minha experiência como secretário de Defesa, por estar disposto a reconhecer que a secretária de Estado é a principal porta-voz da política externa dos Estados Unidos. E, quando você passa por cima dessa barreira, o resto meio que se encaixa sozinho."

Nossa equipe herdou uma assustadora lista de desafios numa época de expectativas reduzidas, tanto em casa quanto lá fora, sobre a capacidade americana de liderar o mundo.

Se você pegasse um jornal naqueles dias ou participasse de um grupo de trabalho, provavelmente ouviria que os Estados Unidos estavam em declínio. Logo depois da eleição presidencial de 2008, o Conselho Nacional de Inteligência, um grupo de analistas e especialistas indicado pelo diretor de Inteligência Nacional, publicou um alarmante relatório intitulado *Global Trends 2025: A Transformed World* [Tendências globais de 2025: um mundo transformado]. Esse relatório fornecia uma desoladora previsão da decrescente influência americana, crescente competição global, crescente escassez de recursos e instabilidade disseminada. Os analistas prediziam que a relativa força econômica e militar dos Estados Unidos diminuiria no decorrer dos próximos anos e o sistema internacional que tínhamos ajudado a construir e defender desde a Segunda Guerra Mundial seria solapado pela crescente influência de potências econômicas emergentes como a China, nações ricas em petróleo como a Rússia e o Irã e atores não estatais como a Al-Qaeda. Em termos inusitadamente duros, chamavam o processo de "transferência histórica de riqueza e poder econômico relativos do Ocidente para o Oriente".

Pouco antes da posse do presidente Obama, o historiador de Yale Paul Kennedy escreveu uma coluna para o *Wall Street Journal* intitulada "American Power Is on the Wane" [O poder americano em declínio]. Articulando uma crítica ouvida com frequência em 2008 e 2009, o professor Kennedy jogava a culpa do declínio do poder dos Estados Unidos sobre a dívida crescente, o severo impacto econômico da Grande Recessão e a "superextensão imperial" das guerras no Iraque e no Afeganistão. E oferecia uma analogia evocativa para explicar como via os Estados Unidos perdendo lugar como líder global indiscutível: "Uma pessoa forte, equilibrada e musculosa pode carregar uma mochila impressionantemente pesada morro acima durante um bom tempo. Mas se essa pessoa começa a perder força (problemas econômicos) e o peso da carga permanece ou até aumenta (a doutrina Bush) e o terreno se torna mais difícil (ascensão de

novas grandes potências, terrorismo internacional, estados falidos), o caminhante que já foi forte começa a andar mais devagar e tropeçar. E é precisamente então que andarilhos mais ligeiros, com menos carga, vão se aproximando, emparelham e talvez o ultrapassem".

Não obstante, eu me mantinha fundamentalmente otimista quanto ao futuro dos Estados Unidos. Minha confiança tinha raízes numa vida inteira estudando e experimentando os altos e baixos da história americana e numa avaliação límpida das nossas vantagens comparativas em relação ao resto do mundo. Fortunas de nações ascendem e caem, e sempre haverá gente prevendo catástrofes bastando dobrar a esquina. Mas não é inteligente ser contra os Estados Unidos. Toda vez que nos defrontamos com um desafio, fosse guerra, depressão ou competição global, os americanos se levantaram para enfrentá-lo, com muito trabalho e criatividade.

Eu achava que essas análises pessimistas subvalorizavam muitas das forças dos Estados Unidos, inclusive a nossa capacidade de resiliência e reinvenção. Nosso poderio militar era de longe o maior do mundo, nossa economia ainda era a maior, nossa influência diplomática não tinha rival, nossas universidades estabeleciam o padrão global, e os nossos valores de liberdade, igualdade e oportunidade ainda traziam gente do mundo inteiro para o nosso país. Quando precisávamos resolver um problema em qualquer parte do mundo, podíamos contar com dezenas de amigos e aliados.

Eu acreditava que o que acontecesse com os Estados Unidos ainda dependia em grande parte dos americanos, como sempre foi o caso. Precisávamos apenas afiar nossas ferramentas e fazer o melhor uso delas. Mas toda essa conversa de declínio servia, sim, para sublinhar a extensão dos desafios que enfrentávamos. E servia também para reconfirmar a minha determinação de seguir as ideias de Steve Jobs e "pensar diferente" sobre o papel do Departamento de Estado no século XXI.

Secretários vêm e vão a cada tantos anos, mas a maioria das pessoas no Departamento de Estado e na Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) permanece mais tempo. Juntas, essas agências empregam cerca de 70 mil pessoas em todo o mundo, a maioria profissionais de carreira que servem continuamente ao longo de diversas administrações. Ainda é bem menos do que os 3 milhões que trabalham para o Departamento de Defesa, mas não deixa de ser um número significativo. Quando me tornei secretária, os profissionais de carreira no Departamento de Estado e na USAID vinham se defrontando com reduções de orçamentos e exigências crescentes e estavam ansiosos por uma liderança que defendesse o importante trabalho que faziam. Eu queria ser essa líder. Para consegui-lo, precisava de uma equipe experiente que compartilhasse os meus valores e estivesse implacavelmente focada na obtenção de resultados.

Recrutei Cheryl Mills para ser minha conselheira e chefe de gabinete. Tínhamos nos tornado amigas quando Cheryl serviu como vice-conselheira da Casa Branca durante os anos 1990. Ela falava rápido e pensava mais rápido ainda; seu intelecto era como uma lâmina afiada, fatiando e picando todo problema que encontrava. Tinha também um coração enorme, lealdade ilimitada, integridade sólida como uma rocha e um profundo comprometimento com a justiça social. Depois da Casa Branca, Cheryl seguiu adiante e deteve expressivas posições nas áreas legal e administrativa no setor privado e na Universidade de Nova York, onde estava trabalhando como sub-reitora sênior. Ela me disse que ajudaria na minha transição para o Departamento de Estado, mas não queria deixar a universidade para assumir um papel permanente no governo. Felizmente, ela mudou de opinião em relação a isso.

Ela me ajudava a administrar "o Prédio", que é como todo mundo no Departamento chama a burocracia, e supervisionava diretamente algumas das minhas principais prioridades, que

incluíam disponibilidade alimentar, política de saúde global, direitos LGBT e o Haiti. Atuava também como minha principal ligação com a Casa Branca em questões delicadas, inclusive assuntos pessoais. Apesar da garantia do presidente de que eu poderia escolher a minha própria equipe, na sequência houve algumas discussões acaloradas com seus assessores quando tentei recrutar os melhores talentos possíveis.

Uma das discussões foi em relação a Capricia Marshall, que eu queria como chefe de protocolo, o alto funcionário responsável por receber líderes estrangeiros em Washington, organizar reuniões de primeiro escalão, envolver-se com o corpo diplomático, viajar com o presidente para o exterior e escolher presentes que ele e eu daríamos aos nossos homólogos. Como primeira-dama, aprendi o quanto o protocolo é importante para a diplomacia. Ser um anfitrião generoso e um hóspede gracioso ajuda a construir relações, enquanto a alternativa pode resultar em humilhações indesejáveis. Assim, eu queria ter certeza de que estaríamos com a melhor pessoa para a função.

Como secretária social da Casa Branca nos anos 1990, Capricia já conhecia as exigências da função, mas a Casa Branca queria alguém que tivesse apoiado o presidente durante as primárias. Eu achava que essa era uma postura míope, mas entendi que algum atrito e mágoas eram inevitáveis à medida que trabalhávamos para fundir as entidades separadas conhecidas como Obamaworld e Hillaryland. “Nós vamos resolver isso”, assegurei a Capricia. “Eu não estaria forçando a barra se você não fosse a pessoa certa para a função — e você é.”

O presidente me perguntou se precisávamos de um processo de paz entre Cheryl e Denis McDonough, um de seus assessores mais próximos, mas não se fez necessária nenhuma intervenção. Eles trabalharam juntos para resolver a situação, e Capricia ficou com o posto. Eu sabia que ela não decepcionaria, e não decepcionou. Denis mais tarde narrou a história de como ele e sua esposa, Kari, ouviram certa manhã Capricia dando uma entrevista à National Public Radio. Kari ficou encantada e perguntou acerca daquela diplomata “absolutamente elegante”. Denis admitiu que inicialmente se opusera à sua indicação. Kari achou que ele estava maluco, e Denis concordou. Mais tarde, ele diria a Cheryl: “Não é de admirar que eu tenha perdido essa. E que bom que perdi”.

O sucesso de Capricia era um microcosmo da jornada pela qual todos nós passamos, de rivais de campanha a colegas respeitosos. Cheryl e Denis, os dois combatentes de frente nos nossos antigos confrontos, tornaram-se não só colegas, mas amigos. Falavam constantemente, quase todo dia, e se encontravam para cafés da manhã nos fins de semana, traçando estratégias diante de ovos mexidos e chocolate quente. Perto do fim do meu mandato como secretária, o presidente mandou uma nota de despedida para Cheryl, dizendo que tínhamos evoluído de “time de rivais” para “um time sem rival”.

Eu também estava determinada a recrutar Richard Holbrooke, uma força da natureza que era amplamente encarado como o diplomata número um da nossa geração. Seu empenho e seu envolvimento pessoal trouxeram a paz aos Bálcãs na década de 1990. Como embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, convenceu os republicanos a pagar nossas obrigações para com a ONU e enfatizou o HIV/aids como questão de segurança. Pouco depois de aceitar o posto de secretária, pedi-lhe para servir como nosso representante especial para o Afeganistão e o Paquistão. Desde seu primeiro dia, a nova administração teria de enfrentar sérias questões referentes ao futuro da guerra no Afeganistão, sobretudo se mandaria ou não mais tropas, como queriam os militares. Independentemente do que o presidente decidisse, precisaríamos de um esforço intensificado de diplomacia e desenvolvimento em ambos os países. Richard tinha a experiência e a determinação de perseguir esse objetivo.

Outra prioridade era, como sempre, a busca da paz no Oriente Médio. Pedi ao ex-senador George Mitchell para comandar nossos esforços. George era o oposto de Holbrooke, tão fechado quanto Richard era escancarado, mas tinha uma riqueza de experiência e expertise. Havia representado o Maine no Senado por quinze anos, dos quais seis como líder da maioria. Ao se retirar em meados da década de 1990, trabalhou com meu marido para fazer nascer o processo de paz na Irlanda. Mais tarde, comandou o Comitê de Averiguação de Sharm el-Sheikh, que investigou a segunda intifada, a rebelião palestina que começou em 2000.

Muitos presidentes e secretários de Estado haviam usado enviados especiais para missões específicas e para coordenar as políticas em certos assuntos pelo nosso governo. Eu tinha visto como isso podia funcionar bem. Alguns comentaristas disseram que a indicação de diplomatas de alto nível como Holbrooke e Mitchell reduziria o meu papel em importantes formulações de políticas e tomadas de decisão. Não era assim que eu via. Indicar homens qualificados, que poderiam servir eles mesmos como secretários, aumentava o meu alcance e a credibilidade do governo. Seriam multiplicadores de forças, reportando-se a mim, mas trabalhando em contato direto com a Casa Branca. O presidente concordou e veio ao Departamento de Estado junto com o vice-presidente para anunciar ambos, Richard e George. Eu estava orgulhosa por homens de tal estatura concordarem em servir nesses papéis como parte da minha equipe. Após longas e expressivas carreiras, nem Richard nem George precisavam assumir encargos considerados, segundo qualquer medida, difíceis, se não impossíveis. Entretanto, eles eram patriotas e servidores públicos que atenderam ao chamado.

Eu também necessitava de subsecretários de primeira linha para ajudar a administrar o Departamento. Uma recomendação pessoal de Obama para mim foi que eu considerasse James Steinberg como meu subsecretário em política. Parte da imprensa especulou que Jim seria visto como plantado por Obama e predisse que haveria tensão entre nós. Eu achei pura bobagem. Conhecia Jim desde que ele servira como vice-conselheiro de Segurança Nacional durante a administração Clinton. Durante as primárias de 2008, ele ofereceu assessoria em política externa para ambas as campanhas, e tanto o presidente como eu o tínhamos em alta conta. Ele também era um estudioso da Ásia-Pacífico, uma região que eu queria priorizar. Ofereci-lhe o cargo, e na nossa primeira reunião deixei claro que eu nos via como um só time. Jim sentia exatamente a mesma coisa. Em meados de 2011, Jim saiu para ser decano na Faculdade Maxwell da Universidade de Syracuse. Pedi a Bill Burns, um diplomata de carreira excepcionalmente talentoso e experiente, que assumisse o seu lugar.

Tradicionalmente havia apenas um subsecretário de Estado. Fiquei sabendo que um cargo de segundo subsecretário, para gestão e recursos, tinha sido autorizado pelo Congresso, mas jamais fora preenchido. Estava ansiosa para trazer um administrador experiente que pudesse me ajudar a lutar pelos recursos de que o Departamento necessitava no Capitólio, onde está o Congresso, e na Casa Branca, e assegurar que eles fossem gastos sabiamente. Escolhi Jack Lew, que servira como diretor do Escritório de Administração e Orçamento no fim dos anos 1990. Seu conhecimento financeiro e administrativo se revelaria inestimável ao trabalharmos juntos para instituir revisões de políticas e mudanças organizacionais.

Quando, em 2010, o presidente pediu a Jack para reprisar seu antigo papel no Escritório de Administração e Orçamento, ele foi sucedido sem percalços por Tom Nides, que tinha longa experiência tanto nos negócios como no serviço público. Seus anos como chefe de gabinete do presidente da Câmara Tom Foley, e depois do meu amigo, representante de Comércio dos Estados Unidos, Mickey Kantor, o prepararam bem para advogar junto ao Congresso em nome do Departamento e vestir a camisa de empresas americanas no exterior. Ele trouxe soberbos

talentos de negociador a numerosas questões espinhosas, inclusive um delicadíssimo impasse com o Paquistão que ajudou a resolver em 2012.

À medida que se aproximava minha audiência de confirmação perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado, mergulhei em intensos preparativos. Jake Sullivan, um homem sério e brilhante, natural de Minessota, com credenciais impecáveis (bolsista Rhodes em Oxford, secretário da Suprema Corte, assessor do Senado), fora um consultor de confiança na minha campanha presidencial e assistira o então senador Obama nos preparativos para o debate durante a eleição geral. Pedi a Jake que trabalhasse com Lissa Muscatine, minha amiga e ex-redatora de discursos da Casa Branca, que repetiu tal papel no Departamento de Estado. Eles me ajudaram a elaborar uma mensagem clara para a audiência e respostas para as perguntas que previámos seriam formuladas sobre cada assunto sob o sol. Jake acabou se tornando meu subchefe de gabinete para política e posteriormente diretor de planejamento de políticas, e estaria ao meu lado em quase todo lugar aonde fui nos quatro anos seguintes.

Uma equipe de transição, trabalhando com profissionais de carreira no Departamento, inundou-me com material informativo e reuniões presenciais sobre cada tópico imaginável, desde o orçamento do refeitório do Prédio até referências políticas de cada membro do Congresso. Eu já tinha visto uma boa dose desses tijolos de *briefings* e fiquei impressionada com a profundidade, a magnitude e a ordem desses produtos do Departamento de Estado. Via-se grande cuidado nos mínimos detalhes. E o processo amplo (às vezes bizantino) de indexação permitia aos especialistas de todo o Departamento, e do governo como um todo, ponderar sobre o conteúdo.

Além do processo informativo formal, passei aquelas semanas lendo, pensando e recorrendo a especialistas e amigos. Bill e eu dávamos longas caminhadas, conversando sobre a situação do mundo. Nosso velho amigo Tony Blair me visitou em casa em Washington, no começo de dezembro. Ele me atualizou do seu trabalho com o "Quarteto" — Estados Unidos, Nações Unidas, União Europeia e Rússia — sobre as negociações de paz no Oriente Médio desde que renunciara como primeiro-ministro do Reino Unido em junho de 2007.

A secretária de Estado, Condoleezza Rice, me convidou para o seu apartamento no complexo de Watergate para um jantar privado que nos deu a oportunidade de discutir desafios políticos e decisões pessoais que eu haveria de enfrentar. Ela fez um único pedido: eu poderia manter o seu motorista? Concordei, e logo me tornei tão dependente dele quanto Condi tinha sido.

Condi organizou outro jantar para mim com o seu staff sênior no oitavo andar do Departamento de Estado em uma das salas de jantar formais ali aninhadas. Seus conselhos sobre o que eu devia esperar no meu novo papel provaram ser muito úteis.

Conversei com os ex-secretários de Estado ainda vivos. É um clube fascinante que transcende diferenças partidárias. Cada um deles correra a sua distância no revezamento e estava ansioso para me ajudar a pegar o bastão e dar uma largada rápida. Madeleine Albright era minha amiga de muitos anos e parceira em promover direitos e oportunidades para as mulheres e concordou em comandar uma nova parceria público-privada para fomentar o empreendedorismo e a inovação no Oriente Médio. Warren Christopher me deu o que poderia ser o conselho mais prático que recebi: não planeje férias em agosto porque parece que alguma coisa sempre acontece nesse mês, como a Rússia invadir a Geórgia em 2008. Henry Kissinger me procurou regularmente, compartilhando observações astutas sobre líderes estrangeiros e me enviando relatórios escritos sobre suas viagens. James Baker apoiou os esforços do Departamento de Estado para preservar as salas de recepção diplomática cerimoniais e realizar o objetivo de longa

data de construir um museu para a diplomacia americana em Washington. Colin Powell ofereceu avaliações francas sobre indivíduos e ideias que o presidente e eu estávamos considerando. Lawrence Eagleburger, o primeiro e único funcionário de carreira do Serviço de Relações Exteriores a ocupar o cargo de secretário de Estado, acompanhou-me no quinquagésimo aniversário do Centro de Operações do Departamento (ou "Ops", como todo mundo lá o chama). Mas foi George Shultz quem me deu o melhor presente de todos: um ursinho de pelúcia que cantava "Don't Worry, Be Happy" quando se apertava uma das patas. Pus o ursinho no meu gabinete, primeiro como uma brincadeira, mas muitas vezes realmente adiantava apertar a patinha e ouvir a canção.

Pensei muito nas experiências dos meus predecessores, recuando até o primeiro secretário, Thomas Jefferson. Elaborar a política externa americana sempre foi um ato de equilibrar-se na corda bamba entre continuidade e mudança. Tentei imaginar o que Dean Acheson, que eu havia conhecido anos antes em Wellesley, e seu ilustre antecessor, George C. Marshall, haviam pensado sobre o tumultuado panorama internacional dos seus tempos.

No fim dos anos 1940, a missão da administração Truman era criar um mundo novo — mundo livre — a partir da destruição da Segunda Guerra Mundial e sob a sombra da Guerra Fria. Acheson a descreveu como uma tarefa "só um pouquinho menos formidável do que a descrita no primeiro capítulo do Gênesis". Velhos impérios estavam se fragmentando, e novas potências surgindo. Grande parte da Europa estava em ruínas e ameaçada pelo comunismo. No então chamado Terceiro Mundo, povos por muito tempo oprimidos estavam descobrindo sua voz e exigindo o direito de autonomia.

O general Marshall, um herói da Segunda Guerra Mundial, que serviu como secretário de Estado e secretário de Defesa no governo Truman, compreendeu que a segurança e prosperidade dos Estados Unidos dependiam de aliados capazes que partilhassem dos nossos interesses e comprassem nossos bens. Mais importante ainda, sabia que os Estados Unidos tinham a responsabilidade e a oportunidade de liderar o mundo e que novos desafios significavam liderar de maneiras novas.

Marshall e Truman lançaram um plano ambicioso para reconstruir os países destruídos da Europa e repelir o avanço do comunismo usando cada elemento do poder americano: militar, econômico, diplomático, cultural e moral. Chegaram a cruzar o corredor de separação para construir um apoio bipartidário para seus esforços, além de recrutarem líderes empresariais, organizadores trabalhistas e acadêmicos para ajudarem a explicar suas metas para o povo americano.

Sessenta anos depois, no fim da primeira década do século XXI, nosso país via-se novamente navegando num mundo de rápidas transformações. Tecnologia e globalização tornaram o mundo mais interconectado e interdependente do que nunca, e estamos lidando com drones, equipamento bélico cibernético e mídias sociais. Mais países — China, Índia, Brasil, Turquia e África do Sul — têm influência em debates globais, enquanto atores não estatais, como ativistas da sociedade civil, empresas multinacionais e redes terroristas, desempenhavam um papel maior em assuntos internacionais, para o bem e para o mal.

Embora alguns possam ter ansiado por uma Doutrina Obama — uma grande teoria unificada capaz de fornecer um mapa simples e elegante para a política externa nesta nova era, como a "contenção" fez durante a Guerra Fria —, não havia nada de simples e elegante nos problemas que enfrentávamos. Diferentemente dos dias da Guerra Fria, quando enfrentamos um adversário único, a União Soviética, agora tínhamos de lutar com muitas forças opostas. Então, como os nossos predecessores depois da Segunda Guerra Mundial, tivemos de atualizar o nosso

pensamento para fazer frente às mudanças que víamos à nossa volta.

Especialistas em política externa frequentemente se referem ao sistema de instituições, alianças e normas constituídas após a Segunda Guerra como "arquitetura". Ainda precisávamos de uma ordem global baseada em regras que pudesse dar conta das interações entre estados, proteger as liberdades fundamentais e mobilizar a ação comum. Mas teria de ser mais flexível e mais inclusiva que antes. Cheguei a comparar a velha arquitetura com o Partenon na Grécia, com suas linhas simples e regras claras. Os pilares que a sustentavam — um punhado de grandes instituições, alianças e tratados — eram extraordinariamente robustos. Mas o tempo cobra seu preço, mesmo nas edificações mais importantes — e agora necessitávamos de uma arquitetura nova para um mundo novo, mais no espírito de Frank Gehry do que do classicismo grego formal. Onde antigamente algumas colunas sólidas podiam sustentar o peso do mundo, agora se fazia necessária uma mistura dinâmica de materiais, formas e estruturas.

Durante décadas os instrumentos da política externa haviam sido classificados ou como o *hard power*, o "poder duro" da força militar, ou como o *soft power*, o "poder brando" da influência diplomática, econômica, humanitária e cultural. Eu queria romper esse paradigma obsoleto e pensar em termos mais amplos sobre onde e como podíamos usar todos os elementos da política externa americana em uníssono.

Além do trabalho tradicional de negociar tratados e comparecer a conferências diplomáticas, precisávamos — entre outras tarefas — envolver ativistas em mídia social, ajudar a determinar rotas de energia, limitar emissões de carbono, incentivar grupos marginalizados a participar da política, apoiar os direitos humanos universais e defender regras econômicas comuns do caminho. Nossa habilidade de fazer essas coisas seria a medida crucial do nosso poder nacional.

Essa análise me levou a abraçar um conceito conhecido como *smart power*, o poder inteligente, que vinha circulando por Washington há alguns anos. Joseph Nye, de Harvard, Suzanne Nossel, da Human Rights Watch, e alguns outros tinham usado o termo, embora todos tivéssemos em mente significados ligeiramente diferentes. Para mim, poder inteligente significava escolher a combinação certa de instrumentos — diplomáticos, econômicos, militares, políticos, jurídicos e culturais — para cada situação.

O objetivo do poder inteligente e do nosso foco expandido em tecnologia, parcerias público-privadas, energia, economia e outras áreas além do portfólio-padrão do Departamento de Estado era complementar os instrumentos e as prioridades diplomáticas mais tradicionais, não substituí-los. Queríamos mobilizar cada recurso de modo a contribuir para os maiores e mais difíceis desafios da segurança nacional. Ao longo deste livro, você verá exemplos de como isso funcionava. Considere nossos esforços no Irã. Usamos novos instrumentos financeiros e parceiros do setor privado para impor sanções rigorosas e excluir o Irã da economia global. A nossa diplomacia na área energética nos ajudou a reduzir as vendas de petróleo iraniano e angariou novos suprimentos para estabilizar o mercado. Voltamo-nos para a mídia social para nos comunicar diretamente com o povo iraniano e investimos em novas ferramentas de alta tecnologia para ajudar os dissidentes a escapar da repressão governamental. Tudo isso reforçou nossa diplomacia profissional à moda antiga e promoveu nossos objetivos essenciais de segurança nacional.

Em 13 de janeiro de 2009, sentei-me do outro lado da mesa diante dos meus colegas do Senado para minha audiência de confirmação com o Comitê de Relações Exteriores. Por mais de cinco horas expliquei por que e como planejava redefinir o papel de secretária, esbocei posições referentes aos desafios mais prementes e respondi perguntas sobre tudo, desde a política no

Ártico, passando por economia internacional, até o abastecimento de energia.

Em 21 de janeiro, o plenário do Senado confirmou minha indicação por uma votação de 94 a 2. Mais tarde nesse mesmo dia, numa pequena cerimônia privada no meu escritório no Senado no edifício Russell, cercada pelo meu staff do Senado, a juíza Kay Oberly administrou meu juramento enquanto meu marido segurava a Bíblia.

Em 22 de janeiro, mantendo a tradição de todos os novos secretários, entrei no Departamento de Estado pela porta principal na rua C. O saguão estava cheio de colegas que me ovacionaram. Senti-me emocionada e humilde com as entusiásticas boas-vindas. Tremulando numa comprida fila, estavam as bandeiras de todos os países do mundo com quem os Estados Unidos mantêm relações diplomáticas. Eu visitaria mais da metade desses países, 112 ao todo, durante o turbilhão que estava prestes a começar. “Acredito, de todo o coração, que esta é uma nova era para os Estados Unidos”, disse eu à multidão reunida.

Atrás das pessoas no saguão, vi gravados nas paredes de mármore os nomes de mais de duzentos diplomatas que morreram enquanto representavam o país no exterior, remontando aos primeiros anos da república. Eles haviam perdido a vida em guerras, desastres naturais, ataques terroristas, epidemias, até mesmo naufrágios. Eu sabia ser possível que nos anos pela frente perdêssemos mais americanos em serviço em lugares frágeis e perigosos. (Infelizmente perdemos, no terremoto no Haiti, no ataque terrorista em Bengasi, na Líbia, e em outros lugares.) Naquele dia, e em todos os dias, resolvi fazer tudo que pudesse para apoiar e proteger os homens e mulheres que serviam nosso país em todo o mundo.

O gabinete dos secretários de Estado fica na suíte do sétimo andar conhecida como “Mahogany Row”. O corredor era ladeado por imponentes retratos dos meus antecessores. Eu trabalharia sob o vigilante olhar deles. Nossa ala de escritórios e salas de conferência era guardada por oficiais do Serviço de Segurança Diplomática e rotineiramente varrida em busca de dispositivos de escuta. Era chamada de SCIF, instalação para troca de informação confidencial, e às vezes dava a sensação de que estávamos trabalhando dentro de uma gigantesca caixa-forte. Para evitar escutas não autorizadas, ninguém tinha permissão de trazer qualquer dispositivo eletrônico de fora, nem mesmo um telefone celular.

Depois de saudar minha equipe, entrei no meu gabinete particular e sentei-me à minha mesa pela primeira vez. Uma carta da minha predecessora, a secretária Rice, estava à minha espera. As paredes desse escritório interno eram revestidas de cerejeira-do-norte, escolhida pelo ex-secretário George Shultz, dando à pequena sala uma sensação acolhedora, muito diferente do grandioso gabinete externo onde eu receberia os visitantes. Havia três telefones sobre a mesa, que incluíam linhas diretas com a Casa Branca, o Pentágono e a CIA. Acrescentei um divã onde podia ler confortavelmente, até mesmo tirar um cochilo ocasional, e na sala adjacente havia uma pequena cozinha e um banheiro completo, com chuveiro.

Em pouco tempo esse gabinete viria a se tornar minha segunda casa, onde passaria muitas horas ao telefone com líderes estrangeiros enquanto andava pela sala de um lado a outro. Mas por enquanto, naquele primeiro dia, simplesmente tentei absorvê-lo.

Peguei a carta de Condi e a abri. Era breve, calorosa e sincera. Ela escreveu que ser secretária de Estado era “o melhor trabalho no governo” e que tinha confiança de que estava deixando o Departamento em boas mãos. “Você tem a qualificação mais importante para esse serviço — você ama profundamente este país.” Fiquei comovida com suas palavras.

Mal podia esperar para começar.

Segunda parte

Do outro lado do Pacífico

3

Ásia: O pivô

Minha comitiva de carros percorreu as ruas tranquilas da base aérea de Andrews num domingo claro de fevereiro de 2009. Passamos por guaritas, casas, hangares e então rumamos para a vasta área de concreto da pista. Eu estava embarcando na minha primeira viagem como secretária de Estado. Os carros pararam ao lado do Boeing 757 azul e branco da Força Aérea, adaptado com equipamentos de comunicações suficientemente avançados para coordenar a diplomacia global de qualquer ponto do mundo. Na lateral, em grandes letras pretas, estavam gravadas as palavras: "Estados Unidos da América". Saí do carro, parei e absorvi tudo.

Como primeira-dama, eu viajara pelo mundo com Bill no Air Force One, o maior e mais grandioso dos jatos governamentais. Também viajei extensivamente sozinha, geralmente num 757 muito parecido com aquele e numa variedade de aviões menores como senadora participando de delegações do Congresso para lugares como Iraque, Afeganistão e Paquistão. Mas nenhuma dessas experiências pôde me preparar para o que seria passar mais de 2 mil horas no ar durante quatro anos, viajando praticamente 1,5 milhão de quilômetros. São 87 dias de ar reciclado e vibração constante das turbinas gêmeas nos propulsionando para a frente a mais de oitocentos quilômetros por hora. Aquele avião também era um símbolo poderoso da nação que eu tinha a honra de representar. Independentemente de quantos quilômetros viajados ou países visitados, nunca perdi minha sensação de orgulho ao ver aquelas cores icônicas, azul e branco, reluzindo em alguma pista distante.

Dentro do avião, à minha esquerda, os oficiais da Força Aérea estavam ocupados numa cabine cheia de computadores e equipamentos de comunicação. Atrás deles, os pilotos faziam as checagens finais. À direita, um estreito corredor levava à minha cabine pessoal, com uma pequena escrivaninha, um sofá-cama, banheiro, closet e telefones seguros e não seguros.

Mais adiante, ficava a cabine principal, dividida em três setores para staff, segurança e imprensa e pessoal da Força Aérea. No primeiro setor, havia duas mesas, cada uma com quatro cadeiras de couro frente a frente, como em cabines de trem. Sobre a mesa, os funcionários do Serviço de Relações Exteriores do Departamento de Estado montaram um escritório de viagem, conectado ao Centro de Operações em Foggy Bottom e capaz de preparar qualquer coisa, desde telegramas diplomáticos sigilosos até programações diárias detalhadas, tudo a 10 mil metros de altura. Do outro lado do corredor, o meu staff instalava seus laptops, operava os telefones ou tentava tirar um cochilo entre as escalas. As mesas geralmente ficavam cobertas de *briefings* e rascunhos com marcas de revisão, mas com frequência viam-se também exemplares das revistas *People* e US *Weekly* aparecendo por baixo dos documentos oficiais.

O setor intermediário do avião parecia uma cabine-padrão de classe executiva de algum voo doméstico. Os assentos eram preenchidos por especialistas em política das seções relevantes do Departamento de Estado, colegas da Casa Branca e do Pentágono, um tradutor e diversos agentes da Segurança Diplomática. A seguir vinha a cabine de imprensa, para os jornalistas e equipes de cinegrafistas que registravam nossas viagens.

No fundo ficavam os atendentes de voo da Força Aérea que preparavam nossas refeições e sempre cuidavam muito bem de nós. Não era algo fácil, considerando que as preferências

alimentares e os padrões de sono de todos viviam fora de sincronia a maior parte do tempo. A equipe de voo fazia compras de provisões nos países que visitávamos, o que permitia algumas regalias inesperadas, como queijo Oaxaca do México, salmão defumado da Irlanda e frutas tropicais do Camboja. Mas, onde quer que estivéssemos, ainda podíamos contar em ver no cardápio alguns pratos prediletos da equipe, como a famosa salada com tacos de peru da Força Aérea.

Aquele apinhado tubo metálico tornou-se nosso lar no céu. Eu disse à equipe para usarem roupas informais, dormirem o máximo possível e fazerem tudo que pudessem para se manter lúcidos e saudáveis em meio aos rigores de uma programação extenuante. Durante essas 2 mil horas no ar, comemoraríamos aniversários, veríamos notáveis diplomatas se debulhando em lágrimas com melosas comédias românticas (e nós tentando inutilmente não zombar deles por isso) e ficaríamos maravilhados com o pijama amarelo berrante de Holbrooke que ele chamava de "terno de dormir".

Na maioria dos voos, o grupo dedicava grande parte do tempo ao trabalho, e eu fazia o mesmo. Entretanto, no fim de uma longa excursão internacional havia uma sensação palpável de alívio e relaxamento no voo de volta para casa. Degustávamos uma taça de vinho, víamos filmes e trocávamos histórias. Num desses voos assistimos ao longa-metragem *Quebra de confiança*, sobre o agente do FBI Robert Hanssen, que foi espião para a Rússia nas décadas de 1980 e 1990. Numa das cenas, o personagem Hanssen se queixa: "Não posso confiar numa mulher de terno. Quem usa calça são os homens. O mundo não precisa de mais Hillarys Clinton". O avião inteiro caiu na gargalhada.

A aeronave quebrou em diversas ocasiões. Uma vez, encalhada na Arábia Saudita com problemas mecânicos, consegui pegar uma carona para casa com o general David Petraeus, que por acaso estava passando pela região. Dave generosamente me ofereceu sua cabine e ficou nas poltronas com o seu staff. No meio da noite, paramos para reabastecer numa base da Força Aérea na Alemanha. Dave saltou do avião e foi direto para a academia de ginástica da base, onde se exercitou durante uma hora, e aí decolamos e voltamos a voar.

Naquela primeira viagem de fevereiro de 2009, caminhei até o fundo do avião, e os jornalistas estavam se ajeitando em seus assentos. Muitos tinham feito a cobertura de secretários de Estado anteriores e estavam recordando viagens passadas e especulando sobre o que poderiam esperar daquela nova secretária.

Alguns dos meus assessores haviam sugerido que eu usasse minha primeira viagem para começar a curar as feridas transatlânticas que se abriram durante a administração Bush indo primeiro para a Europa. Outros sugeriram o Afeganistão, onde tropas americanas estavam combatendo uma difícil insurgência. A primeira escala de Colin Powell tinha sido no México, nosso vizinho do sul, o que também fazia muito sentido. Warren Christopher fora ao Oriente Médio, que continuava a exigir atenção concentrada. Mas Jim Steinberg, meu novo subsecretário, sugeriu a Ásia, onde esperávamos que fosse escrita grande parte da história do século XXI. Concluí que ele tinha razão, então estava rompendo com os precedentes e dirigindo-me ao Japão, depois à Indonésia, à Coreia do Sul e finalmente à China. Precisávamos mandar uma mensagem à Ásia e ao mundo de que os Estados Unidos estavam de volta.

Quando me tornei secretária, vim a acreditar que os Estados Unidos tinham de fazer mais para ajudar a definir o futuro da Ásia e administrar a nossa relação cada vez mais complexa com a China. A trajetória da economia global e a nossa própria prosperidade, o avanço da democracia e dos direitos humanos e as nossas esperanças para um século XXI menos sangrento que o século XX, tudo isso dependia em alto grau do que acontecesse na Ásia-Pacífico. Essa vasta região, que

abrange o oceano Índico até as minúsculas ilhas-nações do Pacífico, abriga mais da metade da população do globo, vários dos nossos aliados mais confiáveis e valiosos parceiros comerciais, bem como muitas das mais dinâmicas rotas comerciais e energéticas do mundo. As exportações americanas para a região ajudaram a impulsionar a nossa recuperação econômica na esteira da recessão, e o nosso crescimento futuro depende de alcançar mais a base de consumo constituída pela classe média asiática em expansão. A Ásia também é a fonte de ameaças reais à nossa segurança, mais especificamente a imprevisível ditadura da Coreia do Norte.

A ascensão da China é um dos mais significativos desenvolvimentos estratégicos do nosso tempo. É um país cheio de contradições: uma nação cada vez mais rica e influente que tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza, e um regime autoritário tentando ocultar seus graves desafios domésticos, com cerca de 100 milhões de pessoas ainda vivendo com um dólar ou menos por dia. É o maior produtor mundial de painéis solares e também o maior emissor mundial de gases responsáveis pelo efeito estufa, com um dos piores índices de poluição atmosférica urbana do mundo. Ansiosa para desempenhar um papel fundamental no teatro global, mas determinada a agir unilateralmente no que concerne lidar com seus vizinhos, a China permanece relutante em questionar assuntos internos de outros países, mesmo em circunstâncias extremas.

Como senadora, argumentei que os Estados Unidos teriam de lidar com uma China em ascensão e seu crescente poderio econômico, diplomático e militar de forma cuidadosa e disciplinada. No passado, o surgimento de novas potências raramente ocorreu sem atrito. Nesse caso, a situação era particularmente complicada devido ao alto grau de interdependência a que nossas economias estavam chegando. Em 2007, as transações comerciais entre os Estados Unidos e a China superaram 387 bilhões de dólares; em 2013, chegaram a 562 bilhões de dólares. Os chineses detinham vastas quantias em bônus do Tesouro dos Estados Unidos, o que significava que estávamos profundamente investidos no sucesso econômico um do outro. Como consequência, ambos compartilhávamos um forte interesse na manutenção da estabilidade na Ásia e em torno do mundo e em assegurar um fluxo constante de energia e comércio. Contudo, com exceção desses interesses comuns, nossos valores e visões de mundo frequentemente divergiam; víamos isso em velhos pontos salientes como Coreia do Norte, Taiwan e Tibete, nos direitos humanos e em questões importantes recentes, como mudanças climáticas e disputas nos mares do Sul e do Leste da China.

Tudo isso contribuía para um difícil ato de equilíbrio. Necessitávamos de uma estratégia sofisticada que incentivasse a China a participar como membro responsável da comunidade internacional, mantendo-nos ao mesmo tempo firmes em nossos valores e interesses. Esse era um tema que carreguei ao longo da minha campanha para a presidência em 2008, argumentando que os Estados Unidos precisavam saber tanto como achar um terreno comum quanto como manter-se firmes no nosso terreno. Enfatizei a importância de convencer a China a jogar conforme as regras no mercado global, abandonando práticas comerciais discriminatórias, permitindo que o valor da sua moeda subisse e impedindo que comida e bens danificados chegassem aos consumidores mundiais, como era o caso de brinquedos contaminados por tinta de chumbo tóxica que tinham ido parar nas mãos de crianças americanas. O mundo necessitava de uma liderança responsável por parte da China para obter progresso real nas mudanças climáticas, evitar conflito na península da Coreia e encarar muitos outros desafios regionais e globais, então não era nosso interesse transformar Beijing num novo bicho-papão da Guerra Fria. Em vez disso, precisávamos encontrar uma fórmula para administrar a competição e fomentar a cooperação.

Sob a liderança do secretário do Tesouro, Hank Paulson, a administração Bush dera início a

um diálogo econômico de alto nível com a China, que fez progressos em alguns tópicos comerciais importantes; mas essas conversações mantiveram-se à parte de discussões estratégicas e de segurança mais amplas. Muitos na região sentiam que o foco da administração no Iraque, no Afeganistão e no Oriente Médio tinha levado a um desengajamento dos Estados Unidos em sua tradicional liderança na Ásia. Algumas dessas preocupações eram exageradas, mas tal percepção era um problema. Eu pensava que deveríamos ampliar nosso envolvimento com a China e colocar a Ásia-Pacífico no topo da nossa agenda diplomática.

Jim Steinberg e eu rapidamente concordamos que a pessoa que deveria dirigir o Escritório de Assuntos do Leste Asiático e do Pacífico do Departamento de Estado era o dr. Kurt Campbell. Kurt, que ajudou a criar a política para a Ásia no Pentágono e no Conselho de Segurança Nacional durante a administração Clinton, tornou-se um arquiteto-chave da nossa estratégia. Além disso, sendo um pensador criativo e dedicado servidor público, era também um companheiro de viagem irrepreensível, adepto de trotes e brincadeiras e nunca sem uma piada ou uma história.

Durante meus primeiros dias no serviço, dei uma rodada de telefonemas para os principais líderes asiáticos. Uma das minhas conversas mais francas foi com Stephen Smith, ministro de Relações Exteriores da Austrália. Seu chefe, o primeiro-ministro Kevin Rudd, falava mandarim e tinha uma visão clara das oportunidades e dos desafios representados pela ascensão chinesa. Rica em recursos naturais, a Austrália estava lucrando ao suprir a explosão industrial da China com minerais e outras matérias-primas. A China tornou-se o maior parceiro comercial da Austrália, ultrapassando o Japão e os Estados Unidos. Mas Rudd também entendia que a paz e a segurança no Pacífico dependiam da liderança americana, e valorizava enormemente os laços históricos entre os nossos países. A última coisa que ele queria era ver os Estados Unidos se retirando ou perdendo influência na Ásia. Nesse primeiro telefonema, Smith manifestou a esperança, dele e de Rudd, de que a administração Obama "se engajasse mais profundamente na Ásia". Eu lhe disse que isso estava alinhado com a minha própria maneira de pensar e que estava ansiosa por uma parceria estreita. A Austrália veio a ser um aliado-chave na nossa estratégia asiática nos anos seguintes, tanto com Rudd quanto com sua sucessora, a primeira-ministra Julia Gillard.

A vizinha Nova Zelândia representava um desafio maior. Durante 25 anos, desde que o país proibira todos os navios nucleares de atracar em seus portos domésticos, os Estados Unidos e a Nova Zelândia mantiveram um relacionamento limitado. No entanto, eu achava que a nossa longa amizade e interesses comuns criavam uma abertura diplomática para uma ponte sobre nossas diferenças e para criar uma relação nova entre Wellington e Washington. Na minha visita em 2010, assinei a Declaração Wellington com o primeiro-ministro John Key, comprometendo nossas nações a trabalharem mais próximas na Ásia, no Pacífico e em organizações multilaterais. Em 2012, o secretário de Defesa Leon Panetta revogaria a proibição que já durava 25 anos de navios neozelandeses atracarem em bases americanas. Na política global, às vezes estender a mão a um velho amigo pode ser tão gratificante quanto fazer um amigo novo.

Todos os meus telefonemas para líderes asiáticos naquela primeira semana reforçaram a minha crença de que precisávamos de uma nova abordagem na região. Jim e eu discutimos com especialistas sobre várias possibilidades. Uma opção era focar a ampliação da nossa relação com a China, com base na teoria de que, se conseguíssemos ter êxito na nossa política chinesa, o resto do trabalho na Ásia seria muito mais fácil. Uma alternativa seria concentrar nossos esforços no fortalecimento dos tratados de alianças dos Estados Unidos na região (com Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Filipinas e Austrália), proporcionando um contrabalanço para o crescente poder da China.

Uma terceira abordagem era elevar e harmonizar a sopa de letrinhas das organizações multilaterais, tais como a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) e a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico). Ninguém esperava que alguma coisa tão coerente como a União Europeia brotasse da noite para o dia, mas outras regiões haviam aprendido lições importantes sobre o valor de instituições multinacionais bem organizadas. Tais instituições podiam prover um foro onde cada nação e ponto de vista pudessem ser ouvidos e oferecer oportunidades para trabalhar juntos em desafios comuns, resolver suas discórdias, estabelecer regras e padrões de comportamento, recompensar países responsáveis com legitimidade e respeito e ajudar a cobrar responsabilidade daqueles que violassem as regras. Se as instituições multilaterais asiáticas fossem apoiadas e modernizadas, poderiam fortalecer normas regionais acerca de tudo, desde direitos de propriedade intelectual até proliferação nuclear, liberdade de navegação e ações voltadas para desafios como mudança climática e pirataria. Esse tipo de diplomacia multilateral metódica é muitas vezes lento e frustrante, raramente gerando manchetes, mas pode pagar dividendos reais que afetam a vida de milhões de pessoas.

De acordo com a posição que eu assumira como senadora e candidata presidencial, concluí que a escolha pelo poder inteligente iria fundir todas as três abordagens. Podíamos mostrar que os Estados Unidos estavam "no jogo" quando se tratasse da Ásia. Eu estava pronta para liderar o caminho, mas o sucesso requeria que o governo todo comprasse a ideia, a começar pela Casa Branca.

O presidente compartilhava a minha determinação de fazer da Ásia o ponto focal da política externa daquele governo. Nascido no Havaí e tendo passado seus anos de formação na Indonésia, ele sentia uma forte ligação pessoal com a região e compreendia seu significado. Sob sua orientação, a equipe do Conselho de Segurança Nacional, comandada pelo general Jim Jones, junto com Tom Donilon e seu especialista em Ásia, Jeff Bader, apoiou nossa estratégia. Nos quatro anos seguintes praticamos o que chamei de "diplomacia em formação avançada" na Ásia, tomando o termo de empréstimo dos nossos colegas militares. Aceleramos o ritmo e ampliamos o escopo do nosso envolvimento diplomático na região, enviando funcionários experientes e peritos em desenvolvimento para os mais afastados cantos, participando mais plenamente em organizações multilaterais, reafirmando nossas alianças tradicionais e empenhando-nos em conseguir novos parceiros estratégicos. Como relações pessoais e gestos de respeito são profundamente significativos na Ásia, considerei prioridade visitar praticamente todo país da região. Minhas viagens acabariam me levando de uma das menores ilhas do Pacífico, passando pelo abrigo de um laureado com o Nobel da Paz há muito preso, até os limites da fronteira mais guardada do mundo.

Durante quatro anos, proferi uma série de discursos explicando a nossa estratégia e expondo o caso de por que a Ásia-Pacífico merecia maior atenção do governo dos Estados Unidos. No verão de 2011, comecei a trabalhar num longo artigo que situaria o nosso trabalho na região no contexto mais amplo da política externa americana. A guerra no Iraque estava gradualmente perdendo força, e uma transição estava a caminho no Afeganistão. Após uma década focando áreas de grande ameaça, tínhamos chegado a um ponto que podia ser considerado um "pivô". É claro que precisávamos nos manter concentrados nas ameaças remanescentes, mas era também hora de fazer mais em áreas de maior oportunidade.

A revista *Foreign Policy* publicou meu artigo no outono com o título "O século dos Estados Unidos no Pacífico", mas foi a palavra *pivô* que ganhou proeminência. Os jornalistas se grudaram nela como uma descrição evocativa da renovada ênfase do governo na Ásia, embora

muitos no governo preferissem a expressão mais anódina *reequilíbrio para a Ásia*. Alguns amigos e aliados em outras partes do mundo ficaram compreensivelmente preocupados com a possibilidade de a expressão implicar que estávamos virando as costas para eles, mas trabalhamos para deixar claro que os Estados Unidos tinham o alcance e a determinação de fazer o pivô *para* a Ásia, sem ficar de costas para outras obrigações e oportunidades.

Nossa primeira tarefa era reafirmar os Estados Unidos como potência no Pacífico sem despertar uma confrontação desnecessária com a China. Foi por isso que decidi usar a minha primeira viagem como secretária para atingir três objetivos: visitar nossos principais aliados asiáticos, Japão e Coreia; alcançar a Indonésia, uma potência regional emergente e sede da ASEAN; e começar o nosso envolvimento crucial com a China.

No começo de fevereiro, logo depois de tomar posse, convidei diversos acadêmicos e especialistas em Ásia para jantar no Departamento de Estado. Ceamos na elegante Sala de Recepção Thomas Jefferson no oitavo andar. Pintada de azul-claro e mobiliada com antiguidades americanas estilo Chippendale, essa sala veio a se tornar uma das minhas favoritas no edifício, e no decorrer dos anos ofereci muitos banquetes e eventos ali. Conversamos sobre como equilibrar os diversos interesses americanos na Ásia, que às vezes pareciam competir entre si. Por exemplo, até que ponto podíamos forçar os chineses no tópico de direitos humanos ou mudança climática e ainda assim contar com o apoio deles em questões de segurança como o Irã e a Coreia do Norte? Stapleton Roy, ex-embaixador em Cingapura, Indonésia e China, instou-me a não negligenciar o Sudeste Asiático, algo que Jim e Kurt também já vinham me recomendando. Com os anos, a atenção americana muitas vezes ficou focalizada no Nordeste Asiático, devido a nossas alianças e nossos compromissos militares no Japão e na Coreia do Sul, mas países como Indonésia, Malásia e Vietnã estavam crescendo em importância econômica e estratégica. Roy e outros especialistas apoiaram nosso plano de assinar um tratado com a ASEAN, o que abriria a porta para um envolvimento muito maior dos Estados Unidos na região. Parecia um passo pequeno que podia gerar benefícios reais ao longo do caminho.

Uma semana depois, fui até a Asia Society em Nova York para fazer meu primeiro discurso importante como secretária acerca da nossa abordagem à Ásia-Pacífico. Orville Schell, o estudioso sobre a China da sociedade, com seus cabelos prateados, sugeriu que eu usasse um antigo provérbio de *A arte da guerra*, de Sun Tzu, falando de soldados de dois estados feudais em guerra que se encontram juntos num barco cruzando um largo rio durante uma tempestade. Em vez de lutar, eles trabalham juntos e sobrevivem. Na nossa língua, o provérbio pode ser traduzido aproximadamente como: “Quando estamos no mesmo barco, atravessamos o rio juntos pacificamente”. Para os Estados Unidos e a China, com nossos destinos econômicos interligados em meio a uma tormenta financeira global, era um bom conselho. O uso que fiz do provérbio não se perdeu em Beijing. O premiê Wen Jiabao e outros líderes referiram-se a ele em discussões posteriores comigo. Alguns dias após o discurso, subi a bordo do avião na base aérea de Andrews e cruzei o Pacífico.

Ao longo de meus muitos anos de viagens, desenvolvi a capacidade de dormir em quase todo lugar a qualquer hora — em aviões, carros, uma soneca rápida num quarto de hotel antes de uma reunião. Em viagem, tentava dormir sempre que possível, pois nunca tinha certeza de quando seria o meu próximo repouso decente. Quando precisava ficar acordada durante reuniões ou conferências telefônicas múltiplas, tomava copiosas xícaras de café e chá e às vezes enfiava as unhas de uma mão na palma da outra. Era o único jeito que eu conhecia para enfrentar o horário maluco e o feroz *jet lag*. Mas quando nosso avião atravessou a linha internacional de data rumo a Tóquio, eu sabia que não havia esperança de sono. Não conseguia parar de pensar no que

tinha de fazer para tirar o máximo proveito da viagem.

Visitei o Japão pela primeira vez com Bill, ao participar de uma delegação comercial do Arkansas durante seu mandato como governador. Na época, o país era um aliado-chave, mas também um objeto de crescente ansiedade nos Estados Unidos. O "Milagre Econômico" japonês veio a simbolizar profundos temores em relação à estagnação e ao declínio econômicos dos Estados Unidos, tanto quanto a ascensão da China no século XXI. A capa do livro de Paul Kennedy publicado em 1987, *Ascensão e queda das grandes potências*, mostrava um Tio Sam exausto descendo de um pedestal global com um empresário japonês de ar decidido subindo ao mesmo tempo. Soa familiar? Quando um conglomerado japonês comprou o histórico Rockefeller Center em Nova York em 1989, a aquisição causou um pequeno pânico na imprensa: "Os Estados Unidos estão à venda?", indagava o *Chicago Tribune*.

Naqueles tempos, havia preocupações legítimas em relação ao futuro econômico americano, o que serviu de combustível para a bem-sucedida campanha presidencial de Bill em 1992. Contudo, quando Bill e eu fomos recebidos pelo imperador Akihito e pela imperatriz Michiko do Japão, no Palácio Imperial de Tóquio no verão de 1993, já podíamos ver que os Estados Unidos estavam recobrando sua força econômica. O Japão, em contraste, enfrentava uma "década perdida" depois do estouro da sua bolha de crédito e de ativos financeiros, deixando bancos e outros empreendimentos econômicos carregados de dívidas incobráveis. Sua economia, um dia temida pelos americanos, desacelerou até atingir um ritmo anêmico — o que causou todo um conjunto de preocupações diferentes das nossas. O Japão ainda era uma das maiores economias do mundo e um parceiro-chave para responder à crise financeira global. Escolhi Tóquio como meu primeiro destino para ressaltar que a nossa nova administração via a aliança como uma pedra angular da nossa estratégia na região. O presidente Obama também receberia o primeiro-ministro Taro Aso em Washington um pouco mais tarde naquele mesmo mês, o primeiro líder a reunir-se com ele no Salão Oval.

A força da nossa aliança seria demonstrada de forma dramática em março de 2011, quando um terremoto de magnitude 9.0 atingiu a costa leste do Japão, provocando um tsunami de ondas de trinta metros e levando a um colapso da usina nuclear de Fukushima. O "triplo desastre" matou aproximadamente 20 mil pessoas, deixou sem abrigo outras centenas de milhares e tornou-se uma das catástrofes naturais mais caras da história. Nossa embaixada e a 7ª Frota dos Estados Unidos, que tinha uma estreita parceria com a Força Marítima de Autodefesa do Japão, entraram rapidamente em ação, trabalhando com os japoneses para entregar alimentos e suprimentos médicos, conduzir missões de busca e resgate, evacuar feridos e auxiliar em outras missões vitais. Foi chamada de Operação Tomodachi, a palavra japonesa para *amigo*.

Nessa primeira visita, aterrissei em Tóquio em meio a uma investida de pompa e ostentação. Além do séquito habitual de encarregados oficiais da recepção, duas mulheres astronautas e membros da equipe das Olimpíadas Especiais do Japão estavam no aeroporto para me recepcionar.

Após algumas horas de sono no histórico hotel Okura em Tóquio, um bolsão da cultura e estilo dos anos 1960 que parecia saído da série televisiva *Mad Men*, minha primeira parada foi no Santuário Meiji. O resto do meu dia foi um turbilhão de apresentações com o staff e famílias na embaixada dos Estados Unidos, um almoço como o ministro das Relações Exteriores, um comovente encontro com famílias de cidadãos japoneses sequestrados pela Coreia do Norte, uma vívida discussão informal com estudantes na Universidade de Tóquio, entrevistas com as imprensas americana e japonesa, um jantar com o primeiro-ministro e um encontro tarde da noite com o chefe do partido de oposição. Foi o primeiro de muitos dias atulhados de atividades que eu

teria nos próximos quatro anos, cada um cheio de altos e baixos diplomáticos e emocionais.

Um dos destaques foi ir ao Palácio Imperial encontrar-me novamente com a imperatriz Michiko. Foi uma rara honraria, resultado do relacionamento pessoal caloroso que ela e eu desfrutamos desde o meu tempo de primeira-dama. Cumprimentamo-nos com um sorriso e um abraço. Então ela me recebeu em seus aposentos particulares. O imperador juntou-se a nós para o chá e uma conversa sobre viagens, minhas e deles.

Planejar uma viagem complicada como essa requer todo um time de pessoas talentosas. Huma, agora subchefe de gabinete para Operações, e minha diretora de agenda, Lona Valmoro, que fazia malabarismos com 1 milhão de convites sem nunca falhar, coordenaram um processo amplo de modo a assegurar que agrupássemos as melhores ideias para escalas e eventos. Deixei claro que queria sair do círculo fechado de palácios e ministérios das Relações Exteriores e me encontrar com cidadãos, especialmente ativistas comunitários e voluntários; jornalistas; estudantes e professores; líderes empresariais, trabalhistas e religiosos, a sociedade civil que ajuda a manter a responsabilidade dos governos e provoca mudanças sociais. Era algo que eu vinha fazendo desde que fui primeira-dama. Num discurso no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, em 1998, eu havia comparado uma sociedade sadia com um banco de três pés, apoiada por um governo responsável, uma economia aberta e uma sociedade civil vibrante. Esse terceiro pé da banqueta era frequentemente negligenciado.

Graças à internet, especialmente às mídias sociais, cidadãos e organizações comunitárias ganharam maior acesso à informação e a uma capacidade de externar do que jamais tiveram antes. Naquele exato momento autocracias precisavam prestar atenção aos sentimentos da população, como veríamos durante a Primavera Árabe. Para os Estados Unidos, era importante construir relações fortes com os povos estrangeiros tanto quanto com seus governos. Isso ajudaria a garantir parcerias mais duradouras com nossos amigos. Também construiria apoio para as nossas metas quando o governo não estivesse conosco mas o povo, sim. Em muitos casos, defensores e organizações da sociedade civil eram os responsáveis pelo progresso dentro dos países. Combatiam a corrupção oficial, mobilizavam movimentos populares de base e chamavam a atenção para problemas como degradação ambiental, violação aos direitos humanos e desigualdade econômica. Desde o começo eu queria que os Estados Unidos estivessem firmemente ao seu lado, incentivando-os e apoiando-os em seus esforços.

Meu primeiro encontro público foi na Universidade de Tóquio. Disse aos estudantes que os Estados Unidos estavam novamente prontos para escutar e passei a palavra para eles. Eles me fizeram então uma enxurrada de perguntas, não apenas sobre os assuntos que dominavam as manchetes, como o futuro da aliança Estados Unidos-Japão e a corrente crise financeira global, mas também perguntaram a respeito das perspectivas de democracia na Birmânia, a segurança da energia nuclear (prescientemente), tensões com o mundo muçulmano, mudança climática e como vencer como mulher numa sociedade dominada por homens. Foi o primeiro dos muitos encontros informais que eu viria a ter com gente jovem ao redor do mundo, e adorei ouvir suas ideias e me envolver numa discussão genuína e substancial. Anos depois, fiquei sabendo que a filha do reitor da universidade estava sentada na plateia naquele dia e resolveu que também queria ser diplomata. Ela acabou se dedicando ao Serviço de Relações Exteriores do Japão.

Alguns dias depois, na Universidade Feminina Ewha, em Seul, na Coreia do Sul, vi como tentar contato com gente jovem me levaria a um território bem além das preocupações tradicionais de política externa. Quando subi ao palco na Ewha, a plateia irrompeu em ovações. Então as jovens fizeram fila nos microfones para me fazer perguntas altamente pessoais — com respeito, mas avidamente.

É difícil lidar com os líderes misóginos que há no mundo?

Respondi que meu palpite era que, quando tratavam comigo, muitos líderes optavam por ignorar o fato de estarem lidando com uma mulher. Mas eu tento impedir que eles se safem com isso. (No entanto, é uma realidade infeliz que mulheres na vida pública ainda enfrentem um duplo padrão injusto. Mesmo líderes como a ex-primeira-ministra Julia Gillard da Austrália defrontaram-se com revoltante sexismo, o que não deveria ser tolerado em país nenhum.)

Pode nos contar sobre a sua filha, Chelsea?

Eu poderia passar horas nessa pergunta. Mas basta dizer que ela é uma pessoa incrível e tenho muito orgulho dela.

Como a senhora descreve o amor?

Nessa aí, dei uma risada e disse que agora me sentia oficialmente mais como conselheira sentimental do que como secretária de Estado. Pensei por um momento e disse: "Como alguém descreve o amor? Quero dizer, poetas passaram milênios escrevendo sobre o amor. Psicólogos e escritores de todo tipo escrevem sobre ele. Penso que, se você consegue descrevê-lo, é porque não o está vivenciando plenamente, já que é uma coisa tão pessoal. Tenho muita sorte, porque meu marido é o meu melhor amigo e estamos juntos há muito tempo, mais do que a maioria de vocês já viveu".

Parecia que aquelas jovens estavam ligadas a mim de uma forma pessoal e, maravilhosamente, sentiram-se à vontade para conversar comigo como se eu fosse uma amiga ou mentora, e não funcionária do governo de um país distante. Eu quis ser digna da admiração delas. E também esperava que, tendo uma conversa dessas, de pessoa para pessoa, eu conseguisse superar diferenças culturais e talvez convencê-las a enxergar os Estados Unidos de uma maneira nova.

Depois do Japão, segui para Jacarta, na Indonésia, onde fui recebida por um grupo de jovens alunos da escola primária que o presidente Obama frequentara na infância. Durante a minha visita, participei do *The Awesome Show*, um dos programas de televisão mais populares do país. Senti como se estivesse na MTV. Música alta ressoando entre os segmentos, e todos os entrevistadores pareciam jovens o bastante para estar na escola, e não apresentando um programa de entrevistas em rede nacional.

Fizeram-me uma pergunta que eu ouviria no mundo todo: como eu podia trabalhar com o presidente Obama depois de termos feito uma campanha tão dura um contra o outro? A Indonésia ainda era uma democracia muito jovem; o dirigente de longa data, Suharto, fora deposto em 1998 após protestos populares, a primeira eleição presidencial direta só foi realizada em 2004. Então, não era nenhuma surpresa que as pessoas estivessem mais acostumadas a rivais políticos sendo presos ou exilados do que nomeados como diplomata-chefe. Respondi que não tinha sido fácil perder uma campanha renhida contra o presidente Obama, mas que a democracia só funciona se os líderes políticos puserem o bem comum na frente dos interesses pessoais. Disse-lhes que, quando ele me pediu para servir, aceitei porque ambos amamos o nosso país. Foi a primeira de muitas vezes em que a nossa parceria serviria de exemplo para as pessoas de outros países que tentavam entender a democracia.

Na noite anterior, durante um jantar com os líderes da sociedade civil no Museu dos Arquivos Nacionais em Jacarta, discutimos os extraordinários desafios que os líderes e o povo da Indonésia tinham assumido: juntar democracia, islamismo, modernidade e direitos da mulher num país com a maior população muçulmana do mundo. No meio século anterior, a Indonésia

fora um ator de importância relativamente menor nas questões políticas da região. Quando visitei o país como primeira-dama quinze anos antes, ainda era um país pobre e sem democracia. Já em 2009, estava sendo transformado sob a liderança progressista do presidente Susilo Bambang Yudhoyono. O crescimento econômico havia tirado muita gente da pobreza, e a Indonésia trabalhava para compartilhar com outros países da Ásia as lições aprendidas com a transição para longe da ditadura.

Fiquei impressionada com Yudhoyono, que tinha uma compreensão profunda da dinâmica diplomática regional e uma visão do desenvolvimento contínuo de seu país. Na nossa primeira conversa, ele me encorajou a buscar uma nova abordagem em relação à Birmânia, que vinha sendo governada havia anos por uma junta militar repressora. Yudhoyono encontrara-se duas vezes com o general da Birmânia, o recluso Than Shwe, e me disse que a junta militar estaria disposta a caminhar aos poucos para a democracia se os Estados Unidos e a comunidade internacional os ajudassem no percurso. Escutei atentamente o sábio conselho de Yudhoyono, e dali por diante mantivemo-nos em contato direto por causa da Birmânia. Nosso envolvimento com aquele país acabou se tornando uma das revelações mais empolgantes do meu período como secretária.

Jacarta também era a sede permanente da ASEAN, a instituição regional que os especialistas de Washington em Ásia haviam insistido para eu priorizar. Numa entrevista em Tóquio, um repórter japonês comentou sobre a generalizada decepção entre os países do Sudeste Asiático pelo fato de os representantes americanos terem faltado às recentes conferências da ASEAN, o que alguns viam como sinal de enfraquecimento da presença americana na Ásia-Pacífico, justamente quando a China buscava expandir sua influência. O repórter quis saber se eu estava planejando seguir naquela trilha ou se trabalharia para revigorar nosso envolvimento. Era uma pergunta que deixava clara a fome asiática de sinais tangíveis da liderança dos Estados Unidos. Respondi que expandir as relações com organizações como a ASEAN era parte importante da nossa estratégia na região e que eu planejava participar do maior número possível de reuniões. Se quiséssemos melhorar nossa posição no Sudeste Asiático, como a China também estava tentando fazer, e estimular as nações a cooperar mais em termos de comércio, segurança e meio ambiente, então a ASEAN era um bom lugar para começar.

Nenhum secretário de Estado americano anterior chegara a visitar a sede da organização. O secretário-geral da ASEAN, Surin Pitsuwan, veio ao meu encontro com um buquê de rosas amarelas, explicando que os indonésios consideram a cor amarela um símbolo de esperança e novos começos. “A sua visita mostra a seriedade dos Estados Unidos em pôr fim à sua ausência diplomática na região”, disse ele. Era uma saudação bastante contundente, mas ele estava certo quanto às nossas intenções.

A escala seguinte foi a Coreia do Sul, uma democracia rica, avançada e aliada fundamental vivendo à sombra de um vizinho repressivo e belicoso ao norte. As tropas americanas têm estado em vigilante alerta ali desde o fim da Guerra da Coreia, em 1953. Em meus encontros com o presidente Lee Myung-bak e outros altos funcionários, reassegurei-lhes que, embora o governo dos Estados Unidos tivesse mudado, o compromisso do nosso país com a defesa da Coreia do Sul continuava o mesmo.

A Coreia do Norte, em contraste, é o Estado totalitário mais fechado do mundo. Muitos dos seus 25 milhões de habitantes vivem em abjeta miséria. A opressão política é quase total. A carestia é frequente. Todavia o regime, comandado nos primeiros anos da administração Obama pelo idoso e excêntrico Kim Jong-il e posteriormente pelo seu filho Kim Jong-un, dedica a maior parte dos seus limitados recursos a sustentar sua estrutura militar, desenvolvendo armas

nucleares e antagonizando os vizinhos.

Em 1994, a administração Clinton negociou um acordo com a Coreia do Norte, no qual esta se comprometia a sustar a operação e a construção de instalações amplamente suspeitas de fazerem parte de um programa secreto de armas nucleares em troca de assistência na construção de dois reatores nucleares menores para produzir energia, e não armamentos de plutônio enriquecido. O acordo também oferecia um caminho para normalizar as relações entre os dois países. Em setembro de 1999, chegou-se a um tratado com a Coreia do Norte de congelar os testes de mísseis de longo alcance. Em outubro de 2000, a secretária de Estado Madeleine Albright visitou a Coreia do Norte num esforço para testar as intenções do regime e negociar outro acordo de inspeções continuadas. Infelizmente, enquanto os norte-coreanos faziam montes de promessas, um acordo abrangente jamais se materializou. Quando o presidente George W. Bush tomou posse, rapidamente modificou a política e referiu-se à Coreia do Norte como parte do "Eixo do Mal" em seu discurso do Estado da União de 2002. Surgiram evidências de que a Coreia do Norte estava enriquecendo urânio e que, em 2003, recomeçara a enriquecer plutônio. No final da administração Bush, Pyongyang havia construído uma quantidade de armas nucleares capazes de ameaçar a Coreia do Sul e toda a região.

Nos meus comentários públicos em Seul, estendi um convite aos norte-coreanos. Se eliminassem totalmente e de forma verificável seu programa de armas nucleares, a administração Obama estaria disposta a normalizar as relações, substituir o antigo acordo de armistício da península por um tratado de paz permanente e auxiliar no atendimento das necessidades energéticas, econômicas e humanitárias do povo norte-coreano. Se não, o isolamento do regime continuaria. Era uma iniciativa de abertura num drama que eu tinha certeza de que continuaria durante todo o nosso mandato, como sucedeu nas décadas anteriores, e que eu considerava pouco provável de ter êxito. Mas, como no caso do Irã, outro regime com ambições nucleares, demos o primeiro passo com a oferta de envolvimento na esperança de que desse certo e sabendo que seria mais fácil outros países pressionarem a Coreia do Norte se e quando a oferta fosse rejeitada. Era particularmente importante que a China, protetora de longa data do regime de Pyongyang, fizesse parte de uma frente internacional unida.

A resposta não demorou muito a chegar.

No mês seguinte, março de 2009, uma equipe de jornalistas da televisão americana fazia reportagens na fronteira entre a China e a Coreia do Norte para a Current TV, a rede que teve como um dos fundadores o ex-vice-presidente Al Gore e que posteriormente seria vendida à Al Jazeera. Os jornalistas estavam ali para documentar relatos de que mulheres norte-coreanas eram traficadas pela fronteira e forçadas ao mercado sexual e outras formas de escravatura moderna. No amanhecer de 17 de março, um guia local conduziu os americanos pelo rio Tumen, que separa os dois países, ainda congelado no início da primavera. Eles o seguiram pelo gelo brevemente até o lado norte-coreano do rio. Segundo os jornalistas, eles retornaram depois ao solo chinês. Subitamente surgiram guardas de fronteira norte-coreanos com armas em punho. Os americanos correram, e o produtor escapou junto com o guia. Mas as duas repórteres, Euna Lee e Laura Ling, não tiveram a mesma sorte. Foram presas e arrastadas de volta através do rio até a Coreia do Norte, onde foram condenadas a doze anos de trabalhos forçados.

Dois meses depois, a Coreia do Norte realizou um teste nuclear subterrâneo e anunciou que não se considerava mais limitada pelos termos do armistício de 1953. Exatamente como o presidente Obama prometera em seu discurso de posse, nós lhe estendemos a mão aberta, mas a Coreia do Norte respondeu com um punho cerrado.

Nosso primeiro passo foi verificar se havia alguma ação possível por parte das Nações

Unidas. Trabalhando de perto com a embaixadora Susan Rice em Nova York, passei horas ao telefone com líderes de Beijing, Moscou, Tóquio e outras capitais, angariando apoio para uma resolução firme que impusesse sanções ao regime de Pyongyang. Todo mundo concordou que o teste nuclear era inaceitável, mas o que fazer era outra história.

"Sei que isso é difícil para o seu governo", disse eu ao ministro das Relações Exteriores da China, Yang Jiechi, num telefonema, "[mas] se agirmos em conjunto, temos uma chance de mudar o cálculo da Coreia do Norte quanto ao custo deles para continuarem com seus programas nuclear e de mísseis." Yang disse que a China compartilhava das nossas preocupações em relação a uma corrida armamentista regional e concordou que era necessária "uma resposta apropriada e na medida certa". Torci para que isso não fosse sinônimo de "inofensiva".

Em meados de junho, nossos esforços foram recompensados. Todos os membros do Conselho de Segurança da ONU concordaram em impor sanções adicionais. Tivemos de fazer algumas concessões para obter apoio chinês e russo, mas ainda assim foi a medida mais dura já imposta à Coreia do Norte, e fiquei contente por termos finalmente conseguido uma resposta internacional unificada.

Mas como ajudar as jornalistas aprisionadas? Fomos informados de que Kim Jong-il só as soltaria se recebesse uma visita pessoal e um pedido de uma delegação americana de alto escalão. Discuti isso com o presidente Obama e outros membros da equipe de segurança nacional. E se o próprio Al Gore fosse? Ou talvez o ex-presidente Jimmy Carter, conhecido pelo seu trabalho humanitário em nível internacional? Talvez Madeleine Albright, que tivera uma experiência especial na Coreia do Norte a partir do seu trabalho diplomático nos anos 1990? Mas os norte-coreanos já tinham um visitante específico em mente: meu marido, Bill. Foi um pedido surpreendente. De um lado, o governo da Coreia do Norte se ocupava com invectivas absurdas contra mim com referência à questão nuclear, inclusive chamando-me de "uma senhora engraçada". (A operação de propaganda norte-coreana é famosa pelos seus ataques retóricos exagerados e absurdos. Uma vez chamaram o vice-presidente Biden de "ladrão descarado". Existe até um "gerador aleatório de insultos" na internet que cria paródias de suas transmissões.) De outro lado, Kim aparentemente tinha um fraco pelo meu marido desde que Bill lhe enviara uma carta de condolências pela morte de seu pai, Kim Il-sung, em 1994. E é claro que também queria a atenção global que viria junto com uma missão de resgate liderada por um ex-presidente.

Conversei com Bill sobre a ideia. Ele estava disposto a ir se isso garantisse a liberdade das duas repórteres. Al Gore e as famílias das mulheres também incentivaram Bill a assumir a missão, porém não foram poucos os que na Casa Branca argumentaram contra a viagem. Alguns podiam alimentar sentimentos negativos em relação a Bill por causa da campanha das primárias em 2008, mas a maioria simplesmente relutava em recompensar o mau comportamento de Kim com uma viagem de alto escalão e potencialmente criar preocupações para os nossos aliados. Eles tinham um ponto a favor: precisávamos do equilíbrio entre fazer o necessário para salvar as duas civis americanas inocentes e evitar uma má repercussão geopolítica em potencial.

Achei que valia a pena tentar. Os norte-coreanos já tinham conseguido todas as vantagens que podiam do incidente, mas precisavam de alguma razão para justificar a soltura das duas mulheres. E também, se não fizéssemos alguma coisa para tentar resolver o assunto, nossos esforços em todo o restante com a Coreia do Norte seriam suspensos por causa da prisão delas. Quando levantei a ideia diretamente com o presidente Obama num almoço no fim de julho, ele concordou comigo e disse que era a melhor chance que tínhamos.

Embora fosse considerada uma "missão privada", Bill e a pequena equipe que ele levaria

foram orientados antes de partir. Uma parte engraçada — mas importante — dos preparativos envolveu instruções de não sorrir (nem franzir a testa) quando fossem tiradas as inevitáveis fotografias oficiais.

No começo de agosto, Bill partiu para sua missão. Após vinte horas em solo norte-coreano e um encontro cara a cara com Kim, ele conseguiu a libertação imediata das jornalistas. Elas voltaram no avião de Bill para uma chegada dramática na Califórnia, recebidas pela família, amigos e inúmeras câmeras de televisão. As imagens oficiais liberadas pelo regime foram adequadamente formais; nenhum sorriso por parte dos americanos. Depois Bill brincou, dizendo que se sentiu como se estivesse fazendo um teste para um filme de James Bond, porém acreditava que seu sucesso era prova de que o isolado regime responderia positivamente, pelo menos em certos pontos, se pudéssemos achar a composição certa de incentivos.

Infelizmente, havia mais problemas pela frente. Em certo dia de março de 2010, já tarde da noite, um navio sul-coreano, o *Cheonan*, estava navegando próximo a águas norte-coreanas. Era uma noite fria, e a maioria dos 104 marinheiros sul-coreanos estava nas cabines dormindo, comendo ou se exercitando. Sem nenhum aviso prévio, um torpedo disparado de fonte desconhecida explodiu debaixo do casco do *Cheonan*. A explosão partiu o navio, e seus restos começaram a afundar no mar Amarelo. Quarenta e seis marinheiros morreram. Em maio, um grupo de investigadores da ONU concluiu que um minissubmarino norte-coreano provavelmente tinha sido responsável pelo ataque sem provocação. Dessa vez, embora o Conselho de Segurança condenasse o ataque por unanimidade, evitou culpar diretamente a Coreia do Norte ou arquitetar alguma reação mais vigorosa. Ali estava em plena vista uma das contradições da China. Beijing alegava valorizar a estabilidade acima de tudo e, no entanto, tolerava tacitamente uma agressão aberta que era profundamente desestabilizadora.

Em julho de 2010, Bob Gates e eu voltamos à Coreia do Sul juntos para nos reunirmos com nossos colegas e demonstrar a Pyongyang que os Estados Unidos continuavam a apoiar firmemente nossos aliados. Fomos de carro até Panmunjom, na zona desmilitarizada (DMZ) que divide as Coreias do Norte e do Sul desde 1953. A DMZ tem quatro quilômetros de largura e acompanha o paralelo 38 através de toda a península. É a fronteira mais pesadamente fortificada e minada do mundo, e uma das mais perigosas. Sob um céu sinistro, subimos até um ponto de observação camuflado sob uma torre de guarda com as bandeiras dos Estados Unidos, da ONU e da República da Coreia. Caía uma chuva fina enquanto nos púnhamos atrás de sacos de areia observando de binóculo o território da Coreia do Norte.

Enquanto observava através da DMZ, foi difícil não ficar novamente impressionada por aquela estreita linha que separava dois mundos drasticamente diferentes. A Coreia do Sul era um reluzente exemplo de progresso, um país que fizera uma transição bem-sucedida da pobreza e ditadura para a prosperidade e democracia. Seus líderes se importavam com o bem-estar dos cidadãos e os jovens cresceram com liberdade e oportunidade, para não mencionar a taxa de download em banda larga mais rápida do mundo. A apenas quatro quilômetros de distância, a Coreia do Norte era uma terra de medo e carestia. O contraste não podia ser mais pronunciado, nem mais trágico.

Bob e eu entramos junto com nossos colegas sul-coreanos no quartel-general das forças da ONU que ficava nas proximidades, para um relatório militar. Também demos um passeio por um edifício que ficava exatamente sobre a divisa, metade no norte e metade no sul, planejado para facilitar negociações entre os dois lados. Há até uma comprida mesa de reuniões posicionada exatamente sobre a linha divisória. Enquanto passeávamos pelo prédio, um soldado norte-coreano estava postado a poucos centímetros de distância, do outro lado de uma janela, fitando-

nos com expressão pétrea. Talvez estivesse apenas curioso, mas, se o objetivo era nos intimidar, não funcionou. Permaneci concentrada no interlocutor que nos dava o relatório, enquanto Bob sorria alegremente. Um fotógrafo capturou o inusitado momento num retrato publicado na primeira página do *New York Times*.

Nas nossas reuniões com os sul-coreanos, Bob e eu discutimos passos que podíamos dar para pressionar a Coreia do Norte e desencorajá-la de futuros atos de provocação. Concordamos em fazer uma enérgica demonstração de força para tranquilizar nossos amigos e deixar claro que os Estados Unidos protegeriam a segurança regional. Anunciamos novas sanções e que o porta-aviões USS *George Washington* se posicionaria na costa coreana e faria exercícios militares com a Marinha sul-coreana. Ao todo, dezoito navios, cerca de duzentos aviões e aproximadamente 8 mil soldados dos Estados Unidos e da Coreia do Sul participariam durante quatro dias. Pyongyang e Beijing sentiram-se afrontados com as manobras navais, o que confirmou que nossa mensagem fora recebida.

Naquela noite, o presidente da Coreia do Sul, Lee Myung-bak, ofereceu um jantar para mim e Bob na Casa Azul, sua residência oficial. Agradeceu-nos por nos colocarmos ao lado da Coreia do Sul na sua hora de necessidade e, como costumava fazer com frequência, relacionou sua própria ascensão de uma infância miserável com a do próprio país. A Coreia do Sul já fora mais pobre que a Coreia do Norte, mas com a ajuda dos Estados Unidos e da comunidade internacional tivera êxito em desenvolver sua economia — um lembrete do legado da liderança americana na Ásia.

Outro aspecto da nossa estratégia essencial era trazer a Índia para participar mais plenamente no cenário político Ásia-Pacífico. A presença de outra grande democracia tomando assento à mesa da região poderia ajudar a incentivar mais países a mover-se rumo à abertura política e econômica, em vez de seguir o exemplo do capitalismo de Estado autocrático da China.

Eu tinha agradáveis lembranças da minha primeira visita à Índia em 1995, com Chelsea ao meu lado. Visitamos um dos orfanatos dirigidos por Madre Teresa, a humilde freira católica cuja caridade e santidade fizeram dela um ícone global. O orfanato estava cheio de bebezinhas que haviam sido abandonadas nas ruas ou deixadas diante da porta para serem achadas pelas freiras; como não eram meninos, não eram valorizadas pelas famílias. Nossa visita levara o governo local a asfaltar a estrada de terra que conduzia ao orfanato, o que as freiras consideraram um pequeno milagre. Quando Madre Teresa morreu, em 1997, liderei uma delegação americana ao seu funeral em Calcutá para prestar nossos respeitos ao seu notável legado humanitário. Seu caixão aberto foi levado através das ruas atulhadas de gente, e presidentes, primeiros-ministros e líderes religiosos de muitas religiões depositaram coroas de flores brancas no seu ataúde. Mais tarde, sua sucessora me convidou para um encontro privado na sede da sua ordem, as Missionárias da Caridade. Numa sala caiada simples, iluminada apenas por fileiras de velas devocionais tremeluzentes, as freiras postaram-se num círculo de prece silenciosa em torno do esquife fechado, que fora trazido de volta para o lugar do seu repouso final. Para minha surpresa, pediram-me para fazer uma prece. Hesitei, depois curvei a cabeça e agradeci a Deus pelo privilégio de ter conhecido essa minúscula, enérgica e santa mulher durante seu tempo na Terra.

Minha primeira viagem à Índia como secretária de Estado foi no verão de 2009. Nos catorze anos desde a minha primeira visita, as relações comerciais entre os nossos países tinham subido de menos de 10 bilhões de dólares para mais de 60 bilhões de dólares, e continuariam a crescer para quase 100 bilhões de dólares em 2012. Ainda havia muitas barreiras e restrições, mas as empresas americanas estavam ganhando lentamente acesso aos mercados indianos, criando empregos e oportunidades para as populações em ambos os países. Empresas indianas também

estavam investindo nos Estados Unidos, e grandes quantidades de operários indianos altamente qualificados estavam requerendo vistos e auxiliando a implantação de novos e inovadores negócios nos Estados Unidos. Mais de 100 mil estudantes indianos vinham estudar nos Estados Unidos todo ano; alguns voltavam para casa para pôr sua qualificação a serviço do seu próprio país, enquanto outros permaneciam para contribuir com a economia americana.

Em Nova Deli me encontrei com um amplo espectro da sociedade, que incluía o primeiro-ministro Manmohan Singh, líderes empresariais, mulheres empresárias, cientistas de clima e de energia e estudantes. Fiquei feliz em ver Sonia Gandhi, líder do Partido do Congresso, que eu viera a conhecer nos anos 1990. Ela e o primeiro-ministro Singh explicaram como fora difícil conter-se frente ao Paquistão após os atentados terroristas coordenados em Mumbai em novembro do ano anterior. Deixaram claro para mim que não haveria tal contenção no caso de um segundo ataque. Os indianos referiam-se ao ataque de 26 de novembro de 2008 como o Vinte e Seis de Novembro, um eco do nosso Onze de Setembro. Numa demonstração de solidariedade com o povo da Índia, decidi ficar no elegante e antigo Taj Mahal Palace Hotel, em Mumbai, que fora um dos alvos do pavoroso ataque que matou 164 pessoas, incluindo 138 indianos e quatro americanos. Ficando ali e prestando meus respeitos ao memorial, eu quis mandar o recado de que Mumbai não fora intimidada e estava aberta para negócios.

Em julho de 2011, num sufocante calor de verão, viajei para a cidade portuária indiana de Chennai, na baía de Bengala, um eixo comercial aberto para as vibrantes rotas de comércio e energia do Sudeste Asiático. Nenhum secretário de Estado jamais visitara a cidade antes, mas eu queria mostrar que compreendíamos que a Índia era mais do que Nova Deli e Mumbai. Na biblioteca pública de Chennai, a maior do país, falei sobre o papel da Índia no cenário mundial, especialmente na região Ásia-Pacífico. A Índia tem laços antigos com o Sudeste Asiático, dos comerciantes que navegavam pelo estreito de Malaca aos templos hindus que pontilham a região. Nossa esperança, disse eu, era de que a Índia transcendesse seu intratável conflito com o Paquistão e se tornasse uma defensora mais ativa dos valores da democracia e do livre mercado através da Ásia. Conforme eu disse à audiência em Chennai, os Estados Unidos apoiavam a política de "olhar para o Oriente" da Índia. Queríamos que ela também "liderasse para o Oriente".

Apesar de algumas diferenças no dia a dia, os fundamentos estratégicos da nossa relação com a Índia — compartilhamento de valores democráticos, imperativos econômicos e prioridades diplomáticas — empurravam os interesses de ambos os países para uma convergência. Estávamos entrando numa fase nova, mais madura, da nossa relação.

Um objetivo fundamental da nossa estratégia na Ásia era promover reforma política, bem como crescimento econômico. Queríamos fazer do século XXI uma época em que as populações da Ásia se tornassem não só mais prósperas, como também mais livres. E eu tinha confiança de que maior liberdade estimularia maior prosperidade.

Muitos países na região debatiam-se com a questão de qual modelo de governança seria mais adequado para sua sociedade e suas circunstâncias. A ascensão da China, e sua mistura de autoritarismo e capitalismo de Estado, oferecia um exemplo atraente para alguns líderes. Muitas vezes ouvimos que a democracia podia funcionar bem em outras partes do mundo, mas que não era um sistema tranquilo para a Ásia. Esses críticos sugeriam que era inapropriado para a história da região, talvez até mesmo uma antítese dos valores asiáticos.

Havia uma profusão de contraexemplos para refutar tais teorias. Japão, Malásia, Coreia do Sul, Indonésia e Taiwan eram todos sociedades democráticas que proporcionaram tremendos benefícios econômicos a seus povos. De 2008 a 2012, a Ásia foi a única região no mundo a

adquirir ganhos firmes e constantes em direitos políticos e liberdades civis, segundo a organização não governamental Freedom House. Por exemplo, as Filipinas tiveram em 2010 eleições que foram largamente elogiadas como uma melhora significativa em relação às anteriores, e o novo presidente, Benigno Aquino III, lançou um esforço concatenado para combater a corrupção e um aumento de transparência. As Filipinas eram um valioso aliado dos Estados Unidos, e, quando um terrível tufão atingiu o país no fim de 2013, nossa parceria garantiu que os trabalhos conjuntos de socorro liderados pela Marinha americana entrassem rapidamente em ação. E, é claro, havia a Birmânia. Em meados de 2012, a abertura democrática predita pelo presidente indonésio Yudhoyono estava em pleno andamento, e Aung San Suu Kyi, que durante décadas fora a consciência aprisionada da sua nação, atuava no Parlamento.

Houve outros exemplos menos encorajadores. Muitos governos asiáticos continuavam a resistir a reformas, restringir o acesso das pessoas a ideias e informação e prendê-las por expressar opiniões dissidentes. Sob Kim Jong-un, a Coreia do Norte permaneceu o país mais fechado e repressivo do mundo. Por mais difícil que se possa imaginar, ele, na realidade, piorou as coisas ainda mais. Camboja e Vietnã haviam feito algum progresso, mas não o bastante. Numa visita ao Vietnã em 2010, fiquei sabendo que muitos blogueiros proeminentes tinham sido detidos nos dias anteriores à minha chegada. Nas minhas reuniões com os governantes vietnamitas, levantei preocupações específicas acerca de restrições arbitrárias às liberdades fundamentais, inclusive prisões e condenações severas frequentemente impostas a dissidentes políticos, advogados, blogueiros, ativistas católicos, monges e monjas budistas.

Em julho de 2012, fiz outra extensa viagem à região, esta planejada para enfatizar que democracia e prosperidade andavam de mãos dadas. Comecei novamente pelo Japão, uma das democracias mais fortes e ricas do mundo, depois visitei Vietnã, Camboja e Laos, país onde eu viria a ser a primeira secretária de Estado a pisar em 57 anos.

Voltei com duas impressões gerais da minha breve visita ao Laos. Primeira, o Laos ainda estava nas garras firmes do seu Partido Comunista, que por sua vez estava sob um controle econômico e político cada vez maior da China. Beijing aproveitava-se dessa relação para extrair recursos naturais e forçar projetos de construção que pouco contribuíam para o laociano médio. Segunda, os habitantes ainda estavam pagando um preço terrível pelos extensivos bombardeios lançados pelos Estados Unidos sobre seu território durante a Guerra do Vietnã. Lao ganhara a terrível distinção de ser “o país mais bombardeado do mundo”. Foi por esse motivo que visitei um projeto em Vientiane apoiado pela USAID para fornecer próteses e reabilitação para milhares de adultos e crianças ainda sem membros por causa das minas de fragmentação espalhadas sobre um terço do país, sendo que apenas 1% delas havia sido encontradas e desativadas. Eu achava que os Estados Unidos tinham uma contínua obrigação, e fiquei animada que em 2012 o Congresso tenha triplicado a verba para acelerar o trabalho de remoção.

Um ponto alto nessa viagem à Ásia no verão de 2012 foi a Mongólia, à qual fizera uma inesquecível primeira visita em 1995. Aquela tinha sido uma época difícil para a remota nação espremida entre o norte da China e a Sibéria. Décadas de dominação soviética haviam tentado impor a cultura stalinista àquela sociedade nômade. Quando cessou o auxílio de Moscou, a economia ruiu. Mas, como muitos visitantes, fiquei encantada com a beleza selvagem da Mongólia, com suas estepes varridas pelo vento, e pela energia, determinação e hospitalidade de seu povo. Numa tenda tradicional chamada *ger*, uma família nômade me ofereceu uma tigela de leite de égua fermentado, que tinha o sabor de um iogurte morno amanhecido. Fiquei impressionada com os estudantes, ativistas e funcionários do governo que conheci na capital e seu comprometimento em transformar a ditadura comunista de partido único num sistema

político pluralista e democrático. Não seria uma jornada fácil, mas estavam determinados a tentar. Disse-lhes que, daí por diante, toda vez que alguém manifestasse dúvidas de que a democracia pudesse enraizar-se em lugares improváveis, eu diria: "Mande-os ver a Mongólia! Mande-os ver pessoas dispostas a fazer manifestações em temperaturas abaixo de zero e viajar longas distâncias para pôr seus votos nas urnas durante as eleições".

Quando retornei dezessete anos depois, muita coisa havia mudado na Mongólia e na vizinhança. O desenvolvimento rápido da China e sua insaciável demanda por recursos naturais haviam criado uma miniexplosão econômica na Mongólia, que era abençoada com enormes reservas de cobre e outros minérios. A economia estava se expandindo a um ritmo frenético de mais de 17% em 2011, e alguns especialistas previam para a década seguinte um crescimento mais rápido na Mongólia do que em qualquer outro país. A maioria da população ainda era pobre, e muitos mantinham o estilo de vida nômade, mas a economia global que um dia parecera tão distante tinha chegado a plena energia.

Quando entrei de carro na capital Ulan-Bator, que um dia fora uma cidade sonolenta, fiquei perplexa com a transformação. Arranha-céus de vidro se projetavam em meio a um amontoado de *gers* tradicionais e velhos conjuntos habitacionais soviéticos. Na praça Sukhbaatar, soldados em uniformes mongólicos tradicionais montavam guarda à sombra de uma nova loja Louis Vuitton. Entrei na Casa do Governo, um enorme remanescente da era stalinista, passando por uma estátua gigantesca de Gêngis Khan, o guerreiro mongol do século XIII cujo império estendeu-se por uma massa de terra maior que qualquer outro na história. Os soviéticos haviam suprimido o culto à personalidade de Khan, mas agora ele estava de volta como vingança. No interior, encontrei-me com o presidente Tsakhiagiin Elbegdorj em sua *ger* cerimonial. Estávamos sentados numa tenda nômade tradicional, dentro de um edifício governamental da era stalinista, discutindo o futuro da rapidamente crescente economia asiática. E ainda há gente que fala em mundos colidindo!

Desde a minha visita de 1995, a democracia mongólica resistira. O país tivera seis eleições parlamentares bem-sucedidas. Na televisão, mongóis de todo o espectro político discutiam ideias de forma aberta e vigorosa. Uma muito aguardada lei de liberdade de informação dava aos cidadãos uma visão mais clara do funcionamento do governo. Junto com esse progresso havia também motivos de preocupação. O desenvolvimento rápido da mineração estava exacerbando os problemas de corrupção e desigualdade, e a China vinha demonstrando um interesse cada vez maior no seu repentinamente valioso vizinho do norte. A Mongólia parecia estar numa encruzilhada: ou continuaria a percorrer o caminho democrático e usar suas novas riquezas para aumentar o padrão de vida do povo, ou seria puxada para a órbita de Beijing e experimentaria os piores excessos da "maldição dos recursos naturais". Eu esperava estimular a primeira opção e desencorajar a última.

Era um bom momento. A Comunidade das Democracias, uma organização internacional fundada em 2000 sob a liderança da secretária Albright com o objetivo de alimentar as democracias emergentes, especialmente as do antigo bloco soviético, estava tendo uma reunião de cúpula em Ulan-Bator. Seria uma oportunidade para reforçar o progresso da Mongólia e mandar um recado sobre a importância da democracia e dos direitos humanos para toda a Ásia, enviada do próprio quintal dos fundos da China.

Não é segredo que o epicentro do movimento antidemocrático na Ásia é a China. O Prêmio Nobel da Paz de 2010 fora concedido ao ativista chinês de direitos humanos Liu Xiaobo, que se encontrava preso, e o mundo prestou atenção na cadeira vazia na cerimônia em Oslo. Depois, adverti que isso podia se tornar "um símbolo do grande potencial não realizado e da promessa

não cumprida de uma nação". As coisas só pioraram em 2011. Nos primeiros meses, dezenas de advogados dedicados a causas públicas, escritores, artistas, intelectuais e ativistas foram arbitrariamente detidos e presos. Entre eles estava o proeminente artista Ai Weiwei, cuja causa eu e outros defendemos.

No meu discurso em Ulan-Bator, expliquei por que um futuro democrático para a Ásia era a escolha certa. Na China e em outros lugares que se opunham à democracia, argumentava-se que esta ameaçaria a estabilidade, liberando forças populares caóticas. Mas tínhamos evidências de sobra do mundo inteiro de que a democracia na verdade alimenta a estabilidade. É verdade que tolher a expressão política e manter um controle rígido sobre o que as pessoas leem ou dizem podem criar a ilusão de segurança, mas as ilusões se desfazem, enquanto o anseio das pessoas por liberdade não desaparece. Em contraste, a democracia fornece válvulas de segurança críticas para a sociedade. Permite às pessoas que escolham seus líderes, dá a esses líderes legitimidade para tomar decisões difíceis, porém necessárias para o bem nacional, e permite que as minorias expressem suas opiniões pacificamente.

Outro argumento que eu queria refutar era o de que a democracia é um privilégio dos países ricos e que economias em desenvolvimento precisam colocar o crescimento em primeiro lugar e preocupar-se com a democracia depois. A China foi muitas vezes citada como o exemplo básico de um país que obteve sucesso econômico sem uma reforma política significativa. Mas essa também era uma "barganha míope e, em última análise, insustentável", disse eu. "Não se pode a longo prazo ter liberalização econômica sem liberalização política. Países que queiram estar abertos para os negócios, mas fechados para a livre expressão, descobrirão que essa abordagem tem um custo." Sem a livre troca de ideias e um firme Estado de direito, a inovação e o empreendedorismo murcham.

Garanti que os Estados Unidos seriam um parceiro forte para todos aqueles na Ásia e no mundo que se dedicassem aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Eu vinha dizendo havia anos: "Mande-os ver a Mongólia!", e fiquei encantada com o fato de que muitos ativistas da democracia finalmente o tenham feito. Nos Estados Unidos, um editorial do *Washington Post* declarou que meu discurso oferecera "esperança de que o pivô americano que se vira para a Ásia vá muito além de uma demonstração de força muscular e se torne uma abordagem de múltiplas camadas para fazer frente à complexidade da ascensão da China como superpotência moderna". Na China, porém, os censores trabalharam depressa para apagar menções da minha mensagem na internet.

4

China: Águas inexploradas

Como muitos outros americanos, meu primeiro olhar para a China aconteceu em 1972, quando o presidente Richard Nixon fez sua viagem histórica através do Pacífico. Bill e eu éramos estudantes de direito sem televisão, então alugamos um televisor portátil com uma antena que parecia orelhas de coelho. Nós o levamos para o nosso apartamento e o ligávamos toda noite para assistir às cenas de um país que nos fora bloqueado a vida inteira. Eu estava transfixada e orgulhosa com o que os Estados Unidos tinham conseguido durante aquela que o presidente Nixon chamou de "a semana que mudou o mundo".

Pensando agora, fica claro que ambos os lados assumiram riscos enormes. Estavam se aventurando no desconhecido em pleno auge da Guerra Fria. Poderia haver sérias consequências políticas internas para os líderes de ambos os lados por parecerem fracos ou, no nosso caso, "brandos com o comunismo". Mas os homens que negociaram a viagem, Henry Kissinger pelos Estados Unidos e Chou En-Lai pela China, e os líderes que eles representavam calcularam que os benefícios potenciais pesavam mais que os riscos. (Brinquei com Henry dizendo-lhe que teve sorte de não existirem smartphones nem mídias sociais quando ele fez a primeira viagem secreta a Beijing. Imagine se um secretário tentasse isso hoje.) Atualmente fazemos cálculos parecidos quando lidamos com países de cujas políticas discordamos mas cuja cooperação necessitamos, ou quando queremos evitar que discordâncias e competição entrem em conflito.

A relação Estados Unidos-China ainda está repleta de desafios. Somos duas nações grandes, complexas, com histórias, concepções e sistemas políticos profundamente distintos, cujos futuro e economia passaram a estar intensamente entrelaçados. Não é uma relação que se encaixe claramente em categorias como amigo ou rival — e possivelmente nunca venha a ser. Estamos navegando por águas inexploradas. Permanecer na rota e evitar os baixios e redemoinhos requer tanto uma verdadeira bússola como a flexibilidade de fazer frequentes correções de rota, inclusive algumas concessões às vezes dolorosas em troca de benefícios. Se forçarmos demais de um lado, poderemos colocar o outro em risco. Da mesma forma, se formos rápidos demais em transigir ou acomodar, isso pode ser um convite à agressão. Com todos esses elementos a considerar, pode ser fácil perder de vista o fato de que, do outro lado, nossos homólogos têm suas próprias pressões e imperativos. Quanto mais as duas partes seguirem o exemplo daqueles intrépidos primeiros diplomatas a construir pontes sobre os abismos de compreensão e interesses, maior é a nossa chance de fazermos progresso.

Minha primeira viagem à China, em 1995, estava entre as mais memoráveis da minha vida. A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, onde declarei: "Os direitos humanos são direitos da mulher, e os direitos da mulher são direitos humanos", foi para mim uma experiência profunda. Senti a mão pesada da censura chinesa quando o governo bloqueou a transmissão do meu discurso, tanto no centro de conferência quanto na rádio e na televisão oficiais. A maior parte do meu pronunciamento tratava dos direitos da mulher, mas também mandei um recado para as autoridades chinesas, que haviam banido os eventos dos ativistas da sociedade civil para um local isolado, em Huairou, a uma hora de carro de Beijing, e barraram as mulheres do Tibete e de Taiwan de qualquer participação. "Liberdade significa o direito dos indivíduos de se reunir,

organizar e discutir abertamente", declarei no pódio. "Significa respeitar a opinião daqueles que discordam da opinião de seus governos. Significa não afastar os cidadãos de seus entes queridos e aprisioná-los, maltratando-os ou negando-lhes a liberdade ou a dignidade por expressarem pacificamente suas ideias e opiniões." Eram palavras mais contundentes do que as usadas habitualmente por diplomatas americanos, sobretudo em solo chinês, e algumas pessoas do governo americano me instaram a fazer um discurso diferente ou não fazer discurso nenhum. Mas achei que era importante falar em nome dos valores democráticos e dos direitos humanos num lugar onde estavam seriamente ameaçados.

Em junho de 1998, voltei à China para uma permanência mais longa. Chelsea e minha mãe acompanharam Bill e eu numa visita oficial. Os chineses solicitaram uma cerimônia formal de chegada na praça Tiananmen, onde tanques haviam esmagado as demonstrações pró-democracia em junho de 1989. Bill pensou em recusar o pedido, para não dar a impressão de estar endossando ou ignorando aquela história terrível, mas por fim decidiu que sua mensagem de direitos humanos poderia ser passada melhor na China se ele agisse como um hóspede respeitoso. Os chineses, por sua vez, surpreenderam-nos permitindo a transmissão sem censura da conferência de Bill com o presidente Jiang Zemin, durante a qual tiveram uma extensa conversa sobre direitos humanos, inclusive sobre o Tibete, um tema tabu. E também transmitiram o discurso de Bill aos estudantes da Universidade de Beijing, no qual Bill ressaltou que "a verdadeira liberdade inclui mais que liberdade econômica".

Regressei da viagem convencida de que, se a China com o tempo abraçasse a reforma e a modernização, poderia se tornar uma potência mundial construtiva e uma importante parceira dos Estados Unidos. Mas não seria fácil, e os Estados Unidos teriam de ser inteligentes e vigilantes em seu envolvimento com essa nação em desenvolvimento.

Voltei à China como secretária em fevereiro de 2009, com o objetivo de construir uma relação duradoura o suficiente para controlar as inevitáveis disputas e crises que surgiriam. Também queria envolver a relação com a China na nossa estratégia asiática mais ampla, engajando Beijing nas instituições multilaterais da região de modo a encorajar o país a trabalhar com seus vizinhos conforme regras acordadas. Ao mesmo tempo, queria que a China soubesse que não era o único foco da nossa atenção na Ásia. Não sacrificaríamos nossos valores ou nossos aliados tradicionais para obter termos melhores com a China. Apesar do seu impressionante crescimento econômico e avanços na capacidade militar, ainda nem chegava perto de sobrepujar os Estados Unidos como nação mais poderosa na Ásia-Pacífico. Estávamos preparados para nos envolver a partir de uma posição de força.

Antes de chegar a Beijing vindo da Coreia do Sul, sentei-me para falar com o nosso corpo de jornalistas em viagem. Disse-lhes que enfatizaria a cooperação na crise econômica global, na mudança climática e em questões de segurança, tais como a Coreia do Norte e o Afeganistão. Depois de listar os temas principais da agenda, mencionei que os tópicos sensíveis de Taiwan, Tibete e direitos humanos também estariam sobre a mesa, e disse: "Sabemos relativamente bem o que eles vão dizer".

Era verdade, é claro. Diplomatas americanos vinham levantando esses assuntos durante anos, e os chineses eram bastante previsíveis em suas respostas. Lembrei-me de uma discussão acalorada que tive com o ex-presidente Jiang sobre o tratamento dado pela China ao Tibete durante o jantar oficial que Bill e eu lhe oferecemos na Casa Branca em outubro de 1997. Eu havia me encontrado antes com o Dalai Lama para discutir a situação dos tibetanos e pedi ao presidente Jiang que explicasse a repressão chinesa. "Os chineses são os libertadores do povo tibetano. Eu li as histórias nas nossas bibliotecas e sei que os tibetanos estão melhor agora do que

estavam antes", replicou ele. "Mas e suas tradições e o direito de praticar a religião que bem querem?", eu persisti. Ele insistiu energicamente que o Tibete era parte da China e exigiu saber por que os americanos advogavam em nome daqueles "necromantes". Os tibetanos "eram vítimas da religião. Agora estavam livres do feudalismo", declarou.

Então eu não tinha ilusões sobre o que os representantes chineses me diriam quando eu voltasse a levantar esses assuntos. Também mencionei o ponto óbvio de que, dada a amplitude e a complexidade da nossa relação com a China, nossas profundas diferenças quanto aos direitos humanos não podiam excluir o envolvimento em todas as outras questões. Tínhamos de ser capazes de falar energicamente em prol dos dissidentes, ao mesmo tempo que buscávamos cooperação em economia, mudança climática e proliferação nuclear. Essa vinha sendo a nossa abordagem desde que Nixon foi à China. Não obstante, meus comentários foram largamente interpretados como significando que os direitos humanos não seriam uma prioridade para a administração Obama e que os chineses podiam ignorá-los tranquilamente. Nada podia estar mais longe da realidade, como os eventos futuros mostrariam. Ainda assim, foi uma lição valiosa: agora que eu era a diplomata-chefe americana, cada declaração estaria sujeita a um nível totalmente novo de escrutínio, e mesmo observações aparentemente óbvias podiam detonar um frenesi na mídia.

Fazia mais de uma década desde a minha última visita, e passar de carro por Beijing foi como avançar um filme. Onde antes via-se apenas um punhado de edifícios altos, agora o céu estava dominado pelo reluzente complexo olímpico e infindáveis torres corporativas. Ruas antigamente cheias de bicicletas Flying Pigeon estavam agora atulhadas de carros.

Enquanto estava em Beijing encontrei-me com um grupo de mulheres ativistas, algumas das quais eu conhecera em 1998. Naquela época, a secretária de Estado Albright e eu tínhamos nos enfiado num gabinete oficial lotado para escutar seus esforços de conquistar para as mulheres o direito de possuir propriedades, ter voz ativa sobre casamento e divórcio e ser tratadas como cidadãs iguais. Mais de dez anos depois, o tamanho do grupo e o escopo de seus esforços coletivos tinham crescido. Agora eram ativistas trabalhando não só pelos direitos legais das mulheres, mas também pelos seus direitos ambientais, econômicos e de saúde.

Uma delas era a dra. Gao Yaojie, uma senhorinha de 82 anos que fora perseguida pelo governo por falar sobre a aids na China e revelar o escândalo do sangue contaminado. Quando nos encontramos pela primeira vez, notei seus pés minúsculos — eles haviam sido atados — e fiquei estarrecida com sua história. Ela passara corajosamente pela guerra civil, pela Revolução Cultural, por prisão domiciliar e separação forçada da família e jamais se esquivou de seu compromisso de ajudar o máximo possível de concidadãos a se proteger contra a aids.

Em 2007, intercedi junto ao presidente Hu Jintao para permitir que a dra. Gao viesse a Washington receber um prêmio depois que funcionários locais tentaram impedir que ela viajasse. Ali estávamos dois anos depois, e ela ainda enfrentava pressão do governo. No entanto, disse-me que pretendia continuar defendendo a transparência e a responsabilidade. "Já estou com 82 anos. Não vou viver muito mais tempo", disse ela. "Esta é uma questão importante. Não estou com medo." Não muito depois da minha visita, a dra. Gao foi obrigada a deixar a China. Ela vive agora em Nova York, onde continua a escrever e a falar sobre a aids na China.

Grande parte do meu tempo nessa primeira visita a Beijing como secretária foi preenchida com sessões de apresentação dos funcionários chineses mais importantes. Almocei com o conselheiro de Estado Dai Bingguo na serena e tradicional Casa de Hóspedes Diaoyutai, onde o presidente Nixon ficara em sua famosa visita e onde havíamos nos hospedado durante nossa viagem de 1998. Dai, junto com o ministro das Relações Exteriores Yang Jiechi, se tornariam

meus principais interlocutores no governo chinês. (No sistema chinês, um conselheiro de Estado é mais importante que um ministro, ficando abaixo apenas do vice-premiê.)

Diplomata de carreira, Dai era próximo ao presidente Hu e perito em manobrar a política interna da estrutura de poder chinesa. Orgulhava-se de sua reputação de homem das províncias que alcançara proeminência. Pequeno e robusto, mantinha-se vigoroso e saudável apesar da idade avançada por meio de exercícios regulares e longas caminhadas, o que ele me recomendou intensamente. Sentia-se à vontade discutindo história e filosofia, bem como acontecimentos atuais. Henry Kissinger me dissera o quanto valorizava sua relação com Dai, a quem considerava um dos chineses mais fascinantes e com a mente mais aberta que tinha conhecido. Dai pensava no grandioso fluxo da história e repetia em tom de aprovação o provérbio que eu usara no meu discurso na Asia Society: "Quando estamos no mesmo barco, atravessamos o rio juntos pacificamente". Quando lhe disse que pensava que os Estados Unidos e a China precisavam dar uma resposta nova à secular questão do que acontece quando uma potência estabelecida e uma potência em ascensão se encontram, ele concordou entusiasticamente e repetia a minha formulação com frequência. Ao longo da história, esse cenário muitas vezes levara a conflito, então era tarefa nossa mapear uma rota que evitasse esse final, mantendo a competição dentro de limites aceitáveis e promovendo o máximo de cooperação possível.

Dai e eu nos entendemos logo de cara e conversamos frequentemente ao longo dos anos. Às vezes eu era sujeita a longos sermões sobre o que os Estados Unidos estavam fazendo de errado na Ásia, revestidos de sarcasmo, mas sempre proferidos com um sorriso. Outras vezes, ambos falávamos de maneira profunda e pessoal sobre a necessidade de assentar a relação Estados Unidos-China sobre uma base sólida para o bem das gerações futuras. Nas minhas primeiras visitas a Beijing, Dai me presenteou com mimos pessoais para Chelsea e minha mãe, o que estava acima e além do protocolo diplomático normal. Na vez seguinte que ele veio a Washington, retribuí com um presente para sua única neta, o que pareceu agradar-lhe muito. Num dos primeiros encontros, ele havia pegado uma foto da menina ainda bebê e a mostrou para mim dizendo: "É por causa disto que estamos aqui". Esse sentimento tocou em algo dentro de mim. Foi a preocupação com o bem-estar das crianças que me levou inicialmente a entrar para o serviço público. Como secretária de Estado, eu tinha a chance de tornar o mundo um pouco mais seguro e a vida um pouco melhor para as crianças nos Estados Unidos e pelo mundo, inclusive na China. Eu a encarava como a oportunidade e a responsabilidade de toda uma vida. O fato de Dai compartilhar minha paixão tornou-se a base para um vínculo contínuo e duradouro entre nós.

O ministro das Relações Exteriores Yang galgara os escalões do corpo diplomático após iniciar sua carreira como intérprete. Seu domínio soberbo do inglês nos permitiu ter conversas longas, às vezes espirituosas, durante nossas muitas reuniões e telefonemas. Ele raramente se despia de sua cautelosa persona diplomática, mas ocasionalmente eu conseguia ter um vislumbre da pessoa real por trás dela. Uma vez ele me contou que, ainda criança em Xangai, assistia às aulas em salas sem aquecimento, tremendo de frio, as mãos geladas demais para segurar a caneta. Sua jornada desde a gélida sala de aula até o Ministério das Relações Exteriores era a fonte do seu grande orgulho pessoal pelo progresso da China. Ele era um nacionalista irredutível, e tivemos nosso quinhão de conversas tensas, especialmente sobre temas difíceis como o mar do Leste da China, a Coreia do Norte e disputas territoriais com o Japão.

Numa noite, já tarde, numa das nossas últimas discussões em 2012, Yang começou a se gabar das muitas conquistas superlativas da China, inclusive de seu predomínio no atletismo. Foi só um mês depois da Olimpíada de Londres, e eu delicadamente mostrei que os Estados Unidos, na verdade, haviam ganhado mais medalhas que qualquer outro país. Yang, como revide,

atribuiu a “falta de sorte” chinesa na Olimpíada à ausência do astro de basquete contundido Yao Ming. E também brincou, dizendo que deveria haver uma “Olimpíada da diplomacia” com eventos tais como “milhas viajadas”; isso daria aos Estados Unidos pelo menos mais uma medalha.

Na minha primeira conversa com Yang, em fevereiro de 2009, ele levantou um tema que eu não esperava que o estivesse incomodando tanto. Os chineses estavam se preparando para sediar uma importante exposição internacional em maio de 2010, como as feiras mundiais de antigamente. Cada país seria responsável pela construção de um pavilhão na área da exposição para mostrar sua cultura e suas tradições nacionais. Apenas dois países estavam deixando de participar, disse-me Yang: a minúscula Andorra e os Estados Unidos. Os chineses viam isso como um sinal de desrespeito e também do declínio americano. Fiquei surpresa de saber que não estávamos dando importância e garanti a Yang que faria de tudo para que os Estados Unidos estivessem bem representados.

Logo descobri que o Pavilhão dos Estados Unidos da América estava sem dinheiro, totalmente atrasado no cronograma e sem possibilidade de ser completado, a menos que as coisas mudassem drasticamente. Esse não era um bom modo de projetar o poder e os valores americanos na Ásia. Então transformei numa prioridade pessoal fazer com que o pavilhão fosse construído, o que significava levantar dinheiro e apoio do setor privado em tempo recorde.

Nós demos um jeito, e em maio de 2010 juntei-me a milhões de outros visitantes do mundo inteiro para percorrer a exposição. O Pavilhão dos Estados Unidos apresentava histórias e produtos americanos que ilustravam alguns dos nossos valores nacionais mais caros: perseverança, inovação e diversidade. O que mais me impressionou foram os estudantes americanos que se apresentaram como voluntários para servir de recepcionistas e guias. Eles representavam todo o espectro do povo americano, de todas as classes sociais e formação educacional, e todos falavam mandarim. Muitos visitantes chineses ficaram perplexos ao ouvir americanos falando sua língua com tanto entusiasmo. Eles paravam para conversar, faziam perguntas, contavam piadas e trocavam histórias. Foi outro lembrete de que contatos pessoais podem fazer tanto ou mais pela relação Estados Unidos-China do que a maioria dos encontros diplomáticos ou conferências coreografadas.

Após minhas discussões com Dai e Yang na visita de 2009, tive a oportunidade de me reunir em particular com o presidente Hu e o premiê Wen. Foi o primeiro de pelo menos uma dúzia de encontros ao longo dos anos. Os líderes principais seguiam mais que Dai e Yang os roteiros predeterminados e ficavam menos à vontade numa discussão improvisada. Quanto mais se subia na cadeia hierárquica, mais alto o valor que os chineses punham na previsibilidade, na formalidade e no decoro respeitoso. Não queriam saber de surpresas. As aparências tinham importância. Comigo, eram cuidadosos e polidos, até mesmo um pouco cautelosos. Estavam me estudando, da mesma forma que eu os estudava.

Hu era amável, expressando seu apreço pela minha decisão de fazer uma visita tão imediata à China. Era o homem mais poderoso do país, mas carecia da autoridade pessoal de seus predecessores como Den Xiaoping ou Jiang Zemin. Hu me parecia mais um distante presidente de conselho administrativo do que um CEO disposto a colocar a mão na massa. Quanto tinha realmente o controle de todo o aparato do extenso Partido Comunista era uma questão em aberto, especialmente quando se tratava dos militares.

“Vovô Wen”, como o premiê (o segundo na hierarquia) era chamado, esforçava-se para apresentar uma imagem gentil e amistosa para a China e o mundo. Mas em particular sabia ser bastante contundente, em especial quando argumentava que os Estados Unidos eram

responsáveis pela crise financeira global ou quando rechaçava críticas às políticas chinesas. Não era combativo, porém era mais cortante do que sua persona pública poderia sugerir.

Nos meus primeiros encontros com esses líderes, propus que o diálogo econômico iniciado pelo secretário do Tesouro Hank Paulson fosse também um diálogo estratégico, de modo a cobrir uma gama maior de assuntos e juntar mais especialistas e funcionários dos nossos dois governos. Não era uma desculpa para o Departamento de Estado forçar sua entrada na conversa, nem para formar uma sociedade de discussão de alto nível. Eu sabia que conversas regulares, em essência uma comissão diretora de alto nível para a relação, expandiria a nossa cooperação para novas áreas, construindo maior confiança e resiliência. Os formuladores de políticas de ambos os lados viriam a se conhecer mutuamente e se acostumariam a trabalhar juntos. Linhas de comunicação abertas reduziriam a probabilidade de que um mal-entendido pudesse elevar tensões. Futuras disputas teriam menos chances de fazer descarrilar todo o resto que precisávamos fazer juntos.

Eu discutira a ideia com o sucessor de Hank Paulson no Tesouro, Tim Geithner, num almoço no Departamento de Estado no começo de fevereiro de 2009. Eu viera a conhecer e gostar de Tim quando ele foi presidente do Federal Reserve de Nova York. Ele tinha uma ampla experiência em Ásia e até falava um pouco de mandarim, o que fazia dele o parceiro ideal no nosso envolvimento com a China. Para seu crédito, Tim não viu a minha proposta para um diálogo expandido como uma intromissão na área do Tesouro — área esta, é claro, que era uma preciosa atribuição de Washington. Ele a via da mesma forma que eu: uma chance de combinar as forças de nossos departamentos, especialmente numa época em que a crise financeira global borrava mais do que nunca a linha divisória entre economia e segurança. Se os chineses concordassem, Tim e eu comandaríamos juntos o novo diálogo combinado.

Em Beijing eu estava preparada para a relutância, até mesmo a rejeição. Afinal, os chineses não estavam ansiosos para discutir questões políticas delicadas. Contudo, descobrimos que eles também estavam ansiosos por um contato de nível mais elevado com os Estados Unidos e buscavam o que o presidente Hu Jintao chamou de “relação positiva, cooperativa e abrangente”. Com o tempo, o nosso Diálogo Econômico e Estratégico se tornaria um modelo que reproduzimos com potências emergentes de todo o mundo, da Índia até a África do Sul e o Brasil.

Durante décadas, a doutrina norteadora da política externa chinesa era o conselho de Deng Xiaoping: “Observe friamente, negocie calmamente, mantenha sua posição, oculte suas capacidades, espere a hora certa, realize onde for possível”. Deng, que governou a China após a morte de Mao Tsé-Tung, acreditava que a China ainda não era forte o bastante para se afirmar no cenário mundial, e sua estratégia de “esconder e esperar” ajudou a evitar conflitos com os vizinhos quando a economia chinesa decolou. Bill e eu nos encontramos com Deng brevemente, em sua histórica viagem aos Estados Unidos em 1979. Eu nunca tinha conhecido um líder chinês e o observei com atenção enquanto ele interagia relaxadamente com os convidados americanos numa recepção seguida por um jantar na mansão do governador da Geórgia. Ele era envolvente e causou uma excelente impressão, tanto pessoalmente quanto na sua disposição em começar a abrir seu país para reformas.

Em 2009, porém, algumas autoridades chinesas, especialmente no setor militar, irritaram-se com essa sua postura de contenção. Achavam que os Estados Unidos, há muito a nação mais poderosa na Ásia-Pacífico, estavam se retirando da região, mas ainda determinados a bloquear a ascensão da China como grande potência por seu próprio direito. Era hora, pensavam eles, de uma abordagem mais assertiva. Estavam encorajados pela crise financeira de 2008 que enfraquecera a economia americana, as guerras no Iraque e no Afeganistão que exauriam a

atenção e os recursos americanos e uma crescente corrente de nacionalismo entre o povo chinês. Assim, a China começou a fazer movimentos mais agressivos na Ásia, testando até onde podia ir.

Em novembro de 2009, contudo, o presidente Obama teve uma recepção visivelmente morna durante sua visita a Beijing. Os chineses insistiram em organizar e controlar a maioria de suas aparições, recusando-se a ceder qualquer terreno em questões como direitos humanos ou valorização da moeda, e deram sermões contundentes sobre o problema orçamentário americano. O *New York Times* descreveu a conferência de imprensa conjunta do presidente Obama e do presidente Hu como "afetada" — e tanto assim que foi parodiada no *Saturday Night Live*. Muitos observadores se perguntaram se estavam vendo uma nova fase na relação, com uma China assertiva e ascendente não mais escondendo seus recursos e capacidades militares ampliadas, afastando-se do "esconder e esperar" e optando por "mostrar e dizer".

A arena mais dramática para a assertividade chinesa era no mar. China, Vietnã, Filipinas e Japão têm todos eles litorais nos mares do Sul e do Leste da China. Durante gerações, esses países disputam territórios na área, reivindicando cadeias de recifes, rochas, afloramentos e ilhas em sua maioria desabitadas. No sul, China e Vietnã entraram em choque violento por ilhas em disputa nos anos 1970 e 1980. A China entrou em disputa com as Filipinas na década de 1990 por causa de outras ilhas. No mar do Leste da China, uma cadeia de ilhas desabitadas, conhecidas como Senkakus pelos japoneses e Diaoyus pelos chineses, tem estado sujeita a uma longa e acalorada disputa que, ainda em 2014, continuava a ferver, ameaçando explodir a qualquer momento. Em novembro de 2013, a China declarou uma "zona de identificação de defesa aérea" sobre grande parte do mar do Leste da China, incluindo as ilhas em disputa e exigindo que todo o tráfego aéreo internacional atendesse às suas demandas. Os Estados Unidos e nossos aliados recusaram-se a reconhecer essa medida e continuaram com voos militares através de uma área que ainda consideramos espaço aéreo internacional.

Esses conflitos podem não ser novos, mas os riscos aumentaram. Crescendo a economia asiática, cresceu também o comércio na região. Pelo menos metade da tonelagem mercantil mundial passa pelo mar do Sul da China, inclusive muitas cargas vindo dos Estados Unidos ou indo para os Estados Unidos. Descobertas de novas reservas de energia no mar e de pesca em torno transformaram as águas, que de outra forma não passariam de amontoados banais de rochas, em nichos de tesouro potenciais. Velhas rivalidades exacerbadas pela perspectiva de novas riquezas constituem uma receita explosiva.

Ao longo de 2009 e 2010, os vizinhos da China assistiram com crescente alarme a como Beijing acelerava a construção naval e declarava sua reivindicação por grandes faixas de água, ilhas e reservas de energia. Essas ações eram o oposto do que o ex-subsecretário de Estado americano (e posteriormente presidente do Banco Mundial) Robert Zoellick havia esperado quando instou a China a tornar-se um "acionista responsável" num discurso muito comentado em 2005. Em vez disso, a China estava se tornando o que chamei de "acionista seletivo", escolhendo e optando quando agir como uma grande potência responsável e quando declarar seu direito de impor sua vontade aos vizinhos menores.

Em março de 2009, com apenas dois meses de administração Obama, cinco navios chineses confrontaram um navio militar americano, levemente armado, o *Impeccable*, a cerca de 120 quilômetros da província insular chinesa de Hainan. Os chineses exigiram que os americanos deixassem o que alegavam ser águas territoriais exclusivas. A tripulação do *Impeccable* respondeu que estavam em águas internacionais e tinham direito à livre navegação. Marinheiros chineses jogaram pedaços de madeira na água para bloquear o trajeto do navio. Os americanos responderam com um lança-chamas atingindo os chineses, alguns dos quais ficaram só de cuecas

depois de o fogo ser extinto. A cena quase poderia ser considerada cômica se não representasse um confronto potencialmente perigoso. Nos dois anos seguintes, impasses semelhantes no mar entre China e Japão, China e Vietnã, China e Filipinas ameaçaram criar uma espiral descontrolada. Era preciso fazer alguma coisa.

A China prefere resolver disputas territoriais com seus vizinhos bilateralmente, porque nessas situações seu poder relativo é maior. Em contextos multilaterais onde nações menores podem se juntar, sua influência diminui. E não é surpresa que o resto da região preferisse a abordagem multilateral. Acreditavam que havia muitas reivindicações e interesses sobrepostos para tentar resolvê-los numa colcha de retalhos, tipo um de cada vez. Botar todos os jogadores relevantes na mesma sala e dar-lhes toda a oportunidade de manifestar suas opiniões — especialmente os países menores — era a melhor maneira de rumar para uma solução abrangente.

Eu concordava com essa abordagem. Os Estados Unidos não têm reivindicações territoriais nos mares do Sul e do Leste da China, não tomamos partido nessas disputas e nos opomos a esforços unilaterais de mudar o *status quo*. Temos um permanente interesse em proteger a liberdade de navegação, o comércio marítimo e a lei internacional. E, por tratado, temos obrigação de apoiar o Japão e as Filipinas.

Minhas preocupações aumentaram quando estive em Beijing para o Diálogo Econômico e Estratégico em maio de 2010 e ouvi pela primeira vez os líderes chineses descreverem as reivindicações territoriais no mar do Sul como "interesse essencial", ao lado de tópicos tradicionalmente acalorados como Taiwan e Tibete. Advertiram que a China não iria tolerar interferência externa. Algum tempo depois, as reuniões foram interrompidas quando um almirante chinês levantou-se e lançou uma retórica raivosa, acusando os Estados Unidos de tentar cercar a China e suprimir sua ascensão. Era algo altamente inusitado numa reunião de cúpula cuidadosamente coreografada, e — embora eu presumisse que o almirante recebera pelo menos um "vá em frente" tácito de seus superiores militares e partidários — pareceu que alguns diplomatas chineses ficaram tão surpresos quanto eu.

Os confrontos no mar do Sul da China nos dois primeiros anos da administração Obama reforçaram a minha crença de que a nossa estratégia na Ásia deveria incluir um significativo esforço de fortalecer as instituições multilaterais da região. Os foros disponíveis simplesmente não eram suficientemente eficazes para resolver disputas entre nações ou mobilizar ações. Para países menores, podia dar a sensação de faroeste: uma fronteira sem lei, onde o fraco estava à mercê do forte. Nossa meta era não só ajudar a neutralizar possíveis focos de incêndio como os mares do Sul ou do Leste da China, mas também alimentar um sistema internacional de regras e organizações na Ásia-Pacífico que pudesse auxiliar a evitar futuros conflitos e trazer alguma ordem e estabilidade duradouras à região — algo que começasse a se aproximar do que a Europa tinha construído.

No voo de volta para casa depois das conversações em Beijing, convoquei a minha equipe. Eu achava que a China tinha exagerado na mão. Em vez de usar o período da nossa notada ausência e a crise econômica para cimentar boas relações com seus vizinhos, tornara-se mais agressiva em relação a eles, e essa mudança enervara o resto da região. Quando os tempos são bons, com poucas ameaças à segurança e à prosperidade, os países ficam menos propensos a ver o apelo de custosas alianças defensivas, fortes regras e normas internacionais e instituições multilaterais robustas. Mas quando há algum conflito perturbando o *status quo*, esses tratados e proteções tornam-se muito mais atraentes, especialmente para nações menores.

Talvez houvesse alguma oportunidade a ser encontrada em meio a todos esses acontecimentos

problemáticos. Uma apresentou-se apenas dois meses depois no fórum regional da ASEAN no Vietnã. Aterrissei em Hanói em 22 de julho de 2010 e fui a um almoço em comemoração ao 15º aniversário das relações diplomáticas normalizadas entre o Vietnã e os Estados Unidos.

Lembro-me vividamente do dia de julho de 1995 quando Bill fez o histórico anúncio no Salão Leste da Casa Branca, ladeado por veteranos do Vietnã, inclusive os senadores John Kerry e John McCain. Era o início de uma nova era — curar velhas feridas, resolver questões referentes a prisioneiros de guerra e explorar um caminho de relações econômicas e estratégicas aprimoradas. Em 2000 fomos a Hanói, a primeira visita de um presidente americano. Estávamos preparados para encontrar ressentimento, até mesmo hostilidade, mas, ao entrarmos na cidade, grandes aglomerações de gente alinhavam-se pelas ruas para nos receber. Multidões de estudantes, que haviam crescido conhecendo apenas a paz entre nossos países, juntaram-se na Universidade Nacional de Hanói para ouvir Bill falar. Por todo lado, sentíamos o calor e a hospitalidade do povo vietnamita, um reflexo da boa vontade que se instalou entre nossos países no intervalo de uma única geração, e um poderoso testemunho do fato de que o passado não precisa necessariamente determinar o futuro.

De volta a Hanói como secretária de Estado, maravilhei-me com até onde o Vietnã chegara desde aquela visita e como nossas relações continuavam a se aprimorar. Nossas transações comerciais haviam crescido de menos de 250 milhões de dólares antes que nossas relações se normalizassem até aproximadamente 20 bilhões de dólares em 2010 e se expandiam rapidamente ano após ano. O Vietnã também apresentava uma oportunidade estratégica especial — ainda que desafiadora. De um lado, continuava sendo um país autoritário com um registro pobre em termos de direitos humanos, especialmente liberdade de imprensa. De outro, estava dando passos firmes para abrir sua economia e tentar reivindicar um papel maior na região. Com os anos, os representantes vietnamitas me disseram que, apesar da guerra que havíamos lutado contra eles, admiravam e gostavam dos Estados Unidos.

Um dos nossos mais importantes instrumentos para o envolvimento com o Vietnã era a proposta de um novo acordo de comércio chamado Parceria Transpacífico (TPP), que ligaria os mercados por toda a Ásia e as Américas, baixando barreiras comerciais e ao mesmo tempo elevando padrões de trabalho, meio ambiente e propriedade intelectual. Conforme explicou o presidente Obama, a meta das negociações da TPP é estabelecer "um acordo comercial significativo, de elevado padrão e possível de ser implantado" que "será incrivelmente poderoso para empresas americanas que, até este ponto, têm sido frequentemente excluídas desses mercados". E era importante também para os trabalhadores americanos, que se beneficiariam da concorrência num campo de jogo mais equilibrado. E era uma iniciativa estratégica que fortaleceria a posição dos Estados Unidos na Ásia.

Nosso país aprendeu do jeito mais difícil nas últimas décadas que a globalização e a expansão do comércio internacional trazem tanto custos quanto benefícios. Na trilha de campanha de 2008, tanto o então senador Obama quanto eu prometemos buscar acordos comerciais mais inteligentes e mais justos. Como as negociações da TPP ainda estão em andamento, não faz sentido emitir julgamento enquanto não pudermos avaliar o acordo final proposto. É seguro dizer que a TPP não será perfeita — nenhum acordo negociado entre uma dúzia de países poderá ser —, mas seus padrões mais elevados, se implantados e cumpridos, devem trazer benefícios para os negócios e trabalhadores americanos.

O Vietnã também viria a ganhar muito com esse tratado — a TPP cobriria um terço do comércio mundial —, de modo que seus líderes estavam dispostos a fazer algumas reformas para chegar a um acordo. À medida que as negociações ganharam impulso, outros países da região

passaram a sentir o mesmo. A TPP tornou-se o pilar econômico símbolo da nossa estratégia na Ásia, demonstrando os benefícios de uma ordem baseada em regras e de maior cooperação com os Estados Unidos.

Na tarde de 22 de julho, as reuniões da ASEAN no Centro Nacional de Convenções em Hanói começaram com uma discussão longa e formal sobre comércio, mudança climática, tráfico humano, proliferação nuclear, Coreia do Norte e Birmânia. Porém, quando as discussões se estenderam para o segundo dia, havia um tópico que todos tinham em mente: o mar do Sul da China. As disputas territoriais, já carregadas de história, nacionalismo e economia, tinham se tornado uma questão crucial: usaria a China o seu crescente poder para dominar uma esfera de influência em expansão, ou a região reafirmaria as normas internacionais que tolhem até mesmo as nações mais fortes? Navios de guerra percorriam águas disputadas, jornais estimulavam sentimentos nacionalistas pela região, e diplomatas debatiam-se para evitar um conflito aberto. No entanto, a China continuava insistindo que aquele não era um tópico apropriado para uma conferência regional.

Naquela noite, reuni Kurt Campbell e minha equipe de assuntos asiáticos para rever nossos planos para o dia seguinte. O que tínhamos em mente exigiria uma diplomacia sutil, mobilizando todos os alicerces que assentáramos na região no último ano e meio. Passamos horas acertando detalhes da declaração que eu faria no dia seguinte e elaborando a coreografia com nossos parceiros.

Assim que começamos a sessão da ASEAN, o drama começou a se formar. O Vietnã deu o pontapé inicial. Apesar das objeções da China em discutir o mar do Sul naquele contexto, o Vietnã levantou o litigioso assunto. Então, um por um, outros ministros expressaram suas preocupações e pediram uma abordagem colaborativa, multilateral, para resolver disputas territoriais. Depois de dois anos com a China exercitando seus músculos e afirmando seu domínio, a região estava revidando. No momento certo, fiz um sinal demonstrando que queria falar.

Os Estados Unidos não tomariam partido em nenhuma disputa particular, disse eu, mas apoiávamos a abordagem multilateral que estava sendo proposta, de acordo com a lei internacional e sem coerção ou ameaça de força. Exortei as nações da região a proteger o acesso irrestrito ao mar do Sul da China e a trabalhar no sentido de desenvolver um código de conduta que prevenisse conflitos. Os Estados Unidos estavam preparados para facilitar esse processo, porque víamos a liberdade de navegação no mar do Sul como um “interesse nacional”. Foi uma expressão cuidadosamente escolhida, em resposta à asserção anterior chinesa de que suas reivindicações territoriais na área constituíam um “interesse essencial”.

Quando terminei, pude ver que Yang, o ministro das Relações Exteriores chinês, estava lívido. Pediu um intervalo de uma hora antes de voltar para dar sua resposta. Olhando diretamente para mim, desconsiderou as disputas no mar do Sul e advertiu contra a interferência externa. Olhando para seus vizinhos asiáticos, lembrou-lhes que “a China é uma país grande. Maior do que qualquer um dos países aqui”. Não era um argumento vencedor naquela sala.

A confrontação em Hanói não resolveu as disputas nos mares do Sul e do Leste da China; estas permanecem igualmente ativas e perigosas enquanto escrevo, mas, em anos subsequentes, diplomatas da região apontariam esse encontro como um ponto de referência, tanto no sentido da liderança americana na Ásia como no revide aos excessos da China.

Ao retornar a Washington, sentia-me mais confiante em relação a nossa estratégia e posição na Ásia. Quando começamos em 2009, muitos na região duvidavam do nosso comprometimento e de nossa capacidade de perseverança. Alguns na China buscaram tirar proveito dessa

percepção. Nossa estratégia do pivô foi planejada para dirimir essas dúvidas. Durante uma longa discussão com Dai, ele questionou: "Por que você não 'pivota' fora daqui?". Viajei mais milhas e fiquei sentada durante mais discursos diplomáticos sofrivelmente traduzidos do que imaginava ser possível. Mas valeu a pena. Tínhamos saído do buraco em que nos encontrávamos no começo da administração e reafirmamos a presença americana na área. Os anos seguintes trariam novos desafios, desde uma mudança súbita de liderança na Coreia do Norte até um impasse com os chineses acerca do destino de um dissidente cego, defensor dos direitos humanos, escondido na embaixada dos Estados Unidos. Haveria também novas oportunidades. Faíscas de progresso na Birmânia acenderiam uma drástica transformação, carregando a promessa de democracia no coração daquela terra antes fechada. E, graças em parte aos nossos decididos esforços de estabelecer mútua confiança e hábitos de cooperação, as relações com a China haveriam de mostrar-se mais resilientes do que muitos ousavam acreditar.

No avião retornando de Hanói, com a cabeça ainda tomada pelo drama do mar do Sul da China, era hora de voltar a atenção para outros assuntos urgentes. Estávamos a apenas uma semana daquele que viria a ser um dos acontecimentos mais importantes da minha vida. A imprensa clamava por informação, e eu tinha bastante trabalho a fazer para me preparar. Dessa vez não era uma conferência de alto nível nem uma crise diplomática. Era o casamento da minha filha, um dia que vinha aguardando ansiosamente por trinta anos.

Eu estava achando graça em quanta atenção os planos de Chelsea estavam recebendo, e não só nos Estados Unidos. Na Polônia, no começo de julho, um repórter me perguntou como eu estava me virando para conciliar os preparativos para o matrimônio com as atribuições de secretária de Estado. "Como a senhora consegue lidar com duas tarefas tão diferentes, e ambas extremamente sérias?", perguntou ele. E era mesmo uma tarefa para lá de séria! Quando Bill e eu nos casamos em 1975, a cerimônia teve lugar diante de alguns poucos amigos e da família, na sala de estar da nossa casinha em Fayetteville, no Arkansas. Eu usei um vestido vitoriano de musselina rendada que tinha achado ao fazer compras com a minha mãe na noite anterior. Os tempos haviam mudado.

Chelsea e o nosso futuro genro, Marc Mezvinsky, planejaram um fim de semana inesquecível para suas famílias e seus amigos em Rhinebeck, no estado de Nova York. Como mãe da noiva, eu estava encantada de poder ajudar de todas as maneiras possíveis, inclusive verificando fotos de arranjos florais ainda na viagem e reservando tempo para escolha de roupas e provas de comida quando estivesse em casa. Sentia-me afortunada pelo fato de meu trabalho diário ter me preparado para a elaborada diplomacia exigida para ajudar a planejar um grande casamento. Fiquei tão empolgada com tudo que chamei a mim mesma de "MDN" (mãe da noiva) num e-mail de Dia das Mães que mandei a toda a equipe do Departamento de Estado, em referência também a um colar que Chelsea me dera de Natal com essa mesma sigla. Agora que tinha deixado Hanói para trás, estava ansiosa para voltar a todos os detalhes e decisões de última hora que estavam à minha espera.

Na segunda-feira, passei a maior parte do dia na Casa Branca, reunindo-me com o presidente Obama no Salão Oval e com o restante da equipe de segurança nacional no Gabinete de Crises, além de receber a visita do ministro de Defesa israelense, Ehud Barak. Sempre gosto de ver Ehud, e estávamos em outro momento delicado das negociações de paz no Oriente Médio, mas dessa vez não pude parar de pensar em quando poderia dar o fora e pegar uma ponte aérea para Nova York.

O grande dia finalmente chegou no sábado, 31 de julho. Rhinebeck é uma cidade adorável no Vale do Hudson, com lojas pitorescas e bons restaurantes; um cenário perfeito. Os amigos e

familiares de Chelsea e Marc reuniram-se em Astor Courts, uma elegante propriedade projetada pelo arquiteto Stanford White para Jacob e Ava Astor mais ou menos no início do século xx. Sua piscina interna, onde Franklin Delano Roosevelt teria feito fisioterapia para sua pólio, pode ter sido a primeira construída numa casa particular nos Estados Unidos. Depois que Jacob se foi com o *Titanic*, a casa passou de um proprietário a outro, além de funcionar por alguns anos como uma casa de repouso administrada pela Igreja católica. Em 2008 foi restaurada e assumiu novamente à sua beleza original.

Chelsea estava absolutamente deslumbrante, e, ao vê-la passar pelo corredor central com Bill, não pude acreditar que a bebezinha que segurei nos braços pela primeira vez em 27 de fevereiro de 1980 havia crescido e se transformado naquela linda e equilibrada mulher. Bill estava tão emocionado quanto eu, talvez ainda mais, e fiquei contente de ele ter conseguido percorrer a nave central sem se desmanchar. Marc estava radiante quando Chelsea juntou-se a ele sob a hupá, o dossel de ramos de salgueiro e flores que é parte da tradição matrimonial judaica. A cerimônia foi conduzida pelo reverendo William Shillady e pelo rabino James Ponet, que acertaram em cheio no tom. Marc pisou num copo quebrando-o, de acordo com a tradição judaica, e todo mundo ovacionou. Depois, Bill dançou com Chelsea ao som de "The Way You Look Tonight". Foi um dos momentos mais felizes e orgulhosos da minha vida.

Tantos pensamentos passaram pela minha cabeça. Nossa família tinha passado muita coisa junta, momentos bons e momentos difíceis, e agora ali estávamos nós, celebrando o melhor deles. Eu estava especialmente contente por minha mãe ter podido assistir a esse dia. Ela superou uma infância difícil com muito pouco amor e apoio e, ainda assim, descobriu como ser uma mãe amorosa e carinhosa para mim e meus irmãos, Hugh e Tony. Ela e Chelsea tinham uma ligação especial, e eu sabia quanto significava para Chelsea ter a avó ao seu lado ao planejar o matrimônio e casar-se com Marc.

Pensei no futuro e na vida que Chelsea e Marc construiriam juntos. Eles tinham tantos sonhos e ambições. Foi por isso, pensei, que Bill e eu trabalhamos tanto por tantos anos para ajudar a construir um mundo melhor — para que Chelsea pudesse crescer segura e feliz e um dia ter sua própria família, e para que qualquer outra criança tivesse a mesma chance. Lembrei-me do que Dai Bingguo me disse quando tirou a foto da sua neta: "É por causa disto que estamos aqui". Era nossa responsabilidade achar um meio de trabalhar juntos para assegurar que nossos filhos e netos herdassem o mundo que mereciam.

5

Beijing: O dissidente

Pouco depois de eu ter sido confirmada como secretária, uma equipe de engenheiros apareceu na nossa casa na zona noroeste de Washington. Instalaram um telefone seguro amarelo brilhante para que, mesmo nas mais estranhas horas da noite, eu pudesse falar com o presidente ou um embaixador em alguma embaixada distante sobre temas delicados. O telefone era um lembrete constante de que os problemas do mundo nunca estavam longe de casa.

Na noite de quarta-feira, 25 de abril de 2012, às 21h36, o telefone amarelo tocou. Era o meu diretor de Planejamento de Políticas e subchefe de gabinete Jake Sullivan, ligando da sua própria linha segura no sétimo andar do Departamento de Estado, para onde retornara às pressas após uma rara noite de folga. Ele me contou que a nossa embaixada em Beijing estava enfrentando uma crise inesperada e precisava urgentemente de orientação.

Sem o nosso conhecimento, menos de uma semana antes, um ativista de direitos humanos de quarenta anos, cego, chamado Chen Guangcheng, tinha escapado de prisão domiciliar na província de Shandong, escalando e passando por cima do muro da sua casa. Ele quebrou o pé, mas conseguiu iludir a polícia local encarregada de guardá-lo. Deixando a família para trás, partiu para uma viagem de centenas de quilômetros até Beijing, com ajuda de uma rota de fuga composta por colegas dissidentes e simpatizantes. Enquanto estava escondido em Beijing, fez contato com uma funcionária do Serviço de Relações Exteriores da embaixada americana que tinha vínculos de longa data com a comunidade chinesa de direitos humanos. Ela imediatamente reconheceu a gravidade da situação.

Chen havia ganhado notoriedade na China como o “advogado descalço”, defendendo os direitos dos inválidos, ajudando aldeões rurais a protestar contra a apropriação ilegal de terras por parte de autoridades locais corruptas e documentando abusos da política do filho único, como esterilizações e abortos. Diferentemente de muitos outros dissidentes chineses famosos, Chen não era aluno de uma universidade de elite nem um intelectual urbano. Ele era um aldeão, pobre e autodidata, e a opinião pública veio a enxergá-lo como um genuíno homem do povo. Em 2005, foi preso depois de dar entrada numa ação judicial coletiva em nome de milhares de vítimas da repressão governamental. Um tribunal local o condenou a 51 meses de prisão, supostamente por destruição de propriedade e obstrução do trânsito. Era uma brutal injustiça jurídica, chocante até mesmo num país com pouco Estado de direito. Depois de cumprir toda a sua pena, foi deixado em prisão domiciliar, cercado de guardas armados e isolado do mundo exterior.

Agora estava ferido, fugindo e pedindo a nossa ajuda. Ao raiar do dia em Beijing, dois funcionários da embaixada americana encontraram-se em segredo com Chen. Com a Segurança de Estado chinesa à sua caça, ele pediu se podia se refugiar na embaixada, pelo tempo suficiente para receber cuidados médicos e elaborar um novo plano. Eles concordaram em transmitir o pedido a Washington, onde rapidamente percorreu todo o caminho cadeia acima. Chen continuava circulando pelos subúrbios de Beijing dentro de um carro, esperando a resposta.

Numerosos fatores faziam com que aquela fosse uma decisão particularmente difícil. Primeiro, a logística. Chen estava com o pé quebrado e era um homem procurado. Se não

agíssemos com rapidez, provavelmente seria capturado. Para piorar as coisas, a segurança chinesa mantinha uma robusta presença do lado de fora da nossa embaixada. Se Chen tentasse entrar pela porta da frente, seguramente o agarrariam antes mesmo que destrancássemos a porta. O único jeito de fazê-lo entrar em segurança seria mandar uma equipe para as ruas, para pegá-lo e trazê-lo discretamente. Bob Wang, nosso subchefe de Missão em Beijing, estimava que as chances de Chen entrar sozinho eram de menos de 10%. E achava que seriam de mais de 90% se fôssemos lá e o trouxéssemos. Isso, porém, com certeza aumentaria nossas tensões com os chineses.

Outro fator era o momento em que aquilo ocorreu. Acontece que eu estava me preparando para ir pessoalmente a Beijing em cinco dias, para participar do Diálogo Econômico e Estratégico junto com o secretário do Tesouro Tim Geithner e nossos colegas chineses. Era o ápice de todo um ano de meticuloso trabalho diplomático, e tínhamos a agenda cheia de itens importantes e delicados, inclusive tensões no mar do Sul da China, provocações da Coreia do Norte e preocupações econômicas como valorização da moeda e roubo de propriedade intelectual. Se concordássemos em ajudar Chen, havia uma chance real de que os líderes chineses ficassem tão revoltados que cancelariam a conferência. No mínimo, podíamos esperar muito menor cooperação em questões de importância estratégica significativa.

Parecia que eu tinha de decidir entre proteger um homem, por mais simbólica e solidária que fosse sua figura, e proteger a nossa relação com a China. De um lado da balança estavam os valores essenciais americanos e o nosso status de farol da liberdade e da oportunidade; do outro, muitas das nossas mais urgentes prioridades econômicas e de segurança.

Enquanto pesava a decisão, pensei nos dissidentes que buscavam refúgio em embaixadas americanas nos países comunistas durante a Guerra Fria. Um deles, o cardeal József Mindszenty da Hungria, ficou durante quinze anos. Em 1989, Fang Lizhi e sua esposa, Li Shuxian, físicos chineses e proeminentes ativistas durante os protestos na praça Tiananmen, passaram quase treze meses na embaixada em Beijing antes de finalmente partirem para os Estados Unidos. O legado pairava sobre o caso Chen desde o começo.

Eu também tinha na cabeça um incidente muito mais recente. Em fevereiro de 2012, apenas dois meses antes, um chefe de polícia chinês chamado Wang Lijun entrou no consulado dos Estados Unidos em Chengdu, capital da província sudoeste de Sichuan, em busca de ajuda. Até cair em desgraça, Wang fora o braço direito de Bo Xilai, o poderoso chefe do Partido Comunista de uma província vizinha. Wang auxiliara Bo a comandar uma vasta rede de fraude e corrupção. Ele acabou alegando saber do encobrimento do assassinato de um empresário britânico pela esposa de Bo. Bo era uma figura pitoresca e uma estrela em ascensão no Partido Comunista Chinês, mas seus espetaculares abusos de poder, inclusive a alegada escuta clandestina do presidente Hu Jintao, irritaram seus superiores em Beijing, que começaram a investigar tanto Bo como Wang. Com medo de acabar morto como o envenenado britânico, Wang fugiu para o nosso consulado em Chengdu com a cabeça cheia de histórias.

Enquanto estava lá dentro, forças de seguranças leais a Bo cercaram o edifício. Foi um momento tenso. Wang Lijun não era dissidente de direitos humanos, mas não podíamos simplesmente entregá-lo aos homens lá fora; isso teria sido uma sentença de morte, e o encobrimento teria continuado. Tampouco podíamos mantê-lo no consulado para sempre. Então, depois de perguntar a Wang o que ele queria, procuramos as autoridades centrais em Beijing e sugerimos que se entregasse voluntariamente à custódia delas se escutassem o seu testemunho. Ele não tinha ideia de quanto sua história se mostraria explosiva e o quanto Beijing a levaria a sério. Concordamos em não falar nada sobre o assunto, e os chineses agradeceram a nossa

discrição.

Em breve os dominós começaram a cair. Bo foi removido do poder, e sua esposa condenada por assassinato. Mesmo a rígida censura chinesa não conseguiu impedir que isso se tornasse um enorme escândalo, abalando a confiança na liderança do Partido Comunista num momento delicado. Estava programado que o presidente Hu e o premiê Wen passassem adiante o poder para uma nova geração de líderes no começo de 2013. Eles ansiavam por uma transição suave, não o furor nacional em torno de intriga e corrupção oficial.

Agora, apenas dois meses depois, estávamos enfrentando outro teste, e eu sabia que a liderança chinesa estava mais no limite do que nunca.

Pedi a Jake para convocar uma reunião com Kurt Campbell, com o subsecretário Bill Burns e com a conselheira Cheryl Mills. Kurt vinha trabalhando em estreita coordenação com a nossa embaixada em Beijing desde que Chen fizera o primeiro contato, e me disse que provavelmente tínhamos menos de uma hora para tomar a decisão. A embaixada reunira uma equipe que estava pronta para ir até um ponto de encontro assim que eu desse o sinal verde. Repassamos o caso mais uma vez, e aí eu disse: “Podem ir lá pegá-lo”.

No final, não foi por um triz. Eu sempre acreditei que, até mais que o nosso poder militar e econômico, os valores americanos são a maior fonte de força e segurança. Não se trata simplesmente de idealismo; baseia-se numa avaliação lúcida da nossa posição estratégica. Os Estados Unidos têm falado de direitos humanos na China há décadas, tanto em administrações republicanas quanto democratas. Agora a nossa credibilidade estava em jogo, com os chineses e também com outros países da região e do mundo. Se não ajudássemos Chen, a nossa posição ficaria minada em todo lugar.

Eu também estava fazendo um jogo calculado, pois, como anfitriões da conferência que estava próxima, os chineses tinham investido pelo menos tanto quanto nós em mantê-la nos trilhos. Finalmente, com o escândalo de Bo Xilai e a iminente transição de liderança, eles estavam de mãos atadas e não teriam muito apetite para uma nova crise. Eu estava disposta a apostar que Beijing não mandaria pelos ares todo o nosso relacionamento por conta desse incidente.

Uma vez dado o sinal verde, as coisas começaram a acontecer depressa. Bob Wang saiu da embaixada a caminho do ponto de encontro. Entrementes, caiu sobre os ombros de Jake a tarefa de comunicar à Casa Branca. Ele explicou meu raciocínio e respondeu a perguntas céticas. Alguns dos assessores do presidente ficaram preocupados com a possibilidade de estarmos destruindo a relação dos Estados Unidos com a China. Mas ninguém estava pronto para ser responsável por deixar Chen à própria sorte dizendo-nos para voltar atrás. Simplesmente queriam que eu e o Departamento de Estado de algum modo sumíssemos com o problema.

Enquanto Jake falava com a Casa Branca, um drama saído de um romance de espionagem desenrolava-se nas ruas de Beijing. O carro chegou ao local de encontro, a cerca de 45 minutos da embaixada, e Bob avistou Chen. E viu também a segurança chinesa na área. Era agora ou nunca. Bob puxou Chen para dentro do carro, jogou um casaco sobre sua cabeça e saiu a toda a velocidade. Bob reportou-se a Washington com um informe atualizado de dentro do carro, e todos prendemos a respiração, esperando que não fossem parados antes de chegar com segurança ao terreno da embaixada. Finalmente, às três da manhã em Washington, Bob ligou novamente com a boa notícia: a missão fora completada, e Chen estava agora recebendo cuidados médicos.

No decorrer dos próximos dois dias, Bill Burns, Kurt, Cheryl, Jake e eu discutimos o que fazer em seguida. O primeiro passo era estabelecer contato com os chineses, informá-los que estávamos com Chen, mas que não tínhamos determinado nada sobre a sua situação formal, e

pedir-lhes um encontro para que pudéssemos chegar a uma solução antes do começo da conferência. Pensamos que, se pudéssemos fazer com que discutissem o assunto de boa-fé, estaríamos a meio caminho de uma solução.

O segundo passo era conversar com o próprio Chen. O que ele queria exatamente? Estava preparado para passar os próximos quinze anos da sua vida morando na embaixada, como o cardeal Mindszenty?

Uma vez desenhado o nosso rumo, eu disse a Kurt para pegar um avião para Beijing o mais rápido possível, de modo que pudesse cuidar pessoalmente das negociações. Ele partiria tarde na sexta-feira, 27 de abril, chegando antes do amanhecer de domingo. Bill iria depois, no dia seguinte. Também chamamos o embaixador Gary Locke de suas férias familiares em Bali e tentamos achar o conselheiro jurídico do Departamento de Estado, ex-reitor da Faculdade de Direito de Yale, Harold Koh, que por acaso estava viajando por uma região remota da China. Quando Cheryl conseguiu falar com ele e perguntou quanto tempo levaria para conseguir uma linha segura, ele disse que pelo menos quatro horas. “Vá”, disse ela. “Eu explico quando você chegar lá.”

Quando Kurt pousou em Beijing, foi imediatamente para o terceiro andar da embaixada, onde ficavam os alojamentos dos fuzileiros navais. A presença da segurança chinesa em volta do complexo havia aumentado significativamente desde a véspera, e o interior dava a sensação de um sítio. Chen parecia frágil e vulnerável. Era difícil acreditar que aquele homem franzino com grossos óculos escuros estivesse no centro de um incidente internacional em fermentação.

Fiquei aliviada de ouvir que Kurt achara pelo menos uma boa notícia à sua espera: os chineses tinham concordado com o encontro. Considerando que estávamos falando de um de seus cidadãos, apanhado em solo chinês, esta era em si uma notícia promissora. E mais, Chen parecia já ter estabelecido um vínculo com Bob e outros funcionários da embaixada que falavam mandarim, e declarou seu firme desejo de permanecer na China em vez de buscar asilo ou permanecer nesses alojamentos para sempre. Falou dos abusos que sofrera nas mãos das autoridades locais corruptas em Shandong e manifestou sua esperança de que o governo central em Beijing interviesse e fizesse justiça. Tinha uma fé especial no premiê Wen, que tinha reputação de se importar com os pobres e desvalidos. “Vovô Wen” seguramente ajudaria se ao menos soubesse o que estava realmente se passando.

Enquanto esperávamos ansiosamente o início das negociações, havia motivos para estarmos cautelosamente otimistas. O que naquelas primeiras horas não ficou imediatamente claro era que Chen se revelaria imprevisível e quixotesco, um negociador tão formidável quanto os líderes chineses lá fora.

O homólogo de Kurt no lado chinês era um experiente diplomata chamado Cui Tiankai, que mais tarde foi nomeado embaixador nos Estados Unidos. Kurt e eu concordamos que, no seu primeiro encontro com Cui, ele começaria cautelosamente e trabalharia tentando estabelecer um terreno comum. Não entrava em cogitação entregar Chen, mas eu queria resolver aquela crise de forma rápida e sigilosa, para proteger a relação com a China e a conferência. Era preciso chegar a um resultado em que ambos os lados saíssem vencedores. Pelo menos o plano era esse.

Os chineses não quiseram nem saber. “Vou lhe dizer como resolver isso”, disse Cui. “Entreguem Chen a nós imediatamente. Se vocês realmente se importam com a relação Estados Unidos-China, é isso que farão.” Kurt respondeu com cuidado, oferecendo aos chineses a chance de vir à embaixada e falar diretamente com Chen. Isso só deixou Cui mais zangado. Ele se lançou numa diatribe de trinta minutos sobre a soberania e dignidade chinesas, falando em tom mais alto e mais apaixonado à medida que ia adiante. Nós estávamos solapando a relação e

insultando o povo chinês, e Chen era um covarde, escondendo-se atrás dos americanos. Nas horas e dias seguintes, nossa equipe aguentou mais cinco sessões de negociação, todas na mesma linha, em salas cerimoniais no Ministério das Relações Exteriores. Além de Cui, o lado chinês incluía um número de altos oficiais muito tensos do aparato estatal de segurança. Muitas vezes se agrupavam com Cui imediatamente antes e depois das sessões de negociação, mas nunca falavam diante dos americanos. A certa altura, Kurt presenciou uma intensa discussão entre Cui e um alto oficial da segurança, mas não conseguiu ouvir os detalhes. Depois de dez minutos, um frustrado Cui gesticulou para os colegas irem embora.

Na embaixada, nossa equipe escutava Chen falar em querer estudar direito e continuar a ser um advogado das reformas dentro da China. Ele estava familiarizado com as histórias de dissidentes exilados que perderam sua influência depois que saíram do país e viviam em obscura segurança nos Estados Unidos. Não era o que ele queria. Essa era uma preocupação que Harold Koh podia entender. Seu pai, um diplomata sul-coreano, havia deixado Seul após o golpe militar de 1961 e partido para o exílio nos Estados Unidos. Harold falou de forma comovente sobre as dificuldades que Chen enfrentaria se decidisse abandonar a China.

Além de ser um dos mais importantes estudiosos em direito do nosso país, Harold também era um administrador universitário de sucesso, e sua experiência nessa posição veio para o primeiro plano. Ele elaborou um plano que tiraria Chen da embaixada, evitaria as emocionalmente carregadas questões de asilo e forneceria uma solução para poupar embaraços aos chineses antes do começo da conferência. E se Chen fosse admitido para estudar numa faculdade de direito chinesa, em algum lugar longe de Beijing, e então, após algum tempo, talvez dois anos, recebesse permissão para prosseguir com seus estudos numa universidade americana? Harold tinha fortes laços com professores e administradores na Universidade de Nova York, que estava em processo de criar um campus em Xangai, e de um dia para o outro persuadiu a reitoria a oferecer uma bolsa a Chen. Isso nos permitiu apresentar um pacote de acordo completo para os chineses.

Os chineses ficaram céticos, mas não rejeitaram a proposta como absurda. Parecia que a liderança do Partido Comunista estava tentando um difícil equilíbrio entre trabalhar de forma construtiva conosco, e portanto salvar o Diálogo Econômico e Estratégico, e satisfazer as preocupações dos elementos mais linha-dura do aparato de segurança. E as ordens acabaram chegando a Cui: Faça o que precisa ser feito para resolver isso.

Tarde da noite na segunda-feira, 30 de abril, cinco dias após o telefonema inicial, subi a bordo de um jato da Força Aérea na base de Andrews rumo a Beijing. Isso deu aos negociadores aproximadamente vinte horas a mais para concluir os detalhes. Foi o voo mais tenso de que posso lembrar. Da Casa Branca, o presidente mandara uma mensagem clara: não faça besteira.

Lentamente foi surgindo o esboço de um trato. Primeiro Chen seria transferido a um hospital de Beijing, para receber cuidados médicos pelos ferimentos que sofrera durante a fuga. Teria, então, a oportunidade de contar às autoridades apropriadas os abusos que sofrera durante a prisão domiciliar em Shandong. Em seguida, teria o reencontro com sua família, que vinha sofrendo um continuado assédio desde a sua fuga. Depois deixaria Beijing para dois anos de estudo em algum outro lugar na China, seguidos de uma possível extensão nos Estados Unidos. A embaixada americana manteria contato com ele a cada passo do caminho. Kurt apresentou uma lista de cinco ou seis possíveis universidades chinesas a considerar. Cui examinou a lista e explodiu de raiva: “De forma nenhuma ele vai para a Universidade Normal do Leste da China”, rugiu Cui. “Não vou compartilhar uma *alma mater* com esse homem!” Isso significava que estávamos chegando a algum lugar.

Na embaixada, o próprio Chen não tinha tanta certeza. Queria falar com a família e fazer com que viesse a Beijing antes de tomar uma decisão final; esperar para o reencontro não era bom o bastante. Kurt temia voltar com outro pedido depois de os chineses já terem concedido tanto, mas Chen foi insistente. É claro que os chineses não puderam acreditar. Foram secos nas críticas a Kurt e à equipe e se recusaram a ceder. De forma nenhuma a esposa e os filhos de Chen teriam permissão de vir a Beijing antes de fechado o acordo final.

Precisávamos subir as apostas. Os chineses têm fama de ser sensíveis ao protocolo e respeitosos em relação à autoridade. Decidimos usar isso a nosso favor. Bill Burns era o diplomata de carreira de escalão mais alto no governo dos Estados Unidos e é amplamente respeitado como ex-embaixador na Jordânia e na Rússia. E mais, está entre as pessoas mais calmas e firmes que já conheci, qualidades de que necessitávamos desesperadamente na mesa de negociações. Ao chegar na segunda-feira, ele participou da sessão seguinte. Sentado diante de Cui, Bill apresentou um quadro tranquilizador e persuasivo, de diplomata para diplomata: mande vir a família, e vamos seguir em frente com a conferência e deixar para trás todo esse incidente. Apaziguado, Cui concordou em levar o caso de volta aos seus superiores. Em torno da meia-noite, enquanto eu ainda estava em algum ponto sobre o Pacífico, chegou a notícia de que a família estaria no trem matinal de Shandong. Agora só faltava Chen sair pela porta da embaixada.

Quando meu avião tocou o solo em 2 de maio, mandei Jake diretamente para a embaixada com meu incentivo pessoal a Chen. Após a maratona do voo, tínhamos deixado a maior parte do dia em aberto, e o primeiro evento oficial seria um jantar privado naquela noite com o meu homólogo chinês, o conselheiro de Estado Dai Bingguo.

Chen ainda estava nervoso. Sentia-se seguro nos alojamentos dos fuzileiros, aos cuidados do médico da embaixada. Criara uma relação forte com a equipe, especialmente com o embaixador Gary Locke, o primeiro sino-americano a servir no posto. O avô de Gary emigrara da China para o estado de Washington, onde achou serviço como empregado doméstico, às vezes em troca de aulas de inglês. Gary nasceu em Seattle, onde sua família possuía uma pequena mercearia, e veio a se tornar governador de Washington e secretário de Comércio. Era a personificação viva do Sonho Americano, e eu tinha orgulho de tê-lo como nosso representante naquele momento delicado.

Gary e Harold passaram horas sentados com Chen, segurando sua mão, acalmando seus temores e falando sobre suas esperanças para o futuro. Duas vezes conseguiram que Chen conversasse ao telefone com sua esposa enquanto ela vinha de trem para Beijing. Finalmente Chen deu um salto, cheio de propósito e empolgação, e disse: “Vamos lá”. O longo e difícil drama parecia estar felizmente chegando ao fim.

Apoiando-se no braço do embaixador e agarrando a mão de Kurt, Chen surgiu dos alojamentos e caminhou lentamente até o furgão que estava à sua espera. Uma vez lá dentro, em segurança, Jake ligou para mim do seu celular e o entregou a Chen. Após tantos dias tensos de espera e preocupação, finalmente tínhamos a chance de conversar. “Eu quero beijar você”, disse ele. Naquele momento, senti o mesmo em relação a ele.

O furgão se aproximou do Hospital Chaoyang, que ficava nas proximidades, diante de uma multidão de repórteres e seguranças. Os chineses foram escrupulosos em manter a sua parte do acordo: Chen reuniu-se com esposa e filhos e depois se afastou para ser tratado por uma equipe de médicos, acompanhado pelo pessoal da nossa embaixada. Soltei um comunicado à imprensa formulado com o máximo cuidado, meu primeiro comentário público sobre o episódio, dizendo: “Estou contente por termos sido capazes de facilitar a permanência e a partida de Chen

Guangcheng da embaixada dos Estados Unidos de um modo que refletisse suas escolhas e os nossos valores". Da sua parte, os chineses denunciaram a interferência americana em seus assuntos internos, como era esperado, mas mantiveram a conferência e resistiram à tentação de imediatamente voltar a prender Chen.

Com Chen a salvo no hospital, era hora do jantar. Dai e Cui nos receberam no Templo Wanshousi, um complexo do século XVI com pátios tranquilos e mansões ornadas que abriga uma grande coleção de artefatos antigos. Dai me conduziu orgulhosamente para uma excursão, e, ao admirarmos as estatuetas de jade e a graciosa caligrafia, a sensação de alívio era palpável. Como Dai e eu gostávamos de fazer, conversamos expansivamente sobre a importância da relação Estados Unidos-China e o fluxo da história. A delegação jantou, e então Dai e eu fomos com Kurt e Cui até uma saleta para uma conversa em particular. Fazia tempo desde que Dai me mostrara pela primeira vez a fotografia de sua neta e que havíamos concordado em trabalhar juntos para assegurar que eles herdassem um futuro de paz. Agora tínhamos enfrentado com êxito a nossa mais difícil crise e os laços haviam resistido, mas Dai não conseguiu resistir a um desabafo. Disse-me que tínhamos cometido um grande erro em confiar em Chen, dizendo que ele era um criminoso manipulador. Então me implorou que não mencionasse o episódio quando me encontrasse com o presidente Hu e o premiê Wen, mais tarde naquela semana. Ambos concordamos que era hora de redirecionar o foco para as preocupações estratégicas urgentes da conferência, da Coreia do Norte ao Irã.

Do outro lado da cidade, uma conversa muito diferente estava ocorrendo. O pessoal da embaixada resolveu dar a Chen e a esposa alguma privacidade após sua longa provação. Agora que estavam finalmente sozinhos num quarto de hospital, o dissidente e a família começaram a pensar melhor na escolha que ele tinha feito. Após tantos maus-tratos, como podiam confiar que as autoridades chinesas honrariam o acordo? Para Chen, a ideia grandiosa de permanecer na China e continuar tendo relevância, a despeito dos riscos, deve ter começado a parecer menos atraente, uma vez que estava longe da proteção das paredes da embaixada e junto aos entes queridos que ele potencialmente poderia pôr em risco. Também conversou ao telefone com amigos na comunidade de direitos humanos preocupados com sua segurança, e estes o incitaram a sair do país, e com repórteres que questionaram sua decisão de ficar na China. À medida que a noite avançava, suas respostas começaram a mudar.

De volta ao Templo Wanshousi, preocupantes notícias começaram a surgir nas telas dos Blackberrys dos meus colegas. Quando saí do meu encontro com Dai, estava claro que algo tinha saído errado. Jornalistas citavam Chen do seu leito no hospital dizendo "não me sinto mais seguro", que os americanos o tinham abandonado e que ele havia mudado de ideia sobre permanecer na China. Ele chegou a negar que tivesse dito que queria me beijar! (Mais tarde admitiria à imprensa que "ficara envergonhado por falar com tanta intimidade" comigo.) Nossa coreografia cuidadosamente elaborada estava se desmanchando.

Quando voltamos ao hotel, convoquei uma reunião de emergência na minha suíte. Ao mesmo tempo que Chen parecia estar conversando sem maiores empecilhos com todo repórter e ativista de Beijing a Washington, ninguém na embaixada conseguia contatá-lo pelos telefones celulares que, ironicamente, nós havíamos fornecido. Ainda não tínhamos ouvido nada oficial dos chineses, mas eles estavam lendo as mesmas notícias que nós, e a segurança do lado de fora do hospital aumentava de hora em hora. Eu podia imaginar Dai e Cui se preparando para soltar um épico "eu bem que avisei".

Kurt galantemente ofereceu sua renúncia se as coisas continuassem piorando. Desconsiderei aquilo como um despropósito e disse que precisávamos começar a trabalhar num plano revisto.

Primeiro, emitiríamos uma declaração imediata esclarecendo que, ao contrário do que diziam as apressadas reportagens, Chen jamais pedira asilo e certamente este jamais fora negado. Segundo, se pela manhã Chen ainda estivesse insistindo que queria ir para os Estados Unidos, tínhamos de arrumar um jeito de voltar a envolver o governo chinês, não importando o quanto fosse difícil e doloroso, para negociar um novo acordo. Não podíamos nos permitir deixar que esse assunto supurasse em público e contaminasse a conferência. Terceiro, eu levaria adiante os eventos do Diálogo Econômico e Estratégico como se nada houvesse acontecido, mantendo o meu entendimento com Dai. Com suas ordens de comando na mão, minhas tropas deixaram a suíte com um aspecto preocupado e para lá de cansado. Nenhum de nós dormiria muito naquela noite.

O dia seguinte foi um exercício surreal de multitarefa diplomática. Graças às elaboradas medidas que o governo tomara antecipando a conferência, as ruas normalmente congestionadas e o ar poluído de Beijing estavam mais limpos que o normal enquanto nossa comitiva de automóveis percorria a cidade naquela manhã. Entretanto, a estrada à nossa frente estava longe da tranquilidade. Havia muito trânsito para as próximas horas.

Chegamos a Diaoyutai, o amplo e tradicional complexo de casas de hóspedes, jardins e salas de reunião. Foi ali que, em 1971, Henry Kissinger negociou pela primeira vez com Chou En-Lai, assentando as bases para a histórica visita do presidente Nixon, a normalização e tudo que se seguiu. Foi também ali, durante nossos encontros em 2000, que um destemperado acesso de um almirante chinês expôs os profundos abismos de desconfiança que ainda separam nossos países. Perguntei a mim mesma, dada a presente situação, qual dos dois espíritos nossos anfitriões chineses estariam canalizando.

A resposta veio assim que começaram os primeiros discursos formais. Dai e os outros líderes chineses estavam claramente trabalhando com o mesmo afinco que Tim Geithner e eu para projetar uma impressão de calma e normalidade. Repetiram sua fala-padrão acerca da ascensão harmoniosa da China, e a importância de outros países ficou de fora de seus assuntos internos — declarações que, ainda que já conhecidas, eram um pouquinho mais afiadas à luz dos acontecimentos recentes. Quando chegou minha vez, evitei o tópico Chen e concentrei-me no Iraque, na Coreia do Norte, na Síria e na comprida lista de outros desafios nos quais precisávamos da cooperação chinesa. Mas acrescentei: “Uma China que proteja os direitos de seus cidadãos será uma nação mais forte e mais próspera e, é claro, uma parceira mais forte para os nossos objetivos comuns”. Naquela manhã, foi o mais perto que cheguei da crise em andamento.

Após os discursos, dividimo-nos em grupos menores para mergulhar na agenda com mais detalhes. Mesmo que as mentes muitas vezes se desviassem para o drama que se desenrolava num quarto do hospital do outro lado da cidade, era uma chance de trabalharmos juntos em questões importantes, e não podíamos nos dar ao luxo de perdê-la. Então passei por horas de apresentações e discussões, fazendo perguntas e levantando questões.

Kurt, nesse ínterim, passou o tempo todo pedindo licença para sair e monitorar a evolução dos acontecimentos com Chen. Não havia boas notícias. A embaixada ainda não conseguira contato com seu celular, e os chineses estavam limitando o acesso físico ao hospital. Manifestantes protestavam do lado de fora, alguns usando óculos escuros no estilo dos que Chen costumava usar, em homenagem a seu herói, e a segurança chinesa ia ficando cada vez mais ansiosa. Nada daquilo, porém, impedia Chen de falar com jornalistas americanos, que não cessavam de trombetear seu novo desejo de deixar a China e ir para os Estados Unidos, questionando se tínhamos feito o suficiente para ajudá-lo.

Em casa, com o turbilhão político de um ano eleitoral, Washington estava em alvoroço. O

presidente da Câmara, o republicano John Boehner, declarou-se “profundamente perturbado” com as notícias de que Chen foi “pressionado a deixar a embaixada dos Estados Unidos contra sua vontade, em meio a promessas tênues e possíveis ameaças à sua família”. O ex-governador de Massachusetts Mitt Romney, o candidato presidencial republicano, foi ainda mais longe. Disse que era “um dia sombrio para a liberdade” e “um dia de vergonha para a administração Obama”. Não sei se os críticos estavam cientes de que fizéramos o que Chen disse que queria em cada passo do caminho. A Casa Branca entrou no modo “controle de danos”. A orientação para nós em Beijing era simples: resolvam isso.

Pedi a Kurt e ao embaixador Locke que recomeçassem imediatamente as negociações com Cui e tentassem tirar Chen do país. Era mais fácil dizer do que fazer. Os chineses estavam absolutamente incrédulos que nós buscássemos reabrir um acordo que eles, para início de conversa, nem tinham desejado. Cui simplesmente sacudiu a cabeça. Disse que Kurt deveria “voltar a Washington e renunciar”. Entrementes, Chen estendeu seu alcance para outro nível. Embora ainda não tivesse falado com ninguém da embaixada americana, conseguiu entrar em contato com uma audiência do Congresso em Washington. Um ativista próximo a Chen, Bob Fu, botou seu iPhone no viva voz diante do comitê do congressista Chris Smith: “Temo pela vida da minha família”, declarou Chen, e então repetiu seu pedido de viajar para os Estados Unidos. Foi como jogar gasolina num incêndio político.

Era hora de eu entrar em cena. Se Cui se recusasse a negociar, eu deixaria de lado a pantomima e levantaria a questão diretamente com Dai. Será que os nossos anos construindo um relacionamento teriam retorno? Na sexta-feira eu estava programada para me encontrar com o presidente Hu e o premiê Wen no Grande Salão do Povo, e era importante tanto para Dai como para mim que esses encontros corressem tranquilamente. Era do interesse de nós dois que aquilo fosse resolvido.

Na manhã de 14 de maio, reuni-me com Dai e lhe agradeci pelo fato de a China ter honrado sua parte do acordo. Expliquei então a tempestade política no nosso país e as dificuldades que ela estava provocando. Dai pareceu surpreso quando descrevi o circo na audiência no Congresso. Nada daquilo jamais acontecera na China. O que fazer agora? Ofereci o que eu esperava que fosse uma solução para não sairmos arranhados. No trato original, Chen deveria ir para uma faculdade na China por um período de tempo e depois continuar seus estudos numa universidade americana. Antecipar o cronograma não significaria um acordo totalmente novo; seria simplesmente um refinamento do acordo existente. Dai me fitou em silêncio por um longo tempo, e imaginei que pensamentos estariam se desenrolando atrás da sua postura estoica. Lentamente virou-se para Cui, que estava visivelmente agitado, e o orientou a tentar acertar os detalhes com Kurt.

Animada, mas ainda não totalmente confiante, me dirigi ao Grande Salão do Povo para meu encontro com os líderes principais. Fiel à minha palavra, não toquei no assunto Chen com Hu, nem mais tarde com Wen. Não foi necessário. Nas nossas discussões eles pareceram distraídos, mas agradáveis. Falamos basicamente em círculos, dançando em torno dos assuntos importantes, confrontando o futuro da nossa relação, enquanto nossos assessores se desdobravam tentando achar uma saída para o nosso dilema comum. Hu e Wen estavam chegando ao fim do seu mandato de dez anos, e nós também estávamos diante de uma eleição que poderia remodelar o nosso governo, mas, mesmo que os jogadores mudassem, o jogo permaneceria fundamentalmente o mesmo.

Deixei o Grande Salão do Povo e atravessei a praça Tiananmen até o Museu Nacional da China, para um diálogo sobre intercâmbios educacionais e culturais com a conselheira de Estado

Liu Yandong, a mulher do mais alto escalão do governo chinês. Filha de um ex-vice-ministro da Agricultura com profundos vínculos com o Partido Comunista, Madame Liu ascendeu para tornar-se uma de somente duas mulheres com assento no politburo. Com os anos, havíamos desenvolvido uma relação calorosa, e fiquei contente de ver um rosto amigo num momento de tensão.

O Museu Nacional em Beijing é enorme, projetado para rivalizar com o Grande Salão do outro lado da praça, mas sua coleção nunca se recuperou totalmente da remoção de muitos dos mais preciosos artefatos e objetos de arte da China para Taiwan pelas forças em retirada do generalíssimo Chiang Kai-shek, em 1948. Esse é um tipo de ferida no orgulho nacional que leva muito tempo para sarar. Enquanto caminhávamos pelas imponentes escadarias da entrada, Kurt virou-se para mim e perguntou: "Você sente que fizemos a coisa certa?". Era uma pergunta sensata, depois de uma diplomacia com apostas tão altas e reviravoltas de destroçar os nervos. Olhei para ele e disse: "Há um monte de decisões que tomo neste serviço que me dão um frio na barriga. Aqui não estou sentindo nada disso. É um pequeno preço a pagar por sermos os Estados Unidos da América". Era o que Kurt precisava ouvir, e por acaso era verdade.

Dentro do museu fomos recebidos por um grande grupo de crianças chinesas e americanas agitando bandeirinhas e fazendo saudações. No andar superior, um coro de estudantes chineses e americanos cantou duas canções de boas-vindas, uma em inglês, outra em mandarim. Finalmente, dois estudantes de intercâmbio deram um passo à frente para falar de suas experiências de estudar no exterior. Uma articulada jovem chinesa falou em inglês sobre morar em Nova York, uma vivência dos Estados Unidos capaz de abrir os olhos, expandir horizontes e inspirar ambições, sobre a qual ela só tinha lido. O rapaz americano foi igualmente eloquente, descrevendo seus estudos na China em mandarim e como isso o ajudara a compreender melhor a relação entre os dois países.

Ocasionalmente, em meio a toda a pompa e circunstância diplomática dessas conferências de alto nível, com seus discursos preparados e atos coreografados, irrompe um momento humano verdadeiro que nos faz lembrar o que estamos fazendo ali em primeiro lugar. Esse foi um desses momentos. Ao escutar os estudantes expressando tanta empatia e empolgação, pensei em todo o esforço que investimos naquilo que alguns críticos chamam de lado "brando" da diplomacia: intercâmbios educacionais, excursões culturais, colaboração científica. Eu tomara como prioridade mandar mais estudantes americanos para a China, com a meta de 100 mil em quatro anos, em parte porque acreditava que ajudaria a convencer os desconfiados representantes chineses de que falávamos sério sobre expandir nosso envolvimento com eles. Esses programas podem não chegar às manchetes, mas têm o potencial de influenciar a geração seguinte de líderes americanos e chineses de uma maneira que nenhuma outra iniciativa é capaz de acompanhar. Olhei para o outro lado da mesa, Liu, Cui e os outros, e sabia que eles também podiam sentir isso.

Quando Cui sentou-se com Kurt e sua equipe depois do almoço para acertar os passos seguintes no drama de Chen, seu tom era perceptivelmente outro. Apesar das nossas diferenças, estávamos trabalhando juntos para salvar a relação e o futuro que aqueles estudantes representavam. Depois, Kurt e Jake correram para pôr no papel uma declaração breve e cuidadosa que não reconheceria um trato explícito, mas deixaria claro que se chegara a um entendimento. Chen, como cidadão chinês de boa posição, pediria um visto para os Estados Unidos, que seria processado expeditamente por ambos os lados. Ele poderia então levar sua família e começar seus estudos na Universidade de Nova York.

De volta a Diaoyutai, Tim Geithner e eu juntamo-nos aos nossos homólogos para os comentários

públicos de encerramento do Diálogo Econômico e Estratégico. Nos meus comentários, resenhei o substancial terreno que havíamos coberto nos últimos dias. Observei que houvera uma boa quantidade de fortes discordâncias, mas que quatro anos de trabalho duro tinham nos permitido desenvolver um nível de confiança suficientemente resistente para suportar perturbações e interrupções. Citei um ensinamento taoísta que pode ser traduzido aproximadamente como "Para liderar, é preciso ver o panorama geral". Havíamos tentado fazer isso durante aquela crise, sem perder de vista interesses estratégicos nem nossos valores essenciais. Olhando para a frente, eu disse à audiência: "Precisamos construir uma relação resiliente que nos permita a ambos prosperar e cumprir nossas responsabilidades regionais e globais sem competição, rivalidade e conflito não saudáveis. Um pensamento de soma zero levará apenas a resultados de soma negativa".

Como regra, os líderes chineses recusam-se a responder perguntas nessas "coletivas de imprensa" de encerramento, de modo que, após as declarações formais, Tim Geithner e eu voltamos de carro para o hotel, para nossa primeira sessão propriamente dita com a mídia mundial depois de termos chegado a Beijing. A primeira pergunta, de Matt Lee da Associated Press, era previsível: "Senhora Secretária, não será surpresa para a senhora, penso eu, ouvir as perguntas que está prestes a ouvir de mim, todas tendo a ver com esse elefante na sala que vem nos deixando em uma saia justa", ele começou. Sorri com a sua dupla metáfora: "Um elefante nos deixando em uma saia justa. Essa é boa, bom começo, Matt". Risadas quebraram a tensão na sala, ainda que só um pouquinho. Ele foi em frente: "Como os representantes chineses com quem a senhora conversou, a liderança principal, responderam aos seus apelos em nome [de Chen]? A senhora tem confiança de que permitirão que ele deixe o país para ir aos Estados Unidos com sua família para poder estudar? E como a senhora responde às críticas americanas e de outros países que dizem que o governo realmente pisou na bola aqui?".

Finalmente era hora de acabar com o drama de uma vez por todas. Comecei com o texto cuidadosamente preparado em acordo com os chineses e depois acrescentei algumas ideias minhas:

> *Deixem-me começar dizendo que desde o início todos os nossos esforços com o sr. Chen foram guiados pelas escolhas dele e nossos valores. E fico contente que hoje o nosso embaixador tenha voltado a falar com ele, o pessoal da nossa embaixada e o nosso médico tiveram a oportunidade de encontrar-se com ele, e ele confirma que ele e sua família agora querem ir para os Estados Unidos, para que ele possa continuar seus estudos. A esse respeito, também fomos encorajados pela declaração oficial emitida hoje pelo governo chinês confirmando que ele pode candidatar-se a viajar para o exterior com esse propósito. No decorrer do dia, foi feito um progresso para auxiliá-lo a ter o futuro que deseja, e nós nos manteremos em contato com ele à medida que o processo siga adiante. Porém, deixem-me acrescentar, aqui não se trata apenas de ativistas conhecidos. Trata-se de direitos humanos e aspirações de mais de 1 bilhão de pessoas aqui na China e outros bilhões ao redor do mundo. E trata-se do futuro desta grande nação e de todas as nações. Nós continuaremos empenhados com o governo chinês nos mais altos níveis, colocando essas preocupações no cerne da nossa diplomacia.*

Enquanto as câmeras se desviavam e os repórteres rabiscavam nos seus blocos, me senti bem com essa resolução. Depois da coletiva de imprensa, convidei meu pessoal para um merecido jantar de comemoração com pato à Pequim e outras iguarias chinesas. Kurt e Harold

relataram algumas das suas desventuras mais absurdas na semana que passou, e finalmente nos sentimos à vontade, relaxando e dando risada. No dia seguinte, me dirigi para o aeroporto e embarquei num voo para Dacca, Bangladesh.

Chen ainda estava no quarto do hospital, e todos sabíamos que havia uma chance real de que esse segundo acordo tivesse o mesmo desenrolar que o primeiro. Nenhum de nós ficaria realmente à vontade enquanto ele não estivesse a salvo em solo americano. Com base no entendimento com os chineses, isso poderia levar algumas semanas. Porém os chineses tinham cumprido a sua parte na barganha ao longo da crise, e eu acreditava que voltariam a cumprir. E de fato, em 19 de maio, Chen e sua família chegaram aos Estados Unidos, onde ele recebera uma bolsa de estudos na Universidade de Nova York.

Eu estava imensamente orgulhosa da minha equipe e de todo mundo na embaixada em Beijing. Tratava-se de muito mais do que um homem. Havíamos passado quatro anos nos preparando para uma crise como aquela — elaborando o Diálogo Econômico e Estratégico e outros mecanismos diplomáticos, desenvolvendo hábitos de confiança entre homólogos de mesmo nível e cadeia abaixo, assentando a relação Estados Unidos-China sobre uma estrutura de interesse e respeito mútuo, ao mesmo tempo deixando marcas visíveis referentes a direitos humanos e valores democráticos. Desde o início fora uma delicada caminhada na corda bamba, mas agora eu sentia que tínhamos uma prova de que valera a pena. E também tínhamos motivos para acreditar que a nossa relação era forte o bastante para suportar futuras crises. Dadas as nossas diferentes visões, valores e interesses, elas eram inevitáveis.

Um dos objetivos básicos do plano pivô era aumentar o nosso envolvimento ativo em assuntos asiáticos de uma maneira que servisse aos nossos interesses numa região mais próspera e aberta democraticamente, sem enfraquecer nosso empenho de construir uma relação positiva com a China. Os atritos no nosso relacionamento são reflexo tanto de discordâncias sobre questões imediatas como de diferentes percepções de como o mundo, ou pelo menos a Ásia, deveria funcionar. Os Estados Unidos querem um futuro de prosperidade e responsabilidades compartilhadas para paz e segurança. A única forma de construir esse futuro é desenvolver mecanismos para isso, bem como hábitos de cooperação, além de incentivar a China a uma maior abertura e liberdade. É por isso que nos opomos à supressão chinesa da liberdade interna, de ativistas políticos como Chen e das minorias tibetana e muçulmana uigur. É por isso que queremos resoluções pacíficas entre a China e seus vizinhos acerca de reivindicações territoriais.

Os chineses acreditam que não apreciamos até onde eles chegaram e o quanto mudaram, ou quão profundo e constante é o seu temor de conflitos internos e desintegração. Eles se ressentem das críticas dos estrangeiros. Alegam que o povo chinês é mais livre do que jamais foi, livre para trabalhar, para se movimentar, para poupar e acumular riqueza. Estão orgulhosos, com justiça, por tirar mais gente da pobreza mais depressa que qualquer outra nação na história. Acreditam que a nossa relação deveria ser construída sobre mútuo interesse próprio e o não envolvimento nos assuntos internos de cada um.

Quando discordamos, eles acreditam que é porque tememos a ascensão da China no cenário mundial e queremos contê-la. Nós acreditamos que discordar é parte normal da nossa relação e achamos que se pudermos administrar as nossas diferenças isso fortalecerá a nossa cooperação. Não temos interesse em conter a China. Mas insistimos, sim, que a China jogue conforme as regras que limitam todas as nações.

Em outras palavras, nada ainda está concluído. A China enfrentou algumas escolhas difíceis, e nós também. Devemos seguir uma estratégia a ser testada pelo tempo: trabalhar para o melhor resultado, mas planejar para um pouco menos. E ater-nos aos nossos valores. Como eu

disse a Kurt e Jake naquela primeira noite de tensão, quando Chen estava implorando por refúgio, a nossa defesa dos direitos humanos universais é uma das maiores fontes de força dos Estados Unidos. A imagem de Chen, cego e ferido, passando aquela perigosa noite em busca de um lugar que ele sabia defender a liberdade e a oportunidade — a embaixada dos Estados Unidos —, nos faz lembrar da nossa responsabilidade de garantir que o nosso país continue sendo o farol para dissidentes e sonhadores no mundo inteiro.

6

Birmânia: A dama e os generais

Ela era magra, frágil até, mas com uma inconfundível força interior. Havia uma tranquila dignidade à sua volta, e a intensidade recolhida de uma mente dentro de um corpo longamente aprisionado. Ela exibia as qualidades que eu vislumbrara antes em outros ex-prisioneiros políticos, inclusive Nelson Mandela e Václav Havel. Como eles, ela carregava as esperanças de uma nação sobre seus ombros.

Na primeira vez em que me encontrei com Aung San Suu Kyi, em 1º de dezembro de 2011, estávamos ambas vestidas de branco. Pareceu uma auspiciosa coincidência. Após tantos anos lendo e pensando sobre a celebrada dissidente birmanesa, finalmente estávamos frente a frente. Ela fora libertada da prisão domiciliar, e eu viajara milhares de quilômetros para conversar com ela sobre perspectivas de reforma democrática no seu autoritário país. Sentamo-nos para um jantar privado na varanda da residência do diplomata-chefe americano em Rangum, uma deliciosa casa colonial no lago Inya. Eu sentia como se já nos conhecêssemos a vida toda, apesar de termos acabado de ser apresentadas.

Eu tinha um monte de perguntas. Ela também tinha tantas quanto eu. Depois de anos como ícone do movimento pró-democracia, estava se preparando para sua primeira experiência na democracia real. Como uma pessoa passa do protesto para a política? Como é candidatar-se a um cargo e apresentar-se de uma maneira totalmente nova? A conversa foi fácil e aberta, e em pouco tempo estávamos batendo papo, tecendo estratégias e rindo como velhas amigas.

Ambas sabíamos que era um momento delicado. Seu país, que os generais no poder chamavam de Mianmar e os dissidentes chamavam de Birmânia, estava tentando dar os primeiros passos rumo a uma portentosa mudança. (Durante anos nosso governo manteve uma estrita política oficial de usar apenas o nome Birmânia, mas alguns começaram a usar os dois nomes de forma intercambiável. Neste livro, uso Birmânia, como fiz na época.) O país poderia cair facilmente de volta à repressão e ao derramamento de sangue, como já havia acontecido antes. Se pudéssemos ajudar a mapear o curso certo, as perspectivas de progresso seriam melhores do que em qualquer outro momento numa geração inteira.

Para os Estados Unidos, a oportunidade de ajudar a Birmânia a passar da ditadura para a democracia e reunir-se à família das nações era tentadora. Por si só, a Birmânia valia o esforço; seus milhões de pessoas mereciam uma chance de desfrutar as bênçãos da liberdade e da prosperidade. Havia também imensas implicações estratégicas. A Birmânia estava situada no coração do Sudeste Asiático, uma região sobre a qual tanto Estados Unidos quanto China estavam trabalhando para ampliar sua influência. Um processo significativo de reforma ali poderia se tornar um marco para nossa estratégica do pivô, proporcionando um estímulo para a democracia e ativistas de direitos humanos em toda a Ásia, e até mais, e servir de crítica para governos autoritários. Se falhássemos, porém, o efeito poderia ser o oposto. Havia o risco de os generais birmaneses estarem brincando conosco. Possivelmente tinham a esperança de que alguns acenos modestos bastassem para romper seu isolamento internacional sem modificar muita coisa de concreto. Nos Estados Unidos, muitos observadores sérios acreditavam que eu estava fazendo a escolha errada ao estender-lhes a mão quando a situação ainda estava tão pouco

clara. Eu tinha os olhos abertos em relação aos riscos, mas, quando pesei todos os fatores, não vi como podíamos deixar passar uma oportunidade daquelas.

Durante duas horas Suu Kyi e eu ficamos sentadas conversando. Ela quis saber como os Estados Unidos responderiam às reformas que o regime estava considerando. Disse-lhe que tínhamos o compromisso de corresponder ação com ação. Havia muitos atrativos a oferecer, desde restaurar plenas relações diplomáticas até afrouxar sanções e injetar investimentos, mas precisávamos ver mais prisioneiros políticos libertados, eleições dignas de crédito, proteções para minorias e direitos humanos, ruptura dos vínculos militares com a Coreia do Norte e um roteiro para pôr fim aos seculares conflitos étnicos no interior do país. Cada passo nosso, assegurei-lhe, teria o objetivo de alimentar um progresso futuro.

Suu Kyi tinha uma visão clara dos homens que controlavam o país e dos desafios que tinha pela frente. Seu pai, Aung San, ele próprio um general, havia liderado a bem-sucedida luta da Birmânia pela independência dos britânicos e dos japoneses, contudo foi assassinado em 1947 por rivais políticos. Suu Kyi foi presa pela primeira vez em julho de 1989, menos de um ano depois de entrar para a política durante uma fracassada insurgência democrática contra os militares no ano anterior. Desde então tem entrado e saído da prisão domiciliar. Em 1990, quando os militares permitiram uma eleição, seu partido político venceu com uma vitória retumbante. Os generais imediatamente anularam a eleição. No ano seguinte, ela ganhou o Prêmio Nobel da Paz, que foi recebido em seu nome pelo marido, dr. Michael Aris, um professor de Oxford e proeminente estudioso do budismo tibetano, e pelos filhos. Durante seus anos de prisão domiciliar, Suu Kyi pôde ver sua família apenas um punhado de vezes, e, quando Aris foi diagnosticado com câncer de próstata, o governo birmanês negou-lhe um visto para vir passar seus últimos dias com ela. Em vez disso, sugeriram que Suu Kyi deixasse o país, o que ela desconfiou que significaria exílio permanente. Ela declinou e nunca teve a chance de lhe dizer adeus. Aris morreu em 1999.

Suu Kyi aprendera a ser cética em relação a boas intenções e desenvolvera um meticuloso pragmatismo que desmentia sua imagem idealista. A possibilidade de uma abertura democrática era real, pensava ela, mas precisava ser testada com cuidado. Combinamos um novo encontro no dia seguinte, para aprofundar maiores detalhes, dessa vez na sua casa.

Quando nos despedimos, precisei beliscar a mim mesma. Quando me tornei secretária de Estado em 2009, poucos teriam imaginado que essa visita viesse a ser possível. Apenas dois anos antes, em 2007, o mundo havia assistido com horror a soldados birmaneses atirando contra enormes grupos de monges com seus hábitos alaranjados que protestavam pacificamente contra o regime. Agora o país estava à beira de uma nova era. Isso vinha a ser um lembrete de como o mundo pode mudar rápido e o quanto é importante que os Estados Unidos estejam preparados para receber e ajudar a construir essa mudança quando ela vier.

A Birmânia é um país com quase 60 milhões de habitantes, estrategicamente localizado entre o subcontinente indiano e a região do delta do rio Mekong, no Sudeste da Ásia. Ela foi um dia conhecida como “a tigela de arroz da Ásia”, e seus antigos pagodes e sua luxuriante beleza capturaram a imaginação de viajantes e escritores como Rudyard Kipling e George Orwell. Durante a Segunda Guerra Mundial, serviu de campo de batalha entre os japoneses e as forças Aliadas. Um general americano de língua afiada apelidado de “Vinegar”, Joe Stilwell [Joe “Vinagre” Stilwell], ajudou a reabrir a famosa Estrada da Birmânia como rota vital de abastecimento para a China, e a liderança em tempo de guerra do pai de Suu Kyi ajudou a garantir a independência birmanesa após o final do conflito.

Décadas de ditadura militar e má administração econômica transformaram o país num pária

assolado pela miséria. Agora a Birmânia situava-se entre os piores violadores de direitos humanos. Era fonte de instabilidade e hostilidade no coração do Sudeste Asiático, e seu crescente comércio de narcóticos e laços militares com a Coreia do Norte representavam uma ameaça à segurança global.

Para mim, o caminho para Rangum começou com um inusitado encontro no Capitólio em janeiro de 2009. Eu conhecia Mitch McConnell razoavelmente bem depois de oito anos juntos no Senado, e raramente estávamos de acordo em relação a alguma coisa. O conservador líder da minoria republicana, oriundo do Kentucky, não fazia segredo de sua intenção de opor-se à administração Obama em praticamente toda a nossa agenda. (A certa altura, ele disse: "A única coisa importante que queremos conseguir é que o presidente Obama seja um presidente de um único mandato".) Mas havia uma área de política externa na qual eu julgava que poderíamos conseguir trabalhar juntos. O senador McConnell havia sido um apaixonado defensor do movimento pró-democracia na Birmânia desde a brutal repressão em 1988. Ao longo dos anos ele liderou a luta por sanções contra o regime militar da Birmânia e desenvolveu contatos na comunidade dissidente, inclusive com a própria Suu Kyi.

Assumi o meu cargo convicta de que precisávamos repensar a nossa política em relação à Birmânia, e me perguntava se o senador McConnell concordaria. Em 2008, o regime havia anunciado uma nova Constituição e planos de realizar eleições em 2010. Após o fracasso das eleições em 1990, poucos observadores levavam a sério a perspectiva de uma nova eleição. Suu Kyi ainda estava impedida de ser eleita, e os generais tinham determinado as regras de modo a garantir que os militares obtivessem pelo menos um quarto das cadeiras no Parlamento, e provavelmente a ampla maioria. Porém, até mesmo o gesto mais modesto rumo à democracia era uma evolução interessante vindo de um regime tão repressivo.

Para falar a verdade, houve momentos de falsa esperança antes. Em 1995, o regime libertara inesperadamente Suu Kyi de sua prisão domiciliar, e Madeleine Albright, então embaixadora dos Estados Unidos na ONU, havia viajado até Rangum para ver se os militares estavam prontos para afrouxar a repressão. Ela levava consigo um cartaz da Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos da Mulher em Beijing que eu e outras tínhamos assinado. Entretanto, as reformas revelaram-se uma ilusão. Em 1996, ao visitar a vizinha Tailândia, fiz um discurso na Universidade Chiang Mai conclamando a um "diálogo político real entre Aung San Suu Kyi e o regime militar". Em vez disso, desde 1997, os generais começaram a restringir acentuadamente os movimentos e as atividades políticas de Suu Kyi, e em 2000 ela voltou a sofrer prisão domiciliar. Bill reconheceu seu heroísmo laureando-a com o mais alto prêmio civil americano, a Medalha Presidencial da Liberdade, que ela, é claro, não recebeu pessoalmente. O engajamento, naquele instante, havia fracassado. Porém, em 2009, era difícil argumentar que a nossa política de isolamento e sanções estivesse funcionando melhor. Haveria alguma outra coisa que pudéssemos fazer?

Eu disse ao senador McConnell que queria examinar com olhar renovado a nossa política na Birmânia, de alto a baixo, e esperava que ele participasse. Ele mostrou-se cético, mas em última análise deu apoio. Nossa revisão política teria respaldo bipartidário. O senador me mostrou orgulhoso um bilhete emoldurado de Suu Kyi que mantinha na parede de seu gabinete. Estava claro o quanto esse assunto se tornara pessoal para ele. Prometi consultá-lo regularmente à medida que avançávamos.

Havia mais um senador que eu precisava ver. Jim Webb era um veterano condecorado da Guerra do Vietnã, secretário da Marinha durante o mandato de Reagan e então senador democrata pela Virgínia e presidente do Subcomitê de Relações Exteriores sobre Assuntos do

Leste Asiático e Pacífico do Senado. Ele era obstinado e pouco convencional, com opiniões definidas sobre a política dos Estados Unidos no Sudeste da Ásia. Jim me disse que as sanções ocidentais tinham conseguido empobrecer a Birmânia, mas que só serviram para tornar o regime governante mais arraigado e paranoide. Preocupava-se também que estivéssemos criando inadvertidamente uma oportunidade para a China expandir sua influência econômica e política no país. Empresas chinesas vinham investindo pesadamente em represas, minas e projetos de energia em toda a Birmânia, inclusive em um novo oleoduto. Jim achava que uma revisão da política em relação à Birmânia era uma boa ideia, mas não estava interessado em ir devagar. Ele me persuadiu a ser criativa e assertiva e prometeu fazer o mesmo no seu subcomitê.

Também quis ouvir a opinião do outro lado do Capitólio, onde o meu amigo congressista Joe Crowley, de Nova York, havia muito era um dos principais defensores de sanções contra o regime. Joe vem do Queens, é da velha escola e não tem papas na língua. Quando eu estava no Senado e nos topávamos nos eventos em Nova York, ele fazia serenatas para mim com baladas irlandesas. Havia sido inspirado pelo seu mentor do Comitê de Assuntos Exteriores da Câmara, o grande e saudoso Tom Lantos, defensor dos direitos humanos na Birmânia. Seu apoio e seu conselho também seriam cruciais à medida que seguíamos adiante.

Em minha primeira viagem à Ásia, em fevereiro de 2009, consultei líderes regionais sobre o que pensavam da Birmânia.

O maior incentivador foi o presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono. Ele me disse que conversara com os generais birmaneses e saíra convencido de que o progresso era possível. Isso tinha algum peso para mim, pois ele próprio havia sido um general que despiu a farda e concorreu ao cargo. E mais, informou que o regime poderia estar interessado em começar um diálogo com os Estados Unidos. Não tínhamos um embaixador na Birmânia havia anos, mas ainda existiam canais através do quais nos comunicávamos ocasionalmente. A perspectiva de discussões mais robustas era intrigante.

Em março, enviei à Birmânia Stephen Blake, um diplomata sênior e diretor do Escritório do Sudeste Asiático Continental do Departamento de Estado. Numa demonstração de boa-fé, o regime ofereceu a Blake um raro encontro com o ministro das Relações Exteriores. Em troca, Blake concordou em ser o primeiro funcionário americano a viajar de Rangum para Nay Pyi Taw, uma nova capital construída pelos militares numa parte remota da selva em 2005; segundo um boato que circulou amplamente, o local foi escolhido por conselho de um astrólogo. Ele não foi autorizado, porém, a encontrar-se com Suu Kyi, nem com o idoso e recluso general Than Shwe. Blake voltou para casa convencido de que o regime estava de fato interessado num diálogo e parte da liderança estava incomodada com o profundo isolamento do país. Mas estava cético de que isso pudesse levar a algum progresso real a curto prazo.

Então, em maio, veio uma das imprevisíveis peculiaridades da história que podem redefinir relações internacionais. Um veterano do Vietnã de 53 anos que vivia no Missouri, chamado John Yettaw, tinha ficado obcecado com Suu Kyi. Em novembro de 2008, viajara a Rangum e atravessara a nado o lago Inya até a casa onde ela estava presa. Esquivando-se dos barcos da polícia e dos guardas, Yettaw escalou e pulou uma cerca, chegando até a casa sem ser detectado. Os guardas da casa ficaram horrorizados quando o encontraram. Nenhum visitante não autorizado podia entrar ali, e a presença de Yettaw colocava a todos em perigo. Com relutância, ele concordou em ir embora sem ver Suu Kyi.

Porém, na primavera seguinte, Yettaw voltou. Tinha perdido 35 quilos, e sua ex-esposa receava que ele estivesse sofrendo de transtorno de estresse pós-traumático. Contudo, em maio de 2009 ele atravessou novamente o lago Inya a nado. Dessa vez recusou-se a ir embora e alegou

estar exausto e com a saúde debilitada. Suu Kyi permitiu que ele dormisse no chão e então entrou em contato com as autoridades. Yettaw foi preso por volta das 5h30 da manhã no dia 6 de maio, quando tentava atravessar o lago de volta. Suu Kyi e os guardas da casa foram pegos na semana seguinte por violar os termos de sua prisão domiciliar. Yettaw acabou sendo encarcerado e condenado a sete anos de trabalhos forçados. Suu Kyi e seu pessoal receberam três anos, imediatamente comutados por Than Shwe para dezoito meses de prisão domiciliar continuada. Isso garantiria que ela permanecesse presa durante as prometidas eleições de 2010. "Todo mundo está enfurecido com esse americano desgraçado. Ele é a causa de todos esses problemas. É um idiota", um dos advogados de Suu Kyi disse à imprensa.

Quando ouvi a notícia, também fiquei furiosa. Suu Kyi e o progresso que todos esperávamos desesperadamente ver na Birmânia não deveriam pagar o preço dos atos destemperados de um americano desnorteado. Ainda assim, por ser cidadão americano, eu tinha a responsabilidade de ajudá-lo. Liguei para o senador Webb e para o senador McConnell, para elaborar uma estratégia. Jim se ofereceu para ir à Birmânia negociar a libertação de Yettaw, e eu concordei. Valia a pena tentar.

Em meados de junho, ocorreu outro fato potencialmente explosivo. A Marinha dos Estados Unidos começou a seguir um cargueiro norte-coreano de 2 mil toneladas que nós e nossos aliados sul-coreanos suspeitávamos carregar equipamento militar, inclusive lançadores de foguetes e possíveis partes de mísseis, destinados à Birmânia. Se fosse verdade, seria uma direta violação da proibição de tráfego de armas norte-coreanas imposta pelo Conselho de Segurança da ONU em resposta a um teste nuclear ocorrido em maio. Circulavam relatórios de contatos entre os militares birmaneses e a empresa norte-coreana especializada em tecnologia nuclear, além de visitas secretas de engenheiros e cientistas.

O Pentágono enviou um destróier para acompanhar de perto o cargueiro norte-coreano enquanto navegava por águas internacionais. A resolução da ONU dava-nos o poder de fazer uma busca no navio, mas os norte-coreanos juraram que considerariam isso um ato de guerra. Recorremos a outros países da região, inclusive à China, em busca de assistência. Era crucial que cada porto onde o navio pudesse fazer escala ao longo do caminho fizesse vigorar o édito da ONU e inspecionasse meticulosamente o cargueiro. O ministro das Relações Exteriores chinês Yang concordou que a resolução "deveria ser executada de maneira estrita, para que uma forte mensagem unificada fosse transmitida aos norte-coreanos". No último minuto, os norte-coreanos deram para trás; a embarcação deu meia-volta e retornou para casa.

Em agosto, o senador Webb foi para Nay Pyi Taw. Dessa vez, Than Shwe concordou com um encontro. Jim tinha três itens na agenda. Primeiro, pedir para que Yettaw fosse mandado para casa sob pretextos humanitários. O homem se recusava a comer e estava sofrendo de diversas enfermidades. Segundo, queria encontrar-se com Suu Kyi, o que Blake não tivera permissão de fazer. Terceiro, insistia para que Than Shwe pusesse fim à prisão domiciliar de Suu Kyi e lhe permitisse participar do processo político; era o único meio para que as eleições próximas fossem levadas a sério. Than Shwe escutou atentamente e não traiu o que estava pensando. Mas, no final, Jim teve atendidos dois de seus três pedidos. Foi a Rangum encontrar-se com Suu Kyi. Depois viajou para a Tailândia com Yettaw, a bordo de um jato da Força Aérea americana. Quando Jim e eu conversamos por telefone, pude ouvir o alívio na sua voz, mas Suu Kyi continuou presa.

No mês seguinte, anunciei os resultados da nossa revisão da política em relação à Birmânia nas Nações Unidas em Nova York. Nossos objetivos não tinham mudado: queríamos ver reformas democráticas dignas de crédito; a imediata e incondicional libertação de prisioneiros

políticos, inclusive de Aung San Suu Kyi; e um diálogo sério com a oposição e grupos étnicos minoritários. Mas havíamos concluído que "envolvimento versus sanções é uma falsa escolha". Então, indo adiante, usaríamos ambos os instrumentos para atingir nossos objetivos e buscaríamos contato diretamente com os oficiais birmaneses mais importantes.

Durante o ano seguinte, o pouco progresso foi desanimador. Suu Kyi permaneceu em prisão domiciliar, embora houvesse recebido permissão de encontrar-se duas vezes com Kurt Campbell. Ela descreveu sua vida solitária para Kurt, inclusive um ritual diário de escutar as rádios BBC e Voz da América para ficar sabendo dos fatos além dos muros da sua prisão. O jornal estatal a excluiu da foto de Kurt publicada após sua primeira visita.

Ao contrário de 1990, não houve uma maioria de votos pró-democracia nas eleições de 2010. Em vez disso, o partido apoiado pelos militares proclamou uma vitória esmagadora, como era esperado. Grupos de oposição e organizações internacionais de direitos humanos juntaram-se aos Estados Unidos na condenação da eleição como amplamente fraudulenta. O regime se recusou a permitir que jornalistas ou observadores externos monitorassem a votação. Tudo foi deprimentemente familiar e previsível. Os generais haviam perdido a oportunidade de começar uma transição rumo à democracia e à reconciliação nacional. Nesse meio-tempo, o povo birmanês caía mais profundamente na pobreza e no isolamento.

Embora os resultados tivessem sido decepcionantes, uma semana depois da eleição, em novembro de 2010, os generais inesperadamente soltaram Suu Kyi da sua prisão domiciliar. Então Than Shwe resolveu aposentar-se, para ser substituído por outro general de alto escalão: Thein Sein, que anteriormente servira como primeiro-ministro. Ele tiraria seu uniforme e comandaria um governo nominalmente civil. Ao contrário de outros membros do regime, Thein Sein viajara pela região, era bem conhecido dos diplomatas asiáticos e vira de primeira mão como os vizinhos da Birmânia estavam desfrutando dos benefícios do comércio e da tecnologia, enquanto seu próprio país estagnara. Rangum já fora uma das cidades mais cosmopolitas do Sudeste Asiático; Thein Sein sabia o quanto ela agora estava atrás de lugares como Bancoc, Jacarta, Cingapura e Kuala Lumpur. Segundo o Banco Mundial, em 2010 apenas 0,2% da população do país usava a internet. Smartphones inexistiam, porque o serviço de celular era insuficiente. O contraste com os vizinhos não podia ser mais óbvio.

Em janeiro de 2011, liguei para a recém-libertada Aung San Suu Kyi pela primeira vez, para ver o que ela achava da evolução dos acontecimentos. Foi emocionante finalmente ouvir sua voz, e ela parecia energizada pela nova liberdade. Agradeceu-me pelo firme apoio que os Estados Unidos e presidentes de ambos os partidos haviam lhe dado no decorrer dos anos e me perguntou acerca do casamento da minha filha. Seu partido político estava começando a se organizar, testando os limites do novo tom do governo, e eu lhe disse que queríamos ajudar e estávamos preparados para compartilhar lições de outros movimentos pró-democracia ao redor do mundo. "Espero poder visitá-la um dia", disse eu. "Ou, melhor ainda, que você possa vir me visitar!"

Naquela primavera, Thein Sein prestou formalmente o juramento como presidente da Birmânia. Surpreendentemente, convidou Suu Kyi para jantar na sua modesta casa. Foi um gesto extraordinário do homem mais poderoso do país com a mulher que os militares por muito tempo temeram como um de seus piores inimigos. A esposa de Thein Sein preparou a refeição, e comeram sob um retrato pintado do pai de Suu Kyi. Voltariam a se encontrar naquele verão, em Nay Pyi Taw. As primeiras conversas foram tentativas. O general e a dissidente estavam ambos, compreensivelmente, cautelosos um com o outro, mas, de fato, algo estava acontecendo.

Eu queria que os Estados Unidos desempenhassem um papel construtivo para encorajar os melhores instintos do novo governo birmanês, sem correr para abraçá-los prematuramente nem

perder a alavancagem que as nossas pesadas sanções propiciavam. Restabelecer formalmente um embaixador americano no país seria cedo demais, contudo necessitávamos de um novo canal diplomático para começar a testar as intenções de Thein Sein. Nas nossas sessões de estratégia, pedi a Kurt e seu grupo que usassem a criatividade e traçassem vários cenários para os nossos próximos passos. Nomeamos um veterano especialista em Ásia chamado Derek Mitchell como o primeiro representante especial para a Birmânia. O Congresso criara o posto mediante uma legislação introduzida pelo falecido congressista Tom Lantos em 2007 e assinada como lei pelo presidente Bush em 2008, mas o cargo nunca fora preenchido. Selecionar um representante especial para a Birmânia não conferiria o prestígio de instalar um embaixador permanente, porém abriria a porta para uma comunicação melhor.

O rio Irrawaddy corta a Birmânia de norte a sul e sempre esteve no coração da cultura e do comércio do país. George Orwell recordava-se dele "reluzindo como diamantes nos pedaços de terra que tomavam sol", delimitado por vastas faixas de campos de arroz. Feixes de toras de teca, um importante produto de exportação birmanês, flutuavam rio abaixo vindo das florestas no interior do país, percorrendo todo o caminho até o mar. Alimentadas pelas geleiras do Himalaia oriental, as águas do Irrawaddy atravessam inúmeros canais e sistemas de irrigação, nutrindo fazendas e aldeias de cima a baixo do país e no seu delta largo e fértil. Como o Ganges na Índia e o Mekong no Vietnã, o Irrawaddy ocupa uma posição venerada na sociedade birmanesa. Nas palavras de Suu Kyi, ele é "a grandiosa via natural, prolífica fonte de alimento, lar de diversificada fauna e flora aquáticas, sustentáculo dos modos de vida tradicionais, musa inspiradora de incontáveis obras de prosa e poesia".

Nada disso impediu que uma companhia de energia elétrica estatal chinesa usasse o relacionamento de longa data de Beijing com os generais governantes para obter permissão de construir a primeira represa para uma usina hidrelétrica no alto Irrawaddy. O gigantesco projeto ameaçava causar enormes danos para a economia local e o ecossistema, mas trazia significativos benefícios para a China. Junto com outras seis represas construídas pelos chineses no norte da Birmânia, a represa de Myitsone, como ficou conhecida, enviaria eletricidade para cidades carentes de energia no sul da China. Em 2011, operários chineses com seus capacetes já haviam descido para as margens das cabeceiras do Irrawaddy nas remotas montanhas setentrionais que são o lar do grupo étnico separatista kachin. Os chineses começaram a explodir, fazer túneis e construir. Milhares de aldeões que viviam nas proximidades foram relocados.

Num país governado por autocratas caprichosos, tal projeto disruptivo não surpreendia. Surpreendente foi a reação do povo. Desde o começo, os grupos kachin locais se opuseram à represa, mas em pouco tempo a crítica se espalhou para outras regiões do país, chegando até a aparecer em jornais sob pesada censura. Ativistas puseram as mãos num relatório de impacto ambiental de novecentas páginas elaborado por cientistas chineses que advertia sobre os prejuízos para os peixes e a vida silvestre rio abaixo, bem como a proximidade a uma importante falha geológica, questionando a necessidade e a sensatez do projeto. A revolta contra danos ecológicos ao sagrado Irrawaddy mexeu com o entranhado ressentimento popular em relação à China, o principal patrono estrangeiro do regime militar. Como vimos em outros governos autoritários, o nacionalismo é muitas vezes mais difícil de censurar do que a dissidência.

Uma onda sem precedentes de indignação pública formou-se por toda a Birmânia. Em agosto de 2011, Suu Kyi, que mantivera uma postura relativamente discreta desde sua libertação, publicou uma carta aberta criticando a represa. O novo governo, nominalmente civil, parecia dividido, apanhado de guarda baixa. O ministro da Informação, um general aposentado, convocou uma coletiva de imprensa e, em lágrimas, comprometeu-se a proteger o Irrawaddy.

Entretanto, outros oficiais sêniores desprezaram as preocupações do povo e insistiram que a represa continuaria conforme o planejado. Finalmente, Thein Sein enviou a questão ao Parlamento. O governo fora eleito pelo povo, disse ele, então tinha a responsabilidade de responder às preocupações do povo. A construção da controversa represa seria suspensa.

Essa foi a evidência mais convincente de que o novo governo poderia estar levando a sério as reformas. Era também um surpreendente repúdio oficial à China, onde a notícia foi recebida com consternação.

Fiquei maravilhada com o sucesso da emergente sociedade civil da Birmânia, que fora perseguida durante tanto tempo, impedida de se organizar e falar livremente. O uso da represa de Myitsone como elemento mobilizador me lembrou uma admirável percepção de Eleanor Roosevelt: "Afinal, onde começam os direitos humanos universais?", indagou ela num discurso de 1958 perante as Nações Unidas, e então deu a resposta: "Em lugares pequenos, perto de casa", no "mundo de cada indivíduo; no bairro em que vive; na escola ou faculdade que frequenta; na fábrica, na fazenda ou no escritório onde trabalha. [...] Sem uma concatenada ação de cidadania para manter esses direitos perto de casa, a procura pelo maior progresso no mundo será em vão". O povo da Birmânia tivera recusadas tantas de suas liberdades fundamentais por tanto tempo, contudo foi o abuso ambiental e econômico que, em última instância, deflagrou a disseminação da indignação, porque atingia o lar de forma direta e tangível. Vemos um fenômeno semelhante com os protestos antipoluição na China. O que começa como uma queixa prosaica pode transformar-se rapidamente em muito mais. Uma vez que os cidadãos tenham êxito em exigir uma resposta do governo sobre essas preocupações do dia a dia, é possível aumentar as expectativas para uma mudança mais fundamental. É parte do que eu chamo fazer dos "direitos humanos uma realidade humana".

Sustar a represa pareceu liberar uma enchente de nova atividade. Em 12 de outubro, o governo começou a soltar algumas centenas de seus mais de 2 mil prisioneiros políticos. No dia 14, legalizou a organização de sindicatos de trabalhadores pela primeira vez desde a década de 1960. Essas medidas vieram na esteira de passos mais modestos realizados no início daquele mesmo ano, para afrouxar as restrições da censura e pôr fim a conflitos com grupos armados de minorias étnicas no interior do país. O governo também deu início a discussões com o Fundo Monetário Internacional acerca de reformas econômicas. Uma Suu Kyi cautelosamente otimista falou com correligionários em Rangum, pedindo a libertação de mais prisioneiros e reformas adicionais.

Em Washington, monitoramos de perto esses acontecimentos, perguntando-nos quanto peso dar a eles. Precisávamos sentir melhor o que estava de fato acontecendo no terreno. Pedi ao mais alto funcionário de direitos humanos do Departamento de Estado, Mike Posner, que acompanhasse Derek Mitchell à Birmânia e tentasse ter uma leitura das intenções do novo governo. No começo de novembro, Mike e Derek encontraram-se com membros do Parlamento e tiveram animadoras discussões sobre reformas adicionais, inclusive liberdade de reunião e abertura de registro para partidos políticos. O partido de Suu Kyi continuava banido e não poderia participar das eleições parlamentares de 2012, a não ser que a lei mudasse. Essa era uma das principais preocupações dos líderes de oposição céticos com quem Mike e Derek se reuniram. Eles também citaram um grande número de prisioneiros políticos ainda detidos e relatos de sérios abusos contra os direitos humanos nas áreas étnicas. Suu Kyi e outros insistiam conosco para que não agíssemos apressadamente demais para levantar as sanções e recompensar o regime até termos provas mais concretas de progresso democrático. Isso me pareceu sensato, mas também precisávamos continuar envolvendo a liderança e estimular esses primeiros

avanços.

No começo de novembro, enquanto Mike e Derek estavam se encontrando com dissidentes e membros do legislativo na Birmânia, o presidente Obama e eu estávamos ocupados, planejando como levar o pivô para o nível seguinte. Sabíamos que a viagem próxima do presidente à Ásia seria nossa melhor oportunidade para demonstrar o que significava o pivô. Começamos com os encontros econômicos da APEC no Havaí, e depois ele foi para a Austrália. Eu parei nas Filipinas para comemorar o sexagésimo aniversário do nosso tratado de defesa mútua no convés do destróier USS *Fitzgerald* em Manila, depois me encontrei com o presidente na Tailândia, outro aliado-chave.

Em 17 de novembro, o presidente Obama e eu chegamos a Bali, Indonésia, para um encontro da Cúpula do Leste Asiático e a Reunião de Líderes dos Estados Unidos-ASEAN, a mais importante reunião anual dos chefes de Estado na Ásia. Era a primeira vez que um presidente americano participava da Cúpula do Leste Asiático. Era um testemunho do compromisso do presidente Obama com a expansão do nosso envolvimento na região e resultado direto do trabalho de base que assentáramos começando em 2009 ao assinarmos o Tratado de Amizade e Cooperação com a ASEAN e fazendo da diplomacia multilateral uma prioridade na Ásia. Como acontecera no Vietnã no ano anterior, mais uma vez as disputas territoriais no mar do Sul da China estavam na mente de todos. Como na reunião da ASEAN em Hanói, a China não quis discutir o assunto num cenário aberto e multilateral, especialmente por incluir os Estados Unidos. “Forças externas não devem, sob pretexto algum, envolver-se”, disse o premiê chinês Wen Jiabao. O vice-ministro das Relações Exteriores foi mais direto: “Esperamos que o mar do Sul da China não seja discutido na Cúpula do Leste Asiático”, disse ele aos repórteres. Porém países menores, inclusive o Vietnã e as Filipinas, estavam determinados a ter essa discussão. Em Hanói havíamos tentado adiantar uma abordagem colaborativa rumo a uma solução pacífica das disputas no mar do Sul da China, mas nos meses seguintes ao encontro Beijing fincara suas botas ainda mais fundo.

Na tarde de 18 de novembro, acompanhei o presidente Obama na reunião privada dos líderes, onde nos reunimos com dezessete outros chefes de Estado e seus ministros das Relações Exteriores. Não foi permitida a entrada de nenhum staff, tampouco de jornalistas. Tanto o presidente Obama quanto o premiê Wen escutaram em silêncio enquanto outros líderes começavam a discussão. Cingapura, Filipinas, Vietnã e Malásia estavam entre os primeiros oradores, todos eles com interesse no mar do Sul da China. Falando um de cada vez durante duas horas, quase todos os líderes repetiram os princípios que discutíramos em Hanói: garantia de acesso e liberdade de navegação, resolução de disputas de forma pacífica e colaborativa dentro dos parâmetros do direito internacional, evitar coerção e ameaças e apoiar um código de conduta. Logo ficou claro que havia um forte consenso na sala. Os líderes falaram energicamente e sem ambiguidade, mas também sem rancor. Até mesmo os russos concordaram que aquele era um assunto apropriado e importante para ser discutido pelo grupo.

Por fim, depois que dezesseis outros líderes falaram, o presidente Obama pegou o microfone. A essa altura, os argumentos estavam bem ventilados, de modo que ele saudou o consenso e reafirmou o apoio dos Estados Unidos para a abordagem que o resto da região tinha articulado. “Ainda que não sejamos um reclamante na disputa do mar do Sul da China, e ainda que não tomemos partido”, disse ele, “temos um profundo interesse na segurança marítima em geral e na resolução da questão do mar do Sul da China em particular — como potência residente no Pacífico, como nação marítima, como nação de comércio e como garantidora da segurança na região Ásia-Pacífico.” Quando o presidente terminou, olhou em volta da sala, inclusive para o

premiê Wen, que estava visivelmente insatisfeito. Foi ainda pior do que Hanói. Ele não quisera discutir sobre o mar do Sul da China; agora enfrentava uma frente unida. Ao contrário do ministro das Relações Exteriores Yang em Hanói, o premiê não pediu um recesso. Respondeu de forma polida mas firme, defendendo as ações chinesas e mais uma vez insistindo que não era o foro apropriado para tais assuntos.

Enquanto esse teatro diplomático estava sendo encenado, eu estava igualmente focada nos acontecimentos que se desenrolavam na Birmânia. Nas semanas que antecederam a viagem, Kurt vinha recomendando novos e audazes passos para se envolver com o regime e incentivar novas reformas. Eu vinha discutindo a Birmânia com o presidente Obama e seus assessores de segurança nacional, que queriam ter certeza de não baixar a guarda ou aliviar as pressões sobre o regime prematuramente. Eu tinha um forte aliado na Casa Branca ajudando a forçar nosso envolvimento: Ben Rhodes, o assessor de longa data do presidente que servia como vice-conselheiro de Segurança Nacional. Ben concordava comigo que havíamos assentado as bases e agora precisávamos seguir adiante. Em última análise, porém, havia uma pessoa em particular que o presidente queria ouvir para ter certeza de que era a hora certa. Pedi a Kurt e Jake que falassem com Suu Kyi e combinassem uma ligação entre ela e o presidente Obama. Enquanto voávamos da Austrália para a Indonésia no Air Force One, ele falou com Suu Kyi ao telefone pela primeira vez. Ela entendia a importância do papel que os Estados Unidos podiam desempenhar na ajuda ao seu país para mover-se rumo à democracia. Os dois ganhadores do Prêmio Nobel também trocaram histórias sobre seus cachorros. Após o telefonema, o presidente estava pronto para ir em frente. No dia seguinte, fiquei ao seu lado quando ele se postou diante dos microfones em Bali e anunciou que me pedira para viajar à Birmânia a fim de investigar pessoalmente perspectivas de reforma democrática e laços mais estreitos entre os países. “Após anos de escuridão, vimos as centelhas do progresso”, disse ele. Eu seria a primeira secretária de Estado a visitar o país em mais de meio século.

No voo da Indonésia para casa, não conseguia tirar da cabeça a viagem que tinha pela frente. Seria uma oportunidade de eu mesma confrontar Thein Sein e finalmente me encontrar com Suu Kyi em pessoa. Poderíamos encontrar um jeito de intensificar essas centelhas de progresso mencionadas pelo presidente e deflagrar verdadeiras reformas democráticas de longo alcance?

Paramos para reabastecer no Japão, debaixo de uma chuva torrencial. Ali nos esperavam dois funcionários do Serviço de Relações Exteriores com experiência na Birmânia que trabalhavam na nossa embaixada em Tóquio. Depois de ouvirem o anúncio do presidente, trouxeram-me uma pilha de livros sobre o país e uma cópia do filme *Além da liberdade* sobre Suu Kyi, a Dama da Birmânia. Era exatamente o que eu precisava. A equipe inteira, inclusive o corpo de jornalistas que viajava conosco, assistiu ao filme enquanto cruzávamos o Pacífico de volta a Washington, onde imediatamente comecei a planejar a minha viagem à Birmânia.

Cheguei a Nay Pyi Taw no fim da tarde de 30 de novembro de 2011. A longínqua pista do aeroporto da capital é pavimentada, mas não tem iluminação suficiente para pousos após o escurecer.

Pouco antes de deixar Washington, especialistas em Ásia do Departamento de Estado haviam feito circular um memorando aconselhando o grupo que viajava a não vestir roupas brancas, pretas ou vermelhas por causa das normas culturais locais. Não é incomum receber esse tipo de memorando antes de uma viagem; há lugares onde certos partidos políticos ou grupos étnicos são associados com cores específicas. Assim, passei diligentemente pelo meu guarda-roupa, tentando encontrar trajes nas cores apropriadas para a Birmânia. Eu havia acabado de

comprar um lindo casaco branco que tinha o peso certo para climas quentes. Seria mesmo culturalmente insensato levá-lo? Eu o pus na mala apenas para o caso de os especialistas estarem errados. E é claro, quando descemos do avião, fomos recebidos por birmaneses usando todas as cores que fôramos advertidos de evitar. Eu esperava que aquilo não fosse sinal de concepções erradas da nossa parte, mas pelo menos podia vestir tranquilamente o meu casaco branco.

Nossa comitiva saiu do aeroporto para uma paisagem de vastos campos abertos. A rodovia vazia parecia ter vinte pistas de largura. Ocasionalmente víamos uma bicicleta, mas nenhum outro carro e pouquíssima gente pelas ruas. Passamos por um agricultor usando o tradicional chapéu de palha cônico e conduzindo uma carroça cheia de feno puxada por um boi branco. Pela janela, eu estava olhando para um tempo mais antigo.

Na distância vimos as torres dos cavernosos prédios governamentais de Nay Pyi Taw. A cidade fora construída em segredo pelos militares no ano de 2005 e era pesadamente fortificada com muros e fossos com a intenção de defendê-la contra uma hipotética invasão americana. Pouca gente na verdade morava lá. Muitos dos edifícios estavam vazios ou inacabados. O lugar todo dava a sensação de uma aldeia de Potemkin.

Na manhã seguinte, visitei o presidente Thein Sein no seu gabinete cerimonial. Sentamo-nos em tronos dourados sob um maciço candelabro de cristal num salão enorme. Apesar do cenário, Thein Sein era surpreendentemente discreto e despretensioso, sobretudo para um chefe de Estado e líder de uma junta militar. Era baixinho e ligeiramente encurvado, com cabelo ralo e óculos. Parecia mais um contador do que um general. Quando servira como primeiro-ministro no governo militar, sempre aparecia num uniforme do exército verde extremamente engomado, mas agora vestia um sarongue birmanês tradicional na cor azul, sandálias e túnica branca.

Muita gente na Birmânia e no exterior especulava que o governante anterior, Than Shwe, escolhera o bem-educado Thein Sein como sucessor porque ele era visto simultaneamente como não ameaçador para o mundo exterior e suficientemente flexível para ser um homem de frente para os oficiais linha-dura do regime. Até aquele momento, Thein Sein surpreendera a todos mostrando inesperada independência e real determinação para impor sua nascente agenda de reformas.

Durante nossa discussão fui encorajadora, explicando os passos que poderiam levar a um reconhecimento internacional e alívio das sanções. “O senhor está no caminho certo. Como sabe, haverá escolhas difíceis e obstáculos duros a superar”, disse eu, “[mas] esta é uma oportunidade para o senhor deixar um legado histórico para o seu país.” Também entreguei uma carta pessoal do presidente Obama, que sublinhava os mesmos pontos.

Thein Sein respondeu de forma cuidadosa, com centelhas de bom humor e um senso de ambição e visão manifestando-se disfarçadamente em meio a suas frases deliberadas. As reformas continuariam, garantiu ele. E o mesmo aconteceria na sua trégua com Suu Kyi. Ele também tinha uma aguda consciência do panorama estratégico mais amplo. “Nosso país está situado entre dois gigantes”, disse, referindo-se à China e à Índia, e precisava ser cuidadoso para não atrapalhar suas relações com Beijing. Ali estava alguém que havia pensado longamente sobre o futuro de seu país e sobre o papel que poderia desempenhar para alcançá-lo.

Nas minhas viagens, conheci ao menos três tipos de líderes mundiais: aqueles que compartilham dos nossos valores e visão de mundo e que são parceiros naturais; aqueles que querem fazer a coisa certa, mas carecem de vontade política ou capacidade para executá-la; e aqueles que enxergam seus interesses e valores como fundamentalmente em desacordo com os nossos e irão opor-se sempre que puderem. Eu me perguntava em que categoria Thein Sein se encaixava. Mesmo sendo sincero no seu desejo de democracia, seriam suas habilidades políticas

fortes o bastante para superar uma oposição arraigada entre seus colegas militares e realmente concretizar uma transformação nacional tão difícil?

Minha inclinação era envolver Thein Sein com as esperanças de que o reconhecimento internacional fortaleceria seu controle doméstico, mas mesmo assim havia motivo para cautela. Antes de falar demais, eu precisava me encontrar com Suu Kyi e comparar impressões. Estávamos envolvidos numa delicada dança diplomática, e era essencial não sair do compasso.

Após o encontro, passamos para um salão ainda maior para o almoço, e sentei-me entre Thein Sein e sua esposa. Ela segurou minha mão e falou de forma comovente sobre sua família e suas esperanças de melhorar a vida das crianças da Birmânia.

Depois fui até o Parlamento e tive encontros com diversos membros do legislativo, pessoas escolhidas com máximo cuidado pelos militares. Vestiam roupas tradicionais muito coloridas, inclusive chapéus com chifres e peles bordadas. Alguns mostraram entusiasmo sobre o envolvimento com os Estados Unidos e reformas domésticas adicionais. Outros estavam visivelmente céticos em relação às mudanças ao redor e ansiavam por uma volta aos tempos antigos.

O presidente da Câmara Baixa do Parlamento, Shwe Mann, outro ex-general, reuniu-se comigo num salão gigantesco, sob o quadro de uma luxuriante paisagem birmanesa que parecia estender-se por quilômetros. Era conversador e bem-humorado. “Estivemos estudando o seu país, tentando compreender como conduzir um Parlamento”, me disse ele. Perguntei se ele tinha lido livros ou consultado especialistas. “Oh, não”, respondeu. “Andamos assistindo a *The West Wing*.” Dei uma risada e prometi que forneceríamos mais informações.

De volta ao hotel naquela noite, sentada ao ar livre numa grande mesa com o pessoal da imprensa americana, tentei resumir o que ficara sabendo naquele dia. Os passos que o governo civil dera eram significativos, inclusive aliviando restrições sobre a mídia e a sociedade civil, libertando Suu Kyi da sua prisão domiciliar junto com cerca de outros duzentos prisioneiros políticos e promulgando novas leis trabalhistas e eleitorais. Thein Sein me prometera que levaria adiante esse progresso e forçaria reformas de alcance ainda maior, e eu queria acreditar nele, mas sabia que centelhas de progresso podem ser facilmente extintas. Existe um antigo provérbio birmanês: “Quando chover, recolha a água”. Era hora de consolidar reformas e guardá-las num cofre para o futuro, para que se enraizassem e se tornassem irreversíveis. Conforme eu dissera naquela manhã para Thein Sein, os Estados Unidos estavam preparados para percorrer o caminho da reforma junto com o povo birmanês se ele optasse por seguir naquela direção.

O voo para Rangum levou apenas quarenta minutos, mas causou a sensação de que entrávamos em outro mundo depois da surreal cidade governamental fantasma de Nay Pyi Taw. Rangum é uma cidade de mais de 4 milhões de habitantes, com ruas movimentadas e um charme colonial evanescente. Décadas de isolamento e má administração cobraram seu preço nas fachadas em ruínas e com a pintura descascada, mas podia-se imaginar por que aquele lugar fora um dia considerado uma “joia da Ásia”. O coração de Rangum é o majestoso pagode Shwedagon, um templo budista de 2.500 anos com cintilantes torres de ouro e incontáveis Budas dourados. Como sinal de respeito ao costume local, tirei os sapatos e caminhei descalça pelos magníficos saguões do templo. Guardas detestam tirar os sapatos; faz com que se sintam menos preparados em caso de emergência, mas os jornalistas americanos acharam muito divertido e adoraram dar uma olhada no esmalte das unhas dos meus pés, que um deles descreveu como sendo de um “sexy vermelho-sereia”.

Acompanhada por uma multidão de monges e curiosos, acendi velas e incenso diante de um grande Buda. Depois, levaram-me até um dos enormes sinos que supostamente pesam quarenta

toneladas. Os monges me deram um bastão dourado e me convidaram a bater o sino três vezes. Em seguida, seguindo as instruções, derramei onze copos de água sobre um pequeno Buda branco-alabastro em sinal tradicional de respeito. “Posso fazer onze pedidos?”, perguntei. Foi uma introdução fascinante à cultura birmanesa, porém aquilo era mais do que mero turismo. Ao visitar o venerado pagode, eu esperava enviar ao povo da Birmânia a mensagem de que os Estados Unidos estavam interessados em envolver-se com eles, bem como com o seu governo.

Naquela noite, finalmente conheci Suu Kyi em carne e osso na mansão junto ao lago onde o embaixador americano costumava morar. Vesti o meu casaco branco e calça preta; o memorando de advertência sobre vestimentas estava agora oficialmente esquecido. Para graça de todos, Suu Kyi chegou num traje similar. Tomamos um drinque com Derek Mitchell e Kurt Campbell e então nos sentamos para um jantar privado, só nós duas. Seu partido político tivera permissão de registrar-se em novembro de 2011 e, após numerosas reuniões entre seus líderes, decidira participar das eleições de 2012. Suu Kyi me disse que ela própria se candidataria ao Parlamento. Após tantos anos de solidão forçada, era uma perspectiva assustadora.

Durante o jantar, dei as minhas impressões sobre Thein Sein e outros funcionários do governo que havia conhecido em Nay Pyi Taw. Compartilhei também algumas lembranças da minha primeira candidatura a um cargo público. Ela me fez muitas perguntas sobre a preparação e o processo de tornar-se candidata. Para ela, isso tinha imensa intensidade pessoal. O legado de seu pai assassinado, o herói da independência birmanesa, pesava sobre ela e a estimulava a seguir adiante. Esse patrimônio lhe dava uma ascendência sobre a psique da nação, mas também criava um elo com os mesmos generais que a prenderam por tanto tempo. Ela era filha de um oficial, uma filha de militar, e jamais perdeu o respeito pela instituição e seus códigos. Podemos fazer negócios com eles, disse ela com confiança. Pensei em Nelson Mandela abraçando seus ex-guardas da prisão após ser empossado na África do Sul. Fora simultaneamente um momento de supremo idealismo e obstinado pragmatismo. Suu Kyi tinha as mesmas qualidades. Estava determinada a mudar o país e, após décadas de espera, estava pronta para chegar a acordos, agradar e achar uma causa comum com seus velhos adversários.

Antes de nos separarmos naquela noite, Suu Kyi e eu trocamos presentes pessoais. Eu trouxera uma pilha de livros americanos que achei que ela iria apreciar e um brinquedinho de borracha para o seu cachorro. Ela me presenteou com um colar de prata que ela própria havia desenhado, tendo como modelo sementes de vagem de uma estampa muito antiga.

Suu Kyi e eu nos encontramos novamente na manhã seguinte, do outro lado do lago, na sua velha casa colonial de infância, com piso de tábuas e ventiladores de teto. Era fácil esquecer que aquela também fora sua prisão durante muitos anos. Ela me apresentou aos anciãos do seu partido, octogenários que viveram longos anos de perseguição e que mal podiam acreditar nas mudanças que agora viam. Sentamo-nos em torno de uma grande mesa redonda de madeira e escutamos suas histórias. Suu Kyi tem um jeito especial com sua gente. Pode ter sido uma celebridade global e um ícone no seu país, mas demonstrava aos anciãos o respeito e a atenção que mereciam, e eles a adoravam por isso.

Mais tarde passeamos pelos jardins, resplandecentes com brotos rosados e vermelhos. As cercas de arame farpado que delimitavam a propriedade eram um lembrete contundente de sua passada reclusão. Ficamos paradas no alpendre, de braços dados, e eu falei com a multidão de jornalistas que havia se reunido.

“Você tem sido uma inspiração”, disse eu a Suu Kyi. “Você representa todas as pessoas do seu país que merecem os mesmos direitos e liberdades das pessoas em todo lugar.” Prometi que os Estados Unidos seriam um amigo do povo da Birmânia enquanto este percorria seu histórico

caminho para um futuro melhor. Ela graciosamente me agradeceu por todo o apoio e consultas que nós déramos durante os últimos meses e anos. “Este será o começo de um novo futuro para todos nós, contanto que consigamos mantê-lo”, disse ela. Era a mesma mistura de otimismo e cautela que todos sentíamos.

Deixei a casa de Suu Kyi e fui de carro até uma galeria de arte próxima dedicada ao trabalho de artistas dos muitos grupos étnicos minoritários da Birmânia. As paredes estavam cobertas de fotografias das muitas faces do país. Havia orgulho nos olhos dos retratados, mas também tristeza. Desde que o país obtivera sua independência em 1948, os militares birmaneses haviam declarado guerra contra grupos separatistas armados nos enclaves étnicos do país. Atrocidades foram cometidas de ambos os lados e civis foram pegos no fogo cruzado, mas o principal perpetrador era o Exército. Aqueles conflitos sangrentos eram importantes obstáculos à nova era que esperávamos para breve na Birmânia, e eu havia ressaltado para Thein Sein e seus ministros a importância de levá-los a conclusões pacíficas. Representantes de todos os principais grupos étnicos me disseram o quanto seus povos tinham sofrido nos conflitos e esperavam por um cessar-fogo. Alguns se perguntavam em voz alta se os novos direitos e liberdades da Birmânia se estenderiam a eles. Era uma pergunta que assombraria o processo de reforma.

As centelhas de progresso eram reais. Se Thein Sein libertasse mais prisioneiros políticos, aprovasse novas leis que protegessem os direitos humanos, buscasse um cessar-fogo nos conflitos étnicos, cortasse os contatos militares com a Coreia do Norte e assegurasse eleições livres e justas em 2012, nós retribuiríamos restaurando plenas relações diplomáticas e nomeando um embaixador, aliviando sanções e incrementando investimentos e assistência de desenvolvimento ao país. Conforme eu dissera a Suu Kyi, seria uma ação pela outra. Eu esperava que minha visita tivesse fornecido o apoio internacional que os reformadores necessitavam para reforçar sua credibilidade e empurrá-los adiante em seu trabalho. Nas ruas de Rangum, foram afixados cartazes do meu passeio no jardim com Suu Kyi. O retrato dela estava rapidamente se tornando quase tão comum quanto o de seu pai.

Nesse meio-tempo, eu gostaria de ter vivenciado mais desse pitoresco país, viajando o Irrawaddy acima, vendo Mandalay. Prometi a mim mesma que retornaria em breve com minha família.

Suu Kyi e eu mantivemos contato direto durante os meses seguintes, à medida que o processo de reforma ia avançando, falando cinco vezes por telefone. Fiquei encantada quando, em abril de 2012, ela foi eleita para uma vaga no Parlamento, como sucedeu com mais de quarenta candidatos de seu partido, obtendo todas as cadeiras às quais concorreram. Dessa vez os resultados não foram anulados, e ela teve permissão de servir. Por fim, poderia pôr em prática suas habilidades políticas.

Em setembro de 2012, Suu Kyi viajou para os Estados Unidos para uma permanência de dezessete dias. Lembrei-me do desejo que partilhamos no nosso primeiro telefonema. Eu a tinha visitado, e agora ela me visitaria. Sentamo-nos juntas num canto acolhedor na frente da cozinha na minha casa em Washington, só nós duas.

Os meses desde a minha visita à Birmânia foram repletos de mudanças empolgantes. Thein Sein levara seu governo de forma lenta, mas firme, pelo caminho que havíamos discutido em Nay Pyi Taw. Ele e eu nos encontramos de novo durante o verão numa conferência no Camboja, e ele reafirmou seu compromisso com a reforma. Centenas de prisioneiros políticos foram libertados, inclusive estudantes que organizaram as manifestações pró-democracia em 1988 e monges budistas que participaram de protestos em 2007. Um frágil cessar-fogo foi assinado com alguns grupos rebeldes que representavam minorias étnicas. Partidos políticos voltavam a se

organizar, e em breve jornais de propriedade privada poderiam ser publicados pela primeira vez em quase meio século.

Em resposta, os Estados Unidos haviam começado a aliviar sanções e nomeado Derek Mitchell nosso primeiro embaixador em anos. A Birmânia voltava a se juntar à comunidade internacional e obteve um assento na ASEAN em 2014, uma antiga meta. Enquanto a Primavera Árabe ia perdendo seu brilho no Oriente Médio, a Birmânia dava ao mundo uma nova esperança de que de fato seria possível a transição pacífica da ditadura para a democracia. Seu progresso reforçava o argumento de que uma mistura de sanções e envolvimento podia ser uma ferramenta eficaz para provocar mudanças mesmo nas sociedades mais fechadas. Se os generais birmaneses puderam ser atraídos pelo fascínio do comércio e respeito internacional, então talvez não houvesse regime irredimível.

Reavaliar os conceitos convencionais sobre a Birmânia em 2009 e então experimentar um engajamento direto contrariando o conselho de muitos amigos americanos havia sido uma escolha arriscada, mas estava dando frutos para os Estados Unidos. O progresso da Birmânia, na esteira da bem recebida viagem do presidente Obama pela Ásia em novembro de 2011, que ajudou a apagar algumas lembranças persistentes de 2009 em Beijing, estava fazendo o pivô da administração parecer um sucesso. Ainda havia uma profusão de questões acerca do que aconteceria a seguir, tanto na Birmânia quanto por toda a região, mas em fevereiro de 2012 o jornalista James Fallows, que tinha uma longa experiência em Ásia, escreveu brilhantemente sobre o pivô e a viagem do presidente no *Atlantic:* "Assim como a abordagem de Nixon à China, penso que ele acabará sendo estudado pela sua habilidosa combinação de poder duro e brando, incentivos e ameaças, urgência e paciência, além de uma deliberada — e eficaz — indefinição de orientação". O professor Walter Russell Mead, crítico frequente do governo, chamou nossos esforços de "uma vitória diplomática decisiva que qualquer um pode ver".

Ainda assim, apesar do progresso que vimos na Birmânia, Suu Kyi parecia preocupada quando nos encontramos em Washington. Quando chegou à minha casa, pediu para falar comigo a sós. Os problemas, disse ela, eram que ainda havia prisioneiros políticos definhando atrás das grades, alguns conflitos étnicos haviam na verdade piorado e a corrida do ouro das empresas estrangeiras estava criando novas oportunidades de corrupção.

Suu Kyi agora estava no Parlamento, fazendo acordos e formando novos relacionamentos com ex-adversários, tentando a duras penas equilibrar todas as pressões que recaíam sobre ela. Shwe Mann, o presidente da Câmara Baixa do Parlamento, estava ganhando estatura, e Suu Kyi desenvolvera uma relação de trabalho positiva com ele; ela apreciava sua disposição de consultá-la em assuntos importantes. A situação política era complicada pela possibilidade de Thein Sein, Shwe Mann e Suu Kyi serem candidatos presidenciais em potencial em 2015. As manobras de bastidores, trocas de alianças e competição política estavam ficando mais intensas. Bem-vindos à democracia!

Thein Sein pusera a Birmânia em movimento, mas podia terminar o trabalho? Se Suu Kyi retirasse a sua cooperação, seria impossível dizer o que aconteceria. A confiança internacional poderia desabar. Thein Sein se tornaria vulnerável aos militares linha-dura que ainda tinham esperança de anular as reformas de que se ressentiam. Suu Kyi e eu discutimos as pressões concorrentes que ela enfrentava. Fui solidária porque também vivenciara os avanços e recuos da vida política. E sabia por anos de experiências dolorosas como pode ser difícil ser cordial, quanto mais cordata, com aqueles que um dia foram seus adversários políticos. Eu achava que sua melhor opção era ranger os dentes, seguir forçando Thein Sein a respeitar seus compromissos e manter a parceria viva pelo menos durante a próxima eleição.

Sei que não é fácil, disse eu, mas você está agora numa posição onde o que faz nunca será fácil. Você tem de descobrir um jeito de continuar trabalhando junto até haver, ou, a não ser que haja, um caminho alternativo. Isso tudo é parte da política. Agora você está no palco. Não está mais trancada em prisão domiciliar. Então precisa projetar muitos interesses e papéis diferentes ao mesmo tempo, porque é defensora dos direitos humanos, é membro do Parlamento e pode ser uma futura candidata a presidente. Suu Kyi entendia tudo isso, mas a pressão sobre ela era enorme. Ela era venerada como uma santa viva, todavia precisava aprender a fazer parte do jogo e negociar como qualquer representante eleito. Era um equilíbrio precário.

Passamos para a minha sala de jantar e nos juntamos a Kurt, Derek e Cheryl Mills. Enquanto comíamos, Suu Kyi descreveu o distrito que agora representava no Parlamento. Por mais que estivesse focada no alto drama da política nacional, também era obcecada pelas minúcias do seu cargo e da resolução de problemas. Lembrei-me de ter sentido exatamente a mesma coisa quando os eleitores de Nova York me elegeram para o Senado. Se você não consegue tapar os buracos, nada mais importa.

Eu tinha mais uma palavra de conselho. No dia seguinte ela receberia a Medalha de Ouro do Congresso numa pródiga cerimônia na Rotunda do Capitólio. Seria um merecido reconhecimento pelos seus anos de liderança moral. “Amanhã, quando você receber a Medalha de Ouro do Congresso, acho que deveria dizer alguma coisa boa sobre o presidente Thein Sein”, eu lhe aconselhei.

Na tarde seguinte, juntei-me aos líderes do Congresso e cerca de quinhentas outras pessoas no Capitólio para homenagear Suu Kyi. Quando foi minha vez de falar, recordei a experiência de encontrá-la que tinha sido sua prisão por tantos anos e comparei o fato com a caminhada pela ilha Robben com Nelson Mandela no ano anterior. “Estes dois prisioneiros políticos estavam separados por grandes distâncias, mas ambos eram marcados por sua bondade, generosidade de espírito e vontade inabalável fora do comum”, disse eu. “E ambos entenderam algo que penso que todos nós precisamos apreender: o dia em que saíram da prisão, o dia em que terminou a prisão domiciliar, não foi o fim da luta. Foi o começo de uma nova fase. Superar o passado, curar um país ferido, construir uma democracia, requerem a mudança do ícone para o político.” Olhei para Suu Kyi e imaginei se ela pensara na minha sugestão da noite anterior. Ela estava visivelmente comovida pela emoção do momento. Então começou a falar:

“Estou aqui agora, forte por saber que estou entre amigos que estarão conosco à medida que continuarmos com a nossa tarefa de construir uma nação que ofereça paz, prosperidade e direitos humanos básicos protegidos pela lei a todos que habitam seus domínios. Essa tarefa foi possibilitada pelas medidas de reforma instituídas pelo presidente Thein Sein”. Olhamo-nos de relance, e eu sorri. “Do fundo do meu coração, agradeço a vocês, povo dos Estados Unidos, e a vocês, seus representantes, por nos manter em seus corações e mentes durante os anos sombrios quando a liberdade e a justiça pareciam estar fora do nosso alcance. Haverá dificuldades no caminho pela frente, mas estou confiante de que seremos capazes de superar todos os obstáculos com a ajuda e o apoio dos nossos amigos.”

Depois ela me perguntou, com uma piscadela: “Como foi?”.

“Foi ótimo, foi realmente ótimo”, respondi.

“Bem, vou tentar, realmente vou tentar.”

Na semana seguinte, encontrei-me com Thein Sein na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, e conversamos sobre muitas das preocupações que Suu Kyi tinha levantado comigo. Ele parecia mais no comando do que na nossa primeira conversa em Nay Pyi Taw e escutou atentamente. Thein Sein nunca seria um político carismático, mas estava revelando ser

um líder competente. No seu discurso na ONU, elogiou Suu Kyi como sua parceira nas reformas pela primeira vez num contexto público e garantiu a continuidade do trabalho com ela rumo à democracia.

Em novembro de 2012, o presidente Obama resolveu ver pessoalmente as "centelhas de progresso" na Birmânia. Era sua primeira viagem depois de vencer a reeleição, e seria a nossa última como equipe em viagem. Depois de visitarmos juntos o rei da Tailândia em seu quarto de hospital em Bancoc, voamos para a Birmânia para uma escala de seis horas, que seria seguida pela Cúpula do Leste Asiático no Camboja. O presidente planejava se encontrar tanto com Thein Sein como com Suu Kyi e dirigir-se aos estudantes da Universidade de Yangon. Multidões se juntaram nas ruas quando passamos. Crianças agitavam bandeiras americanas. Pessoas se espremiam para ver algo impossível de imaginar não muito tempo atrás.

Rangum parecia outra cidade, embora fizesse pouco menos de um ano desde a minha visita anterior. Investidores estrangeiros haviam descoberto a Birmânia e estavam correndo para fincar estacas naquela que sentiam ser a última fronteira asiática. Havia novos prédios em construção, e os preços dos imóveis estavam nas alturas. O governo começara a relaxar restrições sobre a internet, e o acesso expandia-se aos poucos. Especialistas industriais esperavam que o mercado de smartphones na Birmânia crescesse de praticamente zero usuário em 2011 para 6 milhões em 2017. E então o próprio presidente dos Estados Unidos tinha vindo ao país. "Estamos esperando há cinquenta anos por esta visita", disse um homem a um repórter ao longo do caminho. "Nos Estados Unidos há justiça e lei. Quero que o nosso país seja assim."

Para a viagem do aeroporto, Kurt e eu nos juntamos ao presidente na grande limusine presidencial blindada que é transportada para todo lugar para onde o presidente viaje (conhecida carinhosamente como "a Besta"), junto com sua assessora mais próxima, Valerie Jarrett. Enquanto percorríamos a cidade, o presidente Obama olhou pela janela para o altaneiro e dourado pagode Shwedagon e perguntou o que era. Kurt lhe contou a respeito do seu lugar central na cultura birmanesa e que eu entrara lá para demonstrar respeito pelo povo e pela história da Birmânia. O presidente perguntou por que também não iria. Durante o processo de planejamento da viagem, o Serviço Secreto vetara a ideia de visitar o movimentado templo. Estavam preocupados com os riscos de segurança apresentados pelas multidões de fiéis (e com certeza não queriam tirar os sapatos!), e ninguém desejava fechar o lugar e causar inconvenientes para os outros visitantes. Familiarizada havia anos com as preocupações do Serviço Secreto, sugeri que eles poderiam concordar com uma parada não programada *off the record*[1], ou OTR, como é chamada. Ninguém estaria sabendo que ele iria, e isso mitigaria um pouco as preocupações da segurança. Além disso, quando o presidente decide que vai a algum lugar, é muito difícil dizer não. Pouco depois, após o encontro com o presidente Thein Sein, estávamos passeando pelo antigo pagode, cercados por monges budistas surpresos, quase parecendo um casal de turistas comuns, na medida em que isso é possível para um presidente e sua secretária de Estado.

Depois do encontro com Thein Sein e da visita sigilosa ao pagode, fomos para a casa de Suu Kyi. Ela estava recebendo o presidente na casa que um dia fora sua prisão e agora era um centro de atividade política. Ela e eu nos abraçamos, como as amigas que nos tornamos. Ela agradeceu ao presidente pelo apoio dos Estados Unidos para a democracia na Birmânia, mas advertiu: "O momento mais difícil em qualquer transição é quando pensamos que o sucesso está no horizonte. Aí precisamos ter muito cuidado para não sermos seduzidos por uma miragem do sucesso".

O final da história da Birmânia ainda está para ser escrito, e há muitos desafios pela frente. Conflitos étnicos têm prosseguido, fazendo soar alarmes sobre novos abusos de direitos

humanos. Em particular, espasmos de violência de quadrilhas contra os rohingya, uma comunidade étnica de muçulmanos, abalaram o país em 2013 e no começo de 2014. A decisão de expulsar a Médicos Sem Fronteiras da região e de não levar em conta os rohingya no próximo recenseamento provocou uma saraivada de críticas. Tudo isso ameaçou minar o progresso e enfraquecer o apoio internacional. As eleições gerais de 2015 foram um teste fundamental para a nascente democracia na Birmânia. Em suma, a Birmânia pode continuar seguindo adiante, ou pode retroceder. O apoio dos Estados Unidos e da comunidade internacional será crucial.

Às vezes é difícil resistir a não ficar eufórico em relação à Birmânia, mas precisamos nos manter de olhos abertos e de cabeça fria acerca dos desafios e das dificuldades que jazem pela frente. Alguns na Birmânia carecem da vontade de completar a jornada democrática. Outros têm a vontade, mas carecem dos instrumentos. Ainda há um longo caminho a percorrer. Contudo, o presidente Obama disse aos estudantes na Universidade de Yangon, naquele dia de novembro de 2012, que aquilo que o povo birmanês já conseguira era um testemunho notável do poder do espírito humano e do anseio universal por liberdade. Para mim, as lembranças daqueles primeiros dias de progresso tremulante e esperança incerta permanecem como um ponto alto do meu período como secretária e uma afirmação do papel especial que os Estados Unidos podem e devem desempenhar no mundo como defensores da dignidade e da democracia. Eram os Estados Unidos no seu melhor aspecto.

Terceira parte

Guerra e paz

7

Af-Paq: Escalada

O presidente Obama pediu a cada um de nós em torno da mesa nossas recomendações. Deveríamos deslocar mais tropas para a guerra do Afeganistão, que já durava oito anos? Se sim, quantas? Qual deveria ser sua missão? E quanto tempo deveriam ficar antes de voltar para casa? Essas eram algumas das escolhas mais difíceis que ele faria como presidente. As consequências seriam profundas para os nossos homens e mulheres de farda, nossas famílias de militares e a nossa segurança nacional, bem como para o futuro do Afeganistão.

Faltavam três dias para a Ação de Graças de 2009, e já passava das oito da noite. O presidente estava sentado na cabeceira de uma comprida mesa no Gabinete de Crises da Casa Branca, ladeado pelo seu Conselho de Segurança Nacional. Eu estava sentada ao lado do conselheiro Jim Jones, à esquerda do presidente, tendo defronte a mim, do outro lado da mesa, o vice-presidente Joe Biden, o secretário de Defesa Bob Gates e o chefe do Estado-Maior Conjunto Mike Mullen. Diante de nós, a mesa estava coberta de papéis e pastas. (Após meses assistindo ao exibicionismo do Pentágono nas nossas reuniões no Gabinete de Crises, com suas exuberantes apresentações de PowerPoint e mapas coloridos, pedi ao Departamento de Estado que começasse a ser mais criativo nos nossos materiais informativos. Agora havia uma profusão de mapas coloridos e gráficos para consultarmos.)

Era a minha terceira reunião do dia na Casa Branca com o presidente Obama, e a nona vez desde setembro que a equipe sênior de segurança nacional reunia-se para debater o caminho a ser tomado no Afeganistão. Olhamos o desafio sob todo ângulo concebível. Finalmente, fechamos num plano para enviar 30 mil soldados americanos para o Afeganistão em meados de 2010, acrescidos de 10 mil dos nossos aliados. Essas tropas implementariam uma abordagem nova, voltada para proporcionar segurança nas cidades afegãs, apoiando o governo e fornecendo serviços para a população, em vez de promover uma guerra de atrito com os insurgentes talibãs. Haveria uma análise completa dos progressos no fim do ano, e começaríamos a retirada das tropas por volta de julho de 2011. O número e o prazo de retirada estariam abertos à discussão, mas provavelmente seriam ditados pelas condições locais.

A equipe estava dividida em relação aos méritos desse plano. O secretário Gates e os militares lhe davam forte apoio; o vice-presidente Biden se opunha a ele com a mesma intensidade. A essa altura os principais argumentos estavam bem analisados, mas o presidente queria ouvir a posição de cada um de nós mais uma vez.

O Afeganistão, um país montanhoso, sem litoral, localizado entre o Paquistão a leste e o Irã a oeste, é o lar de cerca de 30 milhões de pessoas, entre as mais pobres, menos instruídas e mais marcadas pela guerra do mundo. Já foi chamado de “Cemitério de Impérios”, porque muitos exércitos invasores e pretensos ocupadores soçobraram em seu terreno inclemente. Na década de 1980, os Estados Unidos, a Arábia Saudita e o Paquistão apoiaram uma insurgência contra um governo fantoche soviético. Em 1989, os soviéticos se retiraram, e com essa vitória os interesses americanos no país declinaram.

Depois de um período de guerra civil nos anos 1990, o Talibã, um grupo extremista com visão cultural medieval, assumiu o controle do Afeganistão sob a liderança de um religioso

radical de um olho só, o mulá Mohammad Omar. Foram impostas severas restrições às mulheres em nome do islã: elas foram forçadas a ficar longe dos olhos públicos, a trajar burcas completas, que as cobriam totalmente da cabeça aos pés, com apenas uma abertura revestida por um véu para os olhos, devendo evitar sair de casa, exceto se acompanhadas por um homem da família; meninas e mulheres foram banidas das escolas e tiveram negados seus direitos sociais e econômicos. O Talibã infligia severas punições a mulheres que violassem suas regras, punições que variavam desde tortura até execuções públicas. As histórias filtradas para fora do país eram horripilantes. Lembro-me de ter ouvido acerca de uma mulher idosa que foi açoitada com um cabo de metal até ter a perna quebrada porque um pedacinho de seu tornozelo estava aparecendo sob a burca. Parecia difícil de acreditar que seres humanos pudessem ser capazes de tamanha crueldade, e ainda mais em nome de Deus.

Enojada pelo que estava acontecendo, como primeira-dama comecei a me manifestar num esforço para angariar a condenação internacional. “Provavelmente hoje não há mais escandaloso e sistemático pisoteio dos direitos fundamentais das mulheres do que o que está acontecendo no Afeganistão sob o governo férreo do Talibã”, declarei na comemoração do Dia Internacional da Mulher na ONU, em 1999.

O Talibã também deu refúgio a Osama bin Laden e outros terroristas da Al-Qaeda. Muitos desses fanáticos, que tinham vindo de outras partes, fincaram profundas raízes na região após combaterem os soviéticos. Em resposta aos atentados contra nossas embaixadas na África Oriental em 1998, a administração Clinton utilizou mísseis de cruzeiro para atacar um campo de treinamento da Al-Qaeda no Afeganistão, onde relatórios da inteligência diziam que Bin Laden estaria. Ele conseguiu fugir. Aí vieram os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Depois que o Talibã recusou-se a entregar Bin Laden, o presidente Bush ordenou a invasão do Afeganistão, apoiando um grupo rebelde chamado Aliança do Norte para tirar o Talibã do poder.

A vitória rápida na derrubada do regime do Talibã no Afeganistão logo deu lugar a uma demorada insurgência, pois o Talibã se reagrupou em refúgios seguros cruzando a fronteira com o Paquistão. Como senadora, visitei o Afeganistão três vezes, primeiro em 2003, quando fiz a ceia de Ação de Graças com as nossas tropas em Kandahar, depois em 2005 e em 2007. Nunca esquecerei as palavras de um soldado americano que conheci: “Bem-vinda às esquecidas linhas de frente da guerra contra o terrorismo”. O Talibã aproveitou-se da preocupação da administração Bush com o Iraque e começou a recuperar território afegão que fora inicialmente obrigado a ceder. O governo de Cabul, apoiado pelo Ocidente, parecia corrupto e ineficaz. Os afegãos estavam famintos, frustrados e assustados. Não havia tropas americanas suficientes para garantir a segurança no país, e tampouco a administração Bush parecia ter uma estratégia para mudar aquele quadro.

Durante a campanha de 2008, tanto o então senador Obama quanto eu clamamos por um foco renovado no Afeganistão. Seriam necessárias mais tropas, argumentei, mas também uma estratégia nova e abrangente que levasse em conta o papel do Paquistão no conflito. “As áreas de fronteira entre o Paquistão e o Afeganistão estão entre as mais importantes e perigosas do mundo”, declarei num discurso, em fevereiro de 2008. “Ignorar essas realidades do que está acontecendo em solo afegão e paquistanês tem sido um dos mais perigosos fracassos da política externa de Bush.” Ataques a tropas americanas e dos nossos aliados continuavam a aumentar, e 2008 tornou-se o ano mais mortal no Afeganistão, com quase trezentas vítimas das forças da Coalizão mortas em ação.

Quando Obama assumiu a presidência, em janeiro de 2009, encontrou uma requisição do Pentágono à sua espera solicitando milhares de tropas adicionais para bloquear a esperada

ofensiva de verão do Talibã e prover segurança para as eleições presidenciais que estavam próximas. Discutimos a proposta em uma das primeiras reuniões do nosso Conselho de Segurança Nacional depois da posse. Apesar das nossas garantias de campanha de infundir mais recursos na guerra no Afeganistão, era razoável se perguntar se fazia sentido enviar mais tropas antes de termos tempo de decidir a nossa nova estratégia. Porém a logística militar necessária para o envio dessas forças na época do verão exigia uma decisão rápida.

O presidente aprovou o envio de 17 mil soldados em 17 de fevereiro. Ele encomendou uma revisão estratégica liderada por Bruce Riedel, uma experiente analista da CIA com extenso conhecimento do conflito, junto com Michèle Flournoy, que ocupava o terceiro posto na hierarquia do Departamento de Defesa, e Richard Holbrooke, nosso representante especial para o Afeganistão e o Paquistão. No relatório que entregaram em março, recomendavam que, em vez de serem encarados como dois assuntos distintos, Afeganistão e Paquistão deveriam ser abordados como um desafio regional único, abreviado como Af-Paq, e que deveríamos ampliar o foco no treinamento de tropas afegãs para realizar tarefas que estavam sendo executadas por nós e nossos aliados. Em resposta, o presidente Obama deslocou 4 mil instrutores militares adicionais para trabalhar com as Forças de Segurança Nacional afegãs. A revisão estratégica de Riedel enfatizava a necessidade de usar "todos os elementos nacionais de poder" numa campanha de contrainsurgência de amplos recursos. "Não só do lado militar", explicava Riedel, "mas também do lado civil." Isso incluía diplomacia regional mais intensiva e expansão do desenvolvimento econômico, amparo agrícola e construção de infraestrutura. Grande parte desse trabalho recairia sobre o Departamento de Estado e a USAID.

O presidente anunciou sua estratégia civil e militar para o Afeganistão e o Paquistão em 27 de março. Estabeleceu uma meta estreita para a guerra: "Destruir, desmantelar e derrotar a Al-Qaeda no Paquistão e no Afeganistão e impedir seu retorno a qualquer dos dois países no futuro". Voltando o foco especificamente para a Al-Qaeda, em oposição aos insurgentes do Talibã que eram os envolvidos na vasta maioria dos combates, o presidente vinculava a guerra à sua origem: os ataques do Onze de Setembro. E também levantava a possibilidade de um processo de paz e reconciliação que tiraria do isolamento insurgentes dispostos, ao mesmo tempo isolando os extremistas da linha dura.

Embora houvesse agora cerca de 68 mil soldados americanos no Afeganistão, os combates de verão transcorreram da pior forma possível. A insurgência talibã continuou a ganhar força, e a situação de segurança se deteriorou. Relatórios indicavam um aumento de combatentes do Talibã nos três anos anteriores, de 7 mil para 25 mil. E os ataques às forças da OTAN cresceram, com mais de 260 vítimas fatais de junho a setembro, em comparação com as menos de cem mortes nos quatro meses anteriores. Em maio, o presidente retirou o general em comando no Afeganistão e o substituiu pelo general Stanley McChrystal. O secretário Gates explicou que a troca era necessária para trazer um "pensamento novo" e um "novo olhar". Então, em agosto, a eleição presidencial afegã foi arruinada por uma fraude generalizada. Em setembro, o general McChrystal pediu ao presidente que considerasse enviar mais tropas. Advertiu que, sem mais recursos, o esforço de guerra provavelmente resultaria em fracasso.

Não era isso que a Casa Branca queria ouvir. Então, antes de sequer considerar o pedido do Pentágono, o presidente quis ter certeza de que examinássemos todas as opções e contingências. Obama lançou uma segunda análise estratégica abrangente, dessa vez comandada por ele próprio. Começando num domingo em meados de setembro e prosseguindo ao longo de todo o outono, o presidente convocou regularmente seus principais assessores de segurança nacional para o Gabinete de Crises da Casa Branca, a fim de debater as árduas questões apresentadas por

uma guerra que estava a caminho de se tornar a mais longa na história dos Estados Unidos.

O general McChrystal, com o apoio do general David Petraeus, comandante de todas as forças americanas na região, acabou apresentando três opções: enviar uma pequena força adicional de cerca de 10 mil homens para reforçar o treinamento do exército afegão; mandar 40 mil homens para combater o Talibã nas áreas mais disputadas; ou despachar mais de 80 mil homens para proteger o país inteiro. Os generais eram experientes guerreiros burocráticos e, como os personagens da história *Cachinhos dourados*, frequentemente apresentavam três opções em resposta a qualquer questão, na expectativa de que a alternativa do meio acabasse sendo favorecida.

O general Petraeus provou ser um defensor competente. Tinha clareza de pensamento, era competitivo e politicamente experiente, e seus argumentos traziam a informação de lições aprendidas a duras penas no Iraque. O problemático legado dessa guerra pairava sinistramente sobre o nosso debate acerca do Afeganistão.

Petraeus assumira o comando do fracassado esforço americano no Iraque no começo de 2007, em meio a outra insurgência mortal. Ele comandou o envio de mais de 20 mil homens adicionais para algumas das partes mais perigosas do país. Em janeiro de 2007, o presidente Bush anunciou a escalada no Iraque num discurso em horário nobre para uma nação incrédula.

Sua decisão de mandar mais tropas foi praticamente uma surpresa, porque uma respeitada comissão bipartidária, o Grupo de Estudos do Iraque, havia divulgado seu relatório recomendando a transferência de mais responsabilidade para as tropas de segurança iraquianas, redução das tropas americanas e lançamento de esforços diplomáticos mais intensivos na região. O presidente Bush essencialmente optou por fazer o contrário. Em seu discurso, mencionou a diplomacia regional no Iraque e a necessidade de fazer mais para incentivar a reconciliação entre as fraturadas seitas e facções políticas no país, mas o grosso da ênfase recaiu sobre a maior segurança que as tropas dos Estados Unidos poderiam oferecer.

Na época, duvidei de que essa fosse a decisão acertada. Depois de anos de passos em falso e oportunidades perdidas, questionava-se a habilidade da administração Bush de gerir uma escalada de vulto. Na noite seguinte, parti para uma viagem ao Iraque com o senador Evan Bayh de Indiana e o congressista John McHugh de Nova York, um republicano que veio a servir como secretário do Exército no governo do presidente Obama. Era a minha terceira visita ao país como senadora; eu estivera lá pela última vez em 2005 com os senadores John McCain, Susan Collins, Russ Feingold e Lindsey Graham. Queria ver com meus próprios olhos como as coisas tinham mudado e conversar com nossos soldados e comandantes para ouvir suas perspectivas sobre os desafios que enfrentávamos.

Também tinha outros motivos para estar cética. Minha falta de confiança na administração Bush remontava ao outono de 2002, quando se alardeavam informações seguras sobre a posse de armas de destruição em massa por parte de Saddam Hussein. Após pesar as evidências e procurar o maior número possível de pareceres dentro e fora do nosso governo, tanto de democratas como de republicanos, votei por autorizar a ação militar no Iraque se os esforços diplomáticos, o que significava as inspeções de armas da ONU, fracassassem.

Arrependi-me amargamente de ter dado ao presidente Bush o benefício da dúvida naquele voto. Ele mais tarde afirmou que a resolução dava apenas a ele a autoridade de decidir quando o tempo se esgotaria para as inspeções de armas. Em 20 de março de 2003, decidiu que o tempo se esgotara e desfechou a guerra, com os inspetores da ONU pedindo apenas mais algumas semanas para terminar o serviço. No decorrer dos anos seguintes, muitos senadores vieram a desejar que tivessem votado contra aquela resolução. Fui um deles. À medida que a guerra foi se arrastando,

em cada carta que eu enviava a uma família de Nova York que havia perdido um filho ou uma filha, um pai ou uma mãe, meu erro se tornava mais doloroso.

Cinco anos depois, o presidente Bush nos pediu que confiássemos nele novamente, dessa vez em relação à sua proposta de escalada, e eu não comprei a ideia. Não acreditava que simplesmente mandar mais tropas resolveria a bagunça em que estávamos metidos. Nossos recursos militares são os melhores do mundo, e as nossas tropas dão o melhor de si para ter êxito no que quer que lhes seja pedido, mas deixar o peso apenas sobre seus ombros, sem uma estratégia diplomática igualmente robusta, não era justo nem sensato. Precisávamos das duas coisas se era para chegarmos ao fundo dos desafios subjacentes: os conflitos sectários que dividiam violentamente o país, bem como as rivalidades regionais que atuavam dentro do Iraque. A maior parte da administração Bush parecia ter pouco interesse nesse tipo de trabalho, inclusive confrontar ou envolver a Síria ou o Irã, mesmo estes representando uma grande parcela dos desafios subjacentes que enfrentávamos no Iraque. Em 2003, os Estados Unidos foram à guerra no Iraque com apenas meia estratégia, com o Departamento de Estado de Colin Powell completamente excluído do planejamento pós-guerra. Não conseguiríamos sair da situação com meia estratégia. Mais tarde, quando eu mesma cheguei ao Departamento de Estado como secretária e vi o profundo conhecimento dos profissionais de carreira ali, fiquei ainda mais estarrecida por terem sido largamente excluídos pela administração Bush.

Quando Petraeus compareceu perante o Comitê de Serviços Armados do Senado para sua audiência de confirmação no fim de janeiro de 2007, eu o pressionei acerca desses pontos. Fiz ver que o manual de contrainsurgência que ele próprio redigira na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em Fort Leavenworth, no Kansas, dizia que o progresso militar estava ligado ao progresso político interno e que um não podia ser conseguido sem o outro. Nós aprendemos a mesma lição tentando levar a paz aos Bálcãs. “O senhor está sendo enviado para administrar uma política que francamente não reflete a sua experiência ou seu conselho”, disse eu. “Você criou os parâmetros, general, mas essa política não segue as suas regras. E está sendo solicitado a encontrar uma solução militar para uma crise política.”

Felizmente, ao chegar ao Iraque, Petraeus seguiu uma estratégia que se parecia bem mais com o que ele advogara em seus escritos e com que eu o pressionara durante a audiência, em lugar da abordagem da administração Bush até aquela data. A abrangente estratégia de contrainsurgência de Petraeus veio a ser conhecida como COIN. Concentrava-se na proteção dos centros de população civil e em conquistar os “corações e as mentes” dos iraquianos por meio da construção de um relacionamento e projetos de desenvolvimento. O lema da estratégia era “limpar, manter e construir”. A meta era liberar uma área de insurgentes, defendê-la para que não pudessem retornar e investir em infraestrutura e governança para que os residentes vissem uma melhora em suas vidas e começassem a se defender. Sob Petraeus, as tropas americanas no Iraque deixaram suas grandes e pesadamente fortificadas bases e espalharam-se por bairros e aldeias, o que os colocava mais diretamente no caminho dos perigos mas também lhes possibilitava fornecer segurança.

Igualmente importante, se não de maiores consequências, estava ocorrendo na região uma mudança de jogo que poucos viram chegar. Alguns xeques sunitas, que haviam de início apoiado o levante, cansaram-se da brutalidade da Al-Qaeda contra sua gente e separaram-se dos extremistas. Num ato que ficou conhecido como o Despertar Sunita, mais de 100 mil guerreiros tribais mudaram de lado e acabaram na folha de pagamento americana. Esses acontecimentos alteraram profundamente a trajetória da guerra.

Em casa, a política doméstica era decerto parte do pano de fundo do debate sobre a

escalada. A essa altura, já estava claro o quanto estivéramos errados em relação ao Iraque. Enquanto no começo essa guerra dividiu os Estados Unidos, já em 2006 o povo americano era esmagadoramente contra o conflito — como ficou claro naquele mês de novembro, nas eleições de meio mandato para o legislativo. Como aprendemos no Vietnã, é muito difícil sustentar uma guerra longa e custosa sem apoio do povo americano e um espírito de sacrifício partilhado. Eu não achava que deveríamos aumentar nosso comprometimento no Iraque com uma oposição interna tão esmagadora.

Durante meu tempo no Senado, houve diversos republicanos cuja opinião eu levava em alta conta. Um deles era John Warner, da Virgínia. O senador Warner havia servido como secretário da Marinha no governo do presidente Nixon e era vice-líder da maioria no Comitê de Serviços Armados do Senado, da qual eu fazia parte. Ele votou pela Resolução do Iraque em 2002, então, quando regressou de uma visita àquele país no fim de 2006 e proclamou que seu julgamento sobre a guerra estava dando uma "guinada", provocou tremores em seu próprio partido e mais além. Embora extremamente discreta, aquela única palavra vinda de John Warner era ao mesmo tempo uma acusação e uma exigência de mudança.

Por todo lugar que eu viajava, ouvia das pessoas que eram mortalmente contra a guerra e, como resultado, estavam pessoalmente desapontadas comigo. Muitas haviam se oposto desde o início; outras se voltaram contra ela com o tempo. O mais difícil de tudo eram as angustiadas famílias de militares que queriam seus entes queridos de volta, veteranos preocupados com seus colegas que ainda serviam no Iraque e americanos de todos os tipos inconsoláveis pela perda de homens e mulheres jovens. E também estavam frustrados por uma guerra que enfraquecera a posição do nosso país no mundo, que não estava valendo o custo e que era um retrocesso para os nossos interesses na região.

Embora muitos jamais fossem olhar para trás, para o meu voto de 2002, não importando o que eu dissesse ou fizesse, eu deveria ter expressado o meu arrependimento mais cedo e de forma mais clara, na linguagem mais direta possível. Quase cheguei lá dizendo que lamentava a forma como o presidente Bush usara sua autoridade e falando que, se soubéssemos o que descobrimos depois, o voto nem teria existido, mas resisti ao uso da palavra *erro.* E não foi por um expediente político. E, no final, os eleitores das primárias e a imprensa estavam clamando para que eu usasse essa palavra. Quando votei para autorizar o uso da força em 2002, disse que "provavelmente era a decisão mais difícil que já tive de tomar". Pensei ter agido de boa-fé e tomado a melhor decisão que podia com as informações que possuía. E não estive sozinha no meu engano. Porém, mesmo assim, me enganei. De forma pura e simples.

Na nossa cultura política, dizer que se cometeu um erro é muitas vezes considerado uma fraqueza, quando na verdade pode ser um sinal de força e crescimento para pessoas e nações. Essa foi outra lição que aprendi pessoalmente e vivenciei como secretária de Estado.

Servir como secretária também me deu uma participação na responsabilidade por mandar americanos para situações de perigo a fim de proteger nossa segurança nacional. Como primeira-dama, observei Bill se debater com a gravidade dessas decisões e, como senadora no Comitê de Serviços Armados, trabalhei estreitamente com meus colegas e líderes militares para conduzir uma supervisão rigorosa. Entretanto, não há nada como estar sentada em torno da mesa no Gabinete de Crises da Casa Branca discutindo questões de guerra e paz e se defrontando com os resultados imprevistos de cada decisão. E não há nada que nos prepare quando as pessoas enviadas para servir num lugar perigoso não voltam para casa.

Por mais que eu desejasse fazê-lo, jamais poderia mudar o meu voto em relação ao Iraque, mas podia tentar nos ajudar a aprender as lições corretas daquela guerra e aplicá-las ao

Afeganistão e a outros desafios onde tivéssemos interesses fundamentais de segurança. Estava determinada a fazer exatamente isso ao deparar com futuras escolhas difíceis, com mais experiência, sabedoria, ceticismo e humildade.

Os generais Petraeus e McChrystal estavam propondo levar a COIN ao Afeganistão. Para fazê-lo, precisavam de mais tropas, da mesma forma que tinham necessitado no Iraque. Mas e se dessa vez não houvesse o equivalente ao Despertar Sunita? Seria possível que estivéssemos aprendendo as lições erradas do Iraque?

O oponente mais veemente das propostas do Pentágono era o vice-presidente Biden. Para ele, a ideia de uma escalada não tinha futuro. O Afeganistão não era o Iraque. Uma investida em larga escala de "construção da nação" num país com pouca infraestrutura e governança estava condenada a fracassar. Não achava que o Talibã podia ser derrotado, e acreditava que mandar mais tropas americanas era receita para outro sangrento atoleiro. Em vez disso, o vice-presidente argumentava a favor de uma presença militar menor e um foco no contraterrorismo. O general Jones e Rahm Emanuel levantavam preocupações similares.

O problema desse argumento era que, se o Talibã continuasse a tomar mais uma parte do país, seria muito mais difícil conduzir operações eficazes de contraterrorismo. Não teríamos as mesmas redes de inteligência necessárias para localizar os terroristas ou as bases a partir das quais eles desfechavam ataques dentro ou fora do Afeganistão. A Al-Qaeda já tinha refúgios seguros no Paquistão. Se abandonássemos grandes partes do Paquistão para o Talibã, ele também teria refúgios seguros ali.

Outro cético em relação a enviar mais tropas era Richard Holbrooke. Nós nos conhecíamos desde os anos 1990, quando ele serviu como principal negociador do meu marido nos Bálcãs. Em 1996, Holbrooke propôs que eu fosse à Bósnia visitar líderes religiosos, grupos da sociedade civil e mulheres que haviam sofrido o peso da violência. Era uma incumbência inusitada para uma primeira-dama, mas, como vim a descobrir, Richard Holbrooke raramente perdia tempo com o convencional.

Holbrooke era uma figura grande e imponente, que extravasava talento e ambição. Depois de entrar para o Serviço de Relações Exteriores em 1962, aos 22 anos, cheio do idealismo da era Kennedy, amadureceu no Vietnã. Foi onde aprendeu em primeira mão as dificuldades da contrainsurgência. Richard galgou rapidamente a hierarquia. Na administração Carter, quando ainda estava na casa dos trinta, tornou-se subsecretário de Estado para Assuntos do Leste Asiático e Pacífico, ajudando a normalizar as relações com a China. Assegurou seu lugar na história confrontando cara a cara o ditador sérvio Slobodan Milošević em 1995 e negociando os Acordos de Paz de Dayton para pôr fim à guerra na Bósnia.

Minha relação com Richard aprofundou-se no decorrer dos anos. Quando foi embaixador na ONU nos últimos dois anos da administração Clinton, trabalhamos juntos em questões relacionadas com a aids e a saúde global. Também fiquei próxima de sua esposa, Kati Marton, jornalista e escritora. Richard e Kati davam jantares maravilhosos. Nunca se sabia quem se iria encontrar — um laureado com o Nobel, uma estrela de cinema, talvez até mesmo uma rainha. Uma noite, ele planejou para mim uma surpresa incomum. Certa vez me ouvira fazer um comentário favorável sobre o Exército da Salvação, então, no meio do jantar, deu um sinal, as portas se abriram e entraram marchando membros da banda do Exército da Salvação, cantando e tocando cornetas. Richard estava radiante e sorria de orelha e a orelha.

Quando me tornei secretária de Estado, eu sabia que ele estava ansioso para retornar ao serviço, então lhe pedi para assumir a pasta Afeganistão-Paquistão, que parecia necessitada de seus descomunais talentos e personalidade. Richard havia visitado o Afeganistão pela primeira

vez em 1971. Foi o começo de um fascínio que duraria a vida toda. Depois de viagens à região em 2006 e 2008 como cidadão comum, escreveu vários artigos instando a administração Bush a desenvolver uma nova estratégia para a guerra, com aumento na ênfase sobre o Paquistão. Concordei com sua análise e o incumbi de reunir uma equipe dedicada composta das melhores cabeças que pudesse encontrar, dentro e fora do governo, para tentar colocar suas ideias em prática. Em pouco tempo recrutou acadêmicos, especialistas de organizações não governamentais, talentos promissores de nove agências e departamentos federais, até mesmo representantes de governos aliados. Era um eclético bando de gente peculiar, brilhante e muito dedicada — a maioria bastante jovem — de quem me tornei muito próxima, especialmente depois que Richard morreu.

O estilo rolo compressor de Richard exigia um pouco para se acostumar. Quando tinha uma ideia, ele a divulgava incansavelmente, telefonando vezes seguidas, esperando à porta do meu gabinete, entrando em reuniões sem ser convidado, chegando uma vez até mesmo a me seguir dentro do banheiro feminino só para poder terminar de explicar sua ideia — e isso no Paquistão, nem mais nem menos. Se eu rejeitasse sua sugestão, ele esperava alguns dias, fingia que nada havia acontecido e tentava outra vez. Finalmente eu retrucava: "Richard, eu disse não. Por que você continua me perguntando?". Ele olhava para mim com ar inocente e respondia: "Eu simplesmente presumi que em algum momento você reconheceria que estava errada e eu, certo". Para ser justa, às vezes isso de fato acontecia. Foi exatamente essa tenacidade que o tornou a melhor escolha para essa missão urgente.

No começo de 2009, convidei Richard e Dave Petraeus para uma noite na minha casa em Washington, para que pudessem se conhecer. Eram homens de energia e ideias inesgotáveis, e achei que se entenderiam bem. E eles mergulharam direto nos problemas mais espinhosos, alimentando-se mutuamente. No fim do encontro, ambos disseram: "Vamos repetir isto amanhã à noite".

Richard compartilhava do interesse de Dave numa estratégia de contrainsurgência agressiva, que focalizasse um aumento da credibilidade do governo em Cabul e o enfraquecimento da atração do Talibã como alternativa, mas não tinha certeza de que eram necessárias aquelas dezenas de milhares de homens adicionais para consegui-lo. Preocupava-se com o fato de mais tropas e mais combates poderem afastar os civis afegãos e minar qualquer boa vontade conseguida pela expansão de desenvolvimento econômico e pelo aumento de governança.

Recorrendo às suas experiências nos Bálcãs, Richard acreditava que diplomacia e política eram as chaves para pôr fim à guerra. Queria comandar uma ofensiva diplomática para modificar a dinâmica regional que constituía o combustível do conflito, especialmente a relação tóxica entre Paquistão e Afeganistão, bem como Paquistão e Índia. Também nos forçou a considerar a reconciliação com os combatentes afegãos em guerra como prioridade máxima.

Richard começou visitando capitais regionais e buscando qualquer abertura diplomática, por menor que fosse, que pudesse levar a uma solução política, enquanto também instava os vizinhos do Afeganistão a aumentar o comércio e os contatos através de suas fronteiras. Encorajou muitos dos nossos aliados e parceiros a indicar eles próprios representantes especiais, para que ele tivesse interlocutores diretos com quem negociar.

Em fevereiro de 2009, apenas algumas semanas após o início do mandato, organizou um "grupo de contato" internacional sobre o Afeganistão que reuniu cerca de cinquenta países, junto com representantes da ONU, da OTAN, da União Europeia e da Organização de Cooperação Islâmica. Ele queria que todo país e grupo que contribuísse com tropas, doasse fundos ou exercesse influência dentro do Afeganistão compartilhasse da responsabilidade por meio de

reuniões frequentes de coordenação. Um mês depois, Holbrooke e sua equipe ajudaram as Nações Unidas a planejar uma importante conferência internacional sobre o Afeganistão em Haia, na Holanda. Cheguei a consentir com um convite ao Irã para testar a possibilidade de cooperação em interesses comuns no Afeganistão, tais como melhorar a segurança nas fronteiras e inibir o tráfico de drogas. No almoço, Holbrooke encontrou-se com o alto diplomata iraniano para uma breve troca de ideias, um dos contatos de nível mais alto entre os nossos países desde logo depois do Onze de Setembro.

Dentro do Afeganistão, Holbrooke defendia uma "escalada civil" que colocaria em prática as recomendações da revisão estratégica de Riedel para um aumento drástico em assistência, a fim de melhorar a vida dos afegãos e fortalecer o governo em Cabul. Ele forçou o afastamento das operações antinarcóticos dos Estados Unidos para longe dos agricultores que tiravam sustento do cultivo do ópio, para focar os traficantes que enriqueciam e usavam sua riqueza para ajudar a financiar a insurgência. Tentou reorganizar os programas de desenvolvimento da USAID tanto no Afeganistão quanto no Paquistão em torno de projetos característicos que causassem impressões positivas na população, inclusive usinas hidrelétricas no Paquistão, tão carente de energia. E tornou-se apaixonado pela guerra de propaganda, que o Talibã estava ganhando apesar dos nossos recursos e tecnologia amplamente superiores. Os insurgentes usavam transmissores de rádio portáteis, montados em jumentos, motocicletas e caminhonetes para disseminar o medo, intimidar populações locais e evitar detecção por parte das forças da Coalizão. Para Richard, era um problema enfurecedor.

Esse turbilhão de atividade veio com algum dano colateral. Na Casa Branca, alguns viam seus esforços para coordenar várias agências do governo como invadindo a sua área. Auxiliares mais jovens da Casa Branca reviravam os olhos quando ele invocava lições aprendidas no Vietnã. Oficiais que trabalhavam em campanha militar não entendiam nem apreciavam seu foco em projetos agrícolas ou torres de telefonia celular. O estilo de diplomacia da velha escola de Holbrooke — misto de improvisação, bajulação e vociferação que havia dobrado Milošević — encaixava-se mal num intento da Casa Branca de administrar um processo ordenado de formulação política, com o menor drama possível. Era doloroso observar um tão bem-sucedido diplomata marginalizado e boicotado. Eu o defendia sempre que podia, inclusive em diversas tentativas de forçá-lo a largar a função.

A certa altura, os auxiliares da Casa Branca me disseram sem meias palavras para me livrar de Richard: "Se o presidente quer demitir Richard Holbrooke, vai ter de me dizer ele mesmo", retruquei. Então, como costumava acontecer com frequência em assuntos difíceis, falei diretamente com o presidente Obama. Expliquei por que achava que Richard era uma contribuição positiva. O presidente aceitou a minha recomendação, e Richard continuou seu importante trabalho.

Eu estava convencida de que Richard estava certo sobre a necessidade tanto de uma campanha diplomática fundamental como de uma escalada civil, mas revidei quando ele argumentou que tropas adicionais não eram necessárias para fazer a coisa funcionar. "Como vamos forçar o Talibã a uma mesa de paz se eles estiverem em pleno impulso ofensivo?", perguntei. "Como você pode ter uma escalada civil em Kandahar quando o Talibã está no controle de tudo?"

No curso de nossas reuniões regulares no Gabinete de Crises, o presidente parecia estar chegando a termos com a ideia de deslocar as dezenas de milhares de homens adicionais que os militares queriam, junto com os novos diplomatas e especialistas em desenvolvimento que Richard e eu recomendávamos. Entretanto, ele ainda tinha um monte de dúvidas. A principal

delas era como evitar um compromisso bélico de final indefinido, uma guerra sem fim. Qual era a finalidade desse tipo de estratégia?

Esperávamos que o governo e o Exército do Afeganistão acabassem sendo fortes o suficiente para assumir a responsabilidade de oferecer segurança para o próprio país e manter a insurgência ao largo, ponto em que o auxílio dos Estados Unidos não seria mais necessário e nossas tropas poderiam começar a voltar para casa. Era por isso que nós e nossos aliados estávamos treinando soldados afegãos, modernizando os ministérios governamentais do país e perseguindo os insurgentes — tudo com o objetivo de pavimentar o caminho para a transição para o controle afegão. Porém, para que esse cenário funcionasse, precisávamos ter em Cabul um parceiro com credibilidade, preparado para assumir essas tarefas. E no outono de 2009 ninguém em volta daquela mesa tinha confiança de que realmente tivéssemos tal parceiro.

Conversar com Hamid Karzai, o presidente do Afeganistão, em geral era um exercício frustrante. Ele é charmoso, erudito e apaixonado pelas suas crenças. Também é orgulhoso, teimoso e se irrita com qualquer coisa que considere uma desfeita. Não havia, porém, meio de evitá-lo ou pegar somente as partes com que concordávamos. Gostássemos ou não, Karzai era um eixo central na nossa missão no Afeganistão.

Karzai era filho de uma proeminente família pashtun com longa história na política afegã. Em 2001, foi escolhido pelas Nações Unidas como líder de transição após a queda do Talibã e, posteriormente, eleito como presidente interino por um tradicional grande conselho de anciãos tribais, uma *loya jirga*. Obteve então um mandato de cinco anos nas primeiras eleições presidenciais do país, em 2004. Responsável por um país dilacerado por rivalidades étnicas, devastado por décadas de guerra e desestabilizado por uma contínua insurgência, Karzai lutou para prover segurança e serviços básicos para além da capital Cabul. Regularmente frustrava seus parceiros americanos com destemperadas explosões, em pessoa e na imprensa. Todavia, era também um verdadeiro sobrevivente político bem-sucedido em neutralizar facções afegãs rivais e conseguiu formar um forte vínculo pessoal com o presidente George W. Bush. Apesar de sua reputação mercurial, Karzai era, na verdade, bastante consistente quando se tratava de suas prioridades essenciais de manter a soberania e a unidade afegãs — e seu próprio poder.

Desde o Onze de Setembro, passei a conhecer Karzai bastante bem. Em junho de 2004, trouxe-o para Fort Drum, no norte do estado de Nova York, para que pudesse agradecer aos soldados da 10ª Divisão de Montanha, uma das mais deslocadas divisões do Exército americano, pelo seu serviço no Afeganistão. Com os anos tive o privilégio de passar tempo com homens e mulheres da 10ª Divisão de Montanha, tanto em Fort Drum como no Iraque e no Afeganistão. Sempre que visitava uma dessas zonas de guerra como senadora, tentava encontrar tempo para conversar com soldados de Nova York sobre o que estava de fato acontecendo na região. Ouvi angustiantes relatos sobre proteções corporais inadequadas e carros militares vulneráveis, mas também histórias de bravura e perseverança. Quando Karzai me acompanhou a Fort Drum, foi elegante e respeitoso para com os sacrifícios que as tropas estavam fazendo em seu país. Em outras ocasiões, ao longo dos anos, parecia culpar os americanos mais que os talibãs pela violência no Afeganistão. Aquilo era difícil de digerir.

Ainda assim, precisávamos de Karzai, então me esforcei para estabelecer uma ligação com ele. Nós nos relacionávamos bem num nível pessoal e político. E, como para muitos líderes mundiais, respeito e cortesia pessoal significavam muito para Karzai. Toda vez que ele vinha a Washington, eu tentava encontrar maneiras para que ele se sentisse o hóspede de honra que era. Nesses contextos ele era produtivo ao máximo como parceiro. Um dia fomos dar um passeio no jardim de rosas da propriedade de Dumbarton Oaks, em Georgetown, depois nos sentamos para

um chá na estufa. Ele falou de forma mais franca que o usual sobre os desafios no seu país, particularmente as contínuas ameaças que vinham dos refúgios no Paquistão. Em retribuição aos meus gestos em Washington, ele quebrou seus hábitos para ser hospitaleiro comigo durante minhas visitas a Cabul, inclusive apresentando-me à sua esposa nos aposentos privados da família.

Em agosto de 2009, Karzai concorreu à reeleição, numa votação que os observadores internacionais julgaram assolada de fraudes. A ONU conclamou um segundo turno entre Karzai e seu concorrente mais próximo, Abdullah Abdullah, mas Karzai recusou-se a permitir. Ficou irado com o que considerou interferência estrangeira na eleição (tinha certeza de que Holbrooke estava planejando tirá-lo) e desesperado para não perder o poder. Ficou com o orgulho ferido por não ter sido declarado vitorioso após a primeira votação. Em outubro, o impasse ameaçava retirar o apoio internacional ao seu governo e dissipar a pouca credibilidade que ele tinha com o povo afegão.

"Pense nas consequências históricas tanto para o senhor, como primeiro líder democraticamente eleito, quanto para o seu país", implorei por telefone, tentando intermediar um compromisso que preservasse estabilidade para o país e legitimidade para o regime em Cabul. "O senhor tem uma oportunidade de emergir com um governo mais forte sob a sua liderança, mas isso reside nas escolhas que fará para seguir adiante."

Karzai fincou seus calcanhares no chão. Estava na defensiva acerca das alegações de disseminada fraude na eleição. "Como podemos dizer à população que seu voto foi fraudulento?", indagou. Afinal, tinham enfrentado a intimidação do Talibã para participar da eleição. "Dedos e narizes de pessoas foram cortados, houve gente baleada, mulheres jovens fizeram sacrifícios, suas tropas fizeram sacrifícios — dizer que tudo isso está errado e invalidar é um cenário assustador." Karzai estava certo sobre os extraordinários sacrifícios que os afegãos tinham feito, mas errado na forma de como honrá-los.

Nos dias seguintes debatemos de um lado a outro. Expliquei a Karzai que, se ele aceitasse um segundo turno, ele provavelmente venceria, ganharia um status moral elevado e aumentaria sua credibilidade tanto com a comunidade internacional quanto com seus próprios cidadãos. Fiquei contente pelo fato de o senador John Kerry, presidente do Comitê de Relações Exteriores, estar planejando visitar Cabul. Ele seria um valioso aliado no local, ajudando-me a convencer Karzai a seguir adiante com um segundo turno de votação. Com Kerry na sala e eu ao telefone direto do meu gabinete no Departamento de Estado, nós o atacamos em dupla, usando a nossa própria experiência para argumentar. "Eu me candidatei à presidência e meu marido também", lembrei a Karzai. "Sei muito bem o que é ganhar e perder. Exatamente como o senador John Kerry. Sabemos o quanto essas decisões podem ser difíceis."

Senti que estávamos fazendo progresso, então, quando chegou a hora de Kerry voltar a Washington para tratar de assuntos do Senado, pedi-lhe para ficar em Cabul um pouco mais. Ele pediu que eu ligasse para o líder da maioria do Senado, Harry Reid, para solicitar que nenhuma votação fosse realizada até ele retornar. Quando consegui falar com Reid, ele concordou com um período de um dia, mas que necessitava que Kerry voltasse rapidamente.

Finalmente, após quatro dias de pressão, Karzai cedeu. Aceitaria as conclusões dos observadores da ONU e permitiria que fosse realizada uma segunda votação, no início de novembro. No final, Abdullah desistiu, e Karzai foi declarado vencedor. Não foi algo bonito, mas pelo menos evitamos um golpe fatal à legitimidade geral de Karzai, o provável colapso de seu governo e graves dúvidas acerca da democracia para muitos afegãos.

Em meados de novembro, compareci à posse de Karzai em Cabul. A cidade estava sob um

esquema de segurança excepcionalmente rígido devido à vinda de líderes do mundo inteiro. Durante o longo jantar no Palácio Presidencial na véspera da cerimônia, pressionei Karzai em relação a diversos pontos. Primeiro, ressaltei que era hora de começar a conversar seriamente sobre como efetivar a transição da responsabilidade pela segurança da Coalizão Internacional liderada pelos Estados Unidos para o Exército Nacional Afegão. Ninguém esperava que isso ocorresse da noite para o dia, mas o presidente Obama queria garantias de que os Estados Unidos não tinham assumido um compromisso de final indefinido.

Também conversei com Karzai sobre o potencial para um acordo político que pudesse um dia trazer fim aos combates. Poderiam negociações ou incentivos algum dia convencer membros suficientes do Talibã a depor as armas e aceitar um novo Afeganistão? Ou estávamos lidando com um grupo de extremistas implacáveis e irredutíveis que jamais aceitariam acordo ou reconciliação? Os obstáculos para aquele tipo de processo de paz pareciam praticamente intransponíveis. Mas, lembrei a Karzai, ninguém entraria por uma porta que não estivesse aberta. Karzai estava sempre disposto a buscar negociações com o Talibã em seus próprios termos. Um dos nossos problemas com ele era que Karzai não via o Talibã como seu principal oponente na guerra. Acreditava que era o Paquistão. Relutava até mesmo em visitar suas próprias forças que combatiam o Talibã no campo. Acreditava que tanto o Afeganistão quanto as forças da Coalizão deveriam direcionar o grosso de seus esforços contra o Paquistão, enquanto ele negociava com seus conterrâneos pashtuns do Talibã. Infelizmente para ele, o Talibã não queria retribuir. Tropas e diplomatas dos Estados Unidos teriam de assentar os alicerces e então juntar as partes. Nesse ínterim, Karzai flertava com qualquer um que alegasse representar o Talibã.

Finalmente deixei claro que, após a controvérsia da eleição, era essencial que ele demonstrasse mais disposição de eliminar a corrupção. Esta era endêmica no país, solapando recursos, alimentando a cultura da ilegalidade e alienando o povo afegão. Karzai precisava de um plano para ir atrás da "corrupção cotidiana" de nível mais baixo, o suborno que é parte da vida afegã, e da corrupção perniciosa dos funcionários mais antigos, que regularmente desviavam maciços recursos de auxílio internacional e projetos de desenvolvimento para encher seus próprios bolsos. O pior exemplo era a pilhagem no Banco de Cabul. Não necessitávamos que o Afeganistão se tornasse um lugar perfeito, mas reduzir o roubo e a extorsão em grande escala era vital para o esforço de guerra.

No dia seguinte, Karzai percorreu orgulhosamente um tapete vermelho ladeado por uma guarda de honra em uniforme de gala. Se alguém visse apenas aqueles soldados, com suas luvas brancas impecáveis e botas brilhantes, não saberia que o incipiente Exército Nacional Afegão ainda estava longe de conduzir sozinho uma luta contra o Talibã. Naquele dia, pelo menos, pareciam confiantes e no comando.

O mesmo acontecia com Karzai. Como sempre, ele exibia uma figura dramática, com sua capa característica e um vistoso chapéu. Fui uma das poucas mulheres presentes, e Karzai me conduziu para conhecer os líderes pashtuns que, segundo ele, provinham de ambos os lados da não reconhecida fronteira entre Afeganistão e Paquistão. Os pashtuns estão entre os povos mais impressionantemente atraentes do mundo. Sua fisionomia de traços agudos e olhos penetrantes, muitas vezes azuis, é ressaltada por elaborados turbantes. Esse era o povo do qual Karzai provinha, e ele nunca se esquecia disso.

Karzai proferiu seu discurso de posse dentro do palácio, flanqueado por bandeiras afegãs e cercado por um imenso canteiro de flores vermelhas e brancas. Ele disse quase todas as coisas certas. Houve uma robusta promessa de combater a corrupção. Anunciou uma nova medida que tínhamos discutido para exigir que os funcionários do governo registrassem seus bens de modo

que o dinheiro e a influência pudessem ser rastreados com mais facilidade. Também ressaltou passos para melhorar o fornecimento de serviços básicos, fortalecer o sistema judiciário e expandir oportunidades educacionais e econômicas. Aos insurgentes, fez a seguinte oferta: "Nós receberemos de braços abertos e forneceremos a ajuda necessária a todos os compatriotas desencantados que estejam dispostos a retornar a suas casas, viver pacificamente e aceitar a Constituição", com uma ressalva que excluía a Al-Qaeda e todos aqueles ligados diretamente ao terrorismo internacional. Para mostrar que falava sério, garantiu convocar outra *loya jirga* para discutir o lançamento de um processo de paz e reconciliação.

Mais importante de tudo, Karzai comprometeu-se a acelerar esforços de edificar uma força de segurança nacional afegã capaz e efetiva que, com o tempo, substituiria as tropas americanas e internacionais. "Estamos determinados a que, nos próximos cinco anos, as forças afegãs sejam capazes de assumir o comando na garantia da segurança e da estabilidade por todo o país", disse ele. Era isso que o presidente Obama estava esperando ouvir.

Em 23 de novembro, encontrei-me com o presidente Obama, primeiro numa reunião de gabinete no meio do dia, depois junto a um amontoado de gente no fim da tarde no Salão Oval com o vice-presidente Biden e, finalmente, numa sessão noturna do Conselho de Segurança Nacional no Gabinete de Crises da Casa Branca. Era a culminação de meses de debates.

Pus o presidente a par da minha viagem a Cabul, inclusive minhas discussões com Karzai. Então expus meu pensamento, começando pela premissa de que não podíamos abandonar o Afeganistão. Os Estados Unidos haviam tentado isso em 1989, depois da retirada dos soviéticos, e pagamos um alto preço por permitir que o país se tornasse refúgio para terroristas. O *status quo* tampouco era aceitável. Soldados americanos estavam morrendo, e o governo em Cabul perdia terreno diariamente. Algo precisava mudar.

Apoiei o aumento de tropas proposto pelos militares, combinado com uma escalada civil e esforços diplomáticos dentro tanto do Afeganistão como de toda a região, para pôr fim ao conflito. Acreditava que mais forças eram cruciais para criar espaço para um processo de transição para a responsabilidade afegã, a fim de prover estabilidade e segurança para ajudar a construir e fortalecer o governo e assegurar a alavancagem da busca de uma solução diplomática.

Eu compartilhava da relutância do presidente em relação a um compromisso de final em aberto sem quaisquer condições e expectativas. Foi por isso que pressionei tanto Karzai para dar no seu discurso de posse uma visão da transição para a responsabilidade afegã pela segurança. Planejar essa transição, e obter a aprovação da comunidade internacional, teria de ser uma prioridade imediata.

O presidente escutou atentamente a todos os argumentos apresentados por aqueles que estavam sentados ao redor da mesa. Estava ficando tarde, e ele ainda não estava pronto para tomar uma decisão definitiva, mas em poucos dias, após uma análise final das opções militares com Gates e Mullen, ele estaria pronto.

O presidente Obama resolveu anunciar sua nova política num discurso em West Point. Depois de chamar líderes estrangeiros e comunicar aos membros do Congresso, juntei-me a ele no Marine One para uma breve viagem de helicóptero até a base aérea de Andrews, onde subimos a bordo do Air Force One rumo ao Aeroporto Internacional de Stewart, em Nova York. Depois pegamos outro Marine One para West Point. Em geral, não sou muito fã de helicópteros. São barulhentos, apertados e desafiam a gravidade apenas com um esforço feroz e dissonante. Mas o Marine One era diferente. A cabine do icônico helicóptero presidencial verde e branco dá mais a sensação de um avião pequeno, com poltronas de couro branco, cortinas azuis e espaço para doze passageiros. É silencioso como viajar de carro. Decolar do jardim sul da Casa Branca,

sobrevoar o National Mall, passando tão perto do Monumento de Washington que dá a impressão de que se pode alcançar o mármore com a mão é uma experiência única.

Nessa viagem sentei-me perto de Gates e Mullen, de frente para Jones e o presidente, que relia mais uma vez o texto do discurso. Ele era um presidente que fora eleito em parte por causa da sua oposição à guerra no Iraque e sua garantia de pôr fim a ela. Agora estava prestes a explicar ao povo americano por que estava ampliando nosso envolvimento em outra guerra distante do país. Tinha sido uma deliberação difícil, mas eu acreditava que o presidente fizera a escolha certa.

Quando chegamos a West Point, tomei meu lugar junto ao secretário Gates no Auditório Eisenhower, em frente a um mar de cadetes de casaco cinza. À direita de Gates estava o general Eric Shinseki, secretário de Assuntos dos Veteranos. Como chefe do Estado-Maior do Exército, ele prescientemente alertara a administração Bush em 2003 que seriam necessárias muito mais tropas para proteger o Iraque após uma invasão que ainda estava sendo orçada. Como resultado de sua honestidade, Shinseki foi criticado, marginalizado e finalmente reformado. Agora ali estávamos nós, quase sete anos depois, mais uma vez discutindo quantos homens realmente necessitávamos para atingir nossos objetivos.

O presidente começou lembrando à plateia por que os Estados Unidos estavam no Afeganistão. “Não pedimos por essa luta”, disse ele. Mas, quando a Al-Qaeda atacou os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 — um ataque planejado sob a proteção do Talibã no Afeganistão —, a guerra nos foi imposta. Ele explicou, então, como a guerra no Iraque havia minado recursos e atenção do esforço no Afeganistão. Quando o presidente Obama assumiu a presidência, havia pouco mais de 32 mil americanos naquele país, em comparação com os 160 mil no Iraque no auge da guerra. “O Afeganistão não está perdido, mas durante vários anos ele retrocedeu”, explicou o presidente. “O Talibã ganhou impulso.” E reafirmou nossa missão mais focada no Afeganistão: destruir, desmantelar e derrotar a Al-Qaeda no Afeganistão e no Paquistão e impedir sua capacidade de ameaçar os Estados Unidos e nossos aliados no futuro. Então declarou que mandaria 30 mil soldados americanos adicionais para executar essa tarefa, junto com contribuições adicionais dos nossos aliados. “Após dezoito meses, nossas tropas começarão a voltar para casa”, disse.

O presidente enfatizou a importância de estimular o desenvolvimento econômico no Afeganistão e reduzir a corrupção, dirigindo-nos a focar nossa assistência em áreas como a agricultura que pudessem ter um impacto imediato na vida do povo afegão e pôr no lugar novos padrões de responsabilidade e transparência.

O subsecretário Jack Lew foi encarregado de administrar o pessoal e os fundos para a nossa “escalada civil”. Holbrooke e sua equipe, junto com a nossa embaixada em Cabul, mapearam suas prioridades: dar aos afegãos uma perspectiva no futuro do país e fornecer alternativas confiáveis ao extremismo e à insurgência. No ano seguinte triplicaríamos o número de diplomatas e peritos em desenvolvimento, bem como outros especialistas, em solo afegão, expandindo a nossa presença no campo quase seis vezes. Na época em que deixei o Departamento de Estado, os afegãos haviam feito progresso. O crescimento econômico estava em alta, e a produção de ópio em baixa. A mortalidade infantil declinou em 22%. Sob o regime do Talibã, apenas 900 mil meninos, e nenhuma menina, estavam matriculados nas escolas. Em 2010, havia 7,1 milhões de alunos matriculados, e quase 40% eram meninas. As mulheres afegãs receberam mais de 100 mil pequenos empréstimos pessoais que lhes permitiram começar negócios e entrar na economia formal. Centenas de milhares de agricultores foram treinados e equipados com novas sementes e técnicas.

Naquele dia em West Point, eu não tinha ilusão de como seria difícil acabar com aquela guerra, mas, consideradas todas as possibilidades, acreditava que o presidente fizera a escolha certa e nos colocara na melhor posição possível para ter êxito. Ainda assim, os desafios pela frente eram enormes. Olhei ao redor, para os cadetes que ocupavam cada assento no cavernoso auditório. Estavam sentados em arrebatada atenção enquanto seu maior comandante falava de uma guerra que muitos deles em breve estariam combatendo. Eram rostos jovens, cheios de promessa e propósito, preparando-se para enfrentar um mundo perigoso na esperança de tornar os Estados Unidos um país mais seguro. Eu esperava que estivéssemos fazendo a coisa certa para eles. Quando o presidente terminou suas observações, embrenhou-se na multidão para apertar as mãos, e os cadetes se aglomeraram à sua volta.

8

Afeganistão: Para terminar uma guerra

Richard Holbrooke era, de coração, um negociador. Na década de 1990, conforme descreve em seu fascinante livro, *To End a War* [Para terminar uma guerra], ele intimidou, ameaçou, bajulou e tomou uísque com Slobodan Milošević — tudo que fosse necessário para forçar o ditador sérvio a um canto do ringue cada vez menor até ele finalmente ceder. Num dia difícil durante as conversações de paz patrocinadas pelos Estados Unidos em Dayton, Ohio, quando Milošević estava se recusando a ceder um milímetro sequer, Richard o fez visitar um hangar na base aérea de Wright-Patterson, cheia de aviões de guerra, provendo um lembrete visual do poderio militar americano. A mensagem era clara: faça um acordo ou encare as consequências. O esforço todo foi uma fascinante exibição de habilidade diplomática, e uma guerra que parecia inevitavelmente intratável chegou ao fim.

Richard almejava fazer pelo Afeganistão o que fizera pelos Bálcãs: reconciliar as partes e negociar um fim pacífico para o conflito. Tinha consciência do quanto seria difícil; confidenciou a amigos que era a incumbência mais difícil na sua carreira recheada de momentos "Missão: Impossível". Mas, como me disse desde o começo, estava convencido de que valia a pena tentar criar as condições para um processo de paz. Se o Talibã pudesse ser persuadido ou pressionado a abandonar seus laços com a Al-Qaeda e reconciliar-se com o governo de Cabul, então a paz seria possível e as tropas americanas poderiam voltar a salvo para casa. No fim das contas, apesar de toda a influência e envolvimento do Paquistão, dos Estados Unidos e de outros, essa não era uma guerra entre nações; era uma guerra entre afegãos para determinar o futuro do seu país. E como Richard uma vez observou: "Em toda guerra desse tipo, há sempre uma janela para as pessoas que querem entrar para fugir do frio".

A história nos conta que insurgências raramente terminam com uma cerimônia de rendição no convés de um navio de guerra. Em vez disso, tendem a se esgotar graças à diplomacia persistente, melhorias constantes na qualidade de vida para o povo da região e uma inflexível perseverança por parte daqueles que desejam a paz.

Nas minhas primeiras conversas com Holbrooke sobre as possibilidades de uma resolução política para o conflito, discutimos duas maneiras de abordar o problema: de baixo para cima e de cima para baixo. A primeira era mais direta. Havia boas razões para acreditar que muitos combatentes do Talibã de escalões inferiores não eram particularmente ideológicos. Eram agricultores ou aldeões que aderiram à insurgência porque ela oferecia uma renda constante e respeito num país assolado pela miséria e pela corrupção. Se lhes fosse oferecida uma anistia e outros incentivos, alguns desses combatentes poderiam abandonar de boa vontade o campo de batalha e reintegrar-se na vida civil, especialmente se cansassem da crescente pressão militar americana. Se números significativos fossem persuadidos a fazê-lo, só os extremistas mais radicais continuariam mantendo a insurgência — um desafio muito mais administrável para o governo de Cabul.

A abordagem de cima para baixo era mais desafiadora, porém potencialmente mais decisiva. Os líderes do Talibã eram fanáticos religiosos que tinham estado em guerra praticamente a vida toda. Possuíam estreitos laços com a Al-Qaeda, relações com oficiais da

inteligência paquistanesa e uma oposição profundamente arraigada ao governo de Cabul. Era improvável que pudessem ser persuadidos a cessar os combates, mas, com pressão suficiente, poderiam perceber que a oposição armada era inútil e o único caminho de volta para algum papel na vida pública afegã era por meio de negociações. Apesar do grau de dificuldade, Richard julgava que deveríamos buscar ambas as abordagens simultaneamente, e eu concordei.

Em março de 2009, a revisão estratégica de Riedel endossou um esforço de reintegração de baixo para cima, mas rejeitou a perspectiva de um processo de paz de cima para baixo. Os líderes do Talibã eram "irreconciliáveis e não podemos fazer um acordo que os inclua", afirmava a análise. Ainda assim, o documento estabelecia alguns princípios essenciais que seriam importantes guias para qualquer uma das abordagens. Para se reconciliarem, os insurgentes teriam de depor as armas, rejeitar a Al-Qaeda e aceitar a Constituição afegã. E a reconciliação não deveria ocorrer à custa do progresso do Afeganistão no sentido da igualdade de gêneros e dos direitos humanos, nem levar a um retrocesso de políticas sociais reacionárias.

Essa era uma preocupação que me mobilizava muito, remontando à minha época de primeira-dama e prosseguindo ao longo do meu serviço no Senado. Após a queda do Talibã em 2001, trabalhei com outras senadoras para apoiar o Conselho das Mulheres Americanas e Afegãs, organizado pela primeira-dama Laura Bush, e outros programas para mulheres afegãs enquanto elas buscavam novos direitos e oportunidades. Quando me tornei secretária de Estado, requisitei que todos os nossos projetos políticos e de desenvolvimento no Afeganistão levassem em conta as necessidades e as preocupações das mulheres afegãs. Criar oportunidades para mulheres não era apenas uma questão moral; era vital para a economia e a segurança do país. Ainda que a vida permanecesse difícil para a maioria das mulheres afegãs, vimos alguns resultados encorajadores. Em 2001, a expectativa de vida para mulheres no Afeganistão era de apenas 44 anos. Em 2012, havia saltado para 62. Taxas de mortalidade para mães, bebês e crianças com menos de cinco anos declinaram significativamente. Cerca de 120 mil meninas afegãs completaram o ensino médio naqueles anos, 15 mil matricularam-se em universidades e quase quinhentas mulheres passaram a fazer parte do corpo docente das faculdades. Essas cifras são estarrecedoras quando se considera que, no começo do século XXI, o número total era próximo de zero em todas essas áreas.

Apesar desse progresso, as mulheres afegãs enfrentavam constantes ameaças à sua segurança e sua situação social, e não só do ressurgente Talibã. Na primavera de 2009, por exemplo, o presidente Karzai assinou uma terrível nova lei que restringia drasticamente os direitos das mulheres pertencentes à minoria xiita da população, visando a um grupo étnico chamado hazara, que tinha tradições culturais conservadoras. A lei, que incluía medidas que legalizavam o estupro marital e exigia que as mulheres xiitas pedissem permissão aos maridos para sair de casa, violava abertamente a Constituição afegã. Karzai respaldara a medida como forma de angariar apoio dos líderes hazaras de linha-dura, o que, é claro, não servia como desculpa. Fiquei atônita, e fiz com que Karzai ficasse sabendo disso.

Liguei para Karzai três vezes no decorrer de dois dias para instá-lo a revogar a lei. Se a Constituição podia ser ignorada e os direitos daquela minoria desconsiderados, então não havia segurança para os direitos de ninguém, fossem homens ou mulheres. Isso solaparia a estrutura moral do seu regime contra o Talibã. Eu sabia o quanto significavam para Karzai o respeito e os relacionamentos pessoais, então também deixei claro que isso era pessoalmente importante para mim. Expliquei que, se ele permitisse que aquela lei ultrajante se mantivesse, ficaria muito difícil para mim explicar por que as mulheres americanas, inclusive as minhas ex-colegas no Congresso, deveriam continuar a apoiá-lo. Agora eu estava falando a linguagem que ele

entendia. Karzai concordou em manter a lei em suspenso e mandá-la de volta ao ministro da Justiça para ser revista. Mudanças acabaram sendo feitas. Embora não suficientes, foi um passo na direção certa. Para manter a confiança de Karzai, geralmente eu mantinha esse tipo de diplomacia pessoal na surdina. Queria que ele soubesse que podíamos conversar — e discutir — sem que isso acabasse nos jornais.

Sempre que eu encontrava com mulheres afegãs, fosse em Cabul ou em conferências internacionais pelo mundo, elas me diziam de forma comovente o quanto queriam ajudar a construir e comandar seu país, bem como falavam de seus temores de que suas conquistas, tão arduamente conseguidas, fossem sacrificadas tão logo as tropas americanas partissem ou Karzai fechasse um acordo com o Talibã. Isso seria uma tragédia, não só para as mulheres afegãs mas para todo o país. Assim, em toda conversa sobre reintegração de insurgentes e reconciliação com o Talibã, eu deixava muito claro que não seria aceitável abrir mão dos direitos das mulheres para comprar a paz. Isso não seria paz em absoluto.

Fiz dos critérios da revisão de Riedel para a reintegração — abandonar a violência, romper com a Al-Qaeda, apoiar a Constituição — um mantra para a minha diplomacia. Na nossa primeira conferência internacional importante sobre o Afeganistão, em Haia, em março de 2009, falei para os delegados reunidos sobre separar "os extremistas da Al-Qaeda e do Talibã daqueles que tinham entrado para suas fileiras não por convicção, mas por desespero". Numa conferência internacional em Londres, em janeiro de 2010, o Japão concordou em ceder 50 milhões de dólares para fornecer incentivos financeiros visando afastar combatentes de baixo escalão do campo de batalha. Garanti que os Estados Unidos também forneceriam verbas significativas, e convencemos outros países a nos acompanhar.

Numa entrevista em Londres, fui indagada se "seria uma surpresa, e talvez até mesmo perturbador" para os americanos ficar sabendo que estávamos tentando nos reconciliar com alguns insurgentes exatamente ao mesmo tempo que o presidente enviava mais tropas para combater esse mesmo Talibã. "Não se pode ter um sem o outro", respondi. "Apenas uma escalada de forças militares sem nenhuma iniciativa do lado político não tem probabilidade de dar certo. [...] Uma iniciativa de tentar fazer a paz com seus inimigos sem a força para respaldá-la não vai dar certo. Então, na verdade, é uma estratégia combinada que faz muito sentido." Esse fora o meu argumento durante as muitas discussões no Gabinete de Crises da Casa Branca sobre a escalada militar, e estava de acordo com a minha crença no poder inteligente. Mas eu reconhecia que, mesmo sendo uma estratégia sensata, poderia ser difícil de aceitar. Então acrescentei: "Penso que por trás da sua pergunta está a preocupação das pessoas que dizem: bem, espere aí, esses caras são os bandidos. Por que estamos conversando com eles?". Era uma pergunta cabível. Mas naquele ponto não estávamos falando em nos reconciliar com os mentores terroristas nem com os líderes do Talibã que protegiam Osama bin Laden. Expliquei que tudo que estávamos fazendo era tentar separar os insurgentes não ideológicos que tinham se alinhado com o Talibã em troca de um necessitado pagamento.

Até então, pelo menos, era verdade — para nós. Da sua parte, Karzai seguiu suas declarações sobre reconciliação feitas no discurso de posse em 2009, explorando conversações diretas com líderes do Talibã. No verão de 2010, ele convocou uma tradicional conferência de anciãos tribais de todo o Afeganistão para apoiar seus esforços. Então nomeou um Alto Conselho para a Paz liderado pelo ex-presidente do país, Burhanuddin Rabbani, para conduzir potenciais negociações. (Tragicamente, Rabbani foi assassinado em setembro de 2011 num atentado suicida de um homem carregado de explosivos escondidos no turbante. Seu filho concordou em assumir seu lugar no Conselho.)

Um dos obstáculos para esses primeiros esforços no Afeganistão foi a oposição de elementos de dentro do serviço de inteligência paquistanês, conhecido como ISI. Elementos do ISI tinham uma relação de muito tempo com o Talibã, recuando até na luta contra os soviéticos na década de 1980. Eles continuavam a fornecer abrigo para insurgentes dentro do Paquistão e apoiavam o levante no Afeganistão como meio de manter Cabul desequilibrada e limitada contra uma potencial influência indiana ali. Os paquistaneses não queriam ver Karzai chegar a um acordo de paz em separado com o Talibã que não levasse em conta seus interesses. E esse era apenas um dos complicadores com os quais Karzai se defrontava. Além disso, tinha de se preocupar com a oposição de seus aliados na antiga Aliança do Norte, muitos dos quais eram membros de minorias étnicas, tais como os tajiques e uzbeques, e desconfiavam que Karzai pudesse trocá-los por seus parentes étnicos, os pashtuns no Talibã. Estava ficando claro que alinhar todos esses jogadores e interesses para forjar uma paz duradoura seria algo semelhante a resolver um cubo mágico.

No outono de 2010, Cabul estava zumbindo com relatos de um novo canal entre Karzai e a liderança talibã. Os lugares-tenentes de Karzai tiveram diversas reuniões com um contato que cruzou a fronteira vindo do Paquistão e foi conduzido em segurança por tropas da Coalizão. Em certo ponto, foi transportado num avião da OTAN para Cabul para se encontrar com o próprio Karzai. O homem alegava ser o mulá Akhtar Mohammad Mansour, um comandante de alto escalão, e disse que estava pronto para negociar. Sua foto foi mostrada a alguns combatentes do Talibã capturados que confirmaram sua identidade. Era uma perspectiva empolgante.

Em outubro, numa reunião da cúpula da OTAN em Bruxelas, Bélgica, o secretário Gates e eu fomos indagados acerca desses relatos. Ambos enfatizamos o nosso apoio para a exploração de qualquer esforço de reconciliação digno de crédito, mas adverti: “Há um monte de versões diferentes que podem ou não ser legítimas ou passíveis de produzir qualquer reconciliação genuína”.

Infelizmente, o meu ceticismo era justificado. No Afeganistão, a história estava começando a ruir. Alguns afegãos que conheciam Mansour havia anos alegavam que aquele negociador não se parecia em nada com ele. Em novembro, o *New York Times* reportou que o governo afegão havia determinado que o homem era um impostor, e não um membro do comando do Talibã. O jornal chamou o fato de “um episódio que poderia ter saído de um romance de espionagem”. Para Karzai, foi uma amarga decepção.

Enquanto os afegãos se metiam num beco sem saída atrás do outro, Holbrooke e sua equipe, que incluía o notável erudito Vali Nasr, estavam focados no Paquistão, que era, segundo acreditavam, uma das chaves para destravar as portas de todo o problema. Precisávamos conseguir que o Paquistão investisse mais no futuro do Afeganistão, convencendo-os de que teriam mais a ganhar com a paz do que com o conflito continuado.

Richard apegou-se a um estagnado “acordo de trânsito comercial” entre os dois países, que vinha definhando inacabado desde a década de 1960. Se completado, reduziria as barreiras comerciais e permitiria que bens de consumo e *commodities* fluíssem através de uma fronteira usada com maior frequência em anos recentes para movimentação de tropas e transporte de armamentos. Richard raciocinou que, se o Afeganistão e o Paquistão pudessem ter transações comerciais conjuntas, talvez pudessem aprender a trabalhar juntos para combater os militantes que ameaçavam a ambos. Um aumento no comércio estimularia a economia de ambos os lados da fronteira, oferecendo à população alternativas para o extremismo e a insurgência, sem mencionar o fato de dar a cada lado participação no sucesso do outro. Ele teve êxito em forçar os dois países a retomar as negociações e resolver suas extraordinárias diferenças.

Em julho de 2010, viajei para Islamabad, capital do Paquistão, para testemunhar uma assinatura formal. Os ministros do Comércio do Afeganistão e do Paquistão sentaram-se lado a lado, observando as grossas pastas verdes à sua frente que continham o acordo final. Richard e eu ficamos de pé atrás deles, ao lado do primeiro-ministro paquistanês, Yousaf Raza Gilani. Permanecemos olhando enquanto os homens assinaram cuidadosamente o acordo e levantaram-se para apertar as mãos. Todo mundo aplaudiu esse passo tangível, na esperança de que pudesse acabar representando uma nova atitude mental tanto quanto um novo acordo de negócios.

Esse foi o primeiro tijolo na construção de uma visão que viríamos a chamar de "a nova Rota da Seda", uma rede de elos expandidos de comércio e comunicações que ligaria o Afeganistão com seus vizinhos, dando-lhes uma participação ao promover paz e segurança compartilhadas. Durante os anos seguintes, os Estados Unidos empenharam 70 milhões de dólares para melhorar as estradas fundamentais entre Afeganistão e Paquistão, inclusive através do famoso Passo de Khybar. Também incentivamos o Paquistão a estender à Índia o status de "nação mais favorecida", e a Índia a liberalizar as barreiras a investimentos e fluxos financeiros paquistaneses, sendo que ambos os processos ainda estão em andamento. Dada a desconfiança existente entre esses países, conseguir que alguma coisa fosse feita na frente indiano-paquistanesa não era tarefa fácil. A eletricidade do Uzbequistão e do Turcomenistão começou a abastecer os negócios afegãos. Trens começaram a correr sobre uma nova ferrovia da fronteira uzbeque para a cidade afegã de Mazar-e-Sharif, no norte. Progrediram planos para um gasoduto que um dia poderia transportar gás natural no valor de bilhões de dólares da energeticamente rica Ásia Central, atravessando o Afeganistão para chegar ao sul da Ásia, faminto de energia. Todas essas melhorias eram investimentos de longo prazo num futuro mais pacífico e próspero para a região, que havia muito tempo era retido por rivalidade e conflito. Era algo lento, sem dúvida, mas mesmo a curto prazo essa visão injetava um senso de otimismo e progresso em locais onde eram intensamente necessários.

Em Islamabad, naquela viagem em julho de 2010 (e em todas as outras visitas que fiz à cidade), pressionei os líderes paquistaneses para que encarassem a guerra no Afeganistão como uma responsabilidade comum. Necessitávamos da ajuda deles para pôr fim aos refúgios de onde os insurgentes do Talibã desferiam ataques mortais do outro lado da fronteira. Conforme Richard insistia em enfatizar, jamais haveria uma solução diplomática para o conflito sem o apoio do Paquistão. Numa entrevista na televisão com cinco jornalistas paquistaneses realizada na casa do nosso embaixador — parte do meu plano de ser tratada como saco de pancadas pela hostil imprensa paquistanesa para mostrar o quanto eu era séria acerca do compromisso —, perguntaram-me se era possível buscar tal acordo enquanto ainda se brigava do outro lado, no campo de batalha. "Não existe contradição entre tentar derrotar os que estão determinados a lutar e abrir a porta para aqueles que estejam dispostos a se reintegrar e reconciliar", repliquei.

Na verdade, Richard e eu ainda alimentávamos a esperança de que os líderes da cúpula do Talibã pudessem algum dia estar dispostos a negociar. E houve algumas evoluções intrigantes. No outono de 2009, Richard visitou o Cairo, e funcionários egípcios sêniores disseram-lhe que alguns representantes do Talibã, inclusive um assistente do líder supremo, mulá Mohammad Omar, haviam recentemente lhes feito uma visita. No começo de 2010, um diplomata alemão informou que também se encontrara com o mesmo assistente, dessa vez no Golfo Pérsico, e que ele parecia ter uma linha direta com o fugidio chefe talibã. E, o mais interessante de tudo, de forma declarada queria achar um meio de falar diretamente conosco.

Richard julgou que se tratava de uma abertura que precisava ser testada, mas alguns dos nossos colegas no Pentágono, CIA e Casa Branca estavam relutantes. Muitos concordavam com a

análise da revisão de Riedel de que os líderes da cúpula do Talibã eram extremistas que nunca poderiam se reconciliar com o governo em Cabul. Outros achavam que o momento ainda não estava maduro para negociações. A escalada começara e precisava de tempo para fazer efeito. Alguns não queriam aceitar o risco político de se envolver tão diretamente com um adversário responsável por matar soldados americanos. Eu entendia esse ceticismo, mas disse a Richard para explorar com discrição o que era possível.

Um obstinado fanático por beisebol, Richard começou a ligar para o contato talibã, que posteriormente seria identificado por relatos da imprensa como sendo Syed Tayyab Agha, pelo codinome "A-Rod",[2] e o apelido pegou. Os alemães e os egípcios diziam que ele era de fato um representante autorizado para falar em nome do mulá Mohammad Omar e do alto-comando do Talibã. Os noruegueses, que tinham contatos dentro do Talibã, concordavam. Nós não tínhamos certeza, especialmente depois que outros canais em potencial acabaram se revelando fraudes, mas sentíamos que valia a pena avançar com cautela.

No outono, ao mesmo tempo que o governo afegão se equivocava com o talibã impostor, seguimos em frente com um primeiro encontro exploratório na Alemanha, sob o mais estrito segredo. Numa tarde de domingo em outubro, Richard ligou para seu vice, Frank Ruggiero, que servira como assessor civil com os militares em Kandahar, e lhe pediu que se preparasse para ir a Munique encontrar-se com A-Rod. Ruggiero estava no carro com sua filha de sete anos, passando pela ponte Benjamin Franklin na Filadélfia. Richard disse-lhe para se lembrar daquele momento porque talvez estivéssemos em vias de fazer história. (Esse era o Holbrooke clássico, com sua irresistível queda para o drama. Ele se via como alguém lutando com a história e sempre achava que podia vencer.)

Um dia depois do feriado de Ação de Graças, Richard deu a Ruggiero suas instruções finais. "O objetivo mais importante do primeiro encontro é ter um segundo encontro", disse ele. "Seja diplomático, exponha claramente os limites autorizados pela secretária de Estado e mantenha-os negociando. A secretária está acompanhando de perto, então me ligue assim que sair da reunião." Os limites eram a mesma condição que eu vinha repetindo por mais de um ano: se o Talibã quisesse sair do isolamento, teria de parar de combater, romper com a Al-Qaeda e aceitar a Constituição afegã, inclusive suas proteções para as mulheres. Esses termos eram inegociáveis, porém se fossem executados, como eu disse a Richard, eu estava aberta a uma diplomacia criativa que pudesse nos mover em direção à paz.

Dois dias depois, Ruggiero e Jeff Hayes, do pessoal do Conselho de Segurança Nacional na Casa Branca, chegaram à casa arranjada pelos alemães numa aldeia nos arredores de Munique. Michael Steiner, o representante especial alemão para o Afeganistão e Paquistão, foi o anfitrião. A-Rod era jovem, no fim da casa dos trinta anos, mas tinha trabalhado para o mulá Omar por mais de uma década. Falava inglês e, ao contrário de muitos líderes talibãs, tinha alguma experiência com diplomacia internacional. Os participantes concordaram com a necessidade de manter sigilo absoluto. Não poderia haver vazamentos; se os paquistaneses descobrissem sobre a nossa reunião, poderiam minar as conversações, exatamente como haviam feito com os esforços iniciais de Karzai.

O grupo conversou durante seis intensas horas, estudando uns aos outros e pisando em ovos ao tratar das densas questões sobre a mesa. Seria possível que inimigos jurados realmente pudessem chegar a algum tipo de entendimento que desse fim a uma guerra e reconstruísse um país despedaçado? Após tantos anos de lutas, já era suficientemente difícil sentarmos juntos e falar cara a cara, quanto mais confiar uns nos outros. Ruggiero explicou nossas condições. A principal preocupação do Talibã parecia ser o destino de seus combatentes detidos na baía de

Guantánamo e em outras prisões. Em toda discussão sobre prisioneiros, exigíamos a libertação do sargento Bowe Bergdahl, que fora capturado em junho de 2009. Não haveria acordo sobre prisioneiros sem a volta do sargento para casa.

No dia seguinte, Richard pegou o carro e foi ao Aeroporto Dulles para receber o avião de Ruggiero. Não podia esperar para receber um relatório em primeira mão, que então passaria para mim. Os dois sentaram-se no Harry's Tap Room no aeroporto, e Ruggiero falou enquanto Richard mergulhava num cheesebúrguer.

Alguns dias após a volta de Ruggiero de Munique, em 11 de dezembro de 2010, ele e Richard vieram ao meu gabinete no sétimo andar do Departamento de Estado para se reunir com Jack Sullivan e comigo e discutir sobre como prosseguir. Estávamos também nos estágios finais de uma revisão da política adotada durante aquele ano, prometida pelo presidente Obama quando aprovou a escalada militar. Ninguém diria que as coisas estavam indo bem no Afeganistão, mas havia alguns progressos encorajadores a reportar. As tropas adicionais estavam ajudando a conter o ímpeto do Talibã. A segurança estava melhor em Cabul e em províncias-chave como Helmand e Kandahar. Nossos esforços de desenvolvimento estavam começando a fazer a diferença na economia, e a nossa diplomacia com a região e a comunidade internacional estava ganhando impulso.

Em novembro, eu fora com o presidente Obama a uma reunião de líderes na Cúpula da OTAN em Lisboa, Portugal. O encontro reafirmou a missão compartilhada no Afeganistão e concordou quanto a uma trajetória para a transição de responsabilidade pela segurança para as forças afegãs por volta do fim de 2014, junto com um contínuo compromisso da OTAN com a segurança e a estabilidade do país. Mais importante de tudo, o encontro enviou uma forte mensagem de que a comunidade internacional estava unida por trás da estratégia que o presidente Obama anunciara em West Point. O aumento de forças americanas, suplementadas pelas dos nossos parceiros da OTAN e da Coalizão, estava ajudando a criar condições para transições econômicas e políticas, bem como era uma garantia de segurança e base para uma ofensiva diplomática. Havia um mapa do caminho[3] claro para o fim das operações de combate dos Estados Unidos e o apoio contínuo que sabíamos ser necessário para a sobrevivência da democracia afegã. Agora tínhamos um canal secreto com a liderança do Talibã, que parecia genuíno e poderia um dia levar a conversações de paz reais entre afegãos. (Minha porta-voz, Toria Nuland, com seu talento para palavras de ordem, começou a tomar nota das nossas linhas de atuação mutuamente reforçadoras, como "lutar, falar, construir", que eu achei que resumiam magnificamente a situação.)

Richard estava empolgado com o nosso impulso ao voltar de Lisboa e, ao longo do processo de revisão da política adotada, ele repetidamente argumentava para que todo mundo ouvisse que a diplomacia precisava ser um elemento central da nossa estratégia para seguir adiante. Em 11 de dezembro, ele atrasou-se para a reunião no meu gabinete, explicando que esteve preso primeiro com o embaixador paquistanês e depois na Casa Branca. Como sempre, estava cheio de ideias e opiniões, mas, à medida que falávamos, ele foi ficando quieto e seu rosto de repente ficou assustadoramente vermelho. "Richard, qual é o problema?", perguntei. Percebi de imediato que era grave. Ele olhou para mim e disse: "Está acontecendo algo horrível". Ele exibia tamanho desconforto físico que insisti que fosse consultar a equipe médica do Departamento de Estado, localizada no andar inferior. Richard concordou com relutância, e Jake, Frank e Claire Coleman, minha assistente executiva, o ajudaram a chegar lá.

A equipe médica imediatamente mandou Richard para o Hospital Universitário George Washington, que fica nas proximidades. Ele pegou o elevador para descer até a garagem e entrou numa ambulância para a curta viagem. Dan Feldman, um dos auxiliares mais próximos de

Richard, foi junto. Quando chegou à emergência, os médicos detectaram um rompimento da aorta e o mandaram diretamente para uma cirurgia que durou 21 horas. Os danos foram sérios e o prognóstico nada bom, mas os médicos de Richard não desistiriam.

Eu estava no hospital quando a cirurgia terminou. Os médicos estavam "cautelosamente otimistas" e disseram que as próximas horas seriam cruciais. A esposa de Richard, Kati, seus filhos e seus muitos amigos fizeram vigília no hospital. Seu pessoal no Departamento de Estado ofereceu-se para se revezar no saguão de entrada, para ajudar a administrar o fluxo de visitas e fazer uma triagem para Kati. Enquanto as horas se estendiam, nenhum deles deixou o hospital. O Centro de Operações registrava montes de telefonemas recebidos de líderes estrangeiros preocupados com Richard. O presidente paquistanês Asif Ali Zardari estava particularmente ansioso para falar com Kati e manifestar sua inquietação. Relatou que pessoas por todo o Paquistão estavam orando pelo seu marido.

Na manhã seguinte, com Richard ainda lutando pela vida, os médicos concluíram que outra cirurgia seria necessária para tentar conter a hemorragia interna. Estávamos todos rezando. Eu fiquei perto do hospital, como tantas outras pessoas que amavam Richard. Por volta das onze da manhã, o presidente Karzai telefonou de Cabul e falou com Kati. "Por favor, diga ao seu marido que precisamos dele de volta aqui no Afeganistão". Enquanto Kati falava com ele, soou o toque de uma segunda ligação. Era o presidente Zardari, que prometeu ligar novamente depois. Richard teria ficado feliz com tanta gente ilustre falando horas seguidas somente a respeito dele. Certamente odiou perder aquilo.

No fim da tarde o cirurgião de Richard, que por coincidência era de Lahore, no Paquistão, informou que Richard estava "progredindo aos poucos na direção certa", embora permanecesse em estado crítico. Os médicos estavam impressionados com sua resistência e admirados com a luta que estava travando. Para aqueles de nós que o conhecíamos e o amávamos, não era nenhuma surpresa.

Na segunda-feira à tarde, com a situação praticamente inalterada, Kati e a família decidiram juntar-se a mim e ao presidente Obama no Departamento de Estado, para uma recepção de férias há muito programada para o corpo diplomático. Dei as boas-vindas a todos na sala Benjamin Franklin no oitavo andar e comecei com algumas palavras sobre o nosso amigo, que lutava por sua vida a apenas algumas quadras de distância. Disse que os médicos estavam "descobrindo o que diplomatas e ditadores em todo o mundo já sabiam há muito tempo: não há ninguém mais duro do que Richard Holbrooke".

Apenas algumas horas mais tarde, as coisas deram uma guinada para pior. Por volta das oito da manhã de 13 de dezembro de 2010, Richard Holbrooke morreu. Tinha apenas 69 anos. Seus médicos estavam visivelmente aborrecidos por não terem sido capazes de salvar sua vida, mas comentaram que Richard dera entrada no hospital com uma dignidade incomum para alguém que havia sofrido um evento tão traumático. Visitei sem alarde a família — Kati; os filhos de Richard, David e Anthony; seus enteados, Elizabeth e Chris; e sua nora, Sarah — e depois fui me juntar à multidão de amigos e colegas no andar inferior. Pessoas com lágrimas nos olhos davam-se as mãos e falavam da necessidade de celebrar a vida de Richard e também de prosseguir o trabalho ao qual ele era tão dedicado.

Li aos que estavam ali reunidos a declaração formal que eu acabara de emitir: "Esta noite os Estados Unidos perderam um dos seus mais ferrenhos defensores e mais dedicados servidores públicos. Richard Holbrooke serviu o país que amava por quase meio século, representando os Estados Unidos em zonas de guerra longínquas e conversações de paz de alto nível, sempre com distinto brilhantismo e determinação incomparável. Ele era único — um verdadeiro estadista —,

e isso torna seu falecimento ainda mais doloroso". Agradeci à equipe médica e a todos que haviam oferecido suas preces e seu apoio durante os últimos dias. "Fiel à sua forma de ser, Richard foi um lutador até o fim. Seus médicos maravilharam-se com sua força e vontade, mas, para seus amigos, era simplesmente Richard sendo Richard."

Todos começaram a trocar suas histórias favoritas de Richard e recordar aquele homem notável. Depois de algum tempo, num gesto que penso que Richard teria aprovado, um grupo grande de nós dirigiu-se ao bar do vizinho Ritz-Carlton Hotel. Durante as horas seguintes, fizemos uma improvisada vigília e celebração da vida de Richard. Todo mundo tinha ótimas histórias para contar, e rimos e choramos em igual medida, às vezes tudo ao mesmo tempo. Richard havia treinado toda uma geração de diplomatas, e muitos deles falaram de forma comovente sobre o que era tê-lo como mentor e o que isso significou para suas vidas e carreiras. Dan Feldman nos contou que, a caminho do hospital, Richard dissera que considerava sua equipe no Departamento de Estado "a melhor com que já havia trabalhado".

Em meados de janeiro, os muitos amigos e colegas de Richard em todo o mundo reuniram-se no Kennedy Center em Washington, para uma cerimônia de pompas fúnebres. Entre os oradores estavam o presidente Obama e meu marido. Eu falei por último. Olhando para a grande multidão, um testemunho do talento de Richard para a amizade, lembrei-me da falta sutil que ele faria do meu lado. "Há poucas pessoas em qualquer época, mas com certeza na nossa época, que podem dizer: eu impedi uma guerra. Eu fiz a paz. Eu salvei vidas. Eu ajudei a recuperar países. Richard Holbrooke fez todas essas coisas", declarei. "Esta é uma perda pessoal e uma perda para o nosso país. Defrontamo-nos com tarefas hercúlias, e seria melhor que Richard estivesse aqui, enlouquecendo a todos em relação ao que precisaríamos estar fazendo."

Eu não podia deixar a morte de Richard descarrilar o trabalho com o qual estava tão comprometido. Sua equipe sentia a mesma coisa. Vínhamos discutindo a ideia de um grande discurso sobre as perspectivas de paz e reconciliação no Afeganistão. Eu estava segura de que Richard teria desejado que seguíssemos adiante com aquele projeto. Então deixamos nosso luto de lado e nos pusemos a trabalhar.

Pedi a Frank Ruggiero para servir como representante especial e o mandei a Cabul e Islamabad na primeira semana de janeiro de 2011, para informar Karzai e Zardari sobre o que eu planejava dizer. Eu estava em vias de colocar muito peso e energia sustentando a ideia de reconciliação com o Talibã, e queríamos que eles estivessem preparados. Karzai estava em igual medida envolvido, encorajado e desconfiado. "O que vocês estão realmente discutindo com esses talibãs?", indagou. Exatamente como os paquistaneses, ele estava preocupado com a possibilidade de fecharmos um acordo que pudesse deixá-lo descoberto.

Enquanto eu elaborava o discurso com a equipe em Washington, Ruggiero foi ao Catar para um segundo encontro com A-Rod, nosso contato talibã. Ainda tínhamos inquietações acerca da sua legitimidade e habilidade de chegar a resultados, então Ruggiero propôs um teste. Pediu a A-Rod que fizesse o braço de propaganda do Talibã emitir uma declaração contendo uma linguagem específica. Se o fizessem, saberíamos que seu acesso era real. Em troca, Ruggiero disse a A-Rod que, no meu iminente discurso, eu abriria a porta para a reconciliação com uma linguagem mais forte do que a empregada por qualquer autoridade do governo até então. A-Rod concordou e prometeu enviar a mensagem aos seus superiores. Posteriormente, a declaração saiu com a linguagem prometida.

Antes de finalizar o discurso, eu precisava escolher um sucessor permanente para Holbrooke. Seria impossível preencher o vazio deixado por Richard, mas necessitávamos de um diplomata sênior para comandar sua equipe e levar o esforço adiante. Voltei-me para um

embaixador aposentado altamente respeitado, Marc Grossman, que eu conhecera quando ele servia na Turquia. Marc é tranquilo e modesto, uma diferença drástica de seu predecessor, mas trazia ao serviço habilidade e sutileza incomuns.

Em meados de fevereiro viajei a Nova York e fui à Sociedade Asiática, onde Richard já trabalhara como presidente do conselho, para fazer um discurso em memória de seu nome, o que com o tempo viria a se tornar uma tradição anual. Comecei fornecendo uma atualização das escaladas militar e civil que o presidente Obama anunciara em West Point. Então expliquei que estávamos conduzindo uma terceira escalada, diplomática, visando dirigir o conflito rumo a uma saída política que abalasse a aliança entre o Talibã e a Al-Qaeda, pusesse fim à insurgência e ajudasse a criar um Afeganistão e uma região mais estáveis. Esta tinha sido a nossa visão desde o começo, e foi em nome disso que argumentei no processo de revisão estratégica do presidente Obama, em 2009. Agora a meta estava vindo para o primeiro plano e para o centro do palco.

Para entender a nossa estratégia, era importante que os americanos tivessem clara a diferença entre os terroristas da Al-Qaeda, que nos atacaram em 11 de setembro, e o Talibã, que eram extremistas afegãos conduzindo uma insurgência contra o governo em Cabul. O Talibã pagara um pesado preço por sua decisão em 2001 de desafiar a comunidade internacional e proteger a Al-Qaeda. Agora a crescente pressão da nossa campanha militar estava obrigando-os a tomar uma decisão semelhante. Se os talibãs atendessem aos nossos três critérios, poderiam reintegrar-se na sociedade afegã. “Esse é o preço para se chegar a uma solução política e dar um fim às ações militares que estão tomando sua liderança como alvo e dizimando suas fileiras”, eu disse, incluindo uma sutil mas importante mudança de linguagem, descrevendo esses passos como “resultados necessários” de qualquer negociação, em vez de “precondições”. Era uma pequena nuance, mas abriria caminho para conversações diretas.

Reconheci, como tantas vezes antes, que abrir a porta para negociações com o Talibã seria algo difícil de engolir para muitos americanos após tantos anos de guerra. Reintegrar combatentes de baixo escalão já era odioso o bastante; negociar diretamente com os comandantes supremos era algo totalmente distinto. Porém a diplomacia seria algo fácil se tivéssemos que conversar apenas com nossos amigos. Não é assim que se alcança a paz. Presidentes durante a Guerra Fria compreendiam isso quando negociavam acordos de controle de armamentos com os soviéticos. Nas palavras do presidente Kennedy: “Não negociemos jamais por medo, mas jamais tenhamos medo de negociar”. Richard Holbrooke fizera disso a sua vida, negociando com um tirano terrível como Milošević porque era o melhor caminho para pôr fim a uma guerra.

Encerrei o discurso instando o Paquistão, a Índia e outras nações na região a apoiar um processo de paz e reconciliação que isolasse a Al-Qaeda e desse a todo o mundo uma nova sensação de segurança. Se os vizinhos do Afeganistão continuassem a vê-lo como uma arena para extravasar suas próprias rivalidades, a paz jamais teria êxito. Seria necessário um bocado de esmerada diplomacia, mas precisávamos jogar um jogo interno com os afegãos e um jogo externo com a região.

O discurso provocou algumas manchetes em casa, mas seu verdadeiro impacto foi nas capitais estrangeiras, especialmente Cabul e Islamabad. Todos os lados sabiam agora que estávamos sendo sérios acerca do processo de paz com o Talibã. Um diplomata em Cabul descreveu o efeito como um “abalo sísmico” que encorajaria todos os lados a buscar mais ativamente a paz.

A bem-sucedida ação dos SEALs da Marinha dos Estados Unidos que matou Osama bin Laden em seu complexo em Abbottabad, no Paquistão, em maio de 2011, foi uma importantíssima vitória na batalha contra a Al-Qaeda e outro ponto baixo na nossa já péssima e tensa relação com o

Paquistão. Mesmo assim, achei que isso também poderia nos fornecer alguma nova alavancagem com o Talibã. Cinco dias após a incursão, Ruggiero encontrou-se pela terceira vez com A-Rod, novamente em Munique. Disse-lhe para passar adiante uma mensagem direta minha: Bin Laden estava morto; era o momento de o Talibã romper com a Al-Qaeda de uma vez por todas, de se salvar e fazer a paz. A-Rod não pareceu angustiado com a perda de Bin Laden e permaneceu interessado em negociar conosco.

Começamos discutindo medidas de construção de confiança que ambos os lados podiam adotar. Queríamos que o Talibã fizesse declarações públicas dissociando-se da Al-Qaeda e do terrorismo internacional e se comprometesse a participar do processo de paz com Karzai e seu governo. O Talibã queria a permissão para abrir um escritório político no Catar que proporcionasse um local seguro para futuras negociações e engajamentos. Estávamos abertos a essa ideia, mas ela levantava numerosos desafios. Muitos líderes talibãs eram considerados terroristas pela comunidade internacional e não podiam aparecer em público sem se defrontar com riscos legais. O Paquistão também tinha de concordar em lhes permitir ir e voltar abertamente. E havia uma boa chance de Karzai considerar o posto avançado do Talibã no Catar como uma ameaça direta à sua legitimidade e autoridade. Todas essas preocupações pareciam administráveis, mas exigiriam uma cuidadosa diplomacia.

Como primeiro passo, concordamos em começar a trabalhar com as Nações Unidas para retirar alguns membros-chave do Talibã da lista de sanções por terrorismo, que impunha uma restrição a viagens. Em pouco tempo o Conselho de Segurança da ONU concordou em separar as listas do Talibã e da Al-Qaeda, tratando-as em separado — uma manifestação direta da distinção esboçada no meu discurso —, o que nos deu uma flexibilidade consideravelmente maior. O Talibã ainda queria seus combatentes libertados de Guantánamo, mas esse ainda não era um passo que estivéssemos dispostos a dar naquele momento.

Em meados de maio, funcionários afegãos em Cabul vazaram nossas conversas secretas e citaram Agha como nosso contato talibã para o *Washington Post* e a *Der Spiegel*, uma revista semanal alemã. Privadamente o Talibã compreendeu que o vazamento não tinha vindo de nós, mas publicamente manifestou revolta e suspendeu conversas futuras. Autoridades paquistanesas, já ofendidas pela ação contra Bin Laden, ficaram lívidas por terem sido deixadas de fora de nossas discussões com o Talibã. Tivemos de nos virar e revirar para juntar os pedaços. Fui a Islamabad e conversei com os paquistaneses pela primeira vez sobre a extensão dos nossos contatos e solicitei que não houvesse retaliação contra A-Rod. Também pedi a Ruggiero que viajasse a Doha e passasse um recado para o Talibã, através dos catarenses, instando-o a voltar à mesa de negociações. No começo de julho, os catarenses informaram que Agha estava disposto a retornar.

As conversações foram retomadas em Doha, em agosto. A-Rod apresentou a Ruggiero uma carta para o presidente Obama que ele disse ser do próprio mulá Mohammad Omar. Havia alguma discussão dentro do governo quanto ao mulá Omar ainda estar vivo e, sobretudo, comandando o Talibã e dirigindo a insurgência. Porém, quer fosse de Omar ou de outro líder do primeiro escalão, seu tom e seu conteúdo eram animadores. A carta dizia que aquele era o momento de ambos os lados tomarem decisões difíceis sobre reconciliação e trabalhar para pôr fim à guerra.

Houve discussões construtivas sobre um escritório em Doha e uma possível troca de prisioneiros. Marc Grossman entrou nas conversas pela primeira vez, e seu toque pessoal ajudou a adiantar as coisas.

Em outubro, numa visita a Cabul, Karzai disse a mim e ao nosso altamente considerado e

experiente embaixador Ryan Crocker, com quem tinha um bom relacionamento, que estava entusiasmado com o que estávamos fazendo. “Andem mais rápido”, disse ele. Em Washington, começaram discussões sérias sobre a viabilidade de trocas limitadas de prisioneiros, embora o Pentágono não apoiasse a ideia, e eu não tinha certeza se podíamos assegurar as condições necessárias para concordar com um escritório do Talibã no Catar. No fim do outono, porém, as peças finalmente pareceram se encaixar. Uma importante conferência internacional sobre o Afeganistão estava programada para acontecer em Bonn, na Alemanha, na primeira semana de dezembro. Nossa meta era anunciar a abertura de um escritório logo em seguida à conferência. Seria o sinal mais tangível até o momento de que um processo de paz real estava a caminho.

Bonn era parte da ofensiva diplomática que eu havia descrito no meu discurso na Sociedade Asiática, visando mobilizar a comunidade internacional mais ampla a ajudar o Afeganistão a assumir responsabilidade para enfrentar seus muitos desafios. Grossman e sua equipe ajudaram a organizar uma série de encontros de cúpula e conferências em Istambul, Bonn, Cabul, Chicago e Tóquio. Em 2012, em Tóquio, a comunidade internacional empenhou 16 bilhões de dólares em assistência econômica até 2015 para ajudar o Afeganistão a se preparar para uma “década de transformação”, marcada menos por auxílio e mais por relações comerciais. Começando em 2015, a estimativa de financiamento para as Forças de Segurança Nacional Afegãs era de mais de 4 bilhões de dólares por ano. A capacidade dos afegãos de assumirem responsabilidade por sua própria segurança era e permanece um requisito para todo o restante que eles esperam conseguir no futuro.

A conferência de Bonn em dezembro de 2011 revelou-se um desastre para os nossos esforços de paz. Karzai, sempre imprevisível, voltou-se contra a ideia de um escritório do Talibã, repreendendo Grossman e Crocker. “Por que vocês não me mantiveram informado dessas conversas?”, demandou, apesar do fato de que apenas alguns meses antes ele nos instara a acelerá-las. Karzai mais uma vez estava com medo de ser deixado para trás e excluído. Nosso plano sempre tinha sido que essas conversas Estados Unidos-Talibã conduzissem a negociações paralelas entre o governo afegão e os insurgentes. Essa era a sequência que tínhamos combinado com A-Rod e discutido com Karzai, mas agora Karzai insistia que queria sua gente dentro da sala em quaisquer encontros futuros entre o Talibã e nós. A-Rod recusou quando Grossman e Crocker levantaram essa proposta. Da sua perspectiva, estávamos mudando as regras do jogo. Em janeiro de 2012, o Talibã mais uma vez retirou-se das nossas conversações.

Dessa vez não foi fácil persuadi-los a voltar. O processo de paz entrou em profundo estado de congelamento. Ainda assim, com base em diversas declarações públicas ao longo de 2012, parecia estar havendo um debate renovado dentro das fileiras do Talibã sobre os benefícios de conversações versus combates. Algumas figuras-chave aceitaram publicamente que uma solução negociada era inevitável, revertendo quase uma década de rejeição. Outras, porém, estavam comprometidas com a oposição violenta. No fim de 2012, a porta da reconciliação permanecia aberta, mas apenas em parte.

Em janeiro de 2013, pouco antes de eu deixar o cargo, convidei o presidente Karzai para jantar comigo, com o secretário de Defesa Leon Panetta e alguns outros funcionários sêniores no Departamento de Estado em Washington. Karzai trouxe consigo o presidente do seu Alto Conselho para a Paz e outros conselheiros do primeiro escalão. Nós nos reunimos na sala James Monroe no oitavo andar, cercados de antiguidades dos primeiros dias da república americana, e conversamos sobre o futuro da democracia no Afeganistão.

Já se iam mais de três anos desde que Karzai e eu jantáramos juntos na véspera da sua posse. Agora eu estava prestes a entregar as rédeas do Departamento de Estado para o senador

Kerry, e outra eleição afegã em breve escolheria o sucessor de Karzai, ou pelo menos esse era o plano. Karzai garantira publicamente respeitar a Constituição e deixar o cargo em 2014, mas muitos afegãos se perguntavam se ele realmente cumpriria essa promessa. As eleições ocorreram entre abril e junho de 2015, e Karzai de fato deixou o governo. A transferência pacífica de poder de um governante ao seguinte é um teste crucial de qualquer democracia, e não é incomum naquela parte do mundo (e em muitas outras) que os líderes encontrem um meio de estender seu mandato.

Numa longa reunião em particular antes do jantar, instei Karzai a manter sua palavra. Se o governo de Cabul pudesse construir maior credibilidade com seus cidadãos, fornecer serviços e administrar a justiça com correção e eficácia, contribuiria para reduzir o apelo da insurgência e melhorar as perspectivas de reconciliação nacional. Isso dependia de que todos os funcionários do governo, especialmente Karzai, respeitassem a Constituição e a legalidade. Presidir uma transição constitucional seria uma oportunidade para Karzai de cimentar seu legado como pai de um Afeganistão mais pacífico, seguro e democrático.

Eu reconhecia o quanto isso podia ser difícil para ele. A Rotunda do Capitólio em Washington abriga uma série de altaneiras pinturas patrióticas que retratam momentos de orgulho dos primeiros tempos da nossa própria democracia, desde a viagem dos peregrinos até a vitória em Yorktown. Há uma pintura em particular que sempre considerei que falava pelo espírito democrático do nosso país. O quadro mostra o general Washington virando as costas ao trono que lhe era oferecido e dando suas ordens como principal comandante do Exército. Ele acabou servindo dois mandatos como presidente civil e, então, voluntariamente deixou o cargo. Mais do que qualquer vitória eleitoral ou desfile de posse, o ato altruísta foi a marca da nossa democracia. Se Karzai quisesse ser lembrado como o George Washington do Afeganistão, teria de seguir seu exemplo e abdicar do trono.

O outro tópico que levantei com Karzai foi o encalhado processo de paz com o Talibã. Karzai efetivamente tinha tirado o fio da tomada no fim de 2011; eu queria que ele reconsiderasse. Se esperássemos até as tropas americanas começarem a voltar para casa, nós e eles teríamos menos força de persuasão com o Talibã. Melhor negociar de uma posição de força.

Durante o jantar, Karzai discorreu uma litania de preocupações já conhecidas: como verificaríamos se os negociadores do Talibã realmente falavam em nome da liderança? Os paquistaneses estariam puxando os fios a partir de Islamabad? Quem comandaria as conversações, os americanos ou os afegãos? Uma por uma, respondi àquelas perguntas. Tentei transmitir o senso de urgência que eu sentia para pôr de novo o processo em andamento, e sugeri um plano que não exigia que ele chegasse diretamente a um acordo com o Talibã em relação à abertura de um escritório. Tudo que ele tinha de fazer, disse eu, era uma declaração pública apoiando a ideia. Então eu arranjaria para que o emir do Catar convidasse o Talibã a seguir em frente. O objetivo seria abrir o escritório e organizar um encontro entre o Alto Conselho para a Paz do Afeganistão e representantes do Talibã dentro de trinta dias. Se isso deixasse de acontecer, o escritório seria fechado. Após muita discussão, Karzai concordou.

Em junho de 2013, alguns meses depois que deixei o Departamento de Estado, o escritório de negociação do Talibã finalmente foi aberto. Porém o novo entendimento, que levou anos para ser alcançado, desabou em pouco mais de um mês. O Talibã organizou uma cerimônia de hasteamento da bandeira no escritório e proclamou que representava o “Emirado Islâmico do Afeganistão”, nome oficial do país na década de 1990, quando o Talibã estava no poder. Desde o início tínhamos deixado claro que usar o escritório dessa maneira seria inaceitável. Nosso objetivo sempre fora fortalecer a ordem constitucional no Afeganistão, e, conforme assegurei a

Karzai, estávamos investidos da soberania e unidade do país. Compreensivelmente, Karzai ficou apoplético. Para ele, parecia mais o quartel-general de um governo no exílio do que um local de negociação. Era tudo que ele sempre tinha receado. O Talibã se recusou a retroceder, as relações foram rompidas, e o escritório foi forçado a fechar.

Observando tudo isso agora como cidadã comum, estou decepcionada, mas não surpresa. Se fazer a paz fosse fácil, esta teria sido feita há muito tempo. Sabíamos que o canal secreto com o Talibã era um tiro no escuro, com maior probabilidade de fracasso que de sucesso. Mesmo assim valia a pena tentar. Acredito que assentamos uma fundação positiva que poderá ajudar futuras iniciativas de paz. Existe agora uma gama de contatos entre afegãos e o Talibã, e expusemos discussões dentro do Talibã que, desconfio, apenas irão se intensificar com o tempo. A necessidade de reconciliação e de um acordo político não vai sumir. E está mais premente que nunca. O marco de referência que fincamos ainda poderá guiar o caminho.

Fiquei imaginando o que Richard teria pensado. Até o fim, ele nunca perdeu a confiança no poder da diplomacia de desenredar até mesmo os mais emaranhados nós. Gostaria que ele ainda estivesse conosco, forçando a barra, dando tapinhas nas costas e lembrando a todos que a forma de iniciar o término de uma guerra é começar a conversar.

9

Paquistão: Honra nacional

A sala segura de videoconferência no subsolo da ala oeste ficou em silêncio. Ao meu lado, o secretário Bob Gates estava sentado em mangas de camisa, de braços cruzados e olhos pregados na tela. A imagem estava distorcida, mas era inconfundível. Um dos dois helicópteros Black Hawk havia batido no alto do muro de pedra que cercava o complexo e caído no solo. Nossos piores temores estavam se realizando.

Embora o presidente Obama se mantivesse estoicamente sentado assistindo às cenas na tela, todos estávamos pensando a mesma coisa: Irã, 1980, quando uma missão de resgate de reféns acabou com um helicóptero se chocando e pegando fogo no deserto, deixando oito americanos mortos e arranhando terrivelmente a nossa nação e os nossos militares. Será que aquilo terminaria do mesmo jeito? Bob era um alto funcionário da CIA naquela época. A lembrança certamente lhe pesava, e ao homem sentado do outro lado da mesa, o presidente Obama. Ele dera a ordem final, arriscando diretamente a vida de uma equipe de SEALs da Marinha e de pilotos de helicópteros de Operações Especiais, e talvez a sorte de sua presidência, no sucesso daquela operação. E então tudo que podia fazer era assistir às imagens granuladas que nos eram transmitidas de longe.

Era 1º de maio de 2011. Fora da Casa Branca, Washington desfrutava de uma tarde de domingo primaveril. Lá dentro, a tensão vinha se acumulando desde que os helicópteros decolaram da base no leste do Afeganistão, cerca de uma hora antes. O alvo era um complexo fortificado em Abbottabad, Paquistão, que a CIA acreditava que pudesse ser o abrigo do homem mais procurado do mundo, Osama bin Laden. Anos de meticuloso trabalho da comunidade de inteligência, seguidos de meses de conscienciosas discussões nos mais altos escalões da administração Obama, tinham nos trazido para aquele dia. Então tudo estava nas mãos dos pilotos daqueles magníficos helicópteros e dos SEALs da Marinha.

O primeiro teste fora cruzar a fronteira do Paquistão. Aqueles Black Hawks eram equipados com avançada tecnologia projetada para lhes permitir operar sem serem detectados por radar, mas será que funcionaria? A nossa relação com o Paquistão, nominalmente um aliado dos Estados Unidos na luta contra o terrorismo, já era muito problemática. Se os militares paquistaneses, sempre com o dedo no gatilho por medo de uma ataque da Índia, descobrissem uma incursão secreta no seu espaço aéreo, era possível que respondessem com a força.

Havíamos discutido se devíamos informar antecipadamente o Paquistão sobre o ataque para evitar tal cenário e o completo colapso nas relações que poderia vir em seguida. Afinal, como Bob Gates sempre nos lembrava, a cooperação paquistanesa continuaria sendo necessária para reabastecer nossas tropas no Afeganistão e perseguir outros terroristas na região da fronteira. Eu investira considerável tempo e energia na relação com o Paquistão ao longo dos anos, e sabia o quanto ficariam ofendidos se não os informássemos de antemão. Porém sabia também que elementos do serviço de inteligência paquistanês, o ISI, mantinham laços com o Talibã, a Al-Qaeda e outros extremistas. Já havíamos nos dado mal antes por conta de vazamentos. Os riscos de estragar toda a operação eram simplesmente grandes demais.

A certa altura, outro alto funcionário da administração perguntou se precisávamos nos

preocupar em ferir irreparavelmente a honra nacional paquistanesa. Talvez fosse a frustração acumulada por lidar demais com engodos e conversas ambíguas em certas instâncias do Paquistão, ou as ainda vívidas lembranças da coluna de fumaça em Manhattan, mas de jeito nenhum eu deixaria os Estados Unidos perderem a nossa melhor chance de pegar Bin Laden desde que o perdemos em Tora Bora, no Afeganistão, em 2001. "E a *nossa* honra nacional?", retruquei, exasperada. "E as *nossas* perdas? E o fato de ter de ir atrás de um homem que matou 3 mil inocentes?"

O caminho para Abbottabad corria desde as passagens montanhosas do Afeganistão, passando pelas ruínas fumegantes das nossas embaixadas na África Oriental e o casco destruído do USS *Cole*, pela devastação do Onze de Setembro até a obstinada determinação de um punhado de oficiais da inteligência dos Estados Unidos que nunca desistiram da caçada. A operação Bin Laden não pôs fim à ameaça de terrorismo nem derrotou a ideologia cheia de ódio que a alimenta. Essa luta continua, mas aquele foi um momento significativo na longa batalha dos Estados Unidos contra a Al-Qaeda.

O Onze de Setembro de 2001 está gravado de forma indelével na minha mente, assim como na de todo americano. Fiquei horrorizada com o que vi naquele dia e, como senadora de Nova York, senti uma intensa responsabilidade de ficar ao lado das pessoas da nossa cidade ferida. Após uma longa noite sem dormir em Washington, peguei um voo para Nova York com Chuck Schumer, meu parceiro no Senado, num avião especial da Agência Federal de Gestão de Emergências (FEMA). A cidade estava paralisada, e éramos os únicos voando naquele dia, exceto os caças da Força Aérea que patrulhavam os céus. No Aeroporto de La Guardia pegamos um helicóptero e fomos para o Baixo Manhattan.

Ainda subia fumaça dos destroços derretidos onde um dia estivera o World Trade Center. Ao sobrevoarmos em círculos o Marco Zero da explosão, pude ver barras retorcidas e vidas destruídas pairando sinistramente sobre os primeiros voluntários e operários de construção que procuravam desesperadamente por sobreviventes no meio do entulho. As imagens de TV que eu vira na noite anterior não captaram toda a extensão do horror. Era como uma cena do *Inferno* de Dante.

Nosso helicóptero pousou no lado oeste, perto do rio Hudson. Chuck e eu nos encontramos com o governador George Pataki, com o prefeito Rudy Giuliani e outras autoridades e começamos a caminhar rumo ao sítio do atentado. O ar estava acre, e a espessa fumaça tornava difícil respirar ou enxergar. Eu usava uma máscara cirúrgica, mas o ar queimava minha garganta e meus pulmões e fazia meus olhos lacrimejar. Ocasionalmente um bombeiro surgia do meio da poeira e da destruição e vinha na nossa direção, exausto, coberto de fuligem, arrastando um machado. Alguns deles estavam trabalhando ininterruptamente desde que os aviões se chocaram com as torres, e todos haviam perdido amigos e colegas de trabalho. Centenas de corajosos voluntários perderam a vida tentando salvar outros, e muitos mais viriam a sofrer dolorosos efeitos sobre a saúde nos anos seguintes. Eu queria abraçá-los, agradecer-lhes e dizer que tudo ficaria bem. Porém eu ainda não tinha certeza disso.

No centro de comando improvisado na Academia de Polícia na rua 20, Chuck e eu recebemos um relatório dos danos. Foi terrível. Os nova-iorquinos precisariam de muita ajuda para se recuperar, e era então nosso dever garantir que a receberiam. Naquela noite, peguei o último trem para o sul antes de fecharem a Penn Station. A primeira coisa que fiz em Washington na manhã seguinte foi procurar o senador Robert Byrd, da Virgínia Ocidental, o lendário presidente do Comitê de Apropriações, para requisitar verbas para ajuda emergencial. Ele me ouviu e disse: "Pense em mim como o terceiro senador de Nova York". Nos dias que se

seguiram, ele foi fiel à sua palavra.

Naquela tarde, Chuck e eu nos dirigimos à Casa Branca, e no Salão Oval dissemos ao presidente Bush que o nosso estado necessitaria de 20 bilhões de dólares. Ele concordou imediatamente. E também colocou-se ao nosso lado durante todas as manobras políticas exigidas para enviar auxílio de emergência.

De volta ao meu escritório, os telefones não paravam de tocar, com gente pedindo ajuda para localizar familiares desaparecidos ou para buscar auxílio. Minha extraordinária chefe de gabinete, Tamera Luzzatto, e minhas equipes do Senado em Washington, D.C. e em Nova York trabalhavam 24 horas por dia, e outros senadores começaram a mandar auxiliares para ajudar.

No dia seguinte, Chuck e eu acompanhamos o presidente Bush no Air Force One de volta a Nova York, onde escutamos enquanto ele se pôs de pé sobre uma pilha de entulho e disse a uma multidão de bombeiros: “Posso ouvir vocês, o resto do mundo ouve vocês! E as pessoas que derrubaram esses prédios vão ouvir de nós logo, logo!”.

Nos dias que se seguiram, Bill, Chelsea e eu visitamos um centro de pessoas desaparecidas improvisado no Arsenal do 69º Regimento e um centro de assistência a famílias no Píer 94. Encontramos famílias embalando fotos dos seus entes queridos desaparecidos, rezando na esperança de que ainda pudessem ser encontrados. Visitei sobreviventes feridos no Hospital St. Vincent e no centro de reabilitação no condado de Winchester, para onde numerosas vítimas de queimaduras haviam sido levadas. Conheci uma mulher chamada Lauren Manning; apesar de estar com mais de 82% do seu corpo terrivelmente queimado, dando-lhe menos de 20% de chance de sobreviver, por meio de uma força de vontade feroz e um intenso esforço, ela lutou e reencontrou seu caminho de volta para a vida. Lauren e seu marido, Greg, que estão criando dois filhos, tornaram-se sonoros defensores em nome de outras famílias do Onze de Setembro. Outra sobrevivente impressionante é Debbie Mardenfeld, que foi trazida para o Hospital Central da Universidade de Nova York como uma anônima depois que destroços em queda do segundo choque esmagaram suas pernas provocando extensos ferimentos. Eu a visitei diversas vezes e conheci seu noivo, Gregory St. John. Debbie me disse que queria ser capaz de dançar no seu casamento, mas os médicos duvidavam que ela sobrevivesse, quanto mais que pudesse andar. Depois de quase trinta cirurgias e quinze meses no hospital, Debbie desconcertou todas as expectativas. Ela viveu, andou e, milagrosamente, até dançou no seu casamento. Debbie tinha me pedido para fazer uma leitura na cerimônia, e sempre me lembrarei da alegria no seu rosto ao percorrer a nave central.

Com iguais medidas de ultraje e determinação, passei meus anos no Senado lutando para financiar assistência médica para os primeiros voluntários com problemas de saúde por causa do tempo passado no Marco Zero. Ajudei a criar o Fundo de Indenização às Vítimas do Onze de Setembro e a Comissão Onze de Setembro, e apoiei a implantação de suas recomendações. Fiz tudo que pude para apressar a perseguição a Bin Laden e à Al-Qaeda e melhorar nossas ações contra o terrorismo.

Durante a campanha de 2008, tanto o senador Obama como eu criticamos a administração Bush por ficar desatenta aos fatos no Afeganistão e perder o foco da caçada a Bin Laden. Depois da eleição, concordamos que sair agressivamente atrás da Al-Qaeda era crucial para a segurança da nação e que deveria haver um renovado empenho para achar Bin Laden e trazê-lo à justiça.

Eu pensava que precisávamos de uma estratégia nova no Afeganistão e no Paquistão, além de uma nova abordagem ao contraterrorismo ao redor do mundo, uma abordagem que usasse a plenitude do poder americano para atacar finanças, recrutamento e refúgios das redes terroristas, bem como seus operadores e comandantes. Seria necessária uma ação militar ousada, cuidadoso

serviço de inteligência, tenaz aplicação da lei e delicada diplomacia, tudo trabalhando junto — em suma, poder inteligente.

Todas essas lembranças estavam na minha cabeça enquanto os SEALs se aproximavam do complexo em Abbottabad. Pensei em todas as famílias que eu conhecera e com quem trabalhara que haviam perdido entes queridos nos atentados de Onze de setembro quase uma década antes. Durante uma década, fora-lhes negada justiça. Agora talvez ela estivesse finalmente à mão.

Nossa equipe de segurança nacional começou a se atracar com a urgência da ameaça representada pelos terroristas, mesmo antes de o presidente Obama entrar no Salão Oval pela primeira vez.

Em 19 de janeiro de 2009, no dia anterior à posse, reuni-me com funcionários sêniores da segurança nacional da administração Bush, que estavam de saída, e com funcionários da administração Obama em vias de entrar, no Gabinete de Crises da Casa Branca para pensar a respeito do impensável: e se uma bomba explodisse no National Wall durante o discurso do presidente? Será que o Serviço Secreto vai tirá-lo às pressas do pódio com o mundo inteiro assistindo? Pude ver pelos olhares do pessoal de Bush que ninguém tinha uma boa resposta. Durante duas horas, discutimos como responder a relatórios de ameaças dignas de crédito contra a posse. A comunidade de inteligência acreditava que extremistas somalis associados com o Al Shabaab, organização afiliada à Al-Qaeda, estavam tentando se infiltrar através da fronteira canadense com planos de assassinar o novo presidente.

Deveríamos passar a cerimônia para um local fechado? Cancelá-la totalmente? De maneira nenhuma faríamos nem uma coisa nem outra. A posse deveria ir adiante conforme o planejado; a transferência pacífica de poder é um símbolo importante demais para a democracia americana, mas isso significava que todo mundo deveria redobrar esforços para impedir um ataque e garantir a segurança do presidente.

Afinal, a posse ocorreu sem incidentes, e a ameaça somali provou ser um alarme falso, mas o episódio serviu como mais um lembrete de que, mesmo tentando virar a página da era Bush sob muitos aspectos, o fantasma do terrorismo que definiu aqueles anos exigia vigilância constante.

Os relatórios da inteligência pintavam um quadro problemático. A invasão do Afeganistão de 2001, liderada pelos Estados Unidos, havia derrubado o regime do Talibã em Cabul e desferido um forte golpe em seus aliados da Al-Qaeda. O Talibã, entretanto, tinha se reagrupado, lançando ataques insurgentes contra forças americanas e afegãs a partir de refúgios seguros do outro lado da fronteira, as áreas tribais sem lei do Paquistão. Os líderes da Al-Qaeda provavelmente também estavam se escondendo lá. A região fronteiriça tornara-se o epicentro de um consórcio terrorista global. Enquanto esses refúgios seguros permanecessem abertos, nossas tropas no Afeganistão estariam combatendo uma batalha desvantajosa e a Al-Qaeda teria a oportunidade de planejar novos ataques internacionais. Essa foi a minha lógica para nomear Richard Holbrooke como representante especial igualmente para o Afeganistão *e* o Paquistão. Aqueles refúgios também estavam fomentando crescente instabilidade dentro do próprio Paquistão. Um ramo paquistanês do Talibã estava lançando sua própria insurgência sanguinária contra o frágil governo democrático em Islamabad. Uma tomada de poder pelos extremistas seria um cenário de pesadelo para a região e o mundo.

Em setembro de 2009, o FBI deteve um imigrante afegão de 24 anos chamado Najibullaah Zazi, que acreditavam ter sido treinado com a Al-Qaeda no Paquistão e estivesse planejando um ataque terrorista na cidade de Nova York. Posteriormente ele se declarou culpado de conspiração usando armas de destruição em massa, conspiração para cometer assassinato num país

estrangeiro e fornecer apoio material para uma organização terrorista. Era mais um motivo para preocupação com o que estava acontecendo no Paquistão.

Contemplei os olhos tristes de Asif Ali Zardari, o presidente do Paquistão, e em seguida me voltei para a velha fotografia que ele me estendeu. A foto tinha catorze anos, as lembranças que evocava eram tão vívidas como no dia em que fora tirada, em 1995. Ali estava sua falecida esposa Benazir Bhutto, a astuta e elegante ex-primeira-ministra do Paquistão, resplandecente num conjunto vermelho-claro e um lenço de cabeça branco, segurando as mãos de seus dois filhos pequenos. Ao seu lado, de pé, a minha filha adolescente, Chelsea, a expressão cheia de encanto e empolgação por se encontrar com aquela mulher fascinante e conhecer o seu país. E lá estava eu, na minha primeira visita internacional mais longa como primeira-dama sem Bill. Como eu era jovem na época, com um corte de cabelo e um papel diferentes, mas igualmente orgulhosa de estar representando meu país num lugar difícil do outro lado do mundo.

Muita coisa acontecera naqueles anos desde 1995. O Paquistão sofrera golpes de Estado, uma ditadura militar, um brutal levante extremista e dificuldades econômicas crescentes. E, o mais doloroso de tudo, Benazir foi assassinada enquanto fazia campanha para restaurar a democracia no Paquistão em 2007. Naquele momento, no outono de 2009, Zardari era o primeiro presidente civil em uma década e queria renovar sua amizade conosco e entre nossos países. Eu queria o mesmo. Era por isso que tinha vindo ao Paquistão como secretária de Estado numa época em que os sentimentos antiamericanos se espalhavam pelo país.

Zardari e eu estávamos prestes a ir a um jantar formal com grande parte da elite paquistanesa. Mas, primeiro, as recordações. Em 1995, o Departamento de Estado me pedira para ir à Índia e ao Paquistão para demonstrar que aquela parte do mundo estratégica e volátil era importante para os Estados Unidos, e apoiar os esforços para fortalecer a democracia, expandir livres mercados e promover a tolerância e os direitos humanos, inclusive os direitos da mulher. O Paquistão, que se separou da Índia numa tumultuada partilha em 1947, ano em que nasci, foi um aliado de longa data dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, mas nossa relação raramente havia sido calorosa. Três semanas antes de eu chegar, naquela viagem de 1995, extremistas mataram dois funcionários do Consulado dos Estados Unidos em Karachi. Um dos principais planejadores do atentado de 1993 ao World Trade Center, Ramzi Yousef, foi mais tarde preso em Islamabad e extraditado para os Estados Unidos. Então, o Serviço Secreto estava compreensivelmente nervoso com a minha intenção de deixar a segurança dos complexos governamentais oficiais e visitar escolas, mesquitas e hospitais. Entretanto, o Departamento de Estado concordou comigo que havia um valor real naquele tipo de envolvimento direto com o povo paquistanês.

Eu estava ansiosa para conhecer Benazir Bhutto, que fora eleita primeira-ministra em 1988. Seu pai, Zulfikar Ali Bhutto, servira como primeiro-ministro durante a década de 1970, antes de ser deposto e enforcado num golpe militar. Após anos de prisão domiciliar, Benazir surgiu nos anos 1980 como chefe de seu partido político. Sua autobiografia é apropriadamente intitulada *A filha do destino*. Narra uma história eletrizante de como determinação, trabalho árduo e habilidade política lhe possibilitaram subir ao poder numa sociedade onde muitas mulheres ainda viviam em um estrito isolamento chamado *purdah*. Nunca eram vistas por homens além de sua família imediata e deixavam a casa apenas quando totalmente veladas, isso quando chegavam a sair. Eu vivenciei isso pessoalmente quando fiz uma visita a Begum Nasreen Leghari, a esposa tradicionalista do presidente Farooq Ahmad Khan Leghari.

Benazir foi a única celebridade que esperei para ver atrás de um cordão de isolamento. Durante férias em família em Londres no verão de 1987, Chelsea e eu notamos uma grande

multidão reunida diante do Hotel Ritz. Disseram-nos que a chegada de Benazir Bhutto era aguardada em breve. Intrigadas, esperamos no meio da multidão pela chegada da comitiva de carros. Ela surgiu de limusine, elegantemente envolta da cabeça aos pés num chiffon amarelo, e deslizou suavemente pela entrada do hotel, com aparência graciosa, composta e resoluta.

Em 1995, eu era primeira-dama dos Estados Unidos e ela era primeira-ministra do Paquistão. Acontecia que Benazir e eu tínhamos amigos comuns do seu tempo em Oxford e Harvard. Eles me disseram que ela tinha um brilho ao seu redor: olhos brilhantes, um sorriso pronto e um grande senso de humor, junto com um aguçado intelecto. Tudo isso era verdade. Ela conversou candidamente comigo sobre os desafios políticos e de gênero que enfrentou e como estava comprometida com a educação para meninas, uma oportunidade, naquela época e agora, grandemente limitada a meninas de uma classe alta abastada. Benazir trajava um *shalwaar kameez*, o vestido nacional do Paquistão, uma túnica longa, esvoaçante, sobre calças largas, um traje ao mesmo tempo prático e atraente, e cobria o cabelo com lindos lenços. Chelsea e eu ficamos tão tomadas por aquele estilo que vestimos esse tipo de roupa para um jantar formal em Lahore, organizado em nossa homenagem. Eu usei seda vermelha, e Chelsea optou por azul-turquesa. No jantar, sentei-me entre Benazir e Zardari. Muito se escrevia e se fofocava sobre o casamento deles, mas eu testemunhei seu afeto e suas brincadeiras e pude observar o quanto ele a deixou feliz naquela noite.

Os anos seguintes foram marcados por dor e conflito. O general Pervez Musharraf tomou o poder num golpe militar em 1999, forçando Benazir ao exílio e Zardari à prisão. Ela e eu mantivemos contato, e ela buscou minha ajuda para obter a libertação do marido. Zardari nunca foi julgado pela lista de acusações contra ele, e finalmente foi solto em 2004. Depois do Onze de Setembro, sob forte pressão da administração Bush, Musharraf aliou-se aos Estados Unidos na guerra no Afeganistão. Contudo, devia saber que elementos da inteligência e dos serviços de segurança paquistaneses mantinham vínculos com o Talibã e outros extremistas no Afeganistão e no Paquistão que datavam desde a luta contra a União Soviética na década de 1980. Como frequentemente eu dizia aos meus homólogos paquistaneses, aquilo era pedir por confusão, era como manter cobras venenosas no quintal e esperar que elas picassem apenas os vizinhos. E, seguramente, a instabilidade, a violência e o extremismo proliferaram, e a economia desmoronou. Amigos paquistaneses que tinha conhecido nos anos 1990 me diziam: “Você não pode imaginar como as coisas estão agora. Está bem diferente. Temos medo de ir a algumas das partes mais lindas do nosso país”.

Em dezembro de 2007, depois de regressar de oito anos no exílio, Benazir Bhutto foi assassinada num comício de campanha em Rawalpindi, não muito longe do quartel-general do Exército paquistanês. Após o assassinato, Musharraf foi forçado a sair por protestos públicos e Zardari alçado ao cargo de presidente numa onda de luto nacional. Porém seu governo civil lutava para administrar os crescentes desafios econômicos e de segurança do país, e o Talibã paquistanês começou a expandir seu alcance da remota região fronteiriça para o mais densamente habitado Vale do Swat, a apenas alguns quilômetros de Islamabad. Centenas de milhares de pessoas abandonaram suas casas quando os militares paquistaneses ingressaram para rechaçar os extremistas. Um acordo de cessar-fogo entre o governo do presidente Zardari e o Talibã em fevereiro de 2009 desandou após apenas alguns meses.

À medida que os problemas do país pioravam, muitos paquistaneses dirigiram sua raiva contra os Estados Unidos, alimentados por uma mídia indócil que trafegava em terríveis teorias conspiratórias. Culpavam-nos por provocar problemas com o Talibã, explorar o Paquistão para nossas próprias finalidades estratégicas e mostrar favoritismo em relação a seu tradicional rival, a

Índia. E essas eram as reclamações mais racionais. Em algumas pesquisas, a aprovação aos Estados Unidos caía para menos de 10%, apesar dos bilhões de dólares em auxílio com que tínhamos contribuído ao longo dos anos. Na verdade, um novo e enorme pacote de assistência aprovado pelo Congresso tornou-se um para-raios para críticas no Paquistão, porque era visto como tendo muitos fios presos aos Estados Unidos. Era de enlouquecer. Toda a raiva pública tornava difícil para o governo paquistanês colaborar conosco em operações de contraterrorismo e mais fácil para os extremistas encontrar abrigo e recrutas. Zardari, entretanto, provou ser mais versado politicamente que o esperado. Estabeleceu um *modus vivendi* com os militares, e o seu governo foi o primeiro eleito democraticamente a completar o mandato na história do Paquistão.

No outono de 2009, resolvi ir ao Paquistão e captar os sentimentos antiamericanos. Disse ao meu grupo para planejar uma viagem cheia de prefeituras, mesas-redondas com a mídia e outras formas de envolvimento com o povo. Eles me avisaram: "Você vai ser um saco de pancadas". Sorri e repliquei: "Eu me desvio dos socos".

Enfrentei a minha cota de opinião pública hostil ao longo dos anos e aprendi que não se pode querer que ela não exista, nem tentar disfarçá-la com conversas engraçadinhas. Sempre haverá discórdias substantivas entre povos e nações, e não devemos ficar surpresos com isso. Faz sentido envolver-se diretamente com o povo, ouvi-lo e oferecer uma troca de opiniões respeitosa. Isso pode não mudar muitas cabeças, mas é o único jeito de avançar rumo a um diálogo construtivo. No mundo hiperconectado de hoje, a nossa capacidade de comunicação com públicos, bem como com governos, tem de ser parte da nossa estratégia de segurança nacional.

Meus anos na política me prepararam para essa fase da minha vida. Muitas vezes me perguntam como recebo as críticas que me são dirigidas. Tenho três respostas: primeira, se você opta por estar na vida pública, lembre-se do conselho de Eleanor Roosevelt e desenvolva uma pele cascuda como a do rinoceronte. Segunda, aprenda a levar as críticas a sério, mas não em termos pessoais. Os seus críticos podem na verdade lhe ensinar lições que seus amigos não podem ou não vão ensinar. Eu procuro entender os motivos da crítica, sejam eles partidários, ideológicos, comerciais ou sexistas, analisá-los para ver o que posso aprender com eles e descartar o resto. Terceira, há um persistente duplo padrão aplicado a mulheres na política — em relação a roupas, tipos de corpo e, é claro, penteados — que você não deve deixar que a desviem do essencial. Sorria e siga em frente. Claro que essas palavras resultam de anos de tentativa e erro e uma abundância de enganos, mas ajudaram-me ao redor do mundo tanto quanto em casa.

Para nos ajudar a narrar melhor a história americana e receber as críticas, recorri a uma das mais argutas executivas de mídia do país, Judith McHale, para servir como subsecretária para Diplomacia Pública e Assuntos Públicos. Ela ajudara a fundar e comandar a MTV e o Discovery Channel e é filha de um funcionário de carreira do Serviço de Relações Exteriores. Nesse posto, ajudou-nos a explicar as nossas políticas ao mundo cético, revidar contra propaganda e recrutamentos extremistas e integrar nossa estratégia de comunicação global com o restante da nossa agenda de poder inteligente. Foi também a minha representante junto à Broadcasting Board of Governors, agência que supervisiona a Voz da América e outros programas financiados pelos Estados Unidos ao redor do mundo. Durante a Guerra Fria, essa era uma parte importante da nossa comunicação, dando às pessoas trancadas atrás da Cortina de Ferro acesso a informações e notícias não censuradas. Entretanto, não nos mantivemos em dia com o mutável panorama tecnológico e de mercado. Judith e eu concordamos que precisávamos rever e atualizar nossas capacidades, mas revelou-se uma batalha árdua convencer tanto o Congresso como a Casa Branca a fazer disso uma prioridade.

Eu considerava minha tarefa forçar o Paquistão a comprometer-se e cooperar mais na luta contra

terroristas e ajudar seu governo a fortalecer a democracia e proporcionar reformas econômicas e sociais que oferecessem aos cidadãos uma alternativa viável ao radicalismo. Tinha de pressionar e criticar sem perder a ajuda do Paquistão na luta que era decisiva para o futuro de ambos os países.

Pouco depois de eu chegar a Islamabad no fim de outubro de 2009, um carro-bomba explodiu num movimentado mercado em Peshawar, uma cidade a pouco menos de 150 quilômetros a noroeste de nós. Mais de cem pessoas morreram, muitas delas mulheres e crianças. Extremistas locais haviam exigido que mulheres fossem proibidas de fazer compras no mercado, e a explosão parecia planejada para atingir aqueles que haviam se recusado a ser intimidados. Fotos de corpos terrivelmente queimados e de ruínas fumegantes ocupavam as telas de televisão por todo o país. Seria o momento escolhido uma coincidência, ou estariam os extremistas mandando um recado? De um jeito ou de outro, os riscos tinham acabado de aumentar numa viagem já delicada.

A primeira escala no meu itinerário era uma reunião com o ministro das Relações Exteriores paquistanês, o xá Mohmmad Qureshi, a curta distância da embaixada americana através das bem conservadas ruas dos quarteirões diplomáticos de Islamabad, uma cidade planejada de avenidas largas margeadas por verdes colinas, construída nos anos 1960 para tirar o governo do burburinho comercial de Karachi e mais perto do quartel-general militar em Rawalpindi. Mesmo quando um governo civil está nominalmente no poder, a influência do Exército se mantém presente. Um dos jornalistas que viajava conosco perguntou-me durante o trajeto se eu estava convencida de que o serviço de inteligência e os militares paquistaneses tinham cortado todos os laços com os terroristas. Não, respondi, não estava convencida.

Durante anos, a maioria dos paquistaneses tinha encarado a agitação na sua fronteira noroeste como algo distante. A região nunca estivera sob total controle do governo nacional, e eles estavam muito mais preocupados com os problemas imediatos e práticos de falta de eletricidade e desemprego. Porém, quando a violência passou a se tornar espalhada, as atitudes começavam a mudar.

Na conferência de imprensa que se seguiu à nossa reunião, Qureshi estava angustiado pelo atentado e dirigiu suas palavras aos extremistas. “Nós não vamos nos curvar. Nós vamos combater vocês”, disse ele. “Vocês pensam que atacando pessoas e vidas inocentes conseguirão abalar a nossa determinação? Não, não vão conseguir.” Eu me juntei a ele, condenando o atentado em termos duros, e disse: “Quero que vocês saibam que esta luta não é só do Paquistão”. Anunciei também um novo e importante projeto de assistência para ajudar nas crônicas faltas de energia que atormentavam a economia paquistanesa.

Mais tarde naquela noite sentei-me com um grupo de repórteres da televisão paquistanesa para continuar a discussão. Desde o primeiro minuto, suas perguntas foram desconfiadas e hostis. Como muitas pessoas que encontrei naquela semana, eles me pressionaram sobre as condições vinculadas ao grande pacote de ajuda recém-aprovado pelo Congresso. Seria de pensar, dada a generosidade do pacote, especialmente numa época de dificuldade econômica que nós mesmos atravessávamos, que haveria declarações de apreço. Em vez disso, tudo que ouvi foi raiva e desconfiança sobre por que o dinheiro vinha com “precondições”. As verbas triplicavam a nossa ajuda, porém muitos paquistaneses criaram problemas com a exigência de que a ajuda militar estivesse vinculada aos esforços do país em combater o Talibã. Essa parecia uma exigência razoável, mas os militares paquistaneses reagiram negativamente ao saber o que podiam e o que não podiam fazer com o nosso dinheiro. A condição era vista por muitos paquistaneses como um insulto a seu orgulho e sua soberania. Fiquei surpresa com o grau de acrimônia e incompreensão

gerado em torno desse tópico, e como muita gente parecia estar examinando detalhadamente cada palavra da legislação em busca de possíveis deslizes. Poucos americanos algum dia já leram nossas leis com tanto cuidado. “Penso que a sua ofensiva de relações públicas e charme é ótima, explicar a sua posição é ótimo”, disse um dos jornalistas, “mas acreditamos que o programa tenha algum tipo de agenda oculta.” Tentei me manter calma e paciente. Era um auxílio destinado a ajudar pessoas, mais nada. “Lamento muito que vocês creiam nisso, porque não foi esta a nossa intenção”, retruquei. “Vou ser muito clara: vocês não precisam pegar esse dinheiro. Vocês não precisam receber qualquer ajuda nossa.”

Claramente a nossa abordagem de ajudar o desenvolvimento no Paquistão não estava funcionando. Ou a política tóxica do nosso relacionamento infectara o programa de ajuda, ou o programa de ajuda não estava sendo alocado e despendido de maneira que causasse uma impressão positiva no povo paquistanês, ou ambas as coisas.

Quando me tornei secretária, os Estados Unidos estavam financiando mais de uma centena de projetos no Paquistão, a maioria relativamente pequenos e com alvos específicos. Alguns eram geridos diretamente pela USAID, mas a maioria era terceirizada para implementação feita por empreiteiras com fins lucrativos, bem como não lucrativos, inclusive ONGs privadas, instituições de caridade de cunho religioso e institutos de pesquisa. As empreiteiras eram pagas, quer os programas produzissem resultados verificáveis ou não, quer difundissem os interesses e valores do nosso país ou não. Havia tantos projetos com financiamento americano que a nossa embaixada não conseguia determinar o número total. Não era de admirar que os paquistaneses estivessem me dizendo que não podiam ver o impacto dos esforços americanos.

Tanto antes como depois da minha viagem, trabalhei com Richard Holbrooke numa estratégia para atender a essas preocupações. Concordamos que toda a ação precisava ser simplificada e racionalizada. A USAID precisava consolidar programas em projetos marcantes entre os paquistaneses que tivessem impactos mensuráveis para ambos os países. Como estávamos gastando dez vezes mais dinheiro no Paquistão que em todos os outros países combinados, parecia ser um objetivo fácil de atingir.

Nada se movia com rapidez suficiente para o meu gosto, mas em abril de 2012 a USAID anunciou que tinha desenvolvido um plano mais estratégico e focalizado para o Paquistão, centrando-se numa redução no número de programas, de 140 em 2009 para 35 em setembro de 2012, enfatizando energia, crescimento econômico, estabilização, saúde e educação. Ao menos era um passo na direção certa.

Durante a minha visita de outubro de 2009, os paquistaneses enfatizaram os custos humanos e financeiros com que estavam arcando na luta contra o terrorismo, que muitos viam como uma guerra dos Estados Unidos que lhes fora imposta injustamente. Essa luta valia a vida das 30 mil vítimas civis e militares? Não podiam simplesmente fazer um tratado de paz em separado com os extremistas e viver em paz? “Vocês tiveram um único Onze de Setembro, e nós no Paquistão temos todo dia um Onze de Setembro”, me disse uma mulher em Lahore. Reconheci seus sentimentos, e em todo lugar por onde passei prestei um tributo aos sacrifícios do povo paquistanês. Também tentei explicar por que aquela luta era tão importante para o futuro do Paquistão quanto para o nosso, especialmente naquele momento em que os extremistas estavam expandindo seu alcance além da região da fronteira. “Não conheço nenhum país que possa ficar parado assistindo à força dos terroristas intimidando pessoas e tomando grandes partes do território”, disse eu aos estudantes. Pedi-lhes que imaginassem como os Estados Unidos reagiriam se terroristas cruzassem a fronteira do Canadá e assumissem o controle de Montana. Será que aceitaríamos isso só pelo fato de Montana ser um estado remoto e esparsamente

habitado? Claro que não. Jamais permitiríamos tal cenário em nenhum ponto do nosso país, e o Paquistão também não deveria permitir.

Também ouvi um monte de perguntas sobre drones. O uso de veículos aéreos não tripulados estava se tornando rapidamente um dos mais controvertidos e eficazes elementos da estratégia do governo Obama contra a Al-Qaeda e outros terroristas em áreas de difícil acesso. O presidente Obama acabaria revelando muitos dos detalhes do seu programa e explicaria suas políticas ao mundo, mas em 2009 tudo o que eu podia dizer era "sem comentários" toda vez que o assunto era trazido à tona. Contudo, sabia-se amplamente que dezenas de terroristas experientes haviam sido retirados do campo de batalha, e mais tarde ficamos sabendo que o próprio Bin Laden estava preocupado com as pesadas baixas que os drones estavam infligindo.

Dentro do governo, discutíamos intensamente as implicações legais, éticas e estratégicas de ataques com drones, e trabalhamos arduamente para estabelecer claras diretrizes, supervisão e atribuição de responsabilidades. O Congresso proporcionou uma base legal doméstica para operações de contraterrorismo quando autorizou o uso de força militar contra a Al-Qaeda após o Onze de Setembro, e tínhamos uma base legal internacional sob as leis da guerra e da autodefesa. A administração começou a informar todos os ataques que ocorriam fora do Iraque e do Afeganistão para as respectivas comissões no Congresso. A preferência continuava sendo deter, interrogar e processar terroristas quando essas opções eram viáveis. Mas, quando não havia capacidade de capturar terroristas individuais que representassem uma ameaça real ao povo americano, os drones constituíam uma importante alternativa.

Concordei com o presidente quando ele disse que "essa nova tecnologia levantou profundas questões — sobre quem é o alvo e por quê; sobre baixas civis e o risco de criar novos inimigos; sobre a legalidade desses ataques segundo as leis americanas e internacionais; sobre a responsabilidade e a moralidade". Passei um tempo conversando sobre as complexidades desses assuntos com Harold Koh, conselheiro jurídico do Departamento de Estado, ex-reitor da Faculdade de Direito de Yale e renomado especialista em direito internacional. Harold argumentava que, como acontece com muitas armas novas, precisávamos introduzir processos e padrões transparentes regulamentando seu uso, de acordo com a legislação nacional e internacional e os interesses de segurança interna dos Estados Unidos. Ser uma nação governada por leis é um dos nossos pontos fortes, e a Suprema Corte tem sido clara ao afirmar que a luta contra o terrorismo não pode ser travada "num buraco negro jurídico".

Toda decisão individual de realizar um ataque era sujeita a rigorosa análise jurídica e política. Algumas vezes, eu apoiava um ataque específico porque acreditava ser importante para a nossa segurança nacional e porque atendia os critérios estabelecidos pelo presidente. Outras vezes, discordava; meu bom amigo, Leon Panetta, diretor da CIA, e eu tivemos uma discussão aos berros sobre um proposto ataque. Porém em todos os casos eu julgava crucial que esses ataques fossem parte de uma estratégia de contraterrorismo de poder inteligente mais amplo, que incluísse diplomacia, cumprimento da lei, sanções e outros instrumentos.

A administração fazia todo o possível para ter certeza quase absoluta de que não haveria civis mortos ou feridos. Apesar desse empenho, relatórios de baixas civis em ataques de drones — muitas vezes, mas nem sempre, não verídicos — abasteciam a raiva e os sentimentos antiamericanos. Como o programa permanecia sigiloso, eu não podia nem confirmar nem negar a exatidão desses relatórios. E tampouco estava livre para expressar a solidariedade americana para com a perda de vidas inocentes, nem explicar que o nosso curso de ação era o que tinha menos probabilidade de atingir civis, especialmente quando comparado com ações militares mais convencionais, tais como mísseis ou bombardeios — nem o custo de deixar terroristas no lugar.

Outra pergunta comum no Paquistão era como, depois de apoiar Musharraf por tanto tempo, os Estados Unidos esperavam ser levados a sério em promover desenvolvimento e democracia. Um jornalista de TV chamou nosso comportamento de "estender o tapete vermelho para um ditador". Ele e eu discutimos um pouco sobre George Bush, Musharraf e quem foi responsável pelo quê. Finalmente eu disse: "Olhe, podemos ou ficar discutindo sobre o passado — o que é sempre divertido de fazer, mas que não pode ser mudado — ou podemos decidir que vamos criar um futuro diferente. Agora, eu voto por criar um futuro diferente". Não estou segura de tê-lo convencido, mas no fim daquela sessão a raiva do grupo parecia ter perdido energia, pelo menos um pouco.

Depois de ter me encontrado com os jornalistas, era hora de reuniões e um jantar com o presidente Zardari. Foi então, no momento de tranquilidade antes de entrarmos no salão de jantar formal do palácio presidencial, que ele tirou a fotografia de catorze anos de mim e Chelsea com Benazir e seus filhos.

No dia seguinte voei para Lahore, uma cidade antiga repleta da fantástica arquitetura mongol. Milhares de policiais alinhavam-se à beira da estrada enquanto entrávamos na cidade. Vi algumas faixas de boas-vindas penduradas nas ruas, mas também passamos por turbas de jovens segurando placas com os dizeres: "Fora Hillary" e "Ataque de drone é terrorismo".

Num encontro com universitários, encarei mais questionamentos: por que os Estados Unidos sempre apoiam a Índia em vez do Paquistão? O que os Estados Unidos podem fazer para ajudar com a escassez de energia e a fraca educação no Paquistão, e por que, de novo, o pacote de ajuda vem com tantas condições? Por que os estudantes de intercâmbio paquistaneses nos Estados Unidos são estereotipados como terroristas? Como podemos confiar nos Estados Unidos se vocês falharam conosco tantas vezes antes? Eu tentava dar respostas completas e respeitosas: "É difícil seguir em frente quando estamos sempre olhando o espelho retrovisor", ressaltei. Os ânimos na sala estavam coléricos e aflitos, com pouco daquela energia positiva que encontrei em outras visitas a universidades pelo mundo.

Então uma jovem se levantou. Era estudante de medicina e ativista da Seeds of Peace [Sementes de Paz], uma organização que havia muito eu apoiava e que se dedica a reunir jovens para ajudar em negociações de paz nas zonas de conflito. Ela primeiro me agradeceu generosamente por servir de inspiração para as jovens de todo o mundo. Depois mudou para uma delicada pergunta sobre o uso de drones. Comentou os danos colaterais infligidos a civis paquistaneses e perguntou por que, já que esses ataques eram tão importantes, os Estados Unidos não podiam simplesmente compartilhar a tecnologia e inteligência necessárias com os militares paquistaneses e deixar que eles realizassem os ataques. Fiquei um pouco surpreendida pela mudança de tom, mas, ao olhar para ela, lembrei-me dos meus dias de estudante, quando eu era rápida ao questionar figuras de autoridade. Os jovens muitas vezes dizem destemidamente o que o resto de nós pensa mas tem cuidado demais para dizer em voz alta. Se eu tivesse nascido no Paquistão, quem sabe, talvez eu estivesse ali de pé no lugar onde ela estava.

"Bem, não vou falar especificamente sobre os drones", respondi, cônscia dos limites do que eu podia legalmente dizer naquele ponto sobre o uso de drones, "mas, genericamente, deixe-me dizer que há uma guerra em andamento. E, felizmente, há uma ação militar muito profissional e bem-sucedida que tem sido levada a cabo pelas forças militares paquistanesas. E eu espero que o apoio dado pelos Estados Unidos e a coragem dos militares paquistaneses possam levar grande parte dessa guerra a uma conclusão. Agora, haverá, infelizmente, aqueles que buscam infligir terror, mas que podem acabar sendo eliminados e detidos se a sociedade abruptamente se voltar contra eles. Então, penso que a guerra que o seu governo e os seus militares estão travando neste

momento é muito importante para o futuro do Paquistão, e nós vamos continuar ajudando o governo e os militares para terem sucesso nessa guerra."

Duvido que isso a tenha satisfeito. Era verdade, mas eu não podia dizer o que mais estava na minha cabeça: sim, os paquistaneses vinham pagando um preço terrível naquela luta contra o extremismo, tanto em termos civis como militares. Esses sacrifícios nunca deveriam ser esquecidos. E, felizmente, o Exército paquistanês estava finalmente penetrando em áreas disputadas como o Vale do Swat, mas muitos líderes das forças militares e da inteligência paquistanesas eram obcecados pela Índia e, ou fechavam um olho para a insurgência do Talibã e outros grupos terroristas, ou, pior, os ajudavam e instigavam abertamente. A Al-Qaeda operava a partir do solo paquistanês com aparente impunidade. Assim, os paquistaneses tinham algumas escolhas difíceis para fazer em relação ao tipo de país onde queriam viver e o que estavam dispostos a fazer para garanti-lo.

Respondi a todas as perguntas que podia. Mesmo que eles não gostassem do que eu tinha a dizer, queria ter certeza de que todos entendessem que os Estados Unidos estavam escutando e respondendo às suas preocupações.

Em seguida veio outro encontro com jornalistas locais, e mais uma vez fiz o papel do saco de pancadas. Ouvi todas as mesmas perguntas sobre a falta de respeito dos Estados Unidos pela soberania afegã e participei da forma mais honesta e respeitosa que pude. Como a imprensa descreveu, eu "parecia menos uma diplomata e mais uma conselheira matrimonial". Confiança e respeito são vias de mão dupla, lembrei aos jornalistas. Estava preparada para adotar uma postura franca em relação ao histórico dos Estados Unidos na região, bem como assumir responsabilidade pelas consequências dos nossos atos. Por exemplo, os Estados Unidos tinham sido rápidos demais em sair do Afeganistão depois que os soviéticos se retiraram em 1989. Os paquistaneses também precisavam assumir responsabilidade e aplicar aos seus próprios líderes o mesmo escrutínio que aplicavam a nós. "Não acredito que devemos ficar dando voltas em assuntos difíceis, porque isso não vai beneficiar ninguém", disse eu.

Depois de responder a uma pergunta sobre por que estávamos forçando o Paquistão a combater a guerra dos Estados Unidos sem ajuda suficiente, olhei para aqueles jornalistas, muitos dos quais eram rápidos em culpar os Estados Unidos por todos os seus problemas. "Deixem-me perguntar *a vocês* uma coisa", comecei. "A Al-Qaeda tem tido refúgio seguro no Paquistão desde 2002. Acho difícil acreditar que ninguém do seu governo saiba onde eles estão e não seria capaz de pegá-los se realmente quisessem. [...] O mundo tem interesse em ver a captura e a morte dos mentores desse sindicato terrorista, mas, até onde sabemos, eles estão no Paquistão."

Por um momento a sala ficou totalmente em silêncio. Eu acabara de dizer o que toda autoridade americana acreditava ser verdade mas nunca declarou em voz alta. Bin Laden e seus principais lugares-tenentes, com toda a probabilidade, estavam escondidos no Paquistão. Alguém devia saber onde. Naquela noite, minha declaração foi repetida incessantemente na televisão paquistanesa, e autoridades do governo em Islamabad apressaram-se em negar que soubessem de alguma coisa. Lá longe, em Washington, Robert Gibbs, secretário de Imprensa da Casa Branca, foi indagado: "A Casa Branca acha apropriado a secretária Clinton ter sido tão áspera em relação ao Paquistão nos comentários que fez sobre a falta de disposição paquistanesa de encontrar terroristas dentro das suas fronteiras?". Gibbs respondeu: "Completamente apropriado".

No dia seguinte, em outra rodada com a imprensa local, ressaltei o ponto novamente: "Alguém, em algum lugar do Paquistão, deve saber onde essa gente está".

Alguns meses depois que retornei do Paquistão, Leon Panetta me convidou para visitá-lo na sede

da CIA em Langley, na Virgínia. Eu conhecia Leon e sua esposa, Sylvia, havia décadas. Como diretor do Escritório de Gestão e Orçamento da administração Clinton, Leon desempenhou um importante papel na elaboração e aprovação do bem-sucedido plano econômico de Bill. Então, como chefe de gabinete, ajudou a manobrar a Casa Branca, através do difícil período em que os republicanos assumiram o domínio do Congresso em 1994 e a reeleição de Bill em 1996. Um orgulhoso ítalo-americano, Leon opera em Washington de forma perspicaz, direta e vívida, com fantásticos instinto e capacidade de julgamento. Fiquei feliz quando o presidente Obama pediu-lhe para voltar ao governo como diretor da CIA e, mais tarde, como secretário de Defesa. Agora Leon estava estendendo seus tentáculos para tecer a estratégia da nossa luta contra a Al-Qaeda. As operações militares, diplomáticas e de inteligência do governo contra a rede terrorista estavam mostrando resultados, mas ele e eu pensávamos que era preciso fazer um serviço melhor para combater a propaganda extremista e cortar todo acesso da Al-Qaeda a finanças, recrutas e refúgios.

Fui de carro para Langley, no começo de fevereiro de 2010. O célebre saguão na sede da CIA, recriado em incontáveis filmes de espionagem, contém um memorial solene. Aproximadamente uma centena de pequenas estrelas estão entalhadas no mármore, cada uma em memória de um agente da CIA que morreu no cumprimento do dever, inclusive muitos cuja identidade permanece sigilosa. Lembrei-me da minha primeira visita a Langley, representando meu marido numa cerimônia no começo de 1993 em homenagem à memória de dois agentes baleados e mortos num sinal de trânsito a menos de uma quadra na mesma rua. O assassino era um imigrante paquistanês chamado Mir Aimal Kansi, que fugiu do país, contudo foi mais tarde capturado no Paquistão, extraditado, condenado e executado. Fazia apenas algumas semanas que eu era primeira-dama, e a cerimônia em Langley deixou uma impressão duradoura em mim da silenciosa dedicação daqueles que trabalham na CIA.

Então, dezessete anos depois, a CIA estava novamente de luto. Em 30 de dezembro de 2009, sete funcionários foram mortos num atentado suicida numa base no leste do Afeganistão. Funcionários da inteligência e da segurança no complexo estavam para se reunir com um informante da Al-Qaeda potencialmente valioso quando ele detonou explosivos ocultos. O atentado foi um golpe terrível para a fortemente integrada agência e para o próprio Leon, que recebeu os caixões das vítimas envoltos em bandeiras na base aérea de Dover, em Delaware.

Leon publicou um editorial de opinião no *Washington Post*, defendendo seu pessoal de críticas imerecidas de "incompetência profissional" e explicando: "Nosso pessoal estava numa missão importante numa perigosa região do mundo. Eles levaram para essa missão suas habilidades, qualificações e disposição de correr riscos. É assim que temos êxito naquilo que fazemos. E às vezes, numa guerra, o preço a ser pago por isso é muito alto". Leon estava certo, tanto com respeito à importância de servir nosso país em locais perigosos quanto aos riscos envolvidos. A maioria dos americanos compreende que as nossas tropas muitas vezes precisam estar na linha de tiro. Porém o mesmo também é verdade para nossos oficiais da inteligência, diplomatas e especialistas em desenvolvimento, como fomos tragicamente lembrados nos meus anos como secretária de Estado.

Quando cheguei a Langley para nossa reunião, Leon me levou até sua sala no sétimo andar, com vista para os bosques e a extensão suburbana da Virgínia e do Potomac.

Logo juntaram-se a nós analistas do Centro de Contraterrorismo da agência para um relatório sobre a luta contra a Al-Qaeda. Discutimos como o Departamento de Estado poderia trabalhar mais próximo à comunidade de inteligência para enfrentar o extremismo violento no Afeganistão, no Paquistão e em outros pontos perigosos do mundo. O pessoal da CIA estava

especialmente ansioso pela nossa ajuda nas guerras de informação na internet e nas ondas de rádio. Eu concordava. Ainda ressoavam nos meus ouvidos as iradas queixas paquistanesas. E deixava-me louca saber que, como disse uma vez Richard Holbrooke, estávamos perdendo a batalha de comunicações para extremistas morando em cavernas. E, o mais importante, tínhamos de achar meios de desacelerar a disseminação da radicalização, ou mais terroristas brotariam para substituir os que estávamos abatendo no campo de batalha. Precisávamos também envolver mais países na luta contra a Al-Qaeda, especialmente nações de maioria muçulmana que podiam ajudar a enfrentar a propaganda e o recrutamento dos extremistas. Leon e eu orientamos nossas equipes a trabalhar juntas para criar propostas concretas que pudéssemos levar ao presidente. Durante os meses seguintes, graças à liderança do meu assessor de contraterrorismo, Danny Benjamin, desenvolvemos uma estratégia em quatro frentes.

Na primeira, para fazer um serviço melhor de contestação no espaço virtual, inclusive em websites de mídia e salas de bate-papo onde a Al-Qaeda e seus afiliados divulgavam sua propaganda e recrutavam seguidores, queríamos criar um novo Centro de Comunicações Estratégicas de Contraterrorismo, com sede no Departamento de Estado, mas trazendo especialistas de todos os setores do governo. Esse centro nervoso em Washington se ligaria a equipes civis e militares em todo o mundo como multiplicadoras de força para as ações de comunicação de nossas embaixadas visando antecipar, desacreditar e frustrar as táticas da propaganda extremista. Nós expandiríamos a nossa pequena "equipe digital" para formar um batalhão de especialistas em comunicação fluentes em urdu, árabe, somali e outros idiomas que poderiam confrontar os extremistas na internet e responder à desinformação antiamericana.

Na segunda frente, o Departamento de Estado comandaria uma ofensiva diplomática para a melhor coordenação com parceiros e aliados pelo mundo que compartilhassem o nosso interesse em combater o extremismo violento. Surpreendentemente, quase uma década depois do Onze de Setembro, ainda não havia um foro internacional dedicado a convocar regularmente os principais especialistas e elaboradores de políticas antiterroristas. Então planejamos um Fórum Global de Contraterrorismo capaz de reunir dezenas de países, inclusive muitos do mundo muçulmano, para compartilhar as melhores práticas e abordar desafios comuns, tais como o fortalecimento de fronteiras porosas e a resposta a exigências de resgate por parte de sequestradores.

Na terceira frente, queríamos incrementar o treinamento de forças estrangeiras policiais e de contraterrorismo. O Departamento de Estado já trabalhava anualmente com quase 7 mil agentes de mais de sessenta países, e tínhamos a prática de capacitar o contraterrorismo no Iêmen, no Paquistão e em outros Estados na linha de frente. Queríamos fazer ainda mais.

Na quarta frente, a intenção era usar programas e parcerias de desenvolvimento dirigido com a sociedade civil local para tentar tirar o equilíbrio das mãos do extremismo em locais específicos de alto risco terrorista. Com o tempo, descobrimos que os recrutas tinham a tendência de vir em grupos, influenciados pela família e pelas redes sociais. Podíamos não ser capazes de acabar com a pobreza e levar a democracia a todo país do mundo, mas, focando bairros, aldeias, prisões e escolas específicos, podíamos conseguir quebrar o ciclo de radicalização e romper as correntes de recrutamento.

Eu achava que essas quatro iniciativas, junto com esforços agressivos por parte do Departamento do Tesouro de enfraquecer as redes de financiamento terrorista, somavam-se numa abordagem coerente, de poder inteligente, para o contraterrorismo, capaz de complementar o que a comunidade de inteligência e os militares estavam fazendo. Pedi a Danny Benjamin que informasse a equipe da Casa Branca sobre os nossos planos e achasse um horário para eu apresentar a nossa estratégia ao presidente e ao restante do Conselho de Segurança Nacional.

Alguns dos assessores de segurança nacional da Casa Branca apoiavam o nosso plano, mas outros estavam preocupados. Queriam ter certeza de que o Departamento de Estado não estava tentando usurpar o papel da Casa Branca como principal coordenadora das atividades de várias agências, especialmente quando se tratava de comunicações. Danny explicou pacientemente que aquela pretendia ser uma iniciativa altamente concentrada no combate à propaganda extremista. Para dirimir as dúvidas, como já tinha sido necessário algumas vezes, resolvi apresentar o plano diretamente ao presidente.

No começo de julho, numa reunião marcada regularmente com o presidente Obama e todo o seu pessoal de segurança interna e contraterrorismo, apresentei a nossa estratégia. Danny trouxe uma apresentação de PowerPoint detalhada, que descrevia as quatro iniciativas e os recursos e autoridades necessários para executá-las. Panetta imediatamente me apoiou, dizendo ao presidente que era exatamente isso de que se precisava. O secretário Gates concordou. O procurador-geral Eric Holder e a secretária de Segurança Interna Janet Napolitano também se manifestaram a favor. Então nos viramos para o presidente. Pude ver que ele estava um pouco aborrecido. “Não sei o que eu tenho de fazer aqui para que as pessoas me escutem”, declarou ele, exasperado. Não era um bom começo. “Venho pedindo esse tipo de plano há mais de um ano!” Era sinal verde do degrau mais alto. “Temos tudo de que precisamos”, disse eu depois a Danny. “Vamos começar.”
“Temos uma pista.”

Era começo de maio de 2011, e Leon Panetta e eu estávamos almoçando num refeitório privado no oitavo andar do Departamento de Estado.

Não muito antes, ele me chamara de lado numa reunião no Gabinete de Crises dizendo que tinha algo importante para conversar em particular. Sem equipes, sem anotações. Ofereci-me para lhe fazer outra visita em Langley, mas dessa vez ele insistiu em vir ao Departamento de Estado. Então ali estávamos nós, almoçando. Eu estava ansiosa para ouvir o que ele tinha em mente.

Leon inclinou-se para a frente e disse que a CIA vinha seguindo a melhor pista em anos sobre um possível paradeiro de Osama bin Laden. A agência vinha trabalhando nisso sem alarde por algum tempo. Leon estava começando a contar aos poucos aos funcionários mais graduados da administração, iniciando pela Casa Branca. Tinha ido visitar Bob Gates no Pentágono em dezembro. Em fevereiro, mandou chamar os chefes do Estado-Maior e o almirante Bill McRaven, chefe do Comando de Operações Especiais Conjuntas, cujas tropas podiam ser chamadas para executar um assalto se a inteligência fosse forte o suficiente. Agora estava contando para mim, porque queria que eu me juntasse a um pequeno grupo na Casa Branca para discutir o que fazer.

Eu sabia que o presidente Obama dissera a Leon logo depois da posse que queria a CIA redirecionando o foco de seus objetivos para a Al-Qaeda e em encontrar Osama bin Laden. Agentes e analistas trabalhavam em turno triplo em Langley e no campo, e agora parecia que seus esforços estavam produzindo resultados. Fazia quase uma década desde que eu estivera parada naquela pilha fumegante no Marco Zero e os americanos ainda queriam justiça, mas sabia também que a inteligência é um ramo incerto e que pistas anteriores haviam falhado em se concretizar.

Eu não podia contar a ninguém no Departamento de Estado — nem em nenhum outro lugar — o que estava acontecendo, o que criou alguns momentos de constrangimento com o meu pessoal. Já fazia mais de vinte anos desde que eu não podia fazer alguma coisa sem que pelo menos uma dúzia de pessoas ficasse sabendo, mas, disfarçando um pouquinho, consegui dar um

jeito.

Nosso pequeno grupo reuniu-se na Casa Branca inúmeras vezes, em março e abril. Leon e sua equipe apresentaram o caso que os levou a suspeitar de que um "alvo valioso", possivelmente Bin Laden, estava morando em um complexo cercado por muros na cidade paquistanesa de Abbottabad, não muito longe da principal academia de treinamento militar do país, o equivalente à nossa West Point. Alguns dos analistas de inteligência estavam muito confiantes de que finalmente tinham o homem nas mãos. Outros estavam bem menos confiantes, sobretudo aqueles que tinham vivido o fracassado processo de inteligência que concluiu que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa. Nós filtramos os relatórios, escutamos os especialistas e pesamos as probabilidades dos dois lados.

Também discutimos as nossas opções. Uma delas era passar nossa informação para os paquistaneses e conduzir uma operação conjunta, mas eu e outros achamos que não podíamos confiar no Paquistão. O presidente imediatamente tirou da mesa essa opção. Outra era bombardear o complexo a partir do ar. Isso apresentaria pouco risco ao pessoal dos Estados Unidos, mas tinha probabilidade de causar significativos danos colaterais numa vizinhança densamente habitada, e não haveria modo de determinar com absoluta certeza se Bin Laden realmente estava lá. Usar um míssil dirigido disparado de um drone ou de outra plataforma poderia limitar os danos, mas ainda não haveria como recuperar e identificar o corpo, tampouco coletar qualquer outra informação útil sobre as instalações. Pior ainda, poderia errar o alvo ou não alcançar o objetivo. O único meio de ter certeza de que ele estava lá, e de ter igual certeza de que seria capturado ou morto, seria introduzir soldados de Operações Especiais no Paquistão e fazer uma incursão no complexo. Os homens do almirante McRaven eram altamente qualificados e experientes, mas não havia dúvida de que aquela opção apresentava de longe o maior risco, especialmente se eles acabassem em conflito com forças de segurança paquistanesas, a centenas de quilômetros de um refúgio.

Os principais assessores do presidente estavam divididos sobre a sensatez de uma incursão. Leon e Tom Donilon, na época conselheiro de Segurança Nacional, em última análise recomendaram desfechar a operação. Bob Gates, que passara décadas como analista da CIA, não comprou a ideia. Julgava que a informação era circunstancial e preocupava-se que um rompimento com os paquistaneses pudesse pôr em risco o esforço de guerra no Afeganistão. Bob também carregava dolorosas lembranças da Operação Garra de Águia, a desastrosa tentativa fracassada de resgatar os reféns no Irã em 1980, que deixou oito tripulantes americanos mortos quando um helicóptero colidiu com uma aeronave de transporte. Aquele era um cenário de pesadelo que ninguém queria ver repetido. Ele achava que os riscos de uma incursão eram simplesmente altos demais e preferia um ataque aéreo, embora acabasse mudando de ideia. O vice-presidente Biden estava cético.

Foram discussões difíceis e passionais. Diferentemente da maioria dos assuntos com que eu lidava como secretária de Estado, devido ao extremo sigilo daquele caso, não havia nenhum assessor de confiança ou especialista a quem eu pudesse recorrer.

Eu levei o sigilo extremamente a sério, como o presidente Obama descobriu quando, depois de terminada a incursão mas antes de ir à televisão para informar ao país, ligou para os quatro ex-presidentes ainda vivos para contar-lhes pessoalmente. Quando conseguiu falar com Bill, começou: "Presumo que Hillary já lhe contou [...]". Bill não tinha a menor ideia do que ele estava falando. Disseram-me para não contar a ninguém, então não contei a ninguém. Mais tarde, Bill brincou comigo: "Ninguém jamais vai duvidar que você é capaz de guardar um segredo!".

Eu respeitava as inquietações de Bob e Joe acerca dos riscos de uma incursão, mas cheguei

à conclusão de que a informação era convincente e os riscos eram superados pelos benefícios de sucesso. Só precisávamos assegurar que desse certo.

Essa seria a tarefa do almirante McRaven. Ele era um homem da Marinha que galgara a hierarquia passando por todos os escalões, inclusive a temporária liderança de uma equipe SEAL de demolição submarina. Quanto mais eu o conhecia e o via planejar aquela missão, mais confiante me sentia. Quando perguntei dos perigos de uma incursão ao complexo, o almirante McRaven me assegurou de que suas forças de Operações Especiais tinham conduzido centenas de missões semelhantes no Iraque e no Afeganistão, às vezes duas, três ou mais numa única noite. A Operação Garra de Águia havia sido um desastre, mas as forças de Operações Especiais aprenderam com ela. A parte complicada seria chegar a Abbottabad sem acionar nenhum radar paquistanês e a consequente resposta de suas forças de segurança estacionadas nas proximidades. Uma vez no solo, os SEALs da Marinha se desincumbiriam da tarefa.

Os SEALs e os Night Stalkers [caçadores noturnos], como eram chamados os pilotos do 160º Regimento Aéreo de Operações Especiais do Exército, treinaram exaustivamente para a missão, inclusive com dois ensaios em réplicas de tamanho real do complexo, conduzidos em duas diferentes locações secretas nos Estados Unidos. Havia também um cão pastor-belga malinois, especialmente treinado, chamado Cairo, que trabalhava junto com os SEALs.

Em 28 de abril de 2011, o presidente Obama convocou o grupo para uma última reunião no Gabinete de Crises da Casa Branca. Passou de um em um ao redor da mesa, pedindo a todos sua recomendação final. O presidente e eu somos ambos advogados, e com o tempo eu aprendera como apelar para sua mente altamente analítica. Então expus o caso metodicamente, incluindo os danos potenciais para a nossa relação com o Paquistão e os riscos de uma operação fracassada, mas concluí que a chance de pegar Bin Laden valia a pena. Como eu tinha vivenciado de primeira mão, a nossa relação com o Paquistão era estritamente transacional, baseada em interesses mútuos, não em confiança. Ela sobreviveria. Eu achava que tínhamos de partir para a operação.

Havia também a questão da escolha do momento certo e da logística. Como a incursão precisava ser conduzida no escuro, o almirante McRaven recomendou desfechá-la na primeira noite sem Lua, que seria no sábado, 30 de abril, apenas dois dias à frente. Alguns levantaram uma preocupação inesperada. O jantar anual com os correspondentes da Casa Branca, um evento a rigor no qual o presidente em geral conta piadas diante de um salão cheio de repórteres e celebridades, estava programado para a mesma noite. A preocupação era com a impressão que se teria com o presidente dando seu show de rotina e, por acaso, ele ser necessário durante a execução da missão. E se ele cancelasse, ou saísse mais cedo, despertaria suspeitas, o que poderia ameaçar o sigilo da operação. O almirante McRaven, sempre um bom soldado, resolutamente prometeu que domingo serviria se aquela fosse a decisão final, embora qualquer outro adiamento pudesse ser um problema.

Eu já tinha participado de um monte de conversas absurdas, mas aquela já era demais. Estávamos falando de uma das decisões de segurança nacional mais importantes que o presidente tomaria. A missão já era complicada e perigosa o bastante. Se o comandante de Operações Especiais queria a ação desfechada no sábado, então era o que devíamos fazer. Não me lembro exatamente do que eu disse, mas alguns jornalistas ventilaram que eu soltara um palavrão para descartar o jantar dos correspondentes como uma preocupação. Não tentei desmentir.

O presidente concordou. Disse que, se o pior acontecesse e ele tivesse de sair às pressas no meio do jantar, poderiam sempre usar uma dor de barriga como desculpa. No final, estava prevista neblina em Abbottabad para aquela noite de sábado, e a missão de toda maneira precisou

ser adiada para domingo, mas pelo menos não foi por causa de uma festa em Washington.

Após a última reunião, o presidente reservou um tempo para pensar e tomar uma decisão. A equipe ainda estava dividida. Era uma escolha que somente ele podia fazer. Então ele deu a ordem. A operação Lança de Netuno seria realizada.

Passei a noite de sábado no casamento de uma amiga íntima da minha filha. A noiva, uma brilhante e jovem estrategista militar, fluente em mandarim e estudiosa das forças militares chinesas, e seus amigos, todos jovens inteligentes e cativantes. Era uma agradável noite de primavera, e a recepção foi num terraço com vista para o Potomac. Fiquei um pouco afastada, olhando para o rio e pensando naquilo que o dia seguinte traria. Os convidados se aproximavam de mim para conversar, e em pouco tempo havia cerca de uma dúzia de pessoas ao meu redor. Um rapaz perguntou: "Secretária Clinton, a senhora acha que um dia pegaremos Bin Laden?". Com dificuldade contive um sobressalto, atônita por ele ter feito aquela pergunta justamente naquela noite. Respondi: "Bem, espero que sim".

Às 12h30 do dia seguinte, domingo, 1º de maio, fiz o trajeto de quinze minutos de carro da minha casa até a Casa Branca para juntar-me aos outros membros da equipe de segurança nacional no Gabinete de Crises. O pessoal da Casa Branca trouxera comida de uma delicatéssen local, e todos estavam vestidos informalmente. Dois dos funcionários da CIA que haviam caçado Bin Laden por mais de uma década juntaram-se a nós; era difícil de acreditar que sua caçada em breve estaria terminada. Revisamos mais uma vez os detalhes da operação, inclusive os telefonemas que daríamos logo depois.

Às 14h30, hora de Washington, dois helicópteros Black Hawk transportando SEALs da Marinha decolaram de uma base em Jalalabad, no leste do Afeganistão, às onze da noite, horário local. Quando cruzaram a fronteira entrando no Paquistão, três grandes helicópteros de transporte Chinook os seguiam com reforços prontos para eventuais necessidades.

O ruído das hélices dos Black Hawks cortava o silêncio da noite de Abbottabad, cerca de dois minutos antes de eles começarem a sobrevoar o complexo. Sua aproximação era visível, rápida e a baixa altitude, na tela que víamos numa pequena sala de reuniões, do outro lado do grande Gabinete de Crises. Então, em vez de pairar no ar enquanto os SEALs desciam pelas cordas até o chão, como pedia o plano, um dos Black Hawks rapidamente começou a perder sustentação. O piloto fez uma "aterrissagem forçada", e a cauda do helicóptero atingiu o muro do complexo. (Mais tarde, os militares conseguiram identificar o problema: o modelo do complexo em tamanho real para os exercícios de simulação tinha uma cerca de tela em vez de um muro de pedra, o que alterou a dinâmica do fluxo de ar o suficiente para comprometer a operacionalidade do Black Hawk.) Como se isso já não fosse suficientemente alarmante, um segundo helicóptero, que deveria pousar e despejar SEALs no telhado do complexo, precisou improvisar, passando reto sem parar, pousando em vez disso no chão do lado de fora do complexo.

Foi um momento tenso, um dos mais tensos que consigo me lembrar. Conjurava fantasmas, não só do trágico acidente no Irã que Bob prescientemente receava desde o início, mas também da fracassada operação Black Hawk Down, na Somália, em 1993, quando dezoito soldados americanos foram mortos em Mogadiscio. Estaríamos prestes a testemunhar outro desastre dos Estados Unidos? Pensei nos homens arriscando sua vida ali no meio da noite do outro lado do mundo e segurei a respiração. Há uma foto famosa daquele dia que me mostra colocando a mão na boca enquanto todos observávamos a tela. Não posso dizer com certeza em que momento a foto foi tirada, mas ela capta como eu me sentia.

Finalmente pudemos expirar: o Black Hawk danificado pousou e os SEALs saltaram, prontos para começar o assalto. Foi o primeiro de muitos atos heroicos naquela noite. O almirante

McRaven estava certo: sua equipe sabia como lidar com cada buraco do caminho. A operação ainda estava em andamento.

Assistimos na tela à movimentação dos SEALS fazendo uma varredura do pátio do complexo e entrando no edifício à procura de Bin Laden. Ao contrário do que disseram algumas reportagens e do que se assiste no cinema, não tínhamos como ver o que estava acontecendo no interior do edifício. Tudo que podíamos fazer era esperar por uma informação atualizada da equipe em terra. Olhei para o presidente. Ele estava calmo. Raramente me senti mais orgulhosa de servir ao seu lado do que naquele dia.

Depois de um tempo que pareceu uma eternidade, mas na verdade foram quinze minutos, veio a palavra de McRaven de que a equipe achara Bin Laden e que ele era "E-KIA" — *Enemy Killed in Action* [inimigo morto em ação]. Osama bin Laden estava morto.

Um dos helicópteros de apoio chegara para ajudar a transportar os SEALS para a segurança, junto com o corpo de Bin Laden e um tesouro de informações capturadas, mas primeiro tiveram de explodir o helicóptero quebrado que estavam deixando para trás, para que nada da sua avançada tecnologia pudesse ser recuperada e estudada. Enquanto parte da equipe plantava os explosivos, outros reuniram todas as mulheres e crianças que viviam no complexo — as famílias de Bin Laden e outros — e as levaram para um lugar seguro atrás do muro para ficarem protegidas da explosão. Em meio a todos os perigos e pressões do dia, aquele gesto humano por parte dos nossos militares falou bem alto sobre os valores dos Estados Unidos.

Quando soube que os SEALS estavam de volta ao Afeganistão e o corpo havia sido confirmado como sendo de Bin Laden, era hora de o presidente dirigir-se à nação. Fui com ele, Biden, Panetta, Donilon, Mike Mullen e Jim Clapper, diretor da Inteligência Nacional, para o Salão Leste, um local onde eu estivera inúmeras vezes para anúncios, espetáculos de música e jantares oficiais. Agora eu estava numa pequena audiência, assistindo ao presidente fazer um comunicado histórico. Eu estava esgotada pelas emoções e pelas implacáveis tensões do dia, sem falar nas semanas e nos meses que haviam levado a ele. Escutar o presidente descrever a bem-sucedida operação deixou-me igualmente orgulhosa e grata. Quando caminhávamos de volta pela colunata que ladeia o Rose Garden, ouvimos um rugido inesperado vindo do outro lado dos portões. Então vi uma multidão imensa de jovens, muitos deles estudantes das universidades próximas, reunida na frente da Casa Branca numa celebração espontânea, agitando bandeiras americanas e entoando "USA! USA!". A maioria era criança quando a Al-Qaeda atacou os Estados Unidos em 11 de setembro. Tinham crescido à sombra da guerra contra o terrorismo, que tinha feito parte da sua consciência desde quando podiam se lembrar. Agora estavam exprimindo a liberação emocional que todo o nosso país sentia depois de tantos anos esperando por justiça.

Fiquei parada e me deixei banhar pelos gritos e pelas ovações. Pensei nas famílias que conheci naquele tempo em Nova York que ainda choravam a morte de seus entes queridos perdidos naquele dia terrível. Encontrariam alguma medida de consolo naquela noite? E sobreviventes como Lauren Manning e Debbie Mardenfeld, que haviam sido terrivelmente feridas, poderiam agora encarar o futuro com confiança e otimismo renovados? Também pensei nos funcionários da CIA que nunca desistiram da caçada, mesmo quando o rastro esfriava, e nos SEALS e pilotos que se saíram ainda melhor do que o almirante McRaven prometera. E todos eles voltaram para casa.

Eu não estava nem um pouco ansiosa pelas difíceis conversas que nos esperavam com os paquistaneses. Como era esperado, quando a notícia se espalhou, o país entrou em polvorosa. Os militares estavam humilhados, e o público inflamado pelo que viam como violação da soberania

paquistanesa. Mas, quando contatei o presidente Zardari, ele foi mais filosófico que hostil: “As pessoas pensam que eu sou fraco”, disse ele, “mas não sou fraco. Sei que o meu país e eu fizemos todo o possível. Não posso negar o fato de que o homem mais procurado do mundo estava no meu país. É falha de todo mundo nós não sabermos”. E enfatizou que o Paquistão era amigo dos Estados Unidos por seis décadas, e descreveu a luta contra o terrorismo em termos profundamente pessoais: “Eu estou lutando pela minha vida e pela vida futura dos meus filhos”, disse. “Estou combatendo as pessoas que mataram a mãe dos meus filhos.”

Solidarizei-me com Zardari e lhe disse que algumas autoridades do governo americano estavam a caminho para encontrar-se pessoalmente com ele. Eu mesma iria na hora certa. Mas também fui firme com ele: “Senhor presidente, acredito fortemente que possa haver um caminho à frente que atenda aos interesses de ambos os nossos países. Ambos estaríamos em situação muito pior se a nossa estreita cooperação terminasse. Porém quero esclarecer, como amiga próxima e alguém com alta consideração pelo senhor, que encontrar esse caminho exigirá que o senhor e o seu país façam escolhas. Nós queremos uma cooperação maior”.

Nos meses seguintes, eu viria a dedicar intensa energia para manter a nossa frágil relação, como também o fez nosso embaixador em Islamabad, Cameron Munter, junto com seu pessoal. Chegamos perto de uma séria ruptura diversas vezes, mas os interesses fundamentais comuns que eu descrevera aos meus colegas nas nossas deliberações na Casa Branca continuaram a aproximar os nossos países. Mesmo sem Bin Laden, o terrorismo continuaria sendo uma ameaça que nenhuma nação podia ignorar. O Paquistão ainda enfrentava uma mortal insurgência do Talibã e crescentes problemas sociais e econômicos.

Em novembro de 2011, seis meses depois da operação de Abbottabad, 24 soldados paquistaneses foram mortos por tropas americanas num trágico acidente ao longo da fronteira com o Afeganistão. Os Estados Unidos imediatamente enviaram condolências, mas as emoções paquistanesas atingiram o auge. Em resposta, o governo do Paquistão fechou as linhas de abastecimento da OTAN para o Afeganistão, e o Parlamento deu início a uma revisão das relações com os Estados Unidos. Os paquistaneses queriam um pedido de desculpas direto, o que a Casa Branca não estava disposta a fazer. Contêineres militares ficaram parados durante meses, criando desafios logísticos para as nossas tropas, adicionando custos financeiros para nós — 100 milhões de dólares por mês — e privando os paquistaneses de uma renda muito necessária.

Sem nenhum progresso na reabertura das linhas de abastecimento na época da Cúpula da OTAN, em maio de 2012, em Chicago, sugeri ao presidente Obama que precisávamos de uma abordagem diferente para resolver o impasse. Ele concordou em me deixar tentar, passando por cima das objeções do Conselho de Segurança Nacional e do Departamento de Defesa. Alguns dos assessores do presidente, de olho na campanha de reeleição, eram totalmente contra a ideia de um pedido de desculpas, especialmente ao país que tinha abrigado Bin Laden. Entretanto, para ajudar a abastecer as tropas da Coalizão, era preciso resolver aquele impasse. Eu disse a Obama que absorveria quaisquer ataques políticos que pudessem advir. Encontrei-me com o presidente Zardari em Chicago e lhe informei que necessitava da sua ajuda para conseguir a abertura das linhas de abastecimento, exatamente como seu governo necessitava dos pagamentos que recebia por permitir que os comboios atravessassem o Paquistão. Despachei o subsecretário Tom Nides, um experiente negociador, para reunir-se em particular com o ministro das Finanças do Paquistão. Essa era uma daquelas situações em que a disposição para reconhecer um erro não era sinal de fraqueza, mas um compromisso pragmático. Então dei a Tom instruções claras: seja discreto, seja sensato e consiga o acordo.

A negociação nos bastidores ajudou a apaziguar os sentimentos paquistaneses. Quando me

encontrei com a ministra das Relações Exteriores, Hina Rabbani Khar, que substituíra Qureshi, em Istambul, em junho, pude perceber que estávamos perto de uma solução. No começo de junho, fechamos um acordo. Reconheci os erros que resultaram na perda da vida dos militares paquistaneses e mais uma vez ofereci nossas sinceras condolências. Ambos os lados lamentaram as perdas sofridas na luta contra o terrorismo. Os paquistaneses reabriram a fronteira, permitindo-nos conduzir a planejada redução de forças da Coalizão a um custo bem menor do que teria sido se tivéssemos de fazer outro trajeto. Tom e o ministro das Finanças mantiveram seu diálogo e chegaram a publicar um editorial de opinião conjunto explorando possíveis áreas de cooperação, especialmente em desenvolvimento econômico.

As negociações e o eventual acordo em relação às linhas de abastecimento serviram de lição de como os Estados Unidos e o Paquistão podem trabalhar juntos no futuro para atender a seus interesses comuns. À medida que as tropas de combate americanas deixarem o Afeganistão, a natureza da nossa relação irá mudar, porém ambos os países ainda terão interesses mutuamente dependentes. Assim, precisaremos encontrar meios de trabalhar juntos de forma construtiva. Futuras discórdias e incompatibilidades de visão são inevitáveis, mas, se queremos resultados, não temos alternativa a não ser nos mantermos focados e pragmáticos.

Entrementes, a Al-Qaeda sofrera uma sério golpe, apesar de ainda não estar derrotada. Em virtude da operação em Abbottabad, os SEALs retornaram com extensas informações sobre o funcionamento interno da Al-Qaeda. E também acrescentaria ao que já sabíamos sobre a disseminação de organizações afiliadas: a Al Shabaab na Somália, a Al-Qaeda do Norte da África no Magreb Islâmico e a Al-Qaeda da península Arábica, que vinham se tornando dia a dia ameaças cada vez maiores. A morte de Bin Laden e a perda de vários comandantes de primeiro escalão certamente reduziriam a capacidade do núcleo da Al-Qaeda no Afeganistão e no Paquistão de desferir novos ataques contra o Ocidente. Ao mesmo tempo, porém, isso deslocaria influência e impulso para as afiliadas, criando uma ameaça mais difusa e complexa.

Confrontada com esse crescente desafio, senti ainda maior certeza de que precisávamos adotar a abordagem do poder inteligente para o contraterrorismo, a abordagem que eu descrevera para o presidente em 2010. No Departamento de Estado, vínhamos trabalhando silenciosamente para desenvolver as ferramentas e capacidades de que necessitávamos, inclusive expandir o nosso escritório de contraterrorismo para torná-lo uma agência de pleno direito comandada por um subsecretário de Estado. Contudo, trabalhar com o restante do governo podia ser de uma lentidão frustrante. Tínhamos de brigar por cada centavo de verbas e, apesar dos penetrantes comentários do presidente em julho de 2010, levamos mais de um ano para conseguir que a Casa Branca emitisse uma ordem executiva para estabelecer um Centro de Comunicações Estratégicas de Contraterrorismo. Finalmente a recebemos em 9 de setembro de 2011. Naquele mesmo dia, fiz uma visita à Faculdade de Justiça Criminal John Jay, em Nova York, e proferi um importante discurso explicando a nossa estratégia para incrementar o lado civil do contraterrorismo.

Doze dias depois, paralelamente à Assembleia Geral das Nações Unidas, inaugurei o Fórum Global de Contraterrorismo. A Turquia foi copresidente, e aproximadamente trinta outros países juntaram-se a nós, inclusive nações do Oriente Médio e de maioria islâmica. Os primeiros resultados nos dois anos seguintes foram encorajadores. Os Emirados Árabes Unidos concordaram em sediar um centro internacional focado em contrapor o extremismo violento, e um centro de justiça e legalidade foi aberto em Malta. Essas instituições treinam policiais, educadores, líderes religiosos e comunitários, bem como formuladores de políticas públicas. Reúnem especialistas em comunicações que sabem como minar a propaganda extremista e agentes da lei que possam ajudar governos e comunidades a aprender a se proteger dos

terroristas. Também trabalham com educadores que possam conceber currículos livres de ódio e dar aos professores as ferramentas para proteger crianças que correm risco de recrutamento por parte de extremistas.

Um dos primeiros focos do Fórum Global de Contraterrorismo foram os sequestros mediante resgate, que surgiram como principal instrumento de financiamento para grupos afiliados à Al-Qaeda no Norte da África e em todo o mundo, especialmente à medida que outras vias financeiras se fecharam para eles. Com robusto apoio dos Estados Unidos, o Fórum desenvolveu um código de conduta que impediria as nações de pagar resgates, o que apenas estimula mais sequestros. O Conselho de Segurança das Nações Unidas avalizou o código, e a União Africana criou treinamentos para auxiliar as forças de segurança de toda a região a desenvolver táticas alternativas.

Fizemos também algum progresso na frente das comunicações. Por exemplo, quando a Primavera Árabe varreu o Oriente Médio, nosso novo Centro de Comunicações Estratégicas de Contraterrorismo trabalhou arduamente para mostrar que a Al-Qaeda estava do lado errado da história. Um vídeo curto que a equipe produziu e fez circular na internet começava com uma gravação do novo líder da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri, alegando que a ação pacífica jamais traria mudanças no Oriente Médio, seguida de uma sequência de imagens de protestos pacíficos no Egito e comemorações após a queda de Mubarak. O vídeo despertou uma enxurrada de reações em toda a região. “Zawahiri não tem que se meter no Egito. Vamos resolver os nossos problemas sozinhos”, dizia um comentário no site do Fórum no Egito.

Esse tipo de batalha ideológica é lento e progride aos poucos, mas é importante, pois a Al-Qaeda e suas afiliadas terroristas não podem sobreviver sem um fluxo constante de novos recrutas para substituir os terroristas que são mortos ou capturados, e porque propaganda não contestada pode gerar instabilidade e inspirar ataques. Vimos isso em setembro de 2012, quando extremistas despertaram uma corrente de indignação em todo o mundo muçulmano graças a um ofensivo, ainda que obscuro, vídeo divulgado na internet sobre o profeta Maomé. Como resultado, embaixadas e consulados americanos em muitos países foram alvo de protestos.

Se tomarmos uma certa distância para ter uma visão mais abrangente, podemos ver que o extremismo violento está associado a quase todos os problemas globais complexos dos dias de hoje. Ele pode criar raízes em regiões de crise e pobreza, florescer sob a repressão e na ausência de legalidade, despertar ódio entre comunidades que viveram lado a lado durante gerações e explorar conflitos dentro de um país ou entre nações. Esse é o argumento para que os Estados Unidos se envolvam nos mais difíceis lugares com os mais difíceis desafios do mundo.

Quarta parte

Entre a esperança e a história

10

Europa: Laços que atam

Existe uma canção das escoteiras que aprendi na escola primária. Chama-se “Make New Friends” e diz assim: “Faça novos amigos, mas conserve os antigos. Aqueles são de prata, estes são de ouro”. Para os Estados Unidos, a aliança com a Europa vale mais que ouro.

Quando os Estados Unidos foram atacados em 11 de setembro de 2001, os países da Europa puseram-se ao nosso lado sem hesitação. Uma manchete no jornal francês *Le Monde* proclamou: “Somos todos americanos”. No dia seguinte ao atentado, a OTAN invocou pela primeira vez na história o Artigo V do Tratado de Washington, que estipula que o ataque a um aliado é um ataque a todos os aliados. Após décadas de americanos postados junto aos europeus em lugares que iam de Utah Beach,[4] passando pelo Checkpoint Charlie, até Kosovo, os europeus agora nos informavam que queriam estar ao nosso lado na nossa hora de necessidade.

Infelizmente, depois desse auge, o relacionamento deteriorou. A maioria dos nossos aliados europeus discordou da decisão de invadir o Iraque. Muitos foram desestimulados pelo estilo “ou vocês estão conosco, ou estão contra nós” da administração George W. Bush, exemplificado pela desdenhosa descrição feita pelo secretário de Defesa Donald Rumsfeld, chamando França e Alemanha de “Velha Europa” no auge do debate sobre o Iraque no começo de 2003. Em 2009, as opiniões positivas sobre os Estados Unidos por parte da Europa haviam erodido significativamente, de uma aprovação de 83% no Reino Unido e 78% na Alemanha em 2000 para 53% e 31%, respectivamente, no fim de 2008. Estava claro que a nova administração Obama tinha um trabalho definido pela frente.

Provavelmente o nosso maior trunfo para virar a maré da opinião pública europeia fosse “o efeito Obama”. Através do continente, os europeus estavam incrivelmente empolgados com o nosso novo presidente. Como candidato em julho de 2008, ele deixara eletrizada uma enorme multidão de quase 200 mil pessoas em Berlim. No dia seguinte à eleição, a manchete de um jornal francês proclamava: “Um sonho americano”. Na verdade, as expectativas eram tão altas que administrá-las e canalizar toda aquela energia positiva em progressos duradouros foram um dos nossos primeiros desafios.

Apesar das tensões da era Bush, nossos laços eram mais profundos que qualquer discordância acerca de políticas específicas. Nossos aliados europeus se mantiveram parceiros dos americanos em primeira instância em quase todo desafio. E, acima de tudo, era uma aliança de valores, enraizada num profundo comprometimento com a liberdade e a democracia. As cicatrizes de duas guerras mundiais e da Guerra Fria estavam regredindo para se tornarem apenas história, mas muitos europeus ainda tinham consciência dos grandes sacrifícios feitos pelos americanos para os manterem livres. Só na França estão sepultados mais de 60 mil soldados americanos.

A visão da Europa livre e em paz havia sido a meta de toda administração americana desde o fim da Guerra Fria. No seu cerne estava a noção de que povos e países podem ir além de velhos conflitos para desenhar um futuro próspero e pacífico. Eu vi como isso pode ser difícil, o quanto as correntes da história amarram gerações e sociedades inteiras. Certa vez perguntei a uma representante do sul da Europa como iam as coisas no seu país. Ela começou a resposta

dizendo: “Desde as Cruzadas...”. Eis como funciona a memória profunda em muitas partes da Europa e, na verdade, no mundo todo, como se os séculos XX e XXI fossem apenas a camada superior do solo. Ao mesmo tempo que a memória unia vizinhos e aliados, acompanhando-os ao longo de tempos difíceis, também mantinha vivos velhos ódios e impedia as pessoas de olharem para o futuro. Contudo, os povos da Europa Ocidental tinham mostrado que era possível desvencilhar-se dos fardos do passado quando se reconciliaram nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. E vimos isso novamente depois da queda do Muro de Berlim, quando a Europa Central e o Leste Europeu deram início ao processo de integração mútua e com as nações da União Europeia.

Em 2009, o progresso histórico fora conseguido em grande parte do continente, e em muitos aspectos estávamos mais perto do que nunca daquela visão de uma Europa inteira, livre e pacífica. Porém ela era mais frágil do que muitos americanos podem ter percebido. Pela periferia europeia, as economias do sul da Europa oscilavam em crises financeiras, os Bálcãs ainda se debatiam com as cicatrizes da guerra, a democracia e os direitos humanos estavam ameaçados em numerosas ex-repúblicas soviéticas e a Rússia de Putin invadira a Geórgia, voltando a despertar antigos temores. Meus predecessores trabalharam para construir nossas alianças na Europa e apoiar o movimento rumo a maior unidade, liberdade e paz pelo continente. Agora era minha vez de assumir o bastão e fazer tudo que pudesse para renovar antigos laços e resolver velhos conflitos.

As relações entre os países baseiam-se em interesses e valores compartilhados — mas também em personalidades. O elemento pessoal tem mais importância em assuntos internacionais do que muitos esperariam, para o bem e para o mal. Basta pensar na famosa amizade entre Ronald Reagan e Margaret Thatcher, que contribuiu para ganhar a Guerra Fria, ou na hostilidade entre Khrushchov e Mao, que ajudou a perdê-la. Foi com isso em mente que comecei a procurar os principais líderes europeus já desde o meu primeiro dia de trabalho no Departamento de Estado. Alguns deles, eu já conhecia e gostava dos meus tempos de primeira-dama e senadora. Outros se tornariam novos amigos. Mas todos eles seriam nossos parceiros valiosos no trabalho que esperávamos fazer.

Eu começava cada contato com uma mensagem reafirmando e renovando o compromisso dos Estados Unidos. David Miliband, do Ministério de Relações Exteriores britânico, me fez engolir em seco e depois sorrir quando disse: “Meu Deus, os seus predecessores lhe deixaram um mundo de problemas. É uma tarefa hercúlea, mas penso que você é a Hércules certa para este trabalho”. Fiquei lisonjeada (como deveria ficar), mas deixei claro que na minha opinião precisávamos de uma parceria renovada e de uma iniciativa comum, não de um herói mitológico.

David revelou-se um parceiro inestimável. Era jovem, enérgico, inteligente, criativo e atraente, com um sorriso sempre pronto. As nossas concepções de como o mundo estava mudando eram similares. Ele acreditava na importância da sociedade civil e partilhava da minha preocupação pelo crescente número de jovens europeus, americanos e ao redor de todo o mundo desempregados e desconectados da sociedade. Além de desenvolvermos uma boa relação profissional, desenvolvemos uma amizade genuína.

O chefe de David era o aguerrido primeiro-ministro trabalhista Gordon Brown, sucessor de Tony Blair. Gordon, um escocês inteligente e obstinado, acabou administrando a recessão econômica que atingiu seriamente a Inglaterra. Ele herdou uma situação extremamente negativa, inclusive a bagagem do impopular apoio de Tony à decisão de Bush de invadir o Iraque. Quando acolheu o encontro do G-20 em Londres, em abril de 2009, pude ver o estado de tensão em que se encontrava. Ele acabou perdendo a eleição seguinte e foi substituído por David Cameron, um

conservador. O presidente Obama e Cameron se entenderam de imediato, a começar por uma reunião em particular antes da vitória eleitoral de Cameron. Tinham um relacionamento fácil e apreciavam a companhia um do outro. Cameron e eu nos encontramos diversas vezes ao longo dos anos, com e sem a presença do presidente Obama. Ele tinha curiosidade intelectual e era ávido por trocar ideias sobre os acontecimentos mundiais, desde a Primavera Árabe em andamento até a crise na Líbia, além do debate em curso sobre austeridade econômica *versus* crescimento.

Para ministro das Relações Exteriores, Cameron escolheu William Hague, um ex-líder do Partido Conservador e inimigo político implacável de Tony Blair no fim dos anos 1990. Antes das eleições, quando ainda era o ministro sombra das Relações Exteriores,[5] veio se encontrar comigo em Washington. Ambos começamos meio cautelosos, mas, para o meu prazer, encontrei um estadista consciencioso, de bom senso e bom humor. Ele também se tornou um bom amigo. Eu era fã da biografia que ele escrevera sobre William Wilberforce, o principal defensor do fim da escravidão na Inglaterra do século XIX. Hague trouxe ao seu trabalho a compreensão de que a diplomacia é lenta e muitas vezes tediosa, mas absolutamente necessária. Num jantar de despedida que ele organizou para mim em 2013 na embaixada britânica em Washington, seu brinde incluiu a seguinte preciosidade: "Foi o grande ex-ministro das Relações Exteriores e primeiro-ministro britânico Lorde Salisbury quem afirmou que as vitórias diplomáticas 'são feitas de uma série de vantagens microscópicas: uma sugestão judiciosa aqui, uma cortesia oportuna ali, uma concessão sensata num dado momento e uma persistência clarividente em outro, tato infatigável, calma impassível e uma paciência que nenhuma imprudência, nenhuma provocação, nenhum disparate pode abalar'". Aquelas palavras sintetizaram bem o que foi a minha experiência como chefe da diplomacia americana. E também me lembrou de que Hague era o David Beckham dos brindes!

Do outro lado do canal da Mancha, encontrei outros parceiros memoráveis. Bernard Kouchner, ministro das Relações Exteriores da França, era um médico socialista do governo Nicolas Sarkozy, um presidente conservador. Bernard começara a Médécins Sans Frontières [Médicos Sem Fronteiras], que provê cuidados médicos em zonas de desastre e conflito em alguns dos lugares mais pobres da Terra. Foi um participante-chave após o devastador terremoto no Haiti em janeiro de 2010. Também trabalhei de perto com seu sucessor, Alain Juppé, e posteriormente com Laurent Fabius, indicados pelo sucessor de Sarkozy, François Hollande, eleito em maio de 2012. Embora de partidos opostos, Juppé e Fabius eram ambos profissionais consumados e agradáveis companhias.

A maioria dos líderes são mais tranquilos pessoalmente do que parecem ser em público. Sarkozy, não. Era ainda mais dramático — e divertido — em pessoa. Sentar-se numa reunião com ele era sempre uma aventura. Dava saltos e gesticulava dramaticamente enquanto apresentava seus argumentos, com sua destemida intérprete se debatendo para acompanhá-lo, mas geralmente conseguindo imitá-lo de forma impecável, inclusive nas inflexões. Os solilóquios de Sarkozy eram uma metralhadora giratória, quase um fluxo de consciência, abrangendo todos os temas de política externa, às vezes dificultando as intervenções de seus parceiros, mas eu nunca me cansava de tentar. Ele maldizia, descrevendo displicentemente outros líderes mundiais como loucos ou fracos; um era um "maníaco perturbado pelas drogas"; outro tinha um exército "que não sabia combater"; outro ainda provinha de uma longa linhagem de "brutos". Sarkozy vivia perguntando por que todos os diplomatas que vinham se encontrar com ele eram tão imperdoavelmente velhos, grisalhos e homens. Nós ríamos, debatíamos e discutíamos, mas na maior parte das vezes acabávamos concordando acerca do que precisava ser

feito. Sarkozy era intenso em reafirmar o lugar da França como uma das principais potências mundiais, e ansioso por arcar com uma carga internacional maior sobre seus ombros, o que pude ver pela ação francesa na Líbia. E, apesar de sua exuberância, era sempre um cavalheiro. Num dia gelado de janeiro de 2010, enquanto subia as escadarias do Palácio do Élysée em Paris para cumprimentá-lo, perdi meu sapato, ficando descalça diante dos repórteres, que alegremente tiraram suas fotos. Ele graciosamente pegou minha mão e me ajudou a recuperar o equilíbrio. Mais tarde lhe mandei uma daquelas fotografias, com a legenda: "Posso não ser Cinderela, mas você sempre será o meu Príncipe Encantado".

A líder mais poderosa da Europa, porém, era uma mulher com temperamento praticamente oposto ao de Sarkozy: a chanceler Angela Merkel, da Alemanha. Conheci Angela Merkel em 1994, durante uma visita com Bill a Berlim. Ela viera da antiga Alemanha Oriental, onde já servia como ministra das Mulheres e da Juventude no governo do chanceler Helmut Kohl. Ao ser-me apresentada, foi descrita como "uma jovem que vai longe" — palavras que se provaram proféticas. Ela e eu permanecemos em contato ao longo dos anos, chegando a aparecer juntas num programa da televisão alemã em 2003. Em 2005, foi eleita chanceler, a primeira mulher a liderar seu país. Com todo o seu alardeado progressismo em questões como saúde e mudança climática, a Europa ainda pode ser sentida como o mais respeitável clube masculino do mundo, e foi animador ver Angela agitando as águas.

Minha admiração por Angela cresceu durante meu período como secretária de Estado. Ela era decidida, astuta e direta, e sempre me dizia exatamente o que tinha na cabeça. Realizada como cientista, tendo estudado física e feito o doutorado com uma tese sobre química quântica, era particularmente conhecedora de assuntos técnicos como mudança climática e energia nuclear. Ela trazia sua curiosidade sobre o mundo a toda discussão, armada com perguntas sobre acontecimentos, pessoas e ideias — uma mudança bem-vinda em comparação com outros líderes mundiais que pareciam achar que já sabiam tudo que era digno de saber.

Quando a chanceler esteve em Washington numa visita oficial em junho de 2011, eu a recebi para um almoço no Departamento de Estado e a brindei calorosamente. Em resposta, ela me presenteou com a capa emoldurada de um jornal alemão que fizera a cobertura de minha recente visita a Berlim. Assim que a vi, comecei a rir. A primeira página mostrava uma grande foto de nós duas de pé, lado a lado, mas com as cabeças cortadas, dois pares de mãos juntas na frente de dois terninhos semelhantes, exatamente da mesma maneira. O jornal desafiava os leitores a adivinhar quem era Angela Merkel e quem era eu. Devo admitir que era difícil saber. O jornal emoldurado ficou pendurado no meu gabinete durante o restante do meu mandato como secretária.

Ao longo do pior período da crise financeira global, a liderança de Angela foi colocada à prova. A Europa foi duramente atingida pela crise e enfrentou desafios específicos por causa da moeda única compartilhada por muitos países, o euro. As economias mais fracas — Grécia, Espanha, Portugal, Itália e Irlanda — enfrentavam uma dívida pública estonteante, um crescimento anêmico e alto índice de desemprego, mas não tinham a seu dispor os instrumentos de política monetária para controlar a própria moeda. Em troca de ajuda emergencial, a Alemanha, a economia mais forte da zona do euro, insistiu que esses países tomassem medidas drásticas para reduzir gastos e reformar seus orçamentos.

A crise levantava um difícil dilema político. Se essas economias frágeis falhassem em resolver suas dívidas, toda a zona do euro poderia entrar em colapso, o que provocaria um caos no mundo e em nossa própria economia. Contudo, eu também me preocupava que uma austeridade excessiva na Europa pudesse retardar ainda mais o crescimento, dificultando a esses

países e ao resto do mundo sair do buraco. Nos Estados Unidos, o presidente Obama reagiu à recessão forçando um agressivo programa de investimentos no Congresso para a retomada do crescimento, ao mesmo tempo que trabalhava para reduzir a dívida nacional de longo prazo. Era razoável sugerir que a Europa devesse tomar medidas similares em vez de simplesmente cortar gastos, o que provocaria uma contração ainda maior na economia.

Passei muito tempo conversando sobre esses desafios com líderes europeus, inclusive com Merkel. Podia-se concordar ou não com suas políticas fiscal e monetária, mas era impossível não se impressionar com sua férrea determinação. Conforme observei em 2012, ela estava "carregando a Europa nos ombros".

O elo mais forte na corrente transatlântica era a OTAN, a aliança militar que incluía o Canadá bem como os nossos parceiros europeus. (Muitos americanos podem considerar o nosso relacionamento com o Canadá como favas contadas, mas o nosso vizinho do norte é um parceiro indispensável em quase tudo que fazemos pelo mundo.) Começando no início da Guerra Fria, a OTAN teve êxito em conter a União Soviética e os países do Pacto de Varsóvia durante quatro décadas. Depois do fim da Guerra Fria, a Aliança preparou-se para novas ameaças à segurança da comunidade transatlântica. Praticamente todas as antigas repúblicas soviéticas, exceto a própria Rússia, sentiam-se vulneráveis sem algumas garantias de segurança do Ocidente, dado seu receio de que a Rússia pudesse algum dia voltar a ter o comportamento agressivo e expansionista. Liderada pelos Estados Unidos, a OTAN decidiu abrir a porta para qualquer um desses países do Leste. A Aliança também estabeleceu uma rede de parcerias com muitas das ex-repúblicas soviéticas e um conselho consultivo com a própria Rússia. Como a administração Clinton deixou claro na época, a OTAN, embora lidasse com novos desafios, continuaria retendo o que se chamou de capacidade de "contenção" caso uma futura Rússia voltasse a ameaçar seus vizinhos.

Enquanto as forças da OTAN lutavam para trazer paz ao Kosovo, Bill e eu comemoramos seu quinquagésimo aniversário com uma reunião de cúpula dos seus líderes em abril de 1999, recebendo o maior contingente de chefes de Estado já reunido em Washington. O encontro foi marcado por grande otimismo em relação ao futuro para a Europa e a OTAN. Václav Havel, o primeiro presidente da República Tcheca pós-Guerra Fria e um feroz e decidido defensor da democracia, comentou: "Esta é a primeira reunião de cúpula da Aliança à qual comparecem representantes de [...] países que foram membros do Pacto de Varsóvia não mais do que dez anos atrás. [...] Esperemos que estejamos entrando num mundo em que o destino das nações não seja decidido por ditadores estrangeiros poderosos e sim pelas próprias nações". Se não, ele poderia ter acrescentado, devemos estar preparados para defender a liberdade que ganhamos.

Em 2004, mais sete países que faziam parte do bloco oriental entraram para a OTAN, expandindo ainda mais o seu alcance. Mais dois, Albânia e Croácia, aderiram em 1º de abril de 2009, elevando o total de membros para 28. Outros, inclusive Ucrânia, Bósnia, Moldova e Geórgia, estavam explorando as possibilidades de fazer futuramente parte da União Europeia e da OTAN.

Na esteira da anexação ilegal da Crimeia pela Rússia no começo de 2014, alguns argumentaram que a expansão da OTAN causou ou exacerbou a agressão russa. Eu discordo desse argumento, e as vozes mais convincentes que o refutam são as dos líderes europeus e de pessoas que manifestam sua gratidão por fazerem parte da OTAN. Essa participação lhes dá maior confiança em relação ao seu futuro à luz das ambições do presidente russo, Vladimir Putin. Eles entendem que a alegação de Putin de que a porta aberta da OTAN é uma ameaça à Rússia reflete sua recusa em aceitar a ideia de que as relações da Rússia com o Ocidente poderiam se basear em

parceria e interesses mútuos, como acreditavam Boris Yeltsin e Mikhail Gorbatchov. Aqueles que dão crédito à posição de Putin deveriam ponderar o quanto a crise seria mais séria — e quão mais difícil seria conter uma maior agressão russa — se as nações da Europa Central e do Leste Europeu não fossem agora aliadas da OTAN. A porta da OTAN deve permanecer aberta, e nós devemos ter clareza e determinação rígida ao lidar com a Rússia.

Na época em que o presidente Obama assumiu o mandato, a OTAN havia se tornado uma comunidade democrática de quase 1 bilhão de pessoas, estendendo-se do Báltico no leste até o Alasca no oeste. Na minha primeira visita à sede da OTAN em Bruxelas, em março de 2009, os corredores ressoavam de empolgação em relação à "volta" do envolvimento americano. Eu compartilhava daquele sentimento e passei muitas horas com os ministros das Relações Exteriores e o secretário-geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen, ex-primeiro-ministro da Dinamarca, o tipo de líder experiente e habilidoso de que a Aliança necessitava.

Às vezes havia alguns problemas inevitáveis a alianças em estágio de expansão, nem sempre graves. A Bulgária, por exemplo, que se juntou à OTAN em 2004, foi uma parceira fiel no Afeganistão e em outras missões. Porém, quando visitei sua capital, Sófia, em fevereiro de 2012, o primeiro-ministro Boyko Borisov estava visivelmente nervoso com a nossa reunião. Sabia que tínhamos questões sérias a discutir e esperava que nada desse errado. Afinal, agora éramos parceiros. "Senhora Secretária, fiquei muito preocupado quando vi na televisão imagens da senhora descendo do avião", ele começou. "Fui informado pelo meu chefe de gabinete de que, quando seu cabelo está puxado para trás, a senhora está de mau humor." Meu cabelo estava de fato puxado para trás naquele momento (talvez invocando lembranças ruins de agentes da KGB e de *apparatchiks* do Partido Comunista). Olhei para o primeiro-ministro, que era praticamente careca, sorri e disse: "Acontece que eu demoro só um pouquinho mais que o senhor para arrumar meu cabelo". Ele riu, e, com esse mal-estar fora do caminho, seguimos adiante em uma reunião produtiva.

A longa guerra no Afeganistão havia cobrado um preço da estrutura da OTAN e revelado lacunas em sua atuação. Alguns aliados vinham cortando seus orçamentos de defesa, deixando outros (principalmente os Estados Unidos) para compensar essa redução. Todo mundo estava sofrendo com a crise econômica. Havia vozes em ambos os lados do Atlântico indagando se a OTAN ainda era relevante vinte anos depois do fim da Guerra Fria.

Eu achava que a OTAN continuava sendo essencial para combater as crescentes ameaças do século XXI. Os Estados Unidos não podem e não devem fazer tudo sozinhos; é por isso que construir parcerias em torno de interesses e metas comuns era tão importante. A OTAN ainda era de longe o nosso parceiro mais capaz, especialmente desde que seus membros votaram por agir "fora da área" pela primeira vez na Bósnia em 1995, um reconhecimento de que a nossa segurança coletiva podia ser ameaçada além de ataques diretos aos próprios países da OTAN. E os países-membros sacrificaram seu sangue e dinheiro no Afeganistão, um compromisso que jamais devemos esquecer.

Em 2011 fomos capazes de mostrar o quanto a OTAN do século XXI parece ser importante quando a Aliança assumiu o comando da intervenção militar para proteger civis na Líbia, trabalhando pela primeira vez em conjunto com a Liga Árabe e seus membros. Catorze aliados e quatro parceiros árabes contribuíram com forças navais e aéreas para a missão. Contrariando as opiniões de alguns críticos, esta provou ser uma bem-sucedida operação conjunta. Os Estados Unidos forneceram recursos exclusivos, mas nossos aliados — e não nós — conduziram 75% dos voos de ataque e foram responsáveis por atingir 90% dos mais de 6 mil alvos destruídos na Líbia. Houve uma inversão quase exata da distribuição de tarefas uma década antes, durante a

intervenção da OTAN no Kosovo, quando os Estados Unidos foram responsáveis por 90% dos bombardeios de defesas antiaéreas e alvos militares. E, embora a Grã-Bretanha e a França tivessem liderado a ação com seus capazes militares, o esforço estendeu-se para além delas. A Itália reservou sete bases aéreas para abrigar centenas de jatos aliados. Aviões belgas, canadenses, dinamarqueses, holandeses e noruegueses, bem como jatos dos Emirados Árabes Unidos, Catar e Jordânia, todos contribuíram para as mais de 26 mil saídas aéreas. As marinhas da Grécia, Turquia e Romênia ajudaram a fazer vigorar o embargo de armamentos no mar. Foi um verdadeiro trabalho de equipe, exatamente como a OTAN pretende ser.

Se a OTAN é uma das mais exitosas alianças militares da história, a União Europeia é uma das organizações políticas e econômicas mais bem-sucedidas. Num lapso de tempo extraordinariamente curto, países que haviam combatido em duas guerras mundiais no século XX concordaram em tomar decisões por consenso e eleger representantes para um Parlamento comum. Apesar da inconveniente burocracia da União Europeia, não deixa de ser um milagre que ela exista e persista.

As muitas contribuições do bloco para a paz e a prosperidade dentro e além de suas fronteiras foram homenageadas com um Prêmio Nobel da Paz em 2012. Individual e coletivamente, nossos parceiros europeus realizam muitas coisas no mundo inteiro. A Noruega não fica atrás de ninguém em dar apoio a projetos globais de saúde pública. A Irlanda, uma terra que já foi assolada pela penúria, lidera o combate à fome. A Holanda estabelece o padrão por trabalhar contra a pobreza e pelo desenvolvimento sustentável. Os Estados bálticos, Estônia, Letônia e Lituânia, proveem inestimável apoio e conhecimento especializado para ativistas pró-democracia em todo o mundo. Os dinamarqueses, suecos e finlandeses são os baluartes em mudanças climáticas. A lista poderia continuar infinitamente.

Eu queria expandir nossa parceria com a União Europeia, especialmente para abranger energia e economia. Logo no começo do primeiro mandato do presidente Obama, instei a UE a dar início ao Conselho de Energia Estados Unidos-União Europeia visando coordenar esforços transatlânticos para ajudar países vulneráveis, particularmente na Europa Central e no Leste Europeu, a desenvolver seus próprios recursos energéticos, onde possível, e reduzir a dependência do gás russo. Os Estados Unidos e a UE também começaram a discutir um acordo econômico abrangente que harmonizasse regulamentações, aumentasse o comércio e incrementasse o crescimento em ambos os lados do Atlântico.

Nenhuma das nossas relações na Europa necessitava de mais cuidados do que a Turquia, um país de mais de 70 milhões de habitantes, esmagadoramente muçulmano, com um pé na Europa e outro no sudoeste da Ásia. A Turquia moderna, estabelecida por Mustafa Kemal Atatürk a partir da desintegração do Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial, pretendia ser uma democracia secular orientada para o Ocidente. Ela entrou para a OTAN em 1952 e foi uma aliada confiável ao longo de toda a Guerra Fria, enviando tropas para combater ao lado das nossas na Coreia e abrigando forças americanas durante décadas. Contudo, os militares turcos, que se viam como garantidores da visão de Atatürk, intervieram numerosas vezes ao longo dos anos para derrubar governos que consideravam excessivamente islâmicos, esquerdistas ou fracos. Talvez isso tenha sido bom para a Guerra Fria, mas atrasou o progresso democrático.

Infelizmente a era Bush cobrou seu preço na nossa relação, e em 2007 a aprovação dos Estados Unidos na Turquia tinha caído para apenas 9%, o índice mais baixo do que em qualquer um dos 47 países pesquisados pelo Projeto de Atitudes Globais do Centro de Pesquisa Pew naquele ano.

Entrementes, a economia turca florescia e prosperava enormemente, com uma das maiores

taxas de crescimento do mundo. Enquanto o resto da Europa cambaleava sob a crise financeira e o Oriente Médio ficava estagnado, a Turquia emergia como potência regional. Como a Indonésia, a Turquia estava testando se democracia, modernidade, direitos da mulher, secularismo e islã podiam coexistir, e os povos no Oriente Médio observavam. Era um forte interesse dos Estados Unidos que esse experimento tivesse êxito e que as relações entre os nossos países voltassem a se assentar numa base mais firme.

Visitei a Turquia como parte da minha primeira viagem à Europa como secretária de Estado. Além de reuniões com os principais representantes do governo turco, inclusive o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdoğan e o presidente Abdullah Gül, busquei um contato direto com o povo turco, como procurava fazer em toda parte. Isso era particularmente importante em países onde os governos queriam trabalhar conosco, mas grandes segmentos da população eram geralmente desconfiados ou antiamericanos. Levando meus argumentos diretamente para o povo, via mídia de massa, eu tentava influenciar atitudes que, por sua vez, podiam dar ao governo maior cobertura política para cooperar conosco.

Um popular programa de entrevistas na televisão chamado *Haydi Gel Bizimle Ol*, ou *Venha e junte-se a nós*, me convidou a participar. De formato semelhante ao programa *The View*, atingia grande parte da sociedade turca, especialmente o público feminino. As apresentadoras, um diversificado grupo de mulheres, me fizeram perguntas acerca de assuntos políticos sérios bem como questões mais pessoais. Foi uma discussão calorosa, engraçada e abrangente.

"Quando foi a última vez que a senhora se apaixonou e se sentiu como uma pessoa comum, com uma vida simples?", uma delas quis saber. Aquela pergunta não oferecia exatamente munição para uma secretária de Estado, mas era o tipo de assunto que poderia me ajudar a estabelecer uma conexão com as espectadoras. Contei como conheci meu marido na faculdade de direito, me apaixonei e como construímos uma vida juntos, e também sobre o desafio de criar uma família sob o olhar público. "Penso que meus momentos prediletos são aqueles em que meu marido, minha filha e eu estamos juntos e fazemos coisas simples", disse eu. "Vamos ao cinema, conversamos e jogamos juntos, jogos de cartas e de tabuleiro. Fazemos longas caminhadas. Tento fazer isso com meu marido sempre que posso. E a minha filha está ocupada com a sua própria vida agora, mas, quando pode, se junta a nós. Então não é fácil, mas faço realmente o máximo para encontrar esses momentos tranquilos quando os holofotes não estão ligados e quando você pode ser simplesmente você mesma e estar com as pessoas que gosta e ama. E esses são os melhores momentos da vida."

A plateia no estúdio aplaudiu calorosamente, e o retorno posterior colhido pela nossa embaixada foi animador. Para muitos turcos que haviam se tornado desconfiados dos Estados Unidos e de seus líderes, aparentemente foi uma agradável surpresa ver uma secretária de Estado americana como uma pessoa normal, com preocupações e cuidados semelhantes aos seus próprios. Talvez, como resultado, ficassem mais receptivos àquilo que eu tinha a dizer sobre o futuro das relações entre Estados Unidos e Turquia.

Um homem em particular detinha a chave para o futuro do país e do nosso relacionamento: o primeiro-ministro Erdoğan. (No sistema turco, o presidente é basicamente um cargo cerimonial e o primeiro-ministro é quem efetivamente dirige o governo.) Eu o conheci quando era prefeito de Istambul na década de 1990. Era um político ambicioso, enérgico, dedicado e competente. Os turcos elegeram seu Partido Islamita pela primeira vez em 2002 e o reelegeram em 2007 e 2011. O primeiro-ministro Erdoğan encarou todas as três eleições como mandatos para mudanças completas. Seu governo saiu agressivamente atrás de supostos articuladores de golpes de Estado entre os militares e conseguiu reter o poder com maior firmeza do que qualquer um de seus

predecessores civis. (O termo *islamita* refere-se geralmente a pessoas e partidos que apoiam um papel orientador do islã na política e no governo. Ele cobre um amplo espectro, desde aqueles que pensam que os valores islâmicos deveriam reger decisões de políticas públicas, até os que acreditam que todas as leis deveriam ser julgadas, e até mesmo formuladas, por autoridades islâmicas para se conformarem com a lei do islã. Nem todos os islamitas são iguais. Em alguns casos, os líderes e as organizações islamitas têm sido hostis à democracia, alguns inclusive têm apoiado ações e ideologia radical, extremista e terrorista. Mas, no mundo inteiro, há partidos políticos com afiliações religiosas — hindus, cristãos, judeus e muçulmanos — que respeitam as regras da política democrática, e é de interesse dos Estados Unidos encorajar todos os líderes e partidos políticos com base religiosa a abraçar uma democracia inclusiva e rejeitar a violência. Qualquer sugestão de que fiéis muçulmanos ou pessoas de qualquer credo não possam crescer e prosperar na democracia é insultuosa, perigosa e errada. Esse crescimento ocorre diariamente no nosso próprio país.)

Algumas das mudanças sob o comando de Erdoğan foram positivas. Motivada pelas exigências de uma potencial entrada na União Europeia (que até então tinha permanecido fora de alcance), a Turquia aboliu os tribunais de segurança estatais, reformou o código penal, expandiu o direito a assessoria jurídica e aliviou as restrições ao ensino e transmissões de rádio e TV em curdo. Erdoğan também anunciou a intenção de buscar a política externa de "Zero Problemas com Vizinhos". A iniciativa de resolver velhos conflitos regionais e assumir um papel mais ativo no Oriente Médio foi defendida por Ahmet Davutoğlu, um dos assessores de Erdoğan que posteriormente tornou-se ministro das Relações Exteriores. "Zero Problemas" era um título que soava bem, e em muitos casos foi construtivo. Mas também tornou a Turquia exageradamente ávida por aceitar um acordo inadequado com seu vizinho, o Irã, que pouco contribuía para encarar as preocupações da comunidade internacional em relação ao programa nuclear de Teerã.

Apesar dos positivos progressos com Erdoğan, havia um crescente motivo de preocupação, até mesmo alarme, com respeito ao tratamento dado por seu governo a opositores políticos e jornalistas. Um decrescente espaço para divergência pública levantou questões relativas à direção que o primeiro-ministro estava imprimindo ao país e ao seu compromisso com a democracia. Os opositores suspeitavam que seu objetivo final era transformar a Turquia num Estado islâmico sem lugar para discordâncias, e alguns de seus atos pareciam justificar esse temor. No segundo e no terceiro mandatos, seu governo prendeu jornalistas em número preocupante e reprimiu com violência manifestantes que protestavam contra certos decretos. A corrupção permanecia um problema maciço, e o governo não era capaz de atender às expectativas cada vez maiores dos cidadãos de classe média.

Questões religiosas e culturais eram particularmente delicadas num país onde o islã e o secularismo haviam convivido em equilíbrio instável, e diferentes tradições religiosas às vezes se sentiam espremidas. No decorrer dos anos vim a conhecer o patriarca da Igreja ortodoxa grega, Sua Santidade Ecumênica o patriarca Bartolomeu, e respeitava seu sincero comprometimento com o diálogo inter-religioso e a liberdade religiosa. O patriarca Bartolomeu enxergava Erdoğan como um parceiro construtivo, mas a Igreja ainda estava à espera de que o governo devolvesse propriedades suas que haviam sido tomadas e permitisse a reabertura do Seminário Halki, há muito tempo fechado. Dei apoio à meta do patriarca e tomei algumas atitudes visando conseguir a reabertura do Seminário, o que infelizmente ainda não aconteceu.

Quando Erdoğan falou em dar às estudantes o direito de usar lenços de cabeça na universidade, alguns viram isso como um passo adiante para a liberdade religiosa e o direito de a mulher escolher seu próprio caminho. Outros viram como um golpe no secularismo, um sinal de

uma insidiosa teocracia que acabaria por tolher os direitos da mulher. É significativo das profundas contradições da Turquia do século XXI que ambas as visões possam estar corretas. O próprio Erdoğan tinha muito orgulho das realizações de suas filhas, que usavam véu, e pediu meu aconselhamento sobre a possibilidade de uma delas realizar uma pós-graduação nos Estados Unidos.

Passei horas conversando com Erdoğan, muitas vezes acompanhada apenas de Davutoğlu, que servia de intérprete. Davutoğlu é um exuberante acadêmico que se tornou diplomata e político, e seus escritos sobre como a Turquia podia recobrar sua posição de importância global se encaixavam com as próprias ideias de Erdoğan. Ele trouxe paixão e erudição ao seu posto, e nós desenvolvemos uma relação de trabalho produtiva e amigável que, embora muitas vezes sofresse tensões, nunca se rompeu.

Nos meus quatro anos como secretária, a Turquia provou ser um parceiro importante, embora às vezes nos frustasse. Em algumas ocasiões concordávamos (no trabalho juntos no Afeganistão, em relação ao contraterrorismo, a Síria e outros pontos), em outras, não (como o programa nuclear iraniano).

O tempo e a atenção, tanto do presidente Obama como meus, ajudaram a estabilizar nossa relação, mas acontecimentos externos, em especial o acirramento das tensões com Israel, apresentaram novos desafios. E a dinâmica interna da Turquia continuava a se conturbar. Grandes protestos contra a mão cada vez mais pesada de Erdoğan irromperam em 2013, seguidos por uma ampla investigação da corrupção que envolveu diversos de seus ministros. Enquanto escrevo este livro, apesar do seu crescente autoritarismo, permanece forte o apoio a Erdoğan em áreas mais conservadoras da Turquia. A direção futura do país é incerta, mas o certo é que a Turquia continuará a desempenhar um papel significativo tanto no Oriente Médio quanto na Europa. E a nossa relação permanecerá de vital importância para os Estados Unidos.

A política externa de Zero Problemas era uma meta ambiciosa, especialmente porque a Turquia estava emaranhada em diversas disputas prolongadas com seus vizinhos. Havia o amargo impasse com a Grécia sobre a nação constituída pela ilha de Chipre que se arrastara por décadas. Havia também o conflito carregado de emoções com a Armênia, uma pequena ex-república soviética sem litoral localizada no Cáucaso, a leste da Turquia. Ambos eram exemplos de como velhas inimizades podiam reter novos progressos.

A Turquia e a Armênia nunca estabeleceram relações diplomáticas quando a Armênia surgiu como país independente após o desmembramento da União Soviética. As tensões foram acirradas pela guerra da Armênia com o Azerbaijão, aliado da Turquia, no começo da década de 1990, em torno de um faixa de terra contestada chamada Nagorno-Karabakh. Essa disputa ocasionalmente ainda deflagra hostilidades entre soldados de ambos os lados da fronteira.

Disputas como Turquia-Armênia e Nagorno-Karabakh às vezes são chamadas de “conflitos congelados” porque vêm acontecendo durante anos com pouca esperança de resolução. Quando olhei para todos os desafios que enfrentávamos na Europa e no mundo, foi tentador simplesmente ignorar esses pontos problemáticos, considerando-os insolúveis, porém cada um deles tinha consequências estratégicas mais amplas. Por exemplo, o conflito no Cáucaso apresentava problemas para os nossos planos de estabelecer gasodutos da Ásia Central para os mercados europeus a fim de diminuir sua dependência da energia russa. Coletivamente, esses conflitos representavam obstáculos para a Europa que estávamos tentando ajudar a construir. Pensei que a estratégia de Zero Problemas da Turquia poderia criar uma abertura para negociar — e talvez até mesmo resolver — alguns desses conflitos congelados; então pedi ao meu subsecretário para Assuntos da Europa e Eurásia, Phil Gordon, que visse o que podia ser feito.

Ao longo de 2009 trabalhamos de perto com parceiros europeus, inclusive Suíça, França, Rússia e a União Europeia, para apoiar negociações entre a Turquia e a Armênia que, esperávamos, levassem ao estabelecimento de relações diplomáticas formais e abertura da fronteira ao comércio. Falei por telefone com representantes de ambos os países quase trinta vezes nos meus primeiros meses no cargo, além de participar de conferências presenciais com Davutoğlu e o ministro das Relações Exteriores da Armênia Edward Nalbandian.

Adeptos da linha dura em ambos os países opunham-se implacavelmente a qualquer compromisso e punham considerável pressão sobre o respectivo governo para que não assinasse nenhum acordo. Contudo, durante a primavera e o verão, graças em grande parte aos esforços suíços, começavam a entrar em foco os termos de um acordo que abriria conjuntamente a fronteira. Foram feitos planos para uma cerimônia de assinatura formal na Suíça, em outubro, após a qual o acordo seria submetido aos parlamentos de ambos os países para ratificação. À medida que a data se aproximava, aumentamos nossos incentivos, inclusive com um telefonema do presidente Obama para o presidente da Armênia. Tudo parecia estar se encaixando no devido lugar.

Em 9 de outubro, fui a Zurique testemunhar a assinatura junto com os ministros das Relações Exteriores da França, da Rússia e da Suíça, além do representante da União Europeia. Na tarde seguinte, deixei o hotel e me dirigi à Universidade de Zurique para a cerimônia. Mas havia um problema. Nalbandian, o ministro armênio, hesitava. Estava preocupado com o que Davutoğlu planejava dizer na assinatura e subitamente recusou-se a deixar o hotel. Parecia que meses de cuidadosas negociações poderiam cair por terra. Minha comitiva de carros deu meia-volta e retornou correndo ao Grande Hotel Dolder de Zurique. Enquanto eu esperava no carro, Phil Gordon subiu junto com o principal negociador suíço para encontrar Nalbandian e levá-lo à cerimônia de assinatura, mas ele não se moveu. Phil desceu para informar sobre o ocorrido e entrou no meu carro, então estacionado atrás do hotel. Comecei a trabalhar pelos telefones. De um celular liguei para Nalbandian, e pus Davutoğlu numa segunda linha. Ficamos avançando e recuando durante uma hora, tentando aparar arestas e persuadir Nalbandian a sair do seu quarto. “Isso é importante demais, é preciso resolver esse impasse, já chegamos muito longe”, lhes dizia eu.

Finalmente subi para falar pessoalmente com Nalbandian. E se simplesmente cancelássemos a parte dos discursos? Assinaríamos o acordo sem dar nenhuma declaração e iríamos embora. Ambos os lados concordaram, e Nalbandian finalmente apareceu. Descemos as escadas e ele entrou no meu sedã para ir até a universidade. Levamos uma hora e meia para conseguir com que eles finalmente subissem no palco. Atrasamo-nos três horas, mas ao menos estávamos lá. Realizamos a cerimônia de assinatura, e depois, com uma sensação enorme de alívio, todo mundo foi embora o mais rápido que pôde. Até hoje nenhum dos dois países ratificou os protocolos, e o processo permanece encalhado: no entanto, numa conferência em dezembro de 2013, os ministros das Relações Exteriores da Turquia e da Armênia reuniram-se por duas horas para discutir como seguir adiante, e eu ainda espero um avanço.

Quando estava a caminho do aeroporto depois da assinatura, o presidente Obama me ligou para me dar parabéns. Não tinha sido nada bonito, mas déramos um passo adiante numa região sensível. Posteriormente, o *New York Times* descreveu meus esforços naquela tarde como “diplomacia de limusine até o último minuto”. Meu carro não era uma limusine, mas, fora isso, foi uma descrição adequada.

As guerras dos anos 1990 nos Bálcãs oferecem um lancinante lembrete de que velhos ódios na Europa podem explodir numa violência nova e devastadora.

Quando visitei a Bósnia em outubro de 2010 como parte de uma viagem de três dias aos Bálcãs, fiquei ao mesmo tempo satisfeita pelo progresso que vi e consciente do quanto ainda havia por fazer. Agora as crianças podiam ir à escola em segurança e os pais podiam ir para o trabalho, mas não havia bons empregos suficientes, e as dificuldades econômicas e o descontentamento continuavam a fervilhar. Os virulentos ódios étnicos e religiosos que haviam alimentado as guerras tinham esfriado, mas ainda persistiam perigosas correntes de sectarismo e nacionalismo. O país era uma federação de duas repúblicas, uma dominada por muçulmanos bósnios e croatas, a outra dominada por sérvios bósnios. Os sérvios bósnios frustravam todas as tentativas de remover os bloqueios ao crescimento e à boa governança, na obstinada esperança de que um dia poderiam tornar-se parte da Sérvia ou até mesmo um país independente. A promessa de maior estabilidade e oportunidade representada pela integração na União Europeia e na OTAN permanecia fora de alcance.

Em Sarajevo participei de um debate aberto com estudantes e líderes da sociedade civil no histórico Teatro Nacional, que escapara de danos mais sérios durante a guerra. Um rapaz levantou-se para falar sobre sua visita aos Estados Unidos como parte de um programa de intercâmbio financiado pelo Departamento de Estado com a participação de faculdades e universidades americanas. Ele classificou a experiência como “uma das melhores” da sua vida e me implorou para continuar apoiando e expandindo intercâmbios acadêmicos. Quando lhe pedi que explicasse por que julgava ter sido tão importante, ele disse: “O principal foi aprender a escolher a tolerância em vez da intolerância, a trabalhar em conjunto respeitando igualmente a todos. [...] Tínhamos participantes de Kosovo e da Sérvia ao mesmo tempo, e eles não se importavam com as questões que dividiam seus países porque perceberam que [...] somos amigos, podemos ter um diálogo, podemos interagir juntos uns com os outros; este não é um problema se você realmente estiver a fim”. Adorei a frase simples “escolher a tolerância em vez da intolerância”. Ela captava perfeitamente a transição que os povos dos Bálcãs ainda estavam fazendo. Era o único jeito de curar suas velhas feridas — ou as de qualquer um.

Seguimos depois para o Kosovo. Na década de 1990, o Kosovo era parte da Sérvia, e a maioria étnica da sua população era albanesa, que sofreu ataques brutais e expulsões forçadas pelas forças de Milošević. Em 1999, uma campanha aérea da OTAN liderada pelos Estados Unidos bombardeou militares e cidades sérvias, inclusive Belgrado, para impedir a limpeza étnica. Em 2008, o Kosovo declarou sua independência e foi reconhecido como uma nova nação por grande parte da comunidade internacional. A Sérvia, entretanto, se recusou a reconhecer a independência do Kosovo e continuava a exercer significativa influência na região da fronteira ao norte, onde viviam muitos sérvios étnicos. A maioria dos hospitais, escolas e até mesmo tribunais continuava a ser administrada e financiada por Belgrado, e as forças de segurança sérvias forneciam proteção, tudo isso apenas para minar a soberania do Kosovo, exacerbar as divisões internas do país e gerar tensões nas relações entre os dois vizinhos. Essa situação tensa começava a atrapalhar o progresso econômico e social que os dois países precisavam conquistar sozinhos, inclusive a entrada na União Europeia, mas velhas histórias e ódios antigos estavam se mostrando difíceis de ultrapassar. Um dos objetivos da minha visita era encaminhar ambos os lados para uma solução.

Quando cheguei a Pristina, capital do Kosovo, uma multidão entusiasmada agitando bandeiras americanas enfileirava-se ao longo do caminho do aeroporto, ovacionando a passagem da nossa comitiva, muitas vezes carregando crianças nos ombros para que elas pudessem ver. Quando chegamos à praça no centro da cidade, que contém uma estátua monumental de Bill, as multidões eram tão densas que a carreata precisou parar. Fiquei contente com isso; eu queria

saudá-los. Então saltei do carro e comecei a apertar mãos, a abraçar e ser abraçada. Do outro lado da praça havia uma adorável loja de roupas com um nome familiar: Hillary. Não pude resistir a uma rápida visita. O dono da loja disse que tinham dado o meu nome "para o Bill não se sentir solitário na praça".

Alguns meses depois, em março de 2011, representantes de Kosovo e Sérvia sentaram-se juntos em Bruxelas sob os auspícios da União Europeia. Era a primeira vez que falavam direta e longamente daquela maneira. Havia diplomatas americanos presentes em cada reunião, instando ambas as partes a assumir compromissos que pudessem conduzir a relações normalizadas e abrir a porta para uma eventual participação na União Europeia. Isso só seria possível se as questões das fronteiras fossem resolvidas. As conversações prosseguiram durante dezoito meses. Os negociadores chegaram a acordos modestos sobre liberdade de movimentação, alfândegas e administração das fronteiras. Ainda que a Sérvia continuasse sem reconhecer a independência do Kosovo, abandonou todas as suas objeções à participação da nova nação em conferências regionais. Ao mesmo tempo, eu insistia com a OTAN para continuar sua missão militar no Kosovo, onde cerca de 5 mil soldados da paz, de 31 países, permaneciam desde junho de 1999.

As principais questões continuavam sem solução quando um novo governo nacionalista foi eleito na Sérvia na primavera de 2012. Cathy Ashton, a principal responsável por política externa da União Europeia (sua primeira alta representante para Relações Exteriores e Política de Segurança), e eu decidimos viajar juntas a ambos os países para ver se podíamos romper o impasse e acelerar um acordo final.

Cathy foi uma parceira inestimável nesse processo e em muito outros assuntos. Na Grã-Bretanha, ela servira como líder da Câmara dos Lordes e lorde-presidente do Conselho no governo de Gordon Brown. Então, após um ano como comissária de Comércio Exterior da UE, foi escolhida para o posto de relações exteriores da UE — uma pequena surpresa porque, como eu, ela não era uma tradicional diplomata de carreira, mas revelou-se uma parceira eficaz e criativa. Muito simples (especialmente para uma baronesa, eu brincava com ela), era fácil de conviver e nós trabalhamos muito juntas, não só em questões europeias, mas também em assuntos do Irã e do Oriente Médio. E costumávamos chamar a atenção uma da outra quando, numa reunião grande, um dos nossos colegas do sexo masculino deixava escapar de forma involuntária, ou até inconsciente, um comentário sexista. Nesses momentos, revirávamos os olhos.

Em outubro de 2012, fizemos juntas as rodadas dos Bálcãs. Insistimos com cada país para que apresentasse medidas concretas para normalizar as relações. O primeiro-ministro do Kosovo, Hashim Thaçi, nos disse: "Hoje o Kosovo ainda não é o Kosovo dos nossos sonhos. Estamos trabalhando persistentemente para um Kosovo europeu, para um Kosovo euroatlântico. Estamos conscientes de que precisamos fazer mais". Cathy e eu também nos reunimos com representantes da minoria étnica sérvia na Igreja ortodoxa sérvia em Pristina, que fora incendiada durante os tumultos antissérvios de 2004. Estavam preocupados com seu futuro num Kosovo independente. Estavam gratos por esforços recentes feitos pelo governo para ser mais inclusivo e oferecer empregos aos sérvios. Era o tipo de reconciliação de baixo para cima que queríamos promover. A extraordinária presidente muçulmana do Kosovo, Atifete Jahjaga, foi nossa aliada em forçar mudanças e reconciliação dentro do seu país. Como disse Cathy, aquele tipo de diplomacia não tratava apenas de normalizar as relações entre países; tratava de "normalizar a vida para que as pessoas do norte possam viver seu dia a dia sentindo-se parte da comunidade".

Em abril de 2013, graças ao contínuo e árduo trabalho de Cathy sobre os alicerces que tínhamos assentado juntas, o primeiro-ministro do Kosovo, Hashim Thaçi, e o primeiro-ministro da Sérvia, Ivica Dačić, chegaram a um acordo histórico para resolver as disputas ao longo da

fronteira, rumar para uma normalização e abrir a porta a uma participação na União Europeia. O Kosovo concordava em dar maior autonomia às comunidades sérvias locais no norte, e a Sérvia concordava em recuar suas forças. Ambos os lados comprometeram-se em não interferir nos esforços do outro para uma maior integração europeia. Se forem adiante para implantar os acordos, as populações do Kosovo e da Sérvia finalmente terão uma chance de construir o futuro pacífico e próspero que merecem.

Minha última viagem como secretária de Estado em dezembro de 2012 me levou de volta à Irlanda do Norte, um lugar onde as pessoas se esforçaram e sofreram muito para deixar para trás seus conflitos passados. Eram os primeiros a dizer, de ambos os lados da sua sectária divisão católico-protestante, que o trabalho está longe de estar terminado e que o maior desafio é estimular uma atividade econômica suficientemente consistente para criar uma prosperidade inclusiva que beneficie cada comunidade. Ainda assim, num almoço em Belfast, alegremente cercada de velhos amigos e conhecidos, rememoramos como chegamos tão longe juntos.

Quando Bill foi eleito presidente pela primeira vez, os problemas da Irlanda da Norte se arrastavam havia décadas. A maioria dos protestantes queria manter-se parte do Reino Unido, enquanto a maioria dos católicos queria juntar-se à República da Irlanda ao sul, e longos anos de violência tinham deixado ambos os lados amargurados e entrincheirados. A Irlanda do Norte era uma ilha dentro de uma ilha. Rua a rua, as velhas marcas de identidade pairavam intensamente — a qual igreja a família ia, que escola as crianças frequentavam, que camisa de futebol vestiam, que rua percorriam, a que hora do dia, com quais amigos. Todo mundo notava tudo. E esse era um dia normal.

Em 1995, Bill nomeou o ex-senador George Mitchell como enviado especial para a Irlanda do Norte. Bill foi o primeiro presidente americano a visitar o país quando ele e eu viajamos para Belfast mais tarde naquele mesmo ano e acendemos as luzas da árvore de Natal de Belfast diante de uma enorme multidão.

Voltei à Irlanda do Norte quase todo ano do resto daquela década e me mantive ativamente envolvida como senadora nos anos seguintes. Em 1998, ajudei a organizar em Belfast a conferência Vozes Vitais, realizada por mulheres que reivindicavam um acordo de paz. Seus protestos de “Basta!” haviam se tornado um enérgico grito que já não podia ser ignorado. Ao discursar no pódio, ergui os olhos e vi Gerry Adams, Martin McGuinness e outros líderes do Sinn Féin, o braço político do IRA, o Exército Republicano Irlandês, sentados na primeira fila. Atrás deles vi os principais dirigentes unionistas que se recusavam a falar com o Sinn Féin. O fato de ambos estarem ali — em uma conferência de mulheres pela paz — confirmava a abertura para um acordo.

O Acordo da Sexta-Feira Santa, que foi assinado naquele ano e pôs a Irlanda do Norte no caminho rumo à paz, foi um triunfo da diplomacia, especialmente para Bill e George Mitchell, que tanto fizeram para reunir as partes. Acima de tudo, porém, era um testemunho da coragem do povo da Irlanda do Norte. Dava a sensação de ser um daqueles momentos em que “esperança e história rimam”, nas palavras do grande poeta irlandês Seamus Heaney. A implementação foi aos trancos e barrancos, mas a paz começou a trazer benefícios. O desemprego caiu, o valor dos imóveis subiu e o número de empresas americanas investindo na Irlanda do Norte aumentou.

Na época em que retornei como secretária de Estado em 2009, a crise financeira global cobrara um alto preço ao celebrado “Tigre Celta”. Bloqueios de ruas e arames farpados haviam desaparecido das ruas, mas o processo de desarmamento e “devolução”, que supostamente deveria conceder crescente autonomia à Irlanda do Norte, corria o risco de encalhar. Muitos católicos e protestantes ainda levavam vidas segregadas, em bairros separados, alguns ainda

efetivamente divididos por muros — que carregavam o orwelliano nome de “muros da paz”.

Em março de 2009, dois soldados britânicos foram mortos no condado de Antrim e um policial foi morto no condado de Armagh. Em vez de deflagrar a violência, os assassinatos tiveram efeito contrário. Católicos e protestantes marcharam juntos em vigílias, assistiram a cerimônias inter-religiosas e declararam em uma só voz sua recusa em voltar ao passado. Os assassinatos poderiam ter sido o início de um retrocesso. Em vez disso, provaram quão longe a Irlanda do Norte já tinha conseguido chegar. Numa visita em outubro de 2009 e em telefonemas frequentes ao primeiro-ministro da Irlanda do Norte, Peter Robinson, ao vice-primeiro-ministro, Martin McGuinness, e a outros líderes, incentivei-os a continuar com o desarmamento de grupos paramilitares e dar os passos finais para a devolução, especialmente colocar as áreas vitais de policiamento e justiça sob o controle do seu governo.

Discursando numa sessão plenária da Assembleia da Irlanda do Norte, lembrei-lhes: “Houve muitos momentos na jornada de paz da Irlanda do Norte em que o progresso parecia difícil, em que todo trajeto à frente estava bloqueado e que parecia não haver para onde ir. Porém vocês sempre acharam um meio de fazer o que acreditavam ser o certo para o povo da Irlanda do Norte”. Graças à essa perseverança, “a Irlanda do Norte representa um exemplo para o mundo de como até mesmo os adversários mais ferrenhos podem superar diferenças para trabalhar juntos para o bem comum e maior. Então eu os incentivo a seguir adiante agora, com o mesmo espírito de coragem e determinação impossível de ser detido. E asseguro que os Estados Unidos estarão sempre ao seu lado enquanto trabalharem rumo a uma paz e uma estabilidade duradouras”.

Poucas semanas depois da minha visita, um carro-bomba feriu seriamente outro policial, e mais uma vez pareceu que o tecido delicadamente costurado da paz poderia se rasgar. Porém, mais uma vez a costura aguentou. Em fevereiro de 2010 os partidos chegaram a um novo acordo quanto aos poderes de polícia, chamado Acordo de Hillsborough. O progresso no sentido de uma paz duradoura estava de volta nos trilhos, apesar dos intensos esforços de extremistas de ambos os lados para fazer o processo descarrilar. Em junho de 2012, vimos o mais notável sinal de mudança: a rainha Elizabeth visitou a Irlanda do Norte e apertou a mão de Martin McGuinness. Foi um gesto que teria sido inimaginável poucos anos antes.

Em dezembro de 2012, dezessete anos depois da minha primeira visita a Belfast, eu estava de volta à cidade e encontrei uma velha amiga, Sharon Haughey. Em 1995, quando tinha apenas catorze anos, ela enviou a Bill uma carta profundamente comovente sobre o futuro que sonhava para si e para a Irlanda do Norte. Ele leu um trecho no acender das luzes da árvore de Natal em Belfast. “Ambos os lados foram feridos. Ambos os lados terão de perdoar”, escreveu ela. Quando Sharon ficou um pouco mais velha, trabalhou como estagiária no meu gabinete no Senado, ajudando a servir Nova York com sua grande e orgulhosa comunidade americano-irlandesa. Ela aprendeu muito em Washington e, quando voltou para casa, candidatou-se a um cargo e foi eleita presidente da câmara de Armagh. Quando apareceu naquele almoço em 2012, usava o seu colar cerimonial do cargo e me disse que tinha planos de se casar no final daquele mês. Pensei na família que Sharon estaria começando e em todas as crianças que cresceram na Irlanda do Norte após o Acordo da Sexta-Feira Santa. Elas tinham a chance de uma vida sem o sofrimento por conflitos políticos. Eu esperava que nunca recuassem e que sua paz e seu progresso servissem de inspiração para o resto da Europa e do mundo.

11

Rússia: Reinício e retrocesso

Homens difíceis apresentam escolhas difíceis — e ninguém mais do que Vladimir Putin, presidente da Rússia. A visão de mundo de Putin é caracterizada por sua admiração pelos poderosos czares da história russa, pelo duradouro interesse da Rússia em controlar os países em suas fronteiras e por sua determinação pessoal de que seu país nunca mais pareça fraco ou à mercê do Ocidente, como ele acredita que ocorreu após o colapso da União Soviética. Ele quer reafirmar o poder da Rússia, dominando seus vizinhos e controlando seu acesso à energia. Quer também desempenhar um papel maior no Oriente Médio para aumentar a influência de Moscou na região e reduzir a ameaça de muçulmanos indóceis dentro e fora das fronteiras meridionais da Rússia. Para atingir essas metas, busca reduzir a influência dos Estados Unidos na Europa Central, no Leste Europeu e em outras áreas que considera parte da esfera russa e contrapor, ou ao menos neutralizar, as nossas iniciativas em países atingidos pela Primavera Árabe.

Tudo isso ajuda a explicar por que Putin primeiro pressionou o presidente ucraniano Viktor Yanukovich a afastar-se de laços mais próximos com a União Europeia no fim de 2013 e por que, após a desintegração do governo de Yanukovich, Putin invadiu e anexou a Crimeia. Se Putin se contiver e não forçar caminho além da Crimeia por toda a Ucrânia oriental, não será porque ele tenha perdido seu apetite por maior poder, território e influência.

Putin vê a geopolítica como um jogo de soma zero no qual, se alguém estiver ganhando, então alguém deverá estar perdendo. Trata-se de um conceito obsoleto mas ainda perigoso, que requer que os Estados Unidos mostrem ao mesmo tempo força e paciência. Para administrar a nossa relação com os russos, devemos trabalhar com eles em questões específicas quando possível, bem como estimular outras nações a trabalhar conosco para impedir ou limitar seu comportamento negativo quando necessário. É um equilíbrio difícil mas essencial, conforme descobri ao longo dos meus quatro anos como secretária de Estado.

Winston Churchill observou: “Numa verdadeira unidade da Europa, a Rússia deve ter seu papel”, e em 1991, quando a União Soviética ruiu, houve grande esperança de que isso aconteceria. Lembro-me da emoção de ver Boris Yeltsin de pé sobre um tanque em Moscou, rechaçando um golpe de velhos militares soviéticos da linha dura que ameaçavam a nova democracia russa. Yeltsin estava disposto a deixar de apontar armas nucleares para cidades americanas, destruir cinquenta toneladas de plutônio e assinar um acordo de cooperação com a OTAN, mas enfrentava rígida oposição doméstica a suas políticas por parte daqueles que queriam manter distância da Europa e dos Estados Unidos, conservar o máximo controle possível sobre os vizinhos e manter ao largo a fogosa força da democracia russa.

Depois que Yeltsin sofreu sua cirurgia cardíaca em 1996, jamais recuperou a energia e o poder de concentração requeridos para administrar o indisciplinado sistema político russo. Inesperadamente renunciou na véspera do Ano-Novo de 1999, seis meses antes de seu mandato expirar, abrindo caminho para seu sucessor, um pouco conhecido ex-oficial da KGB de São Petersburgo chamado Vladimir Putin.

A maioria das pessoas presumiu que Putin tivesse sido escolhido porque era leal, protegendo Yeltsin e sua família, e porque governaria com maior vigor que Yeltsin. Era

disciplinado e estava em boa forma física, inspirando esperança e confiança entre os russos ainda titubeantes devido a tanta mudança política e adversidade econômica, mas com o tempo ele também provou ser autocrático e melindroso, ressentindo-se de críticas e acabando por reprimir a dissenção e a discussão, inclusive da imprensa livre e das ONGs.

Em junho de 2001, quando o presidente Bush se encontrou com Putin pela primeira vez, ele disse a célebre frase: "Fui capaz de sentir a alma dele". Os dois líderes tornaram a "Guerra Global contra o Terror" uma causa comum, pois Putin considerou proveitoso alinhar a sua brutal campanha na indócil república de maioria muçulmana da Chechênia com a luta americana contra a Al-Qaeda. Porém não demorou muito para que as relações azedassem. A Guerra do Iraque, o comportamento cada vez mais autoritário de Putin no seu país e a invasão da Geórgia em agosto de 2008 só aumentaram a tensão.

À medida que a economia russa crescia, impulsionada pelos rendimentos do gás e do petróleo, Putin permitiu que a riqueza se concentrasse nas mãos de oligarcas com conexões políticas em vez de investir amplamente nas capacidades do povo russo e na infraestrutura do país. Ele alimentava uma visão agressiva de uma "Grande Rússia" que deixava nervosos os vizinhos e conjurava más recordações do expansionismo soviético. E usou as exportações de gás natural da Rússia para intimidar os ucranianos e outros povos em janeiro de 2006 e novamente em janeiro de 2009, cortando o fornecimento e aumentando os preços.

Entre os mais egrégios acontecimentos na nova Rússia estavam os ataques à imprensa. Jornais, emissoras de televisão e blogueiros enfrentavam intensa pressão para aderir à linha do Kremlin. Desde 2000, a Rússia era o quarto lugar mais perigoso do mundo para ser jornalista — não tão ruim quanto o Iraque, mas pior que a Somália ou o Paquistão. Entre 2000 e 2009 aproximadamente vinte jornalistas foram mortos na Rússia, e somente em um caso o assassino foi condenado.

Quando visitei Moscou em outubro de 2009, julguei importante manifestar-me em apoio à liberdade de imprensa e contra a campanha oficial de intimidação. Numa recepção na Casa Spaso, a majestosa residência dos embaixadores americanos na Rússia desde 1933, me encontrei com jornalistas, advogados e outros líderes da sociedade civil, inclusive um ativista que me contou ter sido cruelmente surrado por brutamontes não identificados. Esses russos tinham visto amigos e colegas molestados, intimidados, até mesmo mortos, e contudo continuavam trabalhando, escrevendo e falando, recusando-se a serem silenciados. Assegurei-lhes que os Estados Unidos manifestariam de forma pública e privada ao governo russo preocupações referentes aos direitos humanos.

O lugar onde se diz alguma coisa pode ser tão importante quanto o conteúdo do que se diz. Na Casa Spaso eu podia conversar com ativistas tudo que quisesse, mas a maioria dos russos jamais ouviria as minhas palavras. Assim, pedi à embaixada se podia arranjar uma emissora independente que me recebesse. Uma das possibilidades, uma emissora de rádio chamada Ekho Moskvy, ou "Eco de Moscou", parecia mais um veículo de propaganda de nome esquisito do que um bastião da imprensa livre, mas os nossos diplomatas locais me garantiram que a emissora era uma das mais independentes, corretas e categóricas da Rússia.

Na minha entrevista ao vivo, fui indagada sobre alguns dos tópicos urgentes na relação Estados Unidos-Rússia, inclusive Geórgia e Irã, e depois voltamo-nos para a questão dos direitos humanos dentro da Rússia. "Não tenho a menor dúvida de que a democracia é do interesse da Rússia", disse eu, "e que respeitar os direitos humanos, um judiciário independente e uma imprensa livre são do interesse de quem deseja construir um sistema político forte e estável, capaz de prover uma plataforma para uma prosperidade amplamente compartilhada.

Continuaremos a dizer isso e continuaremos a apoiar aqueles que se levantam em nome desses valores." Falamos sobre detenções, agressões e assassinatos de jornalistas. "Acho que as pessoas querem que seu governo se manifeste e diga que isso está errado, que tentarão impedir que ocorra e que irão garantir que as pessoas envolvidas em tal comportamento sejam trazidas à justiça", disse eu. A emissora permanece no ar e continua a manter sua independência. Infelizmente, durante a repressão às dissidências cercando a invasão da Crimeia em 2014, o site da emissora foi temporariamente bloqueado. Parece que o Kremlin está empenhado na iniciativa de calar todas as vozes dissidentes.

Depois de oito anos como presidente, Putin enfrentou limitações de duração de mandato, o que o levou em 2008 a trocar de lugar com seu primeiro-ministro, Dmitri Medvedev. À primeira vista, a troca pareceu uma farsa, um meio de manter Putin no poder num outro poleiro, e certamente havia um elemento desse tipo, mas Medvedev surpreendeu muita gente ao trazer um novo tom ao Kremlin. Parecia mais aberto a opiniões domésticas divergentes, mais conciliatório no exterior e mais interessado em diversificar a economia russa além de petróleo, gás e outras commodities.

Assumi o cargo cética em relação ao dueto de liderança russo, mas com esperança de que conseguíssemos achar áreas nas quais pudéssemos trabalhar juntos. Como senadora, eu havia sido uma crítica frequente do governo Putin, mas sabia que era contraproducente para nós encarar a Rússia apenas como ameaça, quando havia assuntos que precisávamos resolver juntos.

A questão de países trabalhando lado a lado em alguns assuntos enquanto entram em choque em outros é parte de um debate clássico dentro dos círculos de política externa. Deveriam os Estados Unidos parar de negociar comércio ou controle de armas porque tínhamos objeções à agressão da Rússia à Geórgia? Ou deveriam os assuntos ser tratados em vias paralelas? A diplomacia transacional pragmática nem sempre é bonita, mas frequentemente necessária.

Em 2009, o presidente Obama e eu pensamos que poderíamos atender a interesses fundamentais dos Estados Unidos com a Rússia mediante uma abordagem com três elementos: encontrar áreas específicas para cooperação onde os nossos interesses se alinhassem, manter a firmeza onde os nossos interesses divergissem e nos envolvermos consistentemente com o próprio povo russo. Essa abordagem ficou conhecida como "o reinício".

Ao formularmos essa abordagem no Departamento de Estado, Bell Burns, que servira três anos como embaixador dos Estados Unidos na Rússia, comandou nosso planejamento, proporcionando compreensão das opacas maquinações das personalidades do Kremlin. Medvedev era um líder jovem que chegara ao poder sem uma bagagem da Guerra Fria. Putin, em contraste, havia sido formado na KGB nas décadas de 1970 e 1980, o currículo essencial da Guerra Fria. A meu ver, apesar da troca de cargos, Putin mantinha-se como uma força formidável capaz de tornar mais difíceis as tentativas de expandir a cooperação. Se houvesse oportunidades de fazê-lo — e eu achava que havia —, seria porque ambos os lados teriam feito uma avaliação clara dos interesses comuns.

Meu primeiro encontro com o ministro das Relações Exteriores russo Sergei Lavrov foi em março de 2009. Richard Holbrooke, que o conhecera quando ambos serviram como embaixadores na ONU no fim da década de 1990, me disse que Lavrov era um diplomata consumado, servindo seus senhores em Moscou com intelecto, energia e uma arrogância nada pequena. (Vindo de Richard, aquilo realmente queria dizer alguma coisa!) Lavrov, perpetuamente bronzeado e elegante, falava inglês com fluência e gostava dos melhores uísques e da poesia de Pushkin. Ele teve uma relação turbulenta com a minha predecessora, Condoleezza Rice, especialmente (e por bons motivos) depois que a Rússia invadiu a Geórgia. Essas tensões não haviam desaparecido, mas se quiséssemos progresso no controle de armas nucleares, sanções

ao Irã ou acesso à fronteira norte do Afeganistão, precisávamos de cooperação. Talvez uma brincadeira pudesse quebrar o gelo.

Na política, o senso de humor é essencial. Há inúmeras razões para você ser capaz de rir de si mesmo. Quantas vezes, como senadora por Nova York, fui ao programa de David Letterman para contar uma piada de terninho? (A resposta é três.) Durante a campanha de 2008, fiz uma aparição surpresa no *Saturday Night Live* junto com Amy Poehler, que fazia com perfeição uma hilária "Hillary Clinton", soltando uma memorável gargalhada. Na diplomacia, com suas conversas cuidadosamente ensaiadas atravessando fronteiras culturais e idiomáticas, há menor espaço para o humor, mas ocasionalmente ele é conveniente. Esse parecia ser um desses momentos.

Num discurso na Conferência de Segurança de Munique em fevereiro, o vice-presidente Biden havia dito: "É hora de pressionar o botão de reiniciar e revisitar as muitas áreas onde podemos e devemos trabalhar junto com a Rússia". Gostei da ideia de "reiniciar" — não como uma maneira de ignorar nossas reais discordâncias, mas de imergi-las numa agenda mais ampla junto com áreas de interesse comum. Conversando com a minha equipe nos preparativos para o encontro com Lavrov em Genebra, Suíça, ocorreu-nos uma ideia. Por que não presentear Lavrov com um botão de reiniciar de verdade? Podia fazer as pessoas rir — inclusive Lavrov — e garantir que o nosso compromisso com um novo recomeço, e não as nossas discórdias, ocupasse as manchetes. Um pouco fora do convencional, talvez, mas valia a pena tentar.

Lavrov e eu nos encontramos no Salão Panorama do Hotel InterContinental, batizado graças à sua vista panorâmica de Genebra. Antes de nos sentarmos, dei-lhe de presente uma pequena caixa verde, com fita e tudo. Enquanto as câmeras se viravam para outras partes, abri a caixinha e tirei um botão vermelho brilhante sobre uma base amarela que tinha sido tirado das instalações do hotel. Sobre ela, uma etiqueta com a palavra russa *peregruzka*. Ambos rimos e apertamos o botão juntos. "Foi difícil achar a palavra certa em russo. Acha que conseguimos?", perguntei. O ministro deu uma olhada mais meticulosa. Os outros americanos na sala, especialmente os que falavam russo e que haviam escolhido a palavra, seguraram a respiração. "Está errado", disse ele. Será que aquele momento de leveza estava prestes a se tornar um incidente internacional? Eu continuei rindo. E o mesmo fez Lavrov, e todo mundo relaxou. "Deveria ser *perezagruzka*", explicou ele. "Esta aqui significa sobrecarregado." "Bem", respondi, "não vamos deixar você fazer isso conosco, eu prometo."

Não foi a melhor demonstração das habilidades linguísticas americanas, mas se o nosso objetivo tinha sido quebrar o gelo e garantir que ninguém jamais esquecesse o "reinício", então o nosso erro de tradução certamente havia alcançado o objetivo. Lavrov disse que levaria o botão para casa e o manteria sobre sua mesa. Mais tarde naquela noite, Philippe Reines, que ajudara a bolar a brincadeira, fez um último esforço para corrigir o erro de grafia. Chegou perto do embaixador russo na Suíça, que estava segurando o botão, e lhe pediu para substituir a etiqueta. "Não creio que possa fazer isso sem conversar antes com o meu ministro", retrucou o cauteloso embaixador. "Bem, se o seu ministro não o devolver, a minha ministra vai me mandar para a Sibéria!", exclamou Philippe. Devo admitir que era uma ideia tentadora.

No primeiro encontro do presidente Obama com Medvedev, em Londres, em abril de 2009, as delegações americana e russa sentaram-se frente a frente à formal mesa de jantar na Winfield House, residência do embaixador dos Estados Unidos. Eu era a única mulher presente. Era a primeira viagem internacional do presidente Obama desde que assumira o cargo, um giro estratégico pela Europa para comparecer à reunião do G-20, a uma reunião de cúpula da OTAN e visitar nossos aliados mais importantes, e eu estava contente por estar ao seu lado. Nossos

momentos juntos na estrada ao longo dos anos, desde aquela primeira visita a Londres até a nossa histórica viagem final à Birmânia no fim de 2012, nos deram a chance de consultar e elaborar estratégias longe do burburinho diário de Washington. Antes de uma das nossas reuniões em Praga, naquela mesma viagem de abril, ele me puxou de lado e disse: "Hillary, preciso falar com você". Pôs o braço em torno de mim e me conduziu para uma janela. Fiquei me perguntando qual assunto sensível de política ele queria discutir. Em vez disso, ele cochichou no meu ouvido: "Você está com uma coisa entre os dentes". Foi constrangedor, com toda a certeza, mas também o tipo de coisa que só um amigo diria e um sinal de que um teria sempre o apoio do outro.

Durante aquele primeiro encontro com os russos, os dois presidentes levantaram a ideia de um novo tratado para cortar o número de armas nucleares de ambos os lados e conseguiram encontrar um terreno comum quanto ao Afeganistão, ao terrorismo, ao comércio e até mesmo ao Irã, apesar de discordâncias quanto a mísseis de defesa e à Geórgia. Medvedev disse que a experiência russa no Afeganistão na década de 1980 fora "lamentável" e que estavam dispostos a permitir que os Estados Unidos transportassem carga letal através do seu território para suprir as nossas tropas. Aquele era um tema importante, pois nos daria poder de influência com o Paquistão, que controlava a única outra rota para tropas e equipamentos para dentro do Afeganistão. Medvedev também reconheceu, para minha surpresa, que a Rússia havia subestimado o crescimento da capacidade nuclear do Irã. "No fim, acabou que vocês tinham razão", disse ele. A Rússia tinha uma relação complicada com o Irã. Vendia armas a Teerã e até mesmo estava ajudando a construir uma usina de energia nuclear, mas os russos não queriam ver instabilidade ou proliferação nuclear no seu já volátil flanco meridional. Como vocês verão adiante, o comentário de Medvedev abriu uma porta para uma cooperação mais forte em relação ao Irã e acabou levando a um voto histórico na ONU para a imposição de novas sanções mais duras. Ele, porém, não alterou sua oposição aos nossos planos para mísseis de defesa na Europa, apesar do fato de, como dissemos muitas vezes, destinar-se à proteção contra ameaças potenciais do Irã, e não da Rússia.

O presidente Obama enfatizou o lado positivo e prometeu uma rápida continuidade com respeito a um novo tratado de armas nucleares, bem como uma cooperação mais profunda tendo em vista o Afeganistão, o terrorismo e a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio. De forma geral, foi uma discussão franca e meticulosa sobre temas difíceis — o que esperávamos de Medvedev. O reinício parecia estar nos eixos.

Uma equipe de negociadores do Departamento de Estado, comandada pelas subsecretárias Ellen Tauscher e Rose Gottemoeller, trabalhou durante um ano com seus colegas russos para lapidar cada detalhe do novo Tratado Estratégico de Redução de Armas, ou novo START, que estabelecia limites para os números de ogivas nucleares russas e americanas nos mísseis e bombardeiros. Depois que o presidente Obama e Medvedev assinaram o tratado em abril de 2010, comecei a me empenhar em persuadir meus antigos colegas do Senado a ratificá-lo, trabalhando de perto com meu subsecretário para Assuntos Legislativos, Rich Verma, um assessor de longa data do líder da maioria no Senado, Harry Reid, e sagaz estudioso dos caminhos muitas vezes impenetráveis do Capitólio. Chamei alguns dos principais senadores republicanos, que me disseram que não confiavam nos russos e que estavam preocupados pelo fato de os Estados Unidos não terem possibilidade de verificar o cumprimento do acordo. Expliquei que o tratado nos dava mecanismos para fazer isso e que, se os russos não cumprissem sua palavra, podíamos sempre recuar. Lembrei-lhes que até mesmo o presidente Reagan, com sua filosofia de "confiar, mas conferir", tinha assinado acordos de desarmamento com os

soviéticos. E ressaltei que o tempo era essencial; o antigo tratado — START — havia expirado, de modo que por quase um ano não vínhamos tendo inspetores de armas em solo russo conferindo o que estava ocorrendo com seus silos de mísseis. Era um lapso perigoso que não podíamos permitir que continuasse.

Nas semanas que precederam o voto, conversei com dezoito senadores, quase todos republicanos. Como secretária de Estado trabalhei com o Congresso em muitos assuntos, especialmente o orçamento do Departamento, mas essa era a minha primeira experiência de trabalhar em nome da Casa Branca desde que deixara o Senado. Foi proveitoso recorrer às minhas relações com ex-colegas construídas durante oito anos lidando com negociações bipartidárias para redigir a legislação e consultar comitês. Também tínhamos do nosso lado um mestre operador no Senado, o vice-presidente Biden, e a dupla bipartidária no leme do Comitê de Relações Exteriores do Senado, o presidente da casa John Kerry, de Massachusetts, e o líder da minoria Richard Lugar, de Indiana.

Estávamos chegando cada vez mais perto da maioria de dois terços do Senado exigida pela Constituição para ratificar um tratado, mas os votos finais foram difíceis de angariar. Nossas perspectivas diminuíram após as eleições na metade do mandato, em novembro de 2010, quando os republicanos assumiram o controle da Câmara, ganhando mais 63 cadeiras, e reduziram a maioria democrata no Senado em seis cadeiras. Apesar do revés, o senador Lugar insistiu comigo para que eu fosse pessoalmente ao Capitólio para fazer um apelo final. Com uma perspectiva sombria de que a ratificação não passasse, continuei trabalhando ao telefone e voltei a visitar o Congresso pouco antes do Natal, para fazer um último apelo. Naquela noite, o Senado votou favoravelmente para finalizar o debate, e no dia seguinte o tratado passou com 71 a 26. Foi uma vitória para o bipartidarismo, para as relações Estados Unidos-Rússia e para um mundo mais seguro.

Com o tempo, o presidente Obama e o presidente Medvedev desenvolveram uma relação pessoal que proporcionou oportunidades adicionais para cooperação. Numa longa reunião que tive com Medvedev nos arredores de Moscou em outubro de 2009, ele revelou seu plano de construir um corredor de alta tecnologia na Rússia segundo o modelo do nosso Vale do Silício. Quando sugeri que ele visitasse o original na Califórnia, ele se virou para sua equipe e lhe disse para dar continuidade à ideia. Incluiu uma escala ali em sua visita aos Estados Unidos em 2010 e, conforme todos os relatos, ficou impressionado com o que viu. Poderia ter começado aí a concretização da visão de Medvedev de uma economia russa diversificada — se Putin tivesse permitido.

Num primeiro momento, o reinício levou a numerosos sucessos, inclusive a imposição de fortes sanções ao Irã e à Coreia do Norte, abrindo uma rota setentrional de abastecimento para equipar nossas tropas no Afeganistão, trazendo a Rússia para a Organização Mundial do Comércio, conquistando o apoio da ONU para uma zona de exclusão aérea na Líbia e uma crescente cooperação no contraterrorismo. Entretanto, o tom começou a mudar no fim de 2011. Em setembro, Medvedev anunciou que não concorreria à reeleição. Em vez disso, Putin retomaria seu velho cargo em 2012. Essa mudança confirmou aquilo que eu tinha dito quatro anos antes: que Medvedev estava simplesmente mantendo aquecida a cadeira de Putin.

Então, em dezembro, as eleições parlamentares na Rússia foram manchadas por generalizados relatos de fraude. Os partidos políticos independentes tiveram o direito de registro negado, e foram reportadas tentativas de violar urnas eleitorais, manipular listas de eleitores e outras gritantes irregularidades. Observadores independentes das eleições russas foram intimidados e seus sites, atacados. Numa conferência internacional na Lituânia, expressei sérias

preocupações com respeito a esses relatórios: “O povo russo, como qualquer outro povo, merece o direito de ter sua voz ouvida e seus votos contados”, disse eu, “e isso significa que merece eleições justas, livres e transparentes, e líderes que lhes prestem contas”. Dezenas de milhares de cidadãos russos chegaram à mesma conclusão e tomaram as ruas para protestar. Quando cânticos de “Putin é um ladrão” encheram o ar, Putin descarregou sua ira — diretamente sobre mim. “Ela deu o tom para alguns atores no nosso país e lhes deu um sinal”, alegou ele. Ah! Se eu tivesse esse poder! Na vez seguinte em que vi o presidente Putin, censurei-o pelos seus comentários: “Realmente não consigo ver as pessoas em Moscou acordando e dizendo ‘Hillary Clinton quer que saiamos para protestar’. Não é desse jeito que as coisas funcionam, senhor presidente”. Ainda assim, se ajudei ao menos algumas poucas pessoas a criar coragem para se manifestar por uma democracia real, então houve um lado bom.

Em maio de 2012, Putin retomou formalmente o título de presidente e pouco depois declinou o convite do presidente Obama para uma reunião de cúpula do G-8 em Camp David. Um vento frio soprava do leste. Em junho, enviei um memorando ao presidente Obama delineando as minhas opiniões. Ele não estava mais tratando com Medvedev e devia estar preparado para assumir uma linha mais dura. Putin “estava profundamente ressentido com os Estados Unidos e desconfiado das nossas ações”, argumentava eu, e tinha intenção de recuperar a influência russa perdida na sua vizinhança, do Leste Europeu à Ásia Central. Podia chamar esse seu projeto de “integração regional”, mas era um código para reconstruir um império perdido. Eu estava com o presidente Obama quando ele se sentou pela primeira vez com Putin como dois chefes de Estado nas conversações paralelas à reunião do G-20 em Los Cabos, México. “Seja duro nas negociações”, aconselhei, porque Putin “não vai dar nada de presente.”

A Rússia logo adotou uma abordagem menos construtiva em muitas questões essenciais, especialmente no conflito na Síria, onde apoiou o regime de Assad em sua guerra brutal e bloqueou todas as tentativas das Nações Unidas de organizar uma resposta internacional forte. O Kremlin passou a reprimir os dissidentes, ONGs e cidadãos LGBT em seu território, e voltou a fazer ameaças aos vizinhos.

Para aqueles que esperavam que o reinício abrisse uma nova era de boa vontade entre a Rússia e os Estados Unidos, essa expectativa revelou-se uma amarga decepção. Para aqueles de nós que tinham expectativas mais modestas — que a desvinculação de questões difíceis e o baixar do tom da retórica pudessem criar espaço para o progresso em prioridades específicas —, o reinício funcionou. Mais tarde, após a invasão da Crimeia em 2014, alguns no Congresso culparam o reinício por encorajar Putin. Penso que essa visão não entende de Putin, nem do reinício. Afinal, ele invadira a Geórgia em 2008 e enfrentara poucas consequências por parte dos Estados Unidos e de outros países. Putin invadiu a Geórgia e a Crimeia por suas próprias razões, no seu próprio cronograma, em resposta a acontecimentos naqueles territórios. Nem a dura retórica e a doutrina da guerra preventiva da administração Bush nem o foco da administração Obama em cooperação pragmática em interesses essenciais detiveram ou convidaram esses atos de agressão. O reinício não era uma recompensa; era um reconhecimento de que os Estados Unidos têm muitos interesses estratégicos e de segurança e precisamos fazer progresso onde pudermos. E isso continua sendo verdade hoje.

Para entender a complexidade da nossa relação com a Rússia durante o reinício e o que estávamos tentando alcançar, considere apenas um exemplo: a Ásia Central e o desafio de suprir as nossas tropas no Afeganistão.

Na esteira do Onze de Setembro, quando os Estados Unidos se preparavam para invadir o Afeganistão, o governo Bush arrendou antigas bases aéreas soviéticas em dois países remotos,

mas estrategicamente localizados na Ásia Central: o Uzbequistão e o Quirguistão. Essas bases eram usadas para levar suprimentos e soldados ao Afeganistão. Dada a extraordinária dinâmica internacional da época, a Rússia não fez objeção, apesar do fato de ver essas subdesenvolvidas ex-repúblicas soviéticas dentro da sua esfera de influência. Porém em pouco tempo o Kremlin passou a incentivar os governos uzbeque e quirguiz a assegurar que os americanos não ficassem permanentemente. Para Putin, a Ásia Central era o quintal da Rússia. Ele desconfiava tanto do crescimento econômico chinês quanto da presença militar americana.

Em 2009, o presidente Obama estava nos estágios iniciais do planejamento de um grande deslocamento de tropas para o Afeganistão, a ser seguido de uma retirada gradual começando em 2011. Isso significava que os militares americanos mais uma vez precisariam movimentar grandes volumes de tropas e material bélico pelas fronteiras daquele país montanhoso e central. A linha de abastecimento mais direta para o interior do Afeganistão era através do Paquistão, mas era uma rota vulnerável a ataques dos insurgentes talibãs e aos acessos de mau humor dos governantes paquistaneses. Os planejadores do Pentágono queriam uma segunda rota terrestre, ainda que fosse mais longa e cara, para assegurar que nossas tropas jamais ficassem isoladas. O lugar natural a procurar era a Ásia Central. As cargas poderiam ser desembarcadas em portos no mar Báltico e depois despachadas por milhares de quilômetros de trem através da Rússia até o Cazaquistão e o Uzbequistão e, por fim, através da fronteira norte do Afeganistão. Enquanto isso, as tropas poderiam ser transportadas pela base aérea ainda aberta no Quirguistão. A Rede de Distribuição do Norte, como veio a ser conhecida, propiciaria pródigos rendimentos a regimes corruptos, mas também ajudaria significativamente o esforço de guerra. Era uma daquelas soluções de compromisso clássicas da política externa, mas, antes que esta entrasse em funcionamento, tínhamos de fazer que a Rússia permitisse o transporte de nosso equipamento militar através de seu território.

No primeiro encontro do presidente Obama com Medvedev, ele enfatizou que, como parte do reinício, a Rede de Distribuição do Norte seria uma prioridade máxima para nós. Em resposta, Medvedev declarou que a Rússia estava aberta a cooperar (e lucrar com as tarifas de trânsito). Em julho de 2009, quando o presidente Obama visitou Moscou, um acordo foi formalmente assinado para permitir o transporte de equipamento militar letal através da Rússia até o Afeganistão.

A concordância de Medvedev com o trânsito de equipamento letal, porém, mascarava outra agenda. Para o Kremlin, a influência na Ásia Central ainda era território a ser ciosamente guardado. Assim, mesmo tendo permitido o deslocamento de cargas americanas através do seu território, a Rússia trabalhava para expandir sua própria trilha militar pela Ásia Central, usando a nossa presença como desculpa para aumentar o controle sobre estes da região e minar os crescentes laços desses regimes com Washington. Era como uma versão moderna do "Grande Jogo", a elaborada disputa diplomática do século XIX entre Rússia e Grã-Bretanha pela supremacia na Ásia Central — exceto que os Estados Unidos tinham um interesse especificamente focado na região, sem buscar um domínio.

No começo de dezembro de 2010, viajei ao Quirguistão, ao Cazaquistão e ao Uzbequistão, reunindo-me com seus líderes para acompanhar o desenrolar das coisas. Num encontro informal em Bisqueque com estudantes e jornalistas, respondi perguntas sobre as relações com Moscou. "Onde entra o Quirguistão no seu reinício com a Rússia?", perguntou um rapaz. Expliquei que, mesmo que nossos países discordassem em muita coisa — mencionei a Geórgia e os direitos humanos em particular —, nossa meta era trabalhar juntos numa agenda positiva e superar um longo legado de desconfiança.

Um dos jornalistas veio em seguida com uma pergunta sobre se o reinício viria à custa do Quirguistão e da Ásia Central: “Existe alguma rivalidade entre a Rússia e os Estados Unidos, na região, particularmente no Quirguistão?”. Respondi que estávamos tentando evitar tal cenário e que a meta do reinício era reduzir tensões entre Washington e Moscou, o que deveria ajudar países como o Quirguistão, que às vezes se sentiam presos numa armadilha, mas, acrescentei, era verdade que o Quirguistão era uma democracia incipiente numa região de autocracias. A democracia estava retrocedendo na Rússia. Era inexistente na China, o outro grande participante do jogo na região. De modo que não seria fácil. “Penso que é importante que vocês tenham relações com muitos países, mas que não sejam dependentes de nenhum”, disse eu. “Tentem equilibrar-se nas diferentes relações que vocês têm e consigam a melhor ajuda que puderem.”

Quando Putin estava se preparando para retomar a presidência em Moscou, publicou num jornal russo, no outono de 2011, um artigo anunciando planos de recuperar a influência perdida entre ex-repúblicas soviéticas e criar “uma poderosa união supranacional capaz de se tornar um polo no mundo moderno”. Putin afirmou que essa nova União Eurasiana “mudaria a configuração geopolítica e geoeconômica de todo o continente”. Alguns descartaram essas palavras considerando-as mero arroubo de campanha, mas eu achei que revelavam a verdadeira agenda de Putin, que era efetivamente “ressovietizar” a periferia da Rússia. Uma união alfandegária expandida era apenas o primeiro passo.

As ambições de Putin não se limitavam à Ásia Central. Na Europa, ele usava cada pedacinho da influência que tinha para impedir as ex-repúblicas soviéticas de estabelecer laços com o Ocidente, inclusive cortando o gás da Ucrânia, banindo importações de vinho moldavo e boicotando laticínios lituanos. Seu olhar aquisitivo estendia-se para o norte, para o Círculo Ártico, onde o derretimento do gelo abria novas rotas e oportunidades comerciais para exploração de gás e petróleo. Num movimento simbólico em 2007, um submarino russo depositou uma bandeira russa no leito do oceano perto do polo Norte. Mais sinistramente, Putin estava reabrindo velhas bases militares soviéticas pelo Ártico.

O presidente Obama e eu discutimos as ameaças de Putin e como nos contrapormos a elas. Também fiz questão de viajar a países que se sentiam ameaçados. Na Geórgia, que visitei duas vezes, conclamei a Rússia a parar com sua “ocupação”, palavra esta que causou consternação em Moscou, e retirar-se dos territórios que ocupara em 2008.

Para muitos americanos, a crise na Ucrânia e a invasão russa da Crimeia no começo de 2014 foram um toque de despertar. Uma parte do mundo em que muita gente não pensava mais desde o fim da Guerra Fria subitamente estava de volta no radar. Porém, longe de ser uma surpresa, a crise ucraniana foi na verdade o mais recente lembrete dos objetivos de longo prazo de Putin. Com essas ambições em mente, a administração Obama e os nossos aliados europeus haviam começado lentamente a trabalhar durante anos para reduzir a influência de Putin e neutralizar suas maquinações.

Em 1º de janeiro de 2009, a Gazprom, poderoso conglomerado estatal de energia da Rússia, bloqueou as exportações de gás para a Ucrânia. Isso, por sua vez, restringiu o fluxo de energia para parte da Europa. Onze pessoas morreram congeladas nos primeiros dez dias, dez delas na Polônia, onde as temperaturas caíram abaixo de vinte graus Celsius negativos. Não era a primeira vez que isso acontecia. Na verdade, acontecera três anos antes, no meio de outro inverno rigoroso.

A Ucrânia, com uma considerável minoria étnica russa e falante de russo, tem tido uma relação próxima, mas conflituosa, com Moscou há séculos. A Revolução Laranja, que se seguiu a disputadas eleições ucranianas em 2004, levou ao poder um governo pró-Ocidente que buscou

laços mais estreitos com a União Europeia, enfurecendo Putin. Fechar o fornecimento de gás em 2006 foi seu jeito de mandar um recado não tão sutil aos líderes de mentalidade independente em Kiev. Em 2009, Putin tentava forçar a alta dos preços de energia russa, lembrando a todo mundo seu poder. O gesto provocou um arrepio em toda a Europa. Grande parte do continente dependia do gás russo; e, se a Ucrânia podia ser extirpada, então o mesmo poderia acontecer com qualquer um. Após dezenove dias foi assinado um novo acordo, e o gás voltou a fluir para a Ucrânia na época da posse do presidente Obama.

Na minha sabatina de confirmação perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado, naquele mesmo mês de janeiro, no meio da crise, falei sobre a importância de fortalecer a OTAN e a aliança transatlântica, enfatizando a minha intenção de dar à segurança energética "uma prioridade muito maior na nossa diplomacia". Citei os problemas no Leste Europeu como "apenas o exemplo mais recente de como a vulnerabilidade energética restringe as nossas opções de política externa no mundo, limitando a eficácia em alguns casos e forçando a nossa mão em outros".

Na minha primeira conversa telefônica com o ministro das Relações Exteriores polonês, Radoslaw Sikorski, uma semana depois de assumir o cargo, discutimos o desafio. "Queremos uma nova política e uma nova fonte", me disse Sikorski. Ele era a favor de um gasoduto através dos Bálcãs e da Turquia que pudesse dar à Europa acesso a explorações de gás natural no mar Cáspio. Tal duto se tornara conhecido como Corredor do Sul e emergia como uma das nossas mais importantes iniciativas em termos de diplomacia energética. Nomeei o embaixador Richard Morningstar como meu enviado especial para negociar os acordos necessários para dar andamento ao projeto. Esse projeto era complicado pelo fato de que o Azerbaijão, a fonte-chave no mar Cáspio, tinha um antigo conflito com sua vizinha Armênia. Morningstar desenvolveu uma construtiva relação de trabalho com o presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, a ponto de eu recomendar que Morningstar fosse nomeado nosso embaixador naquele país. Visitei duas vezes o Azerbaijão para incentivar esforços de paz regionais, promover reformas democráticas e dar andamento ao projeto do gasoduto, inclusive me reunindo com líderes da indústria na anual Exposição de Petróleo & Gás de Baku em 2012. Ao deixar o Departamento de Estado, os acordos estavam começando a se encaixar e a construção teve início em 2015, com a meta de fazer fluir o gás em 2019.

Quando me reuni com os líderes da União Europeia em março de 2009, instei-os a elevar o tópico da energia como uma prioridade de urgência para ações. Posteriormente trabalhei com Cathy Ashton da União Europeia para criar o Conselho de Energia Estados Unidos-União Europeia. Equipes de especialistas em energia americanos espalharam-se pela Europa para ajudar os países a explorar alternativas para o gás russo. Quando visitei a Polônia em julho de 2010, o ministro das Relações Exteriores Sikorski e eu anunciamos um acordo de cooperação numa iniciativa global de gás de xisto para capitalizar novas tecnologias de extração de maneira segura e ambientalmente sustentável. A exploração ali já começou.

A expansão dos próprios suprimentos de gás natural americanos ajudou a afrouxar o aperto russo na eletricidade da Europa — não porque tenhamos começado a exportar montes de gás, mas porque não necessitamos mais importá-lo. O gás que um dia se destinava aos Estados Unidos começou a encontrar seu caminho para a Europa. Consumidores europeus passaram a ter um gás mais barato, e a Gazprom foi forçada a competir, deixando de ditar oferta e demanda.

Esses esforços podem não ter saído na primeira página dos jornais nos Estados Unidos, mas não passaram despercebidos a Putin. Em 2013, quando a Ucrânia negociava laços de comércio mais estreitos com a União Europeia, ele deve ter sentido a influência russa escorregando pelos

dedos. Putin ameaçou aumentar os preços do gás se o acordo passasse. A dívida da Ucrânia com a Rússia já passava de 3 bilhões de dólares, e as finanças do país estavam em frangalhos. Em novembro, o presidente Yanukovich da Ucrânia abandonou abruptamente o acordo quase completado com a União Europeia e logo aceitou um pacote de resgate de 15 bilhões de dólares do Kremlin.

Muitos ucranianos, especialmente os que moravam na capital, Kiev, e nas partes do país onde não se falava russo, ficaram inflamados pela reviravolta. Eles sonhavam em viver numa democracia europeia próspera e, agora, se deparavam com a perspectiva de mais uma vez ficar sob a mão pesada de Moscou. Maciços protestos irromperam e se intensificaram quando o governo disparou contra os manifestantes. Sob pressão, Yanukovich concordou com reformas constitucionais e novas eleições. Foi costurado um acordo entre líderes do governo e da oposição, com a mediação de diplomatas da Polônia, da França e da Alemanha. (Os russos participaram das conversações, mas depois recusaram-se a assinar o acordo.) A multidão nas ruas, porém, rejeitou o compromisso e exigiu a renúncia de Yanukovich. Surpreendentemente, ele então abandonou seu palácio e fugiu de Kiev para o leste, indo parar na Rússia. Em resposta, o Parlamento ucraniano pediu à oposição para formar um novo governo.

Tudo isso inquietou Moscou. Com o pretexto de proteger cidadãos russos e ucranianos de ascendência russa do que alegava ser anarquia e violência na Ucrânia, Putin enviou tropas russas para ocupar a península da Crimeia no mar Negro, que havia sido parte da Rússia até a década de 1950 e ainda era o lar de muitos russos étnicos e sede de importantes instalações navais russas. Apesar das advertências do presidente Obama e dos líderes europeus, o Kremlin engendrou um referendo questionável para a secessão da Crimeia, que foi amplamente boicotado por cidadãos sem ascendência russa. A Assembleia Geral da ONU condenou o referendo no fim de março por uma margem esmagadora.

Enquanto este livro está sendo escrito, o futuro da Ucrânia está ameaçado. O mundo inteiro estará observando para ver como as coisas se desenrolam, especialmente outros antigos estados e satélites soviéticos temerosos pela sua própria independência. Todo o nosso trabalho desde 2009 para revigorar a OTAN, restaurar relações transatlânticas danificadas e reduzir a dependência europeia da energia russa nos colocou numa posição mais forte para enfrentar esse desafio, embora Putin também tenha muitas cartas na manga. E temos de continuar trabalhando nisso.

Passei muito tempo durante esses anos pensando em meios de compreender Putin.

Numa visita à sua dacha nos arredores de Moscou em março de 2010, envolvemo-nos numa contenciosa discussão sobre transações comerciais e a Organização Mundial do Comércio, que ficou girando em círculos. Putin não cedia um centímetro. Ele mal escutava. Exasperada, tentei uma tacada diferente. Eu sabia que uma de suas paixões pessoais era a preservação da vida silvestre, com a qual também me preocupo profundamente. Então, sem mais nem menos, eu disse: “Primeiro-ministro Putin, fale-me sobre o que está fazendo para salvar os tigres da Sibéria”. Ele ergueu os olhos, surpreso. Por fim eu tinha sua atenção.

Putin levantou-se e me pediu para acompanhá-lo. Deixando nossos assessores para trás, ele me conduziu por um longo corredor até seu escritório particular. Surpreendemos alguns guardas corpulentos que zanzavam de um lado para o outro sem fazer nada. Eles se puseram em posição de sentido enquanto passávamos. Atrás de uma porta blindada, chegamos à sua escrivaninha e a uma parede adjacente que continha um grande mapa da Rússia. Ele se lançou num animado discurso em inglês sobre o destino dos tigres do leste, dos ursos-polares do norte e de outras espécies em risco. Era fascinante ver a mudança na sua postura e no seu envolvimento. Perguntou-me se meu marido gostaria de passar com ele algumas semanas para colocar etiquetas

de identificação em ursos-polares no arquipélago Terra de Francisco José. Disse-lhe que perguntaria a Bill e que, se ele não pudesse ir, eu verificaria meu cronograma. Em resposta, Putin ergueu as sobrancelhas. (Acabou que nenhum de nós foi.)

Outra conversa memorável não programada com Putin ocorreu em setembro de 2012, na reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, em que ele serviu de anfitrião em Vladivostok. O presidente Obama não pôde comparecer por causa dos seus compromissos de campanha, então eu o representei. Putin e Lavrov ressentiram-se da ausência do presidente e da minha forte crítica ao apoio da Rússia a Bashar al-Assad na Síria. E não concordaram com uma reunião com Putin até quinze minutos antes do início do jantar. Porém, de acordo com o protocolo, a representante dos Estados Unidos, como anfitrião anterior do encontro, estaria sentada ao lado do atual anfitrião, o que significava que Putin e eu sentaríamos juntos.

Discutimos seus desafios, desde a longa fronteira da Rússia com a China no leste até os indóceis estados muçulmanos dentro da Rússia e junto às suas fronteiras. Contei a Putin acerca da minha recente visita em São Petersburgo a um memorial para as vítimas do cerco nazista à cidade (na época chamada Leningrado), que durou de 1941 a 1944, matando mais de 600 mil pessoas. Isso tocou alguma corda no líder russo, sempre cônscio da história. Ele deslanchou numa história sobre seus pais que eu nunca tinha lido nem ouvido. Durante a guerra, o pai de Putin veio da linha de frente para casa, para uma breve folga. Ao se aproximar do apartamento onde morava com a esposa, viu um monte de corpos empilhados na rua e homens carregando-os para a caçamba de um caminhão que aguardava. Quando chegou mais perto, viu as pernas de uma mulher calçando sapatos que ele reconheceu como sendo da esposa. Saiu correndo e exigiu ver o corpo da mulher. Depois de uma discussão, os homens cederam. O pai de Putin pegou a esposa nos braços e, depois de examiná-la, percebeu que ela ainda estava viva. Carregou-a para cima até o apartamento e cuidou dela até ela recuperar a saúde. Oito anos depois, em 1952, nascia seu filho Vladimir.

Quando contei essa história ao embaixador americano na Rússia, Mike McFaul, um proeminente especialista em Rússia, ele disse que também nunca a tinha ouvido. Obviamente não tenho meios de verificar a história de Putin, mas tenho pensado nela com frequência. Para mim, ela lança alguma luz sobre o homem que ele veio a se tornar e o país que governa. Ele está sempre nos testando, sempre forçando os limites.

Em janeiro de 2013, enquanto me preparava para deixar o Departamento de Estado, escrevi para o presidente Obama um memorando final sobre a Rússia e o que ele poderia esperar de Putin no segundo mandato. Fazia quatro anos desde que o reinício nos permitira começar a fazer progressos no controle de armas nucleares, sanções ao Irã, Afeganistão e outros interesses fundamentais. Eu ainda acreditava ser do interesse nacional americano de longo prazo manter, se possível, uma relação de trabalho construtiva com a Rússia. Entretanto, tínhamos de ser realistas quanto às intenções de Putin e o perigo que ele representava para seus vizinhos e para a ordem global, e planejar a nossa política de acordo com isso. Em termos decididos, avisei ao presidente que teríamos dias difíceis pela frente e que a nossa relação com Moscou provavelmente iria piorar antes de se tornar melhor. Medvedev pode ter se preocupado em melhorar as relações com o Ocidente, mas Putin estava sob a errônea impressão de que precisávamos da Rússia mais do que a Rússia precisava de nós. Ele via os Estados Unidos basicamente como um concorrente. E estava ficando apavorado por causa da sua própria oposição interna que ressurgia e do colapso das autocracias do Oriente Médio e em outras regiões. Essa não era a receita para uma relação positiva.

Tendo tudo isso em mente, sugeri que estabelecêssemos um novo curso. O reinício nos

permitira colher o fruto, que havia muito pendia, em termos de cooperação bilateral. E não havia necessidade de estragar a nossa colaboração em questões do Irã e do Afeganistão, mas deveríamos apertar o botão de "pausa" quanto a novos esforços. Não dê a impressão de estar ansioso demais para trabalhar junto. Não bajule Putin com um alto nível de atenção. Decline o seu convite para uma conferência de cúpula em nível presidencial em Moscou, em setembro. E deixe claro que a intransigência russa não nos impedirá de perseguir nossos interesses e políticas referentes à Europa, à Ásia Central, à Síria e a outros pontos delicados. Força e determinação eram a única linguagem que Putin entendia. Devemos mandar-lhe um recado dizendo que suas ações têm consequências e, ao mesmo tempo, garantir aos nossos aliados que os Estados Unidos estão prontos a defendê-los.

Nem todo mundo na Casa Branca concordou com a minha análise relativamente dura. O presidente aceitou o convite de Putin para uma conferência de cúpula bilateral no outono. Porém, durante o verão, foi se tornando cada vez mais difícil ignorar a trajetória negativa, especialmente depois de Edward Snowden, o analista contratado que vazou segredos da Agência de Segurança Nacional (NSA) para jornalistas, recebendo asilo de Putin na Rússia. O presidente Obama cancelou a cúpula em Moscou e começou a adotar uma linha mais rígida com Putin. Em 2014, com a crise ucraniana, as relações haviam desabado.

Além da Crimeia e outras consequências internacionais do governo Putin, a própria Rússia havia se tornado um caso de estudo em potencial desperdiçado. Gente talentosa e o dinheiro estavam indo embora. E não precisa ser assim. A Rússia é abençoada não só com vastos recursos naturais, mas também com uma força de trabalho instruída. Como discuti com Putin, Medvedev e Lavrov ao longo dos anos, a Rússia poderia estar desenhando um futuro pacífico e lucrativo como parte da Europa em vez de tê-la como antagonista. Pense nos acordos comerciais mais expansivos que a Rússia poderia negociar com uma atitude diferente. Em vez de intimidar a Ucrânia e outros vizinhos, poderia engajar-se numa maior cooperação científica tendo a União Europeia e os Estados Unidos como parceiros, expandindo tecnologias avançadas de desenvolvimento e inovação, tentando construir seu próprio centro empresarial de alta tecnologia, como visualizava Medvedev. Pense também nos interesses estratégicos de longo prazo que a Rússia poderia perseguir se Putin não fosse fixado em recompor um império soviético e esmagar as dissidências domésticas. Ele poderia perceber que a mão da Rússia em lidar com os extremistas ao longo da fronteira meridional, bem como com a China no leste, poderia ser fortalecida por laços mais próximos com a Europa e os Estados Unidos. Ele poderia ver a Ucrânia como ela quer ser vista — uma ponte entre a Europa e a Rússia que aumentaria a prosperidade e a segurança para todos. Infelizmente, até agora, a Rússia de Putin permanece congelada entre o passado que não consegue largar e o futuro que não é capaz de abraçar.

12

América Latina: Democratas e demagogos

Eis uma pergunta cuja resposta pode surpreender a todos: que parte do mundo é destino de mais de 40% de todas as exportações dos Estados Unidos? Não é a China, que responde por apenas 7%. Não é a União Europeia, com 21%. São as Américas. Na verdade, os dois maiores destinos de nossas exportações são os nossos vizinhos mais próximos: Canadá e México.

Se isso for novidade para você, não está sozinho. Muitos de nós nos Estados Unidos temos uma imagem obsoleta do que está acontecendo no nosso hemisfério. Ainda pensamos na América Latina como uma terra de golpes e crimes, e não uma região onde florescem mercados e povos livres, como fonte de migrantes e drogas em vez de um destino para comércio e investimento.

Nossos vizinhos do sul têm feito notável progresso econômico e político nos últimos vinte anos. A América Latina é uma região com 36 países e territórios (quase todos eles democracias), com cerca de 600 milhões de pessoas, uma classe média em rápida expansão, abundantes suprimentos de energia e um PIB combinado de mais de 5 trilhões de dólares.

Devido à nossa proximidade, as economias dos Estados Unidos e dos nossos vizinhos há muito tempo têm estado entrelaçadas. Cadeias de abastecimento cortam a região; e o mesmo acontece com redes familiares, sociais e culturais. Alguns veem esses laços próximos como uma ameaça à soberania ou identidade, mas eu vejo a nossa interdependência como uma vantagem comparativa a ser abraçada, especialmente num tempo em que precisamos estimular maior crescimento na nossa casa. Há muita coisa que podemos aprender com a história da transformação latino-americana e o que ela significa para os Estados Unidos e o mundo, especialmente se pretendemos tirar o máximo desse "poder de proximidade" nos anos vindouros.

Muitas das nossas atuais concepções erradas sobre a América Latina têm origem em um século de história difícil. A América Latina foi o campo de batalha da competição ideológica entre Estados Unidos e União Soviética. Cuba foi o exemplo mais proeminente de um ponto de ebulição da Guerra Fria, porém confrontos de todo tipo, assumindo diferentes formas, tomaram conta de todo o hemisfério.

O colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria contribuíram para introduzir uma nova era para a região. Longas e brutais guerras civis arrefeceram. Eleições trouxeram novos governos democráticos ao poder. O crescimento econômico começou a tirar as pessoas da pobreza. Em 1994, meu marido convidou todas as democracias da região para a primeira Cúpula das Américas em Miami, onde todos nos comprometemos a nos reunir a cada quatro anos para dar continuidade à nossa integração econômica e cooperação política.

A Cúpula foi apenas um dos muitos esforços que a administração Clinton fez para forjar uma parceria mais ampla com os nossos vizinhos. Os Estados Unidos forneceram substancial assistência ao México e ao Brasil durante suas crises financeiras. Com respaldo bipartidário no Congresso, desenvolvemos e financiamos o Plano Colômbia, uma ambiciosa campanha para ajudar a defender a mais velha democracia sul-americana dos narcotraficantes e grupos de guerrilha e, no Haiti, ajudar a reverter um golpe de Estado e restaurar a democracia constitucional. Num sinal de até onde a região tinha chegado, muitas das outras democracias

latino-americanas forneceram tropas para a missão da ONU no Haiti. Segundo o Centro de Pesquisa Pew, a aprovação dos Estados Unidos na América Latina chegou a 63% em 2001.

Como governador do Texas que apoiava uma crescente reforma de comércio e imigração, o presidente George W. Bush entrou com uma boa posição na região. Desenvolveu fortes relações pessoais com o presidente mexicano Vicente Fox e seu sucessor, Felipe Calderón. A administração Bush apoiou e fortaleceu o Plano Colômbia e deu início à Iniciativa Mérida para ajudar o México em sua luta contra os cartéis de drogas. A abordagem de política externa mais ampla daquela administração, porém, não fez muitos amigos na região. E tampouco sua tendência de ver o hemisfério através da lente ideológica esquerda *versus* direita, remanescente da Guerra Fria. Em 2008, apenas 24% dos mexicanos e 23% dos brasileiros aprovavam os Estados Unidos. A média pelo continente, segundo o Gallup, era de 35%. Quando a administração Obama tomou posse no começo de 2009, sabíamos que era hora de começar tudo de novo.

O presidente Obama explicou a nossa abordagem de "parceria entre iguais" num discurso em abril de 2009 na Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago. E garantiu que não haveria mais um "parceiro principal e um parceiro secundário nas nossas relações"; em vez disso, os povos da América Latina podiam esperar um "envolvimento baseado em respeito mútuo, interesses comuns e valores compartilhados". Como fazia com frequência, o presidente refletiu sobre a necessidade de ir além dos "debates rançosos" e "falsas escolhas", neste caso entre "economias rígidas, controladas pelo Estado ou um capitalismo sem rédeas nem regulamentos; entre culpar paramilitares de direita e insurgentes de esquerda; entre ater-se a políticas inflexíveis em relação a Cuba ou negar os direitos humanos plenos que são devidos ao povo cubano". Sobre Cuba em particular, ele prometeu um novo começo. Num primeiro passo para modernizar uma política que havia "fracassado em conseguir liberdade e oportunidade para o povo cubano", os Estados Unidos começariam a permitir que americanos de origem cubana visitassem a ilha e enviassem grandes somas de dinheiro para suas famílias ali residentes. O presidente também disse que estava preparado para envolver-se diretamente com o governo cubano numa ampla gama de questões, inclusive a implantação de reformas democráticas e o trabalho conjunto nos desafios do tráfico de drogas e imigração, contanto que levasse a um progresso concreto. "Não vim aqui para discutir o passado", disse ele. "Vim aqui para tratar do futuro."

Seria minha tarefa, junto com um grupo de elite de especialistas em América Latina no Departamento de Estado, pôr em prática a promessa do presidente. Decidi começar com um gesto arrojado, para sinalizar que estávamos levando a sério o nosso novo tom no hemisfério. O lugar para fazer isso era o México, nosso vizinho mais próximo ao sul, que representava tanto a promessa quanto o perigo de uma região numa encruzilhada.

Os Estados Unidos e o México compartilham uma fronteira que tem praticamente 3 mil quilômetros de extensão, e as nossas economias e culturas, especialmente em áreas próximas a essa fronteira, são altamente integradas. Afinal, grande parte do sul dos Estados Unidos foi um dia parte do México, e décadas de imigração têm fortalecido os laços familiares e culturais entre os dois países. Minha experiência direta nessa área começou em 1972, quando o Comitê Nacional Democrata me enviou para registrar eleitores no Vale do Rio Grande, no Texas, em apoio à campanha de George McGovern à presidência. Algumas pessoas ficaram compreensivelmente desconfiadas daquela moça loura de Chicago, que não falava uma palavra de espanhol, mas passei a ser bem recebida em lares e comunidades onde cidadãos de origem mexicana estavam ansiosos para participar integralmente da nossa democracia.

Também fiz com meus novos amigos algumas viagens ao México para jantar e dançar.

Naquela época, era muito mais fácil cruzar a fronteira. Acabei trabalhando com um sujeito de Yale que depois namorei chamado Bill Clinton. Depois que McGovern perdeu a eleição por uma esmagadora maioria de votos, Bill e eu resolvemos relaxar num pequeno balneário na costa do Pacífico, e descobrimos que adorávamos tanto o México que voltamos durante anos e anos, inclusive na nossa viagem de lua de mel fomos para Acapulco, em 1975.

Devido à retórica superacalorada da nossa discussão nacional sobre imigração, muitos americanos ainda pensam no México como uma terra miserável cuja população está desesperada para ir embora para o norte, mas a verdade é que a economia mexicana tem prosperado nos últimos anos, sua classe média aumentou e sua democracia deu passos significativos. Fiquei impressionada. Para dar um exemplo, no governo do presidente Felipe Calderón, o México construiu 140 universidades gratuitas para atender às necessidades de sua crescente economia.

No começo do governo Obama, uma das maiores barreiras ao desenvolvimento econômico e democrático do México era a violência epidêmica relacionada às drogas. Cartéis rivais combatiam-se mutuamente, bem como as forças de segurança do país, frequentemente deixando comunidades inteiras à mercê do fogo cruzado. Depois de tomar posse em dezembro de 2006, o presidente Calderón deslocou o Exército numa enorme ofensiva contra os cartéis. A violência sofreu uma escalada, e, apesar de alguns sucessos do governo, os cartéis continuaram a operar. Na época em que me tornei secretária de Estado, as gangues de traficantes haviam se transformado em organizações paramilitares e milhares de pessoas morriam todo ano. Embora o índice de criminalidade estivesse caindo em áreas intocadas pelo tráfico, nos lugares onde os cartéis operavam, carros-bombas e sequestros eram comuns. Cidades fronteiriças como Tijuana e Ciudad Juárez começaram a parecer zonas de guerra. E a violência ameaçava espalhar-se para El Paso e outras comunidades americanas próximas.

Em 2008, atiradores atacaram o consulado americano em Monterrey, com armas e uma granada. Felizmente, ninguém se feriu. Em março de 2010, porém, três pessoas ligadas ao nosso consulado em Ciudad Juárez foram assassinadas. Uma funcionária americana do consulado, Lesley Enriquez, foi baleada em seu carro junto com o marido, Arthur Redelfs. Quase ao mesmo tempo, do outro lado da cidade, o marido mexicano de uma funcionária local do consulado, Jorge Alberto Salcido Ceniceros, também foi baleado. Esses assassinatos eram mais um lembrete dos riscos que homens e mulheres que representavam o nosso país enfrentavam em todo o mundo, não só em lugares como Iraque, Afeganistão ou Líbia. Os incidentes também ressaltavam a necessidade de ajudar o México a restaurar a ordem e a segurança.

O fato básico da guerra das drogas era que os cartéis lutavam entre si pelo direito de exportar narcóticos para os Estados Unidos. Estimava-se que 90% de todas as drogas aqui usadas entravam pelo México e aproximadamente 90% das armas usadas pelos cartéis vinham dos Estados Unidos. (A proibição de armas de assalto que Bill assinou em 1994 expirou dez anos depois e não foi renovada, abrindo a porta para o aumento de tráfico de armas através da fronteira.) Era difícil olhar esses fatos e não concluir que os Estados Unidos dividiam a responsabilidade de ajudar o México a parar com a violência. Em março de 2009, numa das minhas primeiras viagens como secretária, fui à Cidade do México para consultas sobre como poderíamos expandir a nossa cooperação em meio à crescente violência.

Reuni-me com Calderón e sua secretária das Relações Exteriores, Patricia Espinosa, uma diplomata de carreira que se tornou uma das minhas colegas favoritas e boa amiga. Eles delinearam suas necessidades, inclusive mais helicópteros Black Hawk para responder aos cartéis cada vez mais bem armados. Calderón foi veemente em relação a parar com a violência contra seu povo, e irradiava a intensidade de um homem numa missão muito pessoal. O

descaramento dos cartéis de drogas era uma ofensa para ele, além de minar seus planos para a educação e o aumento da oferta de empregos. Ele também se incomodava com as mensagens dúbias que acreditava receber dos Estados Unidos. Como esperam que eu possa impedir traficantes fortemente armados, indagava ele, se vocês não impedem a venda de armas do outro lado da fronteira e há estados que estão começando a legalizar o uso da maconha? Por que os meus cidadãos, o meu Exército e a minha polícia deveriam arriscar a vida diante dessas circunstâncias? Eram perguntas desconfortáveis, porém justificadas.

Eu disse a Calderón e Espinosa que ampliaríamos a Iniciativa Mérida da administração Bush de modo a auxiliar a polícia. Pedimos ao Congresso que alocasse mais de 50 milhões de dólares para helicópteros, óculos de visão noturna, coletes à prova de balas e outros equipamentos. Também requisitamos verbas para implantar centenas de novos guardas do nosso lado da fronteira para reprimir o contrabando de armas e de drogas. Foi um esforço de toda a administração, inclusive da secretária de Segurança Interna Janet Napolitano, do procurador-geral Eric Holder e de John Brennan, conselheiro presidencial de Segurança Interna e Contraterrorismo.

Após nossa reunião, Espinosa e eu demos uma coletiva de imprensa. Expliquei que o governo Obama encarava o tráfico de drogas como um "problema em comum" e que reconhecíamos o desafio de reduzir a demanda de drogas ilegais nos Estados Unidos, bem como de pôr um fim ao fluxo de armas ilegais através da fronteira com o México. No dia seguinte, viajei para Monterrey, no norte. Num discurso na Universidade TecMilenio, reiterei esse compromisso. "Os Estados Unidos reconhecem que o tráfico de drogas não é um problema só do México", disse eu aos estudantes. "É também um problema americano. E nós, nos Estados Unidos, temos a responsabilidade de ajudar vocês a enfrentá-lo."

Pensei que aquela era uma coisa bastante óbvia de dizer. Era uma verdade demonstrável. E também o princípio-chave para a nova abordagem que a administração Obama pretendia assumir na América Latina. Porém eu sabia que esse tipo de franqueza podia retornar com algum custo. Podia-se esperar que certos veículos da mídia reagissem com histeria falando de um "pedido de desculpas pelos Estados Unidos". Preocupações políticas não são irrelevantes em política externa; os Estados Unidos são mais fortes quando encaramos o mundo unidos, então é importante construir e manter dentro de casa o apoio público às nossas políticas, mas nesse caso eu estava preparada para absorver as críticas para fazer o que era certo e avançar a nossa agenda. Dito e feito, a manchete do *New York Post* gritava: "O choque das drogas de Hillary". Há muito tempo eu deixara de levar tais críticas para o campo pessoal e sentia intensamente que, se quiséssemos melhorar a nossa posição no mundo e efetivamente resolver problemas, tínhamos de dizer algumas verdades duras e encarar o mundo tal como ele é.

Em pouco tempo a nossa cooperação ampliada começou a gerar dividendos. Em 2009, o México extraditou mais de uma centena de fugitivos dos Estados Unidos. Quase duas dúzias de chefões do tráfico foram capturados ou mortos graças à melhoria na inteligência e na localização dos alvos. A administração Obama triplicou a verba para reduzir a demanda de drogas ilegais nos Estados Unidos para mais de 10 bilhões de dólares por ano, e o FBI aumentou as prisões de membros de cartéis operando ao norte da fronteira. Ajudamos a treinar milhares de policiais, juízes e promotores mexicanos, formando novas parcerias pela América Central e o Caribe para fazer da segurança dos cidadãos uma prioridade da nossa diplomacia na América Latina.

Nossa relação ficou tensa no fim de 2010, quando relatórios secretos do nosso embaixador no México, Carlos Pascual, foram publicados como parte do vazamento do caso WikiLeaks. Quando retornei para outra visita, em janeiro de 2011, Calderón estava lívido. O *New York Times*

noticiara que ele estava especialmente aborrecido por um relatório vazado "que citava o sr. Pascual questionando a relutância do Exército mexicano em agir com base na inteligência americana sobre um líder do cartel de drogas". Calderón disse à imprensa que o vazamento causou "sérios danos" à relação do México com os Estados Unidos. Queixou-se ao *Washington Post*: "É difícil se de repente vemos a coragem do Exército [questionada]. Por exemplo, eles perderam provavelmente trezentos soldados [...] e de repente alguém da embaixada americana, e eles [dizem] que os soldados mexicanos não são corajosos o bastante". Espinosa me aconselhou a encontrar-me com o presidente para explicar a situação e pedir desculpas. Quando o fiz, Calderón afirmou que não queria mais trabalhar com Pascual e insistiu que ele fosse substituído. Foi uma das reuniões mais difíceis que tive de enfrentar. Depois comuniquei a Pascual que não tinha escolha a não ser trazê-lo de volta, mas assegurei que acharia outra atribuição para utilizar sua capacidade e experiência. Ele renunciou oficialmente ao seu posto em março e logo depois assumiu a responsabilidade pelo nosso novo escritório para questões de energia global. Espinosa e eu trabalhamos muito para consertar os estragos, e a nossa cooperação continuou.

Havia um bom modelo de como uma iniciativa ambiciosa como a do México podia dar certo: a Colômbia. Ali estava um país que havia capturado a minha imaginação desde que meu irmão Hugh serviu ali no Corpo de Paz no começo dos anos 1970. Ele descreveu a experiência como a mais gratificante de sua vida e, depois de voltar para casa, costumava nos regalar com histórias de suas aventuras. Bill achava que elas pareciam saídas do seu romance predileto, *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez, mas Hugh jurava que eram todas pura verdade. Infelizmente, nos anos 1990, a Colômbia era um dos países mais violentos da Terra, aterrorizada por traficantes de drogas e guerrilheiros que controlavam grande parte do território e podiam atacar à vontade em qualquer cidade grande. Especialistas em política externa costumavam se referir à Colômbia como um Estado falido.

Bill trabalhou com o presidente Andrés Pastrana para fornecer mais de 1 bilhão de dólares para financiar a campanha colombiana contra os cartéis de drogas e a facção rebelde de esquerda conhecida como FARC. Durante a década seguinte, o sucessor de Pastrana, presidente Álvaro Uribe, cujo pai foi morto pelos guerrilheiros das FARC na década de 1980, expandiu o Plano Colômbia com forte apoio da administração Bush. Porém, mesmo com o governo fazendo progresso, novas preocupações começaram a surgir em relação a violação de direitos humanos, violência contra líderes sindicais, assassinatos encomendados e atrocidades realizadas por grupos paramilitares de direita. Quando a administração Obama tomou posse, optamos por continuar o apoio bipartidário dos Estados Unidos ao Plano Colômbia, mas ampliamos a nossa parceria com o governo para ir além da segurança e trabalhar mais com governança, educação e desenvolvimento.

Na época em que visitei Bogotá, em junho de 2010, a violência tinha reduzido drasticamente, a insurgência estava prestes a ser derrotada, e os cidadãos desfrutavam de um grau sem precedentes de segurança e prosperidade. Por uma feliz coincidência nos nossos agitados horários, Bill estava viajando pela Colômbia para tratar de assuntos da Fundação Clinton enquanto eu estava lá. Encontramo-nos em Bogotá e saímos para jantar com os amigos e a equipe numa churrascaria local, e brindamos o progresso da Colômbia. Ao caminharmos pelas ruas, nos maravilhamos diante do quão longe o país havia chegado. Um tranquilo passeio noturno como aquele teria sido impensável alguns anos antes.

Quando me reuni com o presidente Uribe, discutimos os desafios de segurança restantes para a Colômbia, mas isso era apenas parte da agenda. Passamos algum tempo falando de como a Colômbia e os Estados Unidos poderiam trabalhar juntos no Conselho de Segurança da ONU sobre

questões globais, como expandir as relações comerciais e preparar-se para a Cúpula das Américas. Uribe era um líder obstinado, acostumado a pôr a mão na massa. O fim do seu mandato estava próximo, e ele fez questão de lembrar a grande distância que seu país havia percorrido. “Quando tomei posse oito anos atrás”, me disse ele, “não podíamos nem fazer uma cerimônia do lado de fora porque havia muitos ataques, havia atiradores e bombas. Percorremos um longo caminho.”

Seu sucessor, Juan Manuel Santos, que estudou nos Estados Unidos nos anos 1980 com uma bolsa Fulbright, continuou a consolidar esse progresso e em 2012 começou negociações com o que restava das FARC. Essas conversas oferecem a promessa de trazer uma paz duradoura à Colômbia. Conversei por telefone com o presidente Santos e congratulei-o. “É muito importante e simbólico, e espero que possamos chegar a um bom termo neste processo”, respondeu ele.

O crédito do progresso da Colômbia vai para sua corajosa população, mas eu me orgulho do papel que os Estados Unidos desempenharam ao longo de três administrações para ajudar a reverter a desintegração do país, fortalecer os direitos humanos e o Estado de direito e promover o desenvolvimento econômico.

Depois dos meus comentários no México em março de 2009 sobre responsabilidade comum e o discurso do presidente Obama em Trinidad e Tobago em abril sobre parceria entre iguais, começávamos a ter a sensação de que tínhamos assentado as fundações para o novo capítulo do envolvimento que buscávamos no hemisfério. Mal sabíamos que o mês de junho seria um teste para os nossos esforços e intenções de uma forma inesperada.

Para mim, junho começou no menor país da América Central, El Salvador, onde compareci à posse do novo presidente e a uma conferência regional sobre a promoção de um crescimento econômico amplo e a redução da desigualdade econômica. Ambos os eventos diziam respeito à promessa e ao potencial que, esperávamos, viesse a definir a nossa relação com a América Latina.

A economia combinada da América Latina era aproximadamente três vezes maior que a da Índia ou da Rússia, e não muito distante da economia da China e do Japão. A região estava pronta para acelerar sua saída da recessão global com um crescimento de aproximadamente 6% em 2010, e em 2011 o desemprego cairia ao seu patamar mais baixo em duas décadas. Segundo o Banco Mundial, a classe média na América Latina havia crescido 50% desde 2000, inclusive um aumento de mais de 40% no Brasil e 17% no México. Isso se traduzia em aumento de propriedade e mais de 50 milhões de consumidores de classe média ávidos por comprar bens e serviços americanos.

Então trabalhamos arduamente para aperfeiçoar e ratificar acordos comerciais com a Colômbia e o Panamá, o Canadá e o grupo de países que se tornou conhecido como Aliança do Pacífico — México, Colômbia, Peru e Chile —, todos democracias de mercado aberto rumando a um futuro mais próspero para aderir às negociações com nações asiáticas no acordo comercial da TPP, a Parceria Transpacífica. A Aliança se mantinha em rígido contraste com a Venezuela, com suas políticas mais autoritárias e economia de controle estatal.

Todavia, mesmo com todo esse progresso, a desigualdade econômica na América Latina ainda estava entre as piores do mundo. A despeito do desenvolvimento rápido em muitas áreas, partes da América Latina permaneciam fechadas em persistente pobreza. Na conferência em El Salvador, organizada sob a bandeira de iniciativa regional iniciada pela administração Bush e que recebeu o nome de “Caminhos para a Prosperidade”, argumentei que um desafio-chave para a América Latina nos anos seguintes seria assegurar que os benefícios do crescimento econômico fossem amplamente compartilhados e que as democracias da região apresentassem resultados

concretos para seus cidadãos. “Em vez de definir progresso econômico simplesmente por margens de lucro e PIB, nosso padrão deve ser a qualidade das vidas humanas.” Afirmei que deveríamos medir “se as famílias têm comida suficiente na mesa, se a juventude tem acesso à escolaridade desde a tenra infância até a universidade, se os trabalhadores ganham salários decentes e têm segurança no emprego”.

Diversos países latino-americanos, especialmente Brasil, México e Chile, já tiveram êxito em reduzir a desigualdade e tirar a população da pobreza. Alguns dos instrumentos mais eficazes foram programas de “transferência condicional de dinheiro”. Na década de 1990, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil começou a fornecer pequenos pagamentos regulares a milhões de famílias pobres se elas mantivessem seus filhos na escola. Posteriormente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva expandiu o programa para incluir exames médicos regulares e aulas de nutrição e prevenção de doenças. Essas iniciativas empoderaram as mulheres, aumentaram a frequência escolar, melhoraram a saúde das crianças e estimularam o crescimento econômico. À medida que o programa se expandia, o mesmo ocorria com os resultados. No Brasil, a porcentagem da população abaixo da linha da pobreza caiu de 22% em 2003 para 7% em 2009, e programas similares espalharam-se pelo hemisfério.

Uma área de cooperação econômica que eu julgava particularmente importante era a da energia. Os Estados Unidos já supriam mais de 50% da nossa energia importada do nosso próprio hemisfério. Ampliar ainda mais essa cooperação em energia e mudança climática poderia servir como veículo para pontes entre os países, criando oportunidades econômicas e melhorando o meio ambiente ao mesmo tempo. Minha equipe ajudou a desenvolver uma proposta de uma Parceria das Américas em Clima e Energia para apoiar a inovação e desenvolver os pontos fortes da região. Havia exemplos de sobra para aprender. O Brasil era líder em biocombustíveis. A Costa Rica gerava quase toda a sua eletricidade de fontes hídricas. A Colômbia e o Peru estavam desenvolvendo sistemas de energia limpa para transporte de massa. O México estava fechando aterros, captando metano para geração de energia e melhorando a qualidade do ar na Cidade do México, colocando plantas em telhados e paredes de edifícios e plantando um grande número de árvores na área. Barbados descobria o potencial dos aquecedores de água solares. E ilhas como São Cristóvão e Nevis e Dominica estavam desenvolvendo seus recursos geotérmicos.

Nos anos seguintes, seguiríamos construindo a estrutura sobre essas fundações, dando ênfase especial em ligar diferentes grades elétricas nacionais e regionais desde o norte do Canadá até a ponta sul do Chile, bem como abrangendo o Caribe, que paga alguns dos mais altos custos de eletricidade do mundo. Com custos tão elevados, o Caribe poderia conseguir acesso e independência mediante a produção de energia solar, eólica e por combustíveis de biomassa com zero de subsídios se os governos tivessem vontade política de trocar seus gastos com petróleo importado por energia doméstica limpa. O mesmo vale na América Central. Tudo isso era particularmente importante porque 31 milhões de pessoas no hemisfério ainda careciam de eletricidade acessível e confiável. (O número mundial é de 1,3 bilhão de pessoas.) Isso atrasava o progresso de muitas maneiras. Como se pode gerir no século XXI uma escola ou um negócio bem-sucedido sem energia? Quanto mais fácil o acesso que as pessoas têm à energia, melhores suas chances de sair da pobreza, educar seus filhos e ter saúde. Então, estabelecemos uma meta de ver toda comunidade da região ganhar acesso à eletricidade até o ano 2022.

O outro ponto alto da minha visita a El Salvador no começo de junho de 2009 foi a posse do novo presidente, Mauricio Funes. Era uma ocasião para refletir sobre a profunda transformação política que varrera a América Latina desde o fim da Guerra Fria. As democracias constitucionais tinham fincado raízes onde as ditaduras militares de direita e os demagogos de

esquerda haviam um dia dominado o cenário político. Em 2013, a ONG Freedom House [Casa da Liberdade] considerou as Américas, o que inclui os Estados Unidos e o Canadá, "atrás apenas da Europa Ocidental em níveis de liberdade e respeito pelos direitos humanos".

O sucesso político e econômico da região (apesar de algumas exceções) fez dela um modelo para democracias emergentes em outras partes do mundo, inclusive no Oriente Médio. E, para minha grande satisfação, a América Latina também é um exemplo de lideranças femininas. Numa parte do mundo frequentemente conhecida por sua cultura machista, mulheres poderosas e realizadas têm comandado Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guiana, Jamaica, Nicarágua, Panamá e Trinidad e Tobago e servido como chefes interinas no Equador e na Bolívia.

Deixei El Salvador e fui a Honduras para a reunião anual da Organização dos Estados Americanos. Honduras, quase do tamanho do Mississippi, é o lar de cerca de 8 milhões das pessoas mais pobres da América Latina. Sua história tem sido marcada por um desfile aparentemente interminável de discórdia e desastres. O presidente de Honduras era Manuel Zelaya, uma retrógrada caricatura do homem forte centro-americano, com seu chapéu branco de caubói, bigode preto e apreço por Hugo Chávez e Fidel Castro.

Acordei cedo na manhã de 2 de junho e me preparei para um longo dia de diplomacia multilateral, que, graças a todos os discursos ensaiados e baboseiras protocolares, pode muitas vezes ser mortalmente enfadonha. Aquele dia na OEA, porém, prometia drama. Esperávamos que alguns países apresentassem uma resolução para levantar a suspensão de 1962 da entrada de Cuba na organização. Por tradição, a OEA opera por consenso, significando que a objeção até mesmo de um único país a uma medida pode vetá-la. Porém, tecnicamente, uma maioria de dois terços era o que bastava para adotar uma resolução, se chegasse a esse ponto. Toda estimativa de votos acreditava que uma grande maioria dos países apoiaria o fim da suspensão de Cuba porque esta era vista de maneira geral como um produto obsoleto da Guerra Fria, acreditando que envolver Cuba e trazê-la para dentro da família das nações era o melhor meio de encorajar reformas na ilha. Alguns países, inclusive Venezuela, Nicarágua, Bolívia e Equador, caracterizavam a suspensão em termos mais duros como um exemplo da agressividade americana e viam o ato de trazer Cuba de volta à OEA tanto como um meio de confrontar os Estados Unidos como de enfraquecer as normas democráticas na região. Isso me preocupava. A OEA adotara em 2001 uma carta de princípios democráticos que representava um marco à jornada da região para afastar-se de seu passado ditatorial. Não podíamos deixar Chávez e seus comparsas dar o espetáculo de desmoralizá-la.

Para a nova administração Obama, isso representava um primeiro teste. Podíamos nos ater à nossa velha política e recusar apoio ao fim da suspensão de Cuba, já que uma ditadura não tinha lugar numa associação de democracias; mas então provavelmente afastaríamos muitos dos nossos vizinhos, fazendo com que os Estados Unidos parecessem isolados no seu próprio quintal. Ou podíamos ir mais fundo e admitir que a suspensão de Cuba era um anacronismo da Guerra Fria, mas isso poderia fazer das normas democráticas duramente conquistadas um motivo de zombaria e criar uma situação explosiva em nosso país. Nenhuma das opções era atraente.

Quando estava me aprontando no quarto do hotel, liguei a TV na CNN e vi uma história sobre um pai cubano que vivia e trabalhava nos Estados Unidos e não via seu filhinho havia um ano e meio por causa das restrições de viagem entre os dois países. Graças ao abrandamento dessas restrições pela administração Obama, pai e filho finalmente puderam se reunir. Após essas mudanças, nos oferecemos para iniciar conversações com o governo cubano sobre restaurar um serviço de correio direto e cooperação nos processos de imigração. No período que precedeu essa reunião de cúpula em Honduras, os cubanos aceitaram nosso convite. Em suma, os Estados

Unidos estavam cumprindo a promessa do presidente de um novo começo. Entretanto, receber Cuba de volta na OEA sem drásticas reformas democráticas era simplesmente inaceitável.

Durante cinquenta anos, Cuba fora governada como ditadura comunista por Fidel Castro. Ele e seu regime negavam ao seu povo liberdades e direitos humanos fundamentais, reprimiam divergências, mantinham um rígido controle da economia estatal e trabalhavam para espalhar "a revolução" a outros países da região e além. Apesar da idade avançada e da saúde em declínio, Castro e seu irmão, Raúl, continuavam a governar Cuba com poder absoluto.

Desde 1960, os Estados Unidos mantiveram um embargo contra a ilha na esperança de tirar Castro do poder, mas isso só serviu para lhe dar um pretexto para achar um culpado pelos infortúnios econômicos cubanos. No fim de 1995, a administração Clinton ofereceu a Castro conversas sigilosas para explorar a possibilidade de melhora nas relações. Essas discussões estavam em andamento quando, em fevereiro de 1996, um jato da Força Aérea cubana derrubou dois pequenos aviões desarmados, matando quatro tripulantes. Os aviões pertenciam a um grupo de exilados cubanos em Miami chamados Irmãos ao Resgate [Brothers to the Rescue], que voava em missões periódicas para lançar panfletos anticastristas sobre Cuba. Meu marido chamou o incidente de "patente violação da lei internacional". O Conselho de Segurança da ONU condenou as ações de Cuba e o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma legislação, com grande maioria de ambos os partidos nas duas casas, intensificando o embargo contra o país e exigindo a aprovação do Congresso para quaisquer mudanças futuras. A experiência me ensinou a manter os olhos bem abertos quando se tratava de lidar com os irmãos Castro.

Como eles se opunham implacavelmente aos princípios democráticos inscritos na carta da OEA e não ocultavam seu desdém pela instituição, era difícil ver como dar-lhes assento à mesa faria algum bem à democracia ou para a OEA. Na verdade, dada a tradição de tomar decisões por consenso, isso poderia dar a Cuba um veto efetivo em questões regionais importantes.

Os irmãos Castro não estavam em Honduras para argumentar em seu próprio favor. Na verdade, não manifestavam nenhum interesse em entrar na OEA. A iniciativa era liderada pelo governo de Hugo Chávez da Venezuela (embora tivesse amplo apoio de outros). Um ditador exibicionista que era mais um incômodo do que uma ameaça real, exceto para seus próprios cidadãos, Chávez tinha vituperado e maquinado contra os Estados Unidos durante anos, trabalhando para subverter a democracia em seu país e por toda a região. Representava muito da história negativa que a região estava tentando ultrapassar. Chávez tinha sufocado a oposição política e a imprensa na Venezuela, nacionalizado empresas e se apropriado de seus bens, desperdiçado a riqueza petrolífera do país, e estava ocupado em transformar o país numa ditadura.

Em abril, o presidente Obama cruzara com Chávez na Cúpula das Américas. Na época, Chávez pareceu encantado em apertar a mão do presidente Obama, e deu um espetáculo enorme ao presentear o presidente como gesto de sua boa vontade. O presente era um livro sobre o imperialismo americano e a exploração da América Latina — não foi um gesto tão benevolente assim.

Eu criticava Chávez regularmente e defendia aqueles na Venezuela com coragem suficiente para enfrentá-lo. Mas também tentava não dizer alguma coisa que pudesse dar a Chávez uma desculpa para se colocar acima de nós e intrometer-se em toda a região queixando-se da agressividade americana. Na televisão venezuelana ele uma vez entreteve uma enorme multidão cantando "Hillary Clinton não me ama... e eu também não a amo" com a melodia de uma canção popular local. Era difícil argumentar com esse tipo de coisa.

Meu dia em Honduras começou com um café da manhã com os ministros das Relações

Exteriores da região do Caribe. Tínhamos muito para conversar, especialmente planos para responder à crescente violência causada pelas drogas e para maior cooperação em energia. A maioria das nações caribenhas estavam ao mesmo tempo famintas de energia e vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, desde a elevação dos níveis oceânicos até climas extremos. Logo, estavam ávidas para trabalhar conosco e encontrar soluções. Porém, é claro, a conversa também girou em torno de Cuba. "Nós de fato esperamos ansiosos o dia em que Cuba poderá se juntar à OEA", garanti aos ministros. "Mas acreditamos que essa participação deve vir com responsabilidade. E nós devemos uns aos outros manter nossos padrões de democracia e governança que trouxeram tanto progresso ao nosso hemisfério. Não se trata de reviver o passado; trata-se do futuro e de ser fiel aos princípios que fundamentam esta organização."

Depois do café da manhã fomos para o evento principal, a Assembleia-Geral da OEA.

O secretário-geral José Miguel Insulza, um diplomata chileno, e o presidente Zelaya, nosso anfitrião hondurenho, nos saudaram no salão e convidaram todos os ministros a posar para uma "foto de família". Quantos daqueles líderes se uniriam a nós na defesa dos princípios democráticos da organização?

O Brasil era a chave. Sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o país emergira como importante ator no cenário global. Lula, como é conhecido, um carismático líder sindical eleito em 2002, era a face do novo e dinâmico Brasil, que ostentava uma das economias de crescimento mais veloz do mundo e uma classe média que rapidamente se expandia. Talvez mais do que qualquer outro país, a ascensão do Brasil simbolizava a transformação da América Latina e sua promessa para o futuro.

Quando viajei pela primeira vez ao Brasil, como primeira-dama em 1995, era ainda um país relativamente pobre com uma democracia frágil e enorme desigualdade econômica. Anos de ditadura militar e insurgência de esquerda haviam dado lugar a uma sucessão de governos civis fracos, que não produziram muitos resultados para a população. O Brasil começou a se modernizar com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, que tomara posse alguns meses antes da minha visita. Ele pôs em movimento o despertar econômico do país, e sua esposa, Ruth, uma renomada socióloga, deu início a um órgão de redução da pobreza e transferências condicionais de dinheiro para melhorar a vida de mulheres e famílias pobres. FHC foi sucedido pelo popularíssimo Lula, que deu continuidade às suas políticas econômicas, ampliou a rede de segurança social para reduzir a pobreza e reduziu em 75% a destruição anual da floresta tropical amazônica.

À medida que crescia a economia brasileira, crescia também a assertividade de Lula em política externa. Ele visualizava o Brasil se tornando uma das principais potências mundiais, e seus atos levaram tanto à cooperação construtiva como a algumas frustrações. Por exemplo, em 2004 Lula enviou tropas para liderar a missão de paz da ONU no Haiti, onde fizeram um trabalho excelente ao manter a ordem e a segurança em condições bastante difíceis. Por outro lado, ele insistiu em trabalhar com a Turquia para fechar um acordo lateral com o Irã relativo ao programa nuclear que não atendia às exigências da comunidade internacional.

Ainda assim, de modo geral eu via com bons olhos a crescente influência do Brasil e sua considerável capacidade de ajudar a resolver problemas. Mais tarde, tive o prazer de trabalhar com Dilma Rousseff, protegida de Lula, ministra-chefe da Casa Civil e eventual sucessora do presidente. Em 1º de janeiro de 2011, compareci à sua posse num dia chuvoso, porém festivo, em Brasília. Dezenas de milhares de pessoas se enfileiravam pelas ruas quando a primeira mulher presidente passou em um Rolls-Royce 1952. Ela prestou o juramento e recebeu a tradicional faixa presidencial verde e amarela do seu mentor, Lula, comprometendo-se a continuar seu

trabalho de erradicar a pobreza e a desigualdade. E também reconheceu que estava fazendo história: “Hoje, todas as mulheres brasileiras devem se sentir orgulhosas e felizes”. Dilma é uma líder formidável que admiro e de quem gosto. Nos anos 1970, fez parte de um grupo de guerrilha de esquerda e foi presa e torturada pela ditadura militar. Ela pode não exibir as bravatas de Lula ou o conhecimento técnico de FHC, como argumentaram alguns observadores, mas tem intelecto forte e real determinação, duas características necessárias para liderança nestes tempos de desafio. Ela mostrou sua têmpera em 2013, quando os brasileiros, frustrados pela desaceleração do crescimento, pela alta de preços e pela percepção de que o governo se preocupava mais em preparar eventos grandiosos como a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 do que em melhorar a vida do cidadão comum, tomaram as ruas em protestos. Em vez de recriminar, usar a violência e mandar prender os manifestantes, como muitos outros países têm feito, inclusive a Venezuela, Dilma se reuniu com eles, reconheceu suas preocupações e lhes pediu que trabalhassem com o governo para solucionar os problemas.

Em relação a Cuba, eu sabia que convencer os brasileiros seria uma batalha perdida. Lula inclinava-se a apoiar o fim da suspensão da OEA, mas eu me perguntei se o seu desejo de desempenhar o papel de estadista regional não poderia trabalhar a nosso favor e incentivá-lo a nos ajudar a negociar uma solução de compromisso. Eu teria de sondar seu ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e ver o que era possível.

Outro participante de importância no jogo era o Chile. Como o Brasil, o Chile era uma história latino-americana de sucesso, transitando para a democracia na década de 1990 após a brutal ditadura militar do general Augusto Pinochet. O papel dos Estados Unidos no golpe de 1973 que levou Pinochet ao poder e o nosso apoio ao seu regime de direita são um capítulo sombrio no nosso envolvimento na região, mas a nossa relação mais recente tem sido forte e produtiva. Michelle Bachelet, eleita em 2006 a primeira mulher presidente, é formada em pediatria. Assim como Dilma Rousseff no Brasil, enfrentou perseguições durante a ditadura militar no seu país e acabou indo para o exílio político. Regressou depois da queda de Pinochet e começou sua ascensão pelas fileiras políticas chilenas. Como presidente, trabalhou para unir o país e enfrentar os abusos aos direitos humanos do seu passado, abrindo um Museu da Memória e estabelecendo o Instituto Nacional pelos Direitos Humanos. Os esforços de Bachelet pelas mulheres do seu país lhe valeram elogios internacionais e, terminado o seu mandato como presidente em 2010, a conduziram para a nomeação como diretora executiva da recém-criada Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, conhecida como ONU Mulheres. Ela e eu nos tornamos aliadas e amigas na contínua luta pelos direitos de mulheres e meninas. Ela retornou ao Chile e concorreu para um segundo mandato de presidente, vencendo a eleição no fim de 2013.

O Chile era a favor de reduzir o isolamento cubano e havia insistido com os Estados Unidos para que levantássemos o nosso embargo. No começo de 2009, Bachelet se tornou a primeira presidente chilena em décadas a visitar Havana e a se encontrar com os irmãos Castro. Depois, Fidel publicou uma coluna tomando o partido da Bolívia numa disputa territorial com o Chile que remonta aos anos 1870, criticando a “oligarquia chilena” por explorar os bolivianos. Era um lembrete de quanto ele podia ser caprichoso e desagradável. Eu esperava que o Chile decidisse manter seus próprios princípios democráticos e nos ajudar a neutralizar aquela crise.

Meu principal conselheiro sobre América Latina era o subsecretário para Assuntos do Hemisfério Ocidental Tom Shannon, um renomado ex-funcionário do Serviço de Relações Exteriores que havia servido em cinco administrações. Tom detivera o principal posto para a América Latina sob a secretária Rice, e eu lhe pedi que permanecesse até que pudesse ser

confirmado para servir como nosso embaixador no Brasil. Desde que Tom apresentou os prós e os contras da readmissão de Cuba na OEA e explicou a dificuldade da nossa posição diplomática, ele e eu raciocinamos intensamente sobre como sair da crise. Por fim, os contornos de um plano começaram a entrar em foco.

Considerando o que o presidente Obama dissera sobre ultrapassar os rançosos debates da Guerra Fria, seria hipócrita da nossa parte continuar insistindo que Cuba permanecesse fora da OEA pelos motivos que levaram à sua suspensão em 1962, ostensivamente a sua adesão ao "marxismo-leninismo" e o alinhamento "com o bloco comunista". Seria mais crível e acurado focalizar as presentes violações de direitos humanos em Cuba, que eram incompatíveis com a carta da OEA. E se concordássemos em levantar a suspensão, mas com a condição de que Cuba só pudesse voltar a ter assento se fizesse suficientes reformas democráticas para entrar em linha com esse contrato? E, para expor o desprezo dos irmãos Castro pela própria OEA, por que não exigir que Cuba requisitasse formalmente sua readmissão? Talvez essa fosse uma solução que Brasil, Chile e outros aceitassem. Não precisávamos necessariamente vencer os linhas-duras como a Venezuela, porque manter o *status quo* seria em si uma vitória. Mas se vissem a região navegando rumo a um compromisso, talvez até mesmo eles se dispusessem a subir a bordo.

Depois que se encerrou a pompa e circunstância da sessão de abertura, entrei numa reunião paralela com diversos ministros das Relações Exteriores e apresentei a nossa solução de compromisso como alternativa à versão de pôr um fim incondicional à suspensão. A proposta foi recebida com considerável surpresa na sala porque era bem diferente da linha que os Estados Unidos haviam adotado anteriormente, embora a meu ver atingisse as mesmas metas. Tom e eu começamos as rodadas de conversações, atraindo a atenção dos ministros das Relações Exteriores e defendendo o nosso plano. Na metade do dia, discursei para a Assembleia Geral e argumentei que os princípios democráticos da organização e o progresso democrático na América Latina eram importantes demais para ser abandonados. Também lembrei aos meus colegas que o governo Obama já estava dando passos para envolver Cuba.

Os que apoiavam Cuba também defendiam sua posição. Zelaya se referiu ao voto original de 1962 para suspender Cuba como "aquele outro dia de infâmia" e instou a assembleia a "corrigir o erro". O presidente da Nicarágua Daniel Ortega disse que a suspensão foi "imposta por tiranos" e, mostrando suas verdadeiras cores, declarou que "a OEA continua sendo um instrumento de dominação dos Estados Unidos". Junto com os venezuelanos, os nicaraguenses ameaçavam pedir uma votação imediata, o que pegaria todo mundo de surpresa, ou sair da reunião e abandonar a organização.

À medida que o dia ia passando, eu tinha uma consciência profunda de que o tempo se esgotava. Eu deveria deixar Honduras no começo da noite e voar para o Cairo, onde iria me encontrar com o presidente Obama para seu importante discurso para o mundo muçulmano. Antes de ir embora, precisava ter certeza de que não havia uma maioria de dois terços pronta a admitir Cuba de forma incondicional. Argumentamos para todos que quisessem escutar que isso não seria do melhor interesse da OEA. A certa altura, o presidente Obama ligou diretamente para Lula, incentivando-o a forçar a passagem do nosso compromisso. Puxei Zelaya de lado para uma pequena sala e ressaltei seu papel e suas responsabilidades como anfitrião da conferência. Se ele apoiasse o nosso compromisso, ele poderia ajudar a salvar não só essa reunião de cúpula, mas a própria OEA. Se não, seria lembrado como o líder que presidiu o colapso da organização. Esses apelos aparentemente fizeram a diferença. No fim da tarde, embora ainda estivéssemos longe de um consenso, senti confiança de que as coisas estavam se movendo na direção certa. Mesmo que a nossa resolução não passasse, nenhuma outra seria aprovada, e eu achava improvável que a OEA

se desintegrasse por causa daquela questão. Dirigi-me ao aeroporto e pedi a Tom que me mantivesse meticulosamente atualizada dos andamentos. “Fique firme”, disse eu quando entrei no carro.

Algumas horas depois, Tom ligou para me dizer que parecia haver um acordo encaminhado. Nossa equipe negociava a redação final das condições, mas aparentemente a nossa solução estava ganhando apoio. No final da noite, apenas Venezuela, Nicarágua, Honduras e alguns aliados insistiam na sua própria resolução. Em vez de os Estados Unidos estarem isolados, como inicialmente temíamos, agora era Chávez e sua tripulação que tinham de enfrentar uma região unificada. Segundo alguns relatos, Zelaya chamou Chávez e sugeriu que ele se curvasse à vontade da maioria e aceitasse o compromisso. Qualquer que tenha sido a razão, pela manhã eles haviam revertido o curso, e fomos capazes de chegar a um consenso sobre a nossa solução. Os ministros irromperam em aplausos quando ela foi adotada.

Em Havana, o regime de Castro reagiu com ira e recusou-se a peticionar sua entrada na OEA ou aceitar quaisquer condições ou reformas democráticas. Assim, efetivamente, a suspensão continuou em vigor, mas tivemos êxito em substituir uma motivação obsoleta por um processo moderno que fortaleceria ainda mais o compromisso da OEA com a democracia.

Fiéis à sua forma habitual, em dezembro de 2009, os Castro criaram novos problemas ao mandarem prender um representante da USAID chamado Alan Gross por levar equipamentos de computação para uma pequena e idosa comunidade judaica em Havana. As autoridades cubanas o submeteram a uma farsa de julgamento e o condenaram a quinze anos de prisão. Um dos meus remorsos como secretária foi o nosso fracasso em trazer Alan de volta. O Departamento e eu permanecemos em contato direto com sua esposa, Judy, e suas filhas. Reclamei publicamente sobre Alan e pedi a numerosos outros países que interviessem com Cuba. Porém, apesar do envolvimento direto com autoridades cubanas e dos inúmeros outros esforços de terceiros, Cuba se recusou a libertá-lo, a menos que os Estados Unidos libertassem cinco espiões cubanos condenados e que cumpriam pena na prisão. É possível que os linhas-duras dentro do regime tenham explorado o caso Gross como uma oportunidade de frear qualquer possível reaproximação com os Estados Unidos e as reformas internas que isso exigiria. Se assim foi, trata-se de uma dupla tragédia, consignando também milhões de cubanos a um tipo de encarceramento continuado.

Diante do muro de pedra que era o regime de Havana, o presidente Obama e eu resolvemos envolver o povo cubano em vez do governo. Baseados em lições aprendidas no mundo inteiro, acreditávamos que a melhor forma de trazer mudanças a Cuba seria expor seu povo a valores, informação e confortos materiais do mundo exterior. O isolamento servira apenas para intensificar o apego do regime ao poder; inspirar e animar o povo cubano poderiam ter efeito contrário. No começo de 2011, anunciamos novas regras para facilitar que grupos religiosos e estudantes americanos visitassem Cuba, e permitimos que os aeroportos americanos autorizassem voos charter. Além disso, aumentamos o limite das remessas de dinheiro que os americanos cubanos podiam enviar às suas famílias. Centenas de milhares de americanos agora visitam a ilha anualmente. Eles são anúncios ambulantes dos Estados Unidos e dos benefícios de uma sociedade mais aberta.

A cada passo do caminho enfrentávamos uma ruidosa oposição de alguns membros do Congresso que queriam manter Cuba estagnada, mas eu continuava convencida de que o contato dos dois povos era a melhor forma de encorajar reformas em Cuba e que essas eram do interesse dos Estados Unidos e da região. Então fiquei contente quando começamos a ver mudanças engatinharem lentamente no país, não importando o quanto os linhas-duras do regime se

esforçassem para impedir. Blogueiros e gente fazendo greve de fome acrescentaram vozes e exemplos para exigir liberdade. Fiquei particularmente comovida pela coragem e pela determinação das mulheres cubanas conhecidas como Damas de Blanco. Desde 2003 marchavam todo domingo após a missa católica para protestar contra o contínuo encarceramento de prisioneiros políticos. Sofriam ameaças, surras e prisões, mas continuavam marchando.

Perto do fim do meu período como secretária, recomendei ao presidente Obama que desse mais uma olhada no nosso embargo. Ele não estava atingindo as metas e atrapalhava a nossa agenda mais ampla na América Latina. Depois de vinte anos observando e lidando com a relação Estados Unidos-Cuba, eu achava que deveríamos passar para os irmãos Castro o ônus de explicar por que eles continuavam antidemocráticos e abusivos.

O fim da cúpula em San Pedro Sula não foi o fim do drama naquele mês de junho. Apenas algumas semanas depois, os fantasmas do turbulento passado da América Latina retornaram à superfície em Honduras. Num domingo, 28 de junho de 2009, a Suprema Corte de Honduras ordenou a prisão do presidente Zelaya em meio a alegações de corrupção e temores de que ele estivesse se preparando para contornar a Constituição e estender seu mandato no cargo. Zelaya foi preso e, ainda de pijama, enfiado num avião para a Costa Rica. Um governo provisório chefiado pelo presidente do Congresso Nacional Roberto Micheletti assumiu o poder.

Eu estava na minha casa em Chappaqua desfrutando um domingo tranquilo quando recebi de Tom Shannon a notícia da crise. Ele me contou o que nós já sabíamos, o que não era muito, e discutimos como reagir. Uma questão imediata eram a esposa e as filhas de Zelaya, que estavam pedindo asilo na residência do nosso embaixador em Honduras. Eu disse a Tom para assegurar que elas estivessem protegidas e bem cuidadas até a crise ser resolvida. Falei também com o general Jones e com Tom Donilon na Casa Branca, e liguei para o ministro das Relações Exteriores da Espanha para uma rápida consulta.

O exílio forçado de Zelaya apresentava outro dilema aos Estados Unidos. Micheletti e a Suprema Corte alegavam estar protegendo a democracia hondurenha contra a permanência ilegal do poder de Zelaya, advertindo que ele queria se tornar outro Chávez ou Castro. Com toda a certeza a região não precisava de outro ditador, e muitos conheciam Zelaya bem o suficiente para acreditar nas acusações contra ele, mas Zelaya fora eleito pelo povo hondurenho, e exilá-lo sob a cobertura da noite provocou um arrepio na região. Ninguém queria ver um retorno aos velhos dias ruins de golpes frequentes e governos instáveis. Eu não via escolha, a não ser condenar a derrubada de Zelaya. Numa declaração pública conclamei todos os partidos em Honduras a respeitar a ordem constitucional e os ditames da lei e a se comprometerem a resolver disputas políticas pacificamente e por meio do diálogo. Como é requerido pelas nossas leis, nosso governo começou a tomar medidas para suspender o auxílio a Honduras até a democracia ser restaurada. Nosso ponto de vista era compartilhado por outros países da região, inclusive Brasil, Colômbia e Costa Rica. E em breve tornou-se também a posição oficial da OEA.

Nos dias subsequentes, falei com meus colegas no hemisfério, inclusive a secretária Espinosa do México. Concebemos um plano estratégico para restaurar a ordem em Honduras e garantir a convocação rápida e legítima de eleições livres e justas no país, o que tornaria a questão de Zelaya sujeita a discussão e daria à nação a oportunidade de escolher seu próprio futuro.

Comecei procurando um respeitado estadista mais velho que pudesse atuar como mediador. Óscar Arias, presidente da Costa Rica, país que tem uma das rendas per capita mais elevadas e uma das economias mais sustentáveis na América Central, era a escolha natural. Era um líder tarimbado, tendo feito por merecer o respeito do mundo inteiro e o Prêmio Nobel da Paz em

1987 por seu trabalho para pôr fim a conflitos na América Central. Depois de dezesseis anos fora do governo, voltou a se candidatar com sucesso para presidente em 2006, tornando-se uma voz importante para a governança responsável e o desenvolvimento sustentável. No começo de julho, liguei para ele. Discutimos a necessidade de garantir que as eleições ocorressem conforme o programado, em novembro. Ele estava decidido a tentar articular um acordo, mas preocupado com o fato de Zelaya não aceitá-lo como mediador, e me pediu que forçasse o presidente deposto a dar um voto de confiança.

Naquela tarde, recebi Zelaya no Departamento de Estado. Ele chegou em melhor forma do que estava inicialmente quando discursou para o mundo na Costa Rica; foi-se o pijama, e o chapéu de caubói estava de volta. Chegou até a fazer piada sobre seu voo forçado: "O que os presidentes latino-americanos aprenderam com Honduras?", me perguntou ele. Eu sorri e balancei a cabeça negativamente. "A dormir vestido e com as malas prontas", ele brincou.

Brincadeiras à parte, Zelaya estava frustrado e impaciente. Relatórios de Honduras sobre choques entre manifestantes que protestavam e forças de segurança serviram apenas para aumentar a tensão. Eu lhe disse que faríamos todo o possível para evitar derramamento de sangue, e o instei a participar do processo de mediação a ser comandado por Arias. No fim da conversa, Zelaya estava conosco. Eu sabia que Micheletti não aceitaria a mediação se achasse que Zelaya tinha trunfos na mão, então queria anunciar sozinha o novo esforço diplomático, sem Zelaya ao meu lado. Assim que terminamos de conversar, pedi a Tom que levasse Zelaya a uma sala vazia e pedisse à Central de Comunicação que fizesse uma ligação a Arias para que os dois pudessem se falar. Entrementes, fui às pressas para a sala de imprensa do Departamento de Estado para fazer um anúncio oficial.

Os primeiros dias não trouxeram nenhum progresso. Arias informou que Zelaya insistia em ser totalmente restaurado como presidente, enquanto Micheletti sustentava que Zelaya violara a Constituição, recusando-se a se manter afastado até as próximas eleições programadas. Em outras palavras, nenhum dos lados mostrava qualquer inclinação para um acordo.

Enfatizei para Arias: "Nosso ponto mais importante são eleições democráticas livres e justas com uma transferência pacífica de poder". Ele concordou que era necessária uma postura firme e exprimiu frustração com a intransigência que estava encontrando. "Eles não estão dispostos a fazer concessões", explicou. Então fez ecoar um sentimento que, na minha opinião, muitos de nós tinham: "Estou fazendo isso e sou a favor de que Zelaya seja restituído ao poder graças aos meus princípios, sra. Clinton, e não porque goste dessa gente [...]. Se permitirmos que o governo de fato permaneça, o efeito dominó pode se espalhar pela América Latina". Era uma reformulação interessante da teoria do dominó, o famoso medo da época da Guerra Fria de que, se um país pequeno virasse comunista, seus vizinhos logo o seguiriam.

Zelaya voltou ao Departamento de Estado no começo de setembro para negociações adicionais. Então, em 21 de setembro, secretamente retornou a Honduras e ressurgiu na embaixada brasileira, um acontecimento potencialmente explosivo.

As negociações se arrastaram. No fim de outubro, estava claro que Arias estava fazendo um progresso mínimo para trazer os dois lados a um acordo. Resolvi mandar Tom a Honduras, para deixar claro que a paciência americana tinha se esgotado. Em 23 de outubro, logo depois das nove da noite, recebi um telefonema de Micheletti: "Há uma crescente sensação de frustração em Washington e em outros lugares", eu o adverti. Micheletti tentou racionalizar que estavam "fazendo tudo em [sua] alçada para chegar a um acordo com o sr. Zelaya".

Cerca de uma hora depois, consegui falar com Zelaya, ainda enfurnado na embaixada brasileira, e lhe informei que Tom logo chegaria para resolver o assunto. Prometi que me

manteria pessoalmente envolvida e que tentaríamos solucionar a crise o mais depressa possível. Sabíamos que teríamos de desenvolver um processo que permitisse aos próprios hondurenhos resolver aquele problema de uma maneira que ambos os lados pudessem aceitar — um arranjo improvável, mas não impossível, como acabaríamos por ver. Finalmente, em 29 de outubro, Zelaya e Micheletti assinaram um acordo para formar um governo de unidade nacional para dirigir Honduras até as próximas eleições e estabelecer uma comissão da "verdade e reconciliação" para investigar os acontecimentos que levaram à deposição de Zelaya. Eles concordaram em deixar para o Congresso hondurenho a questão do retorno de Zelaya ao cargo como parte do governo de unidade nacional.

Quase imediatamente surgiram discussões sobre a estrutura e o propósito do governo de unidade, e ambos os lados ameaçaram abandonar o acordo. Então o Congresso hondurenho votou esmagadoramente por não restituir Zelaya ao cargo, provocando-lhe um doloroso e inesperado revés. Ele superestimara exageradamente a profundidade do apoio à sua causa no país. Após a votação, ele foi para a República Dominicana e passou o ano seguinte no exílio. As eleições, porém, seguiram adiante. No fim de novembro, os eleitores escolheram Porfirio Lobo, que fora adversário de Zelaya em 2005, como novo presidente de Honduras. Muitos países sul-americanos não aceitaram esse resultado, e foi necessário mais um ano de diplomacia antes que Honduras fosse aceita de volta na OEA.

Essa foi a primeira vez na história da América Central que um país que havia sofrido um golpe e estava à beira de um grande conflito civil foi capaz de restaurar seus processos constitucionais e democráticos por meio da negociação, sem nenhuma imposição externa.

Se existe alguma região onde temos de olhar além das manchetes para focalizar as tendências, é a América Latina. Sim, ainda há grandes problemas que precisam ser resolvidos, mas, de forma geral, as tendências são no sentido da democracia, da inovação, de oportunidades amplamente compartilhadas e de parcerias positivas entre os próprios países e com os Estados Unidos. Esse é o futuro que queremos.

13

África: Armas ou crescimento?

Será o futuro da África definido mais por armas e corrupção ou por crescimento e boa governança? Através desse vasto continente, há crescente prosperidade e terrível pobreza, governos responsáveis e total falta de leis, campos e florestas exuberantes e países assolados pela seca. Que uma única região possa abranger todos esses extremos faz surgir a pergunta que guiou nosso trabalho no Departamento de Estado: como podemos contribuir para o tremendo progresso que ocorre em tantos lugares da África e, ao mesmo tempo, ajudar a virar a maré naqueles lugares onde ainda imperam caos e privação?

O legado da história paira pesadamente sobre essa pergunta. Muitos dos conflitos e desafios do continente brotam de decisões da era colonial que desenharam fronteiras sem considerar diferenças étnicas, tribais ou religiosas. Uma governança pobre e teorias econômicas falhas na era pós-colonial perpetuaram divisões e promoveram a corrupção. Líderes rebeldes, como acontece frequentemente em toda parte, sabiam lutar, mas não governar. A Guerra Fria fez de grande parte da África um campo de batalha ideológico, e às vezes real, entre forças apoiadas pelo Ocidente e forças apoiadas pela União Soviética.

Os desafios do continente continuam agudos, mas há um outro lado da África emergindo no século XXI. Várias das economias que mais crescem no mundo estão na África subsaariana. Desde 2000, as relações comerciais entre a África e o resto do mundo triplicaram. Investimentos estrangeiros privados superaram a ajuda oficial, e espera-se que continuem a crescer. Entre 2000 e 2010, as exportações que não incluem petróleo da África para os Estados Unidos quadruplicaram, de 1 bilhão de dólares para 4 bilhões de dólares, inclusive vestuário e artesanato da Tanzânia, flores de corte do Quênia, inhame de Gana e objetos de couro de alta qualidade da Etiópia. No mesmo período, o índice de mortalidade infantil despencou, ao mesmo tempo que aumentaram as matrículas em escolas primárias. Mais pessoas tiveram acesso a água limpa e menos gente morreu em conflitos violentos. A África agora possui mais usuários de celulares do que os Estados Unidos ou a Europa. Os economistas esperam que o consumo na África subsaariana cresça de 600 milhões de dólares em 2010 para 1 trilhão de dólares em 2020. Tudo isso significa que um diferente tipo de futuro é possível. Em muitos lugares, esse futuro já chegou.

O presidente Obama e eu sabíamos que ajudar a África rumo a oportunidades em vez de conflitos era algo que provavelmente não ocuparia as manchetes dos jornais americanos, mas poderia gerar grandes benefícios para os Estados Unidos ao longo do caminho. Com essa finalidade, ele visitou a África subsaariana mais cedo no seu mandato do que qualquer presidente antes dele, fazendo uma viagem a Gana em julho de 2009. Num discurso no Parlamento em Acra, ao descrever uma nova visão do apoio americano para a democracia e a expansão do comércio na África, o presidente disse memoravelmente: “A África não precisa de homens fortes. Ela precisa de instituições fortes”. E também reconheceu que historicamente as potências ocidentais com frequência viam a África como fonte de recursos a serem explorados ou como uma causa de caridade necessitada de amparo. E lançou um desafio para africanos e ocidentais: a África necessita de parceria, não de amparo.

Mesmo com todo esse progresso, no entanto, havia muitas nações africanas onde os trabalhadores ganhavam menos de um dólar por dia, mães e pais morriam de doenças possíveis de prevenção, crianças eram ensinadas com armas em vez de livros, mulheres e meninas eram estupradas como tática de guerra e a ganância e a corrupção eram a moeda dominante.

O envolvimento da administração Obama na África seria construído sobre quatro pilares: promover oportunidade e desenvolvimento; fomentar crescimento econômico, comércio e investimento; alcançar paz e segurança; fortalecer as instituições democráticas.

Nossa abordagem estava em agudo contraste com a forma como outros países se envolveram com a África. As empresas chinesas, muitas delas estatais, respondendo à sua própria e enorme exigência interna por recursos naturais, estavam comprando concessões para minas e florestas africanas. Desde 2005 seus investimentos diretos por todo o continente aumentaram trinta vezes e, em 2009, a China havia substituído os Estados Unidos como o maior parceiro comercial da África. Desenvolvia-se um padrão: empresas chinesas entravam num mercado e assinavam lucrativos contratos para extrair recursos e despachá-los para a Ásia. Em troca, construíam projetos de infraestrutura chamativos, como estádios de futebol e superestradas (geralmente ligando uma mina de propriedade chinesa a um porto de propriedade chinesa). Chegaram a construir uma nova sede gigantesca para a União Africana em Adis-Abeba, na Etiópia.

Não havia dúvida de que esses projetos eram bem recebidos por muitos líderes africanos, pois eles estavam ajudando a modernizar a infraestrutura num continente onde apenas 30% das estradas eram pavimentadas. Mas os chineses traziam seus próprios operários em vez de contratar trabalhadores locais que precisavam de empregos e de receitas sustentáveis; além disso, prestavam muito pouca atenção aos desafios de saúde e desenvolvimento com que os países ocidentais e as organizações internacionais se preocupavam. E também fechavam os olhos à violação de direitos humanos e à conduta antidemocrática. Um forte apoio chinês ao regime de Omar al-Bashir no Sudão, por exemplo, reduziu significativamente a eficácia das sanções e da pressão internacional, o que levou alguns ativistas preocupados com o genocídio em Darfur a pedir um boicote à Olimpíada de Berlim em 2008.

Eu ia ficando cada vez mais preocupada com os efeitos negativos dos investimentos estrangeiros na África e frequentemente levantava o assunto com os chineses e os líderes africanos. Numa visita à Zâmbia em 2011, um jornalista de TV me perguntou sobre os efeitos desse tipo de investimento: “Somos da opinião de que, a longo prazo, os investimentos na África devem ser sustentáveis e para o benefício do povo africano”, respondi. Estávamos sentados juntos num centro médico financiado pelos Estados Unidos e especializado em HIV/aids infantil. Eu tinha acabado de conhecer uma jovem mãe HIV positiva, mas, devido ao tratamento que podia receber no centro, sua filha de onze meses era HIV negativa. Para mim, era um belo exemplo do tipo de investimento na África que os Estados Unidos estavam fazendo. Estávamos fazendo aquilo para ganhar dinheiro? Não. Estávamos fazendo porque queríamos ver um povo zambiano saudável e próspero, o que, em última análise, servia aos interesses americanos. “Os Estados Unidos estão investindo no povo da Zâmbia, não só nas elites, e estamos investindo a longo prazo”, disse eu.

O jornalista prosseguiu com uma pergunta sobre a China em particular. Poderia o sistema político e econômico chinês servir de modelo para as nações africanas, indagou ele, “em oposição à noção de boa governança que na África é largamente vista como imposta pelo Ocidente?”. Eu seria a primeira a aplaudir o trabalho que a China tem feito tirando milhões de pessoas da pobreza, mas, em termos de boa governança e democracia, ela deixa muito a desejar.

Por exemplo, a política chinesa de não interferência nos assuntos internos de um país significava ignorar ou incentivar a corrupção que vinha custando às economias africanas a quantia estimada de 150 bilhões de dólares por ano, afastando investimentos, sufocando a inovação e retardando o comércio. Governança transparente, eficiente e responsável seria um modelo melhor. Entretanto, para dar aos chineses o seu devido valor, eles tinham a capacidade de realizar grandes projetos, em casa e no exterior. Se quiséssemos fazer um trabalho melhor em criar oportunidades e reduzir a corrupção, tínhamos de fazer mais para aumentar a capacidade do país de produzir resultados.

Falei sobre algumas dessas mudanças num discurso no Senegal no verão de 2012. Enfatizei que os Estados Unidos estavam buscando "um modelo de parceria sustentável, que agregue valor em vez de extraí-lo". Eu esperava que os líderes africanos se tornassem clientes inteligentes e priorizassem as necessidades de longo prazo de seu povo em vez dos benefícios de curto prazo de um retorno financeiro imediato.

A democracia estava sob pressão em grande parte da África. Entre 2005 e 2012, o número de democracias eletivas na África subsaariana caiu de 24 para dezenove. Ainda era muito melhor que na década de 1990, quando mal havia alguma, mas não era uma tendência encorajadora. Nos meus anos como secretária, vimos golpes de Estado na Guiné-Bissau, onde nenhum presidente eleito jamais conseguiu cumprir um mandato inteiro de cinco anos, na República Centro-Africana, na Costa do Marfim, no Mali e em Madagascar.

Os Estados Unidos dedicaram considerável esforço diplomático para resolver essas crises. Em junho de 2011, visitei a sede da União Africana na Etiópia e fiz um desafio direto aos líderes do continente: "O *status quo* está rompido; as velhas formas de governar não são mais aceitáveis; é hora de os novos líderes governarem com responsabilidade, tratarem seus povos com dignidade, respeitarem seus direitos e proporcionarem oportunidades econômicas. E se não o fizerem, é hora de irem embora". Invoquei a sublevação da Primavera Árabe, que estava fazendo uma lavagem em governos estagnados em todo o Oriente Médio e Norte da África, e sugeri que, sem mudanças e uma visão positiva do futuro, a onda poderia inundar também a África subsaariana.

Quando visitei o Senegal, há muito visto como um modelo de democracia africana que nunca sofreu um golpe militar, o país havia recentemente dominado uma crise constitucional. Em 2011, o presidente Abdoulaye Wade, o idiossincrático líder do país com seus 85 anos, tentou driblar os limites constitucionais e concorrer a um terceiro mandato, deflagrando amplos protestos. Era um problema já conhecido na África: líderes idosos, especialmente antigos heróis dos movimentos nacionais de libertação, que se viam como os pais de seus países, recusavam se aposentar quando chegava a hora ou permitir que o país seguisse em frente para um futuro sem eles. O exemplo mais famoso é o de Robert Mugabe, no Zimbábue, que se apega ao poder enquanto o país sofre.

No Senegal, quando Wade decidiu se manter no cargo, um grupo de músicos e jovens ativistas ajudou a formar um movimento de massa com um lema simples: "Chega!". Johnnie Carson, meu subsecretário para Assuntos Africanos, tentou convencer Wade a colocar o bem do país em primeiro lugar, mas ele não deu ouvidos. A sociedade civil do Senegal exigiu que o presidente respeitasse a Constituição e deixasse o cargo. Puseram-se a trabalhar, registrando e educando eleitores. Estudantes marchavam pelas ruas proclamando: "Meu título de eleitor é a minha arma". Os militares senegaleses, fiéis à sua tradição, se mantiveram longe da política.

Nas eleições de fevereiro de 2012, longas filas de cidadãos esperaram para votar. Ativistas se espalharam para fiscalizar mais de 11 mil seções eleitorais, enviando mensagens de texto com a contagem dos votos e relatórios de irregularidades para uma central fiscalizadora independente

em Dacar, chamada de Sala de Controle pelas mulheres senegalesas que a dirigiam. De modo geral, talvez tenha sido o mais sofisticado programa de monitoramento eleitoral já empregado na África. No fim do dia, Wade estava derrotado. Ele finalmente acedeu à vontade dos eleitores, e houve uma transferência pacífica de poder. Liguei para o presidente eleito Macky Sall para cumprimentá-lo pela vitória e lhe disse: "Ainda mais que a sua vitória pessoal, a transferência pacífica de poder é uma vitória histórica para a democracia". No dia seguinte à eleição, Sall visitou a Sala de Controle para agradecer às ativistas que haviam trabalhado para proteger a Constituição senegalesa.

No meu discurso em Dacar, em agosto daquele ano, congratulei o povo do Senegal e enfatizei que promover o progresso democrático estava no coração da abordagem americana na África:

> *Sei que às vezes há um argumento de que a democracia é um privilégio dos países ricos, e que uma economia em desenvolvimento deve pôr o crescimento econômico em primeiro lugar e preocupar-se com a democracia depois. Porém essa não é a lição da história. A longo prazo, não se pode ter uma liberalização econômica eficaz sem uma liberalização política. [...] Os Estados Unidos se levantarão pela democracia e pelos direitos humanos universais, mesmo quando poderia ser mais fácil ou mais rentável olhar de outra maneira, para manter o fluxo de recursos. Nem todo parceiro faz essa escolha, mas nós a fazemos hoje e sempre.*

Como em qualquer outro lugar, a Libéria representa a contínua luta de tantos países na África entre um passado doloroso e um futuro de esperança — entre armas e crescimento.

Os americanos frequentemente se preocupam com uma guerra partidária em Washington e se perguntam por que os nossos líderes eleitos parecem não se dar bem, mas nossas rixas congressuais são pálidas em comparação com as batalhas travadas por membros do legislativo na Libéria. Quando visitei o país em agosto de 2009, a Câmara estava repleta de legisladores que haviam literalmente pegado em armas uns contra os outros durante anos. Lá estava a senadora Jewel Taylor, ex-esposa do ex-ditador liberiano Charles Taylor, que na época estava sendo julgado em Haia por crimes de guerra. Lá estava o ex-senhor da guerra transformado em senador Adolphus Dolo, conhecido no campo de batalha como general Manteiga de Amendoim (muitos generais liberianos tinham apelidos curiosos), cuja propaganda eleitoral dizia: "Deixe-o passar manteiga no seu pão". O fato de estarem sentados juntos como representantes eleitos de uma nação finalmente em paz teria sido difícil de imaginar durante a longa e sanguinária guerra civil na Libéria. Entre 1989 e 2003, aproximadamente 250 mil liberianos foram mortos e milhões fugiram de suas casas. A história de como a Libéria finalmente conseguiu deixar para trás esse capítulo sombrio é uma história de esperança e um testemunho do papel que as mulheres podem (e muitas vezes devem) desempenhar na instauração da paz, costurando o tecido rasgado da sociedade e trabalhando juntas para um futuro melhor.

Em 2003, as mulheres liberianas começaram a dizer umas às outras: "Já chega". Ativistas como a futura ganhadora do Prêmio Nobel da Paz Leymah Gbowee formaram um movimento para agir pela paz. Naquela primavera, milhares de mulheres de todos os meios de vida, cristãs e muçulmanas lado a lado, inundaram as ruas marchando, cantando e rezando. Vestidas todas de branco, sentaram-se num mercado de peixe sob o sol quente, debaixo de uma faixa que dizia: "As mulheres da Libéria querem paz agora". Os senhores da guerra tentaram ignorá-las. Depois tentaram dispersá-las. Entretanto as mulheres não iam embora. Finalmente, os senhores da guerra concordaram em dar início a negociações de paz. Porém suas conversas se arrastavam e

arrastavam, então um grupo de mulheres viajou para uma conferência de paz na vizinha Gana e organizou uma manifestação: de braços dados, elas bloquearam portas e janelas até que os homens lá dentro chegassem a um acordo. Essa história é retratada num documentário extraordinário, *Pray the Devil Back to Hell* [Reze para o diabo voltar para o inferno], que eu recomendo enfaticamente.

Um acordo de paz finalmente foi assinado, e o ditador Charles Taylor fugiu. Ainda assim, as mulheres da Libéria não descansaram. Voltaram suas energias para garantir que a paz durasse e apresentasse resultados para suas famílias e reconciliação para a nação. Em 2005, ajudaram a eleger uma das suas, a futura ganhadora do Nobel Ellen Johnson Sirleaf, como a primeira mulher presidente na África.

Como Nelson Mandela, a presidente Johnson Sirleaf cresceu como neta de um chefe. Quando jovem, estudou economia e políticas públicas nos Estados Unidos, com mestrado em Administração Pública pela Harvard Kennedy School em 1971. Sua carreira na política liberiana foi um verdadeiro ato de equilíbrio na corda-bamba. Ela havia sido vice-ministra das Finanças, mas fugiu do país em 1980 quando um golpe derrubou o governo. Após exercer cargos no Banco Mundial e no Citibank, retornou ao país em 1985 e concorreu à vice-presidência, mas foi imediatamente encarcerada por criticar o regime repressivo do ditador Samuel Doe. Foi perdoada em meio a um clamor internacional e então concorreu e ganhou uma cadeira no Senado, mas a recusou em protesto. Depois de ser presa e encarcerada novamente, buscou exílio nos Estados Unidos em 1986. Em 1997, estava de volta, dessa vez concorrendo à presidência da Libéria contra Charles Taylor. Conseguindo um distante segundo lugar, mais uma vez foi forçada ao exílio. Depois do fim da guerra civil em 2003, com a renúncia de Taylor, Johnson Sirleaf retornou e finalmente venceu as eleições para a presidência em 2005, sendo reeleita para um segundo mandato em 2011.

Sob a liderança de Sirleaf, o país começou a ser reconstruído. O governo adotou políticas fiscais mais responsáveis e começou a combater a corrupção e promover a transparência. A Libéria fez progressos no alívio da dívida e em reforma agrária, e a economia cresceu apesar da crise econômica global. Em pouco tempo passou a haver educação gratuita e obrigatória para crianças de escola primária, inclusive meninas. Johnson Sirleaf esforçou-se para reformar os serviços de segurança e prover um Estado de direito no qual os cidadãos pudessem confiar.

Na época em que me apresentei diante do Legislativo em 2009, pude congratular o povo da Libéria e declarar que, se continuassem fazendo progresso, seu país teria a oportunidade "de ser um modelo não só para a África, mas para o resto do mundo".

Em agosto daquele ano também visitei o Quênia. Com o representante do Comércio dos Estados Unidos Ron Kirk, cheguei ao Aeroporto Internacional Jomo Kenyatta em Nairóbi, que recebeu esse nome em homenagem ao fundador do Quênia moderno. No dia em que aquele país nasceu, 12 de dezembro de 1963, ele fez um famoso discurso usando a palavra *harambee*, o termo em suaíli que significa "todos juntos", e pediu aos cidadãos do seu país recém-independente que se unissem como um só. A frase ficou na minha cabeça enquanto fazíamos o percurso do aeroporto até a cidade, e vi centenas de pequenos negócios caseiros enfileirados ao longo das ruas e depois as torres de escritórios no centro de Nairóbi.

Ron e eu estávamos ali para participar do encontro anual de comércio e investimentos organizado sob a égide da Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (AGOA), legislação assinada por meu marido em 2000 para aumentar as exportações africanas para os Estados Unidos. Importávamos centenas de milhares de barris de petróleo da Nigéria e de Angola por dia, e trabalhamos persistentemente para apoiar uma maior transparência e prestação de contas

das receitas petrolíferas, mas também queríamos encorajar maiores exportações além do petróleo, especialmente para negócios de pequeno e médio porte.

A corrupção era o maior empecilho para o crescimento na maior parte da África, então sorri quando entrei no campus da Universidade de Nairóbi e vi uma multidão acenando e segurando faixas de boas-vindas, uma das quais anunciava: "Você está entrando numa zona livre de corrupção". Lá dentro mantive um acalorado debate com estudantes e ativistas, tendo como moderador o jornalista americano Fareed Zakaria.

Um dos participantes era Wangari Maathai, a queniana ganhadora do Prêmio Nobel da Paz que havia liderado um movimento de massas de mulheres pobres para plantar árvores pela África e reflorestar o continente. Eu era fã e amiga de Wangari e fiquei encantada em vê-la, e pesarosa quando ela faleceu cedo demais, em 2011. A certa altura, Zakaria virou-se para ela em função de um comentário sobre a crescente influência e investimentos da China na África, observando que ela dissera à imprensa que a China estava "disposta a fazer negócios sem condições, como o respeito aos direitos humanos". Na sua resposta, Wangari declarou o que permaneceu comigo desde então: "Estamos num continente extremamente rico. A África não é um continente pobre. Qualquer coisa do mundo que você queira existe neste continente. É como se os deuses estivessem do nosso lado quando o mundo estava sendo criado", disse ela, debaixo de aplausos. "Contudo, somos considerados um dos povos mais pobres do planeta. Há alguma coisa de errado aí." Os africanos, ela insistia, deviam exigir boa governança e responsabilidade de seus líderes, e também dos investidores e parceiros estrangeiros que buscavam fazer negócios ali.

Eu concordava plenamente e dei o exemplo de Botsuana como modelo de que boas escolhas podem levar a bons resultados. Em meados do século xx, aquele país sem litoral ao norte da África do Sul estava entre os mais pobres do mundo. Quando ganhou independência da Grã-Bretanha em 1966, tinha apenas três quilômetros de estradas pavimentadas e uma escola pública secundária. No ano seguinte, o futuro do país mudou para sempre quando foi descoberta uma gigantesca mina de diamantes. O novo governo de Botsuana, chefiado pelo presidente Seretse Khama, foi confrontado com um influxo de nova riqueza e poderosos atores externos com suas próprias agendas.

Muitos países nessa situação teriam caído vítimas da "maldição dos recursos naturais", desperdiçando sua inesperada herança potencial com corrupção e má governança. Líderes têm forrado seus próprios bolsos por lucros de curto prazo à custa de uma sustentabilidade duradoura. Governos e empresas estrangeiras têm explorado instituições fracas, ao mesmo tempo deixando a maioria da população tão pobre quanto antes. Porém não em Botsuana. Seus líderes montaram um fundo nacional que investe as receitas dos diamantes no povo e na infraestrutura do país. Como resultado, Botsuana tem prosperado. A USAID e o Corpo de Paz puderam fazer as malas e ir para casa. A democracia fincou raízes, com eleições livres, regulares e justas, além de um forte respeito aos direitos humanos. O país exibe algumas das melhores rodovias da África — o que pude comprovar quando Bill e eu o visitamos em 1998 —, uma educação primária quase universal, água limpa e uma das maiores expectativas de vida do continente. Os líderes de Botsuana têm ressaltado os cinco Ds: democracia, desenvolvimento, dignidade, disciplina e distribuição.

Se mais nações africanas seguissem o exemplo de Botsuana, muitos dos desafios da África poderiam finalmente ser superados. Conforme eu disse à plateia em Nairóbi, "os melhores dias da África podem estar pela frente se mantivermos as rédeas de toda essa questão do uso de recursos naturais e de quem se beneficia e para onde vão as receitas".

Depois de muitas outras perguntas sobre as escolhas enfrentadas pelos povos da África,

Zakaria voltou-se para um tema mais leve. Cinco anos antes, um conselheiro municipal de uma cidade queniana escrevera a Bill uma carta oferecendo quarenta cabras e vinte vacas em troca da mão da nossa filha em casamento. Enquanto me preparava para voltar a Nairóbi, ele causou um burburinho na imprensa local, anunciando que a oferta ainda estava de pé. Para deleite da plateia, Zakaria quis saber o que eu achava da proposta. Fiz uma pausa. Eu havia respondido um monte de perguntas pelo mundo todo, mas aquela era a primeira do tipo. “Bem, a minha filha é dona da própria cabeça. Ela é muito independente”, disse eu. “Então vou transmitir a ela esta gentilíssima oferta.” Os estudantes riram e aplaudiram.

Apesar da agradável atmosfera dentro do salão, os ânimos do lado de fora eram complicados e imprevisíveis. O paroxismo de violência que se seguiu às controversas eleições de dezembro de 2007 levou a uma desconfortável aliança entre ex-oponentes, o presidente Mwai Kibaki e o primeiro-ministro Raila Amolo Odinga (um cargo recém-criado). O governo incluía um vice-primeiro-ministro, Uhuru Kenyatta, que posteriormente seria eleito presidente, apesar de indiciado por violência pelo Tribunal Penal Internacional.

O presidente Kibaki e o primeiro-ministro Odinga convocaram o gabinete para se reunir comigo na esperança de que eu lhes dissesse que o presidente Obama viria visitar o país em breve. Em vez disso, expliquei que o presidente e eu estávamos preocupados com a fraude nas eleições, a violência política e a patente corrupção, acrescentando que Obama esperava mais deles. Meus comentários levaram a uma acalorada discussão, e eu ofereci ajuda dos Estados Unidos para melhorar o sistema eleitoral queniano. Junto com o Reino Unido, os Estados Unidos ofereciam assistência no registro de eleitores e na contagem eletrônica dos votos, o que viria a funcionar bem quando o país votou a favor da nova Constituição em 2010 e quando Kenyatta ganhou a eleição em 2013. Os Estados Unidos também incrementaram o apoio ao Exército queniano quando este aderiu ao combate na Somália contra o Al Shabaab, um grupo terrorista vinculado à Al-Qaeda.

O Quênia é um ponto central econômico e estratégico para o leste da África, então o que se passa ali tem importância não só para os quenianos. A melhoria da governança e o crescimento são a chave para sua estabilidade e prosperidade, e uma prioridade fundamental é aumentar a produtividade agrícola. Foi por isso que visitei o Instituto de Pesquisa Agrícola do Quênia com o secretário da Agricultura dos Estados Unidos, Tom Vilsack. Visitamos um laboratório de análise de solo e exposições de melhorias agrícolas possibilitadas pela ajuda americana ao desenvolvimento. Durante três décadas, apesar do fato de a agricultura continuar sendo a forma predominante de empregos na África, as exportações agrícolas declinaram. A falta de estradas, a irrigação inconsistente, as deficientes instalações de armazenagem e as práticas agrícolas ineficientes, além da pobreza de sementes e fertilizantes, solapavam o trabalho árduo dos agricultores no campo e ameaçavam o suprimento de alimentos. A menos que esse problema pudesse ser resolvido, nem o Quênia nem a África jamais realizariam seu pleno potencial econômico ou social.

Historicamente, o governo dos Estados Unidos tem enviado grandes quantidades de alimento para combater a fome nos países em desenvolvimento na África e em todo o mundo. O envio gratuito de arroz e trigo e outros gêneros essenciais ajudava a alimentar famílias famintas, mas também rebaixava a viabilidade de mercado da agricultura local, estimulando a dependência, e pouco contribuía para criar soluções domésticas e sustentáveis. Decidimos adotar uma nova abordagem, mais focada em elaborar a capacidade dos agricultores locais e assegurar a infraestrutura correta para que seus produtos chegassem aos consumidores. O resultado foi um programa que chamamos de Alimentar o Futuro. Mais tarde, visitei programas de sucesso na

Tanzânia, onde tinham forte apoio do presidente Jakaya Kikwete, e no Maláui, onde a presidente Joyce Banda ressaltou a importância de melhorar a produtividade agrícola do país. Até 2014, o Alimentar o Futuro atingiu mais de 9 milhões de lares, e seus programas de nutrição serviram a mais de 12 milhões de crianças com menos de cinco anos. Espero que vejamos o dia em que os agricultores africanos (cuja maioria são mulheres) sejam capazes de produzir o suficiente para alimentar o continente e exportar o resto.

Paralelamente ao grande progresso, a África ainda oferecia muitos relatos de advertência sobre países que haviam descambado para o conflito e o caos. Provavelmente não havia no mapa lugar mais lúgubre do que o Congo oriental.

Em maio de 2009, a senadora Barbara Boxer, uma defensora de longa data dos direitos da mulher, presidiu uma audiência do Comitê de Relações Exteriores do Senado sobre violência contra as mulheres em zonas de guerra. Ela enfatizou a prolongada guerra civil na República Democrática do Congo (RDC), onde soldados de ambos os lados estupravam mulheres como forma de dominar comunidades e obter vantagem tática. Pelo menos 5 milhões de pessoas morreram durante quinze anos de combates, e milhões de refugiados haviam fugido de suas casas, desestabilizando a região dos Grandes Lagos na África Central. A cidade de Goma, no leste do Congo, estava repleta de deslocados de guerra e tornara-se conhecida como a capital mundial do estupro. Aproximadamente 36 mulheres por dia, 1.100 por mês, relatavam estupros, e não há como dizer quantos deixaram de ser relatados.

Após a audiência, a senadora Boxer e dois colegas, Russ Feingold e Jeanne Shaheen, me mandaram uma carta com uma série de recomendações sobre como os Estados Unidos poderiam demonstrar uma maior liderança na RDC. Horrorizada pelos relatos que chegavam de Goma e preocupada com questões estratégicas mais amplas, perguntei a Johnnie Carson se uma visita pessoal minha poderia ajudar a trazer resultados tangíveis para as mulheres de Goma. Ele pensou que, se eu pudesse convencer o bélico presidente congolês Joseph Kabila a aceitar reprimir a violência baseada em gênero, a viagem valeria a pena. Além disso, não havia meio melhor de chamar a atenção do mundo e atrair uma reação mais robusta das instituições e organizações de auxílio internacionais. Então resolvemos ir.

Em agosto de 2009, aterrissei em Kinshasa, capital da RDC às margens do rio Congo. O astro da NBA Dikembe Mutombo, um gigante ao meu lado, me conduziu numa visita à ala pediátrica do hospital Biamba Marie Mutombo, que ele havia construído e nomeado em homenagem à sua falecida mãe.

Num encontro informal na escola St. Joseph, me deparei com um ar de taciturna resignação entre os jovens de Kinshasa. Eles tinham motivo para se sentirem desesperançados. O governo era incompetente e corrupto, as estradas eram inexistentes ou intransitáveis, hospitais e escolas eram lamentavelmente inadequados. Durante gerações, os ricos recursos do país haviam sido pilhados, primeiro pelos belgas, em seguida pelo notório ditador Mobutu (que, lamento dizer, lucrou extensivamente com suas manipulações da ajuda americana) e depois pelos governantes que o sucederam.

O auditório estava quente e abafado, o que contribuía para o estado de espírito amargurado. Um rapaz se levantou e fez uma pergunta sobre um controvertido empréstimo chinês ao governo. Ele estava nervoso e tropeçou um pouco nas palavras, mas a tradução que ouvi chegou como: “O que o sr. Clinton pensa pela boca da sra. Clinton?”. Parecia que ele queria que eu dissesse o que o meu marido pensa, e não o que eu penso. Num país onde um grande número de mulheres eram abusadas e marginalizadas, a pergunta me enfureceu. “Espere aí, você quer que eu lhe diga o que o meu marido pensa?”, devolvi. “Meu marido não é o secretário de Estado. Eu sou. Então

pergunte a minha opinião, e eu lhe direi a minha opinião. Não vou servir aqui de canal do meu marido." O moderador rapidamente passou para outra pergunta.

Depois do evento, o rapaz se aproximou de mim e pediu desculpas. Disse que sua intenção fora perguntar sobre o presidente Obama, e não o presidente Clinton, e que a tradução fora deturpada. Lamentei ter sido rude com ele, principalmente porque esse fato dominou as manchetes e encobriu a mensagem que eu queria mandar sobre melhorar a governança e proteger as mulheres no Congo.

No dia seguinte, deixei Kinshasa num avião da ONU e voei mais de três horas para o leste, até Goma. Minha primeira escala foi para me encontrar com o presidente Kabila, numa tenda atrás da residência do governador, às margens do lago Kivu.

Kabila estava distraído e desconcentrado, aparentemente oprimido pelos muitos desafios que assolavam seu país. Uma questão crucial era como pagar os soldados do governo. Indisciplinados e sem pagamento, tinham se tornado para o povo da região uma ameaça igual aos rebeldes que atacavam pela selva. Não bastava alocar dinheiro em Kinshasa. Quando ele acabava de ser filtrado através das fileiras hierárquicas, quase tudo já tinha sido embolsado por oficiais corruptos dos escalões superiores, não deixando nada para os homens alistados. Ofereci-me para auxiliar seu governo a montar um sistema bancário móvel, de modo a facilitar a transferência de dinheiro diretamente para a conta de cada soldado. Kabila ficou estarrecido com o potencial dessa tecnologia, e concordou. Em 2013, o sistema estava sendo saudado como "praticamente um milagre", embora a corrupção permanecesse endêmica.

Depois de me encontrar com Kabila, me dirigi para o campo de Mugunga, reservado para deslocados de guerra, refugiados dentro do seu próprio país. Mais de uma década de guerra havia devastado aldeias e cidades, forçando famílias a abandonar seus lares e pertences em busca de qualquer abrigo que oferecesse uma relativa segurança, mas, como acontece com tanta frequência numa crise de refugiados, aquele e outros campos eram assolados por problemas. Acesso a água potável, saneamento e outros serviços básicos eram um contínuo desafio. O pessoal da segurança não era pago havia meses. Doença e desnutrição eram recorrentes.

Comecei reunindo-me com trabalhadores de ajuda humanitária para saber mais sobre suas experiências no campo. Então um homem e uma mulher congoleses, apresentados como os "líderes eleitos" do campo, me levaram para uma visita pelas longas fileiras de barracas, o pequeno mercado e o posto de saúde. Aquilo me fez lembrar por que eu tinha ficado impaciente em relação a muitos campos de refugiados. Ao mesmo tempo que reconheço a necessidade de dar abrigo temporário às pessoas durante um conflito ou após um desastre, com muita frequência os campos se transformam de fato em centros de detenção semipermanentes, inundados de doença, miséria e desesperança.

Perguntei à mulher que me conduzia o que as pessoas ali mais necessitavam. "Bem, gostaríamos que as nossas crianças fossem à escola", disse ela. "O quê?", perguntei, atônita. "Não tem escola? Há quanto tempo você está aqui?" "Quase um ano", respondeu ela. Isso me deixou louca. Quanto mais eu ficava sabendo, mais perguntas eu tinha: por que mulheres estavam sendo estupradas quando saíam para buscar lenha e água? Por que o campo não podia organizar patrulhas de homens para proteger as mulheres que iam e vinham? Por que os bebês morriam de diarreia, quando havia acesso a suprimentos médicos? Por que nós, os doadores, não podíamos fazer um trabalho melhor e aplicar as lições das nossas experiências no auxílio a refugiados e deslocados de outros lugares?

Com roupas fortemente coloridas e exuberante e intrépida energia, as pessoas do campo nos cercavam em todo lugar aonde íamos, acenando, sorrindo e berrando comentários. Foi inspirador

sentir a força da sua vivaz resistência em face de tanta dor e destruição. Os trabalhadores das ONGs, médicos, conselheiros e funcionários da ONU estavam fazendo tudo que podiam em circunstâncias extremamente difíceis. Trabalhavam todo dia para consertar corpos e espíritos quebrados de mulheres que haviam sido estupradas, muitas vezes por gangues, e frequentemente de forma tão brutal que não podiam mais gerar filhos, trabalhar ou sequer andar. Apesar da minha crítica às condições do campo, admirei a resiliência que vi.

Do campo, me dirigi ao HEAL Africa, um hospital construído para tratar vítimas de estupro e ataques sexuais. Ali, numa pequena sala, tive dilacerantes conversas com duas mulheres que haviam sobrevivido a brutais ataques sexuais, deixando cada uma delas com terríveis danos físicos e psicológicos.

Se nessa visita vi o pior da humanidade, vi também o melhor, especialmente naquelas mulheres que, depois de se recobrarem de surras e estupros, voltaram à floresta para resgatar outras mulheres deixadas para morrer. Durante a minha viagem à RDC, ouvi um velho provérbio africano: "Não importa quão longa seja a noite, o dia certamente virá". Aquelas pessoas estavam fazendo o seu melhor para o dia vir mais depressa, e eu queria fazer tudo para ajudar.

Anunciei que os Estados Unidos forneceriam mais de 17 milhões de dólares para combater a violência sexual na RDC. O dinheiro serviria para financiar atendimento médico, aconselhamento, assistência econômica e apoio jurídico para sobreviventes. Perto de 3 milhões de dólares seriam usados para recrutar e treinar policiais para proteger mulheres e meninas, investigar violência sexual e enviar especialistas em tecnologia para ajudar mulheres e trabalhadores da linha de frente a usar celulares para documentar e reportar abusos.

De volta aos Estados Unidos, também incentivamos uma legislação visando a extração e venda de "minerais de conflito" que ajudavam a financiar as milícias que mantinham a continuidade do conflito. Alguns desses minerais acabavam indo para bens de consumo de alta tecnologia, inclusive telefones celulares.

Pouco mais de um mês após a minha viagem a Goma, no fim de setembro de 2009, presidi uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas voltada para mulheres, paz e segurança, em que propus que a proteção de mulheres e crianças dos tipos de furiosa violência sexual que presenciei no Congo fosse uma prioridade nas missões de paz da ONU em todo o mundo. Todos os quinze membros do Conselho concordaram. Não seria fácil resolver o problema da noite para o dia, mas já era um começo.

Um país que encarnava esperanças para o futuro, mas que parecia sobrecarregado pelo seu atribulado passado e presente era o Sudão do Sul. Era o mais novo país do mundo, tendo adquirido sua independência do Sudão em julho de 2011, após décadas de lutas e conflitos. Porém, quando o visitei em agosto de 2012, Sudão do Sul e Sudão estavam mais uma vez atracados numa disputa mortal.

O Sudão tinha sido despedaçado por divisões religiosas, étnicas e políticas em meados do século XX. Desde 2000, o genocídio na região de Darfur e intensos combates por terras e recursos entre o norte árabe e o sul cristão haviam custado mais de 2,5 milhões de vidas, sujeitando civis a atrocidades inomináveis e levando a fuga de refugiados para países vizinhos. O Acordo Abrangente de Paz foi finalmente assinado em 2005, incluindo uma promessa de que o sul poderia finalmente organizar um referendo sobre sua independência, mas em 2010 as conversações foram interrompidas e os preparativos para o referendo emperraram. O acordo de paz parecia perto de fracassar e indicava um provável retorno ao conflito aberto. Com intensos estímulos dos Estados Unidos, da União Africana e de outros membros da comunidade internacional, os dois lados recuaram da beira do abismo. A votação pela independência enfim

teve lugar em janeiro de 2011, e em julho o Sudão do Sul tornou-se a 54ª nação africana.

Infelizmente, o acordo de paz de 2005 deixou sem solução alguns tópicos importantes. Ambos os lados reivindicavam regiões fronteiriças e estavam prontos a ocupá-las pela força. Ainda mais crucial era a questão do petróleo. Por um capricho geográfico, o Sudão do Sul era abençoado com extensas reservas, enquanto o próprio Sudão não era; no entanto, o Sul era um país sem litoral e carecia de instalações para refinar e embarcar o produto, o que o Norte possuía. Isso significava que os dois amargos rivais precisavam um do outro, presos numa parceria simbiótica, mas disfuncional.

O governo sudanês em Cartum, ainda ressentido pela perda dos seus domínios no sul, começou a exigir preços exorbitantes para processar e transportar o petróleo do Sudão do Sul e confiscava petróleo cru quando o Sul se recusava a pagar. Em janeiro de 2012, o Sudão do Sul retaliou, interrompendo totalmente a produção. Durante meses, os dois lados ativeram-se às armas. Ambas as economias, já frágeis, começaram a ruir. A inflação explodiu. Milhões de famílias enfrentaram escassez de alimentos. Soldados aprontaram-se para a retomada dos combates, e choques explodiram as ricas áreas petrolíferas da fronteira. Parecia a definição de um cenário onde todos perdem.

Então, em agosto viajei para Juba, a nova capital do Sudão do Sul, para tentar intermediar um acordo. Havíamos levado anos de paciente diplomacia para pôr um fim à guerra civil e assistir ao nascimento de uma nova nação, de forma que não podíamos deixar que essa realização caísse por terra. E mais, com intensos esforços em andamento em todo o mundo para convencer países famintos de energia a reduzir o consumo de petróleo iraniano e passar para novos fornecedores, não podíamos nos permitir ver o petróleo sudanês sair do mercado.

Porém o novo presidente do Sudão do Sul, Salva Kiir, não estava disposto a ceder. Escutei-o explicar todas as razões que impediam o Sudão do Sul de fazer um trato com o Norte em relação ao petróleo. Por trás de todos os argumentos sobre estabelecer preços e refinar, havia uma simples realidade humana: aqueles combatentes da liberdade marcados por cicatrizes de batalha não conseguiam se propor a deixar para trás os horrores do passado, mesmo que isso significasse alijar a nova nação dos recursos de que necessitava para prosperar. Quando o presidente fez uma pausa, resolvi tentar outra abordagem. Peguei uma cópia de um editorial de opinião que havia sido publicado no *New York Times* alguns dias antes e pus em cima da mesa. “Antes de continuarmos, eu gostaria que o senhor lesse isto”, lhe disse eu. O presidente Kiir ficou curioso; era um comportamento incomum num encontro diplomático de alto nível. Ao começar a ler, seus olhos se arregalaram. Apontando o autor, o presidente quis saber: “Ele foi soldado junto comigo”. “Sim”, retruquei, “mas agora ele é um homem da paz. E ele se lembra de que vocês lutaram juntos por liberdade e dignidade, não por petróleo.”

O bispo Elias Taban é uma das pessoas mais extraordinárias que já conheci. Nasceu em 1955 na cidade de Yei, no Sudão do Sul, quando ainda estava sob o domínio colonial britânico. Naquele mesmo dia, forças do Norte massacraram dezenas de pessoas na cidade, e a mãe de Elias fugiu para a selva com seu bebê, que não parava de chorar. O cordão umbilical estava recém-cortado, e a mãe usou folhas esmagadas para estancar o sangramento. Durante três dias eles se esconderam, antes de finalmente voltarem para casa. Enquanto crescia, Elias ficou preso na interminável guerra civil do país. Tornou-se soldado aos doze anos, junto com o pai. O Taban mais velho acabou conseguindo passar Elias pela fronteira de Uganda e orientou-o a fugir. Ele foi encontrado do outro lado pelo pessoal da ajuda humanitária da ONU.

Em 1978, Elias estava de volta ao sul do Sudão, morando em Juba. Encontrou um grupo de evangelistas do Quênia e sentiu o chamado para se tornar um homem da fé. Diplomou-se em

engenharia civil e teologia e aprendeu a falar inglês, lingala, árabe, bari e suaíli. Quando a guerra irrompeu novamente, nos anos 1980, o bispo Taban e sua esposa, Anngrace, juntaram-se ambos ao Movimento Popular de Libertação do Sudão e combateram pela independência do Sudão do Sul. Após o acordo de paz em 2005, ele se dedicou a promover a reconciliação e o desenvolvimento sustentável. Ele e seus seguidores construíram escolas, orfanatos, hospitais e poços de água potável.

Em julho de 2012, desanimado com o contínuo conflito entre Norte e Sul, o bispo Taban publicou um apelo pela paz. Seu editorial causou uma profunda impressão em mim. “Sempre deve chegar um ponto”, escreve ele, “em que olhamos para diante e reconhecemos a necessidade de parar de lutar por erros do passado para podermos construir um novo futuro.” Essa é uma das lições mais difíceis de aprender em qualquer nível, pessoal ou político, mas é profundamente importante num mundo onde tantas sociedades ainda são retidas por causa de velhas inimizades e conflitos.

Observei o presidente Kiir ler as palavras do seu velho camarada, e sua irascibilidade pareceu amolecer. Talvez pudéssemos então voltar aos negócios. Fiquei enfatizando que “uma porcentagem de alguma coisa é melhor do que uma porcentagem de nada”. Finalmente o presidente Kiir concordou em reabrir negociações com o Norte para tentar encontrar alguma solução de compromisso quanto aos preços do petróleo. Às 2h45 da madrugada do dia seguinte, após uma maratona de negociações na Etiópia, os dois lados chegaram a um acordo para que o petróleo pudesse começar a fluir novamente.

Foi um passo na direção certa, mas longe de ser o final da história. As tensões continuaram cozinhando entre os vizinhos e dentro do próprio Sudão do Sul. No fim de 2013, divisões tribais e rixas pessoais eclodiram em convulsões de violência que ameaçaram deixar o país em frangalhos. O futuro da mais jovem nação africana ainda é cheio de incertezas.

Antes de deixar Juba em agosto, pedi para me encontrar com o bispo Taban, para lhe agradecer pessoalmente pelas suas poderosas palavras. Quando ele e sua esposa vieram à embaixada dos Estados Unidos, provaram ser ainda mais dinâmicos e inspiradores do que eu esperava e tiveram o maior prazer em ouvir a minha história de ter distribuído o editorial no palácio presidencial.

Em setembro de 2013, tive a honra de convidar o bispo Taban para a reunião da Iniciativa Global Clinton em Nova York e presenteá-lo com o Prêmio Cidadão Global pelos seus esforços para a paz. Ele disse à plateia que o envolvimento americano na disputa petrolífera tinha sido “uma resposta a suas preces” e que, ainda que restassem muitos desafios para seu país, a paz frágil estava se sustentando. Então apontou para um bebê de oito meses sentado no colo da sua esposa. O menino fora descoberto na selva perto de Yei em fevereiro. A polícia pediu ajuda ao bispo Taban e a Anngrace. Após refletir por um momento, Anngrace disse: “É um chamado de Deus na nossa vida, não temos escolha. Que tragam a criança”. A polícia ficou aliviada, mas então disseram: “Bispo, espere um pouco. O cordão ainda não foi cortado. Queremos correr até o hospital e garantir que o procedimento seja realizado”. O bispo e sua esposa tomaram aquilo como um sinal, um eco do seu próprio nascimento, e trouxeram o pequeno John para casa para viver com seus outros quatro filhos adotados num país que também ainda lutava para crescer e superar as dificuldades do seu próprio nascimento.

Durante décadas, a Somália foi um dos países dilacerados pela guerra mais pobres do mundo, um clássico Estado falido. Persistentes conflitos entre extremistas e senhores da guerra rivais, seca prolongada, fome disseminada e periódicas irrupções de doenças deixaram aproximadamente 40% da população necessitada de ajuda humanitária emergencial. Para os americanos, o nome

Somália evoca dolorosas lembranças da atribulada missão humanitária da ONU lançada pelo presidente George H. W. Bush no fim de 1992 para garantir que chegasse comida aos somalis famintos sem interferência dos senhores da guerra em constantes combates. Meu marido deu prosseguimento à missão ao assumir a presidência. O trágico incidente da Operação Black Hawk Down, em que dezoito soldados americanos foram mortos em Mogadíscio, tornou-se um símbolo duradouro dos riscos do envolvimento americano em confusos pontos de conflito global. Bill retirou as nossas tropas da Somália, e nos quinze anos seguintes os Estados Unidos permaneceram relutantes em comprometer recursos militares na África, embora tenhamos permanecido ativos com esforços políticos e diplomáticos.

Todavia, em 2009, os problemas da Somália eram grandes demais para serem ignorados pelos Estados Unidos. O violento grupo extremista Al Shabaab, que tem vínculos com a Al-Qaeda, representava uma crescente ameaça a toda a região. Os atentados terroristas de 11 de setembro haviam trazido para nossa própria casa a lição de que os Estados falidos podiam se transformar em centros de planejamento para investidas muito além de suas fronteiras. Piratas baseados na Somália também apresentavam uma ameaça crescente à navegação internacional no golfo de Áden e no oceano Índico, ilustrada pelo sequestro, em abril de 2009, do navio *Maersk Alabama*, levado para as telas no filme de 2013, *Capitão Phillips*. Então os Estados Unidos e a comunidade internacional tinham um obrigatório interesse em impedir que a Somália caísse no esquecimento e ajudar a trazer alguma coisa semelhante a ordem e estabilidade ao Chifre da África, onde havia uma questão de armas e crescimento com importantes implicações para a nossa própria segurança nacional.

Durante a primavera e o verão de 2009, o Al Shabaab estava na ofensiva, dominando completamente as forças do fraco governo de transição da Somália na capital Mogadiscio, e as tropas da União Africana foram deslocadas para protegê-la. Os extremistas chegaram a poucos quarteirões do Palácio Presidencial. Eu disse a Johnnie Carson: “Não podemos deixar o governo somali fracassar e não podemos deixar o Al Shabaab vencer”. Mais tarde, Johnnie relatou que passou aquela noite acordado, quebrando a cabeça em busca de ideias sobre como poderíamos agir com suficiente rapidez e eficiência para impedir uma vitória terrorista. A necessidade mais urgente era arranjar dinheiro para o governo pagar suas tropas e comprar munição para combater os extremistas. Incentivei Johnnie a ser criativo na forma de fornecer o que as sitiadas tropas somalis precisavam. Ao longo do verão, Johnnie deu um jeito de enviar os fundos necessários e contratou especialistas contábeis para rastrear o dinheiro. O Departamento de Estado também contratou um intermediário para fazer entrar no país alguns aviões vindos de Uganda carregados de pequenas armas e munição. Não era muito, mas forneceu às tropas somalis sitiadas o apoio de que necessitavam para assumir uma posição e rechaçar o Al Shabaab.

Em agosto, combinei de me encontrar com o presidente do governo de transição da Somália, o xeque Sharif Ahmed. Ele viajou para Nairóbi para reunir-se comigo na embaixada dos Estados Unidos. O xeque Sharif era um erudito islâmico estritamente religioso que lutara uma guerra fracassada para substituir o governo por um sistema de tribunais religiosos (embora também houvesse se redimido um pouco por negociar a libertação de crianças sequestradas). Depois de perder no campo de batalha, ele venceu nas urnas e, por enquanto, parecia focado em proteger a tênue democracia somali e melhorar a vida de seu povo. Não que isso fosse ter muita importância se seu governo fosse derrotado pelo Al Shabaab.

O xeque Sharif era um homem de 45 anos com uma aparência jovem, inteligente e decidido. Usava um gorro de oração islâmico branco e um terno azul com um alfinete na lapela que retratava as bandeiras somali e americana. Pensei que isso captava lindamente o delicado

equilíbrio que ele estava tentando conseguir. Na nossa conversa, ele foi franco em relação aos enormes desafios enfrentados por seu país e seu frágil governo. Disse-lhe que os Estados Unidos continuariam a enviar milhões de dólares em ajuda militar para suas tropas sitiadas, acrescentando treinamento e outros tipos de apoio, mas, em troca, seu governo teria de se comprometer a fazer progressos reais no sentido de estabelecer uma democracia inclusiva que reunisse as divididas facções do país. Fazer isso exigia uma substancial vontade política, especialmente do próprio xeque Sharif.

Enquanto conversávamos, eu me perguntei: será que ele vai apertar minha mão? Não era uma pergunta que eu precisava fazer com muita frequência como diplomata-chefe da nação mais poderosa da Terra, apesar do sexismo ainda reinante em muitas partes do mundo. Mesmo nos países mais conservadores, onde mulheres tinham pouco contato com homens fora de suas famílias, quase sempre eu era recebida de forma respeitosa. Mas será que aquele conservador erudito islâmico arriscaria afastar seus correligionários ao apertar a mão de uma mulher em público, mesmo sendo ela a secretária de Estado dos Estados Unidos?

Quando terminamos, saímos juntos e demos uma coletiva de imprensa conjunta. Expressei minha crença de que o governo do xeque Sharif representava "a melhor esperança que tivemos em algum tempo" para o futuro da Somália. (Em particular, eu disse a Johnnie que teríamos de redobrar nossos esforços para ajudar o país a voltar para os trilhos.) Quando nos separamos, para meu prazer, o xeque Sharif agarrou minha mão e a apertou entusiasticamente. Um jornalista somali na multidão gritou algo perguntando se aquele gesto era contra a lei islâmica. O xeque Sharif simplesmente o ignorou, deu de ombros e continuou sorrindo.

Durante todo o ano de 2009, a administração Obama aumentou o apoio ao governo de transição e às forças aliadas da União Africana. Quase 10 milhões de dólares em auxílio a objetivos definidos começaram a virar a maré contra o Al Shabaab. Trabalhando juntos, o Departamento de Estado e o Pentágono empreenderam o treinamento de milhares de soldados somalis em Uganda, mandando-os de volta a Mogadíscio supridos de alimentos, barracas, gasolina e outros gêneros essenciais. Também aumentamos o nosso treinamento e assistência aos voluntários da paz africanos que acompanhavam as tropas somalis. Enviamos reforços diretamente de Uganda, Burundi, Djibuti, Quênia e Serra Leoa.

Para combater a pirataria, montamos uma força-tarefa com o Departamento de Defesa e outras agências, e trabalhamos com aliados e parceiros no mundo inteiro para criar uma força naval internacional para patrulhar as águas mais perigosas. Até mesmo a China, geralmente relutante em participar de tais esforços, aderiu. Em 2011, os ataques piratas nas redondezas do Chifre da África haviam diminuído em 75%.

Para ajudar no respaldo ao ainda relativamente fraco governo de transição, introduzimos consultores técnicos para supervisionar a distribuição da assistência cada vez maior ao desenvolvimento econômico. Finalmente as luzes voltaram a Mogadíscio, e as ruas voltararam a ser limpas. Nossa ajuda humanitária emergencial manteve vivos os somalis famintos, dando ao povo a esperança e a força necessárias para rejeitar a insurgência extremista e começar a reconstruir o país.

Para prover um plano para o futuro, lançamos uma ofensiva diplomática para reunir os vizinhos da Somália no leste da África e a comunidade internacional por trás de um projeto único de reconciliação política e estabelecimento de um governo democrático permanente que representasse todos os clãs e regiões do país. (O governo "de transição" tinha estado ali havia anos, com poucos sinais de um movimento adiante.)

Nos anos seguintes, a Somália dominou várias crises e fez um hesitante progresso no

fortalecimento das instituições democráticas e implantação do projeto internacional. Houve diversas vezes em que o processo pareceu estagnado e o Al Shabaab se recuperou obtendo ganhos táticos no campo de batalha. Os extremistas continuaram a desfechar ataques terroristas, inclusive um atentado suicida em Mogadíscio em outubro de 2011 que matou mais de setenta pessoas, muitas das quais jovens estudantes esperando na fila para receber resultados de exames. Porém, em setembro de 2011, os líderes mais importantes de todo o fraturado espectro político da Somália comprometeram-se a implantar o projeto internacional, finalizar uma nova Constituição e escolher um novo governo em meados de 2012. Havia muita coisa a fazer num curto período, mas pelo menos havia um plano e um compromisso.

Em agosto de 2012, poucas semanas antes das esperadas eleições na Somália, com a passagem do poder para novos líderes, me reuni novamente com o xeque Sharif em Nairóbi. Recebemos a companhia de outros líderes dos vários clãs e facções da Somália. Eu os elogiei pelo progresso que tinham conseguido, mas enfatizei a importância de seguir adiante com as eleições e obter uma transferência pacífica de poder. Isso mandaria uma mensagem poderosa acerca da trajetória somali rumo à paz e à democracia.

Em setembro, os somalis elegeram Hassan Sheikh Mohamud como presidente do novo governo permanente. O xeque Sharif Ahmed ficou num distante segundo lugar e, o que é admirável, deixou graciosamente o poder.

Nosso trabalho diplomático para apoiar a Somália e coordenar uma campanha militar contra o Al Shabaab também teve benefícios ancilares na região, ajudando-nos a desenvolver laços mais estreitos com parceiros do leste da África e melhorando a capacidade da União Africana de assumir a liderança em proporcionar soluções africanas para problemas africanos.

Em agosto de 2012, visitei a base militar de Kasenyi, perto do lago Vitória em Uganda, e conversei com as tropas de Operações Especiais dos Estados Unidos que ajudam a treinar e apoiar as forças africanas. Eles me mostraram alguns dos pequenos drones de vigilância não tripulados Raven que estavam ajudando as tropas da União Africana a ir atrás do Al Shabaab. Pareciam um aeromodelo de brinquedo, e, quando peguei um deles, era surpreendentemente leve. Contudo, estava carregado de câmeras sofisticadas, e os ugandeses estavam deleitados em ter aqueles drones.

Fiquei contente com o fato de que a inovação americana estivesse fazendo diferença naquela importante luta, e disse aos soldados americanos e ugandeses que esperava que pudéssemos usar essa nova tecnologia também para acelerar a captura do notório senhor da guerra Joseph Kony. Ele e seu sanguinário Exército de Resistência do Senhor (LRA) vinham provocando devastação na África Central há anos. Kony sequestrou crianças de suas casas, forçando as meninas à escravidão sexual e os meninos a servirem no seu exército rebelde. Sua sanguinária violência deslocou dezenas de milhares de africanos e obrigou inúmeros outros a viver em perpétuo pânico. As atrocidades de Kony se tornaram infamemente famosas em 2012 por meio de um documentário que se tornou sensação mundial na internet. Havia muito tempo eu já estava enojada e ultrajada com o que aquele monstro estava fazendo com as crianças na África Central, e estava ansiosa para vê-lo levado à justiça. Insisti com a Casa Branca para ajudar a coordenar recursos diplomáticos, militares e de inteligência para rastrear Kony e o LRA.

O presidente Obama decidiu mobilizar uma centena de militares de Operações Especiais para apoiar e treinar as forças africanas que caçavam Kony. Para trabalhar com eles, enviei especialistas do nosso Escritório para Conflitos e Operações de Estabilização do Departamento de Estado, que eu havia criado para aumentar a capacidade do Departamento de trabalhar em pontos nevrálgicos. A nossa equipe civil chegou em solo africano alguns meses antes dos

militares e começou a construir relacionamentos nas comunidades locais. Com seu incentivo, os chefes das aldeias e outros líderes começaram a encorajar ativamente deserções do LRA, inclusive por meio de uma emissora de rádio que ajudamos a instalar. Era uma missão pequena, mas pensei que mostrava o potencial do que podíamos conseguir quando soldados e diplomatas viviam nos mesmos campos, comiam a mesma ração militar e se concentravam nas mesmas metas. Isso é poder inteligente em ação. Agora, se pudéssemos usar aqueles drones que eu estava inspecionando para enxergar através da densa cobertura da selva, poderíamos enfim ser capazes de localizar Kony e pôr um fim às suas atrocidades. Em março de 2014, o presidente Obama anunciou que os Estados Unidos enviariam tropas adicionais e aeronaves de Operações Especiais para encontrá-lo. A comunidade internacional não deveria descansar até ele ser achado e derrotado.

Entrementes, na Somália, o Al Shabaab perdeu a maior parte do território que chegou a controlar, mas o grupo continua sendo uma ameaça letal, tanto para a Somália quanto para a região mais ampla. Vimos isso com trágicas consequências em setembro de 2013, quando terroristas do Al Shabaab atacaram um shopping em Nairóbi e mataram mais de setenta pessoas. Entre os mortos estava Elif Yavuz, uma enfermeira holandesa de 33 anos que trabalhava para a CHAI, a Iniciativa Clinton de Acesso à Saúde, que combate HIV/aids e outras doenças. Ela estava grávida de oito meses e meio. O companheiro australiano de Elif, Ross Langdon, e seu bebê não nascido também foram mortos. Meu marido havia se encontrado com Elif numa viagem à Tanzânia apenas seis semanas antes e lembrava-se do quanto ela era querida por seus colegas. “Aquela linda mulher se aproximou de mim com uma barriga imensa. A gravidez estava tão adiantada que lhe assegurei que eu tinha sido um pai Lamaze[6] e podia ser convocado a servir a qualquer momento”, ele recordaria mais tarde. Quando Bill contatou a desolada mãe de Elif para dar suas condolências, ela lhe disse que a família decidira dar um nome à criança não nascida e que estavam procurando palavras em suaíli para *vida* e *amor*. Foi desolador para todos nós na Fundação e um lembrete de que o terrorismo continua sendo um desafio urgente para o nosso país e o mundo.

Como tantos outros que trabalhavam em desenvolvimento, Elif Yavuz dedicou sua vida a ajudar a superar o flagelo do HIV/aids e outras doenças, inclusive malária. Para a África, era um desafio central, com implicações para o desenvolvimento de longo prazo, a prosperidade e a paz. Em 2003, o presidente George W. Bush lançou o ambicioso Plano Emergencial do Presidente para Combate à Aids (PEPFAR). Há mais de 35 milhões de pessoas vivendo com HIV no mundo, mais de 70% delas na África subsaariana.

Quando me tornei secretária, estava determinada a apoiar e expandir o PEPFAR. Comecei por convencer o dr. Eric Goosby a comandar o programa como nosso coordenador global para a aids. Como médico em São Francisco no começo dos anos 1980, ele começara tratando pacientes com uma doença misteriosa que um dia viria a ser reconhecida como a aids. Posteriormente participou da administração Clinton e dirigiu o programa que recebeu o nome de Ryan White, um jovem americano que contraiu a doença por transfusão de sangue.

Em agosto de 2009, Eric e eu viajamos para uma clínica do PEPFAR nos arredores de Johannesburgo, África do Sul. Lá nos encontramos com o novo ministro da Saúde da África do Sul, dr. Aaron Motsoaledi. Por indicação do dr. Motsoaledi, naquele mês de maio, o presidente sul-africano Jacob Zuma sinalizou um afastamento da posição do seu predecessor, que negava o enorme problema do HIV/aids na África do Sul, adotando uma nova política mais agressiva para combater e tratar a doença. Naquele primeiro encontro, Motsoaledi me disse que a África do Sul não teria dinheiro suficiente para comprar drogas para tratar pacientes em todas as nove

províncias, e pediu nossa ajuda.

Era um problema com o qual eu estava familiarizada. Desde 2002, Bill e uma equipe da CHAI liderada por Ira Magaziner trabalhavam com a indústria farmacêutica para reduzir o custo das drogas para HIV/aids e ajudar milhões de pessoas a adquirir os medicamentos de que necessitavam. Hoje, mais de 8 milhões de pacientes em todo o mundo têm acesso à medicação para HIV/aids a um custo muito mais baixo graças aos esforços da CHAI. E não só um pouco mais baixo — até 90% menor.

Todavia, em 2009, mesmo que a África do Sul fosse uma grande fabricante de genéricos, o governo ainda comprava grandes quantidades de drogas antirretrovírus de marca. O PEPFAR, a CHAI e a Fundação Gates trabalharam com eles para completar uma troca para genéricos, que hoje constituem vasta maioria das aquisições. A administração Obama investiu 120 milhões de dólares em 2009 e 2010 para ajudar a África do Sul a comprar medicamentos a um preço mais baixo. Como resultado, mais que o dobro do número de pessoas foram tratadas. No fim do meu mandato, havia muito mais gente tomando drogas antirretrovírus na África do Sul, e o governo tinha economizado centenas de milhões de dólares nesse processo, que foram totalmente aplicados na melhoria dos serviços de saúde. Quando retornei à África do Sul, em agosto de 2012, o governo estava se preparando para assumir a gestão de todos os programas de HIV/aids do país e supervisionar uma expansão em larga escala do tratamento, com a meta de tratar 80% dos necessitados já em 2016.

Eu sabia que precisávamos explorar o sucesso do PEPFAR com menos recursos numa época de redução dos orçamentos de ajuda. Mediante o uso de medicamentos antirretrovírus genéricos, consolidação de clínicas e gestão e distribuição mais eficiente, o PEPFAR foi capaz de economizar centenas de milhões de dólares, o que nos permitiu expandir o programa sem pedir verbas adicionais ao Congresso. O número de pacientes tratados com drogas antirretrovírus pagas pelo PEPFAR junto com investimentos do país e suporte do Fundo Global subiu de 1,7 milhão em 2008 para aproximadamente 6,7 milhões em 2013.

Os resultados foram além do que eu esperava. Segundo as Nações Unidas, desde 2000 o índice de novas infecções por HIV caiu para menos da metade em muitas partes da África subsaariana. As pessoas estão vivendo mais e tendo acesso a mais e melhores tratamentos. A aids, uma doença que costumava matar 100% dos pacientes, já não é uma sentença de morte.

Devido a esses sucessos e aos avanços da ciência, declarei uma nova e ambiciosa meta no Dia Mundial da Aids em 2011: uma geração livre da aids. Isso significa uma geração na qual nenhuma criança nasça com o vírus, os jovens corram um risco muito mais baixo de ser infectados ao longo de sua vida aqueles que contraírem HIV tenham acesso a um tratamento que os impeça de desenvolver a aids e de transmitir o vírus. O HIV pode estar conosco no futuro, mas a aids não precisa ficar.

Para atingir essa meta, devemos focalizar populações fundamentais, identificando pessoas em risco e levando a elas a prevenção e o cuidado de que necessitam o mais depressa possível. Se continuarmos a reduzir o número de novas infecções e aumentarmos o número de pessoas em tratamento, acabaremos sendo capazes de tratar todo ano mais gente do que as que são infectadas. Esse será o ponto de inflexão. Prevenção como tratamento.

Em agosto de 2012, visitei o Centro de Saúde Reach Out em Kampala, Uganda, onde conheci um paciente chamado John Robert Engole. Oito anos antes, tendo contraído aids, John Robert estava perto da morte, perdera quase cinquenta quilos e desenvolvera tuberculose. Ele foi a primeira pessoa no mundo a receber medicação capaz de salvar vidas por meio do PEPFAR. Milagrosamente ainda estava vivo e melhorando — um exemplo claro da promessa do que o

apoio americano pode trazer à população do mundo. E ele orgulhosamente me apresentou a dois de seus filhos.

Ninguém simboliza a dor do passado da África ou a promessa de seu futuro melhor que Nelson Mandela. Ele é saudado com justiça como um herói além do imaginável, mas ele era, na verdade, profundamente humano e cheio de complexidade: um combatente da liberdade e também um defensor da paz; prisioneiro e presidente; um homem de raiva e perdão. Madiba, como era chamado pelo seu clã, família e amigos, passou todos aqueles anos na prisão aprendendo a conciliar essas contradições e a se tornar o líder que ele sabia que seu país necessitava.

Fui pela primeira vez à África do Sul em 1994 para a posse de Mandela. Para aqueles de nós que presenciaram a cerimônia, foi um momento inesquecível. Ali estava um homem que tinha passado 27 anos como preso político prestando juramento como presidente. E sua jornada representava algo ainda maior: uma marcha longa, porém firme, rumo à liberdade para todo o povo da África do Sul. Seu exemplo moral ajudou um sistema nascido da violência e da divisão acabar em verdade e reconciliação. Foi a decisão definitiva entre armas ou crescimento.

Naquele dia, tomei café da manhã com o presidente que deixava o poder, F. W. de Klerk, na sua residência oficial, e depois voltei para almoçar com seu sucessor. No decorrer de poucas horas, toda a história de uma nação fora mudada. No almoço, o presidente Mandela saudou os muitos representantes do mundo inteiro. Depois disse algo que ficou comigo para sempre (aqui estou parafraseando): Para mim, as três pessoas mais importantes aqui nesta vasta assembleia são três homens que foram meus carcereiros na ilha de Robben. Quero que eles se levantem. Mandela os chamou pelo nome, e três homens de meia-idade se levantaram. Ele explicou que, no meio das condições terríveis em que ficou detido por tantos anos, cada um daqueles homens o via como ser humano. Tratavam-no com dignidade e respeito. Falavam com ele, o escutavam.

Em 1997, voltei à África do Sul, dessa vez com Chelsea, e Mandela nos levou à ilha de Robben. Ao refazermos seus passos pelas celas, ele disse que, quando foi finalmente libertado, sabia que não tinha escolha. Podia carregar para sempre no coração a amargura e o ódio do que fora feito a ele, e ainda estaria na prisão. Ou podia começar a reconciliar os sentimentos dentro de si. O fato de ter escolhido a reconciliação é o grande legado de Nelson Mandela.

Antes daquela visita, minha cabeça estava preocupada com todas as batalhas políticas e hostilidades em Washington, mas, ouvindo Madiba falar, senti aqueles problemas entrando em perspectiva. Também adorei ver a expressão de Chelsea se iluminando com a presença dele. Eles desenvolveram um vínculo especial que durou para o resto da sua vida. Sempre que ele e Bill falavam ao telefone, Madiba pedia para falar com Chelsea, e ele permaneceu em contato com ela quando ela foi para Stanford e Oxford, e depois quando se mudou para Nova York.

Na minha primeira ida à África do Sul como secretária, em agosto de 2009, fiz uma visita a Mandela no seu escritório num subúrbio de Johannesburgo. Aos 91 anos, ele estava mais frágil do que eu me lembrava, mas seu sorriso ainda fazia a sala se iluminar. Puxei minha cadeira para perto dele, segurei sua mão e conversamos por meia hora. Também fiquei encantada de ver a notável esposa de Madiba, minha amiga Graça Machel. Antes de se casar com Mandela, ela foi ativista política e ministra no governo de Moçambique, casada com Samora Machel, presidente do país, que ajudou a guiar a nação dilacerada pela guerra rumo à paz. Ele morreu num suspeito desastre de avião em 1986.

Juntas, Graça e eu andamos pelo Centro de Memória e Diálogo da Fundação Nelson Mandela, onde examinei alguns dos diários e cartas escritos por Madiba na prisão, antigas fotografias e até mesmo sua carteira de afiliação à Igreja metodista datada de 1929. Como colega metodista, fiquei surpresa com seu compromisso com o autoaperfeiçoamento, um tema que

mencionava frequentemente, e sua inabalável disciplina.

Os sucessores de Mandela, Thabo Mbeki e Jacob Zuma, lutaram para traduzir seu legado para a realidade num país que ainda era demasiadamente violento e pobre. Ambos alimentavam desconfianças do Ocidente remanescentes das décadas em que os Estados Unidos apoiaram o regime do *apartheid* como estratégia contra o comunismo durante a Guerra Fria. Queriam que a África do Sul fosse respeitada como a nação mais poderosa da região e levada a sério no cenário mundial. Isso também era o que queríamos, e eu tinha esperança de que uma África do Sul forte e próspera fosse uma força para a paz e a estabilidade. Entretanto, o respeito vem com a responsabilidade.

Em alguns casos, a África do Sul podia ser um parceiro muito frustrante. A negação por parte do presidente Mbeki dos dados científicos em torno da epidemia de HIV/aids era um erro trágico, e a África do Sul geralmente se opunha à intervenção humanitária internacional, mesmo em situações medonhas como a Líbia e a Costa do Marfim, quando civis estavam sob ataque. Às vezes, era difícil interpretar as razões por trás dessas atitudes do governo. Pouco antes da minha última visita ao país, em agosto de 2012, os sul-africanos recusaram-se no último minuto a permitir que a equipe da Segurança Diplomática trouxesse ao país as armas e os veículos necessários. Meu avião ficou parado na pista no Maláui, aguardando o desenrolar das negociações. No final, a questão foi resolvida e pudemos decolar. Eu encabeçava uma delegação de líderes empresariais americanos da Fedex, Chevron, Boeing, General Electric e de outras empresas que buscavam expandir seus investimentos na África do Sul.

Havíamos trabalhado com a Câmara de Comércio dos Estados Unidos para organizar a viagem porque uma maior relação comercial entre os Estados Unidos e a África do Sul prometia criar empregos e oportunidades em ambos os países. Mais de seiscentas empresas americanas já haviam fincado raízes na África do Sul. Em 2011, por exemplo, a Amazon abriu um novo centro de atendimento a clientes na Cidade do Cabo, empregando quinhentas pessoas, com planos de contratar mais mil. Uma empresa de energia renovável com sede em Louisville, Kentucky, chamada One World Clean Energy, assinou um contrato de 115 milhões de dólares com uma biorrefinaria na África do Sul, para produzir simultaneamente eletricidade, gás natural, etanol e biodiesel a partir de material orgânico. Os equipamentos foram construídos nos Estados Unidos e despachados para a África do Sul em 2012, empregando 250 pessoas na África do Sul e até uma centena de trabalhadores qualificados no Kentucky. Os executivos americanos que eu levei junto comigo tiveram a chance de se encontrar com duzentos líderes empresariais sul-africanos para conversar sobre perspectivas para investimentos similares mutuamente benéficos.

Num jantar em Pretória fomos saudados pela neve que caía, um fato raro (agosto é inverno no Hemisfério Sul), alguns sul-africanos começaram a me chamar de Nimkita, “aquela que trouxe a neve”. Havia muito para discutir com minha colega de diplomacia, a ministra de Cooperação e Relações Internacionais Maite Nkoana-Mashabane. Ela é uma mulher forte, com senso de humor e opiniões firmes sobre as prerrogativas de seu país, e acabou por tornar-se uma amiga. Maite me ofereceu jantares nas minhas duas visitas, convidando predominantemente mulheres líderes, como Nkosazana Dlamini-Zuma, que se tornou a primeira mulher eleita a chefiar a União Africana. Durante a visita de 2012, uma talentosa cantora de jazz e pop sul-africana nos fez levantar de nossas cadeiras. Dançamos, cantamos e rimos juntas naquela noite de neve.

Nessa viagem também fiz uma última visita ao meu amigo Madiba, que estava morando na sua aldeia ancestral de Qunu, na província do Cabo Oriental na África do Sul. Ali ele passara grande parte da sua infância e, de acordo com sua autobiografia, foi o cenário dos seus anos mais

felizes. Ao entrar na sua modesta casa entre as arredondadas colinas, fiquei impressionada, como sempre, pelo seu incrível sorriso e graça incomum. Mesmo com a saúde debilitada, Mandela era a encarnação da dignidade e integridade. Ele foi, até o fim, o capitão da sua "alma inconquistável", conforme é descrito em seu poema favorito, "Invictus", de William Ernest Henley.

Meu estado de espírito ainda estava elevado pelos momentos que passamos juntos quando cheguei à Universidade de Western Cape, na Cidade do Cabo, para uma palestra sobre o futuro da África do Sul e do continente. Nas minhas palavras de encerramento, tentei evocar para os jovens ali o quanto eles e todos nós tínhamos chegado longe devido a Mandela. Relembrando sua postura humana em relação aos seus ex-carcereiros, pedi-lhes que nos ajudassem a criar um mundo de compreensão mútua e justiça, onde toda moça e todo rapaz pudessem ter uma chance de lutar. Lembrei-lhes que o grande fardo de vir de um país admirado pelo resto do mundo, como são tanto os Estados Unidos quanto a África do Sul, requer adesão a um conjunto de padrões mais elevados. Foi a disposição de aceitar esse pesado fardo que sempre distinguiu Mandela.

Em 5 de dezembro de 2013, Nelson Mandela faleceu, aos 95 anos de idade. Assim como todos no mundo, lamentei o falecimento de um dos maiores estadistas do nosso tempo e a perda de um amigo querido. Ele significara muito para a nossa família por muito tempo. O presidente Obama nos pediu para acompanhá-lo ao funeral, junto com Michelle, George W. e Laura Bush. Juntei-me a eles, e Bill e Chelsea, que estavam no Brasil, voaram para nos encontrar lá.

Nosso voo foi no Air Force One, onde o presidente e a sra. Obama ocuparam sua cabine na parte dianteira do avião. As duas camas, o chuveiro e o escritório tornam um voo longo mais suportável para qualquer primeira-família. Os Bush ficaram com a cabine geralmente ocupada pela equipe médica. Eu fiquei na da equipe sênior. Os Obama convidaram os Bush e a mim para nos juntarmos a eles na grande sala de conferência. George, Laura e eu conversamos sobre a "vida depois da Casa Branca", e George descreveu sua recém-descoberta paixão pela pintura. Quando lhe perguntei se tinha alguma foto do seu trabalho, ele pegou seu iPad para nos mostrar seus mais recentes temas, alvos crânios de animais encontrados no seu rancho. Explicou que estava praticando como pintar diferentes tons de branco. Estava claro que ele tinha um talento natural e se esforçara para aprender a arte. A atmosfera estava calorosa e relaxada. Independentemente da política, havíamos tido uma experiência especial. E achar tempo para colocar as conversas em dia e trocar histórias é sempre educativo e frequentemente divertido.

A cerimônia fúnebre foi celebrada num estádio em Soweto, sob uma chuva constante. Reis, rainhas, presidentes, primeiros-ministros e dignitários atuais e passados do mundo inteiro se juntaram aos milhares de sul-africanos para prestar tributo ao homem que o presidente Obama chamou de "gigante da história".

Após a cerimônia pública, Bill, Chelsea e eu fizemos uma visita privada a Graça, outros membros da família e equipe próxima na sua casa em Johannesburgo. Assinamos um livro de memórias em homenagem a Mandela e recordamos histórias de sua extraordinária vida. Outro amigo, o astro do rock e ativista Bono, também viera para a cerimônia pública. Ele havia se tornado um defensor apaixonado e eficiente do combate à pobreza pelo mundo, e desenvolvera uma parceria e profunda amizade com Mandela. De volta ao hotel onde estávamos hospedados, ele se sentou junto a um grande piano branco e tocou uma canção em memória a Madiba. Eu não sou nenhuma Condoleezza Rice ao piano, mas Bono foi generoso o bastante para me deixar sentar ao seu lado e tocar algumas notas, o que deleitou o meu marido, que possui uma personalidade mais musical.

Lembrava-me da posse de Madiba em 1994 e maravilhava-me com tudo que ele e seu país

tinham realizado, mas também esperava que a África do Sul aproveitasse aquele momento de pesar para renovar seu compromisso de seguir o curso que Mandela iniciara, rumo a uma democracia mais forte, mais inclusiva, e a uma sociedade mais justa, igualitária e humana. Esperava o mesmo para todos nós do mundo inteiro. Quando aceitou o Prêmio Nobel da Paz, Mandela compartilhou seu sonho de "um mundo de democracia e respeito pelos direitos humanos, um mundo livre dos horrores da pobreza, fome, privação e ignorância". Com esse tipo de visão, qualquer coisa é possível, e uma das minhas mais caras esperanças é que emerja uma África do século XXI capaz de criar oportunidades para sua população jovem, democracia para seus cidadãos e paz para todos. Essa seria uma África digna da longa caminhada de Nelson Mandela para a liberdade.

Quinta parte

Sublevação

14

O Oriente Médio: O acidentado caminho da paz

A bandeira palestina tem três listras horizontais, nas cores preta, branca e verde, com um triângulo vermelho saindo do mastro. Desde a época da Guerra dos Seis Dias em 1967 até os Acordos de Paz de Oslo em 1993, a bandeira foi banida dos territórios palestinos pelo governo israelense. Era vista como um emblema de terrorismo, de resistência e da intifada, o violento levante contra o domínio israelense que agitou os territórios palestinos no fim da década de 1980. Mesmo dezessete anos depois de Oslo, a bandeira continuava sendo um símbolo controverso e inflamado entre alguns conservadores israelenses. Assim, foi uma surpresa chegar em meados de setembro de 2010 à residência oficial em Jerusalém do primeiro-ministro Benjamin "Bibi" Netanyahu, líder do partido de direita Likud, e encontrar as cores preta, branca, verde e vermelha dos palestinos tremulando ao lado da familiar bandeira azul e branca de Israel.

Içar a bandeira palestina, ato que Bibi criticara quando seu antecessor, Ehud Olmert, o fizera alguns anos antes, foi um gesto conciliatório da parte do primeiro-ministro para seu outro hóspede naquele dia, o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas. "Estou contente de você ter vindo à minha casa", disse Bibi ao saudar Abbas. O presidente palestino parou na entrada para assinar o livro de hóspedes do primeiro-ministro: "Hoje retornei a esta casa, após longa ausência, para continuar as conversas e negociações, esperando alcançar uma paz eterna em toda a região e especialmente a paz entre os povos israelense e palestino".

A troca de palavras gentis não conseguiu sobrepor-se à pressão que todos nós sentíamos naquele dia. Ao nos sentarmos no pequeno escritório particular de Netanyahu e começarmos a conversar, um prazo final pairava sobre nossas cabeças. Em menos de duas semanas expiraria uma moratória de dez meses na construção de novos assentamentos israelenses na Margem Ocidental. A menos que conseguíssemos chegar a um acordo para prolongar esse congelamento, Abbas prometera retirar-se das negociações diretas que acabávamos de iniciar — e Netanyahu apegava-se firmemente à sua posição de que dez meses eram mais do que o suficiente. Tinham sido necessários quase dois anos de difícil diplomacia para fazer com que esses dois líderes concordassem em negociar cara a cara a resolução de um conflito que vinha assolando o Oriente Médio por décadas. Finalmente eles estavam debatendo assuntos essenciais que haviam sido evitados em todos os esforços de paz anteriores, inclusive as fronteiras de um futuro Estado palestino; disposições de segurança para Israel; refugiados; e a situação de Jerusalém, uma cidade que ambos os lados reivindicavam como capital. Agora parecia que eles se levantariam da mesa num momento crucial, e eu estava longe de acreditar que acharíamos uma saída para o impasse.

Visitei Israel pela primeira vez em dezembro de 1981, numa viagem da minha igreja para a Terra Santa junto com Bill. Enquanto meus pais serviam de babás para Chelsea em Little Rock, passamos mais de dez dias conhecendo a Galileia, Massada, Tel Aviv, Haifa e as antigas ruas da Cidade Velha de Jerusalém. Rezamos na Igreja do Santo Sepulcro, onde os cristãos acreditam que Jesus foi enterrado e ressuscitou. Também prestamos nossos respeitos em alguns dos locais mais sagrados para cristãos, judeus e muçulmanos, inclusive o Muro Ocidental, a Mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha. Eu adorei Jerusalém. Mesmo em meio a toda a história e tradições,

era uma cidade pulsante de vida e energia. E admirei profundamente o talento e a tenacidade do povo israelense. Eles tinham feito o deserto florescer e construído uma próspera democracia numa região cheia de adversários e autocratas.

Quando deixamos a cidade e visitamos Jericó, na Margem Ocidental, tive meu primeiro vislumbre de como era a vida sob a ocupação para os palestinos, a quem eram negadas a dignidade e a autodeterminação que os americanos consideram como ponto pacífico. Bill e eu voltamos ambos para casa daquela viagem sentindo um forte vínculo pessoal com a Terra Santa e seus povos e, no decorrer dos anos, nos apegamos à esperança de que um dia israelenses e palestinos pudessem resolver seu conflito e viver em paz.

Nos trinta anos seguintes eu voltaria a Israel várias vezes, fazendo amigos e conhecendo e trabalhando com alguns dos grandes líderes israelenses. Como primeira-dama, estabeleci uma estreita amizade com o primeiro-ministro Yitzhak Rabin e sua esposa, Leah, embora creia que Yitzhak nunca me perdoou por bani-lo para o ar gelado da varanda da Casa Branca quando queria fumar. (Depois que Rabin me acusou de colocar em risco o processo de paz com essa política, finalmente cedi e disse: “Se é para contribuir com o esforço de paz, eu suspendo a regra, mas só no que se aplica a você!”.) A assinatura dos Acordos de Oslo por Rabin e Arafat, acompanhada de seu famoso aperto de mãos no jardim sul da Casa Branca, tornou o 13 de setembro de 1993 um dos melhores dias da presidência de Bill. O assassinato de Rabin em 4 de novembro de 1995 foi um dos piores. Nunca vou me esquecer de estar sentada ao lado de Leah escutando o comovente elogio de sua neta Noa no funeral de Rabin em Israel.

E tampouco esquecerei das vítimas israelenses de terrorismo com que me deparei ao longo dos anos. Segurei suas mãos em quartos de hospital e escutei os médicos descrevendo quantos fragmentos restavam numa perna, braço ou cabeça. Visitei a pizzaria onde ocorreu uma explosão em fevereiro de 2002, durante alguns dos dias mais sombrios da segunda intifada, na qual alguns milhares de palestinos e cerca de mil israelenses foram mortos entre 2000 e 2005. E caminhei ladeando a cerca de segurança perto de Gilo, conversando com famílias que sabiam que um míssil podia cair sobre elas a qualquer momento. Essas experiências sempre permanecerão comigo.

Eis aqui apenas uma história de um israelense que tocou a minha vida. Em 2002, conheci Yochai Porat. Ele tinha apenas 26 anos, mas já era um médico experiente no MDA, o serviço médico de emergência em Israel. Supervisionava um programa de treinamento em primeiros socorros para voluntários estrangeiros em Israel. Compareci às cerimônias de formatura do programa e me lembro do orgulho no seu semblante quando mais um grupo de jovens se preparava para salvar vidas. Yochai também era reservista nas Forças de Defesa de Israel. Uma semana depois de nos conhecermos, ele foi morto por um franco-atirador perto de um bloqueio rodoviário, junto com outros soldados e civis. O MDA renomeou seu programa internacional de voluntários em sua memória. Quando fiz uma nova visita em 2005, me encontrei com a família de Yochai, conversamos apaixonadamente sobre a importância de continuar apoiando o MDA e sua missão. Voltei para casa e comecei uma campanha para convencer a Cruz Vermelha Internacional a admitir o MDA como membro pleno com direito a voto após meio século de exclusão. Em 2006, eles concordaram.

Não estou sozinha ao me sentir tão envolvida pessoalmente na segurança e no sucesso de Israel. Muitos americanos admiram Israel como lar para um povo há muito oprimido e uma democracia que tem precisado se defender a cada momento. Na história de Israel, vemos a nossa própria história e a de pessoas que lutam por liberdade e pelo direito de traçar seu próprio destino. Foi por isso que o presidente Harry Truman levou apenas onze minutos para reconhecer

a nova nação, em 1948. Israel é mais que um país — é um sonho alimentado por gerações e tornado real por homens e mulheres que se recusaram a curvar-se ante as mais duras probabilidades. É também uma economia próspera que serve como modelo de como a inovação, o empreendedorismo e a democracia podem trazer prosperidade mesmo nas circunstâncias mais inclementes.

Fui também uma das primeiras vozes a clamar por um Estado palestino. Em minha participação na Cúpula da Juventude do Oriente Médio da Seeds of Peace, em 1998, afirmei aos jovens israelenses e palestinos que um Estado palestino seria "a longo prazo um interesse do Oriente Médio". Meus comentários receberam considerável atenção da imprensa, o que aconteceu dois anos antes que Bill, perto do fim de sua presidência, propusesse o Estado palestino num plano aceito pelo primeiro-ministro israelense Ehud Barak, mas não por Arafat, e três anos antes que a administração Bush fizesse da criação de tal Estado a política oficial dos Estados Unidos.

A administração Obama tomou posse durante uma época perigosa no Oriente Médio. Durante o mês de dezembro de 2008, militantes do grupo palestino extremista Hamas lançaram mísseis contra Israel a partir da Faixa de Gaza, que vinha sendo controlada pelo grupo desde a saída forçada da facção palestina rival, o Fatah, em 2007. No começo de janeiro de 2009, o Exército israelense invadiu Gaza para cessar com os ataques de foguetes. Nas semanas finais da administração Bush, as tropas de Isael combateram atiradores do Hamas nas ruas de áreas densamente habitadas. A Operação Chumbo Fundido estava destinada a ser uma vitória militar para Israel — o Hamas sofreu pesadas baixas e perdeu grande parte do seu estoque de mísseis e outras armas —, mas foi também um desastre em termos de relações públicas. Mais de mil palestinos morreram, e Israel enfrentou ampla condenação internacional. Em 17 de janeiro, alguns dias antes da posse do presidente Obama, o primeiro-ministro Ehud Barak anunciou um cessar-fogo começando à meia-noite se o Hamas e outro grupo radical em Gaza, a Jihad Islâmica palestina, parassem de lançar mísseis. No dia seguinte, os militantes concordaram. Os combates foram interrompidos, mas Israel manteve um sítio virtual em torno de Gaza, fechando suas fronteiras para a maior parte do tráfego e do comércio. O Hamas, usando túneis secretos que passavam por baixo da fronteira com o Egito, começou imediatamente a reconstruir seu arsenal. Dois dias depois, o presidente Obama prestava o juramento do cargo em Washington.

Com a crise em Gaza dominando a atenção mundial, minha primeira ligação como secretária de Estado para um líder estrangeiro foi para Olmert. Imediatamente nos voltamos para como preservar o frágil cessar-fogo e proteger Israel de novos ataques de mísseis, bem como abordar as sérias necessidades humanitárias dentro de Gaza. Também falamos sobre reiniciar negociações que pudessem pôr um fim ao conflito mais amplo com os palestinos e trazer uma paz abrangente para Israel e a região. Eu disse ao primeiro-ministro que o presidente Obama e eu anunciaríamos o ex-senador George Mitchell como novo enviado especial para a Paz no Oriente Médio, mais tarde naquele dia. Olmert chamou Mitchell de "um bom homem" e manifestou sua esperança de que pudéssemos trabalhar juntos em todas as áreas discutidas.

No começo de março, juntei-me a representantes de outros países e doadores internacionais para uma conferência no Egito visando levantar ajuda humanitária para famílias palestinas necessitadas em Gaza. Era um passo no sentido de ajudar palestinos e israelenses traumatizados a deixar para trás a violência mais recente. Independentemente do que se pensasse da emaranhada política no Oriente Médio, era impossível ignorar o sofrimento humano, sobretudo das crianças. Crianças palestinas e israelenses têm o mesmo direito que as crianças em todo lugar do mundo a uma infância segura com boa educação, serviços de saúde e a chance de construir

um futuro brilhante. E os pais em Gaza e na Margem Ocidental têm as mesmas aspirações que pais em Tel Aviv e Haifa por um bom emprego, um lar seguro e melhores oportunidades para seus filhos. Compreender isso é um ponto de partida vital para construir pontes sobre os abismos que dividem a região e fundar os alicerces de uma paz duradoura. Quando citei esse ponto na conferência no Egito, os membros da mídia árabe geralmente hostil irromperam em aplausos.

Em Jerusalém, tive o prazer de encontrar o meu velho amigo, Shimon Peres, um leão da esquerda israelense que ajudara a construir a defesa do novo Estado, negociara o Acordo de Oslo e levara adiante a causa da paz após o assassinato de Rabin. Como presidente, Peres tinha um papel largamente cerimonial, mas servia como consciência moral do povo israelense. Ele ainda acreditava intensamente na necessidade de uma solução de dois Estados, mas reconhecia o quanto seria difícil alcançá-la. "Nós não carregamos com facilidade o fardo que agora está sobre os nossos ombros", me disse ele. "Mas os ombros são fortes, e você encontrará em nós um parceiro real e sincero no duplo propósito de impedir e interromper o terror e chegar à paz para todos os povos do Oriente Médio."

Também me consultei com Olmert e sua dura e sagaz ministra das Relações Exteriores, Tzipi Livni, uma ex-agente do Mossad, sobre diluir as tensões em Gaza e fortalecer o cessar-fogo. Com a continuação esporádica de ataques de mísseis e morteiros, parecia que um conflito em escala plena podia voltar a eclodir a qualquer momento. Eu também queria garantir aos israelenses que a administração Obama estava totalmente comprometida com a segurança de Israel e seu futuro como um Estado judeu. "Não se espera de nenhum país que fique ociosamente parado permitindo que mísseis ataquem seu povo e seus territórios", afirmei. Durante anos, tanto em governos democratas quanto em republicanos, os Estados Unidos estiveram comprometidos em auxiliar Israel a manter uma "vantagem militar qualitativa" sobre todo oponente da região. O presidente Obama e eu queríamos conduzir esse compromisso ao nível seguinte. De imediato, tínhamos de expandir a cooperação de segurança e investir em projetos conjuntos de defesa essencial, incluindo o Domo de Ferro, um sistema de defesa contra mísseis de alcance curto para proteger as cidades e residências israelenses dos mísseis.

Olmert e Livni estavam determinados a avançar rumo a uma paz abrangente na região e a uma solução de dois Estados para o conflito com os palestinos, apesar das muitas decepções ao longo de décadas de vacilantes negociações. Porém eles estariam em breve a caminho de deixar o poder. Olmert anunciara sua renúncia sob uma nuvem de acusações de corrupção, a maioria deles proveniente de seu mandato anterior como prefeito de Jerusalém. Livni assumiu a chefia do seu Partido Kadima e concorreu nas novas eleições contra Netanyahu e seu Likud. Na realidade, o Kadima obteve uma cadeira a mais no Parlamento israelense, o Knesset, que o Likud (28 cadeiras para o Kadima contra 27 para o Likud), mas Livni não conseguiu montar uma coalizão majoritária viável entre os fracionados partidos menores que detinham o equilíbrio de poder. Assim, Netanyahu teve a chance de formar o governo.

Conversei com Livni sobre a ideia de um governo de unidade entre Kadima e Likud que pudesse estar mais aberto a buscar a paz com os palestinos, mas ela era categoricamente contra. "Não, eu não participarei do governo dele", me disse ela. Assim, Netanyahu montou uma coalizão majoritária de partidos pequenos e, no fim de março de 2009, voltou ao gabinete de primeiro-ministro que ocupara de 1996 a 1999.

Eu conhecia Netanyahu havia anos. Ele é uma figura complicada. Passou seus anos de formação nos Estados Unidos, estudou em Harvard e no MIT e chegou a trabalhar no Boston Consulting Group com Mitt Romney, em 1976. Netanyahu era profundamente cético em relação à estrutura dos Acordos de Oslo, trocando terras por paz e uma solução de dois Estados que

desse um país próprio aos palestinos em território ocupado por Israel desde 1967. E, compreensivelmente, tinha também uma fixação na ameaça do Irã a Israel, em especial a possibilidade de Teerã adquirir armas nucleares. As opiniões belicosas de Netanyahu foram moldadas pela sua própria experiência nas Forças de Defesa de Israel, sobretudo durante a Guerra do Yom Kippur, em 1973; pela memória de seu irmão Yonatan, um soldado altamente respeitado morto ao comandar o resgate de Entebbe em 1976; e pela influência de seu pai, Benzion, um historiador ultranacionalista que era a favor de um Estado judeu abrangendo toda a Margem Ocidental e Gaza desde antes do nascimento do Estado de Israel. O velho Netanyahu manteve essa posição até sua morte em 2012, com 102 anos.

Em agosto de 2008, após o fim da minha campanha presidencial, Netanyahu veio me procurar no meu escritório de senadora na Terceira Avenida em Nova York. Depois de uma década no isolamento político que se seguiu à sua derrota nas eleições de 1999, Bibi voltara ao topo do Likud e estava decidido a retomar o gabinete do primeiro-ministro. Sentado na minha sala de reuniões com vista para Manhattan, ele filosofou acerca das suas viradas de fortuna. Disse-me que, depois de perder as eleições, recebeu um conselho da primeira-ministra Margaret Thatcher, a própria Dama de Ferro: "Sempre espere o inesperado". Naquele dia, ele me deu o mesmo conselho. Alguns meses depois, quando o presidente eleito Obama me disse pela primeira vez as palavras "secretária de Estado", lembrei-me do que Bibi havia predito.

Mais tarde, nós dois recordaríamos essa conversa como um novo começo para o nosso relacionamento. Apesar das nossas diferenças políticas, Netanyahu e eu trabalhamos juntos como parceiros e amigos. Frequentemente discutíamos, muitas vezes durante conversas telefônicas que duravam mais de uma hora, às vezes duas, mas, mesmo quando discordávamos, mantínhamos um compromisso inabalável com a aliança entre os nossos países. Descobri que Bibi brigava quando se sentia acuado, mas, se fosse abordado como amigo, havia uma chance de se conseguir fazer algo em conjunto.

Com a região ainda se refazendo do conflito de Gaza e uma postura cética em Israel, as perspectivas de chegar a um acordo de paz abrangente pareciam assustadoras, para dizer o mínimo.

Houve praticamente uma década de terror, surgindo a partir da segunda intifada, que começara em setembro de 2000. Cerca de mil israelenses foram mortos e 8 mil feridos em ataques terroristas, de setembro de 2000 a fevereiro de 2005. O triplo de palestinos foram mortos e mais milhares feridos no mesmo período. Israel começou a construir uma longa cerca de segurança para separar Israel fisicamente da Margem Ocidental. Como resultado dessas medidas de proteção, o governo de Israel reportou um agudo declínio de ataques suicidas, de mais de cinquenta em 2000 para nenhum em 2009. Essa foi, obviamente, uma grande fonte de alívio para os israelenses, mas também diminuiu a pressão sobre eles para procurar uma segurança ainda maior mediante um acordo de paz abrangente.

Além disso, o número de colonos israelenses na Margem Ocidental continuava a crescer, e a maioria deles se opunha categoricamente a abrir mão de qualquer terra ou acabar com assentamentos na região que chamavam de "Judeia e Samaria", o nome bíblico para a terra na Margem Ocidental do rio Jordão. Alguns colonos que se mudaram para esses postos avançados do outro lado da "Linha Verde" de 1967 estavam simplesmente tentando evitar um arrocho habitacional nas caras cidades israelenses, mas outros eram motivados por fanatismo religioso e uma crença de que a Margem Ocidental fora prometida por Deus aos judeus. Os colonos eram a base política do principal parceiro de coalizão de Netanyahu, o Partido Yisrael Beiteinu, liderado por Avigdor Lieberman, um emigrado russo que se tornou ministro das Relações Exteriores no

novo governo. Lieberman via as concessões de negociação como sinal de fraqueza e tinha um longo histórico de oposição ao processo de paz de Oslo. Bibi e Lieberman também acreditavam que o programa nuclear iraniano era uma ameaça maior e mais urgente do que o conflito palestino à segurança de Israel a longo prazo. Tudo isso contribuía para uma relutância entre os líderes israelenses em fazer as difíceis escolhas necessárias para alcançar uma paz duradoura.
Depois de visitar em Jerusalém ambas as lideranças israelenses, a que saía e a que entrava, em março de 2009, cruzei a Margem Ocidental e me dirigi a Ramallah, a sede da Autoridade Palestina (AP). Pelos acordos anteriores, a AP administrava parte dos territórios palestinos e mantinha suas próprias forças de segurança. Visitei uma sala de aula onde estudantes palestinos estavam aprendendo inglês por meio de um programa patrocinado pelos Estados Unidos. Por coincidência estavam estudando o Mês da História da Mulher e aprendendo sobre Sally Rice, a primeira astronauta americana. Os alunos, especialmente as meninas, estavam cativados por sua história. Quando pedi que descrevessem Sally e suas conquistas com uma única palavra, uma aluna respondeu: "Esperança". Era animador encontrar uma atitude tão positiva entre jovens que cresciam em circunstâncias tão difíceis. Duvidei que pudesse ouvir o mesmo sentimento em Gaza. Para mim, aquilo resumia a divergência de fortunas entre os dois territórios palestinos.

Durante quase vinte anos duas facções, Fatah e Hamas, tinham brigado por influência no seio do povo palestino. Quando Arafat estava vivo, seu partido, o Fatah, tinha ascendência e sua estatura pessoal bastava para manter em grande parte a paz entre ambas, mas, depois da sua morte em 2004, o cisma estourou num conflito aberto. Para aqueles que estavam desiludidos por um processo de paz que fracassara em trazer progresso concreto, o Hamas vendia barato a falsa esperança de que um Estado palestino podia ser conseguido de alguma forma por meio de violência e resistência sem trégua. Em contraste, o sucessor de Arafat como chefe do Fatah e da Organização para Libertação da Palestina, Mahmoud Abbas (também conhecido como Abu Mazen), mantinha uma plataforma de não violência e instava seu povo a continuar forçando uma solução política negociada para o conflito, ao mesmo tempo que construía a economia e instituições de um futuro Estado palestino.

No começo de 2006, o Hamas venceu as eleições legislativas nos territórios palestinos que haviam sido forçados pela administração Bush desconsiderando objeções de alguns membros do Fatah e dos israelenses. Tal vitória levou a uma nova crise com Israel e a uma violenta luta de poder com o Fatah.

Depois que chegaram os resultados da eleição, emiti uma declaração do meu gabinete no Senado condenando o Hamas e ressaltando: "A menos e até que o Hamas renuncie à violência e ao terror e abandone sua posição de proclamar a destruição de Israel, não creio que os Estados Unidos devam reconhecer o Hamas, e tampouco nenhuma nação do mundo". O resultado era um lembrete de que a democracia genuína consiste em mais do que apenas ganhar uma eleição e que, se os Estados Unidos forçam eleições, temos a responsabilidade de ajudar a educar pessoas, e partidos, acerca do processo. O Fatah perdera várias cadeiras porque lançara dois candidatos em alguns distritos onde o Hamas lançara apenas um. Foi um erro que custou caro. No ano seguinte, o Hamas liderou um golpe em Gaza contra a autoridade de Abbas, que continuou a servir como presidente a despeito das perdas do seu partido nas eleições legislativas. Com o Fatah ainda no controle da Margem Ocidental, o povo palestino estava dividido entre dois centros de poder concorrentes e duas visões de futuro muito distintas.

Essa divisão tornava mais remotas as perspectivas de retomar as conversações de paz e aumentava a relutância israelense. No entanto, como resultado desse inusitado arranjo, ambos os lados puderam testar sua abordagem de governo. Os resultados podiam ser vistos diariamente nas

ruas e bairros palestinos. Em Gaza, o Hamas presidia um enclave de terror e desespero que ia ruindo. Acumulava mísseis enquanto a população caía cada vez mais fundo na miséria. O desemprego chegava a quase 40% e era ainda mais alto entre os jovens. O Hamas impedia a ajuda internacional e o trabalho de ONGs humanitárias, e pouco fazia para promover crescimento econômico sustentável. Em vez disso, buscava distrair os palestinos de sua incompetência para governar acumulando novas tensões com Israel e incitando a ira popular.

Ao mesmo tempo, na Margem Ocidental, Abbas e o primeiro-ministro Salam Fayyad, um tecnocrata capaz, produziram resultados muito diferentes num período relativamente curto. Iniciaram os trabalhos atacando um histórico de corrupção e construindo instituições transparentes e responsáveis. Os Estados Unidos e outros parceiros internacionais, especialmente a Jordânia, ajudaram a melhorar a eficácia e confiabilidade das forças de segurança da AP, que era uma prioridade-chave para Israel. Reformas começaram a aumentar a confiança pública nos tribunais, que em 2009 julgaram 67% a mais de casos que em 2008. As receitas de impostos finalmente estavam sendo arrecadadas, a AP começou a construir escolas e hospitais, bem como treinar professores e equipes médicas. Chegou mesmo a começar a trabalhar num programa nacional de assistência à saúde. Políticas fiscais mais responsáveis, respaldo da comunidade internacional — inclusive centenas de milhões de dólares cada ano vindos dos Estados Unidos, o maior doador bilateral da AP —, a melhoria na segurança e o império da lei levaram a um significativo crescimento econômico. Apesar dos contínuos desafios econômicos, mais palestinos na Margem Ocidental estavam encontrando emprego, começando negócios e superando a estagnação econômica que se seguiu à eclosão da segunda intifada em 2000. O número de novas licenças para negócios emitidas na Margem Ocidental no quarto trimestre de 2009 foi 50% mais alto do que no mesmo período de 2008, pois os palestinos abriam de tudo, desde fundos de capital a lojas de artigos de computadores e hotéis de luxo. O desemprego na Margem Ocidental caiu para menos da metade do índice em Gaza.

Mesmo com esse progresso, ainda havia muito trabalho a ser feito. Gente demais permanecia frustrada e fora do mercado de trabalho. Os incitamentos e a violência anti-Israel ainda eram problema, e esperávamos ver mais reformas para acabar com a corrupção, instilar uma cultura de paz e tolerância entre os palestinos e reduzir a dependência de ajuda externa. Porém estava ficando mais fácil visualizar uma Palestina independente capaz de se autogovernar, fazer frente a suas responsabilidades e garantir segurança para seus cidadãos e vizinhos. O Banco Mundial reportou em setembro de 2010 que, se a Autoridade Palestina mantivesse seu impulso de construir instituições e proporcionar serviços públicos, estaria “bem posicionada para o estabelecimento de um Estado em qualquer momento num futuro próximo”.

Eu vi esse progresso em primeira mão nas visitas à Margem Ocidental em 2009 e 2010. Oficiais de segurança palestinos bem equipados, muitos deles treinados com assistência americana e jordaniana, enfileiravam-se nas calçadas. Entrando de carro em Ramallah, pude ver novos prédios de apartamentos e torres comerciais erguendo-se nas colinas, mas, ao olhar o rosto dos homens e mulheres que saíam das lojas e casas, era impossível esquecer a dolorosa história de um povo que nunca teve um Estado próprio. O progresso econômico e institucional é importante, na verdade necessário, mas não é suficiente. As legítimas aspirações do povo palestino jamais estarão satisfeitas enquanto não houver uma solução de dois Estados que assegure dignidade, justiça e segurança a todos os palestinos e israelenses.

Sempre acreditarei que no fim de 2000 e começo de 2001 Arafat cometeu um erro terrível ao se recusar a acompanhar o primeiro-ministro Barak na aceitação dos Parâmetros Clinton, que teriam dado aos palestinos um Estado na Margem Ocidental e em Gaza, com uma capital em

Jerusalém Oriental. Então estávamos tentando mais uma vez com o presidente Abbas. Ele trabalhara muito e arduamente para realizar os sonhos do seu povo. Entendia que esses sonhos podiam ser alcançados apenas por meio da não violência e da negociação. E acreditava que uma Palestina independente vivendo lado a lado com Israel em paz e segurança era ao mesmo tempo possível e necessário. Às vezes eu pensava que, enquanto Arafat tinha as circunstâncias necessárias para fazer a paz mas não a vontade, Abbas tinha a vontade mas não as circunstâncias, embora em alguns dos nossos momentos mais frustrantes eu também duvidasse da sua vontade.

Persuadir israelenses e palestinos a voltar à mesa de negociações não seria nada fácil. Não havia grande mistério sobre qual poderia ser o aspecto final de um acordo de paz e um compromisso a que se deveria chegar; o desafio era mobilizar a vontade política de ambos os lados de fazer as escolhas e os sacrifícios necessários para aceitar esses compromissos e fazer a paz. Nossos esforços diplomáticos tinham de se concentrar em construir confiança e convicção de ambos os lados, ajudando os líderes a criar um espaço político para negociarem entre si, e em dar argumentos persuasivos de que o *status quo* era insustentável para todos.

Eu estava convencida de que isso era verdade. Para os palestinos, décadas de resistência, terrorismo e sublevações não haviam gerado um Estado independente, e mais do mesmo não contribuiria em nada para realizar suas legítimas aspirações. As negociações ofereciam o único caminho digno de crédito para esse objetivo, e esperar significa simplesmente prolongar a ocupação e o sofrimento de ambos os lados.

Com os israelenses, o caso era mais difícil porque o *status quo* era menos óbvio e imediatamente problemático. A economia estava em franca expansão, medidas de seguranças aperfeiçoadas haviam reduzido drasticamente a ameaça de terrorismo e muitos israelenses sentiam que seu país tentara fazer a paz e não recebera nada em troca a não ser desgosto e violência. Aos olhos deles, Israel tinha oferecido acordos generosos a Arafat e Abbas e os palestinos haviam ignorado. Durante o mandato do primeiro-ministro Ariel Sharon, Israel se retirara unilateralmente de Gaza (sem um acordo de paz negociado), que se transformara num enclave terrorista que disparava mísseis contra o sul de Israel. Quando Israel se retirou do sul do Líbano, o Hezbollah e outros grupos militantes, com apoio da Síria e do Irã, usaram o território como base para ataques ao norte de Israel. Que razão tinham os israelenses para pensar que abrir mão de mais terras conduziria a uma paz real?

Eu era solidária com esses temores e com as ameaças e frustrações por trás deles, mas, como alguém que se preocupa profundamente com a segurança e o futuro de Israel, pensava que havia tendências demográficas, tecnológicas e ideológicas que argumentavam a favor de mais uma tentativa séria de paz negociada.

Devido às taxas de natalidade mais altas entre os palestinos e mais baixas entre os israelenses, estávamos nos aproximando do dia em que palestinos constituiriam maioria na população combinada de Israel e dos territórios palestinos, e a maioria desses cidadãos palestinos estaria relegada a cidadãos de segunda classe impossibilitados de votar. Enquanto Israel insistisse em conservar os territórios, seria cada vez mais difícil e por fim impossível manter seu status simultâneo de democracia e de Estado judeu. Cedo ou tarde, os israelenses teriam de escolher uma coisa ou outra, ou deixar que os palestinos tivessem seu próprio Estado.

Ao mesmo tempo, os mísseis que caíam nas mãos do Hamas em Gaza e do Hezbollah no Líbano eram cada vez mais sofisticados e capazes de atingir comunidades israelenses distantes das fronteiras. Em abril de 2010, houve relatos de que a Síria estaria transferindo para o Hezbollah no Líbano mísseis Scud de longo alcance capazes de atingir todas as principais cidades israelenses. Na primavera de 2014, Israel interceptou uma embarcação que carregava

mísseis terra-terra M-302 de fabricação síria destinados aos militantes palestinos em Gaza, capazes de atingir todo o território de Israel. Nós continuaríamos a reforçar as defesas aéreas israelenses, mas o melhor sistema de defesa contra mísseis seria uma paz justa e duradoura. E, quanto mais o conflito se arrastasse, mais fortaleceria a mão dos extremistas e enfraqueceria os moderados no Oriente Médio.

Por todos esses motivos, eu acreditava ser necessário para a segurança de Israel a longo prazo dar outra chance à diplomacia. Eu não tinha ilusões de que seria mais fácil chegar a um acordo do que havia sido nas administrações anteriores, mas o presidente Obama estava pronto a investir seu próprio capital político, e isso contava muito. Netanyahu, precisamente por conta de sua conhecida linha-dura, tinha credibilidade com o povo israelense para fazer um acordo, como a ida de Nixon à China, se estivesse convencido de que seria nos melhores interesses de segurança de Israel. Abbas estava envelhecendo, e não havia como dizer por quanto tempo deteria o poder; não podíamos dar como certo que seu sucessor, quem quer que fosse, estaria comprometido com a paz. Com toda a sua bagagem política e limitações pessoais, Abbas poderia muito bem ser a última e melhor esperança de um parceiro palestino comprometido em achar uma solução diplomática e determinado o bastante para convencer o seu povo. Sim, sempre havia o perigo de afundar de volta no atoleiro das intermináveis negociações de paz do Oriente Médio. Tentar e fracassar poderia muito bem desacreditar os moderados, encorajar os extremistas e deixar as partes mais distantes e desconfiadas do que antes, mas o sucesso seria impossível se não tentássemos, e eu estava determinada a tentar.

O primeiro passo na direção de dar um início rápido ao processo de paz em janeiro de 2009 foi nomear George Mitchell como enviado especial para que ele pudesse tentar repetir o sucesso que conseguira com o Acordo da Sexta-Feira Santa na Irlanda do Norte. O ex-senador do Maine, com sua fala macia, sempre era rápido em apontar as diferenças entre os dois conflitos, mas também tirava incentivo do fato de a Irlanda do Norte já ter sido considerada tão intratável quanto o Oriente Médio e a coisa fora solucionada por meio de trabalhosas negociações. “Tivemos setecentos dias de fracasso e um dia de sucesso”, ele costumava dizer. Por outro lado, quando Mitchell comentou com uma plateia em Jerusalém que foram necessários oitocentos anos de conflito antes de a paz finalmente chegar à Irlanda do Norte, um cavalheiro idoso zombou: “Uma discussão tão recente, não é de admirar que tenha conseguido resolvê-la!”.

O presidente Obama concordou comigo que Mitchell possuía prestígio internacional, habilidades de negociação e temperamento paciente para assumir uma tarefa tão crucial. Também pedi a Dennis Ross, que servira como enviado especial no Oriente Médio durante a década de 1990, que voltasse ao Departamento de Estado para trabalhar na questão do Irã e de outros tópicos regionais. O presidente Obama ficou tão impressionado com Ross que logo lhe pediu para ir trabalhar na Casa Branca para assessorá-lo mais de perto, inclusive sobre o processo de paz. Algumas vezes houve tensões entre Ross e Mitchell, dadas as suas responsabilidades que se sobrepunham e os altos riscos da empreitada, mas eu valorizava as perspectivas de ambos e era grata por ter dois pensadores de política externa tão experientes fazendo parte do nosso time.

Alguns dias somente depois da nomeação, Mitchell partiu para a região para uma viagem de múltiplas escalas. Os israelenses ainda estavam escolhendo seu novo governo, então Mitchell fez a ronda pelas capitais árabes. Sua função incluía trabalhar pela paz não só entre Israel e os palestinos, mas também entre Israel e todos os seus vizinhos. A base para uma paz regional abrangente provavelmente seria um plano proposto em 2002 pelo rei Abdullah da Arábia Saudita. O plano foi endossado por unanimidade por todos os membros da Liga Árabe, inclusive

a Síria, em março de 2002. Sob a Iniciativa Árabe de Paz, como é chamado o plano, todos esses países, e algumas nações de maioria muçulmana fora da região, concordavam que, em troca de um acordo de paz bem-sucedido com os palestinos, eles normalizariam as relações com Israel, inclusive a cooperação econômica, política e de segurança. Se isso pudesse ser conseguido, teria profundas implicações na dinâmica estratégica do Oriente Médio. Devido à desconfiança que nutriam em relação ao Irã e suas parcerias com os Estados Unidos, Israel e muitos dos países árabes, especialmente as monarquias do Golfo, deveriam ter sido aliados naturais. A inimizade por causa do conflito palestino impedia isso. Antes da guerra de 2008-2009 em Gaza, a Turquia vinha tentando intermediar conversações de paz entre Israel e a Síria. Se a Síria pudesse ser afastada da sua aliança tóxica com o Irã em troca de progresso nas Colinas de Golã — o território perdido para Israel em 1967 —, isso também teria significativas consequências estratégicas.

Em quase todas as capitais, Mitchell ouviu a mesma coisa: Israel precisava parar de construir assentamentos nas terras que um dia se tornariam parte de um Estado palestino. Cada novo assentamento atrás das velhas linhas de 1967 dificultaria mais a chegada a um acordo. Durante décadas, os Estados Unidos haviam se oposto à expansão de assentamentos, considerando-a contraproducente para os esforços de paz. O presidente George H. W. Bush e seu secretário de Estado, Jim Baker, consideraram suspender os avais de empréstimos a Israel em função disso. O presidente George W. Bush exigiu um total congelamento das construções em seu Mapa do Caminho para a Paz, mas, dados os vínculos políticos de Netanyahu com os colonos, era de esperar que ele recusasse quaisquer limitações.

Após suas consultas iniciais, Mitchell sugeriu que pedíssemos a todas as três partes — os israelenses, os palestinos e os Estados árabes — que dessem passos construtivos para demonstrar boa-fé e assentar os alicerces para um retorno a negociações diretas de paz.

Para a Autoridade Palestina, queríamos que ela fizesse mais para reprimir o terrorismo e reduzir as incitações anti-israelenses. Exemplos de incitações incluíam rebatizar uma praça pública na Margem Ocidental com o nome de um terrorista que assassinara civis israelenses, dando pretextos para teorias conspiratórias de que Israel planejava destruir os lugares sagrados muçulmanos e ações que glorificassem e encorajassem mais violência. Quanto ao Hamas, seu isolamento continuaria até que renunciasse à violência, reconhecesse Israel e garantisse o cumprimento de acordos previamente assinados. Sem esses passos básicos, o Hamas não teria assento à mesa. Também exigimos a libertação imediata de Gilad Shalit, um soldado israelense sequestrado que era mantido em Gaza.

Quanto aos Estados árabes, esperávamos ver passos rumo à normalização com Israel conforme imaginados na Iniciativa Árabe de Paz, inclusive permitindo direitos de voo sobre o espaço aéreo para aviões comerciais israelenses, reabertura de escritórios comerciais e estabelecimento de rotas postais. Netanyahu me pressionou sobre isso durante um jantar no Departamento de Estado, em maio de 2009. Queria especialmente ver a atitude da Arábia Saudita, cujo papel como “Zeladora das Duas Mesquitas Sagradas” daria aos seus gestos uma significação enorme na região. Em junho de 2009, o presidente Obama viajou a Riad e levantou pessoalmente a questão com o rei Abdullah.

Quanto aos israelenses, pedimos que suspendessem toda a construção de assentamentos nos territórios palestinos, sem exceção. Em retrospecto, a nossa linha dura inicial em relação aos assentamentos não funcionou.

Israel inicialmente recusou o nosso pedido, e a nossa discórdia se manifestou em público, tornando-se um impasse altamente pessoal entre o presidente Obama e Netanyahu, com a

credibilidade dos dois líderes em jogo. Isso dificultou muito que algum deles cedesse ou se dispusesse a um meio-termo. Os Estados árabes ficaram felizes em assistir de camarote e usar a briga como desculpa para sua própria inação. E Abbas, que consistentemente exigira uma interrupção na construção de assentamentos, agora alegava que a ideia era toda nossa e que não viria à mesa da paz sem uma moratória na construção de assentamentos.

O presidente e seus assessores haviam debatido a sensatez de se fazer a exigência de congelar os assentamentos. A voz mais forte a favor disso era de Rahm Emanuel, o chefe de gabinete da Casa Branca. Rahm, um ex-voluntário civil nas Forças de Defesa de Israel, tinha um profundo compromisso pessoal com a segurança de Israel. Recorrendo a suas experiências na administração Clinton, achava que a melhor maneira de lidar com o novo governo de coalizão de Netanyahu era assumir uma posição firme logo de saída; de outro modo, ele passaria por cima de nós. O presidente foi simpático a esse argumento e pensou que insistir num congelamento dos assentamentos era ao mesmo tempo uma boa política e uma estratégia inteligente, já que ajudaria a restabelecer os Estados Unidos como um agente honesto no processo de paz, suavizando a percepção de que nós sempre ficávamos do lado de Israel. Uma autoridade israelense me explicou certa vez que, para os israelenses, a pior coisa do mundo é ser um *freier*, o termo em gíria hebraica que significa "trouxa". Os motoristas israelenses preferem ir parar no hospital a deixar que alguém os ultrapasse na estrada, me disse ele. O próprio Bibi é citado como tendo dito uma vez: "Nós não somos *freiers*. Não damos sem receber". Eu receava que, sob essa luz, as nossas exigências para um congelamento dos assentamentos não seriam bem recebidas, mas concordava com Rahm e o presidente que, se era para reviver um processo de paz moribundo, tínhamos de correr certos riscos. Então, naquela primavera, passei a mensagem do presidente da forma mais enérgica que pude, e aí procurei conter as consequências quando ambos os lados reagiram mal.

Em junho de 2009, dois importantes discursos redefiniram o panorama diplomático. Primeiro, no Cairo, o presidente Obama elaborou uma ambiciosa e eloquente recalibração da relação americana com o mundo islâmico. Na sua longa mensagem, ele reafirmou seu compromisso pessoal em buscar uma solução de dois Estados que atendesse às aspirações tanto de israelenses como de palestinos. Antes do discurso, o presidente e eu dedicamos um tempo para fazer uma visita particular à cavernosa Mesquita do Sultão Hassan, uma das maiores do mundo. Tiramos os sapatos, e eu pus um lenço no cabelo enquanto admirávamos maravilhados a intricada perícia medieval e escutávamos as explicações de um historiador de arte egípcio-americano. Foi um momento tranquilo, adorável no meio de toda a loucura de uma viagem presidencial e uma importante revelação política. Sorri quando mais tarde naquele dia o presidente disse no meio do discurso: "A cultura islâmica nos deu arcos majestosos e pináculos altivos; poesia atemporal e músicas estimadas; uma caligrafia elegante e lugares de contemplação repletos de paz".

Dez dias depois, Bibi foi até a Universidade de Bar-Ilan nos arredores de Tel Aviv e, ainda que continuasse a rejeitar o congelamento dos assentamentos, endossou pela primeira vez a ideia de uma solução de dois Estados. Parecia ser uma mudança seminal, que Netanyahu queria ser lembrado como um líder capaz de assumir riscos ousados e fechar um acordo histórico.

Mitchell e eu passamos o verão e o começo do outono trabalhando com israelenses e palestinos para romper o impasse em relação aos assentamentos. Para ser justa, dividíamos a responsabilidade pela criação desse impasse ao permitir que o assunto se transformasse num teste de vontades. O presidente Obama decidiu que a melhor maneira de ir adiante era insistir que ambos os líderes se sentassem juntos com ele quando estivessem em Nova York para a

Assembleia Geral da ONU em setembro. Não seriam negociações formais, mas ofereceriam uma primeira oportunidade para que eles conversassem entre si e talvez dessem algum impulso no sentido de um processo mais substancial. O encontro em Nova York foi embaraçoso: ambos os líderes foram categóricos em suas posições e mostraram pouca disposição de negociar, especialmente na questão dos assentamentos. “Todos nós devemos assumir riscos pela paz”, lhes disse o presidente Obama. “É difícil nos desemaranhar da história, mas precisamos fazê-lo.”

Saímos de Nova York com pouca coisa para mostrar diante do esforço feito, mas Mitchell e eu continuamos trabalhando com Netanyahu, e ele finalmente concordou com uma interrupção parcial das permissões de construção para futuros assentamentos na Margem Ocidental. Ainda tínhamos de descobrir quanto tempo duraria aquele congelamento e que áreas seriam cobertas, mas era um começo importante — e mais do que qualquer outro governo israelense anterior esteve disposto a fazer. O ponto complicado seria Jerusalém. Jerusalém Oriental fora capturada junto com a Margem Ocidental em 1967, e os palestinos sonhavam com o dia em que estabeleceriam ali a capital do seu futuro Estado. Portanto, os palestinos buscavam impedir as construções em Jerusalém Oriental. E isso não entrava em cogitação para Bibi, que se recusava a restringir a construção em qualquer parte de Jerusalém.

No começo de outubro falei com Ehud Barak, parceiro na coalizão de Netanyahu, bem como ministro da Defesa e, no governo, a voz mais importante para a paz. Barak era incessantemente otimista, apesar de viver numa região onde tanta coisa parecia dar errado. Era também um dos heróis de guerra mais condecorados numa nação que prezava o heroísmo no campo de batalha. Segundo contam, ele chegou a se vestir de mulher durante um ousado ataque de um comando em Beirute nos anos 1980. Nós nos dávamos reconhecidamente bem. De vez em quando ele me ligava e dizia: “Hillary, vamos estrategizar”, e aí abríamos fogo num turbilhão de ideias e argumentos rápidos, um depois do outro. Ele estava ansioso para me ajudar a conseguir uma acomodação relativa aos assentamentos que permitisse levar o processo de paz adiante. “Estaremos prontos a escutar, a ser sensatos e receptivos”, me disse ele. Os israelenses acabaram concordando em suspender novas construções na Margem Ocidental durante dez meses, mas se mantiveram firmes em não incluir Jerusalém.

Liguei para Abbas para discutir a oferta israelense. A reação palestina inicial foi rejeitá-la como despropositada e inadequada, “pior que inútil”, mas eu achava que era a melhor proposta que teriam e deveríamos agarrar a oportunidade para seguir adiante com negociações diretas. “Quero ressaltar mais uma vez, senhor presidente, que a nossa política em relação à atividade de assentamentos continua inalterada”, eu lhe assegurei, “e, embora a moratória israelense de assentamentos conforme descrita ao senhor por George Mitchell seja significativa, e um passo sem precedentes por parte de qualquer governo israelense, não será uma substituta para os compromissos de Israel para um itinerário de paz.” Abbas não fez objeção ao meu uso da expressão “sem precedentes”, mas não ficou nada contente com a exclusão de Jerusalém ou outras limitações e não concordou em entrar em negociações.

No entanto, para mostrar sua boa-fé, Abbas também fez uma concessão. Ofereceu que os palestinos adiariam nas Nações Unidas a votação do controvertido Relatório Goldstone, que acusava Israel de crimes de guerra durante o confronto de 2008 em Gaza. Por essa decisão, Abbas recebeu críticas imediatas e contundentes de todo o mundo árabe, inclusive implacáveis ataques pessoais contra ele na Al Jazeera, uma emissora de notícias por satélite de propriedade do Catar. Abbas estava fora de si e confiou-me que temia pela sua segurança e a de seus netos, que haviam sido agredidos na escola. Eu o cumprimentei pela sua “muito corajosa e importante decisão”, mas podia perceber que ele estava começando a vacilar. Cerca de uma semana depois,

ele voltou atrás na decisão e pediu que a ONU votasse o Relatório Goldstone. Mais tarde, em 2011, o próprio Richard Goldstone retirou algumas das acusações mais inflamadas do relatório, inclusive a de que militares israelenses haviam alvejado intencionalmente civis, mas o estrago já fora feito.

No fim de outubro de 2009, eu estava intensamente focada em efetivar a proposta moratória de assentamentos, na esperança de que ela abriria caminho para negociações diretas entre as partes. Encontrei-me com Abbas em Abu Dhabi e depois com Netanyahu em Jerusalém. Ao lado de Bibi tarde da noite numa coletiva de imprensa, descrevi o congelamento das construções como "sem precedentes", exatamente como dissera a Abbas, mas dessa vez meu uso do termo provocou indignação nos países árabes, que acharam que eu estava sendo generosa demais com uma oferta que era limitada, de curto prazo e excluía Jerusalém Oriental. Não foi a primeira vez, nem a última, que dizer a verdade me causaria problemas.

Muitos na região mais tarde olhariam melancolicamente para aquela maldita moratória, mas o imperativo imediato era diluir a situação e redirigir o foco da região para negociações diretas. Nos dias seguintes, fiz o controle de danos no Marrocos e no Egito. No Cairo, expliquei privadamente ao presidente Hosni Mubarak, e também em público, que a nossa política oficial relativa aos assentamentos não tinha mudado. Ainda nos opúnhamos a toda construção e teríamos preferido um congelamento mais abrangente e prolongado, porém mantive firmemente a minha descrição da oferta "de interromper todas as atividades de novos assentamentos e dar um fim à expropriação de terras e não emitir mais permissões ou aprovações" como "sem precedentes". Porque, na realidade, ela era sem precedentes.

No fim de novembro, o congelamento entrou em vigor, e o relógio começou a tiquetaquear. Tínhamos dez meses para empurrar as partes para negociações diretas e um acordo de paz abrangente.

Um após o outro, os meses foram passando. Conforme o prometido, os israelenses interromperam a construção de novos assentamentos na Margem Ocidental, mas os palestinos insistiam que Jerusalém Oriental fosse incluída e continuaram se recusando a participar de negociações diretas, embora concordassem com o que foi chamado de "conversas de aproximação", com Mitchell viajando de lá para cá entre as duas partes para discutir seu ponto de vista das negociações.

Em março de 2010, os israelenses conseguiram eles próprios dar razão aos palestinos com um desnecessário ato de provocação. O vice-presidente Biden estava em visita a Israel numa viagem de boa vontade, reafirmando o firme apoio do governo à segurança do país e tentando deixar para trás a sensação desagradável na nossa briga em relação aos assentamentos. Enquanto ainda estava em terra, o Ministério do Interior israelense anunciou planos para 1.600 novas unidades de habitação em Jerusalém Oriental, um gesto que certamente inflamou as suscetibilidades palestinas. Netanyahu disse que não teve nada a ver com a infeliz escolha do momento para o anúncio, mas foi considerado por muita gente como uma afronta ao vice-presidente e aos Estados Unidos.

Biden, como era característica sua, manteve o equilíbrio no meio daquela confusão, mas tanto o presidente Obama quanto Rahm ficaram furiosos e me pediram que deixasse isso claro para Netanyahu. Numa longa e acalorada conversa telefônica, eu disse ao primeiro-ministro que o presidente Obama encarava a notícia sobre Jerusalém Oriental como um "insulto pessoal a ele, ao vice-presidente e aos Estados Unidos". Uma afirmação forte para uma conversa diplomática. Eu não gostei nada de bancar o tira mau, mas fazia parte do meu trabalho. "Quero garantir que o momento do anúncio foi inteiramente infeliz e não intencional", ele retrucou, mas se recusou a

revogar a decisão.

Por coincidência, esse incidente ocorreu exatamente antes da conferência anual em Washington do Comitê Americano-Israelense de Assuntos Públicos (AIPAC), a proeminente organização de defesa pró-Israel. Netanyahu estava programado para visitar Washington, D.C. e discursar na conferência. Caberia a mim representar o governo. Eu fui primeiro. A grande multidão reunida no Centro de Convenções em Washington estava inicialmente um pouco desconfiada. Queriam saber como eu abordaria a controvérsia e se manteria as críticas a Netanyahu. Eu sabia que precisava mencionar isso, mas também queria dar um passo atrás e apresentar um argumento mais amplo de por que encarávamos um acordo de paz negociado como crucial para o futuro de Israel.

Falei sobre a minha dedicação pessoal à segurança de Israel e à solução de dois Estados, explicando as nossas preocupações sobre as tendências em demografia, tecnologia e ideologia. Foi a argumentação pública mais abrangente que fiz até aquele momento como secretária sobre por que o *status quo* era insustentável e a necessidade de paz inegável. Depois me voltei para o contratempo em relação a Jerusalém Oriental, que teria de ser decidido na mesa de negociações. Novas edificações em Jerusalém Oriental ou na Margem Ocidental solapariam a confiança mútua que precisávamos estabelecer entre as partes, expondo abertamente discordâncias entre Israel e os Estados Unidos que outros na região poderiam tentar explorar e diminuindo a capacidade única dos Estados Unidos de fazer o papel do intermediador honesto. “Nossa credibilidade neste processo depende em parte da nossa disposição de elogiar ambos os lados quando forem corajosos e, quando não concordarmos, dizer isso e dizer inequivocamente”, declarei.

Meu discurso ajudou a esfriar alguns ânimos, pelo menos naquele salão, mas a relação entre Netanyahu e o presidente Obama continuou a se deteriorar. Naquela mesma tarde, me reuni com Bibi no seu hotel por mais de uma hora. Ele me contou que planejava causar agitação no seu discurso para a conferência naquela noite, e ele era bom nisso, tanto quanto sua palavra: “Jerusalém não é um assentamento, é a nossa capital”, declarou ele em tom de desafio. (Jamais nos referimos a Jerusalém como um assentamento; nosso argumento era que o status final da cidade deveria ser determinado por negociações de boa-fé, e construir casas novas para israelenses em bairros palestinos não contribuiria em nada para esse fim.) No dia seguinte houve uma reunião carregada com o presidente na Casa Branca. A certa altura durante a discussão, o presidente o teria deixado esperando no Salão Roosevelt por cerca de uma hora, enquanto cuidava de outros assuntos. Era um gesto incomum, mas que telegrafava efetivamente o seu desprazer. Um resultado positivo dessa minicrise foi que os israelenses melhoraram muito em termos de nos avisar com antecedência antes que fossem anunciados quaisquer novos projetos habitacionais potencialmente controversos e ficaram muito mais sensíveis em relação a Jerusalém Oriental. Pelo menos enquanto durou a moratória de dez meses, houve pouca, quase nenhuma, construção adicional ali.

Como se não bastassem as tensões relativas aos assentamentos, as coisas foram de mal a pior no fim de maio. Tropas israelenses atacaram uma flotilha de barcos vindos da Turquia carregando ativistas pró-palestinos que tentavam romper o bloqueio israelense a Gaza. Nove cidadãos turcos foram mortos, inclusive um americano com dupla cidadania. Recebi uma ligação urgente de Ehud Barak enquanto estava participando do desfile do Chappaqua Memorial Day, uma de minhas tradições anuais favoritas na nossa cidadezinha. “Não estamos contentes com os resultados, mas tivemos de fazer escolhas difíceis. Não pudemos evitar”, explicou Ehud. “Haverá repercussões imprevistas”, eu o adverti.

A Turquia havia muito era um dos únicos parceiros de Israel na região, mas, na esteira

daquele desastre, tive de convencer os turcos enfurecidos a não tomar em resposta medidas sérias contra Israel. No dia seguinte ao ataque, o ministro das Relações Exteriores Davutoğlu veio me procurar, e conversamos por mais de duas horas. Ele estava com as emoções exacerbadas e ameaçou que a Turquia poderia declarar guerra a Israel. "Psicologicamente, este ataque é para a Turquia como o Onze de Setembro", disse ele, exigindo um pedido de desculpas israelense e indenização às vítimas. "Como pode não se importar?", indagou ele. "Uma das vítimas era um cidadão americano!" Eu me importava, sim — e muito —, mas a minha primeira prioridade era acalmá-lo e deixar de lado todo aquele papo de guerra e consequências. Em seguida, aconselhei o presidente Obama a ligar também para o primeiro-ministro Erdoğan da Turquia. Então passei as preocupações e exigências turcas para Netanyahu. Ele disse que queria consertar as coisas com a Turquia, mas se recusava a pedir desculpas publicamente. (Meus esforços para convencer Bibi a se desculpar com a Turquia continuaram numa gangorra até o fim do meu mandato. Em diversas ocasiões ele me disse que finalmente o faria, só para ser brecado por outros membros da sua coalizão de centro-direita. Cheguei a mobilizar Henry Kissinger para uma investida estratégica sobre ele em agosto de 2011. Por fim, em março de 2013, com o presidente reeleito Obama ao seu lado durante uma visita a Jerusalém, Bibi ligou para Erdoğan para se desculpar pelos "erros operacionais" e manifestar pesar pela não intencional perda de vidas resultante. Turcos e israelenses ainda estão trabalhando para reconstruir a confiança perdida naquele incidente.)

Voltemos ao verão de 2010. Com o prazo de congelamento de assentamentos de dez meses se esgotando, nos confrontávamos com a urgência de fazer com que as partes voltassem à mesa de negociações. Mitchell e eu recrutamos a Jordânia e o Egito para pressionar os palestinos a abrir mão de suas precondições. O presidente Obama encontrou-se com Abbas em junho e anunciou um novo e importante pacote de ajuda para a Margem Ocidental e Gaza. Finalmente, em agosto, Abbas concordou em comparecer a negociações diretas em Washington sobre todos os assuntos essenciais do conflito, contanto que a moratória de assentamentos continuasse em vigor. Se expirasse conforme o planejado, no fim de setembro, ele se retiraria novamente. Um exasperado George Mitchell perguntou a Abbas: "Como é que algo que o senhor descreveu como pior que inútil oito meses atrás agora se tornou indispensável?". Todos entendíamos que Abbas precisava administrar suas próprias dificuldades políticas, tanto com seu povo como com os Estados árabes, mas mesmo assim era frustrante.

Não havia meio de resolvermos todas as questões essenciais em um único mês — Mitchell sugeriu otimistamente um prazo de um ano para as conversações, mas esperávamos adquirir impulso suficiente ou para convencer Netanyahu a estender o congelamento, ou para persuadir Abbas a continuar negociando mesmo sem ele. Se conseguíssemos fazer progresso bastante na questão das fronteiras finais para os dois Estados, isso facilitaria significativamente a questão dos assentamentos porque ficaria claro para todo mundo quais áreas permaneceriam em última instância com Israel e quais iriam para os palestinos. Não seria algo simples como apenas retornar às linhas de 1967. O intenso aumento de assentamentos ao longo da fronteira tinha se tornado um complicador. Trocas de terras poderiam excluir blocos de assentamentos e dar aos palestinos um território de igual tamanho em outra parte. Mas, como sempre, o diabo estaria nos detalhes.

No primeiro dia de setembro, o presidente Obama recebeu Netanyahu e Abbas na Casa Branca, junto com o rei Abdullah II da Jordânia e o presidente Mubarak do Egito. Ofereceu um pequeno jantar de trabalho na antiga Sala de Jantar Íntima. Tony Blair, ex-primeiro-ministro britânico, e eu nos juntamos ao grupo. Blair serviu como enviado especial para o Quarteto, estabelecido em

2002 por Nações Unidas, Estados Unidos, União Europeia e Rússia, para coordenar esforços diplomáticos em prol da paz no Oriente Médio. Nós sete nos reunimos em torno da mesa de jantar sob um elegante candelabro de cristal no claro Salão Amarelo que permanecera quase inalterado desde os dias em que eu costumava oferecer jantares particulares como primeira-dama. Bibi e Abbas sentaram-se lado a lado, flanqueados por mim e Blair, de frente para o presidente Obama, Mubarak e o rei.

O presidente Obama deu o tom em comentários antes do jantar, lembrando aos líderes: "Cada um de vocês é herdeiro de homens que fizeram a paz com imensa ousadia — Begin e Sadat, Rabin e o rei Hussein —, estadistas que viam o mundo tal como era, mas também imaginaram o mundo como deveria ser. É sobre os ombros dos nossos predecessores que estamos postados. É o trabalho deles que levamos adiante. Agora, como cada um deles, devemos perguntar: será que temos a sabedoria e a coragem de trilhar o caminho da paz?".

A atmosfera estava calorosa, apesar dos muitos meses difíceis que haviam conduzido até aquele momento, mas ainda cautelosa. Todos estavam cônscios da pressão do tempo que enfrentávamos, e ninguém queria parecer indelicado à mesa de jantar do presidente Obama, todavia suas discordâncias fundamentais não eram fáceis de ocultar.

No dia seguinte, o drama se deslocou para o Departamento de Estado. Recebi os líderes e suas equipes de negociação no decorado Salão Benjamin Franklin no oitavo andar. Era hora de arregaçar as mangas e ver o que podíamos conseguir. "Pelo fato de estarem aqui hoje, cada um de vocês deu um passo importante na direção de libertar seus povos dos grilhões de uma história que não podemos modificar e de mover-se rumo a um futuro de paz e dignidade que só vocês podem criar", disse eu a Netanyahu e Abbas. "As questões essenciais no centro dessas negociações — território, segurança, Jerusalém, refugiados, assentamentos e outras — não ficarão mais fáceis se esperarmos. E tampouco vão se resolver sozinhas. [...] Este é o momento para uma liderança corajosa e o momento para estadistas que tenham coragem de tomar decisões difíceis." Sentados um à minha direita e o outro à minha esquerda, Netanyahu e Abbas pareciam prontos a aceitar o desafio.

Bibi invocou a história bíblica de Isaac (pai dos judeus) e Ismael (pai dos árabes), os dois filhos de Abraão que, apesar de suas diferenças, reuniram-se para sepultar o pai. "Posso apenas rezar, e sei que milhões no mundo, milhões de israelenses e milhões de palestinos e muitos outros milhões no mundo, rezam para que a dor que experimentamos — vocês e nós — nos últimos cem anos de conflito nos una não só em um momento de paz em volta de uma mesa pacífica aqui em Washington, mas nos possibilite sair daqui forjando uma paz duradoura por gerações."

Abbas recordou o famoso aperto de mãos em 1993 entre Rabin e Arafat e falou de chegar a "uma paz que ponha fim ao conflito, que atenda a todas as exigências e dê início a uma nova era entre o povo israelense e o povo palestino". Os abismos que tínhamos de atravessar eram substanciais e o tempo estava se esgotando, mas pelo menos todos estavam dizendo as coisas certas.

Após uma longa tarde de negociações formais, convidei os dois líderes para o meu gabinete no sétimo andar. O senador Mitchell e eu conversamos com eles por algum tempo e depois os deixamos a sós. Estavam sentados em cadeiras de espaldar alto diante da lareira e concordaram em encontrar-se novamente em duas semanas. Não tínhamos feito muito progresso substancial, mas fiquei encorajada tanto pelas suas palavras como pela sua linguagem corporal. Foi um momento de otimismo e ambição que, infelizmente, não seria completado por ação.

Duas semanas mais tarde, voltamos a nos reunir em Sharm el-Sheikh, um resort egípcio

banhado de sol junto ao mar Vermelho. (Uma das ironias da diplomacia internacional é que frequentemente viajamos para lugares como Sharm, Bali ou o Havaí, mas não temos tempo de desfrutá-los ou sequer nos aventurarmos fora da sala de reuniões. Às vezes eu me sentia como Tântalo, o pobre coitado da mitologia grega condenado a ficar olhando frutas deliciosas e água refrescante por toda a eternidade, sem jamais poder prová-las.) Dessa vez, nosso anfitrião foi o presidente Mubarak, que, apesar de ser um autocrata em casa, era um firme defensor da solução dos dois Estados e da paz no Oriente Médio. Como o Egito dividia fronteiras com Gaza e Israel e foi o primeiro país árabe a assinar um acordo de paz com Israel, nos idos de 1979, seu papel era crucial. Mubarak tinha uma relação estreita com Abbas e ajudou logo no começo a trazer os palestinos para a mesa, de forma que eu esperava que ele pudesse mantê-los ali.

Mubarak e eu começamos o dia nos reunindo com israelenses e palestinos em separado. Depois juntamos Netanyahu e Abbas, e eles conversaram durante uma hora e quarenta minutos. Ambos os lados reafirmaram sua intenção de participar de boa-fé e com seriedade de propósito. Em seguida, começamos a debater alguns dos tópicos essenciais do conflito. Foi um processo lento — havia muito para se posicionar, assumir posturas e mensurar o lado oposto —, mas era uma sensação boa a de estar finalmente falando sobre o cerne da questão. Depois de vinte meses de largadas em falso, estávamos nos envolvendo em tópicos fundamentais que acenavam com a promessa de encerrar o conflito de uma vez por todas. Depois de um almoço para todos, decidimos nos reunir mais uma vez, e Netanyahu adiou sua partida para podermos continuar a conversa.

No dia seguinte, as negociações continuaram na casa de Netanyahu em Jerusalém, onde ele hasteou a bandeira palestina em sinal de respeito a Abbas. Beit Aghion, a residência oficial do primeiro-ministro, foi construída por um rico comerciante na década de 1930 e serviu como hospital para combatentes na Guerra Árabe-Israelense de 1948. Fica numa rua tranquila, parcialmente fechada, no abastado bairro de Rehavia. Do lado de fora, sua fachada é coberta com as pedras de calcário de Jerusalém, como o Muro Ocidental e grande parte da Cidade Velha. O interior é surpreendentemente acolhedor. Nós quatro — Netanyahu, Abbas, Mitchell e eu — nos apertamos no escritório pessoal do primeiro-ministro para intensas discussões. No fundo da mente de cada um estava o prazo final que ia se aproximando; o congelamento de assentamentos iria expirar, e as conversas desabariam em duas semanas se não encontrássemos um jeito de ir adiante. O tique-taque desse relógio era ensurdecedor.

Entre outras questões complicadas, a nossa discussão focou em quanto tempo o Exército israelense manteria sua presença no Vale do Jordão, que se tornaria a fronteira entre a Jordânia e o futuro Estado palestino. Mitchell e eu oferecemos sugestões sobre como conciliar as contínuas necessidades de segurança israelense com a soberania palestina. Netanyahu insistia que as tropas israelenses permanecessem ao longo da fronteira por muitas décadas sem uma data fixa para a retirada, de modo que decisões futuras pudessem se basear em condições concretas. A certa altura, Abbas disse que podia aceitar a presença militar israelense no Vale do Jordão por alguns anos após o estabelecimento de um novo Estado, mas não mais que isso, e teria de ser um intervalo de tempo predeterminado, e não uma permanência de duração indefinida. Apesar dessa discordância óbvia, achei que era uma abertura potencialmente significativa; se a conversa girasse em torno de anos, e não de décadas ou meses, então talvez a mistura de apoio internacional para segurança com táticas e tecnologias avançadas de proteção fronteiriça pudesse servir de ponte para juntar os dois lados; se conseguíssemos fazer com que as conversas continuassem.

Os dois seguiram trocando opiniões à medida que as horas iam se passando. Lá fora, o

corpo de imprensa americano foi ficando inquieto, e muitos jornalistas levantaram acampamento e foram para o bar de um hotel próximo. Na sala, eu estava frustrada por não estarmos fazendo nenhum tipo de progresso que eu sabia ser necessário para sobreviver ao fim do congelamento dos assentamentos. Porém Mitchell, o veterano das intermináveis negociações da Irlanda do Norte, forneceu alguma perspectiva proveitosa. “As negociações lá demoraram 22 meses”, observou ele. “E foram muitos, muitos meses de processo antes de haver uma discussão séria, substantiva, sobre as questões importantes que separavam as partes.” Aqui já estávamos mergulhados profundamente nos tópicos mais difíceis e sensíveis do conflito.

Depois que a reunião finalmente foi interrompida, quase três horas mais tarde, permaneci no local para conversar sozinha com Netanyahu. Seguramente ele não queria ser responsável por interromper as conversações, agora que estávamos no caminho e mergulhando em questões essenciais. Concordaria ele com uma extensão da moratória que nos permitisse seguir adiante e ver o que se poderia conseguir? O primeiro-ministro fez que não com a cabeça. Ele dera dez meses, e os palestinos haviam perdido tempo durante nove desses meses. Estava disposto a seguir conversando, mas o congelamento dos assentamentos terminaria conforme o programado.

Aquela noite em Jerusalém foi a última vez que Netanyahu e Abbas se sentariam frente a frente. Enquanto escrevo isto, apesar dos intensivos esforços entre as partes em 2013 e 2014, ainda não houve outra sessão entre os dois líderes.

Durante as semanas seguintes desfechamos uma pressão total para persuadir Bibi a reconsiderar a prorrogação do congelamento. Grande parte da ação teve lugar em Nova York, onde todo mundo se reunira novamente para a Assembleia Geral da ONU. No ano anterior, o presidente Obama patrocinara o primeiro encontro direto entre Netanyahu e Abbas. Agora estávamos lutando para evitar o colapso completo das negociações. Foram longas noites no Waldorf Astoria Hotel, traçando estratégias com o presidente Obama e a nossa equipe, depois trabalhando com os israelenses, os palestinos e os árabes para tentar achar uma solução. Reuni-me duas vezes com Abbas, tive um encontro em particular com Ehud Barak, tomei café da manhã com um grupo de ministros de Relações Exteriores árabes e conversei com Bibi por telefone, sempre defendendo a opinião de que fugir das conversações, com congelamento ou não, serviria apenas para retardar as aspirações do povo palestino.

No seu discurso para a Assembleia Geral, o presidente Obama fez uma apelo para que a moratória fosse prorrogada e instou os dois lados a permanecerem na mesa de negociações e continuarem conversando: “Agora é a hora de ambas as partes se ajudarem mutuamente a superar esse obstáculo. Agora é a hora de construir confiança — e prover o tempo — para que seja feito um progresso substancial. Agora é a hora de aproveitar essa oportunidade, mas que ela não nos escape”.

Depois da recusa inicial, pareceu que Netanyahu estava disposto a discutir a ideia de uma prorrogação, mas apenas se atendêssemos uma crescente lista de exigências que incluíam o fornecimento de novos e sofisticados aviões de combate. Da sua parte, Abbas insistia que Israel tinha de “escolher entre a paz e a continuidade dos assentamentos”.

Na noite anterior ao fim do prazo, lembrei a Ehud Barak que “o colapso da moratória seria um desastre para Israel e os Estados Unidos”. E também para os palestinos, ele retrucou. Barak fez tudo que pôde para me ajudar a chegar a uma solução de compromisso, mas nunca foi capaz de trazer consigo Netanyahu e o restante do gabinete israelense.

O prazo final veio e se foi. As negociações diretas estavam encerradas, por enquanto, mas o meu trabalho, não. Julguei crucial não permitirmos que o colapso das negociações levasse ao colapso da confiança do público — ou à violência, como ocorrera no passado. Durante os

últimos meses de 2010, lancei-me em esforços para impedir ambos os lados de fazer alguma provocação e para explorar se podíamos fechar alguns hiatos revelados nas nossas sessões de negociação, mediante conversas de aproximação e propostas diplomáticas criativas. “Estou cada vez mais preocupada com o caminho pela frente”, disse eu a Netanyahu num telefonema no começo de outubro. “Estamos tentando arduamente manter as coisas nos trilhos e evitar qualquer colapso precipitado. Você sabe o quanto estamos desapontados por não ter conseguido evitar o fim da moratória.” Insisti com ele para que demonstrasse contenção ao aprovar novas construções ou falar sobre planos futuros. Falas imprudentes serviriam apenas para inflamar uma situação já tensa. Bibi prometeu ser judicioso, mas me advertiu para não permitir que os palestinos “brincassem com diplomacia de alto risco”.

Abbas, sempre preocupado com sua posição precária com o povo palestino dividido e seus patronos árabes, buscava um meio de restaurar sua credibilidade, que sofreu um golpe com o fim do congelamento. Uma ideia que ele estava considerando era ir às Nações Unidas e pedir reconhecimento como Estado. Tratava-se de uma jogada para driblar as negociações e colocar os Estados Unidos numa posição difícil. Nós nos sentiríamos obrigados a vetar o assunto no Conselho de Segurança, mas uma votação dessas poderia expor o quanto Israel se tornara isolado. “Sei que o senhor está aborrecido, senhor presidente, e tenho certeza de que está se perguntando se aquilo que estamos tentando fazer agora pode nos levar a um algum lugar”, disse eu a Abbas. “Não estaria chamando o senhor se não achasse que o que estamos fazendo tem chance de dar certo para nós como parceiros. Estamos trabalhando incansavelmente e, como o senhor mesmo disse, não há caminho alternativo para a paz a não ser por meio de negociações.” Ele estava acuado e não sabia como sair daquela, mas tratava-se de uma situação difícil que ele e nós havíamos criado.

Nos meus telefonemas e reuniões com os líderes, sondei para ver se podíamos reduzir as diferenças sobre território e fronteiras o suficiente para superar a questão dos assentamentos. Disse a Netanyahu em meados de outubro: “A questão é, presumindo que suas necessidades de segurança sejam atendidas, o que teria a oferecer a Abu Mazen no tópico das fronteiras? Preciso saber disso com alguma especificidade, porque os palestinos conhecem o campo de jogo”. Netanyahu respondeu: “O que me preocupa não são as exigências territoriais de Abu Mazen, mas a compreensão e a aceitação da parte dele das minhas necessidades de segurança. [...] Eu sou realista. Sei o que é necessário para fechar o acordo”. Nossa conversa continuou desse jeito por uma hora e vinte minutos.

Em novembro, passei oito horas com Netanyahu no Regency Hotel em Nova York. Foi meu encontro bilateral mais longo como secretária. Repassamos tudo de novo, vezes e mais vezes, inclusive as velhas ideias de reiniciar uma moratória de assentamentos em troca de equipamentos militares e assistência em segurança. Acabamos concordando numa proposta, a ser levada ao seu gabinete, de parar as construções na Margem Ocidental (mas não em Jerusalém Oriental) por noventa dias. Em troca, garantiríamos um pacote de segurança no valor de 3 bilhões de dólares e prometíamos vetar na ONU quaisquer resoluções que atrapalhassem as negociações diretas entre as partes.

Quando a notícia do acordo se tornou pública, causou consternação em todos os lados. Os parceiros da coalizão de direita de Netanyahu ficaram revoltados, e para aplacá-los ele enfatizou que as construções continuariam em Jerusalém Oriental. Isso, por sua vez, irritou os palestinos. Algumas pessoas nos Estados Unidos também levantaram perguntas justas sobre se era sensato comprar um congelamento de noventa dias para negociações que poderiam muito bem não levar a nada. Eu também não estava satisfeita — confidenciei a Tony Blair que achava aquele “um

negócio sórdido” —, mas parecia um sacrifício que valia a pena ser feito.

Sob toda essa pressão, porém, o acordo começou a se desmanchar quase que de imediato, e no fim de novembro estava efetivamente morto. Em dezembro de 2010, falei no Fórum Saban, uma conferência que reúne líderes e especialistas do Oriente Médio e dos Estados Unidos. Garanti que os Estados Unidos continuariam empenhados e pressionando ambos os lados a debater assuntos essenciais, mesmo que fosse por meio de um retorno às “conversas de aproximação”. Nós forçaríamos tanto israelenses como palestinos a expor suas posições sobre as questões mais difíceis com uma especificidade real, e então trabalharíamos para reduzir as diferenças, inclusive oferecendo nossas próprias ideias e estabelecendo pontes entre as propostas quando fosse apropriado. Desde que meu marido apresentou os Parâmetros Clinton uma década antes, os Estados Unidos tinham sido relutantes em forçar quaisquer planos específicos ou mesmo um arcabouço substantivo. “A paz não pode ser imposta de fora”, era um dito frequente, e verdadeiro, porém naquele momento podíamos ser mais agressivos em estabelecer os termos do debate.

O presidente Obama reafirmou seu compromisso na primavera de 2011, ao declarar num discurso no Departamento de Estado: “Nós acreditamos que as fronteiras de Israel e Palestina devem se basear nas linhas de 1967 com trocas mutuamente acordadas, de modo que fronteiras seguras e reconhecidas sejam estabelecidas para ambos os Estados”.

Netanyahu desastradamente preferiu se fixar na expressão “linhas de 1967” e ignorar as “trocas mutuamente acordadas”, o que resultou em outro impasse altamente pessoal entre os dois chefes de Estado. Os palestinos, nesse ínterim, levaram adiante o seu plano de peticionar às Nações Unidas seu reconhecimento como Estado. George Mitchell saiu naquele verão, e eu passei grande parte do resto de 2011 tentando evitar que a situação se deteriorasse ainda mais, que um impasse se transformasse em desastre.

Não foi nada fácil. A essa altura Hosni Mubarak, o mais proeminente defensor da paz entre os Estados árabes, fora derrubado do poder no Egito. A agitação espalhava-se pela região. Os israelenses se depararam com um novo e imprevisível panorama estratégico. Alguns palestinos se perguntaram se deviam estar protestando nas ruas como os tunisianos, os egípcios e os líbios. As perspectivas de um retorno a negociações sérias pareciam mais distantes do que nunca. Uma janela de oportunidade que se abrira na posse do presidente Obama no começo de 2009 parecia estar se fechando.

Durante todos aqueles dias difíceis, muitas vezes eu me lembrei das nossas longas discussões em Washington, Sharm el-Sheikh e Jerusalém. Tinha esperança de que algum dia o eleitorado em favor da paz dos dois povos ficasse tão forte e falasse tão alto que seus líderes seriam obrigados a um acordo. Na minha cabeça, eu ouvia a voz profunda e firme do meu amigo assassinado Yitzhak Rabin: “A paz mais fria é melhor do que a guerra mais quente”.

15

A Primavera Árabe: Revolução

"Eles estão sentados num barril de pólvora e, se não mudarem, vai explodir." Eu estava exasperada. Era a primeira semana de janeiro de 2011, e planejávamos outra viagem ao Oriente Médio. Daquela vez, eu queria ir além da agenda habitual de reuniões oficiais e persuasões privadas sobre a necessidade de reformas políticas e econômicas no mundo árabe. Jeff Feltman, subsecretário para Assuntos do Oriente Próximo, meu principal assessor sobre a região, estava de acordo. Tentar provocar mudanças no Oriente Médio podia dar a sensação de bater a cabeça contra um muro de tijolos, e Jeff vinha fazendo isso havia anos, sob diversas administrações. Entre outros papéis, ele servira como embaixador no Líbano durante a sua tumultuada história mais recente, inclusive o assassinato do primeiro-ministro Rafic Hariri em 2005, que deflagrou a Revolução dos Cedros e a retirada das tropas sírias, bem como a guerra entre Israel e o Hezbollah em 2006. Essas experiências serviriam bem a Jeff nas semanas que se seguiriam, enquanto tentávamos ficar um passo à frente de uma onda de levantes que acabaria por varrer a região. O período que tínhamos diante de nós seria fluido e confuso, mesmo para diplomatas experientes.

Virei-me para dois dos meus redatores de discursos, Megan Rooney e Dan Schwerin: "Estou cansada de repetir as mesmas velhas coisas toda vez que vou lá". Disse-lhes: "Dessa vez quero dizer algo que realmente represente um avanço". A conferência anual Fórum para o Futuro, que estava próxima e seria realizada em Doha, capital do Catar, país rico em energia, me proporcionaria a oportunidade de mandar um recado a muitos dos mais influentes líderes políticos e da realeza, magnatas, acadêmicos e ativistas da sociedade civil do Oriente Médio. Muitos deles estariam reunidos na mesma sala ao mesmo tempo. Se eu quisesse defender o argumento de que o *status quo* na região era insustentável, aquele era o lugar certo. Pedi a Megan e Dan que pusessem as mãos na massa.

É claro que não fui a primeira autoridade americana a insistir por reformas. Em 2005, a secretária de Estado Condoleezza Rice foi ao Egito e fez uma afirmação memorável: por mais de meio século os Estados Unidos tinham optado por buscar "estabilidade à custa da democracia" e "sem conseguir nenhum dos dois". Aquilo não seria mais verdade, ela prometeu. Quatro anos depois, no importante discurso feito pelo presidente Obama no Cairo, ele também clamou por reformas democráticas.

Todavia, apesar de todas as palavras proferidas em público e palavras ainda mais contundentes ditas em particular, e dos persistentes esforços de pessoas de todas as camadas sociais para tornar seus países mais livres e prósperos, no começo de 2011 grande parte do Oriente Médio e do norte da África permanecia atolada na estagnação política e econômica. Muitos países vinham sendo governados por décadas sob lei marcial. Por toda a região, a corrupção em todos os níveis, especialmente no topo, era pródiga. Partidos políticos e grupos da sociedade civil eram inexistentes ou rigorosamente restringidos; sistemas judiciários estavam longe de serem livres ou independentes; e eleições, quando realizadas, frequentemente eram fraudulentas. Esse lamentável estado de coisas voltou a ser encenado em novembro de 2010, quando o Egito realizou eleições parlamentares fraudulentas que praticamente eliminaram a

oposição política de fachada.

Um estudo seminal, publicado em 2002 por proeminentes estudiosos do Oriente Médio e pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, era tão preocupante quanto revelador. O Relatório de Desenvolvimento Humano Árabe pintava um retrato devastador de uma região em declínio. Apesar da riqueza do petróleo e das localizações comerciais estratégicas no Oriente Médio, o desemprego era mais que o dobro da média global, e ainda maior entre mulheres e jovens. Um crescente número de árabes vivia na pobreza, amontoados em favelas sem saneamento, água potável ou eletricidade confiável, enquanto uma pequena elite ganhava controle cada vez maior sobre a terra e os recursos. E também não era surpresa que a participação política e econômica das mulheres árabes fosse a mais baixa do mundo.

Apesar dos problemas, a maioria dos líderes e agentes do poder na região parecia amplamente satisfeita em continuar como sempre havia sido. E, apesar das melhores intenções de sucessivas administrações americanas, a realidade do dia a dia da política externa dos Estados Unidos priorizava imperativos estratégicos e de segurança urgentes, tais como o contraterrorismo, apoio a Israel e bloqueio das ambições nucleares do Irã em lugar do objetivo de longo prazo de incentivar reformas internas nos parceiros árabes. Era certo que pressionávamos os líderes por reformas, porque acreditávamos que elas acabariam proporcionando maior estabilidade a longo prazo e prosperidade inclusiva, mas também trabalhávamos com eles numa vasta gama de preocupações com segurança e nunca consideramos seriamente a possibilidade de cortar as nossas relações militares com eles.

Esse era um dilema que havia confrontado gerações de formuladores de políticas americanos. É fácil fazer discursos e escrever livros sobre a defesa dos valores democráticos, mesmo quando isso entra em conflito com os nossos interesses de segurança, mas, quando confrontamos as opções concretas, do mundo real, as escolhas ficam bem mais difíceis. É inevitável, pois formular políticas é um ato de equilíbrio. Felizmente acertamos mais do que erramos, mas sempre há escolhas das quais nos arrependemos, consequências que não previmos e caminhos alternativos que gostaríamos de ter tomado.

Conversei com suficientes líderes árabes no correr dos anos para saber que para muitos deles não era uma simples questão de estar satisfeito com a forma como as coisas estavam; eles aceitavam que a mudança viria apenas muito devagar. Eu procurava formas de construir relacionamentos pessoais e de confiança com eles, para captar melhor as visões culturais e sociais que influenciavam seus atos e, quando possível, forçar uma mudança bem mais rápida.

Tudo isso estava na minha cabeça no alvorecer de 2011, e eu me preparava para visitar mais uma vez o Oriente Médio. Eu passara grande parte de 2009 e 2010 trabalhando com o presidente Hosni Mubarak do Egito e o rei Abdullah II da Jordânia para reunir os líderes israelenses e palestinos para conversações de paz diretas, apenas para ver os esforços desmoronar após três rodadas de negociações substanciais. Repetia mil vezes a ambos os lados que o *status quo* era insustentável e que precisavam fazer as escolhas necessárias que levassem à paz e ao progresso. Agora estava pensando a mesma coisa em relação à região inteira. Se os líderes árabes, muitos deles parceiros dos Estados Unidos, falhassem em abraçar a necessidade de mudança, arriscavam-se a perder o controle de suas populações cada vez mais jovens e desorientadas, abrindo a porta para a intranquilidade, o conflito e o terrorismo. Era esse o argumento que eu queria apresentar, sem que as delicadezas diplomáticas de rotina diluíssem a mensagem.

Enquanto planejávamos uma viagem em torno do tema da sustentabilidade econômica, política e ambiental, desenrolaram-se acontecimentos na região que tornaram os riscos ainda mais altos.

O governo pró-ocidental do Líbano estava balançando à beira de um colapso sob intensa pressão do Hezbollah, uma milícia xiita fortemente armada com significativa influência na política libanesa. Em 7 de janeiro, fui a Nova York para discutir a crise com o primeiro-ministro libanês Saad Hariri, filho do antigo líder assassinado, Rafic Hariri, e com o rei Abdullah da Arábia Saudita; ambos estavam de visita aos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, chegavam relatos de protestos de rua na Tunísia, uma ex-colônia francesa na costa mediterrânea do norte da África, entre a Líbia e a Argélia, que durante décadas fora governada pelo ditador Zine el Abidine Ben Ali. Para muitos turistas europeus que afluíam a suas praias e hotéis cosmopolitas, era fácil ignorar o lado sombrio da Tunísia de Ben Ali. As mulheres desfrutavam de mais direitos do que em muitos outros países do Oriente Médio, a economia era mais diversificada e extremistas não eram bem-vindos, mas era um regime impiedoso, repressivo e corrupto, e, fora dos deslumbrantes destinos turísticos, muita gente vivia na miséria e no desespero.

A agitação começara com um único incidente desolador, em 17 de dezembro de 2010. Um tunisiano de 26 anos chamado Mohamed Bouazizi estava vendendo frutas numa carrocinha em Sidi Bouzid, uma pobre cidade provinciana ao sul da capital, Túnis. Como tantos outros na Tunísia, fazia parte de uma economia subterrânea e lutava para ganhar o suficiente para prover sua família. Bouazizi não tinha licença oficial para vender seu produto, e naquele dia teve uma altercação com uma policial que o deixou humilhado e desesperado. Mais tarde no mesmo dia ele ateou fogo às vestes diante dos escritórios do governo local. Esse ato provocou protestos por toda a Tunísia. As pessoas saíram às ruas protestando contra a corrupção, a indignidade e a falta de oportunidades. Nas mídias sociais, circularam relatos chocantes da corrupção de Ben Ali, alguns provenientes de relatórios de diplomatas americanos sobre os excessos do regime ao longo dos anos, que haviam sido divulgados pelo WikiLeaks não muito antes do começo dos protestos.

O regime respondeu aos protestos com força excessiva, o que apenas alimentou ainda mais a indignação pública. O próprio Ben Ali visitou Bouazizi no hospital, mas o gesto pouco contribuiu para apaziguar a crescente agitação, e o homem morreu alguns dias depois.

Em 9 de janeiro, enquanto eu seguia de Washington para Abu Dhabi para o início da minha viagem que me levaria dos Emirados Árabes Unidos ao Iêmen, Omã e Catar, as forças de segurança da Tunísia intensificaram sua repressão aos protestos. Diversas pessoas foram mortas. A maioria dos observadores vira aquilo como um novo exemplo do já conhecido ciclo de repressão numa região que se tornara insensível a tais convulsões.

Os Emirados Árabes Unidos são uma pequena mas influente nação no Golfo Pérsico, que se tornou excessivamente rica devido às suas extensas reservas naturais de petróleo e gás natural. O governo, sob o comando do príncipe herdeiro Mohammed bin Zayed Al Nahyan, estava investindo em energia solar como forma de diversificar sua economia e precaver-se contra uma futura volatilidade no mercado mundial de petróleo, um raro exemplo de antevisão e planejamento inteligente num Estado petrolífero. No Instituto Masdar de alta tecnologia, localizado no deserto a cerca de trinta quilômetros de Abu Dhabi, conversei com um grupo de estudantes de pós-graduação sobre os decrescentes suprimentos petrolíferos e declinantes lençóis freáticos da região. “As velhas estratégias de crescimento e prosperidade não funcionarão mais”, afirmei. “Para muita gente de muitos lugares, o atual *status quo* é insustentável.”

Nenhum local da região parecia representar melhor as minhas advertências do que o Iêmen, ao pé da península Arábica. O contraste entre Sana, sua capital poeirenta e medieval, e as cintilantes e modernas cidades de Abu Dhabi e Dubai nos Emirados Árabes Unidos não podia ser

mais agudo. O Iêmen, uma sociedade tribal governada desde 1990 por um homem forte chamado Ali Abdullah Saleh, estava assolado por violentas insurgências separatistas, influxo de terroristas ligados à Al-Qaeda, desemprego generalizado, decrescente abastecimento de água, assustadoras estatísticas de sobrevivência infantil e que, em contraposição, tinha uma explosão populacional e se esperava que sua população duplicasse nos próximos vinte anos. A população do Iêmen é uma das mais armadas e menos alfabetizadas da Terra.

A relação dos Estados Unidos com o presidente Saleh era emblemática do dilema existente no coração da nossa política no Oriente Médio. Ele era corrupto e autocrático, mas também estava comprometido em combater a Al-Qaeda e manter unido seu fracionado país. A administração Obama decidiu fechar os olhos, aumentar nossa ajuda militar e desenvolvimentista ao Iêmen e expandir nossa cooperação no contraterrorismo. Durante um demorado almoço no seu palácio, conversei com Saleh sobre como poderíamos trabalhar mais de perto em conjunto em questões de segurança. Também pressionei-o na questão dos direitos humanos e das reformas econômicas. Ele não se mostrou tão interessado nesse assunto, preferindo me mostrar o rifle antigo que ganhara de presente do general Norman Schwartzkopf. E também insistiu para que eu conhecesse a Cidade Velha de Sana antes de ir embora, que eu fizesse um passeio turístico.

A Cidade Velha parece saída das *Mil e uma noites*, uma mistura de construções de barro cujas fachadas são adornadas com alabastro, quase como casinhas de pão de gengibre. Multidões de curiosos espiavam dos cafés e lojas de condimentos enquanto passávamos. A maioria das mulheres usava véu, ou o lenço de cabeça chamado *hijab*, ou um véu maior cobrindo o rosto chamado *niqab*. Os homens usavam grandes adagas curvas no cinto, e uma boa parte deles carregava rifles Kalashnikov. Muitos homens mascavam folhas de khat, o narcótico iemenita típico. Eu estava dentro de um SUV blindado que mal cabia naquelas ruas estreitas. O carro passava tão perto de algumas paredes de lojas e casas que, se as janelas estivessem abertas, eu poderia alcançar o interior.

Meu destino era o hotel Mövenpick, localizado numa elevação com vista para a cidade e onde me encontrei com um grande grupo de ativistas e estudantes, parte da vibrante sociedade civil do Iêmen. Abri o encontro com uma mensagem destinada não só aos iemenitas como aos povos de todo Oriente Médio. “A próxima geração de iemenitas estará faminta de empregos, serviços de saúde, alfabetização, educação e treinamento que os liguem à economia global e em busca de uma governança democrática receptiva que atenda e sirva suas comunidades.” Toda a região precisava descobrir como oferecer aos jovens a visão de um futuro de oportunidades assentado sobre os alicerces da estabilidade e segurança. Meu comentário deflagrou uma enérgica troca de ideias por parte do pessoal. Jovens que tinham estudado no exterior falaram apaixonadamente sobre por que haviam retornado para ajudar a construir seu país. Apesar de frustrados devido à repressão e corrupção, ainda tinham esperança de que o progresso era possível.

Uma jovem chamada Nujood Ali disse que havia brigado com êxito para se divorciar aos dez anos de idade. Ela fora forçada a se casar com um homem que tinha o triplo da sua idade e que a obrigara a deixar a escola. Isso não era incomum no Iêmen, mas para Nujood era a sensação de uma sentença de prisão. Desesperada para escapar de um casamento que rapidamente se tornou abusivo e recuperar seu sonho de estudar e ter uma vida independente, pegou um ônibus e foi até o tribunal local. As pessoas eram todas muito mais velhas, e ninguém lhe deu atenção até que um juiz perguntou à menina por que ela estava ali. Nujood disse que queria um divórcio. Uma advogada chamada Shada Nasser veio em seu auxílio. Juntas, elas chocaram o Iêmen e o mundo brigando no tribunal — e ganhando. Afirmei que a história de

Nujood devia inspirar o Iêmen a acabar com o casamento infantil de uma vez por todas.

O dia seguinte proporcionou mais contrastes quando segui para Omã, cujo governante, o sultão Qaboos bin Said Al Said, fizera escolhas mais sábias no correr dos anos, que ajudaram seu país a construir uma sociedade moderna, ao mesmo tempo permanecendo fiel a sua cultura e suas tradições. "Que haja aprendizado, mesmo sob a sombra das árvores", proclamara ele. Nos anos 1970, o país inteiro tinha três escolas primárias, que educavam menos de mil meninos e nenhuma menina. Em 2014, Omã tinha ensino fundamental completo e mais mulheres que homens graduavam-se pelas universidades do país. Omã é uma monarquia, não uma democracia, mas mostrou o que é possível quando um líder prioriza a educação, empodera mulheres e meninas e põe o povo no centro de sua estratégia de desenvolvimento. Em 2010, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas ranqueou Omã como o país que mais melhorou em desenvolvimento humano desde 1970.

Naquele mesmo dia, 12 de janeiro, enquanto o primeiro-ministro libanês Hariri estava em Washington preparando-se para um encontro com o presidente Obama, seu governo desmoronou em meio a lutas internas de facções, uma maldição que assombrava todo governo libanês que tentava equilibrar os interesses e agendas de seus cidadãos divididos em sunitas, xiitas, cristãos e drusos. Entrementes, a violência grassava nas ruas da Tunísia. Ainda não se tinha a sensação de uma crise ampla, mas decididamente sentia-se que a região estava começando a balançar.

Minha escala final foi em Doha, Catar, para o discurso na conferência regional em que vínhamos trabalhando tão intensamente. Logo cedo na manhã de 13 de janeiro, entrei num salão de reuniões lotado de líderes árabes e delineei os desafios da região da maneira mais franca e direta que pude: desemprego, corrupção, uma ordem política esclerosada que negava aos cidadãos sua dignidade e seus direitos humanos universais. "Em muitos lugares, das mais variadas formas, os alicerces da região estão afundando na areia", disse eu, ecoando os temas que eu enfatizara no decorrer da viagem. Apresentando um desafio direto aos líderes reunidos, continuei: "Vocês *podem* ajudar a construir um futuro no qual os seus jovens acreditem, se envolvam e defendam". Se não, "aqueles que se apegam ao *status quo* poderão aguentar todo o impacto dos problemas de seus países por mais algum tempo, mas não para sempre".

Poucos líderes árabes estão acostumados a ouvir críticas diretas e feitas em público. Embora eu entendesse seus sentimentos e costumes, julguei importante que levassem a sério a rapidez com que o mundo à sua volta estava mudando. Se precisasse ser um pouco não diplomática para fazê-lo, que assim o fosse. "Vamos encarar o futuro honestamente. Vamos discutir abertamente o que precisa ser feito. Usemos este tempo para ir além da retórica, de deixar de lado planos tímidos e graduais e assumir um compromisso para manter a região seguindo na direção certa", disse eu encerrando minha declaração. Depois que terminei, os jornalistas americanos que viajavam comigo murmuravam sobre o quanto minhas palavras tinham sido francas e diretas. E eu me perguntava se alguma ação se seguiria.

No dia seguinte, com as manifestações na Tunísia se acirrando, Ben Ali fugiu do país e buscou refúgio na Arábia Saudita. Protestos que haviam começado com uma discussão sobre um carrinho de frutas haviam crescido e se transformado numa revolução plena. Eu não esperava que os acontecimentos revelassem tão depressa e de forma tão dramática a minha advertência de "afundar na areia", mas agora a mensagem era inegável. Contudo, por mais significativos que fossem aqueles acontecimentos, ninguém esperava o que ocorreu em seguida.

Os protestos na Tunísia provaram ser contagiosos. Graças à televisão via satélite e às redes sociais, jovens por todo o Oriente Médio e norte da África tiveram um lugar na primeira fila para assistir ao levante popular que derrubou Ben Ali. Entusiasmados, começaram a transformar

críticas isoladas aos seus governos em clamores públicos por mudança. Afinal, muitas das mesmas condições que provocavam frustração na Tunísia estavam presentes por toda a região, especialmente em relação à corrupção e repressão.

Em 25 de janeiro, protestos no Cairo contra a violência policial cresceram para se transformar em massivas demonstrações contra o regime autoritário de Hosni Mubarak. Dezenas de milhares de egípcios ocuparam a praça Tahrir, no coração da cidade, resistindo aos esforços da polícia para dispersá-los. Dia após dia cresciam as multidões na praça, que se tornaram focadas num único objetivo: tirar Mubarak do poder.

Eu conhecia Mubarak e sua esposa, Suzanne, havia quase vinte anos. Ele era um oficial de carreira da Força Aérea que galgara os escalões até tornar-se vice-presidente de Anwar Sadat, o governante egípcio que travou a Guerra do Yom Kippur com Israel em 1973 e mais tarde assinou os Acordos de Camp David. Mubarak foi ferido no ataque extremista que assassinou Sadat em 1981, mas sobreviveu, tornou-se presidente e reprimiu duramente os islamitas e outros dissidentes. Governou o Egito como um faraó, com poder quase absoluto durante as três décadas seguintes.

Com o tempo, fui conhecendo Mubarak. Apreciava o seu consistente apoio aos Acordos de Camp David e à solução de dois Estados para israelenses e palestinos. Tentou mais arduamente que qualquer outro líder árabe convencer Yasser Arafat a aceitar o acordo de paz negociado pelo meu marido em 2000. Porém, apesar de sua parceria com os Estados Unidos em questões estratégicas essenciais, era decepcionante que após tantos anos no poder seu regime ainda negasse ao povo egípcio muitas das suas liberdades e direitos humanos fundamentais e que estivesse administrando pessimamente a economia. No governo de Mubarak, um país conhecido pelos historiadores como “o celeiro da Antiguidade” esforçou-se para alimentar seu próprio povo e tornou-se o maior importador de trigo do mundo.

Em maio de 2009, o neto de doze anos de Mubarak morreu subitamente de um problema de saúde não revelado. A perda pareceu abalar o idoso líder. Quando liguei para Suzanne Mubarak para oferecer minhas condolências, ela me disse que o garoto tinha sido “o melhor amigo do presidente”.

Para a administração Obama, os protestos no Egito representavam uma situação delicada. Mubarak havia sido um aliado estratégico essencial durante décadas, e no entanto os ideais americanos estavam mais naturalmente alinhados com os jovens que clamavam por “pão, liberdade e dignidade”. Quando indagada por um jornalista acerca dos protestos naquele primeiro dia, tentei dar uma resposta comedida que refletisse nossos interesses e valores, bem como a incerteza da situação, evitando jogar mais lenha na fogueira. “Nós apoiamos o direito fundamental de expressão e reunião para todas as pessoas, e instamos todas as partes a exercer contenção e refrear-se de violência”, respondi. “Porém nossa avaliação é de que o governo egípcio é estável e está procurando formas de responder às necessidades e interesses legítimos do povo egípcio.” O regime com toda a certeza acabaria se revelando não “estável”, mas poucos observadores poderiam ter previsto o quanto de fato era frágil.

Em 28 de janeiro, o presidente Obama participou de uma reunião da equipe de segurança nacional no Gabinete de Crises da Casa Branca e nos pediu recomendações sobre como lidar com os acontecimentos no Egito. O debate em torno da longa mesa ia e voltava de um lado a outro. Aprofundamo-nos mais uma vez nas questões que haviam assombrado os formuladores de políticas dos Estados Unidos durante gerações: como deveríamos pesar interesses estratégicos contra valores essenciais? Podemos ter sucesso em influenciar a política interna de outros países e alimentar a democracia onde ela nunca antes floresceu, sem incorrer em consequências

negativas indesejáveis? O que significa estar do lado certo da história? Eram debates que teríamos ao longo de toda a chamada Primavera Árabe.

Como muitos outros jovens no mundo, alguns dos assessores do presidente Obama na Casa Branca foram varridos pelo drama e pelo idealismo do momento enquanto assistiam na televisão às imagens da praça Tahrir. Eles se identificavam com os anseios democráticos e as habilidades tecnológicas dos jovens manifestantes egípcios. De fato, americanos de todas as idades e matizes políticas ficaram comovidos com a visão de pessoas há tanto tempo reprimidas finalmente exigirem seus direitos humanos universais, sendo repelidos pela força excessiva das autoridades usada na resposta. Eu compartilhava esse sentimento. Foi um momento arrepiante, mas, junto com o vice-presidente Biden, o secretário de Defesa Bob Gates e o conselheiro de Segurança Nacional Tom Donilon, eu estava preocupada que não fôssemos vistos como estar ajudando a empurrar porta afora um parceiro de longa data, deixando Egito, Israel, Jordânia e a região nas mãos de um futuro incerto e perigoso.

Os argumentos para jogar o peso dos Estados Unidos em apoio aos manifestantes iam além do idealismo. A defesa da democracia e dos direitos humanos estivera no cerne da nossa liderança global por mais de meio século. Sim, de vez em quando tínhamos comprometido esses valores a serviço de interesses estratégicos e de segurança, inclusive apoiando repulsivos ditadores anticomunistas durante a Guerra Fria, com resultados conflitantes, mas tal comprometimento era mais difícil de sustentar diante do povo egípcio que exigia os próprios direitos e as oportunidades que sempre disséramos que eles e todos os povos mereciam. Embora antes fosse possível nos concentrar no Mubarak que apoiava a paz e a cooperação com Israel e caçava terroristas, naquele momento era impossível ignorar a realidade de que ele era também um autocrata que presidia um regime corrupto e calcificado com mão pesada.

E no entanto os mesmos interesses de segurança nacional que tinham levado todos os governos anteriores a manter laços estreitos com Mubarak permaneciam prioridades urgentes. O Irã ainda tentava construir um arsenal nuclear. A Al-Qaeda ainda planejava novos atentados. O Canal de Suez continuava sendo uma rota de comércio vital. A segurança de Israel era mais essencial do que nunca. Mubarak fora parceiro em todas essas áreas, apesar dos sentimentos antiamericanos e anti-Israel em meio ao seu próprio povo. Seu Egito servia como uma coluna de paz numa região volátil. Estávamos realmente prontos a abandonar essa relação após trinta anos de cooperação?

Mesmo que decidíssemos que essa era a escolha certa, estava longe de ficar claro quanta influência efetivamente poderíamos ter nos acontecimentos locais. Ao contrário da difundida crença entre muitos no Oriente Médio, os Estados Unidos nunca foram um manipulador de fantoches todo-poderoso capaz de conseguir o resultado que bem quisesse. E se insistíssemos com Mubarak para que ele saísse, mas ele se recusasse e depois conseguisse permanecer no poder? E se ele saísse e fosse sucedido por um prolongado período de perigosa desordem ou por um governo não mais democrático e ativamente oposto aos nossos interesses de segurança? De um jeito ou de outro, a nossa relação jamais seria a mesma e a nossa influência na região seria erodida. Nossos parceiros veriam como tratamos Mubarak e perderiam a confiança na sua relação conosco.

Historicamente, transições de ditadura para democracia são repletas de desafios e podem com facilidade dar terrivelmente errado. No Irã em 1979, por exemplo, extremistas sequestraram a revolução popular de base ampla contra o xá e estabeleceram uma teocracia brutal. Se algo semelhante acontecesse no Egito, seria uma catástrofe, tanto para o povo como para os interesses israelenses e norte-americanos.

Apesar da dimensão dos protestos na praça Tahrir, eles eram em grande parte desprovidos de lideranças, conduzidos pelas redes sociais e pelo boca a boca, não por um movimento de oposição coerente. Depois de anos de um governo de partido único, os manifestantes egípcios estavam mal preparados para realizar eleições abertas e construir instituições democráticas dignas de credibilidade. Em contraste, a Irmandade Muçulmana, uma organização islamita de oitenta anos, estava bem posicionada para preencher um vácuo se o regime caísse. Mubarak levara a Irmandade para a clandestinidade, mas ela tinha seguidores no país inteiro e uma estrutura de poder extremamente bem organizada. O grupo renunciara à violência e fizera alguns esforços para parecer mais moderado, mas era impossível saber como se comportaria e o que aconteceria se assumisse o controle.

Esses argumentos me fizeram pensar. Junto com o vice-presidente, Gates e Donilon, aconselhei cautela. Se Mubarak cair, eu disse ao presidente, "tudo pode dar certo em 25 anos, mas acho que o caminho daqui até lá será bastante acidentado para o povo egípcio, para a região e para nós". Entretanto, eu sabia que o presidente não estava à vontade assistindo sentado sem fazer nada enquanto manifestantes pacíficos eram espancados e mortos nas ruas. Ele necessitava de um passo à frente que incentivasse o Egito rumo a uma democracia, mas evitasse o caos de um abrupto colapso do regime.

No programa jornalístico *Meet the Press* de domingo, 30 de janeiro, tentei estabelecer uma abordagem capaz de se sustentar. "A estabilidade de longo prazo reside em responder às legítimas necessidades do povo egípcio, e é isso que queremos ver acontecer", depois afirmei que esperávamos ver uma "transição pacífica e *ordenada* para um regime democrático". Meu uso da palavra *ordenada* em vez de *imediata* foi intencional, embora impopular em alguns recintos da Casa Branca. Parte da equipe do presidente queria que eu ao menos prefigurasse a saída de Mubarak, se não a pedisse. Eu, porém, julgava crucial que a retórica partindo de mim e de outros membros do governo ajudasse o Egito a conquistar as reformas que a maioria dos manifestantes buscava com um pouso suave e não com um baque duro.

Quando naquela semana falei com o ministro das Relações Exteriores do Egito, Ahmed Aboul Gheit, insisti que o governo mostrasse comedimento e demonstrasse que seria receptivo às exigências da população. "Será difícil para o presidente Mubarak argumentar que ouviu o povo depois de trinta anos, a menos que realize eleições livres e justas e não tente engendrar o seu sucessor", disse eu a Aboul Gheit. "Essa não é a nossa preocupação para o dia de amanhã", respondeu ele. "A preocupação para amanhã é pacificar o povo e acalmá-lo." Entretanto, ele concordou em passar adiante as minhas considerações.

Mubarak, porém, não escutava. Mesmo com a escalada da agitação e o controle do regime sobre o país aparentemente escorrendo entre seus dedos, ele proferiu um discurso desafiador na noite de 29 de janeiro, no qual demitia muitos dos ministros do seu gabinete, mas recusava-se a renunciar ou limitar a duração do seu mandato.

Recomendei ao presidente Obama que despachasse um enviado para conversar pessoalmente com Mubarak e persuadi-lo a anunciar um forte pacote de reformas, inclusive um fim à repressiva lei de emergência no país, que estava em vigor desde 1981, a garantia de não se candidatar nas eleições já programadas para setembro e o compromisso de não apresentar o filho Gamal como seu sucessor. Esses passos poderiam não satisfazer a todo mundo, mas seriam concessões significativas e dariam aos manifestantes a chance de se organizar de antemão para as eleições.

Para essa delicada incumbência, sugeri Frank Wisner, um alto diplomata aposentado que havia servido como embaixador no Egito de 1986 a 1991 e que desenvolvera uma forte relação

pessoal com Mubarak. Haviam passado muitas horas juntos discutindo a região e o mundo. Como seu grande amigo, Richard Holbrooke, Wisner teve seu batismo diplomático no Vietnã antes de representar nosso país em pontos nevrálgicos em todo o mundo. Além do Egito, ele serviu como embaixador na Zâmbia, nas Filipinas e na Índia antes de se aposentar em 1997. Pensei que, se houvesse algum americano capaz de sensibilizar Mubarak, seria Wisner. Entretanto, alguns na Casa Branca estavam céticos em relação a Wisner e sua missão. Estavam prontos para deixar Mubarak sozinho. O presidente Obama estava perdendo a paciência, mas em última análise concordou comigo em dar mais uma chance à diplomacia.

Wisner encontrou-se com Mubarak em 31 de janeiro e passou o nosso recado. Mubarak escutou, mas não cedeu, nem um único centímetro. Estava tenso, talvez até mesmo aturdido com o que se passava à sua volta, mas de maneira alguma estava pronto para abrir mão do poder. Como tantos outros autocratas antes dele, passara a ver a si mesmo como inseparável do Estado. Mubarak era realista demais para saber que não poderia ficar sentado no palácio ignorando totalmente os protestos. E mandou seu recém-nomeado vice-presidente, o chefe de longa data da inteligência Omar Suleiman, para propor um diálogo nacional sobre possíveis reformas. Dois dias antes, Mubarak escolhera Suleiman para assumir a vice-presidência, havia muito tempo vaga, como uma tentativa parcialmente sincera de acalmar os protestos. Nem a promessa de um diálogo nacional nem a nomeação de um vice-presidente aplacaram os ânimos.

Naquela noite, os militares também emitiram um notável comunicado declarando que não usariam a força contra o povo egípcio e reconhecendo a legitimidade dos direitos e exigências dos manifestantes. Era um presságio sinistro para Mubarak. Se os militares o abandonassem, não havia como permanecer no poder.

O primeiro dia de fevereiro assistiu a mais protestos gigantescos. Naquela tarde, no Gabinete de Crises da Casa Branca, a equipe de segurança nacional mais uma vez debateu o que fazer. No meio da discussão, recebemos a notícia de que Mubarak estava indo à televisão para se dirigir a nação. Viramo-nos para as enormes telas de vídeo e esperamos o que o belicoso líder diria. Mubarak tinha um aspecto velho e cansado, mas o tom era de desafio. Ele prometeu não se candidatar nas eleições de setembro, buscar reformas para a Constituição e assegurar uma "transferência pacífica de poder" antes do final do seu mandato, mas não suspendeu a lei de emergência nem disse que seu filho não concorreria para o seu lugar, tampouco se ofereceu para passar adiante qualquer dos seus poderes absolutos. Mubarak na realidade viera com muita coisa do que Wisner lhe pedira, mas era ainda muito pouco e tarde demais — tanto para a multidão nas ruas quanto para a equipe no Gabinete de Crises.

"Isso não vai resolver nada", disse o presidente Obama, visivelmente frustrado. Então ligou para Mubarak e repetiu a mesma coisa. Debatemos se o presidente deveria fazer um comunicado público declarando que estava cansado de esperar Mubarak fazer o que era certo. Mais uma vez os funcionários mais antigos do gabinete, inclusive eu, aconselharam cautela. Advertimos que, se o presidente aparecesse com a mão pesada demais, o tiro poderia sair pela culatra. Porém outros membros da equipe mais uma vez apelaram para o idealismo do presidente, argumentando que os acontecimentos no terreno estavam se passando depressa demais para esperar. Ele foi seduzido e, naquela noite, foi para a frente das câmeras no Grand Foyer da Casa Branca. "Não é papel de qualquer outro país determinar líderes do Egito. Só o povo egípcio pode fazê-lo", declarou o presidente Obama. "[Entretanto] o que está claro — e o que fiz ver esta noite ao presidente Mubarak — é a minha crença de que uma transição ordenada deve ser significativa, deve ser pacífica e deve começar *agora*." Quando o secretário de Imprensa Robert Gibbs foi solicitado a definir o que significava aquele "agora" no seu *briefing* do dia seguinte, sua resposta

deixou pouca margem para dúvida: “Agora significa ontem”, disse ele.

As coisas no Cairo ficaram piores. Os que apoiavam o regime saíram na base da força e se chocaram violentamente com os manifestantes. Homens portando tacos e outras armas varreram a praça Tahrir em camelos e cavalos, rachando cabeças. Liguei para o vice-presidente Suleiman para deixar claro que tal repressão violenta era absolutamente inaceitável. O governo egípcio não repetiu essa tática nos dias seguintes. Em 4 de fevereiro, conversei mais uma vez com o ministro das Relações Exteriores, Aboul Gheit. Em conversas anteriores ele se mostrara confiante e otimista, porém não conseguia ocultar a frustração, até mesmo o desespero. Queixou-se de que os Estados Unidos estavam, sem a menor cerimônia, enxotando Mubarak sem considerar as consequências. Ouça o que os iranianos estão dizendo, advertiu ele. Estão ansiosos para tirar vantagem do potencial colapso do Egito. Seu medo de um golpe islamita era visceral. “Tenho duas netas, uma de seis e outra de oito anos”, me disse ele. “Quero que elas cresçam para serem iguais à avó delas e a você, e não usando um *niqab* como na Arábia Saudita. Essa é a luta da minha vida.”

Suas palavras permaneceram comigo enquanto eu viajava à Alemanha para discursar na Conferência de Segurança de Munique, um encontro-chave de líderes e pensadores provenientes de toda a comunidade internacional. Com todo o nosso falatório sobre apoiar a democracia, o que isso de fato significava? Seguramente mais do que apenas uma única eleição. Se as mulheres egípcias vissem seus direitos e oportunidades sofrerem um retrocesso sob um governo recém-eleito, isso era democracia? E se as minorias como os cristãos coptas do Egito fossem perseguidas ou marginalizadas? Se fosse para Mubarak deixar a presidência e o Egito começar uma transição, então essas questões sobre o que aconteceria em seguida se tornariam relevantes e prementes.

Em Munique, assim como em Doha um mês antes, argumentei em favor de reformas políticas e econômicas no Oriente Médio. “Não é simplesmente uma questão de idealismo”, disse eu. “É uma necessidade estratégica. Sem um progresso genuíno para sistemas políticos abertos e responsáveis, a distância entre o povo e seus governos só irá aumentar, e a instabilidade só ficará mais profunda.” É claro que essas transições teriam aspectos diferentes e seguiriam em diferentes velocidades em cada país, dependendo das suas circunstâncias particulares, mas nenhuma nação podia ignorar para sempre as aspirações de seu povo.

Ao mesmo tempo, adverti, devíamos ter uma visão clara sobre os riscos inerentes a qualquer transição. Seriam necessárias eleições livres e justas, mas isso não bastaria. Democracias funcionais requerem o império da lei, um judiciário independente, uma sociedade civil e uma imprensa livres, respeito pelos direitos humanos, direitos de minorias e uma governança responsável capaz de prestar contas. Num país como o Egito, com uma longa história de regimes autoritários, seriam necessários uma liderança forte e inclusiva, empenho constante de toda a sociedade, bem como apoio internacional, para assentar no lugar os tijolos da democracia. Ninguém deveria esperar que se estabelecessem da noite para o dia. Minhas palavras naquela ocasião podem ter soado fora de tom com a esperança e o otimismo que muitas sentiram assistindo aos protestos no Cairo, mas refletiam os desafios que eu via pela frente.

Na mesma conferência em Munique, Wisner, como cidadão comum e sem desempenhar mais nenhum papel no governo, apareceu em uma transmissão via satélite para oferecer sua opinião pessoal sobre a situação. Isso afligiu a Casa Branca, que pensou ter sua garantia de que ele não discutiria sua missão publicamente. Wisner provocou um burburinho ao dizer que Mubarak não devia sair imediatamente, mas sim supervisionar uma transição. Seus comentários vieram na contramão do presidente, e a Casa Branca ficou aborrecida por Wisner ter extrapolado

suas instruções. Obama me telefonou para manifestar seu descontentamento com as "mensagens dúbias" que estávamos enviando. Essa é uma maneira diplomática de dizer que ele estava me repreendendo. O presidente sabia que os acontecimentos no Egito não estavam sob controle dos Estados Unidos, mas queria fazer o certo tanto pelos nossos interesses quanto pelos nossos valores. Eu também. Sabia que Mubarak havia ficado tempo demais no poder e feito de menos, mas, além de se livrar dele, o povo na praça Tahrir parecia não ter nenhum outro plano. Aqueles de nós que eram a favor da posição aparentemente indigesta de uma "transição ordenada" estavam preocupados com o fato de que as únicas forças organizadas após Mubarak serem a Irmandade Muçulmana e os militares.

Em 10 de fevereiro, centenas de pessoas haviam sido mortas em choques com as forças de segurança. A violência alimentava a fúria dos manifestantes e suas exigências de que Mubarak renunciasse. Corriam rumores de que ele finalmente se dobraria à pressão. As expectativas eram altíssimas quando Mubarak fez ainda outro pronunciamento à nação. Dessa vez anunciou a transferência de alguns de seus poderes ao vice-presidente Suleiman, mas ainda se recusava a deixar o cargo ou aceitar a necessidade de uma transição na qual abrisse mão do poder. A multidão na praça Tahrir ficou enfurecida.

No dia seguinte, 11 de fevereiro, Mubarak finalmente aceitou a derrota. O vice-presidente Suleiman, com aparência exausta e desgastada, apareceu diante das câmeras de TV e anunciou que o presidente deixara o cargo e cedera todos os seus poderes à liderança militar. Um porta-voz do Exército leu uma declaração que garantia "eleições presidenciais livres e justas" e atender "às legítimas aspirações do povo". O próprio Mubarak não se manifestou, em vez disso partiu discretamente do Cairo para sua residência no mar Vermelho. Ao contrário de Ben Ali na Tunísia, ele não fugiu do país, permanecendo fiel à sua desafiadora promessa: "Eu morrerei no Egito". Esse último ato de teimosia o deixou exposto a perseguição e retaliação, fazendo-o passar os anos seguintes em prisão domiciliar, no tribunal ou no hospital à medida que sua saúde supostamente se deteriorava.

Cerca de um mês depois, visitei o Cairo e caminhei pela praça Tahrir. Minha equipe de segurança estava nervosa por estarmos entrando naquilo; era algo completamente desconhecido. Porém, à medida que os egípcios nos cercavam, a esmagadora mensagem era de calor e hospitalidade. "Obrigado por vir", muitos diziam. "Bem-vinda ao novo Egito!", gritavam outros. Estavam orgulhosos da revolução que tinham vencido.

Eu me encontrei com diversos estudantes e ativistas que haviam desempenhado papéis de liderança nas manifestações. Estava curiosa para ouvir deles seus planos para passar dos protestos à política e como planejavam influenciar a redação de uma nova Constituição e concorrer nas eleições programadas. Encontrei um grupo desorganizado, despreparado para concorrer ou influenciar qualquer coisa. Não tinham experiência em política nem compreensão de como organizar partidos, lançar candidatos ou conduzir campanhas. Não tinham plataformas e mostravam pouco interesse em elaborá-las. Em vez disso discutiam entre si, culpavam os Estados Unidos por uma série de pecados e, em grande parte, desprezavam a política eleitoral. "Vocês consideraram formar uma coalizão política e reunir-se em torno de candidatos e programas?", indaguei. Eles simplesmente me lançaram olhares vagos. Saí preocupada com a possibilidade de eles entregarem o país à Irmandade Muçulmana ou aos militares por omissão, o que foi exatamente o que aconteceu.

O chefe de Estado em exercício era o ministro da Defesa de Mubarak, o marechal de campo Mohamed Tantawi, que prometera presidir uma transição suave para um governo civil democraticamente eleito. Quando me encontrei com ele no Cairo, estava tão cansado que mal

conseguia manter a cabeça sobre o pescoço. As olheiras praticamente chegavam até a boca. Era um soldado profissional em todos os aspectos, cuja postura e aparência me lembraram o general Ashfaq Parvez Kayani do Paquistão. Ambos eram nacionalistas assumidos, dedicados à cultura militar que os tinha produzido e pouco à vontade em relação à sua dependência dos Estados Unidos e às ameaças políticas e econômicas latentes nos enormes poderes de seus respectivos exércitos. Enquanto Tantawi e eu conversávamos sobre seus planos para a transição, pude vê-lo escolher as palavras com muito cuidado. Ele estava numa posição difícil, tentando salvar seu amado Exército do naufrágio do regime de Mubarak, proteger o povo, conforme o Exército prometera, e fazer o certo com o ex-líder que alimentara a sua carreira. No fim, Tantawi cumpriu sua promessa de realizar eleições. E quando seu candidato preferido, o ex-primeiro-ministro Ahmed Shafik, perdeu por pouco para Mohamed Morsi da Irmandade Muçulmana, ele permitiu que o resultado valesse.

Ao longo de todo o delicado processo de transição, os Estados Unidos tentaram andar numa corda bamba, promovendo nossos valores democráticos e interesses estratégicos sem tomar partido ou apoiar facções ou candidatos específicos. Ainda assim, apesar dos nossos esforços de desempenhar um papel neutro e construtivo, muitos egípcios viam os Estados Unidos com desconfiança. Os que apoiavam a Irmandade Muçulmana nos acusavam de ter reforçado o regime de Mubarak e suspeitavam que conspiraríamos com os militares para manter a Irmandade fora do poder. Seus oponentes temiam a perspectiva de um governo islamita e alegavam que os Estados Unidos haviam conspirado com a Irmandade para forçar a saída de Mubarak. Eu não entendia como podíamos ser acusados simultaneamente de ajudar e de repelir a Irmandade Muçulmana, mas a lógica nunca entra em jogo numa boa teoria de conspiração.

Quando retornei ao Egito em julho de 2012, encontrei mais uma vez as ruas do Cairo fervilhando de protestos, mas dessa vez não eram dirigidos ao governo — eram dirigidos a mim. Uma multidão se reuniu diante do meu hotel, e, enquanto entrávamos na garagem pelo portão lateral, as pessoas batiam nos nossos veículos. A polícia egípcia nada fez para impedi-las, e os agentes da minha Segurança Diplomática foram forçados a empurrar a multidão para trás, algo que habitualmente não fariam. Dentro do meu quarto, a uma altura de mais de doze andares, eu podia ouvir o alarido de raivosas palavras de ordem antiamericanas. Minha segurança e minha equipe passaram uma noite de ansiedade, preparadas para evacuar o hotel se necessário. Apesar dos avisos de mais protestos em Alexandria, insisti que nos ativéssemos ao plano e voássemos para lá no dia seguinte para abrir oficialmente o consulado americano depois da reforma. Após o evento, ao sair para nos dirigirmos aos carros, fomos obrigados a andar perto da nervosa multidão. Toria Nuland, minha intrépida porta-voz, foi atingida na cabeça por um tomate (ela aceitou o golpe com extrema elegância), e um homem bateu com seu sapato na janela do meu carro enquanto saíamos para ir ao aeroporto.

No Cairo, além dos meus encontros com Morsi e os generais, me reuni na embaixada americana com um grupo de preocupados cristãos coptas. Eles estavam profundamente ansiosos com o que o futuro reservava a eles e ao país. Foi uma conversa muito pessoal e emocionada.

Uma das cenas mais comoventes da revolução na praça Tahrir foi quando manifestantes cristãos formaram um círculo de proteção em volta de seus camaradas muçulmanos durante o chamado para preces. O inverso também ocorreu quando os cristãos celebravam a missa. Infelizmente, esse espírito de unidade não perdurou. Apenas um mês depois da queda de Mubarak, houve relatos da cidade de Qina de que um grupo de salafistas tinha cortado a orelha de um professor cristão copta e incendiado sua casa e seu carro. Outros ataques se seguiram. A eleição de Morsi apenas exacerbou os temores na comunidade cristã.

Na nossa reunião, um dos participantes mais agitados mencionou um boato falso especialmente ultrajante. Ele acusou a minha fiel assessora Huma Abedin, que é muçulmana, de ser agente secreta da Irmandade Muçulmana. Essa alegação fora espalhada nos Estados Unidos por alguns políticos e jornalistas de direita especialmente irresponsáveis e demagógicos, inclusive por membros do Congresso, e agora tinha aparecido no Cairo. Eu não ia permitir que isso ficasse daquele jeito e disse a ele, em termos que não davam margem à dúvida, o quanto estava errado. Após alguns minutos de conversa, o constrangido acusador pediu desculpas e perguntou por que um membro do Congresso dos Estados Unidos faria tal afirmação se não fosse verdadeira. Eu ri e disse que infelizmente havia notícias falsas de sobra circulando no Congresso. Depois da reunião, Huma foi direto até o homem, educadamente se apresentou e ofereceu-se para responder a quaisquer perguntas que ele tivesse. Foi um gesto caracteristicamente gracioso da parte dela.

Particularmente, eu estava furiosa com os ataques a Huma por diversos membros ignorantes da Câmara. Assim, fiquei grata ao senador John McCain, que tinha chegado a conhecê-la bem no correr dos anos, quando ele subiu à tribuna do Senado e deixou claro o seu desdém: "Quando alguém, especialmente um membro do Congresso, lança ataques maldosos e degradantes contra colegas americanos com base em nada mais do que o medo daquilo que eles são, essa pessoa difama o espírito da nossa nação, e todos nós ficamos mais pobres por causa disso. Nossa reputação, nosso caráter, são a única coisa que deixamos para trás quando partimos deste mundo. E atos injustos, que caluniam o bom nome de uma pessoa honrada e decente, não são apenas errados, são contrários a tudo que nos é caro".

Várias semanas depois, com Huma sentada ao seu lado na ceia anual do Iftar na Casa Branca para quebrar o jejum do Ramadã, o presidente Obama também a defendeu dizendo: "O povo americano tem para com ela uma dívida de gratidão, porque Huma é uma patriota americana e um exemplo do que precisamos neste país: mais servidores públicos com seu senso de honestidade, sua delicadeza e sua generosidade de espírito. Assim, em nome de todos os americanos, nós lhe agradecemos muito". O presidente dos Estados Unidos e um dos mais renomados heróis de guerra do nosso país formam uma bela dupla. Era um real testemunho do caráter de Huma.

No nosso encontro, eu disse aos líderes coptas que os Estados Unidos se manteriam firmemente do lado da liberdade religiosa. Todos os cidadãos devem ter o direito de moradia, trabalho e liberdade de culto, sejam eles muçulmanos, cristãos ou de alguma outra procedência religiosa. Nenhum grupo ou facção deve impor aos outros sua autoridade, ideologia ou religião. Os Estados Unidos estavam preparados para trabalhar com os líderes que o povo egípcio escolhesse, mas nosso compromisso com essas autoridades seria baseado no compromisso deles com os direitos humanos e os princípios democráticos universais.

Infelizmente, os meses e os anos seguintes provaram que as minhas primeiras preocupações relativas às dificuldades de transições democráticas eram fundamentadas. A Irmandade Muçulmana consolidou seu poder, mas fracassou em governar de modo transparente ou inclusivo. O presidente Morsi frequentemente entrava em choque com o judiciário, buscou marginalizar seus adversários políticos em vez de construir um consenso nacional amplo, pouco fez para melhorar a economia e permitiu que a perseguição a minorias continuasse a se perpetrar, inclusive aos cristãos coptas, mas chegou a surpreender alguns céticos mantendo o tratado de paz com Israel e ajudando a negociar o cessar-fogo em Gaza, em novembro de 2012. Mais uma vez, os Estados Unidos se depararam com o clássico dilema: deveríamos fazer negócios com um líder de quem discordávamos em tantas coisas em nome do avanço de interesses de segurança

essenciais? Estávamos de volta à corda bamba, tentando nos equilibrar sem respostas fáceis ou boas opções.

Em julho de 2013, com milhões de egípcios novamente protestando nas ruas, dessa vez contra os exageros do governo Morsi, os militares sob o comando do sucessor de Tantawi, o general Abdul-Fattah el-Sisi, entraram em cena pela segunda vez. Derrubaram Morsi e começaram uma nova e agressiva repressão contra a Irmandade Muçulmana.

Hoje, as perspectivas de uma democracia egípcia não parecem nada boas. Sisi está concorrendo à presidência com uma oposição de fachada, e ele parece estar seguindo o molde clássico do homem forte do Oriente Médio. Muitos egípcios parecem cansados do caos e prontos a retornar à estabilidade, mas há poucas razões para crer que o governo militar restaurado seja mais sustentável do que era sob o governo de Mubarak. Para isso, esse governo deveria ser mais inclusivo, mais responsável pelas necessidades do povo e, por fim, mais democrático. No final, o teste para o Egito e outros países do Oriente Médio será que sejam capazes de construir instituições democráticas dignas de credibilidade que garantam os direitos de todo cidadão, ao mesmo tempo oferecendo segurança e estabilidade em face de velhas inimizades geradas pela divisão religiosa, étnica, econômica e geográfica. Isso não será fácil, como a história recente tem mostrado, mas a alternativa é assistir à região continuar afundando na areia.

O rei Abdullah ii da Jordânia conseguiu se manter afastado da onda de agitação que varreu para longe outros governos na região durante a Primavera Árabe. A Jordânia organizava eleições legislativas dignas de credibilidade e começava a reprimir a corrupção, mas a economia permanecia estagnada, em grande medida porque a Jordânia é um dos países mais carentes de energia do mundo. Aproximadamente 80% de sua energia provinha de gás natural enviado do Egito via gasodutos, mas, após a queda de Mubarak e o aumento da instabilidade no Sinai, esses dutos, que também transportavam gás para Israel, tornaram-se alvo frequente de ataques e sabotagem, interrompendo o fluxo de energia para a Jordânia.

Subsídios governamentais de custo elevado impediam que o preço da eletricidade saísse de controle, mas, como resultado, a dívida pública do país não parava de crescer. O rei se defrontava com um dilema difícil: cortar subsídios, deixar o preço da energia subir e enfrentar a ira da população ou manter os subsídios e correr o risco de um colapso financeiro.

Uma resposta óbvia ficava a leste, no Iraque, onde os Estados Unidos ajudavam o governo do primeiro-ministro Nouri al-Maliki a reconstruir sua destruída indústria de gás e petróleo. Uma fonte de energia menos óbvia e mais controversa ficava a oeste, em Israel, que acabara de descobrir extensas reservas de gás natural no leste do Mediterrâneo. Os dois países estavam em paz desde a assinatura do histórico tratado em 1994, mas Israel continuava sendo profundamente impopular entre o povo jordaniano, cuja maioria é de origem palestina. Dados todos os seus outros problemas, podia o rei arriscar-se a mais protestos em troca de um importante tratado comercial com Israel? E podia permitir-se não fazê-lo? Num almoço com o rei no Departamento de Estado em janeiro de 2012, e em discussões subsequentes com seu ministro de Relações Exteriores Nasser Judeh, insisti com eles para que começassem a conversar com os israelenses — em segredo se necessário.

Com o apoio dos Estados Unidos, a Jordânia começou a negociar tanto com o Iraque como com Israel. Em 2013 foi assinado um acordo com o Iraque que, com a construção de um duto do sul do Iraque até Aqaba no mar Vermelho, forneceria à Jordânia 1 milhão de barris/dia de óleo cru e mais de 250 milhões de pés cúbicos de gás natural. Após um ano de conversas secretas com Israel, no começo de 2014 foi anunciado um acordo para uso de gás natural israelense do leste do Mediterrâneo para abastecer uma fábrica do lado jordaniano do mar Morto. O rei não estava

errado em ser cauteloso; representantes da Irmandade Muçulmana na Jordânia classificaram o acordo com a "entidade sionista" como um "ataque à causa palestina". Porém esse tratado prometia um futuro de maior segurança energética para a Jordânia e uma nova fonte de cooperação para dois vizinhos numa região de enormes desafios.

Talvez o nosso ato de equilíbrio mais delicado no Oriente Médio tenha sido com os nossos parceiros no Golfo Pérsico: Bahrein, Kuwait, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (EAU). Os Estados Unidos haviam desenvolvido profundos laços econômicos e estratégicos com essas monarquias ricas e conservadoras, mesmo que não fizéssemos segredo da nossa preocupação com as violações dos direitos humanos, especialmente o tratamento dado a mulheres e minorias, e com a exportação de ideologia extremista.

Todos os governos americanos se debateram com as contradições da nossa política em relação ao Golfo. As escolhas nunca foram tão difíceis quanto após o Onze de Setembro. Os americanos ficaram chocados pelo fato de quinze dos dezenove sequestradores e o próprio Osama bin Laden terem saído da Arábia Saudita, um país que havíamos defendido na Guerra do Golfo de 1991. E era assustador que o dinheiro do Golfo continuasse financiando madraçais e propaganda extremistas pelo mundo inteiro.

Ao mesmo tempo, esses governos tinham muitas das nossas maiores preocupações em relação à segurança. A Arábia Saudita expulsara Bin Laden, e as forças de segurança do reino tinham se tornado fortes parceiras na luta contra a Al-Qaeda. A maioria dos Estados do Golfo compartilhava das nossas preocupações em relação ao Irã e seu desenvolvimento de armas nucleares, junto com seu agressivo apoio ao terrorismo. Essas tensões estavam enraizadas numa antiga cisão sectária dentro do islã: o Irã é predominantemente xiita, enquanto os países do Golfo são predominantemente sunitas. O Bahrein é uma exceção. Ali, como no Iraque de Saddam, uma elite da minoria sunita governa uma maioria xiita. Na Síria a situação é inversa.

Para respaldar nossos interesses de segurança comuns ao longo dos anos e ajudar a deter a agressão iraniana, os Estados Unidos venderam grandes quantidades de equipamento militar aos países do Golfo e estacionaram a 5ª Frota da Marinha no Bahrein e o Centro de Operações Aéreas e Espaciais Combinadas no Catar, mantendo além disso tropas no Kuwait, na Arábia Saudita e nos EAU, bem como bases-chave em outros países.

Quando me tornei secretária de Estado, desenvolvi relações pessoais com líderes do Golfo, tanto individualmente quanto como grupo, por meio do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), uma associação política e econômica dos países da região. Criamos um diálogo de segurança Estados Unidos-CCG para identificar nossa cooperação. A maior parte do foco das nossas discussões eram o Irã e o contraterrorismo, mas eu pressionava os líderes acerca da necessidade de abrir suas sociedades, respeitar os direitos humanos e de oferecer mais oportunidades aos jovens e às mulheres.

Ocasionalmente, como o egrégio caso do casamento infantil na Arábia Saudita, fui capaz de fazer algum progresso. Fiquei sabendo acerca de uma menina de oito anos cujo pai a forçou a se casar com um homem de cinquenta anos em troca de uns 13 mil dólares. Os tribunais sauditas rejeitaram os pedidos da mãe para impedir o casamento, e não parecia que o governo fosse intervir. Eu sabia que constranger governos com condenações públicas pode ser um tiro pela culatra, fazendo com que finquem o pé ainda mais. Em vez de convocar uma coletiva de imprensa para condenar a prática e exigir alguma atitude, procurei um meio de persuadir os sauditas a fazerem a coisa certa sem maior alarde. Recorrendo discretamente aos canais diplomáticos, mandei um recado simples, porém firme: "Resolvam vocês mesmos essa situação, e não abriremos a boca". Os sauditas indicaram um novo juiz, que rapidamente concedeu o

divórcio. Foi uma lição que aprendi no mundo inteiro: existe uma hora para fazer alarido — e eu fiz um bocado —, mas às vezes o melhor jeito de conseguir uma mudança real, em diplomacia e na vida, é construir relações e compreender como e quando usá-las.

Respondi de maneira diferente à proibição de mulheres motoristas na Arábia Saudita. Em maio de 2011, uma ativista saudita postou um vídeo na internet dirigindo um carro e foi em seguida detida e presa por nove dias. Em junho, dezenas de mulheres em toda a Arábia Saudita pegaram o volante em protesto. Conversei por telefone com o ministro das Relações Exteriores saudita, o príncipe Saud al-Faisal, e expus a minha preocupação pessoal sobre o assunto. Nesse caso também falei publicamente, chamando as mulheres de "corajosas" e expressando o quanto eu estava comovida pelos seus atos. Quando outro grupo de mulheres voltou a protestar contra a proibição, em 26 de outubro de 2013, alguns oponentes apontaram falsamente a data — meu aniversário — como prova de que o protesto fora organizado fora da Arábia Saudita. Infelizmente para o reino e suas mulheres, a proibição continua.

Quando viajei à Arábia Saudita em fevereiro de 2010, me dividi entre conversas sobre segurança com o rei e uma visita a uma universidade feminina em Jedá. Ambos foram memoráveis à sua maneira.

Fui recebida no aeroporto de Riad, a capital, pelo príncipe Saud al-Faisal, um membro da realeza de setenta anos, formado em Princeton, que atuava como ministro das Relações Exteriores do reino desde 1975. Como a maioria dos sauditas que conheci, ele alternava entre vestir elegantes ternos sob medida e longas túnicas com uma kafiah na cabeça. Apreciei passar algum tempo com o príncipe, que compreendia as forças da tradição e da modernidade que competiam pela supremacia na região.

O rei Abdullah, que estava na casa dos oitenta anos, me convidara a visitá-lo no seu acampamento no deserto na periferia da cidade e, numa deferência especial para mim, mandou seu luxuoso ônibus pessoal para nos pegar. O ônibus era ricamente equipado, e o príncipe e eu nos sentamos de lados opostos do corredor em finos assentos de couro enquanto viajávamos para o campo. Notei diversos acampamentos repletos de camelos. O príncipe e eu iniciamos uma conversa engraçada sobre a popularidade dos camelos do reino, que parece provir de razões tanto práticas quanto sentimentais. Ele discorreu sobre a longa história dos nômades com seus camelos, mas confessou que pessoalmente não gostava deles. Fiquei surpresa — imagine um australiano que deteste coalas ou um chinês que odeie pandas —, mas eu ainda não havia convivido com camelos e ouvi dizer que eles podem ser muito mal-humorados.

Logo chegamos ao que nos havia sido descrito como um "acampamento" no deserto, mas que acabou se revelando uma gigantesca tenda com ar-condicionado montada num palácio com piso de mármore e banheiros dourados, cercado de trailers e helicópteros. O digno monarca em uma longa túnica preta nos aguardava. Ao contrário de alguns colegas americanos, que gostam de ir direto ao assunto, geralmente começo as conversas oficiais com uma breve fala que demonstra meu respeito e amizade. Então, continuei com o tema dos camelos. "Quero que saiba, Majestade, que Sua Alteza acha os camelos feios", disse eu, apontando para o príncipe Saud. O rei sorriu. "Penso que Sua Alteza não estava sendo justo com os camelos", disse ele. O rei, o príncipe e eu gracejamos por um tempinho e então ele convidou toda a nossa comitiva de viagem, que consistia em quase quarenta pessoas, incluindo o pessoal da imprensa, para acompanhá-lo num elaborado almoço. Ele me conduziu junto à mesa de um bufê que parecia interminável, com dois criados andando atrás de nós com as bandejas. Havia dezenas de pratos, desde os prediletos locais, como cordeiro com arroz, até lagosta e paella. Os jornalistas e a equipe, para quem as refeições na estrada geralmente são do tipo o-que-der-para-pegar, pareciam

que tinham morrido e ido para um céu da comida. Garçons pairavam ao redor, prontos para reabastecer nossos pratos. Sentei-me ao lado do rei na cabeceira de uma longa mesa em U, com uma gigantesca televisão de tela plana no meio do espaço vazio, proeminentemente posicionada para que o rei pudesse assistir ao jogo de futebol e a corridas *off-road* enquanto comíamos. Ele aumentou muito o volume para que ninguém na sala lotada pudesse ouvir nossa conversa. Eu me inclinei e comecei a falar.

Naquela tarde, passamos quatro horas juntos, analisando os desafios da região, do Irã ao Iraque até os israelenses e palestinos. O rei falou energicamente sobre a necessidade de impedir o Irã de adquirir armas nucleares e nos instou a assumir uma linha mais dura com Teerã. Manifestou sua esperança de que mais estudantes sauditas tivessem permissão de estudar nos Estados Unidos, o que se tornara mais difícil depois do Onze de Setembro. Foi um encontro produtivo e sinalizou que a nossa parceria assentava-se sobre uma base sólida. As diferenças entre as nossas culturas, valores e sistemas políticos são imensas, mas trabalhar juntos onde for possível representa um avanço nos interesses americanos.

No dia seguinte, tive um lembrete de primeira mão de quão complicado é tudo isso. A mãe de Huma, a dra. Saleha Abedin, é sub-reitora da Universidade de Dar Al-Hekma, uma instituição para mulheres em Jedá, que eu me comprometera a visitar em caráter informal para uma conversa com as alunas. Quando entrei no auditório, vi uma multidão de jovens, todas com os cabelos cobertos com *hijabs*, e algumas com o rosto também coberto.

Em árabe, *Dar Al-Hekma* significa "A Casa da Sabedoria", e falei com as alunas sobre quanta sabedoria existe em assegurar que as moças, bem como os rapazes, tenham acesso à educação. Citei o poeta egípcio Hafez Ibrahim, que escreveu: "Uma mãe é uma escola. Dá poder a ela e estarás dando poder a uma grande nação". E falei sobre as minhas próprias experiências com o ensino exclusivamente feminino em Wellesley. As alunas me cobriram de perguntas que sondavam acerca de tudo, desde as ambições nucleares do Irã até a situação dos palestinos e as perspectivas para a reforma do serviço de saúde nos Estados Unidos. Uma delas me perguntou o que eu achava de Sarah Palin e se eu me mudaria para o Canadá se algum dia ela se tornasse presidente. (Não, eu disse, eu não fugiria.) Aquelas mulheres podiam ter oportunidades limitadas de participar publicamente na sua sociedade ultraconservadora, mas não havia nada de limitado em sua inteligência, energia e curiosidade.

Durante toda a palestra, uma das oficiais de segurança, que estava coberta de preto da cabeça aos pés, com duas minúsculas fendas para os olhos, manteve um olhar vigilante em todos os americanos. Ela não deixaria nenhum dos homens do staff ou jornalistas chegar perto das alunas. Enquanto eu arrumava minhas coisas no palco no fim da palestra, ela se aproximou de Huma e cochichou em árabe: "Eu adoraria tirar uma foto com ela". Quando terminei, Huma me puxou de lado e apontou para a mulher velada. "Devemos ir a uma sala privada para isso?", indaguei, por respeito ao recato da mulher. Ela fez que sim, e nos enfiamos numa salinha. Aí, quando estávamos prestes a tirar a foto, a mulher tirou o véu, revelando um enorme sorriso. A câmera bateu a foto, e o véu voltou a descer. Bem-vindas à Arábia Saudita.

Quase um ano depois, o delicado equilíbrio das nossas relações no Golfo ameaçou a se romper. A onda de protestos populares que começara na Tunísia e atingiu o Egito não parou ali. O clamor por reformas políticas e oportunidades econômicas espalhou-se por todo o Oriente Médio. Nenhum país ficou incólume. O Iêmen quase foi reduzido a frangalhos, e o presidente Saleh acabou sendo obrigado a deixar o cargo. A Líbia mergulhou numa guerra civil. Os governos da Jordânia e do Marrocos realizaram reformas cautelosas, mas reais. Na Arábia Saudita, a família real abriu seus enormes bolsos numa tentativa de aplacar os cidadãos com

programas de bem-estar social mais generosos.

O Bahrein, como base central da Marinha dos Estados Unidos no Golfo Pérsico, era um caso excepcionalmente complicado para nós. Na menos rica das monarquias do Golfo, as manifestações assumiram uma dimensão sectária, com a maioria xiita protestando contra os governantes sunitas. Em meados de fevereiro de 2011, multidões que exigiam reformas democráticas e igualdade para todos os cidadãos do Bahrein, independentemente da seita, reuniram-se no principal cruzamento de tráfego no centro de Manama chamado praça da Pérola. Os acontecimentos na Tunísia e no Egito deixaram as forças de segurança em toda a região extremamente inquietas, e alguns incidentes iniciais de força excessiva em Manama levaram mais cidadãos revoltados para as ruas.

Por volta das três da manhã da terça-feira, 17 de fevereiro, um punhado de manifestantes acampados na praça da Pérola foram mortos numa investida da polícia, deflagrando uma indignação generalizada, mas os líderes sunitas no Bahrein e nos países vizinhos do Golfo não viam os protestos predominantemente xiitas como um levante popular pela democracia; viam-nos como a mão oculta do Irã. Estavam preocupados que seu grande adversário do outro lado das águas estivesse fomentando agitação com o objetivo de enfraquecer seus governos e melhorar sua própria posição estratégica. Dado o histórico do Irã, não era um temor insensato, mas isso turvava a sua percepção das queixas legítimas do povo, levando ao uso da força.

Telefonei para o ministro das Relações Exteriores do Bahrein, o xeque Khalid bin Ahmed al Khalifa, para expressar a minha preocupação com a violência e a possibilidade de os acontecimentos saírem de controle. O dia seguinte seria crucial, e eu esperava que o seu governo tomasse medidas para evitar mais violência em torno dos funerais dos manifestantes mortos e das preces de sexta-feira, que haviam se tornado fontes de mobilização na região. Reagir a protestos pacíficos com a força era receita para mais problemas. “Essa é uma leitura equivocada do mundo em que estamos, que está se tornando um ambiente muito mais complicado”, disse eu. “Quero que ouça isso de mim. Não queremos nenhuma violência que permita uma interferência externa nos seus assuntos internos. Para evitar essa situação, deve haver um esforço de consultas genuínas.” Ambos sabíamos que “interferência externa” era um código para o Irã. Meu argumento era de que a força excessiva poderia levar a uma instabilidade de que o Irã poderia tirar vantagem, o que era exatamente o tipo de coisa que o seu governo queria evitar.

O ministro pareceu preocupado e suas respostas apenas aumentaram a minha aflição. Ele disse que a ação policial não tinha sido planejada, culpou os manifestantes por darem início à violência e prometeu que seu governo estava comprometido com o diálogo e as reformas. “Essas mortes foram catastróficas”, declarou ele. “Estamos à beira de um abismo sectário.” Era uma frase arrepiante. Eu lhe disse que enviaria Jeff Feltman para o Bahrein imediatamente. “Nós iremos com sugestões, tentando ser úteis e produtivos durante esses momentos difíceis. Não estou dizendo que existe uma resposta fácil. A sua situação é particularmente desafiadora por conta do problema de seitas que vocês enfrentam. Não tenho dúvida de que vocês têm um vizinho de extrema importância interessado nessa questão, de um jeito que os outros países não estão.”

Instigado a agir por medo da crescente violência e incentivado por Jeff, que passou muito tempo em terra em Manama durante as semanas seguintes, o príncipe herdeiro do Bahrein tentou organizar um diálogo nacional para abordar algumas das preocupações dos manifestantes e aliviar as tensões que tomavam conta do país. O príncipe herdeiro era um moderado que compreendia a necessidade de reformas e era a melhor chance da família governante de conciliar as facções concorrentes no país. Nos bastidores, Jeff trabalhava para negociar um entendimento

entre a família real e os líderes mais moderados da oposição xiita, mas os protestos continuavam a crescer, e, em março, os manifestantes exigiam a extinção total da monarquia. Choques com a polícia eram cada vez maiores e mais violentos. Parecia que o governo estava perdendo o controle, e membros conservadores da família governante pressionavam o príncipe herdeiro a abandonar seus esforços de mediação.

No domingo, 13 de março, nosso adido de defesa na embaixada em Riad relatou uma movimentação de tropas incomum na Arábia Saudita, que poderiam estar se dirigindo ao Bahrein. Jeff ligou para o ministro das Relações Exteriores dos Emirados, o xeque Abdullah bin Zayed Al-Nahyan, ou AbZ, como em geral nos referíamos a ele, que confirmou que uma intervenção militar estava prestes a ser desfechada. O governo do Bahrein convidaria seus vizinhos a ajudar a prover segurança. Não tinham visto a necessidade de informar os Estados Unidos, pois não pretendiam pedir a nossa permissão nem receber quaisquer pedidos para parar. No dia seguinte, milhares de soldados sauditas cruzaram a fronteira entrando no Bahrein com cerca 150 veículos blindados. Seguiram-se aproximadamente quinhentos policiais dos Emirados.

Eu estava preocupada com aquela escalada e com um banho de sangue se os tanques sauditas começassem a rodar pelas ruas cheias de barricadas de Manama. E o momento não poderia ter sido pior. Naquele exato instante estávamos profundamente mergulhados em negociações diplomáticas a fim de formar uma coalizão internacional para proteger os civis líbios de um massacre iminente por parte do coronel Muamar Kadafi, e contávamos com os Emirados e outras nações do Golfo para desempenhar papéis principais. A Liga Árabe havia votado em 12 de março para pedir que o Conselho de Segurança da ONU impusesse uma zona de exclusão aérea na Líbia, e a participação ativa desses países em qualquer operação militar proveria legitimidade na região. De outra forma, a comunidade internacional talvez não pudesse agir. Depois do Iraque e do Afeganistão, não iríamos nos arriscar a parecer que estávamos lançando outra intervenção ocidental num país muçulmano.

Eu estava em Paris para reuniões sobre a Líbia, assim como AbZ, então combinamos de nos encontrar no meu hotel. Na entrada, ele foi indagado por um repórter acerca da situação no Bahrein. “O governo do Bahrein nos pediu ontem que buscássemos meios de ajudá-los a dissolver a tensão”, respondeu. Eu estava preocupada que acontecesse exatamente o contrário. No dia seguinte, o rei do Bahrein declarou estado de emergência. Falei com o ministro das Relações Exteriores saudita e o instei a evitar o uso da força para dispersar os manifestantes. Dê só mais um tempinho ao Jeff para fazer as negociações dar certo, disse eu. Até mesmo 24 horas poderiam fazer diferença. Estávamos perto de um acordo com o principal partido político xiita para que eles se retirassem das principais áreas da cidade em troca de o governo afirmar o direito a protestos pacíficos e dar início a um diálogo de boa-fé. Saud al-Faisal foi implacável. Os manifestantes deviam ir para casa e deixar a vida normal retomar seu curso, disse ele. Só então poderíamos conversar sobre um acordo. E culpou o Irã por fomentar a agitação e apoiar os radicais. Era hora de pôr um fim à crise e devolver estabilidade ao Golfo, concluiu.

No dia 16 de março, forças de segurança entraram para esvaziar a praça da Pérola. Tropas de choque apoiadas por tanques e helicópteros se chocaram com os manifestantes, usando gás lacrimogênio para expulsá-los de seu acampamento improvisado. Cinco pessoas foram mortas. A chegada de tropas sauditas e esses novos atos de repressão inflamaram a opinião xiita em todo o país. Sob pressão da linha dura de ambos os lados, as negociações entre a oposição e o príncipe herdeiro caíram por terra.

Eu estava numa reunião no Cairo com as autoridades egípcias de transição e fiquei desanimada com as reportagens que chegavam do Bahrein. Numa entrevista com a BBC, falei

inocentemente sobre as minhas preocupações. “A situação no Bahrein é alarmante”, disse eu. “Nós conclamamos nossos amigos no Golfo — quatro deles assistindo os esforços de segurança do Bahrein — a forçar uma solução política, não um impasse de segurança.”

“Então que influência vocês ainda têm em países como o Bahrein e a Arábia Saudita?”, perguntou Kim Ghattas da BBC. “Eles são seus aliados. Vocês treinam os seus exércitos. Suprem-nos com armamentos. E ainda assim, quando os sauditas decidiram mandar tropas para o Bahrein — e eu acredito que Washington tenha deixado claro que não ficou nada contente com isso —, eles disseram: ‘Não interfiram. Este é um assunto interno do CCG’.” Era verdade, e era frustrante.

“Bem, eles estão informados do que nós pensamos”, repliquei. “E temos a intenção de deixar isso muito claro pública e privadamente, e faremos tudo que pudermos para tentar tirar essa questão dessa trilha errada, a qual acreditamos que irá minar o progresso de longo prazo no Bahrein, e passar para a trilha certa, que é a trilha política e econômica.”

Essas palavras podiam soar como bastante razoáveis — e eram —, mas foram mais contundentes do que o tom que geralmente adotamos para falar em público sobre os países do Golfo. Meu recado foi ouvido em alto e bom som no Golfo. Em Riad e em Abu Dhabi, nossos parceiros ficaram zangados e ofendidos.

Em 19 de março, eu estava de volta a Paris, dando os toques finais na coalizão para a Líbia. Com as forças de Kadafi começando a cercar a fortaleza rebelde de Bengasi, as operações aéreas apoiadas pela ONU eram iminentes. Conversei mais uma vez com AbZ e enfatizei que os Estados Unidos continuavam comprometidos com a nossa parceria, da mesma forma que eu pessoalmente. Fez-se um demorado silêncio ao telefone, e a linha foi cortada. Teriam as coisas chegado a um ponto tão ruim?, perguntei-me. Então a ligação foi restabelecida. “Você me ouviu?”, indaguei. “Eu estava escutando!”, respondeu ele. “Ótimo, eu estava falando e falando, e de repente houve um longo silêncio e eu pensei: o que foi que eu fiz?” Ele riu. Porém em seguida ficou novamente sério e desferiu um golpe pesado. “Francamente, quando estamos numa situação com as nossas Forças Armadas no Bahrein, é difícil participar de outra operação se o envolvimento das nossas Forças Armadas no país é questionado pelo nosso principal aliado”, disse ele. Em outras palavras, esqueça a participação árabe na missão da Líbia.

Aquilo estava se transformando num desastre. Eu precisava consertar a situação, e rápido. Mas como? Ali não havia boas opções. Nossos valores e nossa consciência exigiam que os Estados Unidos condenassem a violência contra civis que estávamos vendo no Bahrein, ponto-final. No fim das contas, era exatamente esse princípio que estava em jogo na Líbia. Porém, se persistíssemos, a coalizão internacional cuidadosamente construída para impedir Kadafi poderia ruir na última hora, e poderíamos fracassar em impedir um abuso muito maior — um massacre em larga escala.

Eu disse a AbZ que queria chegar a um entendimento construtivo. Ele perguntou se podíamos nos encontrar pessoalmente. “Estou lhe escutando agora, e queremos achar uma saída. E você sabe que estamos ansiosos para tomar parte na Líbia”, disse ele. Após algumas horas, pouco depois das seis da tarde em Paris, reuni-me com AbZ e lhe disse que eu podia elaborar uma declaração que permanecesse fiel aos nossos valores sem ser insultuosa a eles. Esperava que isso fosse suficiente para convencer os Emirados a aderir à missão na Líbia. Se não, estávamos preparados para ir adiante sem eles.

Naquela noite, concedi uma coletiva de imprensa na imponente casa do embaixador americano em Paris. Falei sobre a Líbia e salientei que a liderança árabe na campanha aérea era crucial. Então voltei-me ao Bahrein: “Nosso objetivo é um processo político digno de crédito que possa atender às aspirações legítimas de todo o povo do Bahrein, a começar com o diálogo do

príncipe herdeiro, do qual todas as partes deveriam participar". O Bahrein tinha o direito de convidar a entrada de forças de países vizinhos, acrescentei, e nós recebíamos de bom grado a palavra dos países do Golfo de que proveriam um pacote de ajuda fundamental para o desenvolvimento social e econômico. "Nós deixamos claro que somente segurança não pode resolver os desafios enfrentados pelo Bahrein", continuei. "A violência não é e não pode ser a resposta. A resposta é um processo político. Expomos a nossa preocupação com as medidas em curso diretamente às autoridades do Bahrein, e continuaremos a fazê-lo."

As diferenças de tom e conteúdo do que eu tinha dito no Cairo eram relativamente pequenas, e eu me sentia confortável por não termos sacrificado os nossos valores nem a nossa credibilidade. Poucos observadores externos, se é que houve algum, chegaram a notar qualquer mudança. Logo os jatos árabes estavam sobrevoando a Líbia.

Eu gostaria que tivéssemos opções melhores no Bahrein, e mais influência para produzir um resultado positivo. Continuamos a manifestar a nossa opinião nos meses seguintes, enfatizando que detenções em massa e força bruta estavam em desacordo com os direitos universais dos cidadãos do Bahrein e não fariam com que as reivindicações legítimas por reformas desaparecessem. Também continuamos a trabalhar próximos ao governo do Bahrein e seus vizinhos no Golfo sobre uma variedade de assuntos.

Em novembro de 2011, num discurso no Instituto Democrático Nacional em Washington, abordei algumas das questões que haviam surgido acerca dos Estados Unidos e a Primavera Árabe. Uma das que ouvíamos com frequência era: por que os Estados Unidos promovem a democracia de um jeito em alguns países e de outro jeito em outros? Em suma, por que insistimos com Mubarak para abrir mão do poder no Egito e mobilizamos uma coalizão militar internacional para impedir Kadafi na Líbia, enquanto continuamos mantendo relações com o Bahrein e outras monarquias do Golfo?

A resposta, disse eu, começava com um ponto bastante prático. As circunstâncias variavam drasticamente de país para país, e "seria tolice adotar uma abordagem única para todos e aplicá-la a todos independentemente das circunstâncias locais". O que era possível e fazia sentido num lugar poderia não ser possível ou sensato em outro. E também era verdade, prossegui, que os Estados Unidos têm muitos interesses nacionais importantes na região, que nem sempre se alinharão perfeitamente, apesar dos nossos melhores esforços. "Sempre vamos ter de fazer uma coisa e outra ao mesmo tempo." Isso certamente era verdade no Bahrein. Os Estados Unidos sempre terão parceiros imperfeitos que sem dúvida nos veem também como imperfeitos, e sempre nos defrontaremos com imperativos que nos levem a ter compromissos imperfeitos.

Pude ver isso em fevereiro de 2012, quando voltei à Tunísia, onde haviam começado as convulsões da Primavera Árabe. As tropas de choque tinham sumido. Não havia mais spray de pimenta no ar. O barulho do protesto havia se aquietado. Um partido islamita moderado tinha vencido com uma pluralidade de votos numa eleição aberta, competitiva e legítima. Seus líderes prometeram abraçar a liberdade de religião e direitos plenos para as mulheres. Os Estados Unidos garantiram significativo apoio financeiro, e começamos a trabalhar para expandir o comércio e investimentos que fariam com que a economia voltasse a se movimentar. O novo governo enfrentava muitos desafios, e os anos pela frente seriam pedregosos, mas havia motivo para esperar que, pelo menos na Tunísia, a promessa da Primavera Árabe poderia efetivamente se realizar.

Eu queria conversar com os jovens que tinham proporcionado a essência emocional da revolução e que teriam mais a ganhar se a democracia fincasse raiz na Tunísia. Cerca de duzentos jovens reuniram-se comigo no Palais Baron d'Erlanger, um centro de música árabe e

mediterrânea no alto de um penhasco à beira-mar. Falei do duro trabalho de fazer a transição para a democracia e sobre o papel que a geração deles podia desempenhar. Então ouvi perguntas. Um jovem advogado pediu o microfone: “Acho que existe entre os jovens na Tunísia e por toda a região um profundo sentimento de desconfiança em relação ao Ocidente em geral e aos Estados Unidos em particular. E muitos observadores explicam em parte o surgimento do extremismo na região e na Tunísia como consequência desse ceticismo”, disse ele. “E, até mesmo em meio à principal corrente moderada e à juventude pró-Ocidente, há uma sensação de desespero e fatalismo quando se trata da possibilidade de construir uma parceria real e duradoura que seja baseada em interesses mútuos. Será que os Estados Unidos têm consciência desse problema? E como a senhora acha que devemos abordá-lo?”.

Ele acabara de apontar o dedo para um dos nossos maiores desafios. E eu compreendia que a desconfiança que ele e tantos outros sentiam estava relacionada com os compromissos que precisávamos fazer no Oriente Médio. “Nós temos consciência disso”, respondi. “E nós lamentamos. Sentimos que isso não reflete os valores ou a política dos Estados Unidos.” Tentei explicar por que os Estados Unidos haviam trabalhado com autocratas na região por tanto tempo, desde Ben Ali na Tunísia, passando por Mubarak no Egito até os nossos parceiros no Golfo. “Precisamos tratar com os governos locais. E, sim, nós fizemos isso. Tratamos com governos locais exatamente da mesma forma que tratamos com governos de todo lugar. Neste exato momento, estamos numa discussão enorme com a Rússia e a China porque não querem concordar com a resolução do Conselho de Segurança para ajudar os pobres da Síria. Mas não paramos de tratar com a Rússia e a China em inúmeros outros assuntos pelo fato de termos discordâncias com eles. Então, creio que parte disso é reconhecermos a realidade com que os governos têm de lidar e termos uma visão do todo.”

Eu sabia que não era uma resposta plenamente satisfatória, mas era a verdade. Os Estados Unidos sempre farão o que for necessário para manter nosso povo seguro e promover nossos interesses essenciais. Às vezes, isso significa trabalhar com parceiros com quem temos profundas discordâncias.

Entretanto, há outra parte do todo que muitas vezes se perde, uma verdade sobre os Estados Unidos que é fácil de passar despercebida em meio às manchetes diárias de uma crise ou outra. Os Estados Unidos têm sacrificado muito do seu sangue e sua riqueza para ajudar outros povos do mundo a conquistar a sua própria liberdade. Olhando para aqueles jovens tunisianos abertos e engajados, desfiei uma série de exemplos, inclusive como os Estados Unidos ajudaram os povos do Leste Europeu a emergir da Cortina de Ferro e alimentaram a democracia por toda a Ásia. “Serei a primeira a dizer que nós, como qualquer país do mundo, cometemos erros. Serei a primeira a admitir isso. Nós cometemos um monte de erros, mas penso que, se vocês olharem o registro histórico como um todo, verão que estivemos do lado dos direitos humanos, dos mercados livres e do empoderamento econômico.” O jovem advogado assentiu e se sentou.

16

Líbia: Todas as medidas necessárias

Mahmoud Jibril estava atrasado.

Era 14 de março de 2011, pouco mais de um mês depois da queda de Hosni Mubarak no Egito. A atenção já se desviara para a crise seguinte na região, dessa vez na Líbia, um país com cerca de 6 milhões de habitantes localizado entre o Egito e a Tunísia ao longo da costa mediterrânea do Norte da África. Protestos contra o regime autoritário do ditador líbio de longa data, coronel Muamar Kadafi, haviam se transformado numa rebelião em grande escala após o uso de força extrema contra os manifestantes. Agora Jibril, um cientista político líbio doutor pela Universidade de Pittsburgh, estava a caminho de encontrar-se comigo em nome dos rebeldes que combatiam as forças de Kadafi.

Eu tinha viajado a noite toda e cheguei a Paris de manhã cedo para me encontrar com os ministros das Relações Exteriores do grupo dos oito países líderes entre os industrializados, o G-8 — França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido, Canadá, Rússia e Estados Unidos —, para discutir meios de impedir Kadafi de cometer uma chacina ao seu próprio povo. (A Rússia fora expulsa em 2014, após a invasão da Crimeia, o que fez com que o grupo voltasse a ser o G-7, como era antes de 1988.) Juntando-se a nós estavam ministros de vários países árabes que exigiam uma ação internacional robusta para proteger os civis na Líbia, especialmente da força aérea de Kadafi. Ao chegar, passei a maior parte do dia trancada em intensas discussões com líderes europeus e árabes preocupados com o fato de as forças de Kadafi estarem determinadas a esmagar os rebeldes. Quando me reuni com o presidente da França, Nicolas Sarkozy, ele instou os Estados Unidos a apoiar uma intervenção militar internacional para deter o avanço de Kadafi rumo à fortaleza rebelde de Bengasi no leste da Líbia. Fui simpática à ideia, mas não estava convencida. Os Estados Unidos haviam passado a década anterior atolados em guerras longas e difíceis no Iraque e no Afeganistão, e, antes de nos envolvermos em mais um conflito, eu queria ter certeza de que tivéssemos considerado todas as implicações. A comunidade internacional, inclusive os vizinhos da Líbia, estaria unida por trás dessa missão? Quem eram esses rebeldes que ajudaríamos e estariam eles preparados para comandar a Líbia se Kadafi caísse? Qual era a conclusão daquele jogo? Eu queria me encontrar pessoalmente com Mahmoud Jibril para discutir essas questões.

Minha suíte no antigo e grandioso Westin-Vendôme na rue de Rivoli tinha vista para o Jardim das Tulherias, e da janela eu podia ver a Torre Eiffel iluminada com o céu parisiense ao fundo. A beleza e a cor de Paris estavam muito distantes do horror que se desenrolava na Líbia.

Tudo tinha começado de uma maneira que já se tornara familiar. A prisão de um proeminente ativista de direitos humanos em Bengasi, em meados de fevereiro de 2011, deflagrara protestos que em pouco tempo se espalharam através do país. Os líbios, inspirados pelo que tinham visto na Tunísia e no Egito, começaram a exigir ter voz no seu próprio governo. Diferentemente do Egito, onde o Exército se recusou a disparar contra civis, as forças de segurança líbias descarregaram munição pesada contra as multidões. Kadafi soltou mercenários e bandidos estrangeiros para atacar os manifestantes. Houve relatos de matanças indiscriminadas, prisões arbitrárias e tortura. Soldados eram executados por se recusarem a atirar contra seus

concidadãos. Em resposta a essa violenta repressão, os protestos assumiram a forma de uma rebelião armada, especialmente em partes do país que havia muito se irritavam com o quixotesco governo de Kadafi.

Nos últimos dias de fevereiro, o Conselho de Segurança da ONU, chocado com a brutal reação de Kadafi, exigiu um fim imediato da violência e aprovou por unanimidade uma resolução para impor um embargo de armas à Líbia, congelar os bens dos principais responsáveis pela violação dos direitos humanos e membros da família de Kadafi, além de levar o caso da Líbia ao Tribunal Penal Internacional. Essa corte acabou por acusar Kadafi, seu filho Saif al-Islam Kadafi e o chefe da inteligência militar Abdullah al-Senussi de crimes contra a humanidade. Os Estados Unidos também impuseram sanções próprias e mexeram-se para prover ajuda humanitária de emergência aos líbios necessitados. No fim de fevereiro, viajei até o Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra para lembrar à comunidade internacional que ela tinha a responsabilidade de proteger os direitos universais e imputar responsabilidade aos violadores. Disse que Kadafi havia "perdido a legitimidade de governar" e que "o povo da Líbia tinha mostrado o óbvio: era hora de Kadafi ir embora — imediatamente, sem mais violência ou demora". Alguns dias antes, na mesma câmara no Palais des Nations, a delegação líbia havia renunciado drasticamente à sua lealdade a Kadafi e declarado seu apoio aos rebeldes. "Os jovens de hoje no meu país estão escrevendo com seu sangue um novo capítulo na história de luta e resistência", disse um diplomata.

Uma semana mais tarde, os rebeldes em Bengasi formaram um conselho governante de transição. Milícias armadas por todo o país conseguiam vitórias contra o regime, inclusive nas montanhas ocidentais. Entretanto, Kadafi decidiu empregar um poder de fogo que eles não puderam igualar. Seus tanques rolavam de uma cidade a outra. A resistência começou a ruir, e Kadafi se empenhou em perseguir e exterminar todos que se opunham a ele. A situação foi ficando cada vez mais desesperadora. Era por isso que Jibril vinha defender seu caso.

Enquanto aguardava a sua chegada, pensei em Muamar Kadafi, um dos mais excêntricos, cruéis e imprevisíveis autocratas do mundo. Ele era uma figura bizarra, às vezes arrepiante, com seus trajes coloridos, amazonas servindo de guarda-costas e retórica exagerada. "Quem não me ama não merece viver!", disse ele certa vez. Kadafi tomou o poder por meio de um golpe em 1969 e governou a Líbia, uma ex-colônia italiana, com um misto de socialismo da nova era, fascismo e culto à personalidade. Embora a riqueza de petróleo do país mantivesse o regime no poder, sua governança caprichosa causou sérios danos na economia e nas instituições do país.

Como Estado patrocinador do terrorismo, cliente da União Soviética e proliferador de armas de destruição em massa, Kadafi tornou-se um dos principais inimigos dos Estados Unidos na década de 1980. Em 1981, a revista *Newsweek* o colocou na capa com o título: "O homem mais perigoso do mundo?". O presidente Reagan referia-se a ele como "o cachorro louco do Oriente Médio" e bombardeou a Líbia em 1986 como retaliação ao ataque terrorista em Berlim que matou cidadãos americanos, ataque que fora planejado por Kadafi. Este alegou que um dos seus filhos morreu nos ataques aéreos, o que tornou as relações ainda mais tensas.

Em 1988, agentes da Líbia plantaram a bomba que destruiu o avião do voo 103 da Pan Am. Sobrevoando Lockerbie, na Escócia, matou 270 pessoas. Trinta e cinco dos passageiros mortos naquele voo eram alunos da Universidade de Syracuse, no estado de Nova York, e conheci algumas de suas famílias quando as representei no Senado dos Estados Unidos. Na minha visão, Kadafi era um criminoso e terrorista em quem jamais se poderia confiar. Muitos dos seus vizinhos árabes concordavam. A maioria deles havia tido complicações com ele ao longo dos anos. A certa altura, ele chegou a tramar o assassinato do rei da Arábia Saudita.

Quando Condoleezza Rice encontrou-se com Kadafi em Trípoli em 2008, descobriu que ele era "desequilibrado", com um "fascínio meio esquisito" pessoalmente por ela. Em 2009, ele criou uma agitação em Nova York ao falar na Assembleia Geral das Nações Unidas pela primeira vez em seu governo de quarenta anos. Ele trouxe consigo uma enorme tenda beduína, mas foi informado de que não poderia armá-la no Central Park. Na ONU, foram-lhe concedidos quinze minutos para falar, mas ele arrastou o discurso por uma hora e meia. Sua bizarra diatribe incluiu retórica sobre o assassinato de Kennedy e a possibilidade de a gripe suína ser na verdade uma arma biológica criada em laboratório. Sugeriu que israelenses e palestinos vivessem juntos num Estado único chamado "Isratina" e que a ONU mudasse sua sede para a Líbia para reduzir o *jet leg* e evitar o risco de ataques terroristas em Nova York. Em suma, foi uma performance bizarra — mas típica em se tratando de Kadafi.

Apesar de tudo isso, em anos recentes Kadafi tentara mostrar ao mundo uma nova face, desistindo do seu programa nuclear, aparando as arestas com a comunidade internacional e contribuindo para a luta contra a Al-Qaeda. Infelizmente, qualquer esperança de que ele estivesse se abrandando para se tornar algo parecido com um estadista na velhice evaporou-se assim que começaram os protestos. Nessa hora, ele voltou a ser o velho Kadafi assassino.

Tudo isso — o desafiante ditador, os ataques a civis, a arriscada posição dos rebeldes — me levou a considerar o que muitos colegas estrangeiros estavam debatendo. Seria hora de a comunidade internacional ir além da ajuda humanitária e tomar a atitude decisiva de pôr fim à violência na Líbia? E se a resposta fosse positiva, que papel deveriam desempenhar os Estados Unidos para promover e proteger os nossos interesses?

Somente alguns dias antes, em 9 de março, eu me juntara ao restante da equipe de segurança nacional de Obama no Gabinete de Crises da Casa Branca para discutir a crise na Líbia. Havia pouca inclinação por uma intervenção americana direta. O secretário de Defesa Robert Gates acreditava que os Estados Unidos não tinham interesses nacionais essenciais em jogo na Líbia. O Pentágono nos dizia que a opção militar mais citada, uma zona de exclusão aérea como a que tínhamos mantido no Iraque durante os anos 1990, provavelmente seria insuficiente para fazer com que a balança pendesse para o lado dos rebeldes. As forças de terra de Kadafi eram simplesmente fortes demais.

No dia seguinte, testemunhei perante o Congresso e argumentei que não era hora de os Estados Unidos se meterem às pressas numa situação volátil: "Sou daquelas que acreditam que, na ausência de uma autorização internacional, os Estados Unidos agindo sozinhos se embrenhariam numa situação de consequências imprevisíveis. E eu sei que é assim que os militares se sentem". Com exagerada frequência outros países eram rápidos para exigir ação, e aí olhavam para os Estados Unidos para suportar toda a carga e assumir todos os riscos. Lembrei ao Congresso: "Tivemos uma zona de exclusão aérea no Iraque. Ela não impediu Saddam Hussein de chacinar seu povo em terra, e não o tirou do poder".

O general aposentado Wesley Clark, um velho amigo que comandou a guerra aérea da OTAN no Kosovo nos anos 1990, resumiu o argumento contra uma intervenção num editorial publicado no *Washington Post* em 11 de março: "Quaisquer que sejam os recursos que dediquemos a uma zona de exclusão aérea provavelmente seria algo muito pequeno e chegaria tarde demais. Mais uma vez estaríamos comprometendo nosso poderio militar para forçar uma mudança de regime num país muçulmano, mesmo que não consigamos confessar isso abertamente. Então, reconheçamos que as condições básicas para uma intervenção bem-sucedida simplesmente não existem, pelo menos ainda não: não temos um objetivo claramente explicitado, nem autoridade legal, nem apoio internacional ou recursos militares locais adequados, e a política na Líbia

dificilmente prefigura um resultado claro".

No dia seguinte, um desenrolar no Cairo começou a modificar o cálculo. Depois de mais de cinco horas de deliberação e debate, a Liga Árabe, que representa 21 nações do Oriente Médio, votou para solicitar que o Conselho de Segurança da ONU impusesse uma zona de exclusão aérea na Líbia. A Liga Árabe suspendera anteriormente a participação do governo de Kadafi como membro e, agora, reconhecia o conselho rebelde como representante legítimo do povo líbio. Eram passos importantíssimos dados por uma organização antes reconhecida como um clube de autocratas e barões do petróleo. Um dos principais proponentes era o diplomata egípcio Amr Moussa, que servia como secretário-geral da Liga Árabe mas estava com os olhos voltados para as próximas eleições presidenciais no Egito. Essa resolução sobre uma zona de exclusão aérea era, em parte, seu pedido de apoio das facções revolucionárias que haviam ajudado a derrubar Mubarak. As monarquias do Golfo o acompanharam, em parte para mostrar que estavam do lado da mudança. E, é claro, todos odiavam Kadafi.

Se os árabes estavam dispostos a assumir a liderança, talvez a intervenção internacional, afinal de contas, não fosse impossível. Com certeza colocaria pressão na Rússia e na China, que de outra forma poderia ser esperado que vetassem no Conselho de Segurança qualquer ação apoiada pelo Ocidente, mas a declaração da Liga Árabe usava o termo *ação humanitária* e não mencionava explicitamente uma força militar. Eu me perguntava se Moussa e os outros estavam realmente preparados para respaldar o que fosse necessário para impedir Kadafi de massacrar seu povo.

AbZ, o ministro das Relações Exteriores dos Emirados, um poderoso jogador nos bastidores da Liga Árabe, estava em Paris quando cheguei. Encontramo-nos no hotel antes do jantar do G-8, e eu o pressionei para me dizer até onde ia o comprometimento árabe. Estavam preparados para ver aviões estrangeiros soltando bombas na Líbia? E, ainda mais importante, estavam preparados para pilotarem eles mesmos alguns desses aviões? Dos Emirados, pelo menos, a resposta a ambas as perguntas foi um surpreendente sim.

Os europeus estavam ainda mais entusiasmados pela guerra. Sarkozy encheu a minha orelha com papos sobre intervenção militar. Ele é uma figura dinâmica, sempre cheio de ebuliente energia, que adora estar no centro da ação. A França, uma ex-potência colonial do norte da África, estivera muito próxima de Ben Ali, na Tunísia, e a revolução ali pegara Sarkozy despreparado. Os franceses não tinham participado do jogo no Egito. Então, aquela era sua chance de saltar para dentro da panela apoiando a Primavera Árabe, demonstrando que também estavam a favor da mudança. Sarkozy também era influenciado pelo intelectual francês Bernard-Henri Lévy, que pegara carona num caminhão de hortaliças na fronteira egípcia para ver por si mesmo o que estava acontecendo. Ambos estavam genuinamente comovidos pelo sofrimento do povo líbio nas mãos de um ditador brutal e defendiam de modo persuasivo o argumento de que algo devia ser feito.

Quando vi o ministro das Relações Exteriores britânico William Hague no jantar daquela noite, ele me pressionou para que uma atitude mais efetiva fosse tomada. Se Hague achasse que uma ação militar na Líbia era necessária, isso contava muito. Eu sabia que ele, assim como eu, era cauteloso para tomar tais decisões sem confiança nas justificativas, na estratégia e nos objetivos.

De volta ao hotel, me reuni com nosso embaixador na Líbia, Gene Cretz, e com nosso recém-nomeado representante especial junto aos rebeldes líbios, Chris Stevens, que antes servira como subchefe de missão e encarregado de assuntos em Trípoli. Cretz era um tipo pitoresco, um diplomata engraçado e barulhento do norte do estado de Nova York. Quando suas mensagens

secretas a Washington descrevendo os excessos de Kadafi foram publicadas pelo WikiLeaks, Cretz enfrentara ameaças e intimidação em Trípoli, e, no fim de dezembro de 2010, tomei a decisão de trazê-lo de volta a Washington para sua própria segurança. No final de fevereiro de 2011, com a revolução esquentando, nossa equipe diplomática remanescente foi evacuada. Muitos saíram numa balsa para Malta que enfrentou mares inusitadamente turbulentos, mas felizmente todos chegaram a salvo.

Stevens era outro diplomata talentoso com longa experiência na região. Um californiano louro, carismático, que falava tanto francês como árabe e servira na Síria, no Egito, na Arábia Saudita e em Jerusalém. Chris devorava velhas histórias e memórias líbias e se deleitava em compartilhar obscuras curiosidades históricas e soltar piadas em dialeto local. Pedi a Chris para retornar à Líbia e fazer contato com o conselho rebelde na sua fortaleza em Bengasi. Era uma missão desafiadora e perigosa, mas os Estados Unidos precisavam estar representados ali. Chris concordou e aceitou a incumbência. Sua mãe gostava de dizer que ele tinha areia nos sapatos, sempre em frente correndo e trabalhando, buscando novos desafios e aventuras pelo Oriente Médio. Após anos de experiência em campo, ele sabia que os locais difíceis e perigosos são onde os interesses dos Estados Unidos mais estão em jogo e onde é extremamente importante que sejamos representados com uma diplomacia habilidosa e sutil. Mais tarde, naquela primavera, ele e uma pequena equipe chegaram a Bengasi a bordo de um navio cargueiro grego, como um embaixador do século XIX, e foram direto ao trabalho construindo relações com os líderes civis e militares da rebelião. Ele fez um trabalho tão impressionante que posteriormente eu pediria ao presidente para nomeá-lo para suceder Cretz como nosso embaixador na Líbia.

Finalmente, por volta das dez da noite, Jibril chegou ao Westin em Paris acompanhado de Bernard-Henri Lévy, que ajudara a arranjar o encontro. Eles formavam um par interessantíssimo, o rebelde e o filósofo. Difícil dizer quem era quem. Jibril parecia mais um tecnocrata do que um incendiário. Era baixinho e usava óculos, com cabelo rareando e conduta séria. Lévy, em contraste, fazia o gênero dramático e cheio de estilo, com longos cabelos ondulados e a camisa aberta praticamente até o umbigo. Ele é citado como tendo dito: “Deus está morto, mas o meu cabelo está perfeito”. (A isso eu responderia: Acredito que Deus esteja vivo, mas adoraria ter o cabelo perfeito!)

Achei Jibril impressionante e educado, ainda mais por ser representante de um conselho rebelde em vias de ser aniquilado. Ele servira como chefe da Diretoria Nacional de Desenvolvimento Econômico do governo de Kadafi antes de desertar para se juntar à revolução, e parecia entender quanto trabalho seria necessário para reconstruir um país devastado por décadas de crueldade e má administração. Contou-nos que centenas de milhares de civis em Bengasi estavam em iminente perigo com as forças do regime marchando rumo à cidade, despertando os fantasmas do genocídio em Ruanda e da limpeza étnica nos Bálcãs. Ele pleiteava uma intervenção internacional.

Enquanto Jibril falava, eu tentava avaliá-lo. Tínhamos aprendido da forma mais difícil, no Iraque e em outras partes, que uma coisa é destituir um ditador e outra totalmente diferente é ajudar um governo competente e digno de crédito a tomar o seu lugar. Se os Estados Unidos concordassem em intervir na Líbia, estaríamos fazendo uma grande aposta naquele cientista político e seus colegas. Durante mais de quatro décadas, Kadafi removera sistematicamente qualquer um que pudesse representar uma ameaça ao seu governo, pulverizando as instituições e a cultura política da Líbia. Então, era improvável que encontrássemos um perfeito George Washington à nossa espera. Considerados todos os aspectos, Jibril e aqueles que ele representava podiam muito bem ser o melhor que podíamos esperar.

Depois reportei à Casa Branca o que tinha ouvido em Paris e o nosso progresso com nossos parceiros internacionais. Nossos aliados da OTAN estavam preparados para assumir o comando de qualquer ação militar. A Liga Árabe apoiaria a ação, e alguns chegariam a participar ativamente em operações de combate contra um vizinho árabe — um sinal significativo de quanto Kadafi tinha passado dos limites. Eu acreditava que poderíamos arrebanhar os votos no Conselho de Segurança para respaldar uma resolução enérgica. Tínhamos conseguido trazer russos e chineses a bordo com sanções duras contra a Coreia do Norte e o Irã em 2009 e 2010, e eu acreditava que poderíamos fazer o mesmo agora. E, com base na minha reunião com Jibril, pensava que havia uma chance razoável de que os rebeldes acabassem se revelando parceiros confiáveis.

O Conselho de Segurança Nacional permanecia dividido quanto à sensatez de intervir na Líbia. Alguns, inclusive a embaixadora junto à ONU Susan Rice e a assessora do Conselho de Segurança Nacional Samantha Power, argumentavam que tínhamos a responsabilidade de proteger civis e impedir um massacre, se pudéssemos. O secretário de Defesa Gates se opunha firmemente. Veterano dos conflitos no Iraque e no Afeganistão e realista quanto aos limites do poder americano, não achava que os nossos interesses na Líbia justificassem o sacrifício. Todos sabíamos que as consequências de uma intervenção eram imprevisíveis, mas as tropas de Kadafi estavam a pouco menos de duzentos quilômetros de Bengasi e se aproximavam com rapidez. Estávamos olhando para uma catástrofe humanitária, com incontáveis milhares correndo o risco de serem mortos. Se era para impedir a chacina, tínhamos de agir imediatamente.

O presidente decidiu ir adiante, preparando planos militares e assegurando uma resolução no Conselho de Segurança da ONU, mas havia duas estipulações básicas. A primeira era que, como o Pentágono nos garantira que uma zona de exclusão aérea em si seria pouco mais que um gesto simbólico, precisaríamos assegurar o respaldo da ONU para ações militares mais robustas se preciso: a autoridade para usar "todas as medidas necessárias" para proteger civis. A segunda era o fato de o presidente querer limitar o envolvimento americano, de modo que nossos aliados tivessem de carregar nos ombros grande parte do fardo e efetuar a maioria dos voos. Essas condições exigiriam uma extensa diplomacia adicional, mas Susan e eu pensávamos ambas que era possível, e começamos a trabalhar pelo telefone.

No dia seguinte, no Conselho de Segurança em Nova York, os russos ofereceram uma resolução fraca conclamando a um cessar-fogo; achei que na verdade era um truque para turvar as águas e atrapalhar o crescente impulso para uma zona de exclusão aérea. A menos que pudéssemos convencê-los a não vetar a nossa resolução mais forte, seria absolutamente inviável. Além da Rússia, também estávamos preocupados com a China, que da mesma forma possuía poder de veto, e com diversos membros não permanentes.

Na manhã de 15 de março, fui de Paris para o Cairo para me encontrar com Amr Moussa e enfatizar o quanto era importante que a Liga Árabe saísse energicamente a favor da intervenção militar e concordasse em participar de maneira ativa. Aquela política tinha de ser reconhecida como sendo levada adiante pelos vizinhos da Líbia, e não pelo Ocidente, ou não iria funcionar. Moussa confirmou que o Catar e os Emirados estavam preparados para contribuir para o esforço com aviões e pilotos, um passo fundamental para seguir em frente. Mais tarde, a Jordânia também se apresentaria. Eu sabia que esse apoio facilitaria o convencimento dos membros vacilantes do Conselho de Segurança em Nova York.

Kadafi tornou nossa tarefa mais fácil quando foi para a televisão em 17 de março e advertiu os cidadãos de Bengasi: "Nós estamos chegando esta noite, e não haverá misericórdia". E garantiu que iria de casa em casa procurando "traidores" e disse aos líbios para "capturar os ratos". Eu estava nas Tunísia e liguei para o ministro das Relações Exteriores russo, Sergei

Lavrov. Ele havia me dito antes que a Rússia estava irredutível contra uma zona de exclusão aérea, mas desde então diversos membros não permanentes do Conselho de Segurança haviam aderido à nossa resolução. Agora era importante assegurarmos aos russos que não seria como no Iraque ou no Afeganistão e sermos claros quanto às nossas intenções. “Nós não queremos outra guerra”, disse eu a Lavrov. “Não queremos pôr tropas no terreno local.” Porém, expliquei: “Nosso objetivo é proteger civis de ataques brutais e indiscriminados. A zona de exclusão aérea é necessária, mas insuficiente. Precisamos de medidas adicionais. O tempo é crítico”.

“Aceito o seu argumento de não estarem buscando outra guerra”, respondeu ele. “Entretanto, isso não significa que não entrarão numa.” No entanto, acrescentou ele, os russos não tinham interesse em proteger Kadafi nem de vê-lo massacrando seu povo. Expliquei que a nossa resolução incorporaria a proposta russa de um cessar-fogo, mas que precisava também autorizar uma resposta enérgica se Kadafi se recusasse a parar seu avanço. “Não podemos votar a favor”, disse Lavrov, “mas vamos nos abster, e a resolução passará.” Nesse contexto, uma abstenção era quase tão bom quanto um voto positivo. Em discussões posteriores, especialmente sobre a Síria, Lavrov alegou que tinha sido induzido ao erro quanto às nossas intenções. Isso me pareceu um tanto desonesto, já que ele, como ex-embaixador na ONU, sabia muito bem o que significava “todas as medidas necessárias”.

Em seguida liguei para Luís Amado, ministro das Relações Exteriores de Portugal, um membro não permanente do Conselho de Segurança. Mesmo que evitássemos um veto, ainda assim precisávamos estar seguros de ter a maioria e, quanto mais votos tivéssemos, mais forte seria a mensagem para Kadafi. “Eu queria reiterar que os Estados Unidos não têm interesse, intenção nem planos de qualquer tipo de usar tropas ou operações terrestres”, disse eu a Amado. “Acreditamos que passar essa resolução servirá como um grande sinal de despertar para Kadafi e as pessoas ao seu redor. Isso poderia claramente influenciar as ações dele nos próximos dias.” Amado escutou meus argumentos e então concordou em votar sim. “Não se preocupe, estaremos lá”, me disse ele.

O presidente Obama ligou para o presidente da África do Sul, Jacob Zuma, e deu-lhe o mesmo argumento. Susan fez lobby com seus colegas em Nova York. Franceses e britânicos também estavam trabalhando duro. No final, a votação foi 10 a 0, com cinco abstenções; Brasil, Índia, China e Alemanha juntaram-se à Rússia em abster-se de votar. Tínhamos agora um mandato forte para proteger civis líbios com “todas as medidas necessárias”.

Quase imediatamente, surgiram dificuldades e drama.

O presidente Obama foi muito claro com nossa equipe e nossos aliados, declarando que os Estados Unidos participariam de uma operação militar para fazer vigorar a resolução da ONU, mas apenas de forma limitada. Um primeiro passo essencial para implantar uma zona de exclusão aérea seria eliminar o sistema de defesa aérea de Kadafi, e os Estados Unidos estavam mais bem equipados para fazê-lo do que qualquer um dos nossos parceiros, porém o presidente queria que as forças aéreas aliadas assumissem a liderança assim que possível, e foi categórico ao firmar que não haveria deslocamento de tropas americanas. “Nada de botas no chão”, acabou virando um mantra. Tudo isso queria dizer que necessitávamos de uma coalizão internacional ampla e bem coordenada que pudesse entrar em cena e assumir logo que os mísseis e bombardeiros americanos limpassem a área. Logo descobri que conseguir que todos os nossos aliados trabalhassem naquilo juntos como um time seria mais difícil do que qualquer um de nós havia previsto.

Sarkozy estava ansioso para assumir a liderança. Nas reuniões que antecederam a votação na ONU, ele fora o defensor mais ativo de uma ação militar internacional, e agora via sua chance

de reafirmar o papel da França como potência mundial de primeira grandeza. Convidou uma ampla gama de países europeus e árabes a Paris, para uma reunião de cúpula de emergência no sábado, 19 de março, para discutir a implementação da resolução da ONU. Conspicuamente não convidada, porém, estava a nossa aliada da OTAN, a Turquia. Já havia tensões entre Sarkozy e o primeiro-ministro turco Erdoğan, graças às objeções francesas à entrada da Turquia na União Europeia. Então Erdoğan surgiu como uma voz de cautela nos assuntos da Líbia, e Sarkozy trabalhou para excluí-lo da coalizão. A afronta enfureceu Erdoğan, deixando-o ainda mais decididamente contra a intervenção.

Quando conversei com o ministro das Relações Exteriores turco Davutoğlu, tentei aliviar alguns dos sentimentos de mágoa. “Em primeiro lugar, quero lhe dizer que forcei o máximo que vocês fossem convidados”, disse eu. Conforme eu temia, Davutoğlu estava bastante aborrecido. “Estamos esperando uma ação por meio da OTAN, e de repente acontece uma reunião em Paris para a qual não somos convidados”, queixou-se ele, com bons motivos. Tratava-se de uma cruzada francesa ou de uma coalizão internacional? Expliquei que a cúpula fora organizada pelos franceses, mas que estávamos forçando para que a operação em si fosse empreendida pela OTAN.

Em Paris, passei a mensagem do presidente Obama sobre a nossa expectativa de que outros entrassem em cena. Logo depois de aterrissar, chequei por telefone com AbZ. Como descrevi antes, aquela acabou se revelando uma conversa muito difícil, pois ele ameaçava tirar os Emirados da operação na Líbia por causa das críticas americanas a suas ações no Bahrein.

Então, mesmo antes de a reunião oficial começar, Sarkozy me chamou de lado junto com o primeiro-ministro britânico David Cameron e confidenciou que os aviões de guerra franceses já estavam se dirigindo para a Líbia. Quando o grupo maior descobriu que a França já tinha apertado o gatilho, criou-se um tumulto. O primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi, que era tão obstinado e ansioso pelos holofotes quanto Sarkozy, ficou particularmente irritado. Existe uma crença informal de que as velhas potências coloniais deveriam assumir a liderança na resolução de crises em seus ex-domínios. É por isso que, mais tarde, foi a França que mandou tropas para o Mali e para a República Centro-Africana. No caso da Líbia, uma ex-colônia italiana, Berlusconi sentia que era a Itália quem deveria assumir a frente, e não a França. E mais, devido à sua localização estratégica estendendo-se para dentro do Mediterrâneo, a Itália oferecia a pista de decolagem natural para a maioria dos ataques aéreos à Líbia. Ela já começara a abrir diversas bases aéreas para jatos aliados. Agora Berlusconi sentia-se ofuscado por Sarkozy e ameaçava sair da coalizão e fechar o acesso às bases do seu país.

Além dos egos feridos, no entanto, Berlusconi e outros tinham boas razões para se preocupar. Havíamos aprendido nos Bálcãs e no Afeganistão que coordenar uma operação militar multinacional é complicado. A menos que haja linhas claras de comando e controle, com todo mundo trabalhando junto para implantar a mesma estratégia, ela pode evoluir para uma perigosa confusão. Imagine se uma dúzia de diferentes países mandasse aviões de guerra para a Líbia sem coordenação mútua em termos de planos de voo, alvos e regras de envolvimento. Seria um pandemônio no céu, com possibilidade real de acidentes resultando em perda de vidas.

Como tínhamos a maioria dos recursos, os Estados Unidos começaram no principal papel coordenador. O passo lógico seguinte era ter a OTAN organizando a intervenção. A Aliança já tinha um comando militar integrado e experiência de coordenação em conflitos anteriores. Sarkozy não gostou da ideia. Para começo de conversa, poderia significar menos glória para a França, mas ele também achava que tornar a Líbia uma missão da OTAN afastaria o mundo árabe, cuja liderança havia ajudado a mudar opiniões antes da votação na ONU. O Catar e os Emirados tinham garantido o envio de aviões para ajudar na implantação forçada de uma zona de exclusão

aérea — será que o fariam sob a bandeira da OTAN? E mais, a OTAN opera por consenso, o que significa que qualquer membro, inclusive a Turquia, poderia bloquear a ação. Nós tínhamos trabalhado duro na ONU para assegurar uma linguagem autorizando "todas as medidas necessárias" para proteger civis de modo a podermos fazer mais do que impedir os aviões de Kadafi de atacar cidades rebeldes — era crucial sermos capazes de deter seus tanques e tropas em terra antes de chegarem a Bengasi. Alguns chamaram isso de "zona de exclusão de veículos terrestres", mas Erdoğan e outros estavam traçando a linha divisória entre uma zona de exclusão aérea propriamente dita e ataques ar-terra. Sarkozy receava que, se a OTAN dirigisse a missão, acabaríamos assistindo Bengasi arder em chamas.

A reunião de Paris terminou sem um acordo sobre o que deveria acontecer após a fase inicial da intervenção liderada pelos Estados Unidos, mas, com as tropas de Kadafi em movimento e os jatos franceses já no ar, não havia tempo para hesitação. Fui para diante das câmeras e anunciei: "Os Estados Unidos têm recursos únicos e vamos colocá-los em ação para ajudar nossos aliados europeus e canadenses e os nossos parceiros árabes a impedir violência adicional contra civis, inclusive por meio da implementação efetiva de uma zona de exclusão aérea". Algumas horas depois, navios de guerra da Marinha dos Estados Unidos no Mediterrâneo dispararam mais de uma centena de mísseis de cruzeiro, alvejando sistemas de defesa no interior da Líbia e uma larga coluna de veículos blindados que se aproximava de Bengasi. O presidente Obama, que estava em viagem ao Brasil, declarou: "Quero que o povo americano saiba que o uso da força não é a nossa primeira opção, e não é uma opção que faço com facilidade". Entretanto, ele prosseguiu, "ações têm consequências, e a determinação da comunidade internacional precisa ser posta em vigor. Essa é a causa desta coalizão".

Nas 72 horas seguintes, as defesas aéreas da Líbia foram destruídas com sucesso, e a população de Bengasi foi salva de uma destruição iminente. O presidente Obama foi mais tarde injustamente criticado na Líbia por "liderar por baixo dos panos". É uma expressão tola. Foi necessária uma boa dose de liderança — por baixo, por cima e por todas as outras direções — para autorizar e realizar a missão e impedir o que poderia ter sido a perda de dezenas de milhares de vidas. Ninguém mais poderia ter desempenhado o papel que desempenhamos, tanto em termos de capacidade militar para desfechar um primeiro golpe decisivo contra as forças de Kadafi, quanto em habilidade diplomática para construir e manter unida uma coalizão ampla.

Infelizmente, as relações dentro da Aliança foram de mal a pior nos dias seguintes. Na segunda-feira, somente dois dias após a cúpula de Paris, representantes se reuniram na sede da OTAN em Bruxelas para tentar resolver as diferenças, mas a reunião logo descambou em uma conduta rude, com o embaixador francês saindo furioso da sala. Ambos os lados endureceram suas posições. Como se receava, os turcos insistiam em parâmetros estreitos para uma missão da OTAN, e os franceses se recusavam a abrir mão do controle. Na segunda-feira no final da tarde, o presidente Obama ligou para Erdoğan para explicar mais uma vez a importância de "todas as medidas necessárias" e sublinhar que isso não incluía enviar forças terrestres para uma invasão. Mais tarde conversou com Sarkozy, que estava disposto a deixar a OTAN assumir a zona de exclusão aérea se franceses, britânicos e outros pudessem continuar a cuidar sozinhos da zona de exclusão terrestre. Da nossa perspectiva, estabelecer duas missões paralelas era algo carregado de dificuldades potenciais. Mas concordamos com Sarkozy que não podíamos abdicar da necessidade de bombardear as forças terrestres de Kadafi, uma vez que ameaçavam exterminar comunidades rebeldes.

Na segunda-feira à noite, um incidente terrível elevou os riscos para todos nós. Um caça F-15 Strike Eagle pilotado por dois americanos, o major Kenneth Harney e o capitão Tyler Stark,

sofreu uma pane mecânica sobre o leste da Líbia por volta da meia-noite. Logo depois de largar uma bomba de trezentos quilos sobre o alvo, o jato entrou em parafuso. Os dois tripulantes se ejetaram, mas um rasgo no paraquedas de Stark fez com que perdesse o rumo. Harney foi resgatado logo em seguida por uma equipe americana de busca e resgate, mas Stark se extraviou. Fiquei extremamente preocupada, pensando naquele rapaz de 27 anos de Littleton, Colorado, perdido no deserto da Líbia.

Surpreendentemente, Stark foi encontrado por rebeldes líbios amistosos de Bengasi, que chamaram um professor de inglês local para vir conversar com ele. Acontece que o professor, Bubaker Habib, tinha laços estreitos com o pessoal da embaixada dos Estados Unidos. Nosso pessoal todo tinha deixado o país, mas Bubaker guardou seus números e conseguiu alcançar o Centro de Operações do Departamento de Estado. No curso de uma ligação com o centro de operações, com o Departamento de Estado retransmitindo a informação ao Pentágono, o resgate de Stark foi arranjado. Nesse ínterim, Bubaker o levou de carro até um hotel em Bengasi, onde foi tratado por médicos que cuidaram dos seus tendões rompidos no joelho e no tornozelo. Bubaker mais tarde contou à revista *Vanity Fair* que havia instruído os rebeldes: "Temos aqui um piloto americano. Se ele for pego ou morto, será o fim da missão. Assegurem-se de que ele esteja são e salvo". Os líbios agradeceram a Stark profusamente, expressando sua gratidão pela intervenção americana que os estava protegendo das tropas de Kadafi.

Em Washington, todos nós demos um profundo suspiro de alívio. Ao mesmo tempo, eu estava começando a ver os contornos de um possível compromisso que poderia romper o impasse entre os nossos aliados. Se a Turquia concordasse em não vetar a ação para implantar uma zona de exclusão terrestre — ela não precisava participar, simplesmente abster-se de bloquear —, então poderíamos convencer a França a ceder o comando e o controle total à OTAN.

O secretário-geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen, me relatou que tinha conversado com os turcos e ouvido que os árabes não fariam objeções a participar de uma missão liderada pela OTAN, que era uma das grandes preocupações de Sarkozy. Por acaso, AbZ estava no gabinete de Davutoğlu em Ancara quando Rasmussen telefonou. Davutoğlu passou o telefone para o representante dos Emirados e o deixou exprimir seu consentimento diretamente. As notícias do Catar e da Liga Árabe também eram positivas. "Você disse isso para a França?", perguntei a Rasmussen. Ele retrucou: "A resposta deles foi que uma coisa é o que os árabes dizem em particular, outra coisa é o que dizem em público". Eu disse que conversaria pessoalmente com Davutoğlu, para ver se conseguíamos que os árabes declarassem abertamente o seu apoio.

Quando consegui falar com Davutoğlu, ressaltei que os Estados Unidos concordavam que agora a OTAN devia assumir o comando e o controle. "Queremos que a transferência seja o mais suave possível. Necessitamos de um comando unificado num teatro de operações único. Precisamos assegurar que todos os aspectos, inclusive a missão de proteção a civis, estejam integrados." Isso significava tanto uma zona de exclusão aérea quanto uma zona de exclusão terrestre. Davutoğlu concordou. "Deve haver um único comando e controle, e este deve ser da OTAN", disse ele. "É importante para o povo da Líbia. Se houver um guarda-chuva da ONU e a OTAN estiver fazendo a operação sob esse guarda-chuva, ninguém vai encarar isso como uma cruzada ou Oriente *versus* Ocidente."

Também liguei para o ministro das Relações Exteriores francês, Alain Juppé. "Penso que estamos prontos a aceitar o compromisso com certas condições", me disse ele. Se a OTAN ia dirigir as operações militares, a França queria estabelecer um comitê diplomático em separado composto de todas as nações contribuindo com forças, inclusive os árabes, para prover orientação política. Era um gesto de modéstia, pensei, e deveria ser possível de acomodar.

Para selar o acordo, convoquei uma conferência por satélite com franceses, turcos e britânicos. “Acredito que tenhamos um entendimento entre nós, mas quero só ter certeza. É crucial que estejamos todos em sintonia no que se refere às responsabilidades da OTAN para implantar uma zona de exclusão aérea e proteger os civis na Líbia.” Então repassei cuidadosamente o compromisso. No final da conferência, estávamos todos de acordo. “Bravo!”, exclamou Juppé quando desligamos.

Em pouco tempo a OTAN assumiu o comando e o controle formais do que veio a ser conhecido como Operação Protetor Unificado. Os Estados Unidos continuaram a prover inteligência vital e informação de vigilância que ajudavam a guiar os ataques aéreos, bem como reabastecimento no ar que permitiam aviões aliados a permanecer nos céus sobre a Líbia durante grandes intervalos de tempo, porém a maioria dos voos de combate foi executada por outros países.

A campanha militar na Líbia durou mais tempo que qualquer um de nós esperava, embora nunca tenhamos descido pela escorregadia ladeira de botar tropas em terra, como alguns receavam. Às vezes havia atritos na coalizão, e era necessária uma boa quantidade de afagos ou palavras duras para manter os parceiros a bordo, mas, no final do verão de 2011, os rebeldes haviam rechaçado as forças do regime. Tomaram Trípoli perto do fim de agosto, e Kadafi e sua família fugiram para o deserto. A revolução fora bem-sucedida, e o trabalho árduo de construir um país novo podia ter início.

Em meados de outubro, com Trípoli libertada mas Kadafi ainda à solta, resolvi visitar eu mesma a Líbia para oferecer apoio americano para o novo governo de transição. Com o país tomado por mísseis terra-ar portáteis, era perigoso demais voar no nosso habitual 757 azul e vermelho com a inscrição “The United States of America” da ponta à cauda, de modo que a Força Aérea providenciou um avião de transporte militar C-17 equipado com contramedidas defensivas para o voo matinal de Malta a Trípoli.

Pouco antes de decolarmos, uma fotógrafa da revista *Time*, Diana Walker, me viu checando meu BlackBerry e bateu uma foto rápida. Sua foto, para surpresa de todos, virou uma sensação na internet muitos meses depois e base para um “meme” conhecido como “Texts from Hillary” [Mensagens de texto de Hillary]. A ideia era simples: um usuário da internet formaria um par com a minha foto segurando o telefone com o retrato de outra pessoa famosa segurando um telefone, e acrescentaria uma legenda engraçada para narrar textos que supostamente estaríamos trocando entre nós. O primeiro par postado mostrava o presidente Obama descansando deitado num sofá, com a legenda: “Ei, Hil, que cê tá fazendo?”. A minha resposta imaginada: “Dirigindo o mundo”. Por fim, resolvi entrar eu mesma na brincadeira. Postei a minha própria versão cheia de gíria de internet: “ROFL @ ur tumblr! g2g — scrunchie time.ttyl?”, o que, traduzindo, significa mais ou menos “Adoro seu site”. Também convidei os criadores do Texts from Hillary, dois jovens professores de RP de Washington chamados Adam Smith e Stacy Lambe, a me visitarem no Departamento de Estado. Posamos para uma fotografia, os três juntos checando os celulares ao mesmo tempo.

Na hora em que Walker tirou aquela foto, porém, fazer graça era a coisa mais distante da minha cabeça. Eu estava me preparando para um dia que prometia ser extenuante numa capital dilacerada pela guerra com um novo governo que tinha pouco domínio do poder e menos experiência ainda na condução de um país.

Depois de pousar em segurança, a porta do C-17 se abriu e olhei para fora do alto da escada do avião. Vi uma multidão de milicianos armados e barbudos esperando lá embaixo. Eram de Zintan, uma cidade marcada pela guerra no noroeste montanhoso da Líbia, que fora um dos

principais focos da revolução. Sob o desconfortável arranjo de partilha do poder entre as várias milícias que agora controlavam Trípoli, a brigada de Zintan era responsável pelo aeroporto. Meu pessoal de segurança estava nervoso de um jeito que eu nunca tinha visto. Respirei fundo e comecei a descer a escada. Para minha surpresa, os milicianos começaram a cantar: "Deus é grande!" e "USA!". Acenavam, davam vivas e erguiam as mãos exibindo o símbolo do V da vitória. Logo eu estava cercada por aqueles montanheses exuberantes e empolgados. Muitos entregavam aos camaradas suas armas automáticas para segurar enquanto se espremiam perto de mim para uma foto; outros me davam tapinhas nas costas ou apertavam a minha mão. Kurt Olsson, chefe da minha segurança, manteve-se imperturbável, mas imagino que tenha voltado com alguns cabelos grisalhos a mais.

Os homens pegaram suas armas e se amontoaram em SUVs e caminhonetes equipadas com armamentos pesados e escoltaram a minha comitiva através de toda a cidade, expulsando agressivamente qualquer outro tráfego e acenando empolgados sempre que estavam ao lado do meu carro. As ruas de Trípoli estavam cobertas de pichações revolucionárias, algumas com caricaturas de Kadafi e outras celebrando vitórias ou com lemas rebeldes. Logo chegamos aos escritórios de uma grande instituição de caridade islâmica que o novo governo estava usando como sede improvisada.

Depois de me encontrar com o presidente do Conselho Nacional de Transição da Líbia, Mustafa Abdul Jalil, encaminhei-me até o escritório de Jibril, o líder rebelde que eu conhecera em Paris e que agora era o primeiro-ministro interino. Ele me recebeu com um largo sorriso, e eu disse: "Estou orgulhosa de estar aqui, no solo de uma Líbia livre".

Em reuniões com Jalil e Jibril, discutimos os muitos desafios que esperavam o novo governo. No alto da sua lista estava a continuada ameaça de Kadafi e os que lhe eram leais. Assegurei-lhes que a OTAN continuaria sua missão de proteger civis líbios até que o ex-ditador fosse encontrado e derrotado completamente. Então levantei outra preocupação.

A primeira responsabilidade de qualquer governo é oferecer segurança e garantir a lei e a ordem. Esse viria a ser um grande desafio na Líbia. Ao contrário do Egito, onde as Forças Armadas e as forças de segurança haviam permanecido relativamente intactas após a queda de Mubarak, na Líbia havia agora um enorme vácuo. E, por mais amigáveis e animados que tivessem sido os milicianos de Zintan, a presença de tantos grupos armados independentes em Trípoli e por todo o país era insustentável. Era crucial reunir todas as milícias num único exército sob o controle de autoridades civis, estabelecer o Estado de direito, impedir ajustes de contas e a justiça pelas próprias mãos, além de confiscar todas as armas que passaram a inundar o país. Os Estados Unidos estavam preparados para ajudar o novo governo em todas essas áreas, mas seria necessária uma liderança local para dar certo. Jibril e os outros concordaram e garantiram que fariam disso uma prioridade.

Depois das nossas reuniões, apressei-me para uma discussão informal com estudantes e ativistas da sociedade civil na Universidade de Trípoli. Kadafi fizera todo o possível para desencorajar o surgimento de grupos de voluntários, ONGs, mídia independente e fiscais do governo que compõem uma sociedade civil. Eu esperava que estivessem dispostos e capazes de desempenhar um papel positivo na fase seguinte da Líbia. A história mostrava que uma coisa era destituir um tirano e outra bem diferente era constituir um novo governo que atuasse para o seu povo. A democracia viria a enfrentar sérios desafios na Líbia. Seria o futuro do país definido pelas armas de suas milícias ou pelas aspirações do seu povo?

Um depois do outro, os estudantes e ativistas se levantavam e faziam perguntas sérias e práticas sobre como construir uma nova democracia. "Nós não temos partidos políticos",

observou uma jovem estudante de engenharia. Ela perguntou como os líbios deveriam "incentivar nosso povo a se envolver mais na política, considerando que teremos eleições em questão de dois anos ou menos e temos de eleger nosso parlamento e nosso presidente". Outra jovem, estudante de medicina, levantou-se. "Nós somos muito novos para essa democracia", começou ela. "Que passos a senhora acha que podemos dar para enraizar a liberdade de expressão na identidade líbia?" Aqueles jovens queriam desesperadamente viver num "país normal", com acesso à economia global e a todos os direitos que sabiam terem sido desfrutados por tanto tempo pelas pessoas nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. E, ao contrário de alguns jovens que eu encontrara no vizinho Egito, estavam ansiosos para deixar de lado suas diferenças, aprender lições de fora e envolver-se no processo político. A Líbia livre tinha um longo caminho a percorrer — eles estavam começando praticamente do zero —, mas aqueles jovens me impressionaram com sua seriedade e sua determinação de construí-la.

Antes de deixar Trípoli, parei num hospital local para visitar civis e combatentes feridos na revolução contra Kadafi. Conversei com rapazes que tinham perdido membros e médicos e enfermeiras oprimidos pelas baixas que haviam visto. Prometi que os Estados Unidos forneceriam apoio médico e até mesmo transportariam alguns dos casos mais graves para hospitais nos Estados Unidos.

Minha visita final foi à casa do nosso embaixador na Líbia, Gene Cretz, que havia sido transformada numa embaixada improvisada. Durante a revolução, bandidos do regime haviam saqueado e incendiado nossa embaixada de fato (todo o pessoal americano já tinha sido evacuado), então nosso corpo diplomático que retornou ao país estava acampado na sala de estar de Gene. Fiquei maravilhada com a firmeza e a resolução daqueles bravos diplomatas americanos. Ouvíamos tiros ao longe, e eu me perguntava se seriam combates ou comemorações. O pessoal da embaixada àquela altura já parecia bastante acostumado com aquilo. Ao apertar a mão de cada um, agradeci-lhes pelo seu incrível trabalho e sacrifícios.

Deixando Trípoli, o C-17 fez uma decolagem rápida e inclinada. Muita coisa acontecera nos nove meses desde que fui a Doha advertir os líderes do Oriente Médio de que, se não abraçassem as reformas, a região afundaria na areia.

A Líbia teve suas primeiras eleições no verão de 2012. Segundo todos os relatos, apesar das preocupações com segurança, a votação foi bem organizada e livre de irregularidades. Após mais de quarenta anos sem participação política sob o domínio de Kadafi, cerca de 60% dos líbios, uma ampla camada da sociedade, foram às urnas para eleger seus representantes e depois saíram às ruas para comemorar.

Eu estava preocupada com a possibilidade de os desafios que o país tinha pela frente se mostrarem pesados demais até mesmo para os mais bem-intencionados líderes da transição. Se o novo governo conseguisse consolidar sua autoridade, prover segurança, usar as receitas do petróleo para reconstruir, desarmar as milícias e manter os extremistas de fora, então a Líbia teria uma chance real de construir uma democracia estável. Se não, o país enfrentaria desafios muito difíceis para traduzir as esperanças de uma revolução num futuro livre, seguro e próspero. E, como logo descobrimos, não só os líbios sofreriam se falhassem.

17

Bengasi: Sob ataque

Em 11 de setembro de 2012, o embaixador Chris Stevens e o assessor de Gestão da Informação Sean Smith foram mortos num ataque terrorista no nosso complexo diplomático em Bengasi, na Líbia. Dois funcionários da CIA, Glen Doherty e Tyrone Woods, foram mortos horas depois, em um ataque ao complexo da agência nas proximidades.

Sean Smith tinha entrado no Departamento de Estado após seis anos na Força Aérea e serviu durante uma década nas nossas embaixadas e consulados em Pretória, Bagdá, Montreal e Haia.

Tyrone Woods era conhecido por seus amigos SEALs da Marinha e mais tarde na CIA como "Rone". Serviu em múltiplas ações no Iraque e no Afeganistão. Além de ser um experiente veterano de combate, também mereceu distinção como enfermeiro licenciado e paramédico certificado. Ele e sua esposa, Dorothy, tinham três filhos, um deles nascido apenas alguns meses antes de sua morte.

Glen Doherty, apelidado de "Bub", era um ex-SEAL bem como experiente paramédico. Ele também tinha atuado em alguns dos lugares mais perigosos da Terra, inclusive Iraque e Afeganistão, sempre pondo sua vida em risco para salvaguardar outros americanos. Tanto Tyrone como Glen usaram suas habilidades e suas experiências para proteger o pessoal da CIA na Líbia.

O embaixador Chris Stevens, o único dos quatro que tive o privilégio de conhecer pessoalmente, era um diplomata talentoso e um ser humano envolvente e extraordinariamente caloroso. Quando lhe pedi na primavera de 2011 para assumir a perigosa missão de fazer contato com a liderança rebelde líbia em Bengasi durante a revolução, e mais tarde retornar à Líbia como embaixador após a queda de Kadafi, ele aceitou sem pensar duas vezes. Chris compreendia os riscos e reconhecia a dimensão do desafio que seria ajudar a refazer um país destruído, mas sabia que os Estados Unidos tinham interesses de segurança nacional vitais em jogo. Sua longa experiência na região e seu talento para a diplomacia delicada fizeram dele a escolha natural.

Perder esses destemidos servidores públicos no cumprimento do dever foi um golpe esmagador. Como secretária, eu era em última análise responsável pela segurança do meu pessoal, e nunca senti essa responsabilidade mais profundamente do que naquele dia.

Enviar para o perigo aqueles que servem nossa nação é uma das escolhas mais difíceis que o nosso país e os líderes precisam fazer. O meu maior pesar de todos aqueles anos é de longe o fato de nem todos eles terem voltado para casa a salvo. Muitas vezes penso nas famílias que perderam entes queridos servindo o país. A gravidade da missão e a gratidão da nação podem oferecer algum consolo, mas no fim não há nada que algum de nós possa dizer ou fazer para preencher o vazio deixado.

O modo mais verdadeiro de honrá-los é melhorar a nossa capacidade de proteger aqueles que executam seu trabalho e prevenir perdas futuras.

Desde o meu primeiro dia no comando do Departamento de Estado, eu tinha consciência de que os terroristas podiam atacar qualquer um dos nossos mais de 270 diplomatas espalhados pelo mundo. Já acontecera muitas vezes antes, e aqueles obcecados em atacar os Estados Unidos

jamais deixariam de tentar. Em 1970, 52 diplomatas americanos foram feitos reféns no Irã e mantidos cativos por 444 dias. Os ataques do Hezbollah à nossa embaixada e alojamentos da Marinha em Beirute em 1983 mataram 258 americanos e mais de uma centena de estrangeiros. Em 1998, a Al-Qaeda realizou atentados a bomba em nossas embaixadas no Quênia e na Tanzânia, matando mais de duzentas pessoas, inclusive doze americanos. Lembro-me vividamente de estar ao lado de Bill, na base aérea de Andrews, quando os restos mortais das vítimas chegaram de volta ao nosso país.

Ao todo, os terroristas mataram 66 americanos da área diplomática desde os anos 1970 e mais de uma centena de prestadores de serviços e funcionários locais. Quatro embaixadores foram assassinados em ataques terroristas somente entre 1973 e 1979. Desde 2001 houve mais de uma centena de atentados a instalações diplomáticas dos Estados Unidos no mundo e quase duas dúzias de ataques diretos ao corpo diplomático. Em 2004, atiradores mataram nove pessoas, inclusive cinco funcionários de origem local num ataque ao nosso consulado em Jedá, na Arábia Saudita. Em maio de 2009, uma bomba num acostamento no Iraque matou Terry Barnich, o vice-diretor da nossa Equipe de Assistência à Transição. Em março de 2010, Lesley Enriquez, uma funcionária consular grávida, de 25 anos, em Juarez, México, foi morta a tiros, junto com seu marido. Em agosto de 2012, o funcionário da USAID, Ragaei Said Abdelfattah, foi morto num atentado suicida no Afeganistão. Até 2014, 244 dos diplomatas americanos da nossa história haviam sido mortos em serviço no exterior.

A diplomacia, por sua própria natureza, precisa muitas vezes ser praticada em lugares perigosos onde a segurança nacional americana pende na balança. Precisamos pesar os imperativos da nossa segurança nacional contra os sacrifícios necessários para salvaguardá-la. Como secretária de Estado, eu era responsável por aproximadamente 70 mil funcionários e admirava profundamente aqueles que se apresentavam como voluntários para aceitar os riscos que acompanham portar nossa bandeira onde seja mais necessário. Todo dia, quando vão ao trabalho, os homens e as mulheres do Departamento de Estado passam pelos nomes daqueles 244 diplomatas mortos inscritos em mármore no saguão do edifício Harry S. Truman. É um lembrete constante dos riscos de representar os Estados Unidos no exterior. Fiquei emocionada — mas não surpresa — em saber do Departamento que, após os principais ataques contra os Estados Unidos, as inscrições para trabalhar no Serviço de Relações Exteriores aumentaram. As pessoas querem servir o país, mesmo que isso signifique correr perigo. Nada diz mais do caráter e da dedicação daqueles que representam nosso país em todo o mundo.

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2012, e as escolhas feitas nos dias e semanas antes e depois, colocam em claro relevo alguns dos dilemas mais difíceis da política externa americana — e os desoladores riscos humanos de toda decisão que tomamos. Nossos diplomatas precisam equilibrar a necessidade de envolver-se em contextos difíceis e perigosos com a necessidade de permanecer em segurança e a salvo. Como país, temos de fazer mais para protegê-los, sem impedi-los de executar suas importantes tarefas. Precisamos nos manter abertos ao mundo numa época em que qualquer provocação pode deflagrar manifestações antiamericanas por todo o globo, com grupos terroristas do outro lado do mundo continuando a planejar novos ataques. Em última instância, esses desafios se resumem ao seguinte: estamos dispostos a carregar o fardo da liderança americana numa era de perigos?

Parte da resposta veio da investigação independente sobre os ataques de Bengasi, que observou: “A eliminação total do risco não é uma opção para a diplomacia dos Estados Unidos, dada a necessidade de o governo americano estar presente em lugares onde estabilidade e segurança são, com frequência, profundamente ausentes e o apoio do governo anfitrião é às

vezes mínimo, até mesmo inexistente".

Ao mesmo tempo que podemos e devemos reduzir o perigo, o único meio de eliminar inteiramente o risco é nos retirarmos totalmente e aceitarmos as consequências do vazio que deixarmos para trás. Quando os Estados Unidos estão ausentes, o extremismo cria raízes, nossos interesses sofrem e a nossa segurança interna fica ameaçada. Há alguns que acreditam ser essa a melhor opção, mas não sou um deles. Retirar-se não é a resposta; não tornará o mundo um lugar mais seguro, e simplesmente não está no DNA do nosso país. Quando defrontados com reveses e tragédias, os americanos sempre trabalharam de forma mais árdua e inteligente. Esforçamo-nos para aprender com os nossos erros e evitar repeti-los. E não nos encolhemos para fugir dos desafios que temos pela frente. E é isso que devemos continuar fazendo.

Os acontecimentos daquele mês de setembro ocorreram naquilo que frequentemente é chamado de "névoa da guerra", com informações que chegavam até nós com dificuldade e relatos incompletos ou conflitantes que turvavam o conhecimento sobre o que de fato estava acontecendo no terreno, ainda mais quando esse se localiza a milhares de quilômetros de Washington. Num grau frustrante, a névoa persistiu por muito tempo, em parte devido ao continuado turbilhão na Líbia. E, apesar dos melhores esforços de funcionários de todas as áreas do nosso governo — inclusive da Casa Branca, do Departamento de Estado, do Exército, da comunidade de inteligência, do FBI e do independente Conselho de Análise de Responsabilidades (ARB), além de oito comitês do Congresso —, jamais haverá perfeita clareza sobre tudo que aconteceu. É improvável que algum dia chegue a haver algo próximo de uma concordância em relação ao que aconteceu exatamente naquela noite, como ocorreu, ou por quê. Porém isso não deve ser confundido com falta de empenho em descobrir a verdade ou compartilhá-la com o povo americano. Sou grata aos muitos profissionais dedicados que trabalharam incansavelmente para responder a todas as perguntas possíveis com a melhor de suas capacidades.

O que se segue baseia-se numa combinação da minha própria experiência pessoal com informações recebidas nos dias, semanas e meses seguintes graças a diversas investigações exaustivas, especialmente o trabalho do conselho independente de análise encarregado de determinar os fatos sem ocultar nada. Embora tenha havido um volume lamentável de informações erradas, especulação e verdadeiras fraudes por parte de alguns envolvidos em política e na mídia, mais de um ano depois relatórios detalhados de várias fontes respeitáveis continuam a expandir a nossa compreensão daqueles acontecimentos.

Embora a manhã de 11 de setembro de 2012 tivesse começado como muitas outras, há poucas datas tão significativas para o nosso país. Em todo 11 de setembro desde 2001, meus pensamentos voltam para aquele terrível dia. Eu não tinha completado nem um ano representando Nova York no Senado quando houve a devastação provocada pelo ataque às Torres Gêmeas. Aquele dia, que começou com centenas de pessoas fugindo às carreiras pelas escadarias do Capitólio e terminou com centenas de funcionários de pé naquelas mesmas escadarias cantando "Deus salve a América" numa comovente demonstração de unidade, moldou meu foco implacável de ajudar Nova York a se recuperar e se garantir contra futuros ataques. Com essas lembranças me inundando de novo, saí de casa para o Departamento de Estado.

Após um breve percurso de carro até o gabinete, o primeiro item da ordem do dia, como sempre, foi receber o *briefing* diário sobre acontecimentos de inteligência e segurança nacional, inclusive os relatórios mais recentes de ameaças terroristas em todo o mundo. Esse *briefing* é passado todo dia às principais autoridades do governo. É preparado por uma equipe de dedicados analistas profissionais da inteligência, que trabalham a noite toda e correm toda Washington para entregar o material em mãos e apresentar oralmente seus relatórios antes do amanhecer.

Os meses recentes tinham sido uma época tumultuada no Oriente Médio e no norte da África. A guerra civil na Síria estava em escalada, mandando rios de refugiados para a Jordânia e a Turquia. No Egito, a ascensão da Irmandade Muçulmana e tensões com as Forças Armadas levantavam perguntas sobre o futuro da Primavera Árabe. As organizações afiliadas à Al-Qaeda no norte da África, no Iraque e na península Arábica continuavam a ameaçar a segurança regional.

Em 8 de setembro, um inflamado vídeo de catorze minutos, que se propunha a ser um trailer de um longa-metragem chamado *A inocência dos muçulmanos*, foi levado ao ar por uma rede de TV por satélite egípcia amplamente acessível em todo o Oriente Médio. De acordo com diversos informes da imprensa, o filme faz uma "caricatura ridícula do profeta Maomé", usando "alegações sobre ele frequentemente repetidas por islamofóbicos", chegando a compará-lo a um jumento. Um relato da imprensa alega que no filme o profeta é "acusado de homossexualidade e de molestar crianças". Muitos espectadores egípcios ficaram furiosos, e, alimentada pela internet, essa fúria rapidamente se espalhou pelo Oriente Médio e pelo norte da África. Embora o governo americano não tivesse absolutamente nada a ver com o vídeo, muitos culparam os Estados Unidos.

O aniversário do Onze de Setembro acrescentou outro elemento potencialmente inflamável e, como todo ano, levou nossos funcionários da inteligência e da segurança a proceder com cautela adicional. Ainda assim a comunidade de inteligência, como tem testemunhado desde então, não recebeu nenhuma informação digna de ação sobre ameaças específicas contra nenhum posto diplomático americano no Oriente Médio ou no norte da África.

Mais tarde, naquela manhã, segui do meu gabinete até a Sala dos Tratados para receber o juramento oficial de Gene Cretz, que recentemente voltara do serviço na Líbia, como nosso novo embaixador em Gana. Mais ou menos na mesma hora, do outro lado do mundo, no Cairo, rapazes começavam a se reunir na rua diante da embaixada dos Estados Unidos como parte de um protesto organizado por líderes islamitas linha-dura contra o insultuoso vídeo. A multidão inflou para mais de 2 mil pessoas berrando palavras de ordem antiamericanas e agitando bandeiras pretas da *jihad*. Alguns manifestantes escalaram os muros e arrancaram e rasgaram uma grande bandeira americana, substituindo-a pela bandeira preta. A tropa de choque da polícia egípcia finalmente chegou, mas o protesto continuou. Felizmente ninguém do nosso pessoal se feriu na confusão. Jornalistas e outros na multidão, usando as mídias sociais, gravaram comentários irados sobre o vídeo. Um rapaz disse: "Esta é uma reação muito simples à agressão ao nosso profeta". Outro insistiu: "Esse filme precisa ser banido imediatamente com um pedido de desculpas".

Não era a primeira vez que provocadores usaram material ofensivo para instilar uma revolta popular no mundo muçulmano, muitas vezes com resultados mortais. Em 2010, um pastor da Flórida chamado Terry Jones anunciou planos de queimar o Corão, o livro sagrado islâmico, no nono aniversário do Onze de Setembro. Suas ameaças foram captadas e repercutidas por extremistas gerando protestos disseminados. Naquela época, fiquei surpresa por uma faísca em Gainesville, na Flórida, numa igreja minúscula, conseguir provocar tanto transtorno, mas as consequências da ameaça eram extremamente reais. O secretário de Defesa Bob Gates ligou pessoalmente para Jones e disse-lhe que seus atos colocavam em risco a vida de soldados e civis americanos e da coalizão no Iraque e no Afeganistão. Jones concordou em se conter, e o aniversário veio e se foi. Então, em março de 2011, ele voltou à sua promessa e queimou um Corão. As advertências de Bob revelaram-se tragicamente prescientes, pois uma turba irada no Afeganistão ateou fogo num escritório da ONU, matando sete pessoas. Protestos mortais

irromperam novamente em fevereiro de 2012, depois que as tropas americanas queimaram inadvertidamente textos religiosos na base aérea de Bagram, no Afeganistão. Quatro americanos morreram. E então Jones estava ajudando a promover esse novo vídeo insultando o profeta Maomé, e havia o perigo real de a história se repetir.

De olho na evolução dos acontecimentos no Cairo, me dirigi à Casa Branca para uma reunião com o secretário de Defesa Leon Panetta e o conselheiro de Segurança Nacional Tom Donilon. Quando voltei ao meu gabinete, fechei-me a tarde toda com os principais chefes do Departamento de Estado, monitorando de perto relatórios da nossa embaixada. A embaixadora no Egito, Anne Patterson, por acaso estava em Washington para consultas e manteve-se em contato constante com seu subchefe da Missão, trabalhando ao telefone para pressionar as autoridades egípcias a controlar a situação. Ficamos todos aliviados quando foi evitada violência adicional.

Mais tarde soubemos que, enquanto os acontecimentos no Cairo se desenrolavam, na vizinha Líbia o embaixador Chris Stevens visitava a segunda maior cidade do país, Bengasi.

Muita coisa tinha acontecido na Líbia desde a minha visita a Trípoli, em outubro de 2011. Dois dias depois da minha partida, o coronel Muamar Kadafi foi capturado e morto. As primeiras eleições parlamentares foram realizadas no começo de julho de 2012, e em agosto o governo de transição entregou o poder a um novo Congresso Nacional Geral, numa cerimônia que Chris citou como o ponto alto da sua estada no país. Chris e sua equipe trabalharam estreitamente com os novos líderes sírios à medida que estes se debatiam com os significativos desafios de montar um governo democrático e prover segurança e serviços num país retalhado e esvaziado por décadas de tirania. Milicianos, como aqueles que me receberam no aeroporto e protegeram a minha comitiva um ano antes, teriam de ser trazidos para debaixo da autoridade de um governo central. Havia armas espalhadas para recolher, eleições para organizar e instituições e processos democráticos a estabelecer. Lei e ordem continuavam sendo um problema real.

Em fevereiro de 2012, enviei o subsecretário Tom Nides a Trípoli e depois, em março, recebi o primeiro-ministro interino Abdurrahim El-Keib em Washington. Oferecemo-nos para ajudar o governo a garantir suas fronteiras, desarmar e desmobilizar as milícias e reintegrar ex-combatentes nos serviços de segurança ou na vida civil. Em julho, o subsecretário Bill Burns deu seguimento com outra visita. Permaneci em contato telefônico com líderes do governo líbio, inclusive com uma ligação em agosto ao presidente do Congresso Nacional Geral líbio, Mohammed Magariaf, recebendo atualizações regulares das nossas equipes em Washington e Trípoli sobre os esforços das diversas áreas do governo americano de assistir o novo governo líbio. Houve progressos preliminares na desmobilização, desmilitarização e reintegração, bem como esforços para recolher e desativar armas esparsas espalhadas pelo país, mas ainda havia muita coisa por fazer. Especialistas do Departamento de Defesa e peritos em segurança em fronteiras do Departamento de Estado trabalharam estreitamente com seus colegas líbios. Em 4 de setembro de 2012, designamos a Líbia elegível para o Fundo de Contingência de Segurança Global, uma iniciativa conjunta dos Departamentos de Defesa e de Estado reunindo recursos e qualificação para abordar uma ampla variedade de desafios enfrentados pelo governo líbio.

Chris estava no centro de toda essa atividade, e sabia melhor do que ninguém quantos desafios continuavam existindo para a Líbia. Na segunda-feira, 10 de setembro, deixou a embaixada americana em Trípoli e viajou seiscentos quilômetros para leste até Bengasi, onde mantínhamos um posto diplomático temporário com rodízio de pessoal. Bengasi é uma cidade portuária no Mediterrâneo com mais de 1 milhão de habitantes, em sua maioria muçulmanos sunitas, e grandes minorias africana e egípcia. Sua variada arquitetura, um misto de edifícios

velhos e desgastados e conjuntos habitacionais semiacabados e abandonados, reflete uma história de conquista e conflito de governantes árabes, otomanos e italianos, bem como as quixotescas ambições e o longo e vagaroso declínio do regime de Kadafi. Bengasi havia sido um viveiro de dissidentes, e tanto a revolução de 1969 que levara Kadafi ao poder como a revolução de 2011 que o derrubou começaram naquela cidade. Chris conhecia Bengasi muito bem, do tempo em que foi nosso representante junto ao rebelde Conselho Nacional de Transição, que esteve ali baseado durante o levante de 2011, e era largamente admirado.

Os embaixadores dos Estados Unidos não precisam consultar ou buscar aprovação de Washington quando estão em viagem dentro dos países onde servem, e raramente o fazem. Como todos os chefes de Missão, Chris tomava decisões acerca de seus movimentos com base em avaliações de segurança de sua equipe local, bem como em seu próprio julgamento. Afinal, ninguém tinha mais conhecimento ou experiência em Líbia do que ele. Estava bem cônscio da ausência de lei em Bengasi, inclusive de uma série de incidentes ocorridos naquele mesmo ano contra interesses ocidentais. Ainda assim, compreendia a importância estratégica de Bengasi na Líbia e decidiu que o valor de uma visita tinha um peso bem maior que os riscos. Levou junto dois oficiais de segurança, de modo que havia cinco agentes da Segurança Diplomática (SD) no complexo em Bengasi na hora do ataque. Contando com o funcionário do Departamento de Estado Sean Smith, havia ao todo sete americanos no local.

Posteriormente ficaríamos sabendo que, ao chegar a Bengasi, Chris recebeu um informe do pessoal local da CIA, cuja base se encontrava num segundo complexo, maior, a pouco mais de um quilômetro de distância. Sua existência e sua missão eram segredos muito bem guardados, mas havia um entendimento entre os funcionários da segurança em ambas as agências que, numa emergência, uma equipe de resposta rápida da CIA seria deslocada para o complexo do Departamento de Estado a fim de fornecer proteção extra. O primeiro dia de Chris terminou com um jantar com os membros do conselho municipal num hotel da cidade.

Na terça-feira, 11º aniversário do Onze de Setembro, Chris teve todas as suas reuniões dentro do complexo do Departamento de Estado. No fim da tarde, depois que a turba se juntara diante da nossa embaixada no Cairo, ele se reuniu com um diplomata turco. Quando Chris saiu para acompanhá-lo após a reunião, não havia nenhum sinal de algo fora do comum. Por volta das nove da noite, Chris e Sean recolheram-se para dormir.

Cerca de quarenta minutos depois, sem nenhum aviso, dezenas de homens armados apareceram nos portões do complexo, subjugaram os guardas líbios locais e invadiram o local, incendiando tudo pelo caminho.

Alec, o agente da Segurança Diplomática encarregado do comando do centro de operações táticas do complexo, viu a turba pelo circuito interno de televisão, ouviu o som de tiros e uma explosão e entrou rapidamente em atividade. Ligou o sistema de alerta do complexo, estabeleceu contato com os funcionários de segurança dos Estados Unidos na embaixada em Trípoli e, conforme havia sido treinado, alertou a bem armada equipe da CIA estacionada nas proximidades, requisitando reforço imediato.

Os outros quatro agentes da SD reagiram exatamente como tinham sido treinados. Scott, o agente responsável, passou Chris e Sean, dois homens pelos quais ele quase perderia a vida ao tentar proteger naquela noite, para um abrigo seguro fortificado dentro da casa principal do complexo. Os três agentes remanescentes atropelaram-se para pegar suas armas mais pesadas e equipamento tático, mas rapidamente se viram isolados em dois edifícios separados em outra parte do complexo.

Scott manteve a vigilância de dentro do abrigo com seu rifle M4 de prontidão, enquanto

Chris pegava seu telefone emprestado para fazer uma série de chamadas a contatos locais e ao seu subordinado direto, Greg Hicks, na embaixada em Trípoli. Eles ouviram homens esbravejando pelo resto da casa e golpeando a porta de aço do abrigo. Então, inesperadamente, os invasores recuaram. Encharcaram o prédio de óleo diesel e atearam fogo. O diesel provocou uma fumaça espessa, preta e acre que rapidamente encheu o ar. Em pouco tempo, Chris, Sean e Scott estavam se debatendo para enxergar e respirar.

Sua única esperança era conseguir chegar ao telhado. Havia uma saída de emergência que oferecia uma chance de fuga. Engatinhando, Scott foi na frente, abrindo caminho. Com os olhos e a garganta ardendo, conseguiu chegar à grade de saída e abri-la com um golpe, mas, ao se arrastar através dela e se virar, Chris e Sean não estavam logo atrás dele como apenas alguns momentos antes. Estavam perdidos na fumaça que os cegava. Até hoje sou assombrada pelo pensamento de qual deve ter sido a sensação daqueles excruciantes minutos no prédio em chamas.

Scott procurou desesperadamente, voltando a entrar no edifício inúmeras vezes, chamando seus nomes sem sucesso. Por fim, quase desmaiando, subiu por uma escada até o telhado. Os outros agentes da SD ouviram sua voz rouca estalando pelo rádio com uma mensagem arrepiante: o embaixador e Sean tinham se perdido.

Quando a multidão de invasores armados, após saquear a maior parte do complexo, começou a recuar, os três agentes que haviam estado isolados puderam finalmente alcançar o edifício principal. Deram os primeiros socorros a Scott, que estava sofrendo com a grave inalação de fumaça e outros ferimentos, e em seguida refizeram seu trajeto pela janela até o abrigo. A essa altura era impossível ver qualquer coisa no interior por causa da fumaça, mas eles se recusaram a desistir da busca, fazendo numerosas tentativas de encontrar Chris e Sean, arrastando-se pelo chão e tateando o caminho. Quando um deles tentou abrir a porta da frente do prédio, parte do teto desabou.

A partir do momento em que o posto da CIA ficou sabendo que seus colegas americanos estavam sob ataque, uma equipe de resposta rápida preparou-se para efetuar o resgate. Eles podiam ouvir as explosões ao longe e rapidamente juntaram suas armas e prepararam-se para avançar. Dois veículos de agentes armados deixaram o posto da CIA rumo ao complexo diplomático cerca de vinte minutos depois de o ataque ter começado. Até o fim de outubro, quando a agência reconheceu publicamente sua presença em Bengasi, a existência de um posto da CIA era segredo, então na sequência imediata ao ataque esses agentes não tiveram um reconhecimento público, mas todos nós no Departamento de Estado ficamos imensamente gratos pela forma como nossos colegas da CIA reagiram naquela noite.

Quando a equipe da CIA chegou, dividiram-se para defender o complexo e juntaram-se aos agentes da SD na busca dentro do prédio em chamas. Em pouco tempo fizeram uma descoberta terrível: Sean estava morto, aparentemente por inalação de fumaça. Seu corpo foi carregado com o máximo cuidado para fora do prédio em ruínas. Ainda não havia sinal de Chris.

Minha primeira informação sobre o ataque chegou mais ou menos a essa hora, quando Steve Mull correu pelo corredor que vai do Centro de Operações do Departamento de Estado até a minha sala. Steve, um veterano que trabalhava há trinta anos no Serviço de Relações Exteriores, altamente respeitado por suas habilidades diplomáticas e logísticas, estava nas suas últimas semanas como secretário executivo do Departamento, preparando-se para assumir seu próximo posto como embaixador na Polônia. Entre outras responsabilidades, uma das atribuições do “SecEx” é administrar o fluxo de informação entre Washington e as centenas de postos do Departamento pelo mundo. Relatórios inquietantes de todo o Oriente Médio tinham preenchido

aquele dia, mas mesmo com esse pano de fundo, logo que vi o olhar de Steve, pude perceber que algo estava terrivelmente errado. Naquele ponto, tudo que ele sabia era que o nosso complexo em Bengasi estava sendo atacado.

Meus pensamentos dirigiram-se de imediato a Chris. Eu lhe pedira pessoalmente para assumir a incumbência de embaixador na Líbia e estremeci ao pensar que ele e outras pessoas estavam agora em grave perigo.

Peguei os telefones seguros sobre a minha mesa e apertei o botão que me ligava instantaneamente com a Casa Branca, com o conselheiro de Segurança Nacional, Tom Donilon. O presidente Obama ficou sabendo do ataque durante uma reunião no Salão Oval com o secretário de Defesa Leon Panetta e o chefe do Estado-Maior Conjunto Marty Dempsey, um homem sensato acostumado a falar com franqueza. Depois de ouvir as notícias, o presidente deu ordem de fazer tudo que fosse necessário para dar apoio ao nosso pessoal na Líbia. Era imperativo que todos os recursos possíveis fossem mobilizados imediatamente. O posto avançado da CIA já estava reagindo, mas ele queria que tudo que pudesse ser empregado fosse imediatamente colocado em serviço. Quando americanos estão sob fogo, essa não é uma ordem que o comandante em chefe precise dar duas vezes. Nossos militares fazem todo o humanamente possível para salvar vidas americanas — e fariam mais se pudessem. Que alguém possa algum dia ter sugerido algo diferente, é uma coisa que jamais vou entender.

Saber do ataque foi um soco no estômago, mas, no meio de uma crise em andamento, eu não tinha tempo para processar a corrente de emoções — havia muita coisa a fazer. Orientei a nossa equipe de operações do Departamento, comandada pelo subsecretário Pat Kennedy, a trabalhar com a embaixada em Trípoli para deixar o nosso pessoal a salvo e derrubar as portas do governo líbio se necessário para exigir mais apoio. Também liguei para o diretor da CIA David Petraeus, já que a agência mantinha um posto próximo com pesada força de segurança. Tínhamos ainda de nos preparar para a possibilidade de outros ataques em outros lugares. A nossa embaixada no Cairo já tinha servido de alvo. Agora Bengasi estava sob ataque. Onde seria o próximo? Pat era um veterano com quarenta anos no Serviço de Relações Exteriores, tendo servido a oito presidentes de ambos os partidos. Alguns confundiam seus modos brandos e preferência por cardigãs e suéteres sem mangas com sinal de moleza, mas Pat era duro como ninguém. Ficou calmo em meio à comoção e me assegurou que tudo que podia ser feito estava sendo feito. Não era estranho a acontecimentos instáveis, tendo servido durante alguns dos piores ataques ao pessoal e às propriedades do Departamento de Estado, e como jovem funcionário do Serviço de Relações Exteriores teve um pequeno papel em dar apoio às famílias dos seis diplomatas americanos que acabaram escapando do Irã depois que a nossa embaixada foi tomada em 1979 (evento encenado no filme *Argo*).

Em Trípoli, um avião foi rapidamente fretado, e um grupo de sete militares e pessoal da inteligência começou os preparativos para um rápido deslocamento para Bengasi. Outras opções eram limitadas. O Pentágono tinha unidades de Operações Especiais em alerta em Fort Bragg, na Carolina do Norte, mas seriam necessárias várias horas para reuni-las e estavam a mais de 8 mil quilômetros de distância. Nossos líderes civis e comandantes fardados, inclusive o chefe do Estado-Maior Conjunto e outros da sua equipe, têm testemunhado repetidamente sob juramento, em público e em audiências fechadas confidenciais, que recursos foram mobilizados de imediato, mas nenhum deles podia alcançar a Líbia rapidamente. Críticos questionaram por que a maior força militar do mundo não pôde chegar a Bengasi a tempo de defender nosso pessoal. Parte da resposta é que, apesar de ter estabelecido o Comando dos Estados Unidos na África em 2008, simplesmente não havia infraestrutura militar local suficiente na África. Ao contrário da Europa

e da Ásia, a presença militar americana na África é quase inexistente. Além disso, nossos recursos militares não estão distribuídos globalmente com a missão de manter forças de prontidão para defender postos diplomáticos. Vincular as nossas forças a mais de 270 embaixadas e consulados no mundo inteiro é uma missão que, segundo o testemunho dos nossos chefes militares, o Pentágono simplesmente não está equipado para controlar. Os fatos são esses, embora nem todo mundo os aceite e alguns insistam em questionar repetidamente as ações dos nossos militares. Por exemplo, semanas após o ataque houve um relato sensacional de que um bombardeiro americano AC-130 foi enviado a Bengasi, mas depois teve o voo cancelado. O Pentágono fez um exame meticuloso dessa acusação. Não só não havia nenhum bombardeiro nas proximidades, como não havia nenhum bombardeiro em todo o continente africano, nem mesmo perto. O bombardeiro mais próximo estava a mais de 1.500 quilômetros dali, no Afeganistão. Essa é apenas uma das falsas acusações feitas por aqueles dispostos a transmitir informações erradas.

Outro recurso, que alguns críticos afirmam que teria feito a diferença, chamava-se FEST. Depois dos atentados a bomba no leste da África em 1998, foi criada uma Equipe de Apoio de Emergência no Exterior (FEST); era um grupo equipado e treinado para ajudar a restaurar comunicações seguras, responder a riscos biológicos e fornecer outros suportes a instalações diplomáticas danificadas, mas essa equipe não era uma força de reação armada capaz de intervir em combate ativo, e também estava sediada a milhares de quilômetros de distância, em Washington. Muitos americanos, e até membros do Congresso, ficaram surpresos ao saber que não havia fuzileiros navais dos Estados Unidos estacionados no nosso complexo em Bengasi. Os fuzileiros navais estão distribuídos em apenas pouco mais da metade de todos os nossos postos diplomáticos ao redor do mundo, onde sua missão básica é a proteção e, se necessário, a destruição de material e equipamento confidencial. Assim, embora houvesse fuzileiros estacionados na nossa embaixada em Trípoli, onde trabalhavam quase todos os nossos diplomatas e que tinha a capacidade de processar material confidencial, como não havia processamento confidencial no complexo diplomático em Bengasi, não havia fuzileiros ali postados.

Também não havia nenhuma fonte de imagens de vídeo transmitidas do complexo em Bengasi para alguém monitorar em Washington. Algumas embaixadas maiores pelo mundo têm esse recurso, mas Bengasi era uma instalação provisória, sem acesso suficiente à banda larga. Tinha, de fato, câmeras de circuito interno e sistema local de gravação de vídeo, não muito diferente de um gravador doméstico, mas os funcionários da segurança americanos só teriam acesso a essas imagens semanas depois, quando as autoridades líbias recuperariam o equipamento e o entregariam aos responsáveis americanos. Assim, os funcionários do Centro de Comando da Segurança Diplomática na Virgínia, que tentavam monitorar a sequência de acontecimentos em tempo real, tinham de se basear numa única linha telefônica aberta, escutando seus colegas em Trípoli e Bengasi. Puderam ouvir parte do que estava acontecendo, mas o quadro era aflitivamente incompleto.

Para ajudar a preencher essa lacuna, um dispositivo que podia ser rapidamente colocado em ação era um drone de vigilância desarmado e não tripulado, que já estava voando numa missão em outras partes da Líbia. O drone foi redirecionado para Bengasi e chegou ao posto aproximadamente noventa minutos depois do começo do ataque, fornecendo aos funcionários da segurança e da inteligência outra maneira de monitorar o que estava acontecendo no solo.

Mais ou menos a essa hora, o Centro de Operações reportou que os tiros no complexo haviam cessado e que as nossas forças de segurança estavam tentando localizar o pessoal

desaparecido. Era uma frase de causar arrepios. Grande parte da turba tinha recuado, mas por quanto tempo? Combatentes e saqueadores ainda vagavam nas redondezas. A equipe concluiu que permanecer mais tempo colocaria em risco a maioria dos americanos. Apesar dos ininterruptos esforços de achar Chris, que ainda estava desaparecido no edifício principal incendiado, a única alternativa era evacuar para as instalações da CIA, mais fortemente protegidas, a pouco mais de um quilômetro dali.

Com relutância, os cinco agentes da SD se amontoaram dentro de um veículo blindado. Foi uma viagem curta — apenas alguns minutos —, mas angustiante. Quase de imediato, eles foram alvo de fogo pesado e constante na rua e passaram correndo por uma multidão de atiradores agrupados em torno de um bloqueio. Dois pneus estouraram e o vidro blindado estilhaçou, mas continuaram a avançar. Possivelmente perseguidos por dois veículos desconhecidos, pegaram o meio da pista e seguiram na contramão. Alguns minutos depois chegaram ao posto da CIA. Os feridos receberam cuidados médicos e os outros assumiram posições defensivas. A equipe de resposta da CIA chegou pouco depois, carregando o corpo de Sean Smith. Chris ainda estava desaparecido.

No sétimo andar do Departamento de Estado, todo mundo estava fazendo tudo que julgávamos possível fazer. Funcionários do Departamento de todos os níveis conversavam com seus colegas em todos os setores do governo. Funcionários americanos em Washington e na Líbia trabalhavam com os líbios para restaurar a segurança e auxiliar na busca pelo nosso embaixador. Liguei de volta para o alto-comando do Departamento para obter suporte e discutir os passos seguintes. Também falei com a Casa Branca. O posto da CIA estava agora debaixo de fogo de armas leves e granadas lançadas por foguetes. Todo mundo ali estava se preparando para outro enxame de invasores, mas isso não se materializou. Os tiros continuaram esporadicamente, até cessar por completo.

O Centro de Operações reportou que uma milícia islamita linha-dura chamada Ansar al-Sharia reivindicava a responsabilidade pelo ataque, embora mais tarde acabasse se retratando. Era algo para ser levado a sério. Nos dias que se seguiram, analistas da inteligência dos Estados Unidos estudariam os ataques para tentar determinar como haviam começado e quem tinha participado, mas, até então, tínhamos de nos programar para o pior — a possibilidade de mais ataques contra interesses americanos na região.

Nossa embaixada em Trípoli estava pressionando todo mundo, mas eu não estava satisfeita com os resultados dos líbios. Liguei para o presidente Magariaf e, como faria em outras conversas naquela semana, coloquei nos termos mais duros a possibilidade de outros ataques. Eu queria assegurar que ele e outros entendiam a urgência da situação e não presumissem que a ameaça acabara. Magariaf expressou pedidos de desculpa, lamentando profundamente a situação. Eu agradeci por sua preocupação, mas deixei muito claro que precisávamos de mais do que um pedido de desculpas: precisávamos de ação imediata para proteger nosso pessoal em Bengasi e Trípoli.

Entrementes, o avião com os reforços de segurança americanos vindos de Trípoli pousou no aeroporto de Bengasi. O objetivo era localizar veículos e chegar ao posto da CIA o mais rápido possível, mas a essa altura o aeroporto estava cheio de agentes de segurança líbios e chefes milicianos que insistiram em reunir uma grande carreata blindada para escoltar os americanos. Nossa frustrada equipe, ansiosa por ajudar os colegas, ficou retida durante horas até que as forças líbias sentiram confiança suficiente para deixar o aeroporto e se dirigir ao posto da CIA.

Em Washington, convoquei uma teleconferência com os oito principais chefes do Departamento e com o subchefe de Missão, Greg Hicks, em Trípoli. Greg foi uma das últimas

pessoas a falar com Chris antes do seu desaparecimento e, na ausência do embaixador, estava agora assumindo a responsabilidade formal pela segurança de todo americano no país. A noite tinha sido longa e eu estava preocupada, querendo saber como o nosso pessoal em Trípoli estava se aguentando. Também queria que soubessem o que Washington, as Forças Armadas, a CIA e outros setores do governo estavam fazendo. Greg me disse que por precaução devíamos evacuar a embaixada em Trípoli e ir para um complexo alternativo, e eu concordei. Falamos sobre a busca por Chris, por quem ambos tínhamos profundo afeto. As coisas não pareciam nada boas, e eu pude ouvir a dor na voz de Greg. Pedi-lhe que transmitisse as minhas preces por toda a equipe e que permanecesse em contato direto.

Dirigi-me ao Centro de Operações para uma videoconferência segura entre várias agências governamentais e o Gabinete de Crises da Casa Branca, autoridades do Conselho de Segurança Nacional, CIA, Departamento de Defesa, Estado-Maior Conjunto e outras agências. Era uma reunião de imediatos, que não incluía os titulares, mas o protocolo era a última coisa que eu tinha em mente. Passei para o grupo minhas conversas com Greg e com o presidente Magariaf, e salientei o quanto era crítico tirar o nosso pessoal de Bengasi em segurança o quanto antes.

De volta ao meu gabinete, disse à equipe que era hora de fazer um pronunciamento público. Até aquele momento, eu estivera exclusivamente concentrada em coordenar setores do governo e mobilizar recursos para o nosso pessoal no local. O povo americano merecia ouvir diretamente de mim o que estava acontecendo, mesmo que nossas informações ainda fossem limitadas. A prática do Departamento de Estado era segurar qualquer pronunciamento até podermos confirmar o destino de todo o nosso pessoal — mas ainda não conseguíamos localizar Chris. Resolvi que era importante ser o mais direta possível o mais depressa possível. Emiti uma declaração confirmando a perda de um dos nossos funcionários, condenando o ataque e garantindo trabalhar com os parceiros pelo mundo para proteger diplomatas, postos e cidadãos americanos.

Não muito depois de conversar comigo, Greg e sua equipe na embaixada receberam uma chamada telefônica surpreendente. Era do mesmo celular que Chris usara nos momentos finais antes de desaparecer no abrigo cheio de fumaça. Porém não era Chris. Um homem falando árabe disse que um americano desacordado, que combinava com a descrição do embaixador, estava num hospital local. Não forneceu nenhuma informação ou garantias adicionais. Será que podia ser realmente Chris? Ou seria uma cilada para atrair nosso pessoal para fora do complexo da CIA para uma situação vulnerável? Tínhamos de descobrir. Greg pediu a um contato local que fosse ao hospital para investigar. Notavelmente, essa pessoa era o mesmo líbio que ajudara a resgatar o nosso piloto da Força Aérea derrubado um ano antes.

Um vídeo amador surgido dias depois mostrava uma multidão de saqueadores e curiosos andando pelas ruínas do complexo depois que a nossa equipe se retirara. Um grupo de líbios, jamais identificado, encontrou o corpo de Chris em meio à fumaça que se dissipava e, embora não soubessem a sua identidade, o levaram a um hospital local. A informação é que chegaram à sala de emergência pouco depois da uma da manhã. Os médicos passaram 45 minutos tentando ressuscitá-lo, mas por volta das duas declararam Chris morto por inalação de fumaça. Mais tarde o primeiro-ministro líbio ligou para Greg em Trípoli para dar a notícia. Ele disse que foi o telefonema mais triste da sua vida. A confirmação absoluta veio quando o corpo de Chris foi levado ao pessoal americano no aeroporto em Bengasi na manhã seguinte. Eu sabia que Chris devia estar morto, mas até a confirmação ainda havia uma chance de ele poder de algum modo ter sobrevivido. Naquele momento, a esperança se fora.

Com os nossos agentes da SD no ultrafortificado posto da CIA e os nossos reforços de Trípoli no solo, no aeroporto, decidi transferir-me do gabinete para o meu escritório em casa no noroeste de

Washington, a apenas alguns minutos de Foggy Bottom. Eu sabia que os dias pela frente cobrariam seu preço de todos nós, com o Departamento inteiro olhando para mim para que eu os liderasse através dessa chocante tragédia, ao mesmo tempo mantendo todo mundo focado naquilo que estava por vir. Quando me tornei secretária, o Departamento equipou a minha casa com todo tipo de comunicações seguras e outros dispositivos necessários para trabalhar de lá com a mesma facilidade com que eu trabalhava do gabinete.

Telefonei ao presidente Obama e passei-lhe as mais recentes atualizações. Ele me perguntou sobre a situação do nosso pessoal e reiterou que queria todas as medidas necessárias para proteger nossos diplomatas e cidadãos na Líbia e em toda a região. Concordei e dei-lhe a minha avaliação da situação. Não acreditava que a crise tivesse terminado. Podíamos esperar mais agitação, se não na Líbia, então em algum outro lugar.

A equipe de reforços vinda de Trípoli finalmente conseguiu sair do aeroporto para o posto da CIA, o que deu aos seus colegas uma tremenda sensação de alívio. Porém essa situação não perdurou.

Poucos minutos após a chegada dessa equipe, ouviu-se a explosão de um morteiro. As primeiras bombas erraram o alvo, mas as seguintes acertaram com uma força devastadora, matando dois agentes de segurança da CIA, Glen Doherty e Tyrone Woods, e ferindo gravemente outros, inclusive um dos nossos agentes da SD, David.

A tragédia em Bengasi havia agora se complicado imensuravelmente. Precisávamos tirar da cidade o resto do pessoal — cerca de 36 pessoas ao todo, contando com os cinco agentes da SD e o pessoal da CIA —, antes que perdêssemos mais alguém.

Cerca de uma hora depois, as forças de segurança do governo líbio, que haviam se dispersado durante o ataque ao posto da CIA, retornaram para fazer a escolta até o aeroporto. Um primeiro voo repleto de americanos decolou às 7h30 da manhã. Um segundo avião evacuou o restante, inclusive os corpos de Sean Smith, Glen Doherty, Tyrone Woods e Chris Stevens, que chegara do hospital. Ao meio-dia, todo o pessoal americano de Bengasi estava finalmente em Trípoli.

Em Washington, fiquei pensando no horror do que tinha acontecido. Pela primeira vez desde 1979, um embaixador dos Estados Unidos fora morto no cumprimento do dever. Quatro americanos estavam mortos. Nosso complexo em Bengasi era uma ruína fumegante, nosso posto da CIA estava abandonado. E não havia como dizer o que aconteceria a seguir, nem onde.

Preparei-me para o dia que tinha pela frente. Sabia que seria crucial comandar com determinação um Departamento abalado e ao mesmo tempo concentrar-me nas ameaças em curso, mas primeiro eu precisava ligar para as famílias das vítimas. Elas precisavam saber o quanto o nosso Departamento e a nação honravam o serviço dos seus entes queridos, que o nosso coração estava arrasado pela perda. Não seriam telefonemas fáceis, mas eram uma responsabilidade solene.

Após verificar com o general Dempsey se havia novidades, sentei-me à minha mesa no Departamento de Estado e liguei para a irmã de Chris, Anne Stevens, que era médica no Hospital Infantil de Seattle. Ela se mantivera acordada a maior parte da noite, conversando com os colegas de Chris no Departamento e passando as notícias ao resto da família Stevens. Mesmo exausta e em choque, ainda foi capaz de reafirmar aquilo que seu irmão teria desejado. “Espero que isso não nos impeça de continuar a apoiar o povo líbio a seguir em frente”, me disse ela. Anne sabia o quanto Chris estava comprometido em ajudar a construir uma nova Líbia depois do fim do regime de Kadafi e como isso era importante aos interesses americanos. Ele havia se apaixonado pelo Oriente Médio ainda como jovem voluntário do Corpo de Paz lecionando inglês no

Marrocos, passando depois a representar os Estados Unidos como funcionário do Serviço de Relações Exteriores em toda a região. A todo lugar que ia, ganhava amigos para os Estados Unidos e fazia das esperanças dos outros as suas próprias. Eu disse a Anne que ele seria lembrado como herói em muitos países.

Nas semanas seguintes, fiquei impressionada com a dignidade com que a família Stevens lidou com sua perda e o amargo holofote da história. Depois que deixei o cargo, permanecemos em contato e tive orgulho em apoiá-los para lançar a Iniciativa de Intercâmbio Virtual J. Christopher Stevens, que usará a tecnologia para conectar jovens e educadores de todo o Oriente Médio e Estados Unidos. É uma maneira apropriada de honrar a memória de Chris e prosseguir o trabalho que para ele era tão importante.

Liguei depois para a esposa de Sean Smith, Heather, que morava na Holanda com os dois filhos do casal, e manifestei minhas condolências pela perda do seu marido. Foi um choque enorme. Ele e Heather tinham feito planos para sair de férias após a sua volta. Como Chris Stevens, Sean Smith estava comprometido com o envolvimento dos Estados Unidos pelo mundo e orgulhoso em servir. Na sequência do ataque em Bengasi, Heather também expressou sua crença de que seu marido não teria desejado que os Estados Unidos se afastassem do mundo ou vivessem com medo.

Era um sentimento importante de recordar em 12 de setembro. Por toda a noite, protestos contra o ofensivo vídeo na internet continuaram a se espalhar do Egito para todo o Oriente Médio. Cerca de duzentos marroquinos furiosos juntaram-se diante do nosso consulado em Casablanca. Na Tunísia, a polícia teve de usar gás para dispersar uma multidão na frente da embaixada americana. No Sudão, Mauritânia e Egito, manifestações semelhantes ocorriam diante de postos avançados americanos. Depois do que acontecera em Bengasi no dia anterior, todo mundo estava no limite, e tratamos cada incidente como se pudesse fugir rapidamente do controle.

Convoquei outra videoconferência com a exausta mas determinada equipe ainda presente em Trípoli. Eles tinham feito um trabalho extraordinário nas últimas 24 horas, e eu queria agradecer-lhes pessoalmente e fazer com que soubessem que, apesar de estarem a milhares de quilômetros de distância, não estavam sós.

Em seguida eu quis falar diretamente com o povo americano e o mundo. Senti o pesado fardo de explicar o inexplicável a um país que despertara para a notícia de outro Onze de Setembro. Alguns de meus auxiliares, que conheciam e adoravam Chris Stevens, estavam em lágrimas. Dediquei um momento de solidão silenciosa no meu gabinete para me recompor e pensar no que queria dizer. Depois me dirigi à Sala dos Tratados, onde estava reunida a imprensa.

Enquanto as câmeras entravam em funcionamento, expus os fatos conforme os conhecíamos — "milicianos pesadamente armados" tinham tomado de assalto o nosso complexo e matado nossa gente — e garanti aos americanos que estávamos fazendo todo o possível para manter a salvo o nosso pessoal e cidadãos ao redor do mundo. Também ofereci preces para as famílias das vítimas e elogiei os diplomatas que servem nosso país e nossos valores em todo o mundo. Chris Stevens arriscara sua vida para impedir um tirano, depois dera sua vida tentando construir uma Líbia melhor. "O mundo precisa de outros Chris Stevens", disse eu.

Com o pleito de Anne Stevens de levar adiante o compromisso de Chris com o futuro da Líbia ainda nos meus ouvidos, expliquei ao povo americano que aquele "era um ataque de um grupo pequeno e selvagem — não do povo nem do governo da Líbia". Também lhes assegurei que, enquanto ainda trabalhávamos para determinar os motivos e métodos exatos daqueles que

haviam lançado os ataques, não descansaríamos até que eles fossem achados e trazidos à justiça.

Depois dos meus comentários, me dirigi à Casa Branca, onde o presidente Obama estava se preparando para fazer um pronunciamento à nação. Parados diante do Salão Oval, discutimos se ele podia vir a Foggy Bottom logo depois do pronunciamento para confortar os pesarosos colegas de Chris e Sean. Eu lhe disse que significaria muito para um Departamento que ainda estava em estado de choque. Fomos até o Jardim das Rosas, onde o presidente disse ao mundo: "Nenhum ato de terror jamais irá abalar a determinação de uma grande nação, nem alterar seu caráter, nem eclipsar a luz dos valores que defendemos".

Após o pronunciamento do presidente, voltei correndo ao Departamento. Embora ele tivesse sugerido que eu fosse de carro com ele, eu queria me certificar de que tudo estava no lugar para aquela visita imprevista. Geralmente uma visita presidencial leva semanas para ser orquestrada. Aquela seria absolutamente informal.

Quando ele chegou, caminhamos juntos pelo saguão principal, e eu lhe mostrei onde estavam inscritos no mármore os nomes dos diplomatas que haviam sido mortos no cumprimento do dever. Posteriormente, ele assinou o livro de condolências para aqueles que acabávamos de perder.

De maneira quase imperceptível, centenas de funcionários do Departamento de Estado tinham se reunido no pátio interno do edifício, inclusive muitos do Escritório de Assuntos do Oriente Próximo, onde Chris Stevens desenvolvera sua carreira, bem como do Escritório de Administração de Recursos de Informação, onde trabalhava Sean Smith. O sistema de som montado às pressas não funcionou, então pus o microfone no chão e apresentei o presidente. Ele falou de forma comovente durante vinte minutos sobre o quanto o trabalho dos nossos diplomatas significa para a segurança nacional dos Estados Unidos e para os nossos valores. Incentivou os homens e mulheres do Departamento de Estado a honrar a memória dos que perdemos redobrando nossos esforços para representar as melhores tradições da nossa grande nação. Pude ver na expressão deles o quanto tudo aquilo significou, para eles e para os muitos outros que espiavam pelas janelas que davam para o pátio. Quando o presidente terminou, trouxe-o para conhecer alguns dos colegas de Chris no Departamento de Assuntos do Oriente Próximo, que vinham trabalhando quase sem parar desde o começo da crise. Depois, naquela mesma tarde, fui até suas salas e a sala onde trabalhavam os colegas de Sean para expressar meu pesar e minha gratidão. Senti imenso orgulho de servir àquele presidente, de comandar aquela equipe, de ser parte da família do Departamento de Estado.

O conflito na região continuou a se exacerbar. Nos dias e semanas seguintes, enfrentamos onda após onda de agitação que ameaçavam nossos postos e nosso pessoal em mais de dez países, resultando na morte de dezenas de manifestantes, embora, felizmente, nenhuma vida americana tenha sido perdida.

Na terça-feira, 13 de setembro, manifestantes derrubaram os portões da embaixada americana no Iêmen. Choques ainda mais violentos continuavam no Cairo. Na Índia, cerca de 150 pessoas foram detidas diante do nosso consulado em Chennai. Na sexta-feira, as tensões ficaram ainda piores. Milhares de tunisianos sitiaram a nossa embaixada em Túnis, destruindo veículos e desfigurando prédios enquanto o pessoal estava sitiado no interior. Uma escola americana do outro lado da rua foi incendiada e saqueada. Liguei para o presidente Moncef Marzouki da Tunísia, que prometeu mandar seus guardas pessoais para dispersar os manifestantes e proteger nosso pessoal americano e tunisiano. Em Cartum, milhares de sudaneses se concentraram junto aos muros da nossa embaixada tentando içar uma bandeira preta. Manifestantes paquistaneses tomaram as ruas em Islamabad, Karachi e Peshawar. Houve

manifestações em lugares distantes como a Indonésia e as Filipinas. Até mesmo no Kuwait, um país rico que os Estados Unidos ajudaram a libertar na primeira Guerra do Golfo, pessoas foram detidas tentando escalar os muros da nossa embaixada. A fagulha acesa no Cairo em 8 de setembro havia se transformado agora em intensas labaredas, que continuavam a se espalhar e ameaçar postos e pessoal americano no seu caminho.

Ao longo de todos aqueles dias difíceis, minha equipe e eu estivemos em contato constante com os governos dos países assolados por protestos. Tive conversas tensas com líderes regionais que precisavam ouvir exatamente quão grave era a situação. Também trabalhei com o Pentágono para garantir que fuzileiros navais adicionais fossem enviados à Tunísia, bem como ao Sudão e ao Iêmen.

Sei que há algumas pessoas que não querem ouvir que um vídeo na internet tenha desempenhado um papel naquela sublevação, porém essa é a verdade. Manifestantes paquistaneses chegaram a surrar uma efígie de Terry Jones, o pastor da Flórida associado com o filme. E diplomatas americanos, longe da política de Washington, sentiram o impacto de perto.

E quanto ao ataque em Bengasi? No calor da crise, não tínhamos como saber ao certo que combinação de fatores motivou o ataque, ou se e por quanto tempo fora planejado. Fui clara a esse respeito nos meus comentários na manhã seguinte, e nos dias subsequentes funcionários do governo continuaram dizendo ao povo americano que a informação que possuíamos era incompleta, que ainda estávamos em busca de respostas. Havia muitas teorias, mas ainda pouca evidência. Eu mesma ia e voltava no que podia ter acontecido, quem tinha feito aquilo e que mistura de fatores — como o vídeo — desempenhara algum papel, mas inquestionavelmente aquela gravação estava incitando a região e deflagrando protestos em toda parte, então teria sido estranho não considerar, à medida que se desenrolavam dias e dias de protestos, que ela também podia ter tido algum efeito em Bengasi. É só raciocinar. Investigações e relatórios posteriores confirmaram que um vídeo fora efetivamente um fator. Tudo que sabíamos com certeza naquele momento era que americanos tinham sido mortos e outros ainda corriam perigo. Por que estávamos sob ataque ou o que os agressores estavam pensando ou fazendo mais cedo naquele dia não estava em primeiro plano nas preocupações de ninguém. Tudo que importava para nós era salvar vidas. Nada mais fazia diferença.

No entanto, ainda havia jornalistas em Bengasi fazendo perguntas. O *New York Times* reportou: “Entrevistados na cena do ataque da noite de terça-feira, muitos agressores e aqueles que lhes davam apoio disseram que estavam determinados a defender sua fé dos insultos do vídeo”. A Reuters também tinha um repórter no local naquela noite, que escreveu: “Os agressores faziam parte de uma turba que culpava os Estados Unidos por um filme que diziam insultar o profeta Maomé”. O *Washington Times* também entrevistou moradores de Bengasi e declarou: “Militantes fortemente armados tinham se apossado de um protesto no início pacífico diante da missão diplomática dos Estados Unidos. Os manifestantes protestavam contra um filme que insultava o profeta do islã, Maomé. Rapidamente receberam a adesão de homens armados com granadas lançadas por foguetes”.

Mais de um ano depois, em dezembro de 2013, o *New York Times* publicou o relato mais abrangente até hoje do que aconteceu em Bengasi, baseado em “meses de investigação” e “longas entrevistas com líbios em Bengasi que tinham conhecimento direto do ataque e do seu contexto”. A investigação concluía que, ao contrário da alegação de alguns membros do Congresso, ele foi alimentado em grande parte pela ira contra um vídeo americano que denegria o islã. O *Times* descobriu que “a revolta em relação ao vídeo motivou o ataque inicial”, e “não há dúvida de que essa revolta contra o vídeo motivou muitos agressores”.

Houve dezenas de invasores naquela noite, quase certamente com motivos diversos. É incorreto afirmar que cada um deles estava influenciado pelo odioso vídeo. É igualmente incorreto afirmar que nenhum deles estava. Ambas as afirmações desafiam não só a evidência, mas também a lógica. Como descobriu a investigação do *New York Times*, a realidade "foi diferente, e mais sombria, do que sugere qualquer uma dessas linhas da história".

Independentemente disso, não havia dúvida de que a inquietação que ameaçava embaixadas e consulados dos Estados Unidos em todo o mundo estava relacionada com o vídeo. Assim, no decorrer daqueles difíceis dias, eu fiz o que pude para abordar publicamente a disseminada ira no mundo islâmico. Como pessoa de fé, eu mesma entendia quanto podia ser doloroso quando suas crenças são insultadas, mas não importa quanto cada um se sinta ofendido, recorrer à violência nunca é justificado. As grandes religiões do mundo são fortes o bastante para suportar insultos mesquinhos, e a nossa fé individual também deveria ser assim.

No começo da noite de 13 de setembro, organizei no Departamento de Estado a recepção anual de Eid al Fitr, que marca o fim do Ramadã, o sagrado mês de jejum do islã. Em meio a uma multidão calorosa e diversificada, enfatizei que sabíamos que os assassinos em Bengasi não falavam em nome de mais de 1 bilhão de muçulmanos no mundo. Então o embaixador líbio nos Estados Unidos adiantou-se para dizer algumas palavras. Ficou emocionado lembrando-se de sua longa amizade com Chris Stevens. Eles jogavam tênis, faziam refeições tradicionais líbias juntos e passavam horas falando sobre o futuro. Chris era um herói, disse ele, que jamais deixou de acreditar no potencial do povo líbio para emergir das sombras da ditadura.

Ele não era o único a sentir isso. Dezenas de milhares de líbios tomaram as ruas de Bengasi para prantear Chris, que conheciam como inabalável defensor de sua revolução. As imagens eram impressionantes. Uma jovem, com cabeça coberta e olhos cheios de tristeza, carregava um cartaz escrito à mão que dizia: "Bandidos e assassinos não representam Bengasi nem o islã". Outros diziam: "Chris Stevens era um amigo de todos os líbios" e "Queremos justiça para Chris".

Em Trípoli, os líderes do país condenaram publicamente o ataque e organizaram uma cerimônia em memória de Chris. "Ele conquistou a confiança do povo líbio", declarou o presidente Magariaf aos presentes. O governo demitiu os principais funcionários da segurança responsáveis por Bengasi e, em 22 de setembro, emitiu um ultimato à Ansar al-Sharia e outras milícias pelo país: desarmar-se e debandar em 48 horas ou enfrentar as consequências. Cerca de dez principais grupos armados obedeceram. Tomando o assunto nas próprias mãos, a população de Bengasi invadiu o quartel-general da Ansar al-Sharia, e muitos dos milicianos fugiram da cidade. "Seus terroristas, seus covardes, voltem para o Afeganistão", gritava o povo.

Durante todo aquele triste período, as famílias dos nossos colegas mortos estavam sempre na minha cabeça. Eu queria ter certeza de que fizemos todo o possível para confortá-las e acomodá-las. Pedi à chefe de Protocolo Capricia Marshall que cuidasse dessa missão. Um complicador era o fato de as tarefas reais de Tyrone Woods e Glen Doherty para a CIA ainda serem secretas, e assim se manteriam durante mais seis semanas. Ninguém tinha permissão sequer de falar sobre isso com suas famílias, que podiam ou não ter sabido a verdade sobre as missões de seus entes queridos na época.

Pedi ao subsecretário de Estado, Bill Burns, o funcionário mais graduado do Serviço de Relações Exteriores americano, que estava em viagem ao exterior, que recebesse o avião com os restos mortais de nossos funcionários e os acompanhassem de volta da Alemanha para Washington. Bill é extremamente equilibrado e estoico, mas aquela era uma viagem que ninguém deveria ter de fazer.

Normalmente os restos mortais de americanos mortos servindo o nosso país passam pela base aérea de Dover em Delaware, onde chegam as vítimas do Iraque e do Afeganistão, mas eu queria ter certeza de que as famílias e os nossos colegas do Departamento de Estado tivessem a oportunidade de estar presentes na chegada, se assim quisessem. Então, com a ajuda de Leon Panetta e sua equipe do Pentágono, traçamos a rota do avião da Alemanha para a base aérea de Andrews em Maryland, antes de seguir para Dover, assim como foi feito em 1998 após os atentados às embaixadas no leste da África.

Na tarde de sexta-feira, três dias após o ataque, o presidente Obama, o vice-presidente Biden, o secretário de Defesa Leon Panetta e eu recebemos as famílias na base de Andrews. Sean Smith e Tyrone Woods tinham ambos filhos pequenos. Vendo-os ali, sabendo que cresceriam sem seus pais, foi quase mais do que eu podia aguentar. Todos os quatro tinham pessoas queridas devastadas pela sua súbita perda. Numa situação como aquela, não há sentimentos que possam prover muito conforto ou compreensão. Tudo que se pode fazer é oferecer um toque humano, uma palavra singela, um abraço delicado. A sala estava cheia, com mais de sessenta familiares e amigos próximos, e cada pessoa carregava sua tristeza particular. Estavam unidos pelo heroísmo e pelo serviço daqueles que amaram e pela tristeza sentida por maridos, filhos, pais e irmãos perdidos.

Saímos para um grande hangar aberto junto à pista, onde milhares de amigos e colegas tinham se reunido sob uma gigantesca bandeira americana. Foi uma extraordinária manifestação de apoio e respeito. Todos ficaram em respeitoso silêncio enquanto os fuzileiros navais de azul e branco carregavam lentamente os quatro caixões cobertos pela bandeira, do avião para os carros fúnebres à espera, batendo continência aos mortos. Um capelão militar dedicou uma prece.

Quando foi a minha vez de falar, fiz um tributo ao serviço e ao sacrifício dos quatro patriotas que havíamos perdido e tentei refletir ao mesmo tempo sobre o orgulho e a tristeza que seus colegas e eu sentíamos. Também quis homenagear o trabalho da diplomacia a que Chris Stevens tanto servia de exemplo, e falei sobre as extraordinárias cenas de simpatia e solidariedade que tínhamos visto na Líbia desde sua morte. Eram testemunhos do impacto que Chris tivera lá. Também li em voz alta uma carta de Mahmoud Abbas, o presidente da Autoridade Palestina, que trabalhou estreitamente com Chris quando ele serviu em Jerusalém, recordando afetuosamente sua energia e sua integridade. Abbas deplorava seu assassinato como "um ato de terror ignominioso". Finalmente, com os protestos prosseguindo pela região, mais uma vez abordei a presente inquietação e o antiamericanismo que sacudiam o Oriente Médio e que haviam começado com um vídeo antes de assumirem vida própria. "Os povos do Egito, Líbia, Iêmen e Tunísia não trocaram a tirania de um ditador pela tirania de uma turba", disse eu. A violência precisava parar. Nós esperávamos mais dificuldades nos dias por vir, mas os Estados Unidos não recuariam do mundo nem das nossas responsabilidades de liderança global. Nós iríamos "enxugar as nossas lágrimas, endireitar a nossa coluna e enfrentar o futuro intrepidamente".

O presidente Obama acrescentou suas próprias palavras sóbrias de louvor. Quando ele terminou, apertei sua mão. Ele pôs o braço em torno do meu ombro. A banda dos fuzileiros navais tocou "America the Beautiful". Nunca as responsabilidades do cargo pareceram tão pesadas.

Como secretária de Estado, eu era responsável pela segurança de quase 70 mil pessoas no Departamento, na USAID e em nossos mais de 270 postos espalhados pelo mundo. Quando algo saía errado, como aconteceu em Bengasi, a responsabilidade era minha. E essa responsabilidade incluía assegurar que determinássemos onde houvera falhas nos sistemas e procedimentos de

segurança do Departamento e que fizéssemos todo o possível para reduzir os riscos de outra tragédia no futuro. Tínhamos aprendido com Beirute em 1983, com o Quênia e a Tanzânia em 1998, com o Onze de Setembro de 2001, e agora era hora de aprender com a tragédia em Bengasi. Esse processo de aprendizagem precisava começar com a descoberta do que tinha saído errado.

Sempre que morre um funcionário do Departamento de Estado no exterior, a lei exige que se crie um Conselho de Análise de Responsabilidades para investigar. Desde 1988, houve dezenove dessas investigações. Thomas Pickering foi escolhido como presidente do conselho de análise de Bengasi. Ele é um alto funcionário aposentado do Serviço de Relações Exteriores, tem uma ficha impecável e representou os Estados Unidos em todo o mundo, inclusive em muitos postos difíceis como El Salvador durante a guerra civil no país, Israel durante o começo da primeira intifada e Rússia nos primeiros anos após a queda da União Soviética. Tom é duro, inteligente e direto. Para honrar e proteger o Departamento que adorava, ele não poupava críticas sempre que achava um erro. Se havia alguém capaz de comandar uma investigação digna de crédito e descobrir as respostas às nossas muitas perguntas, era o embaixador Pickering.

O almirante aposentado Mike Mullen, ex-chefe do Estado-Maior Conjunto e homem da Marinha sem papas na língua e muito respeitado, serviu como parceiro de Pickering. Receberam a adesão de um distinto grupo de servidores públicos com longa experiência em diplomacia, administração e inteligência. O conselho de cinco pessoas teve a incumbência de investigar a fundo o ocorrido.

Anunciei a investigação em 20 de setembro, apenas algumas semanas após os ataques. Ela foi lançada com mais rapidez que muitas investigações anteriores, mas era importante agir o mais depressa possível. Ordenei que todos do Departamento de Estado cooperassem plenamente e instei o conselho a não deixar pedra sobre pedra. Eles tinham acesso irrestrito a qualquer um e qualquer coisa que julgassem relevante para a investigação, inclusive eu, se considerassem apropriado. Embora a maioria dos relatórios de conselhos de análise não fosse acessível ao público, eu queria liberar o máximo possível de informação sem comprometer a segurança.

Quando as investigações tiveram início, também tomei medidas para abordar uma série de vulnerabilidades prementes que não podiam esperar pelo relatório oficial. Ordenei uma revisão imediata e meticulosa da nossa segurança diplomática pelo mundo. Pedi ao Departamento de Defesa que se associasse a nós, para formar grupos de avaliação de segurança para examinar cuidadosamente embaixadas e consulados em países perigosos, enviando equipes das Forças Especiais e especialistas da Segurança Diplomática para mais de uma dúzia de países de alto risco. Trabalhei com o general Dempsey e com o secretário Panetta para despachar mais guardas de segurança do Corpo de Fuzileiros Navais, de modo a incrementar a segurança em postos de alto nível de ameaça, e pedi ao Congresso que financiasse viagens adicionais de fuzileiros navais, contratasse mais agentes para a Segurança Diplomática e examinasse vulnerabilidades físicas nas nossas instalações no exterior. Nomeei o primeiro subsecretário de Estado para Postos de Alto Nível de Ameaça no Escritório de Segurança Diplomática.

Quando o Conselho de Análise de Responsabilidades terminou seu relatório, o embaixador Pickering e o almirante Mullen me deram um resumo, informando suas descobertas. E não foi um soco só. A investigação foi uma verdadeira surra, achando problemas sistêmicos e deficiências administrativas tanto no Escritório de Segurança Diplomática quanto no de Assuntos do Oriente Próximo. Encontraram uma coordenação fraca entre as agências encarregadas da segurança diplomática e as que conduziam a política e as relações com os países anfitriões. A segurança não era encarada como uma “responsabilidade comum” e havia confusão sobre quem

no local, além do próprio embaixador, tinha realmente o poder de tomar decisões. Com mais de 270 postos em todo o mundo, cada um com seus próprios desafios e exigências técnicas, os problemas do dia a dia sobre segurança raramente chegavam aos níveis superiores do Departamento, e, como resultado, havia um comando inadequado nas questões de segurança.

Embora melhorias na segurança tivessem sido feitas no complexo de Bengasi — como aumento de altura do muro externo com blocos de concreto e arame farpado, instalação de iluminação externa, barreiras de concreto para veículos, guaritas de segurança, barricadas com sacos de areia e equipamento de detecção de explosivos —, o conselho de análise determinou que essas precauções eram simplesmente inadequadas numa cidade cada vez mais perigosa. Um dos focos da investigação e dos inquéritos do Congresso era sobre a questão de os pedidos feitos pelos oficiais de segurança locais na Líbia poderem ter sido negados por seus supervisores em Washington. O conselho de análise descobriu que o pessoal locado em Bengasi sentia que seus pedidos por maior segurança não eram "alta prioridade em Washington" e que "a embaixada em Trípoli não fazia uma defesa consistente junto a Washington por um aumento de segurança". Na embaixada, nos escritórios e nas agências relevantes encarregados de tomar decisões sobre segurança, havia uma "confusão sobre quem, em última instância, tinha a responsabilidade e o poder de tomar decisões". A comunicação entre Washington e Trípoli era feita por telefonemas, e-mails e telegramas. Milhões desses documentos são enviados todo ano pelos postos às sedes, pelas sedes aos postos, entre um posto e outro. E assim por diante. São usados para tudo, desde resumir os acontecimentos no país até anunciar troca de pessoal. Cada telegrama escrito para a sede é enviado em nome do embaixador e endereçado ao secretário de Estado. Cada telegrama escrito pela sede sai em nome do secretário de Estado para o embaixador. Isso pode não fazer muito sentido, mas tem sido a prática do Departamento de Estado desde que as pessoas conseguem se lembrar. Obviamente nenhum secretário consegue ler ou escrever esses mais de 2 milhões de telegramas por ano, e embaixadores não leem ou escrevem — ou pelo menos não têm ciência de estarem lendo ou escrevendo — todo telegrama que entra ou sai da sua embaixada. Só uma fração é de fato destinada aos olhos do secretário. O grosso, que às vezes chega a centenas de mensagens, é recebido por outros destinatários.

Alguns críticos tiraram proveito daquela bagunça processual para dizer que os pedidos de segurança chegaram à minha mesa, mas não é assim que a coisa funciona. Não deveria funcionar. E não funcionava. Questões de segurança são tratadas por funcionários responsáveis pela segurança. É raro que um telegrama como aquele chegue à mesa da secretária de Estado. Primeiro, não era isso que o remetente pretendia. Um agente de Islamabad não escreve para mim pessoalmente, pedindo mais munição. Segundo, não faria sentido. Os profissionais encarregados da segurança devem ser aqueles que tomam decisões sobre segurança. Terceiro, é simplesmente impossível que qualquer secretário de qualquer agência do gabinete governamental assuma todas aquelas questões, não só por causa do volume, mas porque simplesmente sua especialidade não é essa, e tampouco a minha. Eu tinha confiança na Segurança Diplomática porque o departamento era capaz de proteger de forma competente os nossos postos em lugares perigosos no mundo inteiro, inclusive em países altamente voláteis como Afeganistão e Iêmen.

Outra descoberta importante do conselho de análise foi que o Departamento se apoiava demais na segurança local líbia. Pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, os governos anfitriões têm a responsabilidade primeira de prover segurança às instalações diplomáticas em seus países. Entretanto, na fraturada Líbia pré-revolucionária, o governo tinha uma capacidade limitada, com milícias preenchendo muitas dessas funções. Então o Departamento contratara membros de uma milícia local vetada pela CIA para estarem presentes no

complexo o tempo todo, e também contratara guardas de segurança locais desarmados para ocupar os acessos ao complexo. Como ficou evidente durante os ataques, eles demonstraram pontos fracos fatais na sua capacidade e disposição de cumprir seus deveres de segurança contra companheiros líbios quando foram mais necessários.

O conselho de análise também notou que o Departamento de Estado enfrentava uma "luta para obter os recursos necessários para realizar seu trabalho", algo que o governo inteiro enfrentou numa época de redução orçamentária. Passei quatro anos argumentando com o Congresso que verbas para nossos diplomatas e peritos em desenvolvimento eram uma prioridade de segurança nacional, e tínhamos grandes parceiros e defensores no Capitólio, mas esse era um desafio contínuo. O conselho de análise exigiu "um comprometimento mais sério e constante do Congresso para apoiar as necessidades do Departamento de Estado, que, no total, constitui uma pequena porcentagem tanto do orçamento nacional total quanto do que é gasto em segurança nacional".

Na sua análise final, o conselho descobriu que "o pessoal locado em Bengasi agiu com coragem e presteza ao arriscar suas vidas para proteger os colegas numa situação quase impossível". Apesar das falhas nos sistemas de segurança, a investigação concluiu que "todo esforço possível foi feito para resgatar e recuperar o embaixador Stevens e Sean Smith" e que "simplesmente não houve tempo suficiente para as Forças Armadas americanas terem feito alguma diferença". O relatório elogiava a "oportuna" e "excepcional" coordenação da administração durante a crise e não descobriu atrasos em tomadas de decisão nem negativas de apoio por parte de Washington ou dos militares. Dizia que a nossa reação salvara vidas americanas, e foi o que aconteceu.

O conselho de análise fez 29 recomendações específicas (24 não confidenciais) para resolver as deficiências encontradas em áreas como treinamento, segurança contra incêndios, gestão de pessoal e análise de ameaças. Concordei com todas as 29 e imediatamente as aceitei. Pedi ao subsecretário Tom Nides que comandasse uma força-tarefa para assegurar que todas as recomendações fossem implementadas rápida e completamente e que fosse adotada uma série de medidas adicionais além das recomendadas. Nós reavaliaríamos com presteza a forma como o Departamento de Estado tomava decisões sobre onde, quando e quem opera em áreas de alto risco e como respondemos a ameaças e crises.

Tom e sua equipe puseram imediatamente mãos à obra, traduzindo cada uma das recomendações em 64 itens de ação específicos. Foram-lhes atribuídos escritórios e agências com cronogramas específicos para completar o trabalho. Além disso, iniciamos uma revisão anual de postos de alto nível de ameaça a ser chefiada pelo secretário de Estado, bem como revisões constantes por subsecretários para garantir que problemas centrais de segurança chegassem aos altos escalões. Também começamos por regularizar protocolos para partilhar informações com o Congresso, de modo que suas decisões sobre recursos estivessem continuamente informadas das nossas necessidades de segurança no terreno.

Garanti que não deixaria o cargo até que cada recomendação estivesse a caminho de ser implementada. Quando saí, tínhamos atingido a meta. A essa altura, o Departamento de Estado estava trabalhando com o Congresso e com o Departamento de Defesa para aumentar o número de destacamentos de fuzileiros navais encarregados da segurança em instalações diplomáticas dos Estados Unidos, havia revisto e começara a melhorar as exigências de equipamentos para incêndios e segurança vital nas áreas externas, começara a equipar todas as instalações fora de nosso território com modernas câmeras de vigilância, criara 151 novos cargos de Segurança Diplomática com apoio do Congresso e aperfeiçoara os esforços de treinamento de segurança do

Departamento.

Como ex-senadora, entendo e tenho o maior respeito pelo papel de supervisão que o Congresso deve desempenhar. Durante os oito anos que servi no Capitólio, exerci essa responsabilidade muitas vezes quando acreditava que havia perguntas difíceis que exigiam respostas. Assim, ser receptiva e transparente para os legisladores passou a ser uma prioridade imediatamente após os ataques. Decidi ir até o Congresso na semana seguinte para relatar à Câmara e ao Senado o que sabíamos até aquele ponto, junto com o diretor de Inteligência Nacional James Clapper, o subsecretário de Defesa Ashton Carter, o subchefe do Estado-Maior Conjunto, almirante James "Sandy" Winnefeld Jr., e outros altos funcionários da inteligência e das comunidades de aplicação da lei. Muitos membros do Congresso ficaram insatisfeitos com as respostas que ouviram naquele dia; alguns estavam muito aborrecidos. Nós mesmos estávamos frustrados por não ter todas as respostas, mas isso não nos impediu de dividir o que sabíamos. Embora a sessão informativa tivesse sido programada para apenas sessenta minutos, permaneci na câmara segura do Senado por mais de duas horas e meia, até que todo senador que tivesse alguma pergunta tivesse podido fazê-la.

Durante os meses subsequentes, altos funcionários, a maioria deles profissionais de carreira apartidários, do Departamento de Estado, Departamento de Defesa, CIA, FBI e outras agências de inteligência compareceram em mais de trinta ocasiões perante oito comissões parlamentares diferentes, apresentaram milhares de páginas de documentos e responderam perguntas da forma mais rápida e completa possível.

Em janeiro, passei mais de cinco horas testemunhando perante o Senado e a Câmara dos Representantes, respondendo a possivelmente mais cem perguntas de dezenas de membros da melhor forma que pude, dado o que sabíamos na época. Embora o fim do meu mandato estivesse próximo, eu disse a senadores e congressistas que estava determinada a deixar o Departamento de Estado e o nosso país mais seguro e mais forte. Ao falar sobre os ataques em Bengasi, declarei: "Como eu repeti muitas vezes, assumo a responsabilidade, e ninguém está mais comprometido a acertar as coisas". Os Estados Unidos têm um papel vital como líder global, lembrei aos legisladores, e, quando os Estados Unidos estão ausentes, especialmente em ambientes instáveis, há consequências. Foi por isso que enviei Chris à Líbia, e também foi por isso que ele queria estar lá. Era nossa responsabilidade, disse eu, assegurar que homens e mulheres nas linhas de frente sempre tivessem os recursos de que necessitavam e fazer tudo que pudéssemos para reduzir os riscos que eles enfrentam. Os Estados Unidos não podiam e não haveriam de recuar.

Alguns congressistas fizeram perguntas sérias que objetivavam pôr em prática as duras lições que tínhamos aprendido e melhorar operações futuras. Outros permaneceram fixados em teorias conspiratórias que nada tinham a ver com a forma de prevenir futuras tragédias. E alguns só compareceram por causa das câmeras. Tinham faltado às audiências fechadas quando não havia chance de aparecer na TV.

Muita atenção foi dada ao que Susan Rice, nossa embaixadora nas Nações Unidas, disse em vários programas de entrevistas dominicais na manhã de 16 de setembro, cinco dias depois dos ataques em Bengasi. Em resposta às perguntas, Susan alertou que os acontecimentos de Bengasi ainda não estavam claros e que havia uma investigação em andamento. Porém, disse ela, segundo as melhores informações atualmente disponíveis, os ataques foram "inicialmente uma reação espontânea ao que acontecera horas antes no Egito, quase uma cópia das manifestações contra as nossas instalações no Cairo, que foram provocadas, é claro, pelo vídeo. O que achamos que aconteceu em Bengasi foi que elementos extremistas oportunistas vieram ao consulado

enquanto a manifestação acontecia".

Críticos acusaram-na de inventar histórias de um protesto que nunca ocorreu para encobrir o fato de que aquele tinha sido um ataque terrorista bem-sucedido debaixo do nariz do presidente Obama. Estavam obcecados por perguntas sobre quem no governo havia preparado os "pontos de discussão" de Susan naquela manhã, e esperavam encontrar provas de uma política desastrosa da Casa Branca. Susan expôs tudo o que a comunidade de inteligência sabia naquele momento, independentemente do que mais tarde se provou estar certo ou errado. Era o melhor que ela ou qualquer um podia fazer. Em cada etapa, sempre que algo novo era descoberto, imediatamente o dividíamos com o Congresso e com o povo americano. Há uma diferença entre cometer um erro e cometer um mal. É uma diferença grande, que alguns confundiram a ponto de considerar aqueles que cometeram um erro como intencionalmente traiçoeiros.

Muitos também se fixaram na questão de por que não fui à TV naquela manhã, como se aparecer num programa de entrevistas equivalesse a ser um jurado de tribunal, quando a pessoa precisa ter um motivo de força maior para não comparecer. Não vejo a presença em programas de entrevistas televisivos no domingo de manhã como uma responsabilidade maior do que aparecer em programas diários noturnos. Só em Washington a definição de falar ao povo americano limita-se ao horário das nove da manhã nos domingos. Os dias e horas intermediários simplesmente não contam. Não aceito isso.

O povo americano precisa ser mantido informado do que está acontecendo. Essa é a nossa responsabilidade. Eu queria que o povo americano ouvisse diretamente de mim. Foi por isso que a primeira coisa que fiz após o ataque foi falar publicamente. E dois dias depois, na base aérea de Andrews. E incontáveis vezes nas semanas e meses seguintes, por meio de pronunciamentos, coletivas de imprensa e entrevistas.

O extenso registro público agora deixa claro que Susan estava usando informações originadas e aprovadas pela CIA. Os primeiros rascunhos de pontos de discussão escritos que circularam pela agência diziam: "Acreditamos, com base nas informações atualmente disponíveis, que os ataques em Bengasi foram espontaneamente inspirados pelos protestos na embaixada americana no Cairo". A avaliação não provinha da Casa Branca; provinha de profissionais de carreira na comunidade de inteligência. Foi escrita por funcionários da inteligência para uso dos membros do Comitê Seleto Permanente de Inteligência da Câmara, composto igualmente por democratas e republicanos, que perguntaram a David Petraeus no fim de uma reunião informativa sobre Bengasi na sexta-feira, dia 14, se tinham permissão de divulgar na televisão parte do que haviam ouvido a portas fechadas. Os pontos não se destinavam a ser um relato exaustivo de cada informação; destinavam-se simplesmente a ajudar os congressistas já informados a fazer declarações públicas, enquanto evitavam assuntos sensíveis ou confidenciais. Nenhum dos funcionários da inteligência que trabalharam naquela solicitação tinha ideia de que os pontos de discussão seriam usados dois dias depois por Susan. Essa é outra teoria conspiratória que cai em face dos fatos — e da razão.

Fui repetidamente indagada a esse respeito durante o meu depoimento no Congresso. "Pessoalmente eu não estava focada em pontos de discussão. Estava focada em manter nosso pessoal a salvo", respondia eu. A certa altura, durante um questionamento particularmente tendencioso, a discussão se tornou acalorada. Depois que algumas das minhas palavras foram tiradas de contexto para propósitos políticos, vale a pena repetir a minha resposta completa naquele dia:

> *Com o devido respeito, o fato é que tínhamos quatro americanos mortos. Foi por causa de um protesto? Ou foi porque uns sujeitos saíram de noite para dar uma volta e*

resolveram que matariam alguns americanos? Que diferença isso faz a esta altura? Nossa tarefa é descobrir o que aconteceu e fazer todo o possível para impedir que aconteça de novo, senador. Agora, honestamente, farei o meu melhor para responder às suas perguntas sobre isso, mas o fato é que as pessoas estavam tentando obter a melhor informação em tempo real. [A comunidade de inteligência] tem um processo, entendo eu, em andamento com outros comitês para explicar como esses pontos de discussão surgiram. Porém, o senhor sabe, para ser clara, ao meu ver, hoje é menos importante olhar para trás para descobrir por que esses militantes resolveram fazer o que fizeram do que encontrá-los e trazê-los à justiça, e então talvez possamos descobrir o que se passou nesse meio-tempo.

Em ainda outro exemplo de terrível politização daquela tragédia, muitos optaram por interpretar convenientemente a frase "Que diferença isso faz a esta altura?" como significando que de alguma forma eu estava minimizando as perdas em Bengasi. É claro que não foi isso que eu quis dizer. Nada podia estar mais longe da verdade. E muitos daqueles que tentaram se aproveitar sabem muito bem disso, mas não me importa. Meu argumento era simples: se alguém invade a sua casa e faz a sua família refém, quanto tempo você vai passar pensando em como o intruso passou o dia, em vez de achar a melhor maneira de salvar seus familiares e depois impedir que aquilo aconteça de novo? Muitas dessas mesmas pessoas são como um disco quebrado em termos de perguntas não respondidas. Porém há uma diferença entre perguntas não respondidas e não escutar as respostas.

No calor de uma dura campanha presidencial a menos de dois meses do dia da eleição, talvez seja ingênuo da minha parte pensar que a morte de quatro americanos não teria sido usada para fins políticos. A política só turvou o contexto e obscureceu muitos dos fatos. Uma das melhores partes de ser secretária de Estado foi vivenciar quatro anos numa posição onde a política partidária estava quase inteiramente ausente do nosso trabalho.

Aqueles que exploram repetidas vezes essa tragédia como ferramenta política minimizam o sacrifício daqueles que serviram nosso país. Não tomarei parte num cabo de guerra político às custas de americanos mortos. Simplesmente é errado, e indigno do nosso grande país. Aqueles que insistem em politizar a tragédia terão de fazê-lo sem mim.

Como secretária, vim a conhecer muitos dos agentes da Segurança Diplomática alocados pelo mundo afora, e era extremamente grata pelo seu serviço e profissionalismo. Os dois agentes que comandaram o meu próprio destacamento de proteção, primeiro Fred Ketchem e depois Kurt Olsson, eram serenos e incansáveis. Eu lhes confiava a minha vida.

Embora os cinco agentes em Bengasi no dia 11 de setembro estivessem em número muito menor, comportaram-se heroicamente, colocando suas próprias vidas em risco para proteger seus colegas. David, o agente gravemente ferido no ataque de morteiro na base da CIA, passou meses recuperando-se no Centro Médico Walter Reed. Eu o visitei durante sua estada e lhe disse que, quando estivesse suficientemente recuperado, queria recebê-lo junto com seus colegas e homenageá-los apropriadamente pelo seu serviço.

Na manhã de 31 de janeiro de 2013, meu penúltimo dia como secretária de Estado, a Sala dos Tratados estava lotada com as famílias e os amigos dos cinco agentes. David ainda estava na cadeira de rodas, mas conseguiu comparecer. Membros da família Stevens também estavam presentes, para demonstrar seu apreço por quanto aqueles homens tinham feito para proteger Chris. Foi uma honra para mim prestar um tributo à sua coragem e profissionalismo. Eles representavam a força e o espírito de uma grande nação. Concedi a cada agente o Prêmio de

Heroísmo do Departamento de Estado. Havia lágrimas nos olhos das pessoas que assistiam. Era um lembrete de que naquela noite terrível vimos o melhor e o pior da humanidade, exatamente como onze anos antes.

As lembranças de Bengasi sempre permanecerão comigo e definirão a maneira como diplomatas americanos farão seu trabalho no futuro, mas devemos lembrar Chris Stevens, Sean Smith, Glen Doherty e Tyrone Woods, tanto pela forma como viveram quanto pela maneira como morreram. Todos eles foram voluntários para servir seu país onde a segurança estava longe de ser segura, porque eram lugares onde interesses e valores americanos estavam mais em risco e onde eram mais necessários.

18

Irã: Sanções e segredos

O sultão de Omã tem uma queda pelo dramático.

Estávamos sentados diante de um pródigo almoço num palácio projetado pelo próprio sultão em Mascate, capital de Omã, perto da ponta da península Arábica, quando ouvi os familiares acordes da marcha "Liberty Bell", de John Philip Sousa. O sultão Qaboos, trajando uma longa túnica esvoaçante com a adaga cerimonial no cinto e um turbante colorido na cabeça, sorriu e ergueu os olhos. Num balcão acima de nós, parcialmente oculto por uma tela, estava parte da Orquestra Sinfônica Real de Omã. Era um gesto típico de um líder perspicaz e gracioso, que valorizava sua relação com os Estados Unidos, adorava música e usava seu poder absoluto para modernizar o país durante mais de quatro décadas de governo.

O que o sultão tinha a dizer era ainda mais dramático. Era 12 de janeiro de 2011, alguns dias apenas antes que a Primavera Árabe virasse o tabuleiro da geopolítica do Oriente Médio, eu acabava de vir do Iêmen, o atribulado vizinho meridional de Omã, e me dirigia a uma conferência regional no Catar para advertir alguns líderes de que, sem reformas políticas e econômicas, seus regimes "afundariam na areia". Porém naquele dia o foco do sultão estava no Irã.

O impasse em relação ao ilícito programa nuclear iraniano aumentava, o que representava uma ameaça urgente à segurança regional e global. Desde 2009 a administração Obama vinha buscando uma estratégia de "duas vias paralelas", pressão e envolvimento, mas as negociações entre o Irã e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (Estados Unidos, Rússia, China, Grã-Bretanha e França), mais a Alemanha — o chamado P5+1 — não estavam levando a nada. As perspectivas de um conflito armado, possivelmente incluindo um ataque israelense para destruir as instalações nucleares do Irã como o realizado contra o Iraque em 1981 e contra a Síria em 2007, estavam aumentando.

"Eu posso ajudar", disse o sultão. Ele era um dos poucos líderes vistos por todas as partes como um intermediário honesto, com laços estreitos com Washington, nos Estados do Golfo e em Teerã. Ele se propôs a abrigar conversações diretas entre os Estados Unidos e o Irã para resolver a questão nuclear. Tentativas anteriores de engajar o regime teocrático do Irã tinham fracassado, mas o sultão achava que poderia haver uma chance de ele facilitar um progresso. Seria necessário manter sigilo para impedir os linhas-duras de todos os lados de estragar as conversas antes de ter a chance de começar. Estaria eu disposta a explorar essa ideia?

Por um lado, não havia motivo para confiar nos iranianos, e sim todo motivo para acreditar que eles haveriam de explorar qualquer oportunidade de adiamento e distração. Novas negociações poderiam se transformar num buraco sem fundo que daria aos iranianos tempo de chegar mais perto do seu objetivo de produzir uma arma nuclear que ameaçasse Israel, os vizinhos e o mundo. Quaisquer concessões que oferecêssemos como parte dessas conversas poderiam desfazer anos de trabalho cuidadoso para construir um consenso internacional para sanções duras e a crescente pressão sobre o regime de Teerã. Por outro lado, a oferta do sultão poderia ser a nossa melhor oportunidade de evitar um conflito ou a inaceitável perspectiva de um Irã com armas nucleares. Nosso fracasso em buscar a diplomacia poderia acabar esfiapando a

ampla coalizão internacional que tivemos de formar para impor e forçar sanções contra o Irã.

Embora seja difícil de acreditar, por tudo que aconteceu desde então, o Irã já foi um dia um aliado dos Estados Unidos na Guerra Fria. O monarca do país, o xá, devia seu trono a um golpe de 1953 apoiado pela administração Eisenhower contra um governo democraticamente eleito considerado simpatizante do comunismo. Foi uma clássica jogada da Guerra Fria, pela qual muitos iranianos nunca perdoaram os Estados Unidos. Nossos governos desfrutaram de relações estreitas por mais de 25 anos — até que, em 1979, o xá autocrático foi derrubado por uma revolução popular. Fundamentalistas xiitas liderados pelo aiatolá Ruhollah Khomeini logo tomaram o poder e impuseram sua versão teocrática de uma república islâmica sobre o povo iraniano. Os novos governantes do Irã opunham-se implacavelmente aos Estados Unidos, chamando-nos de "Grande Satã". Em novembro de 1979, radicais iranianos invadiram a embaixada americana em Teerã e mantiveram 52 americanos como reféns por 444 dias. Foi uma espantosa violação da lei internacional e uma experiência traumática para o nosso país. Lembro-me de assistir aos noticiários noturnos em Little Rock contando o número de dias em que os reféns eram mantidos cativos à medida que a crise continuava sem nenhuma luz no fim do túnel. E ficou ainda mais trágica quando uma missão de resgate das forças militares dos Estados Unidos terminou com o choque de um helicóptero e um avião de transporte no deserto, matando oito membros do serviço ativo.

A Revolução Iraniana levou a décadas de terrorismo patrocinado pelo Estado. A Guarda Revolucionária Islâmica iraniana e o Hezbollah, que servia como uma espécie de procurador do Irã, realizaram ataques no Oriente Médio e no mundo. Seus crimes incluíam os atentados a bomba em Beirute, Líbano, sofridos pela embaixada americana em abril de 1983, que matou 63 pessoas, inclusive dezessete americanos; o ataque aos alojamentos da Marinha dos Estados Unidos em outubro do mesmo ano, que matou 241 americanos; e o atentado a bomba nas Torres Khobar na Arábia Saudita, em 1996, que matou dezenove membros do pessoal da Força Aérea americana e feriu centenas de outros. O Irã também tinha como alvo judeus e israelenses. E em Buenos Aires, na Argentina, um atentado a bomba num centro cultural israelense em 1994 matou 85 pessoas e feriu centenas de outras. O Departamento de Estado costumava designar o Irã como "a nação patrocinadora do terrorismo mais atuante do mundo" e documentava seus vínculos com atentados, raptos, sequestros de aviões e outros atos terroristas. Foguetes, armas automáticas e morteiros iranianos também estavam sendo usados para matar tropas americanas, bem como as de nossos aliados, além de civis no Iraque e no Afeganistão.

Dada essa história, a perspectiva de um Irã munido de armas nucleares representava uma séria ameaça de segurança a Israel, aos vizinhos do Irã no Golfo e, por extensão, ao mundo; fora por isso que o Conselho de Segurança da ONU aprovara seis resoluções desde 2006, conclamando o Irã a cessar seu programa de armamentos e respeitar o Tratado de Não Proliferação Nuclear. Como mais de 180 outros países, o Irã é signatário do tratado, que dá aos países direito à energia nuclear para fins pacíficos, mas requer daqueles que possuam armas nucleares que busquem o desarmamento e daqueles que não as possuam que se abstenham de adquiri-las. Permitir ao Irã adquirir uma arma nuclear violando esse tratado poderia abrir as comportas da proliferação, primeiro no Oriente Médio entre seus rivais de liderança sunita e depois no mundo todo.

Nós sabíamos que o Irã tinha trabalhado durante anos para desenvolver a tecnologia e os materiais necessários para construir uma bomba, a despeito da condenação e da pressão da comunidade internacional. No começo de 2003, o Irã possuía cerca de uma centena de centrífugas para enriquecer urânio, um dos dois tipos de combustível para armas nucleares, sendo o outro o plutônio. As centrífugas giram em velocidades incrivelmente rápidas,

enriquecendo o urânio até um nível alto o bastante para ser usado para construir uma bomba. Trata-se de um processo difícil e preciso que requer milhares de centrífugas. Nos seis anos seguintes, com a comunidade internacional dividida e o Irã negando acesso e informação à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o país expandiu firme e regularmente o seu programa. Quando o presidente Obama assumiu o governo, o Irã tinha cerca de 5 mil centrífugas. Apesar das alegações de seus líderes de que o programa nuclear era dirigido unicamente para fins pacíficos — científicos, médicos e comerciais —, seus cientistas trabalhavam em segredo em bunkers de concreto construídos no interior das montanhas, enriquecendo urânio em níveis e quantidades que levava pessoas sensatas a alimentar bem fundamentadas suspeitas sobre suas intenções.

Por um breve período no fim da década de 1990, houve esperança de que o Irã pudesse escolher um curso diferente. Em 1997, os iranianos elegeram um presidente relativamente moderado, Mohammad Khatami, que disse em uma entrevista para a TV americana que queria derrubar o "muro de desconfiança" entre o Irã e os Estados Unidos. A administração Clinton estava compreensivelmente desconfiada na esteira do ataque às Torres Khobar, mas Bill respondeu com cautelosos passos recíprocos, inclusive mencionando o Irã numa mensagem em vídeo marcando o Eid al Fitr, a comemoração no encerramento do mês sagrado muçulmano do Ramadã. "Espero que chegue em breve o dia em que possamos desfrutar novamente de boas relações com o Irã", disse ele. O governo americano acenou com inúmeros gestos diplomáticos numa tentativa de dar início a um diálogo, inclusive uma carta enviada por meio do nosso amigo em comum, o sultão de Omã. Em 2000, a secretária de Estado Madeleine Albright estendeu publicamente um ramo de oliveira pedindo formalmente desculpas pelo papel americano no golpe iraniano de 1953 e aliviando certas sanções econômicas. Entretanto, o Irã nunca deu continuidade a esse processo, em parte porque os linhas-duras restringiam a capacidade de ação de Khatami.

Esse trabalho de base pode ter encorajado Khatami a se abrir após os ataques de Onze de Setembro na esperança de cooperar com os Estados Unidos no Afeganistão, que divide uma fronteira com o Irã, mas um discurso do presidente Bush em 2002, em que citou Irã, Iraque e Coreia do Norte como "Eixo do Mal", pôs fim a qualquer chance de mais diálogos entre os nossos países naquela época. Os europeus então assumiram a liderança nas negociações com o Irã a respeito de seu programa nuclear, mas essas conversas se desintegraram depois que Khatami foi substituído em 2005 por Mahmoud Ahmadinejad, um negador do Holocausto e provocador, que ameaçava varrer Israel do mapa e insultava o Ocidente a torto e direito.

Como senadora representante de Nova York durante os anos Bush, defendi uma pressão crescente sobre o regime de Teerã e seus títeres, votando para impor sanções ao país e designar formalmente a Guarda Revolucionária como organização terrorista. Conforme declarei muitas vezes: "Não podemos, não deveríamos, não devemos permitir ao Irã construir ou adquirir armas nucleares". Contudo, sem um amplo consenso internacional, as sanções unilaterais dos Estados Unidos pouco adiantavam para tolher a conduta iraniana.

Num artigo de 2007 à revista *Foreign Affairs*, argumentei: "A administração Bush recusa-se a conversar com o Irã sobre seu programa nuclear, preferindo ignorar a má conduta em vez de contestá-la". E "se o Irã não respeitar seus próprios compromissos e a vontade da comunidade internacional, todas as opções devem permanecer sobre a mesa". Sem ser específica, "opções" podia ser entendido como a inclusão de potencial ação militar, mas enfatizei que a primeira opção deveria ser a diplomacia. Afinal, se os Estados Unidos puderam negociar com a União Soviética no auge da Guerra Fria, com milhares de mísseis apontados para nossas cidades, não

deveríamos ter medo de conversar com outros adversários como o Irã sob condições adequadas. Foi um delicado ato de equilíbrio — levantar a perspectiva de uma ação militar e ao mesmo tempo forçar a diplomacia e a contenção —, mas aquilo não era nenhuma novidade. Uma política externa efetiva sempre envolvia o uso de iscas para atrair e arpões para ferir, e achar o equilíbrio certo entre ambos é mais arte que ciência.

Durante um caloroso debate nas primárias presidenciais de 2008, critiquei duramente uma afirmação do senador Obama de que ele se encontraria com os líderes de Irã, Síria, Venezuela, Cuba e Coreia do Norte "sem precondições" durante o primeiro ano de uma nova administração. Retorne à diplomacia, disse eu, envolva-se com esses países, mas não prometa recompensá-los com um encontro presidencial, a menos que tenhamos algo em troca. Como resposta, a campanha dele me acusou de seguir a linha de Bush e recusar o diálogo com nossos adversários. Nada disso foi particularmente esclarecedor para os eleitores, mas essa é a vida na trilha da campanha. Também causei um pouco de agitação em abril de 2008, quando adverti os líderes do Irã de que, se desfechassem um ataque nuclear a Israel diante dos meus olhos, os Estados Unidos retaliariam e "nós seríamos capazes de obliterá-los totalmente". Isso chamou a atenção de Teerã, e o Irã chegou a apresentar um protesto formal na ONU.

Depois que o presidente Obama me pediu para assumir o cargo de secretária de Estado, começamos a falar sobre uma abordagem mais concreta em relação ao Irã. Nosso objetivo podia ser claro e direto — impedir o Irã de desenvolver armas nucleares —, mas o caminho para chegar até lá era tudo, menos direto.

Nos primeiros meses de 2009, o Irã parecia estar em ascensão no Oriente Médio. A invasão do Iraque liderada pelos Estados Unidos removera a nêmesis do Irã, Saddam Hussein, colocando no lugar um governo xiita mais do seu agrado. O poder e o prestígio dos Estados Unidos na região estavam em baixa. A luta do Hezbollah levara Israel a um sangrento impasse no Líbano em 2006, e o Hamas ainda estava no firme controle da Faixa de Gaza após uma invasão israelense de duas semanas em janeiro de 2009. Os monarcas sunitas no Golfo assistiam temerosos à medida que o Irã construía suas forças militares, estendia sua influência e ameaçava dominar o estrategicamente vital estreito de Ormuz. Dentro do Irã, o punho de ferro do regime não sofria desafios, e o país desfrutava de uma explosão nas exportações de petróleo. O presidente Ahmadinejad era um pavão belicoso que desfilava empertigado pelo cenário mundial, mas a autoridade real continuava com o líder supremo, o aiatolá Ali Khamenei, que sucedera Khomeini em 1989 e não fazia segredo do seu ódio pelos Estados Unidos. A Guarda Revolucionária linha-dura acumulava um poder tão significativo dentro do Irã, inclusive econômico, que o país parecia estar rumando para uma ditadura militar sob a máscara de uma liderança clerical. Eu gerei alguma agitação quando comentei essa tendência durante uma viagem ao Golfo.

Defrontados com esse panorama difícil, o presidente Obama e eu estávamos determinados a usar tanto o envolvimento quanto a pressão para apresentar uma escolha clara aos líderes iranianos: se concordassem com suas obrigações do tratado e atendessem às preocupações da comunidade internacional em relação ao seu programa nuclear, então poderiam beneficiar-se de uma melhoria das relações. Se recusassem, enfrentariam um isolamento cada vez maior e consequências até mais dolorosas.

Um dos primeiros gestos do presidente Obama foi enviar duas cartas particulares ao aiatolá Khamenei oferecendo uma nova abertura diplomática. E também gravou mensagens em vídeo endereçadas diretamente ao povo iraniano. Como os esforços do meu marido uma década antes, esses gestos encontraram um muro de pedra em Teerã. Nenhum de nós tinha ilusão de que o Irã

fosse mudar de comportamento simplesmente porque um novo presidente americano estava disposto a conversar, mas acreditávamos que o esforço de envolvimento fortaleceria a nossa busca de sanções mais duras se o Irã rejeitasse as aberturas. O resto do mundo veria que os iranianos, e não os americanos, eram os intransigentes, e isso aumentaria a probabilidade de todos apoiarem uma pressão crescente sobre Teerã.

Um dos caminhos iniciais que exploramos foi uma possível cooperação em relação ao Afeganistão. Afinal, em 2001, nos primeiros dias da guerra, houve conversas exploratórias sobre trabalharmos juntos para erradicar o comércio de drogas e estabilizar o país. Desde então, porém, o Irã tem desempenhado um papel bem menos construtivo. Nos preparativos para uma importante conferência internacional sobre o Afeganistão organizada pela ONU em Haia no fim de março de 2009, tive de decidir se apoiaria a ONU em sua iniciativa de estender o convite ao Irã. Depois de consultar aliados da OTAN, descrevi a conferência próxima como "uma grande tenda de reunião de todas as partes que tenham participação e interesse no Afeganistão". Isso deixava a porta aberta para o Irã; se aparecessem, seria o nosso primeiro encontro direto.

Teerã acabou mandando a Haia um vice-ministro das Relações Exteriores, cujo discurso continha algumas ideias positivas para colaboração. Não me encontrei com o diplomata iraniano, mas enviei Jake Sullivan para falar com ele e aventar a perspectiva de um envolvimento direto no Afeganistão.

Jake também entregou em mãos uma carta solicitando a libertação de três americanos detidos no Irã: um agente aposentado do FBI chamado Robert Levinson, o estudante de pós-graduação Esha Momeni e a jornalista americana de ascendência nipo-iraniana Roxana Saberi. Ela fora presa em Teerã e acusada de espionagem apenas dias depois que assumi o cargo em janeiro de 2009. Após uma greve de fome e persistentes pressões dos Estados Unidos e de outros, Roxana foi libertada em maio. Ela veio me visitar no Departamento de Estado logo depois e contou-me sobre a sua pungente provação. Robert Levinson ainda está preso. Esha Momeni, que estava solto sob fiança mas impedido de deixar o país, teve permissão de voltar aos Estados Unidos em agosto de 2009.

Na mesma conferência em Haia, Richard Holbrooke teve uma breve conversa com o diplomata iraniano num almoço oficial, embora mais tarde os iranianos negassem que o encontro tenha ocorrido.

A segunda metade de 2009 revelou-se cheia de acontecimentos inesperados que redefiniram o debate internacional sobre o Irã.

Primeiro vieram as eleições iranianas. Em junho, Ahmadinejad foi declarado vencedor do pleito presidencial, que foi, segundo todos os relatos, profundamente falho, se não totalmente fraudulento. Grandes multidões reuniram-se nas ruas de Teerã e por todo o país para protestar contra os resultados. Foi um momento de surpresa, com a classe média iraniana exigindo a democracia que a revolução de 1979 prometera sem jamais cumprir. Os protestos ganharam força e ficaram conhecidos como Movimento Verde. Milhões de iranianos saíram às ruas numa demonstração sem precedentes de dissenção, muitos chegando a pedir o fim do regime. Forças de segurança responderam com violência brutal. Cidadãos marchando pacificamente foram agredidos com cassetetes e presos em massa. Adversários políticos foram detidos e sofreram abusos, e várias pessoas foram mortas. Em todo o mundo as pessoas ficaram horrorizadas com as imagens de uma jovem assassinada em plena rua. A violência era chocante, mas a repressão estava de acordo com o pobre histórico do regime no que dizia respeito aos direitos humanos.

Dentro da administração Obama debatemos como responder. "Estamos monitorando a situação que se desenrola no Irã, mas, como o resto do mundo, estamos aguardando para ver o

que o povo iraniano vai decidir", anunciei à medida que os protestos ganhavam força antes da pior repressão. "Obviamente esperamos que o resultado reflita a genuína vontade e desejo do povo iraniano."

Contatos no Irã nos aconselharam a permanecer o máximo possível calados. A preocupação era que, se os Estados Unidos declarassem apoio aos manifestantes ou se intrometessem abertamente na situação, isso permitiria ao regime desvalorizar os protestos como sendo uma armação estrangeira. Muitos dos nossos analistas de inteligência e especialistas em Irã estavam de acordo. Ainda assim, havia uma tentação forte de proclamarmos apoio ao povo iraniano e a nossa repulsa à tática de repressão pesada do regime. Parecia o papel apropriado para os Estados Unidos, coerente com os nossos valores democráticos.

Depois de escutar todos os argumentos, o presidente resolveu, relutantemente, que as aspirações do povo iraniano estariam mais bem servidas se os Estados Unidos não se colocassem no meio da crise. Foi uma decisão difícil, de clareza tática. Não foi, como alguns comentaristas especularam na época, porque o presidente estava mais interessado em se envolver com o regime do que se levantar contra ele. Tratava-se de fazer o que acreditávamos ser o certo para os manifestantes e a democracia, nada mais que isso. Nos bastidores, a minha equipe no Departamento de Estado permaneceu em contato constante com ativistas no Irã e fez uma intervenção de emergência para impedir que o Twitter fechasse para manutenção, o que teria privado os manifestantes de uma importante ferramenta de comunicação.

Em retrospecto, não estou segura de que a nossa contenção tenha sido a escolha certa. Ela não impediu o regime de esmagar impiedosamente o Movimento Verde, o que foi extremamente doloroso de assistir. Mensagens mais estridentes dos Estados Unidos provavelmente não teriam evitado o resultado, e poderiam até mesmo tê-lo acelerado, mas não há como saber agora se poderíamos ter feito alguma diferença. Vim a me arrepender de não termos nos manifestado mais energicamente e insistido com outros a fazer o mesmo. No período que se seguiu à repressão no Irã, resolvi incrementar esforços para prover os ativistas pró-democracia com ferramentas e tecnologia para fugir à repressão e censura governamentais. Nos anos seguintes, investimos dezenas de milhões de dólares e treinamos mais de 5 mil ativistas em todo o mundo.

Em setembro, com Khamenei e Ahmadinejad firmes de volta no controle em Teerã, houve um novo ponto crítico. Por mais de um ano, agências ocidentais de inteligência vinham monitorando o que se acreditava ser uma instalação secreta iraniana de enriquecimento sendo construída sob as montanhas perto da cidade de Qom, a sudoeste de Teerã. Depois do vexame do fracassado serviço de inteligência em relação às armas de destruição em massa no Iraque, havia cautela para evitarmos conclusões precipitadas referentes ao Irã, mas esse era um desdobramento profundamente preocupante. As instalações seriam completadas em poucos meses e, se concluídas, possibilitariam ao Irã a capacidade de construir uma bomba nuclear devido à sua localização protegida. Quando os iranianos descobriram que estávamos cientes do engodo, atropelaram-se para encobri-lo. Em 21 de setembro de 2009, enviaram uma discreta carta à AIEA admitindo a existência de um pequeno projeto piloto perto de Qom que, por algum motivo, nunca fora mencionado antes.

Nós decidimos expor a verdade em nossos próprios termos. Naquela semana, os líderes mundiais estavam reunidos no encontro anual da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York. Sabemos que a revelação pública das instalações secretas de enriquecimento iranianas perto de Qom causaria um rebuliço — um rebuliço que esperávamos usar a nosso favor. O presidente Obama estava escalado para presidir uma reunião do Conselho de Segurança sobre a utilização de energia nuclear, e os negociadores do P5+1 estavam prestes a abrir a rodada de

conversações com os iranianos. Precisávamos coreografar cuidadosamente a revelação com nossos aliados britânicos e franceses para maximizar o efeito, tanto com os iranianos quanto com os países dispostos a lhes dar o benefício da dúvida, especialmente Rússia e China. Se a situação fosse manipulada com destreza, essa revelação explosiva poderia fazer pender a balança diplomática contra o Irã e nos ajudar no sentido de sanções internacionais mais duras.

Na suíte do presidente Obama no hotel Waldorf Astoria, agrupamo-nos para traçar a nossa estratégia. Uma opção era o presidente fazer uma apresentação dramática da inteligência acerca das instalações em Qom no Conselho de Segurança. Isso evocaria memórias de dois confrontos famosos: um, entre o embaixador americano na ONU, Adlai Stevenson, e seu homólogo russo durante a Crise dos Mísseis em Cuba; outro, a tristemente famosa apresentação do secretário de Estado Colin Powell sobre as armas de destruição em massa no Iraque. Nenhum dos dois era um precedente que queríamos repetir. Também queríamos ter certeza de estarmos totalmente coordenados com os nossos aliados e de ter passado as informações à AIEA, aos russos e aos chineses de antemão. Então optamos por não seguir o caminho via Conselho de Segurança.

Na tarde de 23 de setembro, o presidente Obama, o conselheiro de Segurança Nacional Jim Jones e eu nos reunimos no Waldorf durante uma hora com o presidente russo Dmitri Medvedev, seu ministro das Relações Exteriores Sergei Lavrov e seu conselheiro de Segurança Nacional Sergei Prikhodko e lhes apresentamos as evidências sobre Qom. Na primeira reunião entre os dois presidentes naquela primavera em Londres, Medvedev admitira que a Rússia subestimara o programa nuclear iraniano, mas essa nova informação sobre o engodo iraniano ainda chocava os russos. Foi a única vez nos meus quatro anos de secretária de Estado que vi o férreo Lavrov parecer perturbado e sem palavras. Mais tarde, Medvedev surpreendeu a imprensa ao falar sobre o Irã de uma maneira mais dura e inédita: “Sanções raramente levam a resultados produtivos, mas em alguns casos elas são inevitáveis”. Os repórteres inundaram o pessoal da Casa Branca com perguntas sobre o que tinha causado a perceptível mudança na retórica russa, mas não estávamos prontos para ir a público com as notícias de Qom.

Os planos tomaram forma para um anúncio dois dias depois da cúpula do G-20 em Pittsburgh, para onde muitos dos mesmos líderes mundiais viajariam direto de Nova York. Quando chegou a hora, o presidente Obama subiu ao pódio junto com o primeiro-ministro britânico Gordon Brown e o presidente francês Nicolas Sarkozy. “O tamanho e a configuração dessas instalações são inconsistentes com um programa pacífico”, declarou o presidente Obama. “O Irã está quebrando regras que todas as nações devem seguir.”

Os acontecimentos se sucederam então de forma acelerada. No primeiro dia de outubro, representantes do P5+1 reuniram-se em Genebra com uma delegação iraniana. Enviei o subsecretário de Estado Bill Burns para representar os Estados Unidos e se reunir privadamente com o negociador iraniano. Sob crescente pressão internacional, o Irã concordou em permitir que inspetores da AIEA visitassem o local secreto perto de Qom, o que fizeram mais tarde naquele mesmo mês.

Outro item da agenda em Genebra foi o reator de pesquisa de Teerã, que foi dado ao Irã pelos Estados Unidos na década de 1960 para produzir isótopos medicinais a serem usados em diagnóstico e tratamento de doenças. Durante o verão de 2009, o Irã reportou que estavam se esgotando os bastões de combustível nuclear necessários para suprir energia ao reator e produzir os isótopos. Embora o Irã tivesse um suprimento de urânio de baixo enriquecimento, não tinha o urânio altamente enriquecido necessário para suprir os bastões, então pedia à AIEA ajuda para atender às suas necessidades de combustível no mercado aberto. Essa solicitação chamou a atenção dos peritos nucleares americanos, inclusive de Bob Einhorn, do Departamento de

Estado, que começou a trabalhar num plano criativo para resolver diversos problemas ao mesmo tempo. E se o Irã mandasse todo ou pelo menos uma porcentagem significativa de seu estoque de urânio para o exterior e, em troca, recebesse bastões de combustível capazes de alimentar o reator de pesquisa mas que não poderiam ser usados para uma bomba? Isso atenderia às suas necessidades legítimas e ao mesmo tempo atrasaria o seu programa armamentista em muitos meses, talvez até um ano. Se os iranianos aceitassem, teríamos tempo de trabalhar no sentido de um acordo mais abrangente que atendesse a todas as nossas preocupações a respeito do programa nuclear. Se recusassem, então suas verdadeiras ambições ficariam expostas. Em agosto eu havia discutido a ideia com Lavrov da Rússia, argumentando que a transferência de urânio de baixo enriquecimento para fora do Irã reduziria tensões na região. Eu esperava que, se os Estados Unidos e a Rússia conseguissem trabalhar juntos para mostrar unidade, isso forçaria os iranianos a responder. Ele concordou, dizendo: "Devemos olhar essa solicitação com seriedade. Em princípio estamos prontos para participar com vocês".

Agora, nas conversas de Genebra, era hora de pôr a proposta na mesa e ver como os iranianos reagiriam. Durante um intervalo de almoço, Burns sugeriu ao principal negociador iraniano, Saeed Jalili, que tivessem uma discussão direta, à parte do grupo maior. Quando Jalili concordou, Burns delineou os termos da nossa oferta. Jalili sabia que estava enfrentando uma comunidade internacional unida e uma oferta inegavelmente justa e razoável. Não teve outra escolha senão aceitar. Einhorn e o imediato do negociador iraniano repassaram os detalhes ponto por ponto. Os iranianos aceitaram tudo, com uma condição: nada podia ser dito publicamente até depois de terem voltado a Teerã e comunicado o acordo a seus superiores.

Quando os negociadores voltaram a se reunir mais tarde naquele mês na sede da AIEA em Viena, os iranianos tinham mudado o tom. As discussões de Jalili em Teerã não tinham ido bem. O pessoal da linha dura no governo era radicalmente contra o acordo. Os iranianos passaram então a dizer que estavam dispostos a abrir mão de uma quantidade menor de urânio de baixo enriquecimento e queriam armazená-lo numa parte remota do Irã em vez de mandá-lo para o exterior, propostas que eram ambas inaceitáveis. Isso destruiria todo o propósito de lhes negar urânio enriquecido suficiente para fazer uma bomba. A AIEA instou-os a retornar aos termos do acordo original, mas sem sucesso. A reunião de Viena acabou em fracasso. O acordo estava morto.

Conforme o presidente Obama prometera durante sua campanha, havíamos tentado envolver o Irã. Agora, decidiu ele, era hora de aumentar a pressão e afiar a escolha a ser tomada pelos líderes do país. Para impor consequências reais, porém, necessitaríamos que o resto do mundo se juntasse a nós.

Susan Rice, nossa embaixadora na ONU, informou que angariar os votos para uma resolução forte no Conselho de Segurança seria uma tarefa árdua. Eu ouvia a mesma coisa dos meus colegas estrangeiros. "Não achamos que seja hora de discutir sanções contra o Irã", me disse o ministro das Relações Exteriores chinês Yang em janeiro de 2010. "Uma vez que as sanções se tornem a ordem do dia, poderia ser difícil retomar conversações por um considerável período." Sim, China e Rússia concordavam em princípio que não se deveria permitir ao Irã desenvolver ou possuir armas nucleares; simplesmente não estavam dispostas a fazer muita coisa para impedir.

Não obstante, eu acreditava que, tendo agora o vento a nosso favor, valia a pena tentar superar essa oposição e forçar novas sanções por meio do Conselho de Segurança. Durante toda a primavera de 2010, trabalhamos agressivamente para conseguir a quantidade de votos. Eu me lancei pessoalmente na tarefa, com um esforço diplomático abrangente que me fez recordar

negociações de bastidores no Senado, com todas as suas barganhas, quedas de braço, contagem de votos, apelos para princípios ou interesses particulares, enfim, toda a política truculenta envolvida em outorgar uma legislação importante.

Se por um lado a atenção geralmente fica focada nos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança porque cada um tem poder de vetar qualquer resolução, há efetivamente mais dez assentos no Conselho que são rotativos, sendo revezados entre os outros países escolhidos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos. Para ser adotada, uma resolução do Conselho de Segurança precisa evitar o veto mas também arrecadar nove votos dos quinze da totalidade de membros. Isso tornava muito importantes pequenos países com assentos rotativos como Uganda e Líbano. E foi por isso que dediquei meu tempo durante os meus quatro anos a cortejar países que geralmente não têm um grande papel em questões internacionais, como Togo, mas de cujos votos eu sabia que precisaríamos em momentos cruciais.

Angariar nove votos entre quinze membros caprichosos do Conselho provou ser algo complicado. Numa das minhas muitas sessões de estratégia com David Miliband da Grã-Bretanha durante esse período, ele argumentou que não era suficiente convencer a China a se abster de vetar a resolução; precisávamos de um apoio afirmativo para conseguir outros votos indecisos. “De outra maneira, a nossa contagem pode ficar como uma loteria”, dizia ele. “Se os chineses se abstiverem, há o risco de perdermos Nigéria, Uganda, Brasil e Turquia.” Eu estava fazendo a minha própria contagem e não acreditava que perderíamos Uganda ou Nigéria. Brasil e Turquia eram outra história. “E ainda é uma questão em aberto se os russos vão votar a resolução se os chineses se abstiverem”, prosseguiu David. “Nós acreditamos que sim”, insisti, “mas o custo pode ser uma resolução mais fraca.” E assim a coisa ia.

Em meados de abril, fiz minha proposta a Yoweri Museveni, presidente de Uganda. Ahmadinejad estava programado para chegar a Uganda no dia seguinte, como parte do contra-ataque diplomático iraniano planejado para bloquear novas sanções, então era crucial que eu falasse com Museveni primeiro para garantir sua concordância. Ajudou o fato de conhecê-lo desde 1997, quando visitei o país pela primeira vez, e que meu marido e eu tivéssemos nos mantido em contato com ele desde então. Eu o lembrei de que a administração Obama havia tentado envolver-se com o Irã e que a comunidade internacional tinha feito ofertas de boa-fé. O Irã rejeitara todas as propostas, desafiara a comunidade internacional e continuara a enriquecer urânio em altos teores. Também adverti de que, se a diplomacia falhasse, o resultado poderia ser uma ação militar, o que ninguém desejava. Esse provaria ser uma argumento convincente para muitos países hesitantes. “Queremos trabalhar com vocês para mandar o recado mais poderoso ao Irã e demonstrar que ainda há tempo para que mudem de conduta”, disse eu.

Museveni foi circunspecto. “Vou dizer [a Ahmadinejad] duas coisas”, ele ponderou. “Primeira, nós defendemos o direito de todos os países ao acesso à energia nuclear para eletricidade e outros usos, e segunda, somos totalmente contra a proliferação de armas nucleares. Essa é a mensagem que colocarei no meu discurso escrito para o banquete. Vou incentivá-lo a abrir o país à inspeção se não tiver nada a esconder.” Pressionei-o nesse ponto: “Se mandar os seus especialistas examinarem o relatório da AIEA, onde as questões são apresentadas, verá que é difícil não alimentar suspeitas”. “Concordo”, ele replicou. “Para o Irã ter armas nucleares, isso significa que Arábia Saudita e Egito terão de fazer o mesmo. Isso nos afeta diretamente, e não podemos apoiar isso. Vou ter uma conversa franca com o presidente.” No fim, Uganda votou a favor das sanções.

Como observou corretamente Miliband, a China era o voto-chave. Se pudéssemos convencer Beijing a nosso favor, as outras peças do resto do Conselho de Segurança

provavelmente se encaixariam no lugar. Em Nova York, Susan Rice e sua equipe trabalhavam com outras delegações sobre a linguagem da resolução das sanções. Os chineses e russos ficavam tentando enfraquecer os termos. Fizemos algumas concessões, mas não víamos razão em aprovar outra resolução. Em abril, o presidente Obama convidou líderes do mundo inteiro para ir a Washington para uma cúpula sobre segurança nuclear. E aproveitou a oportunidade para se reunir com o presidente chinês Hu Jintao e conversar sobre o Irã. Escutei enquanto os dois presidentes iam e voltavam nas conversas numa sala lateral afastada do andar principal do Centro de Convenções. A China tinha extensos laços comerciais com Teerã e dependia do petróleo iraniano para abastecer seu rápido crescimento industrial. O presidente Hu concordava que o Irã não devia adquirir armas nucleares, mas ardilosamente evitava termos que fossem sentidos como agressivos demais. Finalmente os dois presidentes concordaram em respaldar medidas "substanciais", sem clarificar exatamente o que isso significaria.

Não muito depois, dei sequência ao assunto com o conselheiro de Estado chinês Dai Bingguo. A China ainda estava bloqueando elementos importantes do rascunho da resolução de sanções, sobretudo medidas significativas em atividade financeira e bancária diretamente vinculadas às atividades nucleares ilícitas do Irã. "Devo dizer que a resposta da China, ainda que tenha evoluído de forma produtiva, ainda deixa a desejar em relação ao esforço recíproco que esperávamos da conversa do presidente Hu com o presidente Obama", disse eu a Dai. "Precisamos agir de maneira rápida e unificada para uma resolução significativa, se quisermos reduzir o risco crescente de conflito na região e dar espaço a uma solução política." Eu disse que a falta de unidade e determinação internacional minaria os interesses que a China buscava proteger, inclusive preservar a estabilidade no Oriente Médio, manter os preços do petróleo estáveis e proteger a recuperação da economia global. "Queremos evitar acontecimentos que escapem do nosso controle", acrescentei.

Dai admitiu que também estava insatisfeito, mas manteve-se otimista. Por enquanto, eu também estava. Continuamos conversando com os chineses e os russos. As distâncias se estreitavam, e parecia que estávamos perto de um acordo que imporia as sanções mais estritas da história.

Entretanto, justamente quando a nossa meta parecia próxima, os acontecimentos tiveram uma reviravolta inesperada. Em 17 de maio de 2010, em uma triunfal coletiva de imprensa em Teerã, os presidentes de Brasil, Turquia e Irã anunciaram que haviam chegado a um acordo no qual o Irã trocaria urânio de baixo enriquecimento por bastões de combustível para reator. Superficialmente o acordo assemelhava-se à oferta que o Irã desprezara em outubro do ano anterior, mas, na verdade, era profundamente equivocado. O acordo não levava em conta o fato de o Irã ter continuado a enriquecer urânio durante vários meses desde a nossa proposta inicial, e a transferência da mesma quantidade de urânio deixaria agora o país com um significativo estoque. Ao contrário do acordo de outubro, os iranianos reteriam a propriedade do urânio que mandassem para o exterior e se reservariam o direito de retomá-lo a qualquer momento. E o mais preocupante, porém, era o fato de o Irã continuar proclamando seu direito de enriquecer urânio em teores mais altos, e não havia nada no novo acordo que impedisse isso ou mesmo indicasse que seria discutido com a AIEA ou com o P5+1. Em suma, esse acordo atenderia à necessidade do Irã de encontrar bastões de combustível para seu reator de pesquisa, mas faria extremamente pouco para responder às preocupações mundiais em relação ao programa de armas ilegais. Dada a situação, eu tinha certeza de que se tratava de uma tentativa iraniana de atrapalhar nossa insistência por sanções na ONU — e havia uma grande chance de dar certo.

Desde que o acordo de 2009 caíra por terra, Turquia e Brasil vinham fazendo barulho para

que ele fosse revisto. Ambos os países detinham assentos rotativos no Conselho de Segurança e estavam ansiosos para exercer uma crescente influência no cenário mundial. Eram exemplos típicos de "potências emergentes" cujo rápido desenvolvimento econômico alimentava grandes ambições de liderança regional e global. E acontecia de também terem dois líderes confiantes: Luiz Inácio Lula da Silva do Brasil e Recep Tayyip Erdoğan da Turquia, ambos se considerando homens de ação capazes de curvar a história à sua vontade. Uma vez vislumbrada a possibilidade de intermediar uma solução para o Irã, pouco havia que pudesse dissuadi-los de tentar, ainda que os resultados fossem imprecisos — ou mesmo contraproducentes.

Os Estados Unidos e os outros membros permanentes do Conselho de Segurança reagiram com cautela aos primeiros esforços de Brasil e Turquia. Após tanta dubiedade, estávamos preocupados que o Irã pudesse se valer das boas intenções de Brasil e Turquia para proteger seu programa nuclear e fraturar o crescente consenso internacional contra ele. Nossas preocupações cresceram quando ficou claro que os iranianos não tinham intenção de parar com suas atividades de enriquecimento e afirmaram que entregariam o urânio em pequenos lotes em vez de um carregamento grande, como foi originalmente concebido. Com o tempo, isso significaria que jamais deixariam de ter material nuclear suficiente para construir uma bomba.

No começo de março de 2010, visitei Lula em Brasília. Expliquei por que aquela ação teria um resultado ruim e tentei dissuadi-lo de levar aquele acordo adiante, mas Lula não é do tipo que se deixa ser dissuadido. Ele rejeitou meu ponto de vista de que o Irã estava apenas jogando para ganhar tempo. Durante a minha visita, expliquei publicamente: "A porta está aberta para negociação. Nós nunca a fechamos. Porém não vemos ninguém, nem ao longe, disposto a caminhar na direção dela". E prossegui: "Vemos um Irã que corre para o Brasil, um Irã que corre para a Turquia, um Irã que corre para a China, contando coisas diferentes para pessoas diferentes para evitar sanções internacionais".

O presidente Obama deu seguimento com uma carta a Lula em abril, salientando as nossas preocupações: "O Irã parece estar perseguindo uma estratégia destinada a criar a impressão de flexibilidade sem concordar com ações que possam começar a construir confiança e credibilidade mútuas". E transmitiu a mesma mensagem a Erdoğan na Turquia. Entrementes, emprestando veracidade ao nosso argumento, o Irã garantiu que continuaria a enriquecer urânio. Seu único objetivo parecia ser atrapalhar o processo de sanções na ONU.

Com Lula programado para visitar Teerã, liguei para o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, e insisti com ele para que visse os esforços iranianos pelo que realmente eram, "uma dança elaborada", mas ele estava cheio de confiança pelo que poderia ser conseguido. Por fim fiquei exasperada e exclamei: "Esse processo precisa ter um fim. Em algum ponto, deve haver um dia de avaliação". Amorim argumentou que poderia ser mais fácil para os iranianos fazer um acordo com Brasil e Turquia do que com os Estados Unidos. Eu duvidava que algo positivo pudesse sair daquele encontro e estava preocupada por estar acontecendo num momento particularmente precário, já que estávamos enfim perto de um acordo com chineses e russos sobre o texto da resolução de novas sanções na ONU. Nem Moscou nem Beijing estavam particularmente entusiasmadas com o processo, e eu sentia que, se vissem uma oportunidade de cair fora e dar mais algum tempo ao Irã, fariam isso num piscar de olhos.

E essa foi a minha preocupação imediata quando vi a notícia de que Lula, Erdoğan e Ahmadinejad haviam chegado a um acordo. Em caso de haver alguma dúvida, Amorim confirmou o fato numa coletiva de imprensa. "Esse plano é uma rota para o diálogo e exclui qualquer fundamento para sanções", disse ele.

Quando conversamos mais tarde, os ministros das Relações Exteriores do Brasil e da

Turquia tentaram me convencer dos méritos do acordo. Relataram suas duras dezoito horas de negociações e tentaram me convencer de que tiveram êxito. Acho que ficaram surpresos por seu triunfo estar sendo recebido com ceticismo, mas eu queria ver alguma atitude do Irã e não mais palavras. “Temos um ditado que diz que para provar o pudim é preciso comê-lo”, disse eu a Amorim. “Concordo que provar o pudim é o principal, mas deve haver tempo para pegar a colher e tempo para prová-lo”, retrucou ele. A isso repliquei: “Esse pudim já está na mesa há mais de um ano!”.

A questão urgente naquele momento era se conseguiríamos manter de pé a resolução de sanções em face dessa nova manobra. Em princípio, tínhamos um acordo com China e Rússia, que me apressei em anunciar o mais rapidamente possível depois da coletiva de imprensa em Teerã. Porém, até os votos serem efetivamente consumados em Nova York, não havia nada garantido. Quando Beijing emitiu uma declaração cautelosa dando as boas-vindas ao acordo Brasil-Turquia, pude sentir o chão começando a ceder. Felizmente eu estava programada para ir à China alguns dias depois para conversações de alto nível com a liderança chinesa. O Irã estaria no topo da agenda, junto com a Coreia do Norte e o mar do Sul da China.

Durante um longo jantar com Dai Bingguo na Casa de Hóspedes Diaoyutai, conversamos sobre o assunto. Enumerei as nossas objeções à proposta Brasil-Turquia e lembrei a Dai o longo histórico de acordos duplos iranianos, inclusive a fraude em Qom. Era hora de resolver quaisquer assuntos pendentes com o texto da resolução de sanções, disse eu. Como de hábito, Dai foi atento, mas firme, com seu olhar tanto no curso da história quanto na importância do momento. A China sentia-se desconfortável com a comunidade internacional no tocante à imposição de penalidades a Estados, exceto nas circunstâncias mais extremas, e certamente não queria seus interesses comerciais ameaçados por sanções. Sendo compreensivos com sua relutância, apenas um ano antes tínhamos passado por um exercício similar quando buscávamos impor sanções mais duras à Coreia do Norte. Então, naquele momento, lhes pedíamos para fechar os olhos e nos acompanhar pela segunda vez em muitos anos.

Lembrei a Dai que o principal interesse da China no Oriente Médio era a estabilidade, o que assegurava o fluxo constante de petróleo. Se a nossa insistência por sanções na ONU fracassasse, continuaria a haver potencial para confrontação militar. Isso poderia fazer subir o preço do petróleo e causar estragos na economia global. Por outro lado, se a China optasse por reduzir seus laços comerciais com o Irã, poderíamos ajudá-la a encontrar outras fontes de energia. No final, fui categórica. Isso é importante para nós, disse eu a Dai. Se pretendemos construir uma relação de cooperação, como garantiram o presidente Obama e Hu, então precisamos da China do nosso lado no Conselho de Segurança.

No fim da noite, senti que havia colocado o processo de volta nos trilhos. Cimentei essa impressão em discussões nos dias seguintes com o presidente Hu e o premiê Wen. O impulso rumo a novas sanções podia continuar. “Estamos satisfeitos com a cooperação que recebemos. Temos um consenso no P5+1”, anunciei após meus encontros em Beijing. Só restava agora elaborar os detalhes do texto. “Há um reconhecimento por parte da comunidade internacional de que o acordo a que se chegou em Teerã uma semana atrás entre Irã, Brasil e Turquia somente ocorreu porque o Conselho de Segurança estava em vias de liberar publicamente o texto da resolução que estamos negociando há semanas. Foi uma transparente jogada para evitar uma ação do Conselho de Segurança.”

A votação em Nova York estava marcada para 9 de junho. Susan e sua equipe ainda iam e voltavam com os chineses em torno da lista final de empresas e bancos iranianos específicos a sofrerem sanções, e nós estávamos gerando um impulso final para trazer a bordo mais membros

não permanentes do Conselho de Segurança. No mínimo queríamos ver abstenções em vez de negativas.

Nesse ínterim, tive de comparecer a uma reunião da Organização dos Estados Americanos em Lima, Peru, que acabou se revelando um afortunado desvio. O embaixador da China nos Estados Unidos, Zhang Yesui, também estava na cidade para participar do encontro da OEA, e eu o convidei para um drinque no meu hotel. Esperava que pudéssemos acertar a lista de sanções de uma vez por todas. O hotel J. W. Marriott em Lima fica localizado em penhascos da Costa Verde, com uma magnífica vista do Pacífico. Quando o embaixador Zhang chegou, conduzi-o a uma mesa tranquila no bar onde pudéssemos conversar. Eu estivera me encontrando com membros do corpo de imprensa, que se deliciaram com o pisco sour, um dos drinques locais favoritos, que mistura aguardente peruana com suco de limão, clara de ovo e Angostura, e muitos dos repórteres continuavam no bar. Eles não tinham ideia das negociações que estavam se passando debaixo do seu nariz. A certa altura, o ebuliente Mark Landler do *New York Times* aproximou-se da nossa mesa trazendo dois pisco sours. Quem diz que a diplomacia não pode ser efetiva e gostosa ao mesmo tempo? Sorri e aceitei. Zhang polidamente me acompanhou. E ali, ao sabor de coquetéis peruanos, chegamos ao entendimento final sobre as designações das sanções.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1929 por doze votos a dois. A resolução impunha ao Irã as sanções mais rígidas da história, atingindo a Guarda Revolucionária, vendas de armas e transações financeiras. Somente a Turquia e o Brasil, ainda descontentes com a fracassada manobra diplomática, votaram contra. O Líbano se absteve após um contato de último minuto meu, do vice-presidente Biden e do secretário de Transportes Ray LaHood, um proeminente libanês americano. Eu tinha ligado ao presidente Michel Suleiman horas antes da Colômbia, insistindo para que ele não votasse contra, o que estava inclinado a fazer baseado em suas necessidades domésticas potenciais. Eu sabia que ele estava navegando por algumas decisões difíceis, e fiquei satisfeita com a abstenção.

A resolução estava longe de ser perfeita — assegurar consenso com a Rússia e a China havia exigido concessões —, mas eu estava orgulhosa do que tínhamos conseguido. Durante os anos Bush, o Irã dera um jeito de jogar as grandes potências mundiais umas contra as outras, evitando sanções internacionais sérias pelos seus maus atos. A administração Obama mudou isso.

Apesar do nosso sucesso, eu sabia que era só o começo. A resolução da ONU abriu a porta para sanções unilaterais adicionais muito mais duras por parte dos Estados Unidos e outros países. Nós havíamos coordenado os líderes do Congresso ao longo do processo, e logo em seguida o Congresso aprovou uma lei que atingia ainda com mais força a economia iraniana. Eu também conversava com nossos parceiros europeus sobre novas medidas que eles, da mesma forma tomariam.

Mesmo durante o aumento da pressão, mantivemos na mesa a nossa proposta de envolvimento. Em dezembro de 2010, viajei ao Bahrein para uma conferência sobre segurança no Golfo Pérsico. Sabíamos que a participação de uma delegação iraniana também era esperada. Apesar dos breves contatos feitos em cúpulas anteriores por Richard Holbrooke e Jake Sullivan, eu nunca estivera cara a cara com um homólogo iraniano. Resolvi usar a oportunidade para mandar um recado. No meio do meu discurso num jantar de gala no salão de bailes do Ritz-Carlton, fiz uma pausa e disse: “Neste momento, eu gostaria de me dirigir à delegação nesta conferência do governo da República Islâmica do Irã”. Fez-se um silêncio no salão. O ministro das Relações Exteriores iraniano, Manouchehr Mottaki, estava sentado a apenas alguns lugares de distância. “Quase dois anos atrás, o presidente Obama estendeu ao seu governo uma oferta de

diálogo. Ainda estamos comprometidos com essa oferta", completei. "Vocês têm direito a um programa nuclear pacífico, mas junto com esse direito vem uma responsabilidade razoável, a de seguir o tratado que assinaram e atender às preocupações mundiais sobre suas atividades nucleares. Nós os instamos a fazer uma escolha — pelo seu povo, por seus interesses e pela nossa segurança comum."

Depois, à medida que o jantar ia terminando e todos se apertavam as mãos, me dirigi em voz alta a Mottaki: "Olá, ministro!". Ele murmurou algo em farsi e virou as costas. Alguns minutos depois, topamos novamente um com o outro do lado de fora, junto à entrada de carros. Ofereci outra saudação amigável, e mais uma vez ele recusou-se a responder. Sorri para mim mesma. No seu primeiro discurso de posse, o presidente Obama dissera ao Irã e a outros estados marginalizados que nós "estenderíamos a mão se vocês estiverem dispostos a abrir o punho". Mottaki acabara de demonstrar o quanto isso seria difícil, mas, para ser justa, tínhamos *de fato* feito uma campanha mundial para impor sanções agressivas ao país dele. Envolvimento e pressão. Iscas e arpões. Essa era a natureza da diplomacia, e estávamos num longo jogo.

Este era o pano de fundo contra o qual, em janeiro de 2011, o sultão de Omã me fez sua oferta de conversas diretas secretas com o Irã. O envolvimento por meio do processo do P5+1 tinha emperrado. A intercessão de terceiras partes bem-intencionadas também havia fracassado. Vezes e vezes seguidas o Irã provara ser intransigente e não confiável. Contudo, havia razões para pensar que, apesar de tudo isso, o sultão poderia realmente conseguir algo. Afinal, ele o conseguira no caso dos mochileiros americanos presos.

Nos idos de julho de 2009, três jovens americanos foram detidos pelas forças de segurança iranianas enquanto percorriam a pé a montanhosa área fronteiriça entre o norte do Iraque e o Irã, sendo acusados de espionagem. Joshua Fattal, Shane Bauer e Sarah Shourd estavam vivendo e trabalhando entre os curdos no norte do Iraque, e não havia motivo para suspeitar que fossem espiões. De Washington era impossível saber exatamente o que tinha acontecido, ou se o trio havia ou não cruzado a fronteira. Mas o incidente fez eco ao rapto de dois jornalistas americanos perto da fronteira entre a China e a Coreia do Norte apenas alguns meses antes, e representava um problema imediato. Como no caso da Coreia do Norte, não tínhamos relações diplomáticas com o Irã, tampouco uma embaixada em Teerã para prover ajuda. Precisávamos confiar nos suíços como nossa "potência protetora" formal para nos representar, mas os iranianos inicialmente recusaram-se a conceder acesso consular aos diplomatas suíços, o que significava que ninguém tinha permissão de visitar os americanos detidos, como é exigido pela Convenção de Viena que governa relações diplomáticas entre países. Fiz um apelo público para a libertação dos mochileiros, que repeti frequentemente durante os meses seguintes, e mobilizei os suíços para também mandar mensagens privadas.

Permanecemos em contato estreito com as aflitas famílias dos jovens, e em novembro eu as convidei para o meu gabinete no Departamento de Estado para podermos nos conhecer pessoalmente. Levou meses para que o embaixador suíço em Teerã conseguisse entrar na notória prisão de Evin para ver os três americanos. Eles estavam detidos havia meses, sem acusações formais ou acesso a representação legal. Com o auxílio dos suíços, as mães dos jovens receberam vistos para viajar ao Irã logo depois do Dia das Mães. Encontrei-me novamente com elas antes de partirem, e encaminhei minhas preces. Foi-lhes permitida uma comovente reunião com os filhos, mas sem permissão de trazê-los de volta. Toda a cena foi usada pelo Irã como peça de propaganda.

Durante todo aquele sofrimento tentei todo canal oculto que pudéssemos encontrar para persuadir os iranianos a libertar os jovens. Pedi a Jake Sullivan para levar o projeto adiante.

Numa conferência em Cabul, Afeganistão, no verão de 2010, mandei Jake entregar em mãos ao ministro das Relações Exteriores iraniano uma mensagem sobre os mochileiros, exatamente como tínhamos feito um ano antes em Haia por outros americanos detidos, mas o contato-chave foi Omã. Um dos principais assessores do sultão aproximou-se de Dennis Ross, assessor do presidente Obama para o Irã, e ofereceu-se para servir de mediador.

Os omanianos eram bons em cumprir sua palavra. Em setembro de 2010, Sarah Shourd foi libertada sob fiança. Uma vez tendo ela deixado o Irã, liguei para o sultão para lhe agradecer e ver o que podia ser feito pelos outros dois rapazes (levaria mais um ano para conseguir também sua libertação). "Estamos sempre prontos para fazer o que é certo para ajudar", respondeu o sultão. Seu comentário ainda estava na minha cabeça quando nos reunimos em janeiro de 2011.

Libertar um mochileiro preso estava muito longe de facilitar conversas sensíveis sobre o futuro do programa nuclear iraniano, mas o sultão mostrara que podia obter resultados. Então escutei cuidadosamente sua proposta para um canal oculto alternativo, e perguntei se podíamos ter certeza de que o lado iraniano teria efetivamente autorização para negociar de boa-fé. Afinal, tínhamos investido muito tempo no processo do P5+1, apenas para ver o acordo feito na sala rejeitado em Teerã. O sultão não podia fazer promessas, mas queria tentar. Concordei que, se continuássemos, seria necessário sigilo absoluto. Não queríamos outro circo com um monte de poses para a imprensa e pressão política do governo central. Mesmo na melhor das circunstâncias, era um tiro no escuro, mas valia a pena testar. Eu disse ao sultão que conversaria com o presidente Obama e meus colegas em Washington, mas devíamos começar a pensar em como colocar seu plano em andamento.

Nos vários meses seguintes, prosseguimos com cautela. Havia preocupações reais sobre com quem conversaríamos e quais seriam suas motivações. O presidente Obama estava cauteloso, mas interessado. Num certo momento, ligou pessoalmente para o sultão para sondar a viabilidade do canal diplomático. Mantivemos o círculo pequeno. Bill Burns, Jake e eu trabalhamos com um time reduzido na Casa Branca que incluía Tom Donilon, na época conselheiro de Segurança Nacional; seu vice, Denis McDonough; Dennis Ross, até sua partida em novembro de 2011; e Puneet Talwar, o diretor Sênior para Irã, Iraque e Estados do Golfo da equipe de segurança nacional. Os omanianos recebiam e mandavam mensagens sobre como as conversas poderiam tomar forma e que tipo de delegação seria enviada. Sem ser surpresa para ninguém, era difícil obter respostas diretas dos iranianos, até mesmo sobre as questões mais simples.

No outono, nossa confiança em relação ao prosseguimento levou um golpe quando as agências policiais e de inteligência americanas descobriram um plano iraniano para assassinar o embaixador saudita em Washington. Um cidadão de nacionalidade iraniana foi detido no aeroporto em Nova York e confessou um elaborado esquema que parecia saído de séries de TV como *24 horas* ou *Homeland*. Envolvia a tentativa de recrutar um cartel de drogas mexicano para implantar uma bomba no restaurante onde o embaixador costumava comer. Felizmente, o contratado mexicano era um informante da DEA, a agência de combate ao narcotráfico. Tínhamos evidências sugerindo que a conspiração foi concebida, patrocinada e dirigida por funcionários públicos importantes no Irã. Não muito depois, o chefe da Marinha iraniana enervou os mercados globais avisando que poderia fechar o estreito de Ormuz a qualquer momento, o que estrangularia grande parte dos suprimentos mundiais de petróleo.

A essa altura, em outubro de 2011, decidi retornar a Mascate e fazer uma segunda visita ao sultão. Ele ainda estava ansioso para dar andamento às conversas e sugeriu que mandássemos uma equipe avançada a Omã para discutir as questões logísticas pessoalmente, já que ficar

passando mensagens não estava dando certo. Concordei, contanto que os iranianos fossem sérios e que o sultão pudesse nos fornecer garantias de que eles falariam em nome do líder supremo. Também instei o sultão a transmitir aos iranianos uma severa advertência sobre o estreito de Ormuz. Após a conversa, começamos a fazer arranjos secretos para mandar Jake e Puneet e uma pequena equipe para dar início às conversas. O senador John Kerry conversava com um omaniano próximo ao sultão e nos mantinha informados do que ouvia.

Para o delicado primeiro encontro com os iranianos, Jake não era o diplomata mais experiente no Departamento de Estado que eu poderia ter escolhido, mas era discreto e tinha minha total confiança. Sua presença mandaria um poderoso recado de que eu estava pessoalmente investida no processo. No começo de julho de 2012, Jake deixou discretamente uma das minhas viagens em Paris e pegou seu próprio voo para Mascate. Seu destino foi mantido em tamanho segredo que outros integrantes da minha equipe de viagem, colegas que trabalhavam com ele o tempo todo em casa e em viagem, presumiram que Jake houvesse tido uma emergência de família e estavam preocupados com ele. De forma extraordinária, não ficaram sabendo sobre sua verdadeira missão até lerem sobre ela na imprensa mais de um ano depois.

Uma vez no solo em Omã, Jake e Puneet dormiram nos sofás da casa vazia da embaixada. A equipe avançada iraniana veio com uma série de exigências e precondições, nenhuma delas aceitável. Eles estavam ali, o que já era alguma coisa, mas claramente nervosos, talvez refletindo uma liderança ambivalente e dividida em Teerã. Jake reportou sua impressão de que os iranianos ainda não estavam prontos para se envolver seriamente. Concordamos em manter o canal aberto e esperar para ver se as condições melhorariam.

Durante todo aquele período, mesmo quando tentávamos percorrer essa via secreta de envolvimento, trabalhamos firmemente para aumentar a pressão internacional sobre o regime iraniano e neutralizar suas ambições agressivas. Uma prioridade era expandir as nossas parcerias militares no Golfo e deslocar novos recursos militares através da região para tranquilizar os nossos parceiros e impedir agressão iraniana. Permanecemos em estreita e constante coordenação com Israel e demos passos sem precedentes para proteger sua superioridade militar sobre rivais em potencial. Pedi a Andrew Shapiro, meu auxiliar de longa data no Senado e agora subsecretário de Estado para Assuntos Político-Militares, que ajudasse a assegurar que Israel estivesse equipado com sistemas de armamentos altamente avançados como os caças F-35. Trabalhamos com os israelenses para desenvolver e construir uma rede de defesa aérea de múltiplas camadas que incluía versões atualizadas dos mísseis Patriot originalmente utilizados na Guerra do Golfo de 1991, novos radares de alerta precoce avançado, baterias antimísseis chamadas “Domo de Ferro” e outros sistemas de proteção contra mísseis balísticos conhecidos como “Funda de Davi” e o “Arrow-3”. Durante o conflito com o Hamas em Gaza, no fim de 2012, o Domo de Ferro provou ser eficaz em proteger casas e comunidades israelenses.

Também passei muitas horas com o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, discutindo nossa estratégia dupla e tentando convencê-lo de que as sanções podiam funcionar. Concordamos que uma ameaça crível de força militar era importante — e era por isso que o presidente Obama e eu repetidamente dizíamos: “Todas as opções estão sobre a mesa” —, mas tínhamos pontos de vista diferentes sobre o quanto deveríamos comunicar em público. Eu disse a ele que o presidente Obama estava falando sério ao dizer que não permitiria ao Irã adquirir uma bomba nuclear e que “contenção” não era a nossa política. A contenção podia ter funcionado com a União Soviética, mas, dados os vínculos do Irã com o terrorismo e a volatilidade da região, não achávamos que um Irã dotado de armas nucleares era mais aceitável — ou passível de contenção — do que os israelenses achavam. Então todas as opções realmente estavam sobre

a mesa, inclusive o uso de força militar.

Além do nosso trabalho com os israelenses, a administração Obama também aumentou a própria presença americana marítima e aérea no Golfo Pérsico, aprofundando nossos laços com as monarquias do Golfo, que viam o Irã com grande alarme. Trabalhei com o Conselho de Cooperação do Golfo num diálogo permanente sobre segurança, e conduzimos exercícios militares conjuntos com os membros do CCG. Convencer a Turquia a abrigar uma fundamental instalação de radar também nos ajudou a construir um novo sistema de defesa antimíssil que protegeria nossos aliados na Europa de um possível ataque iraniano.

Ao mesmo tempo que fortalecíamos as nossas defesas, também partimos para a ofensiva aumentando a pressão sobre o Irã na esperança de mudar os cálculos de seus líderes. Por meio de ação legislativa e executiva, a administração Obama e o Congresso trabalharam juntos para acumular sanções cada vez mais duras, todas constituídas a partir das medidas originais que o Conselho de Segurança aprovara no verão de 2010. Nosso objetivo era imprimir tanta pressão financeira aos líderes do Irã, inclusive sobre o crescente número de empreitadas comerciais militares, que eles não teriam escolha a não ser voltar à mesa de negociações com uma oferta séria. Iríamos atrás da indústria de petróleo, bancos e programas de armamentos iranianos. E alistaríamos empresas de seguros, empresas de transportes, fornecedores de energia, instituições financeiras e muitos outros atores para cortar o Irã do comércio global. Acima de tudo, eu tornaria a minha missão convencer os principais consumidores do petróleo iraniano a diversificar seus fornecimentos e comprar menos de Teerã. Com cada um que concordava, os cofres do Irã tomavam mais um golpe. A seiva vital do Irã era seu petróleo; era o terceiro maior exportador de óleo cru, o que trazia a tão necessária moeda forte. Então fizemos tudo que pudemos para dificultar ao Irã fazer negócios, especialmente com petróleo.

Os europeus eram parceiros essenciais nesse empenho, e, quando todos os 27 membros da União Europeia concordaram em impor um boicote total ao petróleo iraniano, foi um golpe enorme. Bob Einhorn, o especialista que, em outubro de 2009, ajudara a elaborar o plano de trocas original do reator de pesquisa de Teerã, e o subsecretário do Tesouro David Cohen puseram-se a trabalhar buscando encontrar os meios mais criativos e efetivos de implantar todas as nossas novas sanções. O congelamento de ativos de bancos iranianos impossibilitou aos navios petroleiros do país a compra de seguros no mercado internacional e cortou acesso a redes financeiras globais. Era um jogo de pressão por todos os lados.

Por uma nova lei assinada pelo presidente Obama em dezembro de 2011, outros países tinham de demonstrar a cada seis meses que estavam reduzindo significativamente o consumo de petróleo iraniano, ou enfrentariam eles próprios sanções. Para pôr isso em prática, voltei-me para o nosso recém-criado Escritório de Recursos Energéticos, chefiado por Carlos Pascual. Em todo lugar ao qual o Irã tentasse vender seu petróleo, nossa equipe estaria lá, oferecendo fornecedores alternativos e explicando os riscos financeiros de conduzir uma transação com um pária global. Os principais clientes do Irã tiveram de encarar escolhas difíceis com significativas consequências econômicas. Felizmente muitos deles mostraram ter uma liderança de visão, abraçando a oportunidade de diversificar seus portfólios de energia.

Fomos igualmente ativos em lugares como Angola, Nigéria, Sudão do Sul e Golfo Pérsico, incentivando os concorrentes do Irã a bombear e vender mais seu próprio petróleo, para manter o mercado equilibrado e impedir prejudiciais altas de preços. A renascida indústria petrolífera do Iraque, há muito uma prioridade dos Estados Unidos, provou ser inestimável. Mas os novos fornecimentos mais cruciais vieram do nosso próprio quintal. Com a produção doméstica de petróleo e de gás crescendo drasticamente graças a novas tecnologias de exploração, nossas

importações de energia despencaram. Isso retirou pressão do mercado global e facilitou a exclusão do Irã, já que outros países podiam contar com o suprimento de que os Estados Unidos não mais necessitavam.

Os maiores consumidores de petróleo iraniano, e os mais difíceis de convencer a fechar a torneira, estavam na Ásia. China e Índia, em particular, dependiam do óleo iraniano para atender às suas necessidades rapidamente crescentes. As avançadas economias da Coreia do Sul e do Japão também eram altamente dependentes de petróleo importado. O Japão carregava um fardo adicional devido ao derretimento da usina nuclear de Fukushima e à resultante moratória em energia nuclear. Não obstante, os japoneses comprometeram-se a cortar significativamente seu consumo de petróleo iraniano, um compromisso corajoso naquelas circunstâncias.

A Índia, em contraste, a princípio recusou publicamente as ofertas ocidentais para reduzir sua dependência do petróleo iraniano. Em nossas conversas privadas, os líderes indianos concordavam que a paz no Oriente Médio era importante e tinham aguda consciência de que 6 milhões de indianos viviam e trabalhavam no Golfo e podiam estar vulneráveis à instabilidade política ou econômica. Ao mesmo tempo, porém, a crescente economia indiana dependia de um fornecimento constante de energia, e eles preocupavam-se com o fato de suas necessidades energéticas serem tão grandes a ponto de não haver maneira viável de atendê-las sem o petróleo do Irã. Mesmo impronunciada, havia outra razão para sua relutância: a Índia, que havia liderado o "movimento dos países não alinhados" durante a Guerra Fria e ainda valorizava a sua "autonomia estratégica", simplesmente detestava que lhe dissessem o que fazer. Quanto mais alto clamávamos para que eles mudassem de curso, maior a probabilidade de fincarem o pé.

Em maio de 2012, visitei Nova Délhi para defender o caso pessoalmente. Argumentei que manter uma frente internacional unificada era a melhor maneira de persuadir o Irã a retornar à mesa de negociações, conseguir uma solução diplomática para o impasse e evitar um desestabilizador conflito militar. Ressaltei a vantagem de suprimentos de energia diversificados e falei sobre alternativas potenciais ao Irã disponíveis no mercado. Também assegurei aos indianos que, se dessem passos positivos, deixaríamos claro que tinha sido decisão deles, como quer que quisessem caracterizá-la. Para nós, o importante era o resultado final, e não ficar cantando vitória. Isso pareceu fazer diferença. Quando o ministro de Relações Exteriores S. M. Krishna e eu saímos para falar com a imprensa, obviamente fomos indagados acerca da questão do Irã. Cedi a palavra para que Krishna respondesse primeiro: "Dada a nossa crescente demanda, é natural que tentemos diversificar nossas fontes de importação de petróleo e gás para atender ao objetivo de uma segurança energética", disse ele. "Como vocês fizeram perguntas específicas sobre o Irã, ele permanece uma fonte de petróleo importante para nós, embora sua parte nas nossas importações esteja declinando, o que é bem conhecido. Em última instância, o fato reflete a decisão tomada pelas refinarias com base em considerações comerciais, financeiras e técnicas." Para mim, foi bom o bastante. Prometi a Krishna que mandaria Carlos e sua equipe de especialistas a Délhi para ajudar a acelerar aquelas decisões "totalmente não relacionadas com o Irã".

No fim, os nossos esforços levaram todos os principais clientes do Irã, mesmo os mais relutantes, a concordar em reduzir suas aquisições de petróleo iraniano. O resultado foi dramático. A inflação no Irã explodiu em mais de 40%, e o valor da moeda iraniana caiu drasticamente. As exportações de petróleo diminuíram de 2,5 milhões de barris de óleo cru por dia no começo de 2012 para cerca de 1 milhão, o que resultou numa perda de mais de 80 bilhões de dólares de receita.

Os petroleiros iranianos permaneciam ociosos, sem mercados para visitar e sem investidores

estrangeiros nem seguradoras dispostas a respaldá-los; os jatos iranianos enferrujavam nos hangares, sem peças de reposição disponíveis. Grandes empresas multinacionais como Shell, Toyota e Deutsche Bank começaram a se retirar do Irã. Até mesmo Ahmadinejad, que por muito tempo tentou negar que as sanções fossem ter algum efeito, começou a reclamar da "agressão econômica".

Durante anos eu vinha falando sobre "sanções paralisantes" que agora estavam se tornando realidade. Bibi Netanyahu me disse que gostava tanto da expressão que a tinha adotado como se fosse sua. Eu me orgulhava da coalizão que tínhamos conseguido reunir e da efetividade dos nossos esforços, mas não tinha prazer nas dificuldades sofridas pelo povo iraniano por causa da escolha de seus líderes de continuar desafiando a comunidade internacional. Fizemos todo esforço para garantir que as sanções não privassem o povo iraniano de comida, medicamentos e outros bens humanitários. E eu procurava oportunidades de enfatizar que a nossa briga era com o governo do Irã, não com os cidadãos, inclusive numa entrevista transmitida em farsi no programa *Parazit* da Voz da América, o equivalente iraniano de *The Daily Show*. O povo do Irã merecia um futuro melhor, mas ele não seria possível a menos que seus líderes mudassem de curso.

Com tudo isso, o Irã manteve uma atitude de desafio. Continuou a se ligar a novos planos terroristas ao redor do mundo, na Bulgária, na Geórgia e na Tailândia. Teerã trabalhava para minar governos vizinhos e incitava agitação do Bahrein ao Iêmen e além. Despejava dinheiro e armas na Síria para apoiar seu aliado Bashar al-Assad e sua brutal repressão contra o povo sírio. Acabou enviando instrutores da sua Guarda Revolucionária e combatentes do Hezbollah para respaldar Assad ainda mais. E, é claro, continuou a avançar seu programa nuclear em violação à resolução do Conselho de Segurança, recusando um envolvimento de boa-fé com o P5+1. Em público, o presidente Obama e eu ressaltamos que a janela para a diplomacia ainda estava aberta, mas não permaneceria assim para sempre. Em particular, mantínhamos alguma esperança de que o canal de Omã em última análise produziria algum progresso. Quanto mais pressão fazíamos e quanto mais a economia iraniana desabava, mais incentivo Teerã tinha para reconsiderar sua postura.

E foi exatamente isso que começou a acontecer perto do fim de 2012, justamente quando meu tempo no Departamento de Estado começou a chegar ao fim. A economia do Irã, sua posição regional e reputação internacional estavam em frangalhos. O segundo mandato do presidente Ahmadinejad foi um desastre, e sua posição política interna ruiu, junto com sua relação, que já fora estreita, com o líder supremo e outros clérigos e conservadores poderosos, que eram quem realmente manuseava os fios do poder no Irã. Nesse meio-tempo, os omanianos indicavam que os iranianos por fim estavam se aprontando para seguir adiante nas tão esperadas conversas secretas. Queriam enviar um vice-ministro das Relações Exteriores para encontrar-se com meu vice Bill Burns em Mascate. Nós concordamos.

Em março de 2013, algumas semanas antes do fim do meu mandato como secretária, Bill e Jake voltaram a Omã para ver o que aquela nova abertura poderia produzir. A resposta ainda foi decepcionante. Os iranianos pareciam estar se debatendo com o que fazer. Alguns elementos do governo eram claramente a favor de um envolvimento sério, mas outras forças poderosas emperravam as negociações. Mais uma vez nossa equipe voltou para casa com a impressão de que o momento ainda não estava maduro para um avanço.

Os acontecimentos mais uma vez intervieram. Naquela primavera, o Irã preparou-se para novas eleições para substituir Ahmadinejad na presidência. Era difícil acreditar que já haviam se passado quatro anos desde que protestos maciços tinham enchido as ruas de Teerã após a eleição anterior. Desde então, o regime fora impiedoso em empurrar a oposição política para a

clandestinidade e eliminar dissidências. Fiéis a esse histórico, as autoridades passaram um pente-fino em todos os candidatos de 2013, desqualificando qualquer um que não fosse considerado conservador ou leal o suficiente. Chegaram a barrar Ali Akbar Hashemi Rafsanjani, um dos líderes da revolução de 1979, ex-presidente e clérigo influente, porque era percebido como uma ameaça ao regime. Os oito candidatos que passaram pelo crivo tinham todos laços estreitos com o líder supremo e sólidas credenciais no regime. Em suma, os poderes no Irã estavam jogando da maneira mais segura possível.

Saeed Jalili, o dogmático negociador nuclear do país, era visto como a escolha preferida do aiatolá e portanto o presumido líder da corrida. Sua campanha era calcada em lemas vazios como "desenvolvimento islâmico", e ele evitava falar muito sobre a economia fracassada ou questionar a desastrosa política externa do Irã. Em meio à população, parecia haver pouco interesse ou animação pela eleição, o que era o objetivo do regime, mas não era difícil achar frustração. A mídia ocidental citou um homem de quarenta anos, dono de uma oficina mecânica nos arredores de Qom, a cidade com a usina nuclear secreta desmascarada em 2009, resmungando sobre a economia: "Eu adoro o islã, mas como resolvemos 100% de inflação? Vou votar em qualquer um que tenha um bom plano, mas até agora não vi nenhum candidato com ideias claras sobre o futuro".

Então, nos dias finais antes da eleição de junho, algo extraordinário aconteceu. No meio da eleição cuidadosamente orquestrada pelo regime, essas frustrações explodiram em público, e as contradições e os fracassos das políticas do regime estavam repentinamente sendo questionados diante de todo o país. Num explosivo debate em rede nacional, os oponentes de Jalili o atacaram agressivamente pela sua má condução da política nuclear do país e pelo terrível preço que recaíra sobre a economia. "Ser conservador não significa ser teimoso e inflexível", disse Ali-Akbar Velayati, um ex-ministro das Relações Exteriores com reputação de linha-dura. "Não podemos esperar tudo e não dar nada", acrescentou Mohsen Rezaei, um ex-comandante sênior da Guarda Revolucionária Islâmica, questionando o mantra da resistência contra o mundo. "Você quer dizer que temos de resistir e manter o povo faminto?", perguntou ele. Jalili tentou defender sua irascibilidade nas conversas mais recentes do P5+1 — "Eles queriam trocar uma joia por um doce", protestou — e invocou o líder supremo em sua defesa. Porém isso não interrompeu os ataques. Hassan Rouhani, ele próprio um ex-negociador nuclear importante e a pessoa mais próxima de um moderado na corrida presidencial, por causa de seu discurso de "interação construtiva com o mundo", atacou violentamente Jalili por permitir que o Irã fosse sancionado no Conselho de Segurança da ONU. "Todos os nossos problemas provêm disso", declarou. "É bom ter centrífugas girando, contanto que a vida e o sustento do povo também estejam funcionando." Os iranianos que assistiam àquilo em casa devem ter ficado em estado de choque. Raramente lhes fora permitido presenciar um debate como aquele antes.

No dia da eleição, em junho de 2013, os iranianos compareceram em números surpreendentemente grandes e elegeram Rouhani por enorme maioria. Dessa vez não haveria tentativa de reverter os resultados ou fraudar a eleição. Multidões se juntaram nas ruas pedindo reformas. Rouhani assumiu a presidência em agosto e imediatamente começou a fazer declarações conciliatórias à comunidade internacional e chegou a tuitar bons votos para o Rosh Hashaná, o Ano-Novo judaico.

Eu era então uma cidadã comum, mas assistia a tudo isso com grande interesse e uma saudável dose de ceticismo. O líder supremo ainda detinha todo o poder real, especialmente quando se tratava do programa nuclear e de política externa. Ele permitira a eleição de Rouhani e até aqui estava tolerando todo esse discurso de um novo rumo, chegando mesmo a defender o

presidente contra ataques de linhas duras irrequietos, tudo isso talvez significando que ele entendia o quanto as políticas do regime tinham se tornado insustentáveis, mas ainda não havia razão para acreditar que ele fundamentalmente decidira mudar de curso em qualquer uma das questões essenciais no coração da beligerância iraniana em relação à região e a grande parte do mundo.

Porém nos bastidores, após a eleição de Rouhani, o canal de Omã estava ficando quente. O sultão foi o primeiro líder estrangeiro a visitar Rouhani em Teerã. O presidente Obama enviou outra carta e dessa vez recebeu uma resposta positiva. Em Mascate, Bill e Jake, que agora era conselheiro de Segurança Nacional do vice-presidente Biden, retomaram encontros com autoridades iranianas, que finalmente receberam dos escalões mais altos carta branca para negociar. Manter o mais estrito sigilo era mais importante que nunca, para preservar a frágil credibilidade de Rouhani no seu país. Os esboços de um acordo preliminar começaram a tomar forma com relativa rapidez. O Irã interromperia os avanços do seu programa nuclear e permitiria novas inspeções por seis meses em troca de um modesto alívio nas sanções. Isso abriria uma janela para negociações intensas que abordassem as preocupações da comunidade internacional e solucionassem todas as questões excepcionais. A subsecretária de Estado para Assuntos Políticos, Wendy Sherman, uma negociadora experiente e a primeira mulher a ocupar essa posição, juntou-se às discussões em Omã e ajudou a determinar os detalhes.

A equipe também discutiu a possibilidade de um encontro histórico cara a cara entre o presidente Obama e Rouhani em Nova York durante a Assembleia Geral da ONU em fins de setembro. No último minuto, porém, os iranianos desistiram do encontro, um indício de que as divisões e apreensões dentro do regime continuavam. Entretanto, os dois líderes falaram, sim, ao telefone — enquanto a limusine de Rouhani o levava para o aeroporto para pegar o voo de volta para casa. Foi a primeira conversa entre presidentes dos dois países desde 1979. Meu sucessor, o secretário Kerry, encontrou-se com o novo ministro das Relações Exteriores iraniano, Javad Zarif, e a administração começou a informar aliados-chave sobre o progresso nas conversas secretas. O primeiro-ministro israelense Netanyahu advertiu num discurso na ONU que Rouhani era um “lobo em pele de cordeiro”.

Em outubro, o canal secreto de Omã começou a se fundir com o processo oficial do P5+1 em Genebra que Wendy Sherman vinha liderando pelos Estados Unidos. Bill e Jake participaram, mas tomaram elaborados cuidados para permanecer fora das vistas da imprensa, inclusive ficando em hotéis diferentes e entrando e saindo por entradas de serviço.

Em novembro, o secretário Kerry viajou para Genebra duas vezes, na esperança de empurrar as negociações até a linha de chegada. Ainda havia grandes preocupações para resolver: o Irã deveria parar com o enriquecimento de urânio, ou teria permissão de enriquecê-lo até um nível bem abaixo do necessário para uma bomba? Para Rouhani, manter um nível de enriquecimento mesmo baixo proporcionava-lhe uma importante cobertura política, mas os israelenses e outros achavam que tal concessão abriria um precedente perigoso. Depois, havia a questão de quanto aliviar as sanções. Mais uma vez, havia aqueles contrários a ceder qualquer coisa, a não ser que o Irã desse passos irreversíveis e verificáveis para desmantelar seu programa nuclear. Bibi escarnecia, dizendo que o P5+1 estava preparando-se para oferecer ao Irã o “acordo do século” numa bandeja de prata.

Kerry e Wendy continuaram indo em frente com o apoio do presidente Obama e, junto com os nossos parceiros, conseguiram elaborar um compromisso. O Irã concordava em eliminar seu estoque de urânio de alto enriquecimento e continuar enriquecendo apenas a 5% (muito abaixo do grau para armamentos); manter milhares de centrífugas desligadas, inclusive todas as da

próxima geração; permitir inspeções intrusivas; e parar de trabalhar em novas instalações, inclusive num reator de plutônio. Em troca, a comunidade internacional proveria vários bilhões de dólares em forma de alívio de sanções, principalmente de ativos iranianos anteriormente congelados. Da Casa Branca, o presidente Obama saudou o acordo como "um importante primeiro passo para uma solução abrangente" e o creditou a anos de paciente diplomacia e pressão.

Quando assumimos nosso mandato em 2009, a comunidade internacional estava fraturada, a diplomacia encalhada e os iranianos marchavam firmemente para uma arma nuclear. Nossa estratégia de vias paralelas, envolvimento e pressão, reverteu essas tendências, uniu o mundo e finalmente forçou o Irã a retornar à mesa de negociações. Eu me mantive cética quanto à possibilidade de os iranianos chegarem a um acordo final abrangente; tinha enfrentado esperanças falsas demais que foram frustradas no decorrer dos anos para ficar por fim muito otimista, mas essa era a evolução de acontecimentos mais promissora num longo tempo, e valia a pena testá-la para ver o que se poderia conseguir.

Embora tivesse levado cinco anos para chegar a esse primeiro acordo, o trabalho mais complicado ainda estava pela frente. Todas as questões difíceis que haviam atormentado as relações do Irã com a comunidade internacional ainda estavam por resolver. E mesmo que a questão nuclear estivesse resolvida satisfatoriamente por um acordo possível de ser posto em vigor, o apoio do Irã ao terrorismo e seu comportamento agressivo na região continuariam sendo uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos e dos nossos aliados.

Os líderes do Irã — e seu líder supremo em particular — confrontam-se com escolhas reais relativas ao futuro. Na época da Revolução Iraniana, em 1979, a economia do país era quase 40% maior que a da Turquia; em 2014, essa proporção era inversa. Será que o programa nuclear do país justifica empobrecer uma civilização ilustre e deixar na miséria um povo orgulhoso? Se o Irã tivesse amanhã uma arma nuclear, será que isso criaria um único emprego a mais para um país onde milhões de jovens estão fora do mercado de trabalho? Enviaria mais iranianos à faculdade ou reconstruiria estradas e portos ainda arrasados pela guerra com o Iraque há mais de uma geração? Quando os iranianos olham para o exterior, preferem ser como a Coreia do Norte ou a Coreia do Sul?

19

Síria: Um problema traiçoeiro

“A história é um juiz sóbrio — e nos julgará a todos com severidade se nos mostrarmos incapazes de tomarmos hoje o rumo certo”, disse Kofi Annan ao olhar em torno da mesa para os ministros que haviam atendido ao seu convite de ir ao Palais des Nations em Genebra no fim de junho de 2012, na esperança de resolver a sangrenta guerra civil na Síria.

Kofi havia passado pela sua cota de negociações diplomáticas difíceis. Como sétimo secretário-geral das Nações Unidas de 1997 a 2006, o ganense de fala macia tinha ganhado o Prêmio Nobel da Paz. “Coletivamente, vocês têm o potencial de exercer um extraordinário poder e mudar o rumo dessa crise”, nos disse ele. “Estando aqui hoje, vocês afirmam a intenção de demonstrar liderança.” Contudo, como Kofi bem sabia, a opinião na sala estava profundamente dividida acerca do tipo de liderança que de fato se fazia necessária.

A crise começou no início de 2011, quando cidadãos sírios, inspirados pelos protestos pacíficos bem-sucedidos na Tunísia e no Egito, tomaram as ruas para se manifestar contra o regime autoritário de Bashar al-Assad. Como na Líbia, forças de segurança responderam com violência excessiva e detenções em massa, o que por sua vez acabou levando alguns sírios a pegar em armas para se defender e, por fim, tentar derrubar Assad. Entretanto, era uma briga desigual, e em junho de 2011 o regime tinha matado cerca de 1.300 pessoas, inclusive crianças. (No início de 2014, as estimativas apontavam o total de mortos em mais de 15 mil, mas esse número provavelmente é baixo demais.)

No começo de 2010, cerca de um ano antes de se iniciar o turbilhão na Síria, recomendei ao presidente que nomeasse Robert Ford, um diplomata experiente que havia servido no Oriente Médio, mais recentemente no Iraque, como primeiro embaixador americano na Síria em mais de cinco anos. Não era uma decisão fácil. Os Estados Unidos tinham retirado nosso embaixador para sinalizar seu descontentamento com o regime sírio, e trazê-lo de volta poderia ser interpretado como um endosso a Assad, mas pensei na época, e continuo acreditando agora, que geralmente nos ajuda mais ter um embaixador no local, mesmo em regimes aos quais nos opomos fortemente, para mandar mensagens e servir como nossos olhos e ouvidos.

O presidente Obama concordou com a minha recomendação e nomeou Robert em fevereiro de 2010. Ele foi retido pelo Senado por causa de oposição, não a ele pessoalmente (suas credenciais eram estelares), mas à ideia de enviar um embaixador à Síria. Logo depois do Natal, o presidente usou sua autoridade constitucional de fazer nomeações durante o recesso parlamentar para pôr Robert na função. Ele chegou a Damasco em janeiro de 2011, bem a tempo de se instalar antes de as manifestações começarem. Os protestos aumentaram em março, e forças de segurança abriram fogo matando manifestantes em Daraa. Assad pôs o Exército em ação. Forças governamentais sitiaram Daraa no fim de abril, colocando tanques nas ruas e fazendo varreduras de casa em casa.

Os Estados Unidos condenaram categoricamente toda violência contra civis. Como resultado, o embaixador Ford e a nossa equipe da embaixada enfrentaram ameaças e assédio, inclusive incidentes sérios em julho de 2011, quando manifestantes pró-governo invadiram o complexo da embaixada, quebraram janelas, fizeram pichações e atacaram a residência de

Robert.

Apesar do perigo, Robert foi a Hama, cena do infame massacre de 1982, para se encontrar com manifestantes e expressar a solidariedade americana com aqueles que clamavam por reformas democráticas. Quando o carro de Robert entrou na cidade, moradores cobriram o veículo de flores. Ele visitou um hospital, onde pessoas feridas pelas forças de segurança sírias estavam sendo tratadas, e tentou saber mais sobre os protestos, quais eram seus objetivos e como estabelecer contato contínuo com os manifestantes. Essa visita estabeleceu o status de Robert como nosso principal representante trabalhando com a oposição. Muitos dos mesmos senadores que haviam bloqueado a sua confirmação ficaram tão impressionados com sua coragem e sua inteligência que votaram para mantê-lo no cargo no começo de outubro. Esse foi outro exemplo de um diplomata experiente que assumiu os riscos de sair dos muros da embaixada para cumprir o seu dever.

A despeito do clamor internacional em relação à violência na Síria, Rússia e China vetaram uma resolução modesta no Conselho de Segurança da ONU em outubro de 2011, uma resolução que teria condenado a violação aos direitos humanos por parte de Assad e exigido que protestos pacíficos tivessem permissão de continuar. A Rússia tinha vínculos políticos antigos com a Síria, que datavam da época da Guerra Fria, inclusive uma importante base naval na costa mediterrânea do país, e havia laços religiosos entre os cristãos ortodoxos sírios e a Igreja ortodoxa russa. A Rússia estava determinada a manter sua influência e apoiou com firmeza o regime de Assad.

Bashar al-Assad é filho de Hafez al-Assad, que assumiu o controle da Síria em 1970 e serviu como seu chefe por trinta anos até sua morte, em junho de 2000. Oftalmologista formado, Bashar foi preparado como sucessor do pai só depois que seu irmão mais velho morreu num acidente de carro em 1994, e assumiu a presidência logo após a morte do pai. A esposa de Bashar, Asma, fizera carreira em bancos de investimento antes de se tornar primeira-dama. Um perfil do casal em 2005 dizia: “Eles pareciam a essência da fusão secular árabe-ocidental”. Porém, como notava o artigo, essa imagem era uma “miragem”, na medida em que as elevadas esperanças por um novo governante sírio se transformaram num “padrão de promessas vazias, oratória repulsiva e tática sanguinária”. Com a inquietação se espalhando pelo Oriente Médio, eram essas “promessas vazias” e esperanças não realizadas que motivavam muitos dos protestos do povo sírio.

Assad e sua claque de governo eram alauítas, uma seita xiita estreitamente alinhada com o Irã que governara a maioria sunita na Síria por décadas, remontando ao mandato francês após a Primeira Guerra Mundial. Os alauítas formavam 12% da população do país. Os rebeldes eram predominantemente sunitas, que constituíam mais de 70% da população, enquanto os curdos representavam 9%. Outros 10% dos sírios são cristãos, e aproximadamente 3% são drusos, uma seita originária do islamismo xiita com elementos de cristianismo, judaísmo e outras crenças. À medida que se desdobrava a crise, um dos maiores desafios que enfrentávamos era ajudar a oposição a se unir apesar das muitas linhas religiosas, geográficas e ideológicas do país.

Em outubro de 2011, a Liga Árabe exigiu um cessar-fogo na Síria e conclamou o regime de Assad a retirar suas tropas das principais cidades, libertar prisioneiros políticos, garantir acesso a jornalistas e ao pessoal da ajuda humanitária e dar início a um diálogo com os manifestantes. Países árabes predominantemente sunitas, especialmente a Arábia Saudita e outros Estados do Golfo, apoiavam os rebeldes e queriam Assad fora do governo. Sob pressão dos vizinhos, Assad concordou nominalmente com o plano da Liga Árabe, mas depois, quase imediatamente, o desrespeitou. Nos dias seguintes as forças do regime continuaram a matar manifestantes. Em resposta, a Liga Árabe suspendeu a participação da Síria como membro.

Em dezembro, a Liga Árabe fez nova tentativa. Como antes, Assad concordou com o plano. Dessa vez, porém, monitores árabes foram enviados às cidades sírias destruídas por batalhas. Infelizmente, mesmo a presença de uma equipe de monitores internacionais pouco fez para acalmar a violência, e mais uma vez logo ficou claro que Assad não tinha intenção de cumprir sua palavra. No fim de janeiro de 2012, a Liga Árabe, frustrada, retirou seus observadores e pediu ao Conselho de Segurança da ONU que apoiasse sua proposta para uma transição política na Síria, que exigiria de Assad entregar o poder ao vice-presidente e estabelecer um governo de unidade nacional.

Àquela altura o Exército do regime estava usando tanques para bombardear subúrbios residenciais de Damasco. A determinação dos rebeldes de resistir a todo custo estava endurecendo; alguns radicalizavam, e extremistas se uniam à luta. Grupos jihadistas, inclusive alguns com vínculos com a Al-Qaeda, começaram a tentar explorar o conflito para realizar suas próprias agendas. Refugiados rumavam em grandes números pelas fronteiras da Síria para a Jordânia, Turquia e Líbano. (Já em 2014, havia mais de 2,5 milhões de refugiados do conflito sírio.)

No fim de janeiro de 2012, participei de uma sessão especial do Conselho de Segurança em Nova York para ouvir o relatório da Liga Árabe e discutir como reagir. “Todos nós temos uma escolha”, disse eu ao Conselho. “Permanecer ao lado do povo da Síria e da região ou ser cúmplices da contínua violência ali.”

Uma nova resolução apoiando o plano de paz da Liga Árabe enfrentou os mesmos problemas que as tentativas anteriores. Os russos opunham-se implacavelmente a qualquer coisa que pudesse constituir pressão sobre Assad. No ano anterior, tinham se abstido na votação para autorizar uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia e tomar “todas as medidas necessárias” para proteger civis, depois se irritaram quando a missão liderada pela OTAN para proteger civis acelerou a queda de Kadafi. Agora, com a Síria mergulhada no caos, estavam determinados a impedir outra intervenção ocidental. Para eles, o regime de Assad era importante demais do ponto de vista estratégico. A Líbia era “uma falsa analogia”, argumentei em Nova York. A resolução não impunha sanções nem apoiava o uso de força militar, concentrando-se apenas na necessidade de uma transição política pacífica. Ainda assim, os russos não aceitaram nada.

Falei com o ministro das Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov, do meu avião a caminho da Conferência de Segurança em Munique, depois encontrei-me com ele pessoalmente. Disse-lhe que precisávamos de uma mensagem unificada da comunidade internacional. Moscou queria que a resolução fosse mais dura para os rebeldes do que para o regime. Lavrov me pressionou sobre o que aconteceria se Assad se recusasse a aceitar. Seria o próximo passo uma intervenção no estilo da Líbia? Não, respondi. O plano era usar essa resolução para pressionar Assad a negociar. “Ele só vai entender o recado quando o Conselho de Segurança falar com uma só voz. Já fomos bem longe esclarecendo que esse não é o cenário da Líbia. Não há nenhum tipo de autorização para uso de força ou intervenção ou ação militar.”

A retórica russa sobre manutenção da soberania e oposição a uma intervenção estrangeira soava particularmente vazia, tendo em vista sua trajetória passada em outros lugares. Em 2008 e 2014, Putin não hesitou em mandar tropas para invadir a Geórgia e a Ucrânia, violando a soberania desses países simplesmente porque convinha aos seus interesses.

Enquanto Lavrov e eu conversávamos em Munique, houve uma onda de violência na Síria. Forças do regime alvejaram Homs, a terceira maior cidade do país e um dos berços da rebelião, com uma barragem de bombas que matou centenas de pessoas. Foi o dia mais sangrento do conflito até então.

Eu disse a Lavrov que cada palavra da resolução em Nova York tinha sido meticulosamente discutida. Havíamos feito concessões, mantendo ao mesmo tempo um mínimo do que esperávamos que pudesse pôr um fim à violência e dar início a uma transição. Por fim era hora de votar. A resolução entraria em pauta naquele dia.

"Mas qual é o fim desse jogo?", indagou Lavrov. Sentada lá em Munique, eu não podia prever cada passo seguinte, e sabia que seria um erro minimizar os desafios que os sírios enfrentariam depois de Assad, mas tinha certeza de uma coisa: se não começássemos um processo de paz, o fim do jogo seria realmente sombrio. Haveria mais derramamento de sangue, endurecendo a oposição daqueles cujas famílias estavam sendo brutalizadas e cujos lares estavam sendo bombardeados, e a probabilidade maior de uma guerra civil total atrairia extremistas, possivelmente resultando num Estado falido, com diferentes áreas do país controladas por facções que guerreavam entre si, inclusive grupos terroristas. Cada dia a mais de repressão e violência dificultava mais aos sírios reconciliar-se e reconstruir o país, aumentando o risco de instabilidade e conflitos sectários que se espalhariam a partir da Síria para toda a região.

Algumas horas depois da minha reunião com Lavrov, o Conselho de Segurança reuniu-se e pôs a resolução em votação. Compareci diante da imprensa em Munique, dizendo: "Somos a favor da paz e da segurança e de um futuro democrático, ou vamos ser cúmplices de violência e derramamento de sangue contínuos? Sei onde os Estados Unidos se encaixam, e logo descobriremos onde se coloca cada outro membro do Conselho de Segurança". Mesmo depois do dia mais sangrento na Síria, Rússia e China usaram seu poder de veto para impedir o mundo de condenar a violência. Bloquear aquela resolução era assumir a responsabilidade pelos horrores em curso. Foi, como eu diria depois, desprezível.

Conforme o previsto, a situação só piorou. A ONU e a Liga Árabe nomearam Kofi Annan como seu enviado especial conjunto para a Síria no fim de fevereiro. Sua função era convencer o regime, os rebeldes e seus respectivos apoiadores estrangeiros a concordar com uma resolução política para o conflito.

Para apoiar essa nova via diplomática, ajudei a organizar uma reunião de países de mesma opinião para considerarmos outros caminhos que aumentassem a pressão sobre o regime e provessem ajuda humanitária aos civis que sofriam, uma vez que a nossa primeira opção estava bloqueada na ONU. Nós apoiávamos a diplomacia, mas não íamos simplesmente ficar sentados esperando por ela. A lista dos que se sentiam compelidos a agir continuava aumentando, e nós, em última análise, conseguimos reunir mais de sessenta nações na Tunísia no fim de fevereiro, para um encontro que ficou conhecido como os Amigos do Povo Sírio. Formamos um grupo de trabalho para sanções que cortassem o acesso de Assad a verbas (embora russos e iranianos tenham sido bastante eficazes em reabastecer seus cofres), comprometemo-nos a mandar suprimentos de emergência aos refugiados que fugiam da violência e aumentamos o treinamento de líderes de oposição civis sírios.

Nos bastidores, houve muito falatório em Túnis sobre fornecimento de armas aos rebeldes para começar a equilibrar as forças contra o Exército do regime e os russos e iranianos que lhe davam apoio. Nossos parceiros no Golfo estavam assistindo pela Al Jazeera a rebeldes e civis sunitas sendo massacrados, e iam ficando cada vez mais impacientes. O ministro das Relações Exteriores saudita, príncipe Saud al-Faisal, disse que fornecer armas era uma "excelente ideia". Eu compreendia sua frustração com a forma como as coisas estavam se desenrolando e o desejo de alterar o equilíbrio militar no terreno, mas havia também motivos para ter cautela em relação a militarizar a situação e acelerar a espiral para uma guerra civil em escala total. Uma vez que entrassem armas no país, seriam difíceis de controlar e poderiam facilmente cair nas mãos de

extremistas.

Os apoiadores de Assad não tinham essa preocupação. As tropas iranianas da Guarda Revolucionária e sua elite paramilitar, a Força Quds, já estavam na Síria dando apoio a Assad e à força síria. Os iranianos estavam desempenhando um papel-chave como consultores, acompanhando tropas sírias em campo e ajudando o regime a organizar suas próprias forças paramilitares. Seguidores do Hezbollah, os representantes do Irã no Líbano, também aderiram à luta em nome do regime sírio. A presença combinada iranianos-Hezbollah foi crítica para o regime agarrar-se ao poder.

Perguntei ao príncipe Saud se ele achava que Assad cooperaria com um plano para terminar com a violência e começar uma transição política, caso conseguíssemos convencer os russos a concordar. Ele achava que não, respondeu, porque a família Assad jamais lhe permitiria isso. Comandado por sua mãe, ele estava sob pressão constante para sustentar a posição da família e seguir o exemplo brutal do pai de como reprimir uma insurreição. Era uma referência a quando Hafez al-Assad destruiu de maneira infame a cidade de Hama em 1982, em retaliação a outro levante.

Em Riad, no fim de março, encontrei-me com o príncipe Saud e o rei Abdullah, e participei da primeira reunião de uma nova parceria estratégica entre os Estados Unidos e todos os seis países do Golfo. Grande parte do foco recaiu na ameaça do Irã, mas também discutimos a necessidade de fazer mais para apoiar os rebeldes na Síria. Tarde da noite, viajei a Istambul, onde me reuni com representantes de Turquia, Arábia Saudita, Emirados e Catar, e ouvi as mesmas mensagens sobre a necessidade de armar os rebeldes.

Eu estava numa posição difícil. De um lado, os Estados Unidos não estavam preparados para aderir aos esforços de armar os rebeldes, mas também não queríamos fraturar a coalizão anti-Assad ou perder influência junto aos países árabes. “Alguns serão capazes de fazer certas coisas, outros farão outras”, disse eu em Riad com extremo cuidado. “Então, quando falamos em ajuda, estamos falando de um amplo espectro de ajuda. Nem todo país fará a mesma coisa.” Era o mais perto que eu podia chegar para reconhecer publicamente o que era *fait accompli*: alguns países aumentariam seus esforços para fornecer armas, outros se concentrariam nas necessidades humanitárias. (Em abril de 2014, os Estados Unidos já tinham empenhado mais de 1,7 bilhão de dólares em ajuda humanitária, tornando-se o maior doador para refugiados sírios.)

Março de 2012 marcou o primeiro aniversário da rebelião na Síria, e a ONU estimava que as mortes àquela altura eram mais de 8 mil. Kofi Annan reunia-se metodicamente com todos os atores, inclusive o próprio Assad, tentando costurar um acordo diplomático e encerrar o conflito antes que o número de vítimas aumentasse ainda mais. No meio do mês, ele revelou um plano de seis pontos. Era semelhante ao que a Liga Árabe tentara antes no mesmo ano. Kofi instava o regime de Assad a recuar suas forças militares, silenciar as armas pesadas, permitir manifestações pacíficas e o acesso de ajuda humanitária e jornalistas e começar uma transição política que atendesse às aspirações e preocupações legítimas do povo sírio. Num esforço para ganhar a concordância russa, propus ao Conselho de Segurança da ONU ratificar seu plano numa “declaração” menos pesada que uma resolução absoluta. Isso ajudou a tranquilizar Moscou de que ela não seria usada como base legal para uma posterior intervenção militar. As potências ocidentais acompanharam, porque isso finalmente significava botar o Conselho de Segurança em cena. Na declaração, o Conselho pedia um cessar-fogo e indicava Kofi Annan para “facilitar uma transição política comandada pelos sírios para um sistema democrático plural [...] inclusive o início de um diálogo político abrangente entre o governo sírio e todo o espectro da oposição síria”.

Após aceitar a declaração, a Rússia convenceu Assad a acatar os termos de Kofi, o que ele fez no fim de março. Nós já víramos o quanto a sua palavra significava, de modo que ninguém estava contando com um real cessar-fogo. À medida que se aproximava o prazo final de 10 de abril, a violência não mostrava sinais de diminuir. As forças militares sírias chegaram a abrir fogo na Turquia e no Líbano, o que acordou o fantasma de um conflito regional mais amplo, mas depois as coisas se tranquilizaram em certa medida. O cessar-fogo nunca foi total nem abrangente, mas houve uma trégua. Como a Liga Árabe já havia feito, a ONU despachou equipes de observadores para monitorar as condições no terreno.

Mais uma vez, apesar das suas garantias, Assad jamais deu passos dignos de crédito para implementar o resto do plano de Kofi, e o frágil cessar-fogo logo começou a se desmanchar. Cerca de um mês depois, Kofi reportou "sérias violações", e no fim de maio houve um massacre de mais de cem aldeões em Houla, mais da metade deles crianças. Rússia e China continuavam a impedir o Conselho de Segurança de obrigar a aceitação do plano de seis pontos ou agregar consequências pelas violências. Parecia então que o seu assentimento anterior fora pouco mais que uma encenação destinada a aliviar a condenação internacional.

Comecei a encorajar Kofi a dar mais um passo. Talvez ele devesse organizar uma conferência internacional que visasse um planejamento de transição. Sem progresso diplomático adicional, o esfarrapado cessar-fogo ruiria completamente, e nós voltaríamos à estaca zero. Nas primeiras semanas de junho, Kofi me visitou em Washington, e nos falamos frequentemente por telefone enquanto ele se deslocava entre Moscou, Teerã, Damasco e outras capitais da região. Ele concordou que era hora de dar os passos diplomáticos seguintes e começou a formular planos para uma reunião de cúpula no fim de junho.

Em meados de junho, a violência crescente forçou a ONU a suspender suas patrulhas de observação. Acompanhei o presidente Obama à reunião do G-20 em Los Cabos, México, onde nos reunimos com o presidente russo Putin por cerca de duas horas. O principal tópico de discussão foi a Síria.

O presidente Obama delineou a nossa posição: ou a comunidade internacional se sentaria na beira do campo e assistiria a Síria ser dilacerada por uma guerra civil e fiducicária, com todas as consequências negativas à estabilidade regional, ou a Rússia poderia usar sua influência para incentivar uma solução política viável. Putin alegou que não tinha nenhum amor especial por Assad, que estava causando uma boa dor de cabeça a Moscou, e também asseverou que não tinha nenhuma influência real em Damasco. Creio que ele se identificava pessoalmente com os desafios de oposição interna enfrentados por Assad, e advertiu sobre a crescente ameaça de extremistas dentro da oposição, observando o quanto foram desordenadas as transições na Líbia, no Egito e, é claro, no Iraque.

Todas essas eram racionalizações convenientes para bloquear a ação e ao mesmo tempo continuar a suprir Assad com dinheiro e armas. Mesmo que eu de fato não confiasse em palavras ou atos da Rússia, sabia que não tínhamos alternativa a não ser esgotar toda opção diplomática. "Volte para os russos e diga que a sua equipe vai elaborar um plano de transição, e a Rússia pode fazer parte da discussão ou ser deixada de lado", aconselhei Kofi após a reunião com Putin. À medida que se aproximava a data da sua conferência proposta em Genebra, trabalhei estreitamente com Kofi para desenvolver a linguagem específica que esperávamos que pudesse conseguir consenso. Num artigo revelador de opinião no *Washington Post*, ele deixava claras suas expectativas. Queria que os vizinhos da Síria e as maiores potências mundiais "se comprometessem a atuar em uníssono para pôr fim ao derramamento de sangue e implementar o plano de seis pontos, evitando maior militarização do conflito". E acrescentava: "Espero que

todos os que comparecerem à reunião de sábado concordem que um processo de transição comandado por sírios deve ser conseguido de acordo com princípios e diretrizes claras".

Na véspera do início da cúpula, insisti que Kofi se mantivesse fiel aos princípios que propunha: "Compreendo um ajuste aqui, uma clarificação ali. Posso conviver com isso. Porém a ideia central que precisa sair da reunião é que a comunidade internacional, incluindo Rússia e China, está unida por uma transição política que garanta um futuro democrático. Isso é sacrossanto. Os detalhes podem ser discutidos e modificados, mas temos de manter a essência". Kofi achava que, no final, os russos subiriam a bordo. "Eles dizem que podem ocorrer mudanças, mas que precisam vir de forma ordenada", me disse ele. Eu não estava tão otimista, mas concordei que precisávamos tentar.

Cheguei a Genebra pouco depois da uma da manhã do dia 30 de junho, num voo que partiu da Rússia, onde participara de uma conferência econômica das nações da Ásia-Pacífico. Durante um longo jantar em São Petersburgo, pressionei Lavrov sobre a necessidade de apoiar os esforços de Kofi e dar um fim ao conflito. Eu sabia que os russos jamais se sentiriam à vontade pedindo explicitamente que Assad deixasse o poder, mas, com a nossa ajuda, Kofi tinha elaborado uma solução elegante. Ele propunha que fosse estabelecido um governo de transição unificado, com pleno exercício do poder executivo, que seria amplamente inclusivo, mas excluiria "aqueles cujas contínuas presença e participação minassem a credibilidade da transição e colocassem em risco a estabilidade e a reconciliação". Era o código para excluir Assad. Os russos queriam palavras que passassem por cima da diferença entre nós (Assad precisa sair) e eles (não vamos forçá-lo a sair) e deixassem a decisão para os sírios.

Lavrov adotou uma linha dura. Alegou que a Rússia queria uma resolução política, mas não concordava com nada que pudesse tornar isso possível. Mostrei que, se fracassássemos em chegar a um acordo no dia seguinte em Genebra sobre a proposta de Kofi para uma transição ordenada, o esforço diplomático liderado pela ONU cairia por terra, os extremistas ganhariam terreno e haveria uma escalada do conflito. Os árabes e os iranianos introduziriam ainda mais armas. Tensões sectárias e um grande fluxo de refugiados desestabilizariam ainda mais os vizinhos da Síria, especialmente o Líbano e a Jordânia. Eu ainda acreditava que o regime de Assad acabaria por cair, mas levaria consigo muito mais do Estado sírio e da região. Tal cenário não serviria aos interesses da Rússia nem preservaria sua influência. Porém Lavrov não estava disposto a ceder. Ao embarcar no meu avião para a Suíça, eu sabia que precisávamos continuar pressionando os russos e trabalhando para unir a todos com um texto.

Em Genebra reuni-me primeiramente com os ministros das Relações Exteriores britânico, William Hague, e francês, Laurent Fabius, para fazer um balanço do que queríamos conseguir na conferência. Hague e eu conversamos então com Hamad bin Jassim do Catar e com o ministro das Relações Exteriores da Turquia Davutoğlu, que nos forçou a considerar o apoio aos rebeldes com ajuda militar, independentemente do resultado em Genebra. Eles sabiam que Estados Unidos e Grã-Bretanha não estavam dispostos a isso, mas mesmo assim queriam ser ouvidos.

O secretário-geral da ONU Ban Ki-moon presidiu a sessão de abertura do encontro do que chamou (otimistamente) de Grupo de Ação sobre a Síria com ministros das Relações Exteriores dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, junto com Turquia, Iraque, Kuwait, Catar e União Europeia. Nem Irã nem Arábia Saudita foram convidados.

No início da reunião, Kofi delineou seus objetivos: "Estamos aqui para entrar num acordo sobre diretrizes e princípios para uma transição política comandada pelos sírios que atenda às aspirações legítimas do povo sírio. E estamos aqui para entrar num acordo sobre medidas que cada um de nós deve tomar para transformar esses objetivos em realidade na área, inclusive

consequências por descumprimento". E apresentou um documento que continha a transição proposta.

Acolhi o plano de Kofi de pavimentar o caminho para uma transição democrática e "um futuro pós-Assad". Os Estados Unidos compartilhavam sua meta de uma Síria democrática e pluralista que defenderia o Estado de direito e os direitos universais de todo seu povo e de cada grupo, independentemente de etnia, seita ou gênero. Também concordamos que era importante manter a integridade do Estado sírio e de suas instituições, em especial grande parte da infraestrutura de segurança para impedir o tipo de caos que tínhamos visto no Iraque após a queda de Saddam Hussein e o desbaratamento do Exército e do governo iraquianos. Para um novo acordo ser efetivamente implementado, disse eu, seria necessária uma resolução do Conselho de Segurança da ONU "impondo consequências reais e imediatas por não cumprimento". Além disso, países com influência sobre as partes beligerantes teriam de pressioná-las a aceitar e apoiar a transição. Isso significava que a Rússia deveria usar sua influência junto ao regime, enquanto os árabes e o Ocidente fariam o mesmo com os rebeldes para fazer com que todos concordassem.

Nós preferíamos uma linguagem mais forte do que a que Kofi estava sugerindo em certos pontos (por exemplo, teríamos gostado de uma referência mais direta à saída de Assad), mas, no interesse da simplicidade e do consenso, concordamos em aceitar o documento como estava redigido e instamos todos os outros a fazer o mesmo.

A parte pública de uma reunião internacional como aquela segue um roteiro típico. Cada país e organização declara sua posição, e isso pode ser bastante enfadonho. A ação geralmente começa quando as câmeras saem. E foi o que aconteceu ali.

Deixamos o salão cerimonial e nos enfiamos numa enorme sala retangular com Kofi e Ban Ki-moon na cabeceira e os ministros, cada um com um único assessor, dispostos em cada lado de duas mesas frente a frente. As emoções estavam acaloradas; a certa altura os ministros berravam uns com os outros e chegaram a bater na mesa. Por fim, a comoção se acalmou, dando lugar a uma discussão contínua entre mim e Lavrov. Era aí que a coisa toda estava destinada a chegar.

Por fim, parecia que os russos poderiam aceitar um organismo de governo transitório, se conseguíssemos chegar à linguagem certa. Lavrov reclamou da frase de Kofi excluindo aqueles que "minassem a credibilidade da transição e colocassem em risco a estabilidade e a reconciliação". Sugeri uma nova formulação para quebrar o impasse. O organismo de governança transitório incluiria membros tanto do governo como da oposição, escolhidos "com base em consentimento mútuo". Finalmente os russos concordaram.

É fácil perder-se na semântica, mas as palavras constituem grande parte do trabalho diplomático, e eu sabia que elas definiriam a forma como o resto do mundo receberia o nosso acordo e como esse seria entendido na Síria. Sugeri um "consentimento mútuo" como saída porque, na prática, não havia como Assad passar naquele teste; a oposição jamais consentiria. Mantivemos a expressão "plenos poderes executivos" para descrever o mandato para o proposto organismo de governo transitório; isso significava que Assad e seus asseclas estariam despidos de sua autoridade. Para fortalecer o nosso caso, certifiquei-me de que o acordo pusesse explicitamente os serviços de segurança e inteligência sírios, juntamente com "todas as instituições governamentais", sob controle do organismo de governo transitório e pedi uma "liderança que inspire a confiança pública" (outro padrão a que Assad jamais corresponderia).

Insisti que a seguir deveríamos ir ao Conselho de Segurança para a aprovação do que se chamaria de resolução do Capítulo VII, que autorizaria sanções em caso de descumprimento. Lavrov não quis assumir esse compromisso, mas concordou em usar a influência da Rússia para

dar apoio a Kofi e seu plano e juntou-se a todos nós na assinatura sobre a linha tracejada do documento que havíamos negociado. Depois saímos todos para explicar nossa decisão ao mundo.

Quase imediatamente começaram os problemas. A imprensa não percebeu o intento e o significado pleno da expressão "consentimento mútuo" e interpretou-a como a admissão de que Assad podia permanecer no poder. O *New York Times* publicou uma reportagem sombria intitulada: "Conversações apresentam um plano para a Síria, não para a saída de Assad". Lavrov fez o melhor que pôde para alimentar essa interpretação. "Não há tentativa de impor qualquer tipo de processo de transição", declarou ele à imprensa. "Não há condições prévias de processo de transferência e nenhuma tentativa de excluir qualquer grupo do processo." Isso era tecnicamente verdade, mas flagrantemente enganador.

Kofi desconsiderou a manobra de Lavrov: "Duvido que os sírios — que têm lutado tanto por sua independência, para poderem dizer como são governados e quem os governa — elejam pessoas com sangue nas mãos para governá-los", disse ele. E eu o apoiei: "O que fizemos aqui foi erradicar a ficção de que [Assad] e aqueles com sangue nas mãos possam ficar no poder. O plano exige que o regime de Assad dê lugar a um novo organismo de governo transitório com plenos poderes de governança". Com o tempo, a oposição e os civis começaram a ver o Communiqué de Genebra pelo que realmente era: um projeto para a saída de Assad.

Foi um verão ruim para a Síria. Depois de assinar o acordo de Genebra, os russos recusaram-se em última instância a apoiar a resolução do Capítulo VII da Carta da ONU ou a exercer qualquer influência real sobre Assad. Embora decepcionante, esse comportamento não foi nenhuma surpresa.

Em agosto, Kofi renunciou, enojado. "Fiz o meu melhor, e às vezes o melhor nem sempre é suficiente", ele me disse. "Não sei o que mais você poderia ter feito, dada a intransigência dos russos no Conselho de Segurança", respondi. E completei: "Não consigo imaginar como poderíamos ter feito mais do que fizemos. Pelo menos em Genebra tínhamos uma estrutura, mas eles estavam simplesmente irredutíveis". Naquele meio-tempo, as vítimas na Síria subiram para dezenas de milhares, e a crise saiu ainda mais de controle.

Eu estava ficando cada vez mais frustrada, entretanto me mantive firme. Quando enfrentávamos o muro de pedra russo na ONU, eu continuava pressionando via caminhos que não passavam pela organização, fazendo mais reuniões com os Amigos do Povo Sírio, que então haviam se expandido para cerca de uma centena de países. O desafio era convencer todas as partes — Assad e seus apoiadores russos e iranianos de um lado, os rebeldes e os Estados árabes de outro — de que uma vitória militar decisiva era impossível e que deveriam se concentrar em chegar a uma solução diplomática. Isso exigiria uma grande dose de pressão cuidadosa e consistentemente aplicada. Os Estados Unidos e nossos parceiros impunham firme e constantemente sanções ao regime de Assad. Congelamos seus ativos, impusemos proibições de viagens e restringimos o comércio. A economia síria estava em queda livre, mas, com a Rússia e o Irã bancando o esforço de guerra de Assad, a luta não diminuía.

Assad continuou a aumentar o uso do poder aéreo e começou a disparar mísseis Scud para esmagar os rebeldes, o que matava ainda mais civis. A oposição, apesar dos esforços dos europeus, árabes e norte-americanos, continuava em desordem. Fornecemos aos rebeldes ajuda "não letal", como equipamentos de comunicação e rações, a partir de março de 2012, mas mantivemos a posição de não contribuir com armas e treinamento. Havia muitas vozes, particularmente da oposição síria, pedindo que os apoiássemos como havíamos apoiado os rebeldes líbios, mas a Síria não era a Líbia.

O regime de Assad estava muito mais entrincheirado do que o de Kadafi, com mais apoio

entre elementos-chave da população, mais aliados na região, um Exército de verdade e defesas aéreas muito mais robustas. Diferentemente da Líbia, onde o Conselho Nacional de Transição havia controlado grandes faixas de território no leste, inclusive Bengasi, a segunda maior cidade do país, a oposição na Síria era desorganizada e difusa. Lutava para manter território e se aglutinar em uma estrutura única de comando. E, é claro, havia outra diferença crucial: a Rússia bloqueava qualquer ação da ONU na Síria, em grande medida para impedir uma repetição da Líbia.

Nos primeiros dias dos combates, muitos presumiram que a queda de Assad era inevitável. Afinal, os líderes anteriores da Tunísia, do Egito, da Líbia e do Iêmen tinham caído. Era difícil imaginar que, depois de tanto derramamento de sangue e de sentir o gosto da liberdade, o povo sírio simplesmente se acalmaria e concordaria em aceitar novamente um governo ditatorial, mas então, no segundo ano da guerra civil, a permanência de Assad parecia cada vez mais possível, ainda que significasse rasgar a Síria em pedaços e fomentar uma destrutiva luta sectária. A Síria poderia estar condenada a longo e sangrento impasse. Ou podia se tornar um Estado falido, com o colapso da estrutura de governo e o subsequente caos. E, quanto mais o conflito se arrastasse, maior o perigo de que a instabilidade afetasse também vizinhos vulneráveis, como a Jordânia e o Líbano, e mais provável era que os extremistas conquistassem apoio dentro da Síria.

Comecei a me referir à Síria como um "problema traiçoeiro", uma expressão usada por especialistas em planejamento para descrever desafios particularmente complexos que confundem soluções e abordagens padronizadas. Problemas traiçoeiros raramente têm uma resposta certa; na verdade, parte do que os torna traiçoeiros é que toda opção parece pior que a seguinte. Era essa a impressão que a Síria dava cada vez mais. Não faça nada, e a região será envolvida por um desastre humanitário. Intervenha militarmente e estará se arriscando a abrir uma caixa de Pandora e a se meter em outro atoleiro, como o Iraque. Mande ajuda para os rebeldes e verá essa ajuda cair nas mãos de extremistas. Continue com a diplomacia e dará de cara com um veto russo. Nenhuma dessas abordagens oferecia muita esperança de sucesso, mas tínhamos de nos manter envolvidos.

Quando ficou claro que o esforço de Genebra estava encalhado, eu e outros da equipe de segurança nacional de Obama começamos a estudar o que seria necessário para montar uma força treinada e cuidadosamente examinada de rebeldes sírios moderados aos quais poderiam ser confiadas armas americanas. Há riscos reais numa abordagem dessas. Na década de 1980, Estados Unidos, Arábia Saudita e Paquistão armaram rebeldes afegãos chamados mujahidin, que ajudaram a acabar com a ocupação soviética do seu país. Alguns desses combatentes, inclusive Osama bin Laden, seguiram adiante para formar a Al-Qaeda, voltando-se para alvos no Ocidente. Ninguém queria uma repetição desse cenário.

Porém se os rebeldes pudessem ser efetivamente escolhidos e treinados, isso seria útil de diversas maneiras. Primeira, mesmo um grupo relativamente pequeno seria capaz de dar um grande impulso psicológico à oposição e convencer os apoiadores de Assad a considerar uma solução política. Do outro lado, o Hezbollah deu crédito a essa visão, quando ajudou nos esforços de guerra em favor de Assad pondo em campo apenas uns poucos milhares de combatentes determinados.

Segunda, e mais imediata, a nossa ação — ou inação — tinha consequências para as nossas relações com nossos parceiros regionais. Não era segredo que vários países e indivíduos árabes estavam mandando armas para a Síria, mas o fluxo de armamento era mal coordenado, com países diferentes patrocinando grupos armados distintos e às vezes rivais. E uma quantidade preocupante de material chegava às mãos dos extremistas. Como os Estados Unidos não faziam

parte desse esforço, tínhamos menos influência para cercar e coordenar o tráfico de armas. Ouvi isso em primeira mão em conversas difíceis pelo Golfo. Se, no entanto, os Estados Unidos estivessem dispostos a finalmente entrar naquele jogo, poderíamos ser muito mais efetivos em isolar os extremistas e empoderar os moderados dentro da Síria.

Uma das primeiras preocupações referentes à Síria — e um dos motivos de ela ser um problema traiçoeiro — era a falta de quaisquer alternativas viáveis a Assad no terreno. Ele e seus aliados podiam argumentar plausivelmente, como Luís XV da França: "Depois de mim, o dilúvio". (Depois de Assad, o caos.) O vácuo de poder no Iraque após a queda de Saddam e a debandada do Exército iraquiano ofereciam um exemplo de advertência, mas, se os Estados Unidos conseguissem treinar e equipar uma força rebelde moderada confiável e efetiva, isso poderia ajudar a manter o país inteiro durante uma transição, salvaguardar estoques de armas químicas e impedir a limpeza étnica e os ajustes de contas.

Porém seria isso possível de ser feito? A chave seria examinar e selecionar criteriosamente os combatentes, para garantir primeiro a exclusão de extremistas e depois manter uma inteligência compartilhada e coordenação operacional com todos os nossos parceiros.

No Iraque e no Afeganistão, os Estados Unidos gastaram uma energia considerável treinando soldados locais, tentando transformá-los num exército nacional coeso capaz de prover segurança e derrotar insurgências. O general David Petraeus, que comandou o esforço militar americano em ambos os países antes de se tornar diretor da CIA em 2011, sabia por experiência própria o quanto isso podia ser difícil. Apesar de alguns sucessos, as forças de segurança iraquianas e afegãs ainda se debatiam para não perder o pé, mas pela sua experiência naqueles dois países, Petraeus aprendera um bocado sobre o que dava certo e o que não dava.

Convidei Petraeus para almoçar na minha casa em Washington numa tarde de sábado em julho, para discutirmos se era possível selecionar, treinar e equipar combatentes de oposição moderados. Se ele achasse que esse tipo de esforço podia ser conseguido na Síria, significaria muito. Ele já refletira cuidadosamente sobre a ideia, e até mesmo começara a esboçar detalhes e se preparar para apresentar um plano.

Nossa cúpula militar, relutante em se envolver na Síria, fornecia consistentemente projeções terríveis das forças que seriam exigidas para superar as defesas aéreas avançadas de Assad e conduzir uma zona de exclusão aérea tipo Líbia, mas o secretário de Defesa Panetta já estava tão frustrado quanto eu com a falta de opções na Síria; ele sabia, da sua própria época de comando da CIA, o que os nossos agentes da inteligência podiam fazer.

Em meados de agosto, fui a Istambul consultar o presidente Abdullah Gül, o primeiro-ministro Erdoğan e o ministro das Relações Exteriores Davutoğlu. A Turquia estava profundamente preocupada com o que estava acontecendo do outro lado da fronteira e tentava lidar com o enorme fluxo de refugiados da Síria, alguns dos quais conheci enquanto estava lá, como também com periódicos incidentes de violência transfronteiriça, inclusive com a Síria derrubando um caça turco sobre o Mediterrâneo. A perda desse avião foi um dramático lembrete de que a crise podia explodir num conflito regional a qualquer momento. Nos meus encontros, afirmei que os Estados Unidos e o resto dos nossos aliados da OTAN estavam comprometidos com a segurança da Turquia contra a agressão síria.

Embora tenha havido consultas contínuas entre nós e os turcos desde o início do conflito, achei que deveríamos intensificar o planejamento operacional na área militar para preparar planos de contingência. O que seria necessário para impor uma zona de exclusão aérea? Como responderíamos ao uso ou perda de armas químicas? Como podíamos coordenar melhor o apoio para a oposição armada? Os turcos concordaram, e dois dias depois Davutoğlu e eu falamos ao

telefone para discutir nossas ideias com os ministros das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, França e Alemanha.

Regressei a Washington razoavelmente confiante de que, se decidíssemos começar a armar e treinar rebeldes sírios moderados, poderíamos implantar uma coordenação efetiva com os nossos parceiros regionais. Àquela altura, o planejamento interagências já estava a todo vapor, e Petraeus apresentou o plano ao presidente. Ele escutou atentamente e fez muitas perguntas. Estava preocupado com o fato de que armar rebeldes provavelmente não fosse o suficiente para tirar Assad do poder e que, com todas as armas já fluindo para dentro do país enviadas pelas nações árabes, as nossas contribuições dificilmente seriam decisivas. E sempre havia consequências indesejáveis a considerar. A história dos mujahidin no Afeganistão continuava sendo uma poderosa advertência que nunca saía da cabeça de ninguém. O presidente pediu exemplos de casos em que os Estados Unidos apoiaram uma insurgência que pudessem ser considerados um sucesso.

Eram preocupações sensatas, mas Petraeus e eu argumentamos que havia uma grande diferença entre a Arábia Saudita e o Catar despejando armas no país e os Estados Unidos responsavelmente treinarem e equiparem uma força rebelde não extremista. E adquirir controle sobre aquela confusão era uma boa parte da lógica do nosso plano. E mais, o objetivo não era constituir uma força poderosa o bastante para derrotar o regime. Não, a ideia era conseguir um parceiro no terreno com o qual pudéssemos trabalhar o suficiente para convencer Assad e seus apoiadores que uma vitória militar era impossível. Não era um plano perfeito, de maneira nenhuma. Na verdade, o melhor que eu podia dizer a favor do plano era que se tratava da opção menos ruim entre muitas alternativas ainda piores.

Apesar do apoio do Conselho de Segurança Nacional, alguns na Casa Branca estavam céticos. Afinal, o presidente fora eleito em grande parte por causa da sua oposição à guerra no Iraque e sua promessa de trazer nossas tropas para casa. Enredar-se de qualquer forma em outra guerra civil sectária no Oriente Médio não era o que ele tinha em mente quando assumiu o cargo. E o presidente achava que precisávamos de mais tempo para avaliar a oposição síria antes de aumentar o nosso comprometimento.

Os riscos tanto da ação quanto da inação eram altos. Ambas as opções trariam consequências indesejáveis. A inclinação do presidente foi permanecer no curso que já havíamos planejado e não dar nenhum passo adicional significativo para armar os rebeldes.

Ninguém gosta de perder uma discussão, inclusive eu. Mas aquela era a posição do presidente, e eu respeitava suas deliberações e decisões. Desde o começo da nossa parceria, ele me prometera que eu sempre seria ouvida de forma justa. E sempre fui. Naquele caso, a minha posição não prevaleceu.

Com o plano de armar os rebeldes já morto, lancei-me de volta às iniciativas diplomáticas, tentando isolar e pressionar ainda mais o regime enquanto cuidava da catástrofe humanitária. Em agosto de 2012, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, indicara Lakhdar Brahimi, um experiente diplomata da Argélia, para suceder Kofi Annan. Ele e eu nos encontramos e conversamos com frequência, praticamente até o fim do meu mandato. Numa reunião dos Amigos do Povo Sírio em setembro, anunciei uma ajuda adicional para conseguir comida, água, cobertores e serviços médicos críticos para o povo que sofria na Síria. Também garanti um aumento de apoio para grupos de oposição civil, inclusive computadores ligados a satélites, telefones, câmeras e treinamento para mais de mil ativistas, estudantes e jornalistas independentes. À medida que mais partes da Síria conseguissem se libertar do controle do regime, também ajudaríamos os grupos de oposição locais a prover os serviços essenciais, como

reabertura de escolas e reconstrução de casas. Porém todas essas medidas eram meramente paliativas. O conflito seguia em intensidade máxima.

Na época em que deixei o Departamento de Estado no começo de 2013, dezenas de milhares de sírios tinham sido mortos. Outros milhões tinham fugido. A diplomacia internacional chegara a um impasse. Nossos temores estavam se concretizando, com extremistas eclipsando os líderes mais moderados do Exército Livre da Síria.

Em março de 2013, pouco mais de um mês depois que deixei o cargo, relatórios preocupantes começaram a chegar das cercanias de Aleppo, informando que o regime de Assad passara a usar armas químicas pela primeira vez. Essa vinha sendo uma das maiores preocupações por dois anos. Acreditava-se que a Síria mantinha alguns dos maiores estoques de gás mostarda, sarin e outras armas químicas existentes no mundo. Ao longo de 2012 tínhamos recebido relatórios esporádicos de que forças do regime estavam transportando ou misturando agentes químicos. Em resposta, o presidente Obama e eu emitimos rígidas advertências. Em agosto de 2012, o presidente Obama afirmou que transportar ou usar armas químicas era a linha vermelha para os Estados Unidos. A implicação clara era que, se o regime cruzasse essa linha, seriam tomadas atitudes, o que incluía potencialmente uma força militar. Em 2012, essa ameaça pareceu ser uma intimidação efetiva, e Assad recuou. Assim, se esses novos relatórios sobre armas químicas fossem verdadeiros, o conflito na Síria acabara de tomar um rumo muito perigoso.

O presidente declarou outra vez que o uso de armas químicas seria uma mudança no jogo, mas as agências de inteligência americanas ainda não estavam prontas para afirmar com certeza se havia efetivamente ocorrido um ataque. Seria necessário investigar mais. Em junho de 2013, numa declaração discreta, a Casa Branca confirmou que finalmente sentia-se confiante para dizer que armas químicas tinham de fato sido usadas em pequena escala em múltiplas ocasiões, matando mais de 150 pessoas. O presidente decidiu aumentar a ajuda aérea para o Exército Livre da Síria. Como pano de fundo, autoridades do governo disseram à imprensa que começariam a fornecer armas e munições pela primeira vez, alterando a decisão presidencial do verão anterior.

Então, em agosto de 2013, o mundo ficou chocado com imagens de um ataque químico maciço em bairros de oposição em torno de Damasco. O número reportado de mortes subia para mais de 1.400 homens, mulheres e crianças. Era uma escalada enorme e uma violação flagrante tanto da linha vermelha do presidente quanto de normas internacionais de longa data. Começou a se formar imediatamente pressão para uma resposta robusta dos Estados Unidos. O secretário de Estado Kerry assumiu o comando na condenação do ataque, chamando-o de “obscenidade moral”. O presidente Obama disse: “Não podemos aceitar um mundo onde mulheres e crianças e civis inocentes são atacados com gás numa escala terrível”. Os americanos imaginaram se seria iminente uma ação militar.

Alguns comentaristas e membros do Congresso indagaram por que o presidente se importava tanto com armas químicas quando Assad vinha matando tanta gente com armas convencionais. Armas químicas formam uma categoria. Estavam proibidas pela comunidade internacional desde o Protocolo de Genebra de 1925 e a Convenção de Armas Químicas de 1993 porque são pavorosas, indiscriminadas e desumanas. Conforme explicou o presidente Obama: “Se deixarmos de agir, o regime de Assad não verá motivo para parar de usar armas químicas. Se a proibição dessas armas for corroída, outros tiranos não terão motivo para pensar duas vezes antes de adquirir gás venenoso e usá-lo. Com o tempo, nossas tropas voltariam a se deparar com a perspectiva de uma guerra química no campo de batalha. E seria mais fácil para as organizações terroristas obter essas armas e usá-las para atacar civis”.

Com a Casa Branca preparando-se para agir, o primeiro-ministro David Cameron perdeu uma votação no Parlamento britânico para autorizar o uso de força na Síria. Dois dias depois, o presidente Obama anunciou sua intenção de ordenar ataques aéreos para deter e degradar o uso futuro de armas químicas pelo regime de Assad, porém num gesto que surpreendeu muita gente em Washington: o presidente disse que buscaria autorização do Congresso, que estava em recesso, antes de agir. Subitamente o Congresso se viu mergulhado num debate feroz sobre o que fazer. Foram traçados paralelos com os antecedentes da guerra no Iraque. Foram invocados os piores cenários e encostas íngremes e escorregadias. O plano presidencial para um ataque limitado para fazer valer uma norma global crucial parecia se perder na turbulência. À medida que os dias se passavam, a maré da opinião pública começou a se virar contra a Casa Branca. Contadores de votos no Congresso começaram a prever que o presidente poderia ser derrotado, o que desfecharia um sério golpe para o prestígio e a credibilidade dos Estados Unidos. Eu assistia ao vaivém consternada. A Síria tornara-se um problema ainda mais traiçoeiro. Apoiei os esforços do presidente com o Congresso e apressei os legisladores a agir.

Durante esse tempo, falei com o secretário Kerry e com o chefe de gabinete da Casa Branca, Denis McDonough, sobre meios de fortalecer a influência do presidente no exterior, especialmente como antecipação de sua viagem naquela semana para a cúpula do G-20 em São Petersburgo, onde se encontraria com Vladimir Putin. Sem querer que Putin pudesse usar como argumento o contencioso debate no Congresso, sugeri a Denis que a Casa Branca achasse algum jeito de mostrar um apoio bipartidário antes da votação. Sabendo que o senador Bob Corker, principal republicano no Comitê de Relações Exteriores do Senado, não era nenhum fã de Putin, meu conselho a Denis foi que ele fosse recrutado para ajudar a mandar uma mensagem. A ideia era usar uma audiência rotineira do comitê naquela semana para realizar uma votação sobre a autorização para uso de força militar que o presidente ganhasse. Denis, sempre aberto a ideias e muito familiarizado com os caminhos do Congresso desde sua época no Capitólio, concordou. Trabalhando com Corker, a Casa Branca ganhou a votação. Embora não fosse a declaração mais significativa do mundo, bastava para telegrafar a Putin que não estávamos tão divididos quanto ele esperava. Denis ligou de volta alguns dias depois, para ver se eu tinha alguma outra ideia, e disse que o presidente queria me telefonar no dia seguinte. Sabendo o quanto ele tinha com que se preocupar, eu disse a Denis que ele não precisava sentir que isso era necessário. Entretanto Denis retrucou que o POTUS (President of the United States) telefonaria, sim, e no dia seguinte conversamos sobre a situação dos seus esforços no Congresso e outros acontecimentos em andamento no cenário internacional.

Numa afortunada coincidência, eu estava programada para ir pessoalmente à Casa Branca em 9 de setembro para um evento sobre tráfico ilegal de animais silvestres. No Departamento de Estado, eu ficara sabendo que os elefantes da selva africana estavam perto da extinção. Ainda que esse fosse um fato desafortunado por si só, o que chamou a minha atenção foi uma das razões por trás dele: terroristas e grupos armados como o al-Shabaab e o Exército de Resistência do Senhor tinham entrado no mercado ilegal de marfim como meio de financiar suas atividades ilícitas e desestabilizadoras através da África Central. Quando deixei o governo e me juntei a Bill e Chelsea na Fundação Clinton, Chelsea e eu começamos a trabalhar com os principais grupos conservacionistas para organizar uma resposta global que “parasse com a matança, parasse com o tráfico e parasse com a demanda”. Graças em parte ao nosso lobby, a Casa Branca também passou a ver isso como uma questão importante, e no verão de 2013 o presidente Obama assinou uma ordem executiva para incrementar os esforços antitráfico. Agora a Casa Branca estava realizando uma conferência para planejar os próximos passos e queria que Chelsea e eu

estivéssemos lá. É claro que tudo que queriam saber era sobre a Síria.

Naquela manhã, numa coletiva à imprensa em Londres, o secretário Kerry foi indagado se havia alguma coisa que Assad pudesse fazer para impedir uma ação militar. “Claro”, respondeu Kerry, “ele poderia entregar à comunidade internacional na semana que vem cada porção de suas armas químicas — entregar sem demora e permitir uma verificação plena e total, mas ele não vai fazer isso e isso não pode ser feito.” Embora a resposta de Kerry possa ter refletido conversas que estava tendo com aliados e com os russos, soou para um mundo como um comentário descabido. Um porta-voz do Departamento de Estado minimizou a declaração como “argumento retórico”. Os russos, porém, apegaram-se ao comentário de Kerry e o abraçaram como uma oferta diplomática séria.

Quando cheguei à Casa Branca à uma da tarde, funcionários do alto escalão do governo estavam discutindo como responder. Recebi um resumo informativo e depois fui ao Salão Oval para conversar com o presidente. Foi estranho estar de volta àquele salão familiar pela primeira vez desde que eu deixara o cargo sete meses antes, discutindo mais uma vez uma urgente crise internacional. Disse ao presidente que, se os votos pela ação contra a Síria não fossem conseguidos no Congresso, ele deveria pegar os limões e fazer uma limonada, recebendo de bom grado a inesperada abertura de Moscou.

Havia razões para cautela, é claro. Aquela última jogada diplomática por parte dos russos podia ser simplesmente mais uma tática de adiamento para manter Assad no poder a qualquer custo. O grande suprimento de armas químicas tampouco era bom para eles, com sua própria indócil população muçulmana, mas a perspectiva de eliminar o estoque de armas químicas de Assad valia o risco, sobretudo porque o presidente estava enfrentando um impasse potencialmente prejudicial no Congresso. Isso não acabaria com a guerra civil nem faria muito pelos civis surpreendidos no fogo cruzado, mas removeria uma ameaça séria ao povo sírio, aos vizinhos, incluindo Israel, e aos próprios Estados Unidos. À medida que o conflito piorasse aumentando a instabilidade, aumentariam também as chances de essas armas químicas serem novamente usadas contra civis sírios, transferidas para o Hezbollah ou roubadas por outros terroristas.

Eu disse ao presidente que ainda acreditava ser crucial buscar uma solução diplomática que pusesse fim ao conflito. Sabia exatamente o quanto isso seria difícil. Afinal, eu vinha tentando desde março de 2011. Porém o plano que tínhamos assinado em Genebra no ano anterior ainda oferecia um caminho. Talvez a cooperação em torno do tema das armas químicas pudesse gerar impulso para um progresso mais amplo. Era improvável, mas valia a pena testar.

O presidente concordou e me pediu para fazer uma declaração. Do lado de fora do Salão Oval, juntei-me a Ben Rhodes, o vice-conselheiro de Segurança Nacional e principal redator de discursos sobre política externa do presidente, rabiscando novas palavras por cima dos meus comentários sobre tráfico de marfim. Como Denis McDonough, Rhodes era um dos assessores do presidente em quem eu viera a confiar e valorizar no decorrer dos anos. Ele também ficara próximo de membros da minha equipe, e eles recordavam o quanto tínhamos percorrido desde os péssimos velhos dias da campanha das primárias de 2008 e como sentiam falta de trabalhar juntos. Naquele momento eu estava contente de poder contar mais uma vez com seu conselho sobre como mandar o recado certo para o mundo.

Quando entrei no evento dedicado à vida silvestre, o auditório da Casa Branca estava lotado com mais câmeras e jornalistas do que se esperaria em qualquer outra conferência sobre caça aos elefantes. Comecei pela Síria: “Se o regime entregar imediatamente seus estoques como foi sugerido pelo secretário Kerry e pelos russos, será um passo importante, mas essa não pode ser

outra desculpa para o adiamento ou a obstrução, e a Rússia precisa apoiar com sinceridade os esforços da comunidade internacional ou ser considerada como responsável". Também salientei que fora a ameaça do presidente de usar a força que fizera os russos se mexerem para procurar uma saída.

A Casa Branca decidiu deixar de lado a votação no Congresso para dar uma chance à diplomacia. O secretário Kerry viajou para Genebra e cravou com Lavrov os detalhes para remoção das armas químicas. Exatamente um mês depois, a agência das Nações Unidas encarregada de implementar o acordo, a Organização para Proibição de Armas Químicas, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Era um significativo voto de confiança. Surpreendentemente, enquanto este livro estava sendo escrito, o acordo se sustentava e a ONU fazia um progresso lento, mas constante, desmantelando o arsenal de armas químicas de Assad, apesar das circunstâncias extraordinariamente difíceis. Há atrasos, porém mais de 90% das armas químicas sírias foram removidas em abril de 2014.

Em janeiro do mesmo ano, o representante especial Brahimi convocou uma segunda conferência da ONU sobre a Síria em Genebra, com o objetivo de implementar o acordo que eu negociara lá atrás, em junho de 2012. Pela primeira vez representantes do regime de Assad reuniram-se com membros da oposição. Entretanto, as conversas fracassaram em produzir qualquer progresso. O regime recusava-se a considerar seriamente a questão de um organismo de governo transitório, conforme determinava o acordo original, e seus aliados russos mantiveram-se fielmente ao seu lado. Entrementes, os combates na região não sofriam nenhuma redução.

A tragédia humanitária que se desenrola na Síria é desoladora. Como sempre, mulheres e crianças inocentes carregam a maior parcela de sofrimento. Os extremistas continuam a ganhar terreno, e autoridades da inteligência nos Estados Unidos e na Europa advertem que eles poderiam constituir uma ameaça bem além da Síria. Em fevereiro de 2014, o diretor da CIA John Brennan reportou: "Estamos preocupados com o uso do território sírio pela Al-Qaeda para recrutar indivíduos e desenvolver a capacidade de realizar ataques não só dentro da Síria, mas também de usar a Síria como plataforma de lançamento". O diretor de Inteligência Nacional James Clapper foi ainda mais específico, afirmando que pelo menos um grupo extremista da Síria "tem aspirações para ataques em solo [americano]". Com um impasse sangrento em curso no país, esse perigo apenas irá crescer, e os Estados Unidos e nossos aliados não poderão ignorá-lo. Integrantes mais moderados da oposição síria também reconhecem a ameaça representada por extremistas que tentam sequestrar sua revolução, e alguns têm lançado esforços para expulsá-los de território controlado pelos rebeldes. Porém essa será uma batalha árdua, que exigirá que armas e homens sejam desviados da luta contra Assad. Em abril de 2014, havia relatos de que os Estados Unidos forneceriam treinamento e armas adicionais a certos grupos rebeldes.

Como disse Kofi Annan na primeira cúpula em Genebra: "A história é um juiz sóbrio". É impossível assistir ao sofrimento na Síria, inclusive como cidadã comum, e não me perguntar se poderia ter sido feito mais. Isso é parte daquilo que torna a Síria e o desafio mais amplo de um Oriente Médio instável um problema traiçoeiro. Porém problemas traiçoeiros não podem nos paralisar. Precisamos continuar urgentemente buscando soluções, por mais difíceis que sejam de achar.

20

Gaza: Anatomia de um cessar-fogo

O comboio de carros parou no acostamento da poeirenta estrada entre Ramallah e Jerusalém. Agentes de segurança saíram apressados de seus veículos blindados e olharam a estrada, no sentido do coração da Margem Ocidental. Outros olharam para o céu. A inteligência israelense acabara de soltar um relatório de que um míssil poderia ter sido lançado por extremistas palestinos na Faixa de Gaza. Não havia como saber ao certo para onde se direcionava. As autoridades americanas que vinham viajando num furgão comum rapidamente entraram em um dos carros blindados que permitiam maior proteção em caso de explosão. Com todo mundo acomodado, voltamos à estrada, rumo a Jerusalém.

Nas semanas que precederam o Dia de Ação de Graças de 2012, a Terra Santa mais uma vez parecia uma zona de guerra. Saí de uma conferência de cúpula na Ásia e viajei ao Oriente Médio numa missão diplomática de emergência para tentar impedir que uma guerra aérea entre Israel e o Hamas em Gaza evoluísse para uma guerra terrestre ainda mais mortal. Para isso, eu precisaria intermediar um cessar-fogo entre adversários implacáveis e desconfiados, tendo como pano de fundo uma região em conflito. Depois de quatro anos de diplomacia frustrada no Oriente Médio, aquele seria um teste crucial para a liderança americana.

Quase quatro anos antes, a administração Obama assumira o governo meros dias após o fim de outro conflito em Gaza, também precipitado por mísseis contra Israel. No começo de janeiro de 2009, o Exército israelense desfechou uma invasão por terra contra Gaza para impedir que foguetes fossem lançados por militantes do outro lado da fronteira. Após quase duas semanas de brutais combates urbanos que deixaram 1.400 mortos em Gaza, Israel se retirou e retomou um cerco propriamente dito ao enclave palestino. Durante os anos seguintes, uma violência de baixo nível, porém persistente, continuou cruzando a fronteira. Mais uma centena de mísseis foi lançada contra o sul de Israel em 2009 e 2010, além de ocasionais ataques de morteiros. Em alguns casos, jatos israelenses retaliavam com ataques aéreos. Essa situação estava longe de ser aceitável, mas, pelos padrões da região, aquele foi considerado um período relativamente tranquilo. Entretanto, no começo de 2011, com os extremistas rearmados e grande parte do Oriente Médio varrida por revolução, a violência recrudesceu. Centenas de mísseis atingiram Israel naquele ano. O ritmo se intensificou em 2012. Em 11 de novembro, o ministro de Defesa de Israel, Ehud Barak, advertiu sobre uma potencial ação israelense contra facções terroristas em Gaza depois que mais de uma centena de mísseis atingiram o sul de Israel num período de 24 horas, ferindo três israelenses.

Desde 2007, Gaza vinha sendo governada pelo Hamas, o grupo extremista palestino criado no fim da década de 1980 durante a primeira intifada e designado pelos Estados Unidos como organização terrorista estrangeira em 1997. Seu objetivo declarado não era um Estado independente nos territórios palestinos, mas a total destruição de Israel e o estabelecimento de um emirado islâmico no território entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo. Durante anos, o grupo obteve apoio financeiro e militar do Irã e da Síria e, após a morte de Arafat em 2004, passou a competir com o mais moderado Partido Fatah de Mahmoud Abbas pela liderança da causa palestina. Depois de vencer as eleições legislativas em 2006, o Hamas tomou o controle da

Faixa de Gaza de Abbas e da Autoridade Palestina em 2007 e manteve-se no poder, apesar da guerra de 2009. O Hamas e seus apoiadores estrangeiros gastavam seu dinheiro contrabandeando armas para reconstruir seus estoques, enquanto a economia de Gaza continuava a declinar e seu povo continuava a sofrer.

Então o levante da Primavera Árabe sacudiu o tabuleiro do Oriente Médio e o Hamas viu-se navegando por uma paisagem modificada. Na Síria, seu patrono tradicional, o ditador alauíta Bashar al-Assad, estava envolvido numa repressão brutal à população largamente sunita. O Hamas, uma organização sunita, abandonou seu quartel-general em Damasco. Ao mesmo tempo, a Irmandade Muçulmana, um partido islamita sunita com laços com o Hamas, subiu ao poder no Egito pós-revolucionário, do outro lado da fronteira de Gaza. Para o Hamas, foi como uma porta se abrindo justamente quando outra se fechava. Para complicar as coisas ainda mais, o Hamas enfrentava uma crescente concorrência interna de outros grupos extremistas, em particular da Jihad Islâmica palestina, igualmente intensa no combate a Israel, mas sem a sobrecarga da responsabilidade de governar Gaza ou apresentar resultados à população.

Com Israel impondo um bloqueio a Gaza por mar e mantendo um controle rígido em suas fronteiras norte e leste, o principal ponto de reabastecimento para o Hamas vinha através da pequena fronteira sul com a península egípcia do Sinai. Sob o governo de Mubarak, os egípcios eram razoavelmente rígidos em relação a contrabando e geralmente trabalhavam junto com Israel, embora o Hamas tivesse êxito ao cavar túneis sob a fronteira e entrar em território egípcio. Depois da queda de Mubarak e da ascensão da Irmandade Muçulmana ao poder no Egito, atravessar a fronteira de Gaza tornou-se ainda mais fácil.

Ao mesmo tempo, as autoridades egípcias começaram a perder o controle da península do Sinai. A região desértica de 60 mil quilômetros quadrados projeta-se para dentro do mar Vermelho a partir das margens orientais do Canal de Suez. O Sinai é famoso pelo seu papel na Bíblia e por sua localização estratégica como uma ponte terrestre entre a África e a Ásia. Foi invadido duas vezes por Israel, uma em 1956 durante a Crise de Suez e novamente em 1967 durante a Guerra dos Seis Dias. Pelos termos dos Acordos de Camp David de 1979, Israel devolveu o Sinai ao Egito, e uma força internacional de paz da ONU, que incluía tropas americanas, foi disposta para manter a trégua. O Sinai também é lar de tribos beduínas nômades e rebeldes há muito marginalizadas pelo Cairo. Essas tribos tiraram proveito do caos deflagrado pela Revolução Egípcia afirmando sua autonomia e exigindo mais apoio econômico do governo, além de maior respeito por parte das forças de segurança. Com o Sinai despencando para uma terra sem lei, extremistas vinculados à Al-Qaeda começaram a ver a península como um refúgio seguro.

Num dos meus primeiros encontros com o novo presidente egípcio, Mohamed Morsi, perguntei: “O que vocês pretendem fazer para impedir que a Al-Qaeda e outros extremistas desestabilizem o Egito, em particular o Sinai?”. Sua resposta foi: “Por que fariam isso? Agora temos um governo islâmico”. Esperar solidariedade de terroristas era muito ingênuo ou assustadoramente sinistro. “Porque vocês jamais serão suficientemente puros”, expliquei. “Não me importa quais sejam suas posições. Eles virão atrás de vocês. E vocês terão de proteger o seu país e o seu governo.” Ele nem quis ouvir.

Em agosto de 2012, era inegável a ameaça representada pela situação no Sinai. Num domingo à noite, um grupo de cerca de 35 militantes armados e mascarados atacou um posto avançado do Exército egípcio perto da fronteira com Israel e matou dezesseis soldados enquanto estavam jantando. Os extremistas então roubaram um veículo blindado e um caminhão, carregaram-nos de explosivos e rumaram para Israel. O caminhão explodiu enquanto forçavam

passagem pela cerca fronteiriça no cruzamento de Kerem Shalom. Ataques aéreos israelenses então destruíram o blindado. O confronto durou apenas uns quinze minutos, mas chocou terrivelmente tanto o Egito como Israel. Depois da tragédia, com apoio dos Estados Unidos, o Egito aumentou seu empenho em combater militantes no Sinai, inclusive com utilização de poder aéreo, mas a área permaneceu altamente instável.

Então, no fim de outubro, mais dois acontecimentos tiveram lugar em rápida sucessão, mostrando o quanto a situação havia se tornado realmente complicada e instável.

Em 23 de outubro, o emir do Catar, xeque Hamad bin Kalifa al-Thani, visitou Gaza a convite do Hamas. Era a primeira vez que um chefe de Estado ia ao isolado enclave desde que o Hamas assumira o controle em 2007, e ambos os lados exploraram esse simbolismo. O emir chegou de carro do Egito numa pródiga carreata de cerca de cinquenta Mercedes-Benz pretos e Toyotas blindados, e o Hamas o recebeu com toda a pompa e circunstância que conseguiu reunir. Ismail Haniya, primeiro-ministro do Hamas, declarou que a visita do Catar marcava o fim do "sítio político e econômico imposto a Gaza" e apresentou sua esposa na sua primeira aparição pública. Da sua parte, o emir garantiu 400 milhões de dólares como ajuda de desenvolvimento — mais do que Gaza recebia de todos os doadores internacionais juntos. Ele estava acompanhado de sua esposa, Sheikha Moza, e de seu primo Hamad bin Jassim al-Thani, ou HBJ, como nós o chamávamos, que servia como primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores do Catar.

Para Haniya e o Hamas, foi uma oportunidade de sair de trás da sombra do presidente da Autoridade Palestina Mahmoud Abbas, ser reconhecido pela comunidade internacional como líder legítimo do povo palestino e de mostrar que seu futuro era favorável a despeito de algum afastamento da Síria e do Irã. Para o Catar, foi uma chance de saborear uma recém-descoberta influência regional e reivindicar a posição de principal apoiador da causa palestina no mundo árabe. Para Israel, foi uma fonte de crescente preocupação. Para os Estados Unidos, que continuavam a encarar o Hamas como perigosa organização terrorista, o Catar era um enigma que ilustrava a complexidade de se lidar com o Oriente Médio durante essa época turbulenta.

Geograficamente, o Catar parece um pequeno dedo que se estende para dentro do Golfo Pérsico a partir da Arábia Saudita. Com pouco mais de 11 mil quilômetros quadrados, tem menos da metade do tamanho do estado de Vermont, mas é abençoado com vastas reservas de petróleo e gás natural e, per capita, é um dos países mais ricos do mundo. Há apenas cerca de um quarto de milhão de cidadãos catarianos, mas esse número é multiplicado muitas vezes considerando a quantidade de trabalhadores estrangeiros que são importados para manter o país funcionando. O Sheikh Hamad depôs seu pai para se tornar emir em 1995, e logo se lançou para elevar o perfil do país. Sob seu governo, a efervescente cidade de Doha veio a rivalizar com Dubai e Abu Dhabi como eixos regionais de comércio e cultura, e sua rede de televisão por satélite Al Jazeera tornou-se a fonte de notícias mais influente no Oriente Médio e uma plataforma para a influência do Catar em toda a região.

Como seus vizinhos do Golfo, o Catar tinha pouco a apresentar em termos de democracia ou respeito pelos direitos humanos universais, mas tem mantido fortes laços estratégicos e de segurança com os Estados Unidos, abrigando uma importante instalação da força aérea americana. Esse ato de equilíbrio foi posto à prova por todo o Golfo durante a Primavera Árabe.

O emir e HBJ manobraram para tirar vantagem do levante regional e posicionar o Catar como defensor das revoluções. A meta era transformar sua pequena nação numa das principais potências do Oriente Médio, apoiando a Irmandade Muçulmana e outros movimentos islamitas da região. As outras monarquias do Golfo temiam que esse curso pudesse gerar instabilidade interna, mas os catarianos viram a chance de construir influência com os novos atores que

surgiam em cena e defender sua visão cultural conservadora, ao mesmo tempo desviando a atenção da ausência de reformas na sua própria casa.

Usando o poder suave da Al Jazeera e o inesgotável talão de cheques, o emir e HBJ bancaram Morsi no Egito, passaram armas para rebeldes islamitas na Líbia e na Síria e criaram novos vínculos com o Hamas em Gaza. Jatos catarianos também ajudaram a reforçar a zona de exclusão aérea na Líbia. Em todo lugar para o qual nos virávamos no Oriente Médio naqueles dias, víamos a mão do Catar. Foi um *tour de force* diplomático impressionante, e em alguns casos os esforços do Catar alinhavam-se com os nossos. Entretanto, outros países árabes e Israel viam o apoio do Catar às forças islamitas e a elementos extremistas como uma crescente ameaça. A visita do emir a Gaza cristalizou o problema. (Em 2013, com os islamitas em retirada no Egito e em outras partes, o emir abdicou em favor de seu filho, e HBJ foi substituído por um ex-vice-ministro do Interior, de perfil discreto. As relações entre os Estados do Golfo chegaram ao ponto mais baixo em março de 2014, quando Arábia Saudita, Bahrein e os Emirados retiraram seus embaixadores do Catar.)

Poucas horas depois da visita do emir a Gaza, explosões sacudiram uma fábrica de armas em Cartum, no Sudão. Autoridades sudanesas disseram que quatro aviões de guerra tinham voado do leste e bombardeado a fábrica, matando duas pessoas. E apontaram o dedo diretamente para Israel. Não era a primeira vez. Nos quatro anos anteriores, os sudaneses tinham acusado Israel de conduzir diversos ataques aéreos contra alvos no seu país. Naquele próprio mês de setembro, um carregamento de mísseis e munição destinado a Gaza foi destruído ao sul de Cartum. Os israelenses declinaram comentar sobre a explosão da fábrica, mas um alto funcionário do Ministério da Defesa observou que o Sudão "é apoiado pelo Irã, e serve como rota para transferência, via território egípcio, de armas iranianas para o Hamas e os terroristas da Jihad Islâmica".

O Sudão certamente tinha uma história entrelaçada com o terrorismo. Abrigara Osama bin Laden no começo dos anos 1990, e em 1993 o Departamento de Estado o designou como Estado patrocinador de terrorismo. O Sudão também mantinha laços estreitos com o Irã e com o Hamas. Pouco depois da explosão da fábrica de armas, dois navios de guerra iranianos visitaram Porto Sudão. O líder do Hamas, Khaled Meshal, visitou Cartum algumas semanas mais tarde.

Tomados em conjunto, todos esses fatores regionais — mísseis em Gaza, instabilidade no Sinai, jogos de poder do Catar, interferências iranianas, contrabando do Sudão — formavam uma situação extremamente explosiva no outono de 2012. Em novembro, a mistura pegou fogo.

Em 14 de novembro de 2012, eu estava com o secretário de Defesa Leon Panetta e o chefe do Estado-Maior Conjunto general Martin Dempsey em Perth, na Austrália, para consultas anuais com nossos aliados australianos num centro de conferências no Kings Park, com vista para a cidade e o rio Swan. Quando a nossa sessão estava se encerrando, Panetta foi informado de que o ministro da Defesa israelense Barak estava tentando urgentemente falar com ele. Panetta passou para uma área da cozinha para receber uma ligação segura de Jerusalém. Depois do almoço, juntou-se ao general Dempsey e a mim num pátio para contar o relato de Barak. Pude saber pela sua expressão que as coisas estavam prestes a ficar complicadas. As forças militares israelenses estavam em vias de desfechar uma imensa campanha aérea contra militantes em Gaza. Os bombardeios começariam imediatamente.

Da pacífica Perth, a perspectiva de outra guerra no Oriente Médio parecia a milhões de quilômetros de distância (na verdade, eram cerca de 11 mil), mas era mortalmente séria. Eu disse a Panetta e Dempsey que a resposta israelense era compreensível. Os mísseis do Hamas estavam se tornando cada vez mais avançados e precisos, a ponto de ameaçar Tel Aviv a sessenta

quilômetros da fronteira. Os habitantes da cidade não enfrentavam avisos de ataques aéreos desde a primeira Guerra do Golfo, em 1991, quando Saddam Hussein lançou mísseis Scud contra Israel. Todo país tem o direito de se defender, e não se pode esperar que algum governo aceite tal provocação. Ainda assim, qualquer escalada de violência tornaria a situação muito mais difícil de conter, e ninguém queria ver uma repetição da guerra total deflagrada quatro anos antes.

A primeira grande rodada de ataques aéreos matou Ahmed Jabari, um terrorista acusado de planejar muitos ataques contra israelenses no correr dos anos. Nos dois dias seguintes, pessoas de ambos os lados foram mortas. A primeira página do *New York Times* de 16 de novembro era dominada por dramáticas fotografias lado a lado dos funerais na Cidade de Gaza e em Jerusalém.

Segundo Israel, durante aquela semana mais de 1.500 mísseis foram lançados de Gaza. Seis israelenses, quatro civis e dois soldados foram mortos e mais de duzentos, feridos. Muitas famílias israelenses foram forçadas a abandonar suas casas nas áreas do sul do país perto de Gaza, uma vez que os mísseis continuavam a chover do céu. Centenas de palestinos foram mortos na campanha aérea que os militares israelenses chamaram de Operação Pilar de Defesa.

Eu recebi atualizações frequentes do embaixador Dan Shapiro e de sua equipe na nossa embaixada em Tel Aviv, e de nossos especialistas em Washington. O subsecretário Bill Burns, que servira como principal responsável do Departamento para o Oriente Médio sob o comando de Colin Powell, mais uma vez reuniu informação para mim. Bill e eu concordamos que havia uma janela limitada na qual a diplomacia poderia conseguir cortar uma escalada maior do conflito.

Liguei para o ministro das Relações Exteriores egípcio, Mohamed Amr, para ver se havia algo que o Egito pudesse fazer para reduzir as tensões. “Não podemos aceitar isso”, afirmou Amr referindo-se aos ataques aéreos israelenses. Embora Mubarak tivesse sido substituído por Morsi, um líder da Irmandade Muçulmana, eu tinha esperança de que o Egito continuasse sendo um intermediário-chave e uma voz para a paz. Apelei para a sensibilidade de Amr em relação à estatura do Egito. “Penso que o seu papel nisso é muito importante e insisto que faça tudo que puder para reduzir a gravidade da situação”, disse eu, considerando que o Egito tinha de falar com o Hamas e insistir que parassem de bombardear Israel. Israel estava apenas agindo em legítima defesa, argumentei, e “não há país no mundo que possa ficar sentado tranquilo recebendo mísseis lançados contra o seu povo”. Amr concordou em tentar. “Espero que ambos possamos fazer algo para parar com essa loucura”, disse ele. “Precisamos trabalhar juntos num esforço unificado.”

Enquanto eu viajava pela Austrália, de Perth a Adelaide, e depois a Cingapura, o presidente Obama e eu permanecemos em contato direto, coordenando a pressão a ser colocada em nossos homólogos no Oriente Médio. Ele falou com Morsi, com o primeiro-ministro Netanyahu e com o primeiro-ministro Erdoğan, instando todos os lados a forçar um cessar-fogo. Ao compararmos nossas anotações, consideramos se um envolvimento mais direto faria sentido. Será que eu devia ir ao Oriente Médio e tentar acabar com a violência?

Nenhum de nós estava seguro se a minha ida era o rumo mais sensato a ser tomado. Para começar, ele e eu tínhamos assuntos sérios a resolver na Ásia. Após uma escala rápida em Cingapura, eu planejava me encontrar com o presidente Obama na Tailândia e em seguida viajar com ele à Birmânia para uma visita histórica na intenção de estimular a nascente abertura democrática do país. Depois iríamos ao Camboja para uma grande cúpula de líderes asiáticos, a qual se esperava que fosse dominada por uma delicada diplomacia em torno do mar do Sul da China. A atenção pessoal conta muito na Ásia, de modo que deixar de ir agora teria um custo.

E isso não era tudo: o presidente estava compreensivelmente cauteloso em relação a

assumirmos um papel de mediação direta no meio de outro turbulento conflito no Oriente Médio. Se tentássemos intermediar um cessar-fogo e fracassássemos, o que parecia bastante provável, isso solaparia o prestígio e a credibilidade dos Estados Unidos na região. Havia até mesmo uma boa chance de um envolvimento americano direto atrapalhar a causa da paz, elevando o perfil do conflito e incentivando ambos os lados a enrijecer suas posições de negociação. Essa era a última coisa que ele e eu queríamos ou de que os Estados Unidos precisavam.

Continuei conforme o planejado com a viagem à Ásia, passando o maior tempo possível ao telefone com os principais líderes do Oriente Médio e com os aliados europeus envolvidos. Em cada telefonema eu argumentava que o melhor caminho seria um cessar-fogo simultâneo entre Israel e o Hamas.

As apostas estavam altas. O gabinete israelense havia convocado 75 mil reservistas para uma possível invasão de Gaza por terra. Como temíamos, aquilo estava tomando a forma de um replay da guerra de janeiro de 2009, que cobrara um preço horrendo da população de Gaza e da reputação global de Israel. Era imperativo resolver a crise antes que ela se tornasse uma guerra terrestre. A única notícia boa era que o sistema de defesa aérea Domo de Ferro que ajudáramos a construir para proteger Israel dos mísseis estava funcionando ainda melhor que o esperado. Os militares israelenses reportaram que o Domo de Ferro tinha uma taxa de sucesso maior que 80% para todos os mísseis que tinha como alvo. Ainda que fosse uma estimativa generosa, a taxa de sucesso era impressionante. Mesmo assim, um míssil de Gaza que atingisse o alvo já era demais, e os israelenses estavam determinados a ir atrás das reservas de mísseis e plataformas de lançamento em Gaza.

Quando me juntei ao presidente Obama em Bancoc, em 18 de novembro, informei que a minha diplomacia telefônica estava se deparando com uma realidade difícil: nenhum dos lados queria ser visto dando o primeiro passo. Ele estava descobrindo a mesma coisa nos seus telefonemas. Era por isso que eu insistia na ideia de um cessar-fogo simultâneo, com ambos os lados recuando ao mesmo tempo.

"O Hamas está tentando propor condições antes de um cessar-fogo. Israel jamais vai aceitar, e não temos mais do que 48 horas antes que Israel lance uma ofensiva terrestre, que será devastadora", avisei a HBJ do Catar uma hora antes de chegar a Bancoc.

O presidente e eu fizemos uma tranquila visita particular ao enfermo rei da Tailândia num hospital de Bancoc e caminhamos juntos pelo famoso templo Wat Pho, lar do maior "Buda reclinado" de ouro da Tailândia, uma estátua com 43 metros de comprimento. Apesar do cenário, nossa conversa acabava sempre girando em torno de Gaza. Para nós, não havia dúvida de que Israel tinha o direito de se defender, mas sabíamos também que uma invasão por terra poderia ser catastrófica a todos os envolvidos.

Dois dias depois, a situação estava tão terrível que resolvi abordar de novo com o presidente a ideia de eu deixar a Ásia e ir ao Oriente Médio para intervir pessoalmente no conflito. Era uma ideia cercada de riscos, mas, mesmo que falhássemos, o perigo de uma guerra iminente era então grande demais para deixarmos de tentar. A primeira coisa que fiz pela manhã foi subir até a suíte presidencial no antigo e elegante Raffles Hotel Le Royal em Phnom Penh, no Camboja. Ele ainda estava no chuveiro, então esperei alguns minutos. Enquanto ele tomava seu café da manhã, conversamos sobre o que fazer. Ele continuava cauteloso. Quais eram as chances de que a minha ida realmente impedisse a violência? Poderia parecer que estávamos tolhendo Israel? Quais poderiam ser as consequências indesejáveis de pôr os Estados Unidos no meio daquela confusão? Discutimos todas essas questões e mais. No fim, concordamos que a paz no Oriente Médio era uma prioridade obrigatória de segurança nacional; era crucial evitar outra guerra

terrestre em Gaza; e não havia substituto para a liderança americana.

O presidente ainda não estava totalmente convencido, mas concordou que eu devia começar a me aprontar para ir. Huma e a nossa equipe de viagem começaram a elaborar a logística de um desvio do Camboja para Israel, o que não era uma rota típica nossa. Faltavam dois dias apenas para o Dia de Ação de Graças, e não havia como saber quanto tempo aquilo demoraria, então incentivei qualquer um da equipe que precisasse estar em casa que pegasse uma carona até os Estados Unidos no avião presidencial Air Force One.

Mais tarde naquela manhã, o presidente e eu nos fechamos novamente numa "sala de espera" improvisada no gigantesco centro de conferências Palácio da Paz em Phnom Penh. Num pequeno espaço isolado por canos e panos, repassamos mais uma vez os prós e contras. Jake Sullivan, Tom Donilon e Ben Rhodes juntaram-se a nós para uma rodada final. Donilon estava nervoso, tendo se queimado muitas vezes ao longo dos anos pelas desventuras no Oriente Médio, mas acabou concordando que eu deveria ir. O presidente escutou todos os argumentos e então tomou sua decisão. Era hora de agir. Talvez não tivéssemos êxito, mas não seria por falta de tentativa.

O presidente disse que ligaria para Morsi e Bibi do Air Force One, no caminho de volta a Washington, e tentaria fazer mais progressos antes que eu desembarcasse. Seu conselho na partida foi um incentivo familiar. Exatamente como quando negociamos a sorte do dissidente cego de direitos humanos Chen Guangcheng, a mensagem do presidente foi clara: "Não faça besteira!". Eu não tinha a menor intenção de fazê-lo.

No voo de onze horas do Camboja a Israel, pensei longa e arduamente sobre as complexidades da crise. Impossível entender o que se passava em Gaza sem compreender também o trajeto que aqueles mísseis tinham percorrido antes de serem lançados, através de tortuosos caminhos desde o Irã, passando pelo Sudão para finalmente chegar ao Hamas, e o que significavam esses vínculos para a segurança regional. Também era preciso entender o papel cada vez mais significativo da tecnologia. Os mísseis estavam ficando mais sofisticados, as defesas aéreas israelenses também. O que se provaria decisivo? E depois era preciso considerar como o conflito na Síria estava criando atrito entre o Hamas sunita e seus patronos xiitas de longa data em Damasco e Teerã, ao mesmo tempo que a Irmandade Muçulmana sunita ascendia no Cairo e a guerra civil síria continuava a se desenrolar. E a crescente instabilidade no Sinai com a consequente pressão sobre o governo egípcio? Israel rumava para as eleições, e a coalizão de Netanyahu estava longe de ser estável. Como a política interna israelense influenciaria sua postura em Gaza? Todas essas perguntas e muitas outras estariam rodando enquanto eu tentava negociar um cessar-fogo.

Do avião telefonei para o ministro das Relações Exteriores da Alemanha Guido Westerwelle, que estava em Jerusalém conduzindo suas próprias consultas. "Estou sentado aqui no hotel em que você vai ficar — acabamos de ter um alarme de míssil e tivemos de deixar nossos quartos", me contou ele. "Você não pode imaginar como a situação está tensa."

Aproximadamente às dez da noite de 20 de novembro, pousamos no Aeroporto Internacional Ben Gurion em Tel Aviv e fizemos um trajeto de trinta minutos de carro até o gabinete de Netanyahu em Jerusalém. Subi direto e me sentei com o primeiro-ministro e um pequeno grupo de assessores. Os israelenses nos disseram que já tinham começado conversas com os egípcios, que representavam o Hamas, mas eles estavam se atolando em problemas antigos e difíceis referentes ao embargo de Israel a Gaza, liberdade de circulação para sua população, direitos de pesca no litoral e outras tensões existentes. Bibi e sua equipe estavam pessimistas quanto a um acordo. Disseram que estavam falando sério sobre lançar uma invasão a

Gaza por terra se nada mudasse. Eles me dariam algum tempo, mas não muito. Eu então estava presa ao relógio.

À medida que as horas passavam, o staff do primeiro-ministro entrava na sala com carrinhos de comida repletos de queijos quentes e docinhos minúsculos, comida caseira em meio ao alto estresse, embora ninguém estivesse olhando o relógio. Apreciei o fato de Bibi e sua equipe não esconderem nada de mim. Eles se interrompiam e se contradiziam mutuamente, até mesmo o primeiro-ministro.

Netanyahu estava sob tremenda pressão para invadir Gaza. As pesquisas de opinião em Israel favoreciam intensamente tal passo, sobretudo entre a base de Bibi, o Likud, mas os comandantes militares israelenses o advertiam para o alto número de baixas, e Netanyahu também estava preocupado com as consequências regionais. Como o Egito reagiria? O Hezbollah começaria a atacar do Líbano? Ele sabia também que os militares tinham atingido a maioria de suas metas nas primeiras horas dos constantes ataques aéreos, especialmente destruindo as instalações de mísseis de longo alcance do Hamas, e o Domo de Ferro estava fazendo um belo trabalho em proteger os cidadãos de Israel. Bibi não queria uma guerra terrestre, mas estava tendo dificuldades em achar uma saída que permitisse a Israel se desembaraçar e diminuir a intensidade sem parecer que estivesse recuando em face do desafio contínuo do Hamas, o que somente convidaria a mais violência em seguida. Entrementes, Mubarak se fora, e os israelenses não confiavam no novo governo da Irmandade Muçulmana no Cairo. Isso tornava o papel dos Estados Unidos ainda mais crucial. Autoridades israelenses me diriam mais tarde que aquela tinha sido a escolha mais difícil de Netanyahu como primeiro-ministro.

Informei que iria ao Cairo no dia seguinte e queria levar comigo um documento que pudesse apresentar ao presidente Morsi como base para negociações finais. A chave, pensei eu, era estar segura de ter alguns pontos em que os israelenses estivessem dispostos a fazer concessões se pressionados, de modo que Morsi pudesse sentir ter conseguido um bom acordo para os palestinos. Demos voltas e mais voltas em torno de detalhes sem achar uma fórmula que funcionasse.

Interrompemos a reunião depois da meia-noite, e eu fui para o icônico Hotel Rei Davi, com seus oitenta anos de tradição, para algumas horas de sono inquieto. Parecia mais provável que aquela missão diplomática fracassaria e tropas israelenses entrariam em Gaza. Pela manhã, fui de carro até Ramallah para uma consulta com Abbas. Embora sua influência naquela situação fosse limitada, eu não queria excluí-lo e assim emprestar legitimidade ao Hamas na luta de poder interpalestina. Eu sabia também que a Autoridade Palestina continuava a pagar salários e bolsas de auxílio a milhares de pessoas em Gaza, apesar de a faixa estar sendo governada pelo Hamas, então seria proveitoso ter o apoio de Abbas para um cessar-fogo.

Àquela altura, a sede da Autoridade Palestina em Ramallah já era terreno familiar para mim. Conhecida como Mukataa, foi originalmente construída como forte britânico na década de 1920 e ficou famosa em 2002, quando o Exército israelense sitiou o complexo com Arafat e seus principais assessores presos em seu interior, acabando por destruir a maior parte dela. O complexo fora reconstruído e agora incluía o mausoléu de calcário de Arafat, onde uma guarda de honra palestina vigiava enquanto visitantes vinham prestar seus respeitos.

Fora um ano difícil para Abbas. Sua popularidade estava em baixa, e a economia na Margem Ocidental desacelerava. Depois de expirada a moratória de assentamentos israelenses no fim de 2010 e ele ter se retirado das negociações diretas, Abbas decidira apresentar uma petição para que a ONU reconhecesse a Palestina como Estado independente. Ele apostara sua carreira na ideia de que o Estado podia ser conseguido por meios pacíficos — em oposição à visão do

Hamas de uma luta armada —, e o fracasso nas negociações prejudicara seriamente a sua posição política. Abbas sentia que precisava encontrar outro caminho não violento para forçar o caminho adiante se quisesse manter seu poder e continuar oferecendo uma alternativa viável aos extremistas. Uma votação simbólica na ONU provavelmente não faria muita coisa pela vida cotidiana dos palestinos, mas atrelá-la a Israel no cenário mundial e expor seu crescente isolamento ajudaria Abbas em sua casa — e, argumentavam os palestinos, poderia estimular Israel a fazer concessões. O problema era que ir à ONU contrariava a ideia crucial de que a paz só podia ser consumada por meio de negociações entre as partes, com compromissos de ambos os lados. Ações unilaterais, fosse o reconhecimento da Palestina como Estado na ONU ou a construção de assentamentos israelenses na Margem Ocidental, erodiam a confiança e dificultavam fomentar tais compromissos.

Durante todo o ano de 2011, tentamos sem sucesso convencer Abbas a abandonar sua petição, ao mesmo tempo que trabalhávamos para garantir que não haveria no Conselho de Segurança votos suficientes para levá-la adiante. (Queríamos evitar, se possível, ter de usar o nosso veto.) Simultaneamente comecei a trabalhar com Cathy Aston e Tony Blair da União Europeia num programa para restaurar negociações diretas baseadas nos termos de referência delineados pelo presidente Obama no seu discurso de maio de 2011. Houve um burburinho diplomático na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2011, mas não foi o suficiente para dissuadir Abbas de submeter sua petição e forçar a matéria. Graças ao nosso poder de persuasão nos bastidores, a estratégia não deu em nada no Conselho de Segurança. Tudo que Abbas conseguiu pelo seu esforço — além de deixar tensas as relações com os Estados Unidos e Israel — foi ser aceito como membro da UNESCO, a agência cultural da ONU. Ele garantiu que voltaria em 2012 e tentaria novamente.

O Hamas vinha então tomando o lugar de Abbas no cenário, com sua ferrenha e notória resistência a Israel, fazendo com que ele parecesse fraco e cansado para seu povo. Penso que Abbas ficou grato pela minha visita, mas estava deprimido com a situação. Após uma discussão bastante desanimadora, ele concordou em apoiar minhas iniciativas de paz e me desejou sucesso no Cairo.

Em seguida voltei a Jerusalém para outra discussão com Netanyahu. Seus assessores tinham ligado no meio da noite e pedido para que voltássemos para mais uma reunião antes de partir para o Cairo. Repassamos item por item, calibrando meticulosamente até onde os israelenses podiam se curvar sem quebrar e tentando adivinhar como as coisas poderiam ocorrer com os egípcios. No fim da reunião tínhamos uma estratégia montada, e eu contava com uma linguagem aprovada por Israel para levar aos egípcios como base para negociações.

Então fui para o aeroporto. Enquanto estávamos a caminho, chegou a notícia de uma bomba num ônibus em Tel Aviv, a primeira em anos. Dezenas de pessoas feridas. Era um lembrete sinistro da urgência da minha missão.

No meio da tarde de 21 de novembro cheguei ao palácio presidencial no Cairo onde antes me encontrara com Mubarak tantas vezes. O prédio e o pessoal da casa eram os mesmos, mas quem comandava era a Irmandade Muçulmana. Até ali Morsi mantivera o Tratado de Paz de Camp David com Israel, que havia sido uma pedra angular da estabilidade regional durante décadas, mas quanto tempo duraria se Israel voltasse a invadir Gaza? Será que Morsi buscaria reafirmar o tradicional papel do Egito como mediador e pacificador e estabelecer-se como estadista internacional? Ou atuaria de modo a explorar a ira popular e se colocaria como o único homem no Oriente Médio capaz de enfrentar Israel? Estávamos prestes a testá-lo.

Morsi era um político incomum. A história o empurrara dos bastidores para a cadeira

principal. Em muitos aspectos, a situação estava acima dele, e ele tentava aprender como governar a partir do zero num contexto muito difícil. Morsi claramente estava adorando o poder da sua nova posição e se dando bem na dança da política (até que acabou sendo consumido por ela). Fiquei aliviada por ver que, pelo menos no caso de Gaza, ele parecia mais interessado em ser o negociador, e não o demagogo. Reunimo-nos no seu gabinete com um pequeno grupo de assessores e começamos a examinar o documento que eu trouxera do primeiro-ministro de Israel, linha por linha.

Encorajei Morsi a pensar no papel estratégico do Egito na região e em seu próprio papel na história. Ele falava um inglês sólido, pois doutorara-se pela Universidade do Sul da Califórnia em ciência dos materiais, em 1982, e lecionara na Universidade Estadual da Califórnia, em Northridge, até 1985. Ele examinou detidamente cada frase do texto. A certa altura, exclamou: "Não aceito isto". "Mas essa foi a proposta de vocês num dos seus primeiros esboços", retruquei. "Ah, foi nossa? O.K.", e concordou. Em certo momento das negociações, chegou a desdizer o ministro das Relações Exteriores Amr e ofereceu uma concessão importante.

A proposta era breve e ia direto ao ponto. Numa determinada "hora zero", estabelecida de comum acordo, Israel brecaria todas as hostilidades em Gaza, por terra, mar e ar, e as facções palestinas cessariam o lançamento de mísseis e todos os outros ataques ao longo da fronteira. O Egito atuaria como avalista e monitor. A parte traiçoeira era o que viria em seguida. Quando deveriam os israelenses afrouxar as restrições para atravessar a fronteira de modo que os palestinos pudessem obter comida e suprimentos? Como Israel poderia ter certeza de que o Hamas não estava reconstruindo seu arsenal de mísseis? Propusemos que essas questões complicadas "fossem tratadas 24 horas depois do começo do cessar-fogo". Isso era intencionalmente vago, a ideia sendo que o Egito poderia facilitar conversas substantivas uma vez interrompidos os combates. Netanyahu me dera espaço de manobra para negociar quais tópicos seriam mencionados especificamente naquela cláusula, e eu precisei desse espaço. Morsi pressionou alguns pontos, nós revisamos a lista diversas vezes e acabamos chegando a um acordo no seguinte: "Liberar travessias e facilitar a circulação de pessoas e a transferência de bens e abster-se de restringir movimentação livre de moradores e cessar com sua perseguição em áreas fronteiriças, e os procedimentos de implementação serão tratados 24 horas contadas a partir do início do cessar-fogo".

Durante todas as negociações, os egípcios ficaram ao telefone com os líderes do Hamas e de outras facções palestinas extremistas em Gaza, inclusive alguns que estavam na verdade sentados nos escritórios dos serviços de inteligência egípcios do outro lado da cidade. A equipe de Morsi, nova em termos de governo, foi hesitante com os palestinos e parecia pouco à vontade na queda de braço para conseguir um acordo. Nós ficávamos lembrando aos homens da Irmandade Muçulmana que eles agora representavam uma importante potência regional e era sua responsabilidade agir para ter resultados.

Frequentemente eu punha o presidente Obama a par da situação, e conversei diversas vezes com Netanyahu. Ele e Morsi não se falavam diretamente, então servi como intermediária para um jogo de apostas altas em negociações telefônicas, enquanto Jake e a nossa formidável embaixadora no Cairo, Anne Patterson, examinavam alguns dos detalhes mais espinhosos com os assessores de Morsi.

Netanyahu queria a ajuda dos Estados Unidos e do Egito para bloquear novos carregamentos de armas para dentro de Gaza. Não queria encerrar os ataques aéreos para depois se descobrir numa posição insustentável em um ou dois anos. Quando pressionei Morsi sobre esse ponto, ele concordou que isso também estava nos interesses de segurança do Egito, mas

queria, por seu lado, um compromisso de reabrir as fronteiras de Gaza para ajuda humanitária e outros bens o mais depressa possível, além de maior liberdade de movimentação para embarcações de pesca palestinas ao longo da costa. Netanyahu estava disposto a ser flexível nesses pontos se recebesse garantias de que as armas e os mísseis tinham cessado. A cada rodada de discussões, chegávamos alguns centímetros mais perto de um entendimento.

Depois de horas de intensa negociação, batemos o martelo num acordo. O cessar-fogo entraria em vigor às nove da noite, hora local, a apenas mais algumas horas. (Foi uma escolha arbitrária, mas precisávamos dar uma resposta a uma questão básica: "Quando deve parar a violência?".) Porém, antes de podermos declarar vitória, havia mais um detalhe a ser considerado. Tínhamos combinado que o presidente Obama ligaria para Bibi, tanto para lhe pedir pessoalmente que concordasse com o cessar-fogo como para lhe prometer um aumento da ajuda americana para reprimir o contrabando de armas para dentro de Gaza. Seria essa uma cobertura política para Bibi poder dizer ao seu gabinete e a seus eleitores que cancelara a invasão porque o aliado mais importante de Israel lhe suplicara para fazê-lo? Ou será que ele tinha alguma satisfação pessoal em ver o presidente Obama fazendo qualquer coisa para vencer obstáculos? Independentemente do motivo, se era isso o que se fazia necessário para selar o acordo, tínhamos de fazê-lo.

Nesse ínterim, a minha equipe observava ansiosamente o relógio. Passava das seis da tarde no Cairo na véspera do Dia de Ação de Graças. Os regulamentos da Força Aérea relativos ao descanso da tripulação passariam a valer em breve, o que significaria que não poderíamos levantar voo até o dia seguinte, mas se fôssemos embora logo, no último momento, talvez conseguíssemos voltar a tempo para que as pessoas passassem o feriado com suas famílias. Qualquer complicação, e o único peru de Ação de Graças que comeríamos era o famoso sanduíche de peito de peru da Força Aérea. É claro que não era o primeiro feriado ameaçado pelas loucas exigências da diplomacia internacional, e ninguém da equipe se queixava; só queriam terminar o serviço.

Finalmente todas as peças estavam encaixadas no lugar, o telefonema foi dado, e recebemos o sinal verde de Jerusalém e Washington. Essam al-Haddad, conselheiro de segurança nacional de Morsi, ajoelhou-se para agradecer a Deus. O ministro das Relações Exteriores Amr e eu descemos juntos para uma lotada coletiva de imprensa e anunciamos que se combinara um cessar-fogo. Foi um pandemônio absoluto, com as emoções nas alturas. Amr falou da "responsabilidade histórica do Egito com a causa palestina" e também da "ansiedade para parar o derramamento de sangue" e preservar a estabilidade regional. O novo governo da Irmandade Muçulmana jamais voltaria a parecer ter tanta credibilidade quanto naquele dia. Agradeci ao presidente Morsi pela sua mediação e elogiei o acordo, mas alertei: "Não há nada que substitua uma paz justa e duradoura" que "atenda às legítimas aspirações de segurança e dignidade de palestinos e israelenses igualmente". Então nosso trabalho estava longe de estar terminado. Garanti que "nos dias pela frente, os Estados Unidos trabalharão com parceiros de toda a região para consolidar esse progresso, melhorar as condições do povo de Gaza e proporcionar segurança ao povo de Israel".

Enquanto o nosso comboio de carros disparava pelas ruas do Cairo naquela noite, perguntei-me quanto tempo o cessar-fogo duraria — ou mesmo se chegaria a vigorar. A região já tinha visto inúmeros ciclos de violência e esperanças arrasadas. Bastariam alguns extremistas e uma base de lançamento de mísseis para reacender o conflito. Ambos os lados teriam de trabalhar duro para preservar a paz. E, mesmo que conseguissem, haveria conversas difíceis nos próximos dias sobre questões complexas que tínhamos adiado no acordo. Eu poderia facilmente estar logo

de volta, tentando juntar os pedaços mais uma vez.

Às nove da noite, conforme programado, os céus de Gaza silenciaram. Nas ruas lá embaixo, milhares de palestinos comemoraram. Os líderes do Hamas, que por pouco tinham evitado outra devastadora invasão israelense, declararam vitória. Netanyahu adotou um tom sóbrio e especulou que ainda era "muito possível" que ele fosse obrigado a lançar "uma operação militar muito mais dura" se o cessar-fogo não fosse mantido. Mesmo assim, apesar dessas reações contrastantes, pareceu-me que os dois resultados estratégicos mais importantes do conflito caíram muito bem para Israel. Primeiro, pelo menos por enquanto, o Egito continuava sendo um parceiro para a paz, o que estivera em séria dúvida após a queda de Mubarak. Segundo, o sucesso do Domo de Ferro em abater mísseis havia reforçado a "vantagem militar qualitativa" de Israel e exposto a inutilidade das ameaças militares do Hamas.

Quando chegamos ao avião, perguntei a Jake se o acordo ainda estava em vigor. Era só uma piada. Ele disse que sim, e me acomodei para o longo voo para casa.

Conforme se viu, o cessar-fogo se susteve melhor do que qualquer um esperava. Em 2013, Israel desfrutou do ano mais tranquilo em uma década. Mais tarde, uma autoridade de Israel me confidenciou que seu governo estivera a 48 horas de desfechar uma invasão terrestre contra Gaza e que a minha intervenção diplomática foi a única coisa que barrou o caminho de um confronto muito mais explosivo. É claro que continuei a acreditar que a longo prazo nada será mais seguro ao futuro de Israel como Estado democrático judeu do que uma paz abrangente baseada em dois Estados para dois povos.

Sexta parte

O futuro que queremos

21

Mudança climática: Estamos todos juntos nessa

"Não! Não! Não!", disse o funcionário chinês, agitando o braço através do vão da porta. O presidente dos Estados Unidos estava forçando passagem sem ser convidado numa reunião fechada com o premiê da China — e não havia como impedi-lo.

Quando se é um alto funcionário representando os Estados Unidos no exterior, especialmente o presidente ou a secretária de Estado, todo movimento é cuidadosamente planejado e toda porta se abre segundo deixas combinadas. A gente se acostuma a ser rapidamente conduzido através dos movimentados centros das cidades, furar a alfândega e o serviço de segurança no aeroporto e nunca ter de esperar um elevador, mas às vezes o protocolo é quebrado e a diplomacia vira uma bagunça. É aí que é preciso improvisar. Aquela foi uma dessas vezes.

O presidente Obama e eu estávamos à procura do premiê Wen Jiabao, no meio de uma enorme conferência sobre mudança climática em Copenhague, Dinamarca. Em dezembro de 2009, essa charmosa cidade estava fria, escura e inusitadamente tensa. Sabíamos que a única maneira de conseguir um acordo significativo sobre mudança climática era fazer com que os líderes dos países que mais emitem gases de efeito estufa se reunissem e batessem o martelo num compromisso — especialmente os Estados Unidos e a China. As escolhas e *trade-offs* que nos confrontavam seriam difíceis. Novas tecnologias de energia limpa e maiores eficiências nos permitiriam cortar as emissões e ao mesmo tempo gerar empregos e novas indústrias, chegando mesmo a ajudar economias emergentes a pular as fases mais sujas do desenvolvimento industrial, mas não havia como contornar o fato de que combater a mudança climática seria uma venda política difícil numa época em que o mundo ainda se debatia para sair de uma crise financeira global. Todas as economias dependiam basicamente de combustíveis fósseis. Mudar isso exigiria liderança arrojada e cooperação internacional.

Entretanto os chineses estavam nos evitando. Pior, ficamos sabendo que Wen havia convocado uma reunião "secreta" com indianos, brasileiros e sul-africanos para impedir, ou ao menos diluir, o tipo de acordo que os Estados Unidos buscavam. Quando não conseguimos encontrar nenhum dos líderes desses países, soubemos que havia algo de errado e mandamos integrantes da nossa equipe vasculhar o centro de conferências. E eles acabaram descobrindo o local da reunião.

Depois de trocarmos olhares de "Você está pensando o que eu estou pensando?", o presidente e eu partimos pelos longos corredores do amplo centro de convenções nórdico, com uma turma de especialistas e assessores se empurrando para nos acompanhar. Mais tarde fizemos piada daquela improvisada "marcha atlética", na verdade uma carreata sem carros, mas naquele momento eu estava focada no desafio diplomático que nos aguardava no destino final da caminhada. E lá fomos nós, subindo às carreiras um lance de escadas e dando de cara com surpresos funcionários chineses, que tentaram nos desviar mandando-nos na direção oposta, mas não podíamos ser detidos. A revista *Newsweek* mais tarde nos descreveu como "uma versão diplomática de Starsky e Hutch".

Quando chegamos diante da sala onde se realizava a reunião, havia um amontoado de

assessores discutindo e agentes de segurança nervosos. Robert Gibbs, secretário de Imprensa da Casa Branca, enredou-se com um guarda chinês. Na confusão, o presidente deslizou porta adentro e gritou "Senhor premiê!" em altíssima voz, chamando a atenção de todo mundo. Os guardas chineses voltaram a segurar a porta, mas eu me abaixei e consegui passar.

Numa sala de conferências improvisada cujas paredes de vidro haviam sido cobertas por panos como proteção contra olhares bisbilhoteiros, encontramos Wen instalado em torno de uma mesa comprida com o primeiro-ministro da Índia Manmohan Singh, o presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da África do Sul Jacob Zuma. Os queixos caíram quando nos viram.

"Estão prontos?", perguntou o presidente Obama, abrindo um largo sorriso forçado. Agora as negociações de verdade podiam começar.

Foi um momento que estava sendo preparado fazia pelo menos um ano. Nas nossas campanhas de 2008, tanto o senador Obama como eu ressaltamos a mudança climática como um desafio urgente para o nosso país e para o mundo, e oferecemos planos para reduzir emissões, aumentar a eficiência energética e desenvolver tecnologias de energia limpa. Tentamos ser diretos com o povo americano acerca das escolhas difíceis que teríamos pela frente, ao mesmo tempo evitando a velha falsa escolha entre economia e meio ambiente.

Os problemas apresentados pelo aquecimento global eram evidentes, apesar dos que tentavam negá-los. Havia uma montanha de dados científicos esmagadores sobre os efeitos nocivos do dióxido de carbono, do metano e outros gases de efeito estufa. Treze dos catorze anos mais quentes já registrados ocorreram depois do ano 2000. Eventos climáticos extremos, inclusive incêndios, ondas de calor e secas estão aumentando mensuravelmente. Se isso continuar, provocará desafios adicionais, deslocando milhões de pessoas, deflagrando uma competição por recursos escassos, como água potável, e desestabilizando Estados frágeis.

Quando assumimos os cargos, o presidente Obama e eu concordamos que a mudança climática é ao mesmo tempo uma ameaça significativa à segurança nacional e um teste fundamental para a liderança americana. Sabíamos que as Nações Unidas programariam uma importante conferência sobre clima no fim do nosso primeiro ano de governo e que seria uma oportunidade para galvanizar ampla ação internacional. Então começamos a assentar as bases do trabalho.

Isso fazia parte de uma história maior sobre como a nossa política externa tinha mudado. Durante a Guerra Fria, os secretários de Estado só podiam se concentrar quase exclusivamente nas questões tradicionais de guerra e paz, como o controle de armas nucleares. No século XXI também temos de prestar atenção a desafios globais emergentes que afetam a todos neste nosso mundo interdependente: doenças pandêmicas, contágio financeiro, terrorismo internacional, redes criminosas transnacionais, tráfico de seres humanos e de vida silvestre — e, é claro, mudança climática.

O movimento no front doméstico começou rapidamente em 2009, quando a nova administração Obama começou a trabalhar com o Congresso numa ambiciosa lei *"cap and trade"*, de limite e comércio de emissões, que criaria um mercado para fixar preços, comprar e vender emissões de carbono, ao mesmo tempo tomando medidas diretas por meio de órgãos federais, como a Agência de Proteção Ambiental (EPA), e aprovando leis que fornecessem incentivos para gerar mais energia solar e eólica. Houve muita animação quando em junho foi aprovada uma lei na Câmara dos Representantes capitaneada pelos congressistas Henry Waxman da Califórnia e Ed Markey de Massachusetts, mas que ficou rapidamente atolada no Senado.

Internacionalmente, tínhamos um caminho árduo a percorrer. Desde o começo eu sabia que

seria necessária uma diplomacia criativa e persistente para construir uma rede global de parceiros dispostos a enfrentar em conjunto a mudança climática. Construir esse tipo de coalizão, especialmente quando as escolhas das políticas envolvidas são tão difíceis, é muito mais difícil do que se imagina. O primeiro passo era abraçar o processo internacional de negociações chamado Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que permitia a todas as nações participantes discutir esse desafio comum num único local. O objetivo era reunir todo mundo em Copenhague em dezembro de 2009 e tentar fechar um acordo entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Eu precisava de um negociador experiente com conhecimento de assuntos de clima e energia para comandar esse esforço, então pedi a Todd Stern para se tornar enviado especial para Mudanças Climáticas. Eu conhecia Todd de seu trabalho na década de 1990 como negociador no Protocolo de Kyoto, defendido pelo vice-presidente Al Gore e assinado por Bill, mas nunca ratificado pelo Senado. Por baixo de uma aparência calma, Todd é um diplomata apaixonado e persistente. Durante os anos da administração Bush, trabalhou diligentemente em questões de clima e energia no Centro para o Progresso Americano. Agora teria de usar toda a sua habilidade para convencer nações relutantes a vir para a mesa de negociações e assumir compromissos. Eu queria que ele começasse o mais depressa possível, então levei-o comigo na minha primeira viagem à Ásia. Se não convencêssemos a China, o Japão, a Coreia do Sul e a Indonésia a adotar melhores políticas climáticas, seria quase impossível chegar a um acordo internacional de credibilidade.

Em Beijing, Todd e eu visitamos a Central Térmica de Taiyanggong, de alta tecnologia e movida a gás, que emite metade do dióxido de carbono de uma usina movida a carvão e utiliza um terço da água. Depois de dar uma olhada nas magníficas turbinas fabricadas pela General Electric, falei a uma audiência chinesa sobre oportunidades econômicas provindas de se enfrentar os desafios da mudança climática. Seu governo começara a fazer investimentos maciços em energia limpa, especialmente solar e eólica, mas se recusava a assumir qualquer compromisso internacional referente a emissões. Todd passou muitas horas, naquela ocasião e mais tarde, tentando convencê-los a mudar de ideia.

Nosso foco inicial na China não era por acaso. Graças ao seu tremendo crescimento econômico na década passada, a China estava se tornando rapidamente o maior emissor de gases estufa do mundo. (Representantes chineses sempre eram rápidos em apontar que a taxa de emissão per capita do seu país ainda ficava bem atrás do Ocidente industrializado, particularmente os Estados Unidos. Embora também segundo esse critério estejam nos alcançando rapidamente.) A China também era a potência maior e mais influente de um grupo novo de potências regionais e globais, que incluía Brasil, Índia, Indonésia, Turquia e África do Sul, que estavam ganhando projeção internacional mais por suas economias em expansão do que pelo seu poderio militar. A cooperação delas seria essencial para qualquer acordo abrangente sobre mudança climática.

Cada um à sua maneira, esses países estavam se agarrando às implicações de seu crescente peso e influência. Por exemplo, a China havia tirado centenas de milhões de pessoas da pobreza extrema desde que Deng Xiaoping abriu o país para o mundo em 1978, mas em 2009, 100 milhões de pessoas ainda viviam com menos de um dólar por dia. O compromisso do Partido Comunista de elevar a renda e diminuir a pobreza baseava-se em aumentar a produção industrial. Isso representava uma escolha difícil: poderia a China permitir-se enfrentar o problema da mudança climática enquanto tantos milhões ainda eram tão pobres? Poderia ela seguir um caminho de desenvolvimento diferente, baseando-se em energia mais eficiente e renovável, que

ainda assim contribuiria para reduzir a pobreza? A China não era o único país que se debatia com essa questão. Quando se governa um país com profundas desigualdades e pobreza, é compreensível acreditar que seja impossível dar-se ao luxo de restringir o crescimento só porque as potências industriais dos séculos XIX e XX poluíram seu caminho para a prosperidade. Se a Índia pudesse melhorar a vida de milhões de seus cidadãos, acelerando o crescimento industrial, como poderia dar-se ao luxo de percorrer um caminho diferente? As respostas desses países à pergunta de participar ou não do combate à mudança climática, mesmo que não a tenham causado, determinaria o sucesso ou fracasso da nossa diplomacia.

Tendo isso em mente, Todd e eu fomos à Índia no verão de 2009. Depois de orgulhosamente nos levar a conhecer um dos prédios mais verdes perto de Nova Délhi e me oferecer uma guirlanda de flores, o ministro do Meio Ambiente, Jairam Ramesh, nos surpreendeu durante os nossos discursos públicos lançando-nos um desafio retórico. Tomar as medidas para enfrentar a mudança climática deveria ser responsabilidade de países ricos como os Estados Unidos, declarou ele, e não de potências emergentes como a Índia, que tinham desafios internos mais prementes com que se preocupar. Na nossa conversa em particular, Ramesh reiterou que as emissões per capita da Índia estavam abaixo das dos países desenvolvidos, e argumentou que não havia base legítima para que fosse colocada pressão internacional sobre o país nos preparativos para Copenhague.

Entretanto, o fato inegável era que seria impossível impedir o aumento das temperaturas globais se esses países em rápido desenvolvimento insistissem em jogar pelas antigas regras e bombear quantidades maciças de carbono na atmosfera. Mesmo que os Estados Unidos reduzissem amanhã suas emissões a zero, os níveis globais ainda estariam muito longe da média aceitável se China, Índia e outros deixassem de reduzir suas emissões. E mais, a mesma população pobre que o ministro indiano estava preocupado em ajudar seria a mais vulnerável às intempéries da mudança climática. Assim, na minha resposta aos seus comentários, eu disse que os Estados Unidos fariam sua parte para desenvolver tecnologias limpas que estimulassem o crescimento econômico e combatessem a pobreza, ao mesmo tempo reduzindo emissões. Porém, enfatizei, era crucial que o mundo inteiro abraçasse a causa como missão e responsabilidade comuns. Era um debate que continuaria nos meses seguintes, definindo as posições de negociação quando os países se reuniram para a conferência da ONU sobre mudança climática em dezembro na Dinamarca e provocando a reunião secreta que o presidente e eu invadimos.

Copenhague é uma cidade pitoresca, repleta de parques e ruas com calçamento de pedras, mas, quando cheguei em pleno inverno no meio de uma tempestade de neve, pouco depois das três da manhã em 17 de dezembro de 2009, estava um frio terrível, e as negociações estavam profundamente congeladas. Em dois dias apenas a conferência chegaria ao fim, e parecia que aquela oportunidade de ação escorregaria por entre os dedos do mundo.

De um lado do debate estavam os países emergentes ou, como eu começara a pensar neles, os “emissores emergentes”, considerando o rápido crescimento de sua participação na emissão total de carbono. A maioria deles buscava evitar um acordo que os tolhesse e limitasse seu crescimento. Do outro lado estavam os europeus, ainda na esperança de estender o Protocolo de Kyoto, que impusera pesados fardos às nações ricas mas essencialmente dera passagem livre a grandes países em desenvolvimento como China e Índia. Muitos países pobres e pequenos, especialmente as nações insulares, estavam desesperados por um acordo que os ajudasse a evitar ou ao menos mitigar as mudanças climáticas que já estavam experimentando.

Os Estados Unidos insistiam naquilo que considerávamos um resultado realisticamente alcançável: um acordo diplomático estabelecido em conjunto por líderes (em vez de um tratado

legal ratificado por parlamentos e posto em vigor por tribunais), que exigiria de toda nação importante, desenvolvida ou em desenvolvimento, o compromisso de tomar medidas significativas para reduzir as emissões de carbono e reportar transparentemente o seu progresso — algo que nunca antes aconteceu. Não esperávamos que todo país tomasse as mesmas medidas ou que cortasse as emissões em igual quantidade, mas buscávamos um acordo que exigisse de todos eles assumir a responsabilidade de reduzir as emissões.

Uma das minhas primeiras reuniões em Copenhague foi com a Aliança dos Pequenos Estados Insulares. Estima-se que o nível global dos oceanos tenha subido dezessete centímetros no decorrer do século xx. À medida que a calota ártica continuar derretendo, o nível dos oceanos continuará a subir em taxas cada vez maiores, ameaçando a própria existência de alguns desses pequenos países. Em 2012, quando visitei as Ilhas Cook para uma reunião do Fórum das Ilhas do Pacífico, os líderes ali me disseram que a mudança climática era a maior ameaça isolada enfrentada pelas suas nações.

Ilhas e países de baixa altitude estão na linha de frente dessa luta, mas o restante de nós não está muito atrás. Cerca de 40% de toda a humanidade vive dentro de um raio de quase cem quilômetros da costa. Cidades que se estendem ao longo de deltas costeiros, inclusive dos rios Mississippi, Nilo, Ganges e Mekong, estão particularmente em risco. Temos de projetar para o futuro e pensar no que acontecerá se a mudança climática continuar e os níveis dos mares continuarem subindo. O que acontecerá com esses bilhões de pessoas se suas casas e cidades se tornarem impraticáveis para se viver? Para onde irão? Quem lhes dará assistência?

Imagine a violência que se seguiria na esteira de secas mais severas e extrema escassez de comida e água em países frágeis, ou os efeitos sobre o comércio global da destruição de lavouras e infraestrutura por inundações e tempestades. Qual será o impacto no comércio e estabilidade globais à medida que o abismo entre países ricos e pobres se alargar mais e mais? Quando me encontrei em Copenhague com o primeiro-ministro da Etiópia, Meles Zenawi, que se ergueu como porta-voz de alguns dos países mais vulneráveis aos efeitos da mudança climática e menos capazes de lidar com eles, ele me disse que o mundo esperava muito de nós, que aquele era um momento para a liderança americana.

Apesar de todas as elevadas esperanças que levaram àquela conferência, e talvez, em certo grau, por causa delas, as coisas correram mal desde o início. Choque de interesses, nervos à flor da pele e compromissos que pareciam fora de alcance. Precisávamos mudar aquela dinâmica de algum modo. De manhã cedo em 17 de dezembro, convoquei uma coletiva de imprensa. Nossa equipe no local da conferência providenciou um grande salão com assentos dispostos em forma de auditório, e quando cheguei havia centenas de jornalistas do mundo inteiro espremidos e ansiosos por qualquer informação que pudesse anunciar uma quebra do impasse. Eu disse a todos que os Estados Unidos estavam preparados para liderar uma iniciativa coletiva da parte dos países desenvolvidos para mobilizar anualmente 100 bilhões de dólares até 2020, a partir de uma combinação de recursos público-privados para ajudar as nações mais pobres e vulneráveis a mitigar os prejuízos da mudança climática — se pudéssemos também chegar a um acordo amplo sobre a limitação de emissões.

A ideia começou com os europeus, particularmente com o primeiro-ministro britânico Gordon Brown, que havia proposto um acordo similar no verão. Antes de minha chegada a Copenhague, Todd e o vice-conselheiro de Segurança Nacional Mike Froman recomendaram que eu a tivesse no bolso em caso de precisarmos começar as negociações imediatamente. Apresentando um compromisso concreto, eu esperava dar um novo sopro de vida nas conversas, pressionar a China e outros “emissores emergentes” a responder e ganhar o apoio dos países em

desenvolvimento que saudariam essa nova ajuda. Os jornalistas e delegados começaram imediatamente o burburinho, e muitos ficaram emocionados. O primeiro-ministro dinamarquês captou a mudança de humor ao dizer: “Há entre os negociadores uma sensação de que agora temos de arregaçar as mangas, agora temos de ser flexíveis, agora temos de tentar ao máximo assumir compromissos reais”.

Entretanto, essa sensação boa não durou muito. Os fundamentos do impasse permaneciam imóveis. Naquela noite, ainda sem o presidente Obama, juntei-me a outros líderes mundiais para um debate acalorado que se estendeu até tarde da noite numa sala pequena e superaquecida. Os chineses não cediam um centímetro; tampouco os indianos e os brasileiros. Alguns dos europeus deixavam que o perfeito fosse inimigo do bom — e do possível. Saímos dali, frustrados e cansados, perto das duas horas da manhã, ainda sem um acordo. Presidentes e primeiros-ministros exaustos se apressaram para a saída e acabaram descobrindo um congestionamento provocado pelo excesso de carros oficiais e veículos de segurança. Então ficamos ali parados, no que acabou se revelando a fila de táxi mais inusitada do mundo. A paciência começou a se esgotar. Lá estávamos todos, famintos e sonolentos, sem nada para mostrar como resultado dos nossos esforços. Nenhuma conferência sobre clima anterior incluíra tantos líderes do mais alto nível, e ainda assim não estávamos mais perto de chegar a um acordo. Finalmente, o presidente Sarkozy da França não aguentou mais. Revirou os olhos e, com um olhar de extremo desespero, declarou, em inglês: “Eu quero morrer!”. Todos sabíamos o que ele queria dizer.

Que diferença pode fazer um dia. Sentada ao lado do presidente Obama na pequena reunião de líderes em que tínhamos acabado de forçar nossa entrada, eu esperava que pudéssemos finalmente chegar a algum lugar. Olhei para Wen Jiabao do outro lado da mesa, depois para os líderes de Índia, Brasil e África do Sul. Eles representavam cerca de 40% da população mundial, e seu lugar naquela mesa simbolizava uma profunda alteração na influência global. Países que apenas algumas décadas atrás estavam à margem nas questões internacionais estavam então tomando decisões cruciais.

Observando a linguagem corporal daqueles líderes, eu estava contente pelo fato de o presidente Obama ter resolvido vir à Dinamarca. Originalmente ele se programara para pousar em Copenhague na sexta-feira de manhã, o último dia de negociações. Esperávamos já ter um acordo pronto para sua chegada, mas o impasse nas negociações tornou isso impossível. Na Casa Branca, seus assessores estavam ficando nervosos. Considerando o quanto as conversas estavam estagnadas, valeria a pena o presidente perder seu tempo e fazer a viagem? Esse foi outro caso em que pensei que devíamos “ser pegos tentando”. Liguei para o presidente e lhe assegurei que sua intervenção pessoal poderia dar o empurrão necessário para quebrar o impasse. Ele concordou, e o Air Force One logo tocou o solo da gelada Copenhague.

E lá estávamos nós, fazendo um esforço na última trincheira. Um dos pontos principais do impasse: se os países concordassem em cortar suas emissões, como esses compromissos seriam monitorados e executados? Os chineses, sempre alérgicos ao escrutínio externo, resistiam a quaisquer exigências de informes sólidos ou mecanismos de verificação. Os indianos, porém, eram mais dóceis. Com sua fala macia, o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, revidava delicadamente as objeções chinesas. O presidente Jacob Zuma da África do Sul, que fora um dos nossos críticos mais estridentes em reuniões anteriores, também estava mais construtivo e conciliatório.

Podíamos sentir a tendência da sala mudando de direção, e não éramos os únicos. Numa demonstração surpreendente, um dos outros integrantes da delegação chinesa, um diplomata talentoso com quem geralmente eu tivera relações bastante cordiais, começou a censurar em voz

alta o seu próprio premiê. Estava muito agitado ante a perspectiva de que um acordo pudesse estar realmente à mão. Wen, constrangido, instruiu seu intérprete a não traduzir a explosão do outro. Tentando fazer com que a reunião voltasse aos trilhos, o presidente Obama, no seu jeito calmo e tranquilo, perguntou a Wen o que outro funcionário chinês dissera. O premiê olhou para nós e declarou: "Não é importante".

No fim, depois de um monte de tempo persuadindo, discutindo e fazendo concessões, os líderes naquela sala redigiram um acordo que, ainda que longe de perfeito, salvou a cúpula de um fracasso e nos colocou no caminho para progressos futuros. Pela primeira vez todas as grandes economias, desenvolvidas e em desenvolvimento, concordaram em assumir compromissos nacionais para reduzir as emissões de carbono até 2020 e reportar de forma transparente seus esforços de redução. O mundo começou a se afastar da divisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que havia definido o Protocolo de Kyoto. Esse era um alicerce sobre o qual se podia construir.

Foi isso que o presidente e eu dissemos aos nossos amigos europeus quando nos reunimos para lhes dar as informações. Espremidos numa outra salinha, Brown, Sarkozy, Angela Merkel, Fredrik Reinfeldt da Suécia, Lars Rasmussen da Dinamarca e José Manuel Barroso da Comissão Europeia escutaram atentamente o presidente Obama. Eles queriam levar de Copenhague um tratado de base jurídica e não gostaram do nosso acordo. No entanto, relutantemente concordaram em apoiá-lo, pois não havia alternativa viável. Os europeus estavam certos ao dizer que não tínhamos conseguido em Copenhague tudo que queríamos, porém essa é a natureza de uma solução de compromisso.

Nos meses seguintes, dezenas de países, inclusive todos as principais nações em desenvolvimento, de fato submeteram propostas para limitar as emissões. E então, até onde sabemos, agiram no sentido de implementar essas propostas. E nos baseamos nesses alicerces nas conferências posteriores durante os cinco anos seguintes, em Cancun, Durban, Doha e Paris.

Depois de Copenhague, comecei a procurar meios de continuar fazendo progresso, ainda que a oposição política no Congresso e discordâncias com a China e outros no cenário mundial dificultassem o alcance do tipo de reformas amplas que precisávamos para combater as mudanças climáticas. Quando menina em Illinois, joguei um bocado de softbol, e uma das lições que me ficou foi que se você tenta rebater apenas *home runs*, a maioria das vezes acaba saindo sem marcar nada, mas se você se contenta em rebater para correr apenas uma ou duas bases, isso acaba contribuindo para uma contagem ainda maior.

Essa era a ideia por trás da Coalizão do Clima e Ar Limpo que anunciei em fevereiro de 2012, com o propósito de reduzir os chamados "superpoluentes". Mais de 30% do aquecimento global é atribuído a essas partículas, que incluem metano, carbono negro e hidrofluorcarbonos (HFCS), que são produzidos por dejetos animais, aterros urbanos, aparelhos de ar condicionado, queimadas rurais, fogueiras e fornos à lenha, produção de petróleo e gás etc. Os poluentes são também altamente nocivos à saúde respiratória das pessoas. A boa notícia é que esses gases de efeito estufa se dispersam na atmosfera mais depressa do que o dióxido de carbono, então um esforço agressivo para reduzi-los pode desacelerar a taxa de mudança climática mais rapidamente. Segundo um estudo, "uma redução drástica em emissões de poluentes de vida mais curta a começar em 2015 poderia compensar o aquecimento das temperaturas em até 50% até 2050".

Fazer isso daria ao mundo a possibilidade de ganhar um tempo precioso para desenvolver novas tecnologias e a vontade política de lidar com os problemas mais sérios relacionados ao carbono. Comecei conversando com governos que tivessem opiniões semelhantes, especialmente

os escandinavos, sobre o que poderíamos fazer. Resolvemos formar uma parceria público-privada que consistia em governos, empresas, cientistas e fundações. Organizei um evento no Departamento de Estado com ministros do meio ambiente de Bangladesh, Canadá, México e Suécia, além do embaixador de Gana e a administradora da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, Lisa Jackson, para lançar a Coalizão do Clima e Ar Limpo. Em 2014, havia 37 países parceiros e 44 parceiros não estatais e a Coalizão deu passos importantes no sentido de reduzir emissões de metano da produção de petróleo e gás e carbono negro de fumaças de diesel e outras fontes. Cuidar da gestão de resíduos em cidades que vão da Nigéria à Malásia, reduzir o carbono negro da produção de tijolos em lugares como a Colômbia e o México e diminuir as emissões de metano em Bangladesh e Gana são medidas que podem passar despercebidas, mas passos como esses estão fazendo a diferença no esforço global de abordar a mudança climática.

Um dos meus parceiros nesse empenho era o ministro das Relações Exteriores da Noruega, Jonas Gahr Støre. Ele me convidou para visitar seu país e ver em primeira mão os efeitos da mudança climática no encolhimento das geleiras árticas. Cheguei à pitoresca cidade norueguesa de Tromsø, localizada ao norte do Círculo Polar Ártico, em junho de 2012. No verão, as temperaturas ali chegam a quatro graus acima de zero quase toda a noite, que permanece clara como se fosse dia. Jonas e eu embarcamos no navio de pesquisa ártica *Helmer Hanssen*, para uma viagem por um fiorde para ver mais de perto o gelo que derretia. O ar estava tão fresco e limpo que eu mal pude acreditar. As montanhas, em sua maioria ainda cobertas de neve, pareciam se projetar direto de dentro da água gelada. Jonas apontou, com preocupação, as geleiras que recuavam. Os degelos de verão estavam deixando partes do oceano Ártico livres do gelo durante semanas inteiras. Na verdade, as geleiras recuavam em quase toda parte do mundo, inclusive nos Alpes, no Himalaia, nos Andes, nas Montanhas Rochosas, no Alasca e na África.

O Alasca está se aquecendo com o dobro da taxa que o resto dos Estados Unidos, e a erosão, o derretimento da camada de solo gelado e o aumento do nível das águas já estão forçando algumas comunidades ao longo da costa a relocar-se para o interior do continente.

Em 2005, acompanhei o senador McCain e dois outros senadores republicanos, Lindsey Graham e Susan Collins, numa viagem a Whitehorse, no Canadá, e Barrow, no Alasca, a ponta mais ao norte dos Estados Unidos. Encontramo-nos com cientistas, líderes locais e anciãos das nações indígenas canadenses para ouvir deles os efeitos da mudança climática. Voando sobre as vastas florestas coníferas do Yukon, pude ver as enormes faixas marrons de exuberantes árvores mortas, abatidas por uma infestação de besouros escolitíneos que se mudaram para o norte devido às temperaturas mais quentes, especialmente os invernos mais amenos. Aquelas árvores mortas tornaram-se combustível para incêndios florestais que, segundo os canadenses, vinham acontecendo com frequência cada vez maior. Podíamos ver a fumaça que subia de uma labareda próxima.

Praticamente todo mundo com quem falei naquela viagem tivera um despertar pessoal sobre o que estava acontecendo. Um ancião tribal relatou que havia retornado a um lago onde pescara quando criança para descobrir que esse tinha secado. Conheci participantes de corridas de trenós que me disseram que não precisavam mais sequer usar luvas. Em Barrow, o mar costumava congelar no começo de novembro até o polo Norte. Agora, os moradores nos contaram, encontravam lodo em vez de gelo. No Parque Nacional dos Fiordes de Kenai, os guardas nos mostraram as medições das geleiras que encolhiam. Estava tão ruim que não se podia nem ver o gelo do centro de visitantes construído algumas décadas antes para exibir a majestosa vista.

Sete anos depois, na Noruega, eu estava vendo evidências ainda maiores da marcha constante da mudança climática. Eu gostava de Jonas e admirava sua paixão por proteger o

precioso ecossistema de seu país. Infelizmente, havia uma limitação para o que a Noruega podia fazer sozinha. Então ele se lançou na intensa diplomacia necessária para reunir todas as potências do Ártico. Ele e eu discutimos nossos esforços comuns no Conselho do Ártico, a organização internacional responsável por estabelecer as regras para proteger a região. Tromsø é hoje o local de sua sede permanente. O Conselho inclui todos os atores fundamentais: Estados Unidos, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia. Eu compartilhava o compromisso de Jonas com o Conselho, e em 2011 me tornei a primeira secretária de Estado americana a participar de uma de suas reuniões formais, que teve lugar em Nuuk, a remota capital da Groenlândia. Uma das minhas aliadas em forçar um maior envolvimento americano no Conselho do Ártico foi a senadora republicana do Alasca, Lisa Murkowski. Ela fez a viagem com o secretário do Interior Ken Salazar e comigo. Assinei o primeiro acordo internacional de um compromisso legal entre os oito países árticos, estabelecendo planos para missões de busca e resgate de embarcações extraviadas. Foi um começo que continha a esperança de pavimentar o caminho para uma cooperação futura em mudança climática, energia e segurança.

O derretimento do gelo abriu novas oportunidades para transportes marítimos e exploração de gás e petróleo através do Ártico, provocando uma renhida disputa por recursos e direitos territoriais. Algumas das reservas energéticas podiam ser enormes. O presidente russo Vladimir Putin dirigira o olhar para a região e orientara o seu exército a retomar as inúmeras antigas bases soviéticas no Ártico. Em 2007, um submarino russo chegou a fincar uma bandeira do país no fundo do mar perto do polo Norte. A movimentação russa aumentou a perspectiva de uma corrida armamentista na região e a "militarização" das relações árticas. Stephen Harper, o primeiro-ministro do Canadá, afirmou que, para "defender a soberania nacional" no Ártico, seu país precisava de "forças em terra, navios no mar e uma vigilância adequada". A China também está ávida para ganhar influência na região. Os chineses são famintos por energia e estão empolgados pelas perspectivas de novas rotas de transporte marítimo, que poderiam reduzir o tempo de viagem entre portos de Xangai e Hong Kong e os mercados da Europa em milhares de quilômetros. A China lançou diversas expedições científicas no Ártico, construiu seu próprio centro de pesquisa, expandiu investimentos nos países nórdicos, assinou um acordo de comércio com a Islândia e ganhou status de observador no Conselho do Ártico.

Jonas e eu discutimos a necessidade de impedir que essa corrida do ouro moderna estragasse o frágil ecossistema ártico, acelerando a mudança climática. Um aumento da atividade econômica era inevitável e poderia ser conduzido de forma responsável se tomássemos cuidado. Porém mais navios, mais perfurações e mais forças militares na região só serviriam para acelerar os danos ambientais. Basta imaginar o impacto de um vazamento de óleo no Ártico como o que atingiu o Golfo do México em 2010. Se deixarmos o Ártico virar o Velho Oeste, a saúde do planeta e a nossa própria segurança estarão em risco.

No futuro, espero que o Conselho do Ártico seja capaz de chegar a um acordo sobre como proteger e usar a região. Esse desafio pode não atrair hoje a opinião pública, mas é uma das questões de longo prazo mais importantes que enfrentamos.

Apesar do forte chamado à ação por parte do presidente Obama em seu segundo discurso de posse, uma resposta séria e abrangente à mudança climática permanece bloqueada por uma forte oposição política interna. A recessão pode ter ajudado a cortar nossas emissões totais, mas dificultou a mobilização da vontade política para conduzir mudanças mais significativas. Quando a economia aperta e as pessoas estão atrás de emprego, muitas outras preocupações recuam para os bastidores. E a velha falsa escolha entre promover a economia ou proteger o ambiente volta à superfície. Uma exceção tem sido a rápida mudança de carvão para gás natural na geração de

eletricidade. A queima de gás natural emite cerca de apenas a metade de gases de efeito estufa que o carvão, contanto que se impeça o metano de vazar dos poços de gás, embora sua produção acarrete outros riscos ambientais. Para tirar o máximo proveito dos nossos grandes recursos de gás natural, os estados e o governo federal precisarão estabelecer regulamentações mais adequadas, maior transparência e controle rigoroso.

Eu gostaria que tivéssemos conseguido mais para combater a mudança climática durante os primeiros quatro anos da administração Obama. Perder o Congresso significou um grande atraso, porque a maioria republicana, ao contrário dos partidos conservadores em outros países, fez da negação da mudança climática e da oposição até mesmo a respostas economicamente benéficas uma parte central de sua plataforma, mas não podemos desanimar por causa do tamanho do problema ou da teimosia da oposição. Precisamos continuar tomando medidas práticas que efetivamente funcionem. Na nossa reunião em Copenhague, o primeiro-ministro da Etiópia me disse que o mundo estava olhando para os Estados Unidos, à espera da sua liderança para combater a mudança climática. Acredito que essa seja uma responsabilidade que devemos aceitar, e ao mesmo tempo uma oportunidade que devemos aproveitar. Afinal, ainda somos a maior economia e o segundo maior emissor de dióxido de carbono. Quanto mais sérios forem os efeitos da mudança climática, mais importante será para nós essa liderança. As inovações cruciais que ajudarão a enfrentar esse desafio, sejam elas novas tecnologias de energia limpa, técnicas de sequestro de carbono ou formas de aumentar a nossa eficiência energética, têm maior probabilidade de vir dos nossos cientistas e laboratórios. E mudar a maneira como produzimos e conservamos energia pode dar uma enorme contribuição a nossa economia.

A despeito de sua postura linha-dura em contextos internacionais, os líderes chineses estão dando passos importantes para investir em energia limpa e começar a combater os seus problemas ambientais internos. Durante anos, vimos crescente pressão das bases da população chinesa em questões de poluição, qualidade do ar e água potável. Em janeiro de 2013, em Beijing e mais outras duas dúzias de cidades chinesas, a qualidade do ar devido à poluição ficou tão ruim — com um índice 25 vezes maior em Beijing do que qualquer cidade americana consideraria um nível seguro — que as pessoas se referiam a ela como “aeropocalipse”. Nossa embaixada em Beijing desempenhou um papel crucial ao fornecer informações ao público sobre a poluição, inclusive atualizações de hora em hora via Twitter. A situação ficou tão terrível que o governo chinês reconheceu a poluição como uma ameaça à estabilidade do país e começou a monitorá-la e divulgar publicamente seus próprios números referentes à qualidade do ar.

Em junho de 2013, o presidente Obama e o presidente Xi assinaram um acordo para trabalhar juntos na eliminação de alguns “superpoluentes”, os hidrofluorcarbonos que provêm em grande parte dos aparelhos de ar condicionado. Foi o primeiro acordo entre os Estados Unidos e a China a fazer algo específico contra a mudança climática. Se esses passos forem bem-sucedidos, isso poderá ajudar a convencer a China de que uma ação coordenada global é do seu interesse a longo prazo. Um entendimento entre os Estados Unidos e a China será essencial para um acordo global.

O próximo grande marco de referência aconteceu em Paris em 2015, onde o processo que teve início em Copenhague possivelmente culminou num novo acordo legal sobre emissões e redução aplicável a todos os países do mundo. Não foi fácil alcançar esse objetivo, mas ele representa uma oportunidade real de progresso.

A capacidade dos Estados Unidos de liderar nesse contexto depende do que nós mesmos estamos dispostos a fazer na nossa casa. Nenhum país vai entrar na linha só porque nós mandemos que o faça. Eles querem nos ver tomando nossas próprias medidas significativas — e

nós gostaríamos de ver a mesma coisa. O fracasso em aprovar no Senado em 2009 uma legislação abrangente sobre o clima tornou muito mais difícil nosso trabalho de negociação em Copenhague. Para ter êxito em Paris, precisamos ser capazes de mostrar resultados reais em casa. O Plano de Ação Climática apresentado pelo presidente Obama em junho de 2013 é um passo importante na direção certa, e, apesar do impasse no Congresso, o presidente está indo em frente com fortes ações do executivo. Desde 2008, praticamente duplicamos a nossa produção de energia renovável limpa a partir do vento, sol e fontes geotérmicas; aumentamos a eficiência nos combustíveis de veículos; e pela primeira vez começamos a medir as emissões de gases de efeito estufa das nossas maiores fontes. Em 2012, as emissões de carbono dos Estados Unidos caíram ao nível mais baixo em vinte anos, porém há muito mais a fazer. Não será fácil formar um amplo consenso nacional sobre a urgência da ameaça climática e uma resposta arrojada e abrangente, mas é essencial.

As vozes mais importantes a serem ouvidas nesse tópico são aquelas das muitas pessoas cujas vida e subsistência correm o maior risco por conta de uma mudança climática: anciãos tribais no Alasca que observam seus buracos de pescaria secarem e a terra abaixo de suas aldeias ser erodida; os líderes das nações insulares que tentam fazer soar o alarme antes que seus lares sejam submergidos para sempre; planejadores militares e analistas de inteligência que se preparam para futuros conflitos e crises causadas pela mudança climática; e todas aquelas famílias, negócios e comunidades que foram vítimas do clima extremo. Na conferência de Copenhague em 2009, os pedidos de ação mais exigentes vieram dos líderes das pequenas nações insulares, confrontadas com a perda de sua terra para os níveis crescentes dos oceanos. “Se as coisas forem tratadas como de hábito”, disse um deles, “não viveremos, morreremos. Nosso país não existirá.”

22

Empregos e energia: Um campo de jogo nivelado

A Argélia é um desses países complicados que obriga os Estados Unidos a fazer um equilíbrio entre interesses e valores. Ela tem sido um aliado importante na luta contra a Al-Qaeda e foi uma força potencialmente estabilizadora no norte da África quando a Líbia e o Mali afundaram no caos, mas possui também um histórico pobre em termos de direitos humanos e uma economia relativamente fechada.

Como precisamos continuar a nossa cooperação em segurança, e também porque é a coisa certa a fazer, os Estados Unidos tentaram incentivar melhorias nos direitos humanos e uma economia mais aberta na Argélia. Quando o governo decidiu solicitar propostas estrangeiras para construir usinas de energia e modernizar o setor energético, vi uma oportunidade de promover prosperidade na Argélia e aproveitá-la para empreendimentos americanos. A General Electric estava concorrendo para o contrato de mais de 2,5 bilhões de dólares. Com demasiada frequência eu já tinha visto grandes empresas americanas avessas ao risco evitar mercados emergentes ou desafiadores, enquanto empresas asiáticas e europeias engoliam contratos e lucros. Empresas de propriedade ou controle estatal eram concorrentes especialmente difíceis porque jogavam segundo suas próprias regras, com recursos ilimitados e poucos escrúpulos ao violar normas internacionais referentes a suborno e corrupção. Com a lentidão do crescimento doméstico e o desemprego ainda alto, não podíamos nos dar ao luxo de abrir mão de boas oportunidades ou tolerar a concorrência desleal. Assim, a iniciativa da GE de participar da concorrência representava um passo ousado de uma empresa americana tradicional e de primeira grandeza, com potencial para gerar benefícios econômicos em casa e benefícios estratégicos no norte da África.

Em outubro de 2012, voltei a Argel para insistir com o governo para que continuasse com as reformas políticas, expandisse a cooperação de segurança no Mali e considerasse a negociação com a GE. O presidente Abdelaziz Bouteflika me recebeu num tapete vermelho diante do Palácio Mouradia, uma grande mansão com arcos em estilo mourisco. Atrás dele, fileiras da cavalaria argelina permaneciam em posição de sentido, nas suas tradicionais túnicas vermelhas e calças verdes. Depois que Bouteflika, com seus 75 anos, me conduziu pela guarda de honra até a entrada do palácio, passamos três horas juntos, num amplo diálogo que abordou temas que iam desde os efeitos da mudança climática até as ameaças da Al-Qaeda. Também perguntei sobre a GE e deixei Argel otimista quanto à possibilidade de a empresa ter uma boa chance de ganhar o contrato.

Menos de um ano depois a GE ganhou o contrato para ajudar na construção de seis usinas de energia movidas a gás natural, o que se espera que aumente em cerca de 70% a capacidade de geração de eletricidade da Argélia. Nos próximos anos, a GE construirá geradores e gigantescas turbinas para essas usinas em Schenectady, Nova York, e Greenville, Carolina do Sul, gerando milhares de empregos na indústria. Como disse um representante sindical local em Schenectady ao *Times-Union*: “Isso mostra ao mundo que ainda somos os líderes na produção de energia de primeira linha”. Para mim, também serviu para confirmar uma percepção que guiou grande parte do nosso trabalho no Departamento de Estado nos quatro anos anteriores: como energia e

economia estão cada vez mais no cerne dos nossos desafios estratégicos, devem estar também no cerne da diplomacia americana.

Quando me tornei secretária em 2009, concentrei-me em duas grandes questões da economia global: poderíamos sustentar e gerar bons empregos em nosso país e ajudar a acelerar a nossa recuperação abrindo novos mercados e impulsionando as exportações? E deixaríamos a China e outros mercados relativamente fechados continuarem a reescrever as regras da economia global de um modo que seguramente era prejudicial aos nossos trabalhadores e empresas? As respostas teriam um longo caminho a percorrer para determinar se os Estados Unidos continuariam a liderar a economia mundial e se restauraríamos a prosperidade para o nosso próprio povo.

Tradicionalmente, comércio, energia e economia internacional não eram prioridades das secretarias de Estado. Afinal, temos um representante do Comércio e secretários de Comércio, de Energia e do Tesouro, mas a crise financeira global tornou pouco prática essa divisão. Estava mais claro do que nunca que a força econômica dos Estados Unidos e a nossa liderança global eram um pacote só. Não teríamos uma coisa sem a outra.

Eu chamava nossos esforços de "diplomacia econômica" e instei nossos diplomatas pelo mundo a fazer deles uma prioridade. Tínhamos postos diplomáticos em mais de 270 cidades em todo o mundo, muitos deles com especialistas financeiros residentes. Eu queria usar esses recursos para criar novas oportunidades de crescimento e prosperidade compartilhada. Nos quatro anos seguintes enfrentamos protecionismo e mercantilismo, defendemos empresas e trabalhadores americanos, buscamos atrair investimentos estrangeiros mais diretos para o nosso país e trabalhamos para capitalizar a revolução energética que estava nos ajudando a empreender a nossa recuperação doméstica e a remodelar o panorama estratégico global.

Durante décadas, os Estados Unidos trabalharam para criar uma economia global de comércio e investimento livre e justo, aberto e transparente, com regras claras de conduta que beneficiariam a todo mundo.

O atual sistema de comércio global não corresponde plenamente a esse padrão. É distorcido não só por barreiras de entrada em economias emergentes e em desenvolvimento, mas pelo poder de interesses especiais em países desenvolvidos, inclusive nos Estados Unidos. Assim como não é justo que outros países mantenham nossos produtos e serviços fora de seus mercados, ou exijam propinas ou roubem nossa propriedade intelectual em troca do acesso a eles, não é justo usar as nossas leis de patentes para negar medicamentos genéricos capazes de salvar vidas às populações pobres de países de baixa renda. (O trabalho da Iniciativa Clinton de Acesso à Saúde para reduzir os preços e aumentar o volume dos remédios para a aids prova que existem meios de salvar vidas e proteger interesses econômicos legítimos.) Para tornar o comércio mais justo e mais livre, os países em desenvolvimento precisam fazer um trabalho melhor para aumentar a produtividade, melhorar condições de trabalho e proteger o meio ambiente. E nos Estados Unidos precisamos fazer um trabalho melhor para prover bons empregos aos trabalhadores deslocados pelo mercado.

Atualmente os Estados Unidos negociam acordos abrangentes com onze países na Ásia e na América do Norte e do Sul e com a União Europeia. Devíamos estar focados em dar um fim à manipulação cambial, à destruição ambiental e às condições de trabalho miseráveis nos países em desenvolvimento, bem como harmonizar regulações com a União Europeia. E devíamos evitar algumas das medidas adotadas por interesses comerciais, inclusive os nossos, como dar às empresas ou a seus investidores o poder de mover processos contra governos estrangeiros para enfraquecer suas regras ambientais e de saúde pública, como a Philip Morris já está tentando

fazer na Austrália. Os Estados Unidos deveriam estar defendendo um campo de jogo nivelado e justo, e não favores especiais.

Apesar de todos os problemas, um sistema de comércio mais aberto tem tirado mais gente da pobreza nos últimos 35 anos do que em qualquer outra época comparável da história. E há menor desequilíbrio em nossas relações comerciais com os países com os quais temos acordos, como Canadá e México, do que com aqueles com os quais não temos, como a China. Fazer com que um sistema aberto funcione melhor ajudará mais gente do que o capitalismo de Estado, o petrocapitalismo, a manipulação cambial e os acordos corruptos jamais conseguirão.

Nesse meio-tempo, eu estava determinada a fazer tudo que pudesse para ajudar as empresas e trabalhadores americanos a agarrar mais as oportunidades legítimas já disponíveis. E enfrentávamos fortes ventos contrários de países que queriam um sistema totalmente diferente.

A China se tornara o principal expoente de um modelo econômico chamado "capitalismo de Estado", no qual empresas de propriedade ou contando com apoio estatal usavam dinheiro público para dominar mercados e promover seus interesses estratégicos. O capitalismo de Estado, bem como uma gama de novas formas de protecionismo envolvendo barreiras comerciais por trás das fronteiras — tais como regulamentações injustas, discriminação contra empresas estrangeiras e transferências forçadas de tecnologia —, representava uma crescente ameaça à capacidade das empresas americanas de competir em mercados importantes. Essas políticas iam diretamente contra os valores e princípios que tínhamos trabalhado para inserir na economia global. Acreditávamos que um sistema aberto, livre, transparente e justo, com regras claras de procedimento, beneficiaria a todos.

Embora a China fosse a maior transgressora quando se tratava de novas formas de protecionismo e capitalismo de Estado, ela não estava sozinha. Em 2011, fundos de investimentos soberanos, pertencentes e administrados por governos, muitas vezes com receitas resultantes de exportações de petróleo e gás natural, tinham crescido a ponto de controlar aproximadamente 12% de todos os investimentos mundiais. Cada vez mais, empreendimentos de propriedade ou apoio estatal operavam não só em seus mercados domésticos mas em todo o mundo, às vezes em segredo, frequentemente carentes da transparência e responsabilidade que acionistas e regulamentos asseguram. Estávamos assistindo a empresas híbridas fantasiadas de atores comerciais que eram na verdade controladas por Estados e agindo com consequências estratégicas, como a Gazprom russa.

Como senadora, avisei que a China, como membro da Organização Mundial do Comércio, "precisava ser convencida a jogar conforme as regras no mercado global", e estava preocupada com a filosofia de *laissez-faire* do governo Bush, que os levava a uma abordagem de não interferência. Em 2004, fui abordada por executivos numa conhecida empresa de Nova York, a Corning Glass, com um problema que deixava claros os desafios que enfrentávamos. Fundada em 1851, a Corning, uma fabricante de vidros sediada na cidade de mesmo nome, Nova York, era famosa por fornecer um vidro de alta resistência chamado "gorilla glass" e usado por mais de 33 marcas de smartphones, tablets e notebooks, inclusive o iPhone da Apple. A Corning também produzia avançadas telas de cristal líquido para televisores e computadores, bem como fibra ótica e cabos para a indústria de comunicações, filtros de limpeza para motores a diesel e uma vasta gama de outros produtos inovadores. Gastava mais de 700 milhões de dólares por ano em pesquisa. Sua tecnologia e seus produtos eram tão bons que concorrentes na China sentiam que precisavam de uma vantagem injusta para competir. Então pediram aos seus amigos no governo chinês que bloqueassem totalmente a entrada da Corning no mercado ou taxassem suas fibras óticas com tarifas absurdamente altas. Houve também flagrantes tentativas de roubar a

propriedade intelectual da empresa.

Isso não era justo, e era também uma ameaça ao futuro de uma empresa que empregava milhares de nova-iorquinos. Em abril de 2004, convidei o embaixador chinês para o meu gabinete no Senado e mandei uma carta contundente ao ministro do Comércio da China. Também fiz toda tentativa possível para recrutar a administração Bush para me respaldar. Depois de fracassar em conseguir atenção da Casa Branca, levantei o assunto Corning diretamente com o presidente Bush na inauguração da biblioteca presidencial do meu marido em Little Rock, Arkansas. "Trata-se de uma grande empresa americana sendo ameaçada", disse eu a ele. "O seu governo precisa me ajudar a ajudá-la." O presidente Bush concordou em dar uma olhada no problema, e o fez. Em dezembro, a China suspendeu a tarifa discriminatória. Com permissão de competir num campo de jogo nivelado, os negócios da Corning prosperaram.

Outras empresas americanas enfrentaram desafios semelhantes. Em outubro de 2009, novas leis postais chinesas entraram em vigor exigindo licenças de operação domésticas para empresas de serviço de envio expresso. O gesto foi amplamente encarado como um plano do governo chinês para expandir seu próprio serviço de envio pelos correios chineses, de controle estatal. As grandes empresas americanas FedEx e UPS vinham fazendo negócios na China durante anos. Antes de 2009, a FedEx tinha autorização de operar em 58 localidades, e a UPS em 30. Ambas as empresas temiam que o governo chinês lhes emitisse licenças de funcionamento severamente restritivas. Nossos embaixadores americanos em Beijing, primeiro Jon Huntsman e depois Gary Locke (como ex-secretário do Comércio, Gary entendia exatamente o quanto aquilo era importante), levantaram a questão com o governo chinês, mas de nada adiantou. Fred Smith, o CEO da FedEx, acabou me ligando para pedir minha ajuda.

Levei o assunto diretamente a Wang Qishan, o vice-premiê responsável pela economia, alguém que eu viera a conhecer e respeitar. O secretário do Comércio John Bryson e eu demos continuidade com uma carta conjunta. Após os nossos esforços, os chineses informaram à FedEx que tinham finalmente emitido as licenças, mas apenas para oito cidades da China, e apenas cinco para a UPS. Era um começo, mas longe de um resultado satisfatório. Mandei outro recado para o vice-premiê Wang. Os chineses acabaram garantindo que, no curso de um período intermediário de três anos, concederiam licenças às cidades restantes. A embaixada reportou que autoridades chinesas ficaram surpresas com o fato de a insistente reação do governo americano à questão partir de um alto escalão. Enquanto escrevo, ambas as empresas têm conseguido manter seu status operacional na China. Os chineses mantiveram sua promessa de ampliar as licenças, mas tanto a FedEx quanto a UPS continuam preocupadas com o crescimento potencial no futuro.

Eu estava preparada para continuar brigando por empresas americanas individuais, mas, dada a extensão do desafio, precisávamos pensar em algo maior. No verão de 2011, resolvi deixar claro que os Estados Unidos pretendiam se levantar em defesa de um sistema econômico global justo. Viajei para Hong Kong, uma ilha de capitalismo empreendedor ligado à economia estatal ainda em evolução. Hong Kong parecia o lugar perfeito para argumentar em prol de um campo de jogo nivelado e um conjunto comum de regras econômicas globais. Visitei a cidade pela primeira vez na década de 1980, quando acompanhei Bill numa missão comercial para promover os negócios e as exportações do Arkansas. Dessa vez eu estava tentando vender mais do que grãos de soja. Estava vendendo o modelo americano de mercados livres para povos livres. Aos olhos do mundo, esse modelo levara um duro golpe durante a crise financeira, e um número crescente de países estava olhando com novos olhos o modelo chinês de capitalismo de Estado e autocracia, que continuava a gerar um impressionante crescimento econômico interno. Num discurso no Shangri-La Hotel, diante de uma grande multidão de líderes empresariais de toda a

região, apresentei meus argumentos.

"Devemos começar pela tarefa mais urgente que temos pela frente: realinhar as nossas economias na esteira da crise financeira global", disse eu. "Isso significa perseguir uma estratégia mais equilibrada para o crescimento econômico global." Nações desenvolvidas como os Estados Unidos precisariam fabricar mais em casa e vender mais no exterior (o que geraria empregos e daria um impulso inicial na nossa recuperação, ajudando a aumentar o crescimento no resto do mundo), enquanto países que se desenvolvem rapidamente, na Ásia e em outras partes, que acumularam grandes poupanças, precisariam comprar mais — e fortalecer e atualizar suas políticas financeiras e comerciais para assegurar um campo de jogo mais nivelado e maior estabilidade nos mercados globais.

Reconheci os desafios enfrentados pelas economias em desenvolvimento que ainda tinham de tirar centenas de milhões de pessoas da pobreza. A China muitas vezes argumentava que esse imperativo superava qualquer obrigação de jogar conforme regras internacionais estabelecidas para a prática de negócios, trabalho e direitos humanos, mas contrapus que a China e outras economias emergentes haviam se beneficiado enormemente do sistema internacional que os Estados Unidos tinham ajudado a criar, inclusive sua participação na Organização Mundial do Comércio, e agora precisavam assumir sua parcela de responsabilidade para mantê-lo. Além disso, era na verdade a melhor maneira de assegurar contínuo crescimento e prosperidade e ajudar ainda mais gente a sair da pobreza e entrar na classe média, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

Afinal, os fabricantes da Malásia queriam acesso a mercados externos tanto quanto os fabricantes americanos. Firmas indianas queriam tratamento justo quando investiam no exterior, exatamente como nós. Artistas chineses queriam proteger suas criações da pirataria. Toda sociedade que buscava desenvolver um setor forte de pesquisa e tecnologia necessitava de proteções para a propriedade intelectual porque, sem elas, a inovação envolveria maior risco e traria menos retorno. E eu rejeitava explicitamente a ideia de que poderia haver um conjunto de regras para as principais economias industrializadas, como os Estados Unidos, e outro para mercados emergentes como a China. "Uma parte suficientemente grande do comércio mundial tem lugar com nações em desenvolvimento, de modo que deixá-las de fora do sistema baseado em regras tornaria o sistema impraticável", afirmei. "E, em última instância, deixaria todo mundo mais pobre."

Infelizmente, grande parte da atenção naquele dia não estava voltada para as relações comerciais e sim para um drama que se desenrolava a milhares de quilômetros de distância, em Washington, um drama que ameaçava minar o meu argumento e a confiança do mundo na liderança econômica americana.

Em meados de maio de 2011, o governo dos Estados Unidos chegara ao teto do endividamento, e o presidente e o Congresso tinham um tempo limitado para elevar esse teto ou arriscar um calote nas dívidas americanas, o que teria consequências catastróficas para nós e a economia global. Apesar dos altos riscos, era um assunto de difícil compreensão para muita gente. Para muitos americanos, soava como se o Congresso estivesse debatendo se daria a si mesmo permissão para gastar um monte de dinheiro e acumular novas dívidas, mas não era bem isso. A questão real era se o Congresso votaria para pagar dívidas já contraídas em gastos que já autorizara por lei. A maioria dos países não requer um passo extra como esse, então foi difícil que pessoas fora do contexto americano entendessem o que estava acontecendo.

Alguns no Congresso estavam efetivamente argumentando que, pela primeira vez na história, devíamos nos recusar a pagar nossas dívidas e nos permitir dar um calote, apesar de

todas as consequências para a economia global e a credibilidade e liderança americanas. De todos os continentes, líderes estrangeiros expressavam graves preocupações. A China, que tinha investido mais de 1 trilhão de dólares em papéis do governo americano, estava particularmente nervosa. O jornal estatal *Xinhua* refletiu a atitude predominante ao escrever: "Dada a situação dos Estados Unidos como maior economia do mundo e emitente da moeda que constitui a reserva internacional dominante, tal atitude política de alto risco em Washington é perigosamente irresponsável". Quando esse cenário se revelou por uma segunda vez em 2013, os chineses foram mais longe. Começaram a falar de um "mundo desamericanizado" e sugeriram que era hora de procurar uma moeda de reserva diferente além do dólar. É claro que, como a China era credora de uma parte tão grande da nossa dívida, estava numa posição forte para tornar esse resultado mais provável.

Quando cheguei a Hong Kong, a crise tinha alcançado o seu ponto máximo. Acordei com a manchete "Dívida dos Estados Unidos chega ao prazo limite enquanto partidos batalham", no jornal local em língua inglesa. Na Casa do Governo de Hong Kong, o executivo-chefe Donald Tsang me recebeu com seu costumeiro sorriso e sua gravata-borboleta, mas fez as perguntas que estavam na cabeça de todos, na Ásia e no mundo inteiro: o que está acontecendo em Washington? Podiam eles ainda confiar na economia americana? Ouvi as mesmas perguntas numa recepção com líderes empresariais antes do meu discurso.

A resposta que dei foi, obviamente, sim. Disse que estava confiante em que se chegaria a um acordo. Intimamente, cruzei os dedos e esperei que aquilo fosse verdade.

Toda a experiência foi um lembrete de quanto o resto do mundo observa de perto como tomamos decisões em casa e o quanto são centrais para a nossa liderança global a força econômica e a determinação política americanas. A fé e o crédito nos Estados Unidos jamais devem estar em dúvida, e a secretária de Estado não deveria ter de reassegurar publicamente às populações de outros países que pagaremos a nossa dívida. Ponto-final.

A minha persuasão mais difícil, entretanto, ainda estava por vir. Nosso carro passou pela ponte e entrou na província chinesa de Shenzhen, para um encontro com meu colega chinês, o conselheiro de Estado Dai Bingguo. Os chineses estavam acompanhando a nossa disfunção política com um misto de perplexidade, preocupação e antecipação. É claro que não queriam que nada realmente terrível acontecesse, porque entendiam o quanto as nossas economias tinham se tornado interdependentes. Porém, quanto mais paralisados os Estados Unidos pareciam, melhor a China seria vista pelo mundo. Os chineses poderiam dizer a potenciais parceiros: vocês não podem contar com os americanos, mas podem sempre contar conosco. Dai pareceu ter prazer em alongar-se sobre as atribulações fiscais americanas, adotando um tom ligeiramente sardônico sobre o nosso impasse político. Mas eu não estava engolindo aquilo. "Poderíamos passar as seis próximas horas falando dos desafios internos da China", contra-ataquei. Saí da minha reunião com Dai ainda mais convencida de que os Estados Unidos deveriam evitar esses ferimentos autoinfligidos e botar a casa em ordem.

Apesar da continuidade do drama em Washington, usei o meu discurso em Hong Kong para registrar um marco da importância de seguir regras econômicas globalmente aceitas, porém precisávamos fazer mais do que falar. Em seu discurso do Estado da União em 2012, o presidente Obama declarou: "Não vou ficar assistindo quando os nossos concorrentes não jogarem conforme as regras". O governo já estava entrando com litígios comerciais contra a China numa proporção que era quase o dobro da administração Bush. Agora haveria uma nova e especial equipe orientada para combater o comércio desleal, a Trade Enforcement Unit, encarregada de ir atrás de práticas comerciais desonestas sempre que prejudicassem nossos

interesses e a operação dos livres mercados. E, quando outros países fornecessem financiamentos injustos para suas exportações, os Estados Unidos ofereceriam um apoio correspondente às nossas empresas.

Muitos empregos americanos dependem de um campo de jogo nivelado com regras que sejam claras, justas e seguidas. Em média, cada bilhão de dólares de bens que exportamos sustenta de 5 mil a 5.400 empregos, e esses empregos pagam de 13% a 18% mais do que empregos não relacionados com a exportação. Em 2010, o presidente Obama estabeleceu como meta dobrar as exportações americanas em cinco anos. O governo trabalhou arduamente para melhorar e ratificar acordos comerciais com a Coreia do Sul, Colômbia e Panamá que foram negociados na administração Bush, e também deu início a novas conversas comerciais com muitos dos países do Círculo do Pacífico, bem como com a União Europeia.

Fiz da promoção de exportações a minha missão pessoal. Durante minhas viagens, muitas vezes intercedi em favor de uma empresa ou produto americano, como a GE na Argélia. Por exemplo, em outubro de 2009, visitei o Centro de Projetos da Boeing em Moscou, porque a Boeing vinha tentando garantir um contrato para novos aviões com os russos. Defendi a tese de que os jatos da Boeing estabeleciam o padrão ouro global e, depois que parti, a nossa embaixada manteve-se focada nessa ação. Em 2010, os russos concordaram em comprar cinquenta aviões 737 por quase 4 bilhões de dólares, o que se traduzia em milhares de empregos americanos. E nossos esforços não eram somente em nome de gigantes como a Boeing e a GE — também falávamos em favor de empresas pequenas e médias de todo o país que tentavam se tornar globais.

Adotamos iniciativas criativas, como a Linha Direta, que permitia aos nossos embaixadores organizar teleconferências e videoconferências com empresas americanas ansiosas para penetrar em novos mercados. O embaixador dos Estados Unidos na Espanha organizou uma videoconferência com trinta empresas para discutir proteção de direitos de propriedade intelectual, por exemplo, enquanto nosso embaixador no Chile organizou outra tratando de oportunidades de energia renovável naquele país.

O Departamento de Estado trabalhou junto com o Departamento de Comércio bem como com funcionários estaduais e locais num programa chamado SelectUSA, que o presidente Obama lançou em junho de 2011 para atrair mais investimentos estrangeiros diretos no nosso país, que já sustentavam mais de 5 milhões de empregos americanos, inclusive 2 milhões na manufatura. Os primeiros resultados foram animadores. Em outubro de 2013, o presidente Obama destacou 220 novos empregos na fábrica de uma companhia austríaca de autopeças em Cartersville, na Geórgia, e um investimento de 600 milhões de dólares em Wichita, no Kansas, pela empresa canadense Bombardier.

Uma ferramenta pouco notada mas eficiente era a diplomacia de aviação da secretaria de Estado. Durante os meus quatro anos, nossos especialistas negociaram quinze Acordos de Céu Aberto com nações do mundo inteiro, elevando o número total para mais de cem. Esses acordos abriam novas rotas para as transportadoras aéreas dos Estados Unidos. Segundo estimativas independentes, a conexão direta entre Memphis e Amsterdã teve um impacto anual de 120 milhões de dólares sobre a economia do Tennessee, sustentando mais de 2.200 empregos locais. E quando a American Airlines começou a voar direto para Madri, isso teve um impacto anual de 100 milhões de dólares na economia de Dallas-Fort Worth.

Desde 2009, as exportações americanas aumentaram em 50%, o que significa que cresceram num ritmo quatro vezes maior do que a economia como um todo. Todas essas vendas no exterior contribuíram em cerca de 700 bilhões de dólares para a nossa produção econômica total e são

responsáveis por praticamente um terço do nosso crescimento econômico, sustentando estimados 1,6 milhão de empregos no setor privado. Embora milhões de americanos ainda estejam desempregados, esses resultados são significativos.

Baixar as barreiras de acesso a empresas americanas foi uma parte grande do nosso esforço. Da mesma forma como elevar os padrões dos mercados internacionais em questões essenciais como direitos trabalhistas, proteção ambiental, comportamento de empresas estatais e propriedade intelectual. As empresas nos Estados Unidos já se adaptaram a esses padrões, mas empresas de muitos países, ainda não. Precisávamos nivelar o campo de jogo e junto com isso melhorar a vida de muita gente ao redor do mundo. Durante muito tempo vimos companhias fechando fábricas e deixando os Estados Unidos porque podiam fazer negócios mais baratos em países estrangeiros, onde não precisavam pagar aos trabalhadores um salário digno ou respeitar as regras americanas referentes à poluição. O uso da diplomacia e de negociações comerciais para elevar os padrões no exterior podia ajudar a modificar esse cálculo.

Eu me sentia particularmente entusiasmada em melhorar as condições de trabalho pelo mundo. Durante anos me encontrei com trabalhadores, entre eles muitas mulheres e até mesmo crianças, que trabalhavam em condições atrozes. As mais comoventes eram as vítimas de tráfico humano e trabalhos forçados, o que corresponde à escravidão moderna.

Certo dia em julho de 2012, encontrei-me com algumas trabalhadoras e ativistas em Siem Reap, Camboja, junto com um representante local de uma organização chamada Centro de Solidariedade, financiada em parte pela AFL-CIO [Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais] para melhorar os direitos trabalhistas em todo o mundo. As mulheres cambojanas me contaram sobre os muitos desafios que enfrentavam. Demasiados empregadores usavam formas de coerção para forçar as trabalhadoras a permanecer no emprego por longas horas, às vezes em condições de insegurança. Muitas crianças ainda eram forçadas a cuidar dos campos, queimar tijolos e mendigar nas ruas. Crianças de aldeias rurais estavam sendo traficadas para as cidades para exploração sexual, muitas vezes por homens estrangeiros que pagavam milhares de dólares por meninas virgens ou para se envolver em outras formas de turismo sexual infantil. A maioria dos policiais em todos os níveis tinha um treinamento fraco, se é que recebiam algum, para enfrentar esses problemas ou proteger sobreviventes, e muitos funcionários públicos desviavam os olhos ou, pior ainda, tiravam lucro do comércio de seres humanos.

Quando estive em Siem Reap em 2010, visitei um abrigo e centro de recuperação para sobreviventes de tráfico humano dirigido por uma corajosa mulher chamada Somaly Mam. Traficada para um bordel quando criança, foi estuprada e abusada repetidamente antes de finalmente conseguir escapar. Em 1996, começou um movimento para resgatar outras meninas traficadas e apoiá-las para que reconstruíssem suas vidas, como ela havia feito. Em 2010, sua organização, financiada em parte pelo Departamento de Estado, operava três abrigos no Camboja que proporcionavam segurança e cuidados, junto com treinamento de reabilitação e vocacional, para reintegrar sobreviventes à sociedade.

As moças que conheci eram assustadoramente jovens para serem sobreviventes de crimes tão terríveis, mas pude ver como o amor e os cuidados que estavam recebendo haviam devolvido luz aos seus olhos. Algumas me mostraram avidamente o local, enquanto outras, mais tímidas, cautelosamente observavam do que se tratava toda aquela agitação.

O crime de tráfico humano não se limita ao Camboja, ou ao Sudeste Asiático. Aproximadamente 30 milhões de pessoas em todo o mundo estão em alguma forma moderna de escravatura, presas à prostituição ou trabalhando em campos, fábricas ou barcos pesqueiros. Os

Estados Unidos não estão imunes. Em 2010, seis “recrutadores” foram indiciados no Havaí no maior caso de tráfico humano já ocorrido na história americana. Haviam coagido quatrocentos trabalhadores tailandeses a trabalhos na lavoura, confiscando seus passaportes e ameaçando deportá-los caso reclamassem.

Como secretária, nomeei Lou CdeBaca, um condecorado ex-promotor federal, para intensificar nossos esforços globais contra o tráfico e produzir relatórios sobre a situação das leis antitráfico em 177 países. Também pedi a Lou que investigasse em nosso próprio país, algo que o Departamento de Estado nunca tinha feito antes, porque achava que era importante nos atermos aos mesmos padrões elevados que esperávamos dos outros. Pela lei, as descobertas desses relatórios provocavam sanções a países que falhassem em progredir, de modo que se tornaram um poderoso instrumento diplomático para estimular a ação concreta.

Além do tráfico humano, eu também estava preocupada com empregadores inescrupulosos, até mesmo criminosos, auxiliados e incitados por governos, que exploravam seus trabalhadores, tanto adultos como crianças. Essa é uma das razões que me fazem apoiar intensamente o direito de trabalhadores se organizarem em sindicatos. Após décadas de luta, os trabalhadores nos Estados Unidos formaram sindicatos fortes o suficiente para proteger seus direitos e garantir avanços como a jornada de oito horas ou o salário mínimo, conquistas que ajudaram a criar e manter a classe média americana.

Em muitos países do mundo, os sindicatos ainda são reprimidos e os trabalhadores têm poucos direitos, ou quase nenhum. Isso é ruim para eles e ruim também para os trabalhadores americanos, porque cria uma concorrência desleal que faz baixar os salários de todo mundo. Ao contrário do que podem pensar alguns governos e empregadores, a pesquisa mostra que respeitar os direitos trabalhistas conduz a resultados econômicos positivos a longo prazo, inclusive níveis mais altos de investimento direto estrangeiro. Trazer mais trabalhadores à economia formal, dando-lhes proteções justas, tem efeitos positivos que se espalham para toda a sociedade. A desigualdade diminui enquanto a mobilidade aumenta. Pagam-se impostos. Países e comunidades ficam mais fortes e mais capazes de corresponder às expectativas e aspirações de seus povos. E o inverso também é verdade: negar aos trabalhadores os seus direitos tem custos para a sociedade em termos de perda de produtividade, inovação e crescimento. Acaba por solapar o vigor da lei e plantar as sementes da instabilidade. E é ruim para nós quando trabalhadores estrangeiros são pobres demais para comprar produtos americanos.

Já em 1999, abordei algumas dessas questões num discurso na Sorbonne, em Paris, chamado “A globalização no próximo milênio”. Uma maior interdependência econômica levaria a um maior crescimento, estabilidade e inovação para os povos do mundo? Ou levaria apenas a um “nivelamento por baixo” da escada econômica para bilhões de pessoas? Ajudaria a expandir oportunidades para todos os cidadãos, ou recompensaria apenas aqueles que, como nós, já eram suficientemente afortunados de ter habilidades para navegar na Era da Informação? Sugeri que era hora de atacar “os piores efeitos do capitalismo global selvagem” e “dar uma face humana à economia global, dando aos trabalhadores em toda parte uma participação no seu sucesso, equipando-os para colher seus frutos”, ao mesmo tempo proporcionando “redes de segurança social para os mais vulneráveis”. Uma década mais tarde, a urgência dessas preocupações apenas aumentou.

O Departamento de Estado tinha havia muito tempo um escritório dedicado à democracia, direitos humanos e direitos do trabalho, embora esta última parte fosse às vezes negligenciada. Eu queria mudar isso, e essa era também a vontade do meu subsecretário, Michael Posner, um ativista de direitos humanos que havia ajudado a fundar a Associação do Trabalho Justo na

década de 1990. Sob o comando de Mike, os Estados Unidos aumentaram seu apoio a workshops e programas de treinamento em padrões internacionais nas relações de trabalho para organizadores sindicais, empregadores e funcionários governamentais. Patrocinamos intercâmbios para que acadêmicos na área do trabalho do mundo inteiro pudessem aprender uns com os outros, ajudamos a polícia e os promotores a combater o tráfico humano e os trabalhos forçados, lançamos novos diálogos diplomáticos com ministros do trabalho, e assinamos acordos com países-chave como Vietnã e China para prover assistência técnica numa gama de questões trabalhistas, desde segurança nas minas até seguridade social.

Num encontro informal em Daca, Bangladesh, em maio de 2012, uma militante sindical me perguntou o que Bangladesh podia fazer para melhorar os direitos e as condições de trabalho para os trabalhadores, especialmente na florescente indústria de vestuário do país. "Nós enfrentamos todo tipo de obstruções com policiais, capangas e guardas contratados, bem como falsas acusações nos tribunais", disse ela. "E, na verdade, um dos nossos líderes, Aminul Islam, foi brutalmente assassinado."

Era um tópico que eu tinha levantado energicamente com o governo de Bangladesh porque julgava que o caso de um líder sindical assassinado era um verdadeiro teste ao sistema judiciário do país e ao Estado de direito. Ao responder a pergunta, também abordei a questão mais ampla dos direitos trabalhistas num país em desenvolvimento:

> *Há forças poderosas que se opõem a que os trabalhadores se organizem. Temos isso no meu país. Basta voltar ao século* XIX *e começo do século* XX*, quando os sindicatos de trabalhadores estavam apenas começando, havia repressores, bandidos, assassinatos, rebeliões e péssimas condições de trabalho. No começo do século xx aprovamos leis contra o trabalho infantil, contra o excesso de carga horária, mas isso levou tempo. Levou tempo desenvolver um senso de vontade política para enfrentar essas questões. Vocês estão começando, e essa é uma luta muito importante. [...] Vocês estão fazendo um trabalho muito importante. Não esmoreçam, nem deixem se intimidar. Vocês merecem ter o apoio do seu governo e da sua sociedade.*

Então expliquei os esforços que estávamos fazendo em todo o mundo para defender os direitos trabalhistas.

> *Temos trabalhado da Colômbia ao Camboja com os proprietários de fábricas e outros empreendimentos para ajudá-los a entender como podem continuar a ter um bom lucro e ao mesmo tempo tratar com justiça os seus trabalhadores. [...] É parte de se tornar um país de classe média. Os trabalhadores merecem ter seu trabalho respeitado e pago corretamente. Os donos de fábricas merecem ter aquilo pelo que pagam, que é um dia de trabalho honesto em troca do salário. Então há um modo de acomodar esses interesses, e nós o temos visto, e podemos continuar a trabalhar com vocês para tentar conquistá-lo.*

Uma área onde a economia e a geopolítica se juntam de forma mais potente — e onde a liderança dos Estados Unidos é mais necessária — é energia. Muitos dos desafios internacionais com que lidei nos meus quatro anos brotavam direta ou indiretamente da insaciável fome mundial por energia e a mudança de dinâmica criada por novas fontes e suprimentos de acesso imediato. Considere a frequência com que a energia teve um papel nos acontecimentos descritos neste livro: a amarga disputa por petróleo entre o Sudão e o Sudão do Sul; reivindicações concorrentes nos mares do Sul e do Leste da China diziam respeito tanto ao controle de recursos no fundo do

mar quanto ao comércio sobre a superfície da água; o extenso esforço para impor sanções às exportações de petróleo iranianas; e, é claro, o esforço internacional para cortar emissões de gases de efeito estufa e enfrentar os desafios da mudança climática.

A energia sempre foi um fator importante nos assuntos internacionais, mas uma variedade de desdobramentos emprestou um significado novo nos últimos anos: as crescentes economias da China, Índia e outros mercados emergentes têm gerado uma demanda gigantesca; inovações tecnológicas abriram fontes de petróleo e gás natural antes inacessíveis e tornaram efetivos em termos de custo recursos renováveis como o eólico e o solar, criando novos jogadores energéticos para competir com as potências petrolíferas tradicionais como Rússia e Arábia Saudita; e a urgência de combater a mudança climática tem servido de incentivo para desenvolver alternativas limpas aos combustíveis fósseis e aumentar sua eficiência.

A disputa por novos recursos energéticos tinha o potencial de provocar mais conflito ou mais cooperação ao redor do mundo. Eu pensava que, com a estratégia e os instrumentos corretos, os Estados Unidos poderiam ajudar a evitar o conflito e caminhar rumo à cooperação. Para nos auxiliar a fazer isso com eficácia, criei um escritório no Departamento de Estado dedicado à diplomacia energética e pedi ao embaixador Carlos Pascual que o dirigisse. Ele e sua equipe trabalhavam em contato direto com o Departamento de Energia, que possuía inestimável conhecimento técnico, mas menor alcance global. Grande parte da nossa diplomacia energética estava focada em cinco desafios amplos.

Primeiro, tentamos ajudar a resolver disputas entre países que ou reivindicavam os mesmos recursos ou tinham de cooperar para utilizá-los. Por exemplo, lembremos que o Sudão do Sul tem extensas reservas petrolíferas enquanto seu vizinho do norte, o Sudão, não as possui, embora o Sudão tenha refinarias e portos, dos quais o Sudão do Sul carece. Isso significa que os dois países, apesar das contínuas hostilidades, precisam trabalhar juntos.

Segundo, trabalhamos para desencorajar o uso de suprimentos de energia de uma nação que domine ou intimide outra. Um bom exemplo é a atitude agressiva da Rússia em relação à Ucrânia e a outros países europeus com a alta no preço do gás natural e os cortes no fornecimento.

Terceiro, implementamos sanções que visam a indústria petrolífera do Irã e trabalhamos com parceiros ao redor do mundo para reduzir significativamente suas importações de óleo cru iraniano e buscar fornecimento imediato em outras partes.

Quarto, promovemos fontes de energia limpa como a solar, eólica, hídrica, geotérmica e de gás natural (que não é perfeita, entretanto é mais limpa que o carvão) que pudessem nos ajudar a desacelerar os efeitos da mudança climática.

Quinto, agíamos para prevenir ou mitigar a chamada maldição dos recursos naturais, promovendo a transparência e a responsabilidade nas indústrias extrativistas e trabalhando com governos parceiros para investir a receita dos recursos de maneira responsável e evitar a corrupção. Nenhum país sofreu mais da maldição dos recursos naturais que a Nigéria. Quando a visitei em 2009 e 2012, ressaltei a urgência de os nigerianos combaterem a corrupção e investirem receitas para melhorar milhões de vidas, e não inchar fortunas pessoais. A Nigéria poderia ser um membro do G-20 e uma influente voz global se fizesse a difícil escolha de vencer essa maldição.

Enquanto buscávamos fazer todo esse trabalho no exterior, havia também empolgantes desdobramentos internos. A inovação americana estava na linha de frente do desbloqueio de novos suprimentos de energia, fosse em termos de petróleo e gás de difícil acesso ou de fontes renováveis de ponta. Em 2013, os Estados Unidos teoricamente ultrapassaram tanto a Arábia

Saudita quanto a Rússia na liderança da produção mundial de petróleo e gás. E a geração de eletricidade a partir do vento e do sol mais que dobrou entre 2009 e 2013.

A explosão da produção interna de energia, especialmente de gás natural, criou importantes oportunidades econômicas e estratégicas para o nosso país.

A produção expandida de energia criou dezenas de milhares de novos empregos, desde a fabricação de equipamentos para a extração de petróleo na Dakota do Norte até indústrias de turbinas eólicas na Carolina do Sul. Gás natural barato e abundante está ajudando a reduzir os custos de fabricantes com intensa dependência energética e dando aos Estados Unidos uma grande vantagem competitiva sobre lugares como o Japão e a Europa, onde os preços da energia permanecem muito mais altos. Pesquisadores projetam que os efeitos de propagação da nossa revolução energética doméstica poderiam gerar até 1,7 milhão de empregos fixos até 2020 e acrescentar 2% a 4% anuais ao nosso produto interno bruto. A troca para o gás natural também está ajudando a reduzir as emissões de carbono, por ser mais limpo que o carvão. Uma maior produção doméstica está diminuindo a nossa dependência de petróleo estrangeiro, aliviando um importante fardo estratégico e liberando suprimentos em outras partes para auxiliar nossos aliados europeus a reduzir sua dependência da Rússia.

Há preocupações legítimas com a mudança climática no que se refere às novas práticas de extração e seu impacto nos suprimentos locais de água, solo e ar. Vazamentos de metano na produção e transporte de gás natural são particularmente preocupantes. Assim, é crucial que estabeleçamos regulamentos inteligentes e os coloquemos em prática, inclusive a decisão de não perfurar poços quando os riscos são altos demais.

Se abordarmos esse desafio de maneira responsável e fizermos os investimentos certos em infraestrutura, tecnologia e proteção ambiental, os Estados Unidos poderão ser a superpotência da energia limpa no século XXI. Isso significa criar um ambiente positivo para a inovação e a aceitação de riscos por parte do setor privado, com incentivos tributários predeterminados, compromisso de pesquisa e desenvolvimento, e políticas que estimulem, e não que prejudiquem, a transição para fontes de energia limpas e renováveis. E significa investir na infraestrutura do futuro, inclusive usinas da próxima geração para produzir eletricidade de forma mais limpa, redes mais inteligentes para transmiti-la de maneira efetiva e prédios mais verdes para usá-la com mais eficiência. A China e outros países já entraram na corrida com grandes apostas nos renováveis. Não podemos nos permitir ceder a liderança nessa área, especialmente porque a inovação americana encerra a chave para a próxima geração de avanços, e a nossa capacidade de empregá-los em casa e no nosso hemisfério é quase ilimitada. A recuperação da nossa economia, nossos esforços contra a mudança climática e a nossa posição estratégica no mundo, tudo isso há de melhorar se pudermos construir uma ponte para uma economia de energia limpa.

Quando tratamos de algumas dessas grandes tendências globais em energia e economia, pode ser fácil esquecer o quanto elas afetam a vida cotidiana de indivíduos e famílias em todo o mundo. Um exemplo que realmente me fez enxergar isso foi a simples, porém desconsiderada, questão dos fogões de cozinha. Ela combina preocupações referentes a energia, meio ambiente, economia e saúde pública em nível local. E demonstra como uma abordagem criativa e moderna do desenvolvimento e da diplomacia pode resolver problemas e melhorar a vida de formas inesperadas.

Se algum dia você já fez uma fogueira num acampamento ou tentou cozinhar ao ar livre, provavelmente sabe qual é a sensação quando o vento muda de direção e uma fumaça preta entra nos seus pulmões. Ela pode até fazer você chorar. Agora imagine se, em vez de ser uma rara atividade ao ar livre, isso fosse algo a ser vivenciado diariamente, dentro da sua própria casa. É o

que acontece com 3 bilhões de pessoas no mundo inteiro, que se reúnem diariamente em volta de fogueiras ao ar livre ou velhos fogões ineficientes em pequenas cozinhas e casas mal ventiladas. As mulheres labutam durante horas sobre esse fogo, muitas vezes com os bebês amarrados às costas, e passam mais horas juntando lenha para o fogo. A comida que preparam é diferente em cada continente, mas o ar que elas respiram é o mesmo: uma mistura tóxica de substâncias químicas liberadas pela madeira em combustão ou outro combustível sólido que pode chegar a duzentas vezes mais a quantidade que a EPA considera segura. Enquanto as mulheres cozinham, a fumaça toma conta de seus pulmões e as toxinas começam a envenená-las, junto com suas crianças. O carbono negro, o metano e outros "superpoluentes" liberados nessa fumaça também contribuem para a mudança climática.

Os resultados da exposição diária são devastadores. A Organização Mundial de Saúde publicou em março de 2014 dados que mostram que a poluição do ar doméstica foi responsável por 4,3 milhões de mortes prematuras em 2012, mais do que o dobro do número de mortes por malária e tuberculose combinadas. Isso faz dessa fumaça suja um dos piores riscos à saúde no mundo em desenvolvimento. Embora as pessoas tenham cozinhado em fogueiras ao ar livre e fogões sujos durante toda a história da humanidade, hoje sabemos que isso está matando lentamente milhões de pessoas.

Pedi a Kris Balderston, meu representante especial para Parcerias Globais, que comandasse um esforço para enfrentar esse desafio imperceptível, mas profundamente preocupante e consequente. E em setembro de 2010, no encontro anual da Iniciativa Global Clinton, lancei a Aliança Global para Fogões de Energia Limpa com dezenove parceiros fundadores vindos do governo, de empresas, de instituições internacionais, da academia e filantropos. A Aliança decidiu buscar uma abordagem com base no mercado para persuadir as empresas a produzir fogões e combustíveis limpos, eficientes e acessíveis. Estabelecemos uma meta ambiciosa: 100 milhões de lares adotariam novos fogões e combustíveis limpos até 2020. Sabíamos o quanto isso seria difícil, desde o desafio técnico de projetar fogões baratos, seguros, limpos e duráveis até o desafio logístico de distribuí-los no mundo todo e o desafio social de convencer os consumidores a efetivamente adotá-los. Entretanto, tínhamos esperança de que os avanços tecnológicos e o crescente engajamento do setor privado permitiriam que tivéssemos êxito. Em nome do governo dos Estados Unidos, anunciei um sinal de 50 milhões de dólares como o tiro de partida do projeto.

Fiquei encantada pela rapidez e abrangência do progresso que fizemos pelo mundo. Mais de 8 milhões de fogões de energia limpa foram distribuídos em 2012, mais do que o dobro do número de 2011 e à frente das projeções rumo à meta de 100 milhões. Até o fim de 2013, a Aliança tinha crescido para incluir mais de oitocentos parceiros, e o governo americano havia reforçado seu compromisso para 125 milhões de dólares.

Desde que deixei o Departamento de Estado, tenho continuado meu trabalho com a Aliança como presidente honorária. Há projetos em Bangladesh, China, Gana, Quênia, Nigéria e Uganda, com esforços começando também na Índia e na Guatemala. A Aliança atualmente apoia treze centros de testes pelo mundo e tem servido como ponta de lança para novos padrões globais para fogões de cozinha, dando a fabricantes, distribuidores e compradores diretrizes para padrões de limpeza, segurança e eficiência. Esse é um passo crucial na criação de um mercado viável que entregue fogões limpos a consumidores que efetivamente os utilizem.

Em tempos econômicos difíceis, há uma tensão inerente entre o nosso desejo de tirar outros povos do mundo da pobreza e fazer com que entrem na classe média e a nossa necessidade de proteger a nossa própria classe média que sofre duras pressões. Se a economia global fosse um

jogo de soma zero, então a ascensão de outros mercados e o crescimento da classe média em outros países viriam sempre às nossas custas, mas não precisa ser assim. Acredito que a nossa própria prosperidade depende de ter parceiros para o comércio e que ela esteja inextricavelmente ligada à prosperidade do resto do mundo. E estou convencida de que, enquanto a competição for justa, quanto mais gente no mundo sair da pobreza e entrar na classe média, melhor será para os Estados Unidos.

Essa crença está enraizada nas minhas próprias experiências de ter crescido numa família americana de classe média. Depois da Segunda Guerra Mundial, meu pai, Hugh Rodham, abriu um pequeno negócio de tecidos para cortinas. Ele trabalhava longas horas e às vezes empregava trabalhadores diaristas. Frequentemente recrutava a minha mãe, meus irmãos e eu para ajudá-lo com impressões em silkscreen. Meus pais acreditavam na autossuficiência e no trabalho árduo e queriam que nós, os filhos, aprendêssemos o valor de um dólar e valorizássemos a dignidade de um trabalho bem-feito.

Tive o meu primeiro emprego assalariado, sem contar os bicos como *baby-sitter*, aos treze anos. Trabalhava na Divisão de Parques de Park Ridge três vezes por semana, supervisionando um parquinho que ficava a alguns quilômetros de casa. Como papai saía para trabalhar cedo no nosso único carro, eu tinha de andar a pé, puxando um carrinho cheio de bolas, tacos, cordas de pular e outros artigos, na ida e na volta. Daquele ano em diante, sempre peguei empregos nos feriados e nas férias de verão. Eles me ajudaram a pagar a minha faculdade e a minha especialização em direito. Eu era grata pelos sacrifícios que meus pais fizeram para nos dar oportunidades que eles nunca tiveram, e Bill e eu trabalhamos duro para transmitir a Chelsea muitos desses mesmos valores, inclusive uma sólida ética de trabalho. Considerávamos isso particularmente importante porque ela estava crescendo em circunstâncias bastante incomuns, primeiro na Mansão do Governador, depois na Casa Branca. Se meus pais estivessem vivos hoje, estariam incrivelmente orgulhosos da mulher forte, trabalhadora e dona de princípios em que sua neta se transformou. Sei que eu estou.

O mundo mudou um bocado desde que eu era criança, mas a classe média americana continua sendo o maior motor econômico da história e o coração do Sonho Americano. Seu sucesso está enraizado numa permuta básica: se você trabalha duro e joga conforme as regras, há de prosperar; se você inovar, criar e construir, não haverá limite para o que pode conquistar. A classe média sempre tem sido definida como tal, se não mais pelos valores e aspirações que compartilhamos, mas pelos bens que adquirimos.

Meu período como secretária de Estado coincidiu com outro grande movimento de pessoas entrando na classe média, mas dessa vez isso estava acontecendo em outros países, com centenas de milhões saindo da pobreza pela primeira vez. As projeções são atordoantes. Espera-se que a classe média global dobre de tamanho até 2035, chegando a 5 bilhões de pessoas. Dois terços de todos os chineses, mais de 40% de todos os indianos e metade da população do Brasil são esperados a participar da classe média. As projeções indicam que por volta de 2022, pela primeira vez na história, a maioria das pessoas na Terra pertencerá à classe média e não à classe pobre.

Esse explosivo crescimento levanta questões sobre a capacidade do nosso planeta de sustentar o nível de consumo que viemos a identificar com a vida da classe média, especialmente quando se trata de automóveis, energia e água. A mudança climática, a escassez de recursos e a poluição local nos obrigarão a realizar mudanças drásticas em padrões de produção e consumo, mas se fizermos tudo direito, as mudanças criarão novos empregos, novos negócios e uma melhor qualidade de vida. Isso significa que a ascensão de uma classe média global será boa para

o mundo. E será boa também para os americanos. Com salários e rendas crescentes em outros lugares, haverá mais gente podendo comprar nossos bens e serviços e menos incentivos para as empresas dispensarem nossos empregos. Depois de anos de renda estagnada e mobilidade social e econômica em declínio, nós precisamos disso.

Haverá maior probabilidade de pessoas da classe média no mundo todo compartilharem os nossos valores. Pessoas em toda parte caracteristicamente desejam as mesmas coisas da vida: boa saúde, um emprego decente, uma comunidade segura e a chance de dar educação e oportunidades para seus filhos. Elas dão importância à dignidade, à igualdade de oportunidades e a um processo justo perante um sistema judiciário honesto. Quando as pessoas conseguem ascender à classe média e as necessidades imediatas de sobrevivência são menos urgentes, tendem também a exigir uma governança responsável, serviços eficientes, melhor educação, melhores serviços de saúde, um meio ambiente limpo e paz. E a maioria delas acha menos atraente o canto da sereia do extremismo político. A classe média global é um eleitorado natural para os Estados Unidos. É nosso interesse vê-la crescer para incluir mais gente. Devemos fazer tudo que podemos para expandi-la na nossa casa e no mundo todo.

23

Haiti: Desastre e desenvolvimento

Quatro dias após o terremoto no Haiti, a única pista em funcionamento no aeroporto de Port-au-Prince estava em atividade frenética. Enquanto eu descia a escada do nosso avião de carga U.S. Coast Guard C-130, via fardos de suprimentos intocados na pista. Aviões com mais auxílio de emergência davam voltas sobre nossas cabeças. O terminal estava às escuras e abandonado, os vidros das janelas estilhaçado e espalhado no chão. Famílias traumatizadas tinham buscado refúgio no terreno do aeroporto. Poucos haitianos queriam permanecer dentro de casa após o terremoto, especialmente com a continuidade das ondas de choque, e não restavam no país estruturas seguras suficientes para prover abrigo para mais de 1 milhão de pessoas que tinham perdido suas casas.

O terremoto de magnitude 7.0 que arrasou o Haiti em 12 de janeiro de 2010 matou mais de 230 mil pessoas num país de 10 milhões e feriu pelo menos outras 300 mil. O Haiti já era o país mais pobre do Hemisfério Ocidental. Agora enfrentava um estarrecedor desastre humanitário. A necessidade de ajuda humanitária imediata e da reconstrução a longo prazo no Haiti testaria as nossas capacidades de auxílio e ressaltaria a importância de uma nova abordagem pioneira ao desenvolvimento internacional no século XXI.

Ao meu lado naquele dia no Haiti estava Cheryl Mills, minha infatigável assessora e chefe de gabinete, e o dr. Raj Shah, novo chefe da USAID, que prestara juramento no cargo apenas nove dias antes. Cheryl vinha conduzindo uma revisão da nossa política no Haiti durante todo o ano anterior e, quando ocorreu o terremoto, movimentou-se rapidamente para organizar uma resposta maciça nos vários setores do governo americano. O Departamento de Estado montou uma força-tarefa de crise 24 horas por dia no centro de operações, para manter-se a par da enchente de informações, pedidos de socorro e ofertas de ajuda. Funcionários consulares trabalhavam incessantemente para descobrir o paradeiro de cerca de 45 mil cidadãos americanos no Haiti e responder a aproximadamente 500 mil indagações de familiares e amigos preocupados.

No meio daquela primeira noite, ficamos sabendo que a missão das Nações Unidas no Haiti não conseguia localizar grande parte do seu pessoal. Pela manhã soubemos que o chefe da missão da ONU, seu principal representante, e 101 outros funcionários tinham sido mortos, perdas trágicas para todos nós que reduziram drasticamente a capacidade da comunidade internacional para aglutinar e coordenar uma resposta ao desastre.

Quase ninguém pôde entrar no Haiti nas primeiras 48 horas. O mundo se mobilizava para enviar auxílio, e não havia sistema para recebê-lo ou distribuí-lo ao chegar. A destruição do porto de Port-au-Prince forçou os cargueiros a desembarcar a mais de 150 quilômetros da capital. A estrada que liga a República Dominicana ao Haiti estava intransitável, assim como outras vias pelo país. Apenas um pequeno número de controladores de tráfego aéreo havia restado no aeroporto danificado para administrar o fluxo de aviões que tentavam entregar auxílio. Era uma confusão infernal.

Quando recebi a notícia do terremoto, estava no Havaí a caminho da Ásia para uma visita a quatro países. Assim que percebi a extensão dos danos no Haiti, cancelei a viagem e voltei a Washington para supervisionar os esforços de socorro. Alguns líderes asiáticos ficaram

desapontados, mas todos entenderam a urgência da crise, e muitos se ofereceram para ajudar da forma como pudessem.

Minha cabeça estava cheia de lembranças da primeira vez que visitei o Haiti em 1975 como parte da minha lua de mel com Bill. Vivenciamos as tensões entre a beleza do lugar — as pessoas, as cores, a comida, a arte — e a pobreza e fraqueza de suas instituições. Uma das experiências mais memoráveis da nossa viagem foi conhecer um sacerdote local de vodu chamado Max Beauvoir. Surpreendentemente ele estudara no City College de Nova York e na Sorbonne, tendo graduação em química e bioquímica. Ele nos convidou a comparecer a uma de suas cerimônias. Vimos haitianos incorporando espíritos, caminhando sobre carvão em brasa, arrancando cabeças de galinhas vivas com os dentes, mastigando vidro e cuspindo os cacos sem sangrar. No fim da cerimônia, as pessoas disseram que os espíritos ruins tinham ido embora.

Vimos também as terríveis forças de segurança do ditador "Baby Doc" Duvalier pavoneando-se pelas ruas da cidade com seus óculos escuros espelhados e armas automáticas. Num certo momento, vimos o próprio Baby Doc passando de carro a caminho do palácio — o mesmo palácio presidencial que ruiria num terremoto 35 anos depois.

Quando voltei a Washington após o terremoto, pensei que não fazia sentido ir de imediato a Port-au-Prince. Depois de observar e participar de trabalhos de emergência em desastres ao longo dos anos, eu tinha aprendido que uma das responsabilidades mais importantes de autoridades públicas é evitar atrapalhar os que se encarregam dos resgates e primeiros socorros. Não queríamos forçar os já sobrecarregados sistemas do Haiti nem desviar seus limitados recursos para apoiar uma visita de alto nível, quando a prioridade era salvar o máximo possível de vidas.

Mas, dois dias depois do terremoto, Cheryl falou com o presidente do Haiti, René Préval, e ele lhe disse que a única forasteira em quem confiava era eu. "Preciso de Hillary", disse ele. "Preciso de Hillary. E de mais ninguém." Era um lembrete de quanto podem ser importantes as relações pessoais, mesmo nos escalões mais altos do governo e da diplomacia.

No sábado, 16 de janeiro, viajei para Porto Rico, onde um avião de carga da Guarda Costeira me aguardava. Seria um voo mais fácil do que tentar uma traiçoeira aterrissagem num aeroporto danificado com um 757. Quando chegamos a Port-au-Prince, o embaixador Ken Merten estava à nossa espera na pista.

Sua equipe na embaixada estava fazendo um trabalho incrível. Uma enfermeira, cuja própria casa fora destruída, trabalhou sem descanso durante quase 48 horas numa unidade cirúrgica improvisada para tratar de americanos com ferimentos graves que apareciam na embaixada em busca de ajuda. Um oficial de segurança que, junto com membros da guarda local, saiu à procura de pessoal americano desaparecido encontrou dois colegas feridos cuja casa tinha caído numa profunda ravina. Carregaram o casal a pé durante seis horas numa maca improvisada feita de escadas e mangueiras de jardim até chegarem à unidade de saúde da embaixada.

Mas sofremos a perda de vários membros do nosso pessoal da embaixada e de seus familiares no Haiti, inclusive Victoria DeLong, uma adida de Assuntos Culturais, e a esposa e os filhos pequenos de Andrew Wyllie, um condecorado funcionário do Departamento de Estado que trabalhava para as Nações Unidas.

Nossa equipe na embaixada trabalhava junto ao nosso pessoal em Washington para coordenar ofertas de ajuda. Testamos com sucesso uma ideia inovadora com o Google e diversas empresas de telecomunicações para coletar e mapear solicitações de ajuda emergencial — muitas das quais chegavam via SMS numa linha especial — que eram então divididas com as equipes de resgate na localidade.

Especialistas de todos os setores do governo americano estavam tentando entrar no Haiti para ajudar. A Agência Federal de Gestão de Emergências (FEMA) entrou em ação, enviando médicos e especialistas em saúde pública da USAID, do Departamento de Saúde e Serviços Humanos e do Centro de Controle e Prevenção de Doenças. A Administração Federal da Aviação mandou uma torre de controle aéreo portátil. Seis equipes de busca e resgate compostas de bombeiros, policiais e engenheiros chegaram da Califórnia, Flórida, Nova York e Virgínia.

Ao lado do embaixador Merten na pista estava o general Ken Keen, o subcomandante do Comando Sul dos Estados Unidos, que estava no Haiti numa visita programada quando irrompeu o terremoto. Estavam parados na varanda dos fundos da residência do embaixador quando o chão começou a tremer. Felizmente a residência ficou em grande parte incólume e rapidamente virou ponto de encontro do pessoal de embaixada com ministros do governo haitiano, além de centro de contato do general Keen com o Comando Sul dos Estados Unidos em Miami, enquanto ele atuava em sua função militar.

Os oficiais da Guarda Costeira foram as primeiras botas americanas a pisar no solo. No final, mais de 20 mil civis e militares americanos estiveram diretamente envolvidos na busca e no resgate. Restauraram aeroportos e portos marítimos, providenciaram serviço médico e de saúde que salvou vidas e atendeu às necessidades básicas de sobrevivência do povo haitiano. O navio-hospital USNS *Comfort* tratou de centenas de pacientes. As forças americanas foram bem recebidas e ovacionadas, e a população e seu governo rogaram que não fossem embora. Soldados que serviram no Haiti entre múltiplas missões no Iraque e no Afeganistão maravilharam-se com a revitalizadora mudança que era sentir-se tão querido em solo estrangeiro.

Vi outro rosto familiar na pista: o chefe de gabinete do Conselho de Segurança Nacional Denis McDonough. Na véspera, ele pegara um jato militar para ajudar a coordenar os complexos trabalhos de socorro. Estava literalmente encharcado de suor numa camisa polo e calça cáqui ajudando a dirigir o tráfego na pista. Sua presença falava alto sobre o compromisso pessoal do presidente Obama com o Haiti. Eu estivera dois dias antes com o presidente na Casa Branca, quando ele garantiu publicamente a assistência americana. Foi a primeira vez que vi o presidente Obama lutando para controlar suas emoções.

Minha primeira ordem de trabalho foi conferenciar com o presidente Préval. Encontramo-nos numa tenda no terreno do aeroporto. Pude ver imediatamente por que Cheryl achou importante que eu viesse pessoalmente. A destruição do país de Préval e o desespero do povo estavam estampados em seu rosto.

Quando o terremoto aconteceu, Préval e sua esposa estavam chegando na sua residência particular na encosta de um morro. Viram a casa desabar diante dos seus olhos. Seu gabinete no palácio presidencial também foi seriamente atingido. Préval não conseguia localizar vários de seus ministros. Outros estavam gravemente feridos ou mortos. Segundos relatos, 18% dos servidores civis haitianos foram mortos em Port-au-Prince, 28 dos 29 edifícios governamentais destruídos, e membros do gabinete e do legislativo estavam desaparecidos ou tiveram sua morte confirmada. A situação era trágica, e o governo estava impotente.

Quando Préval se tornou presidente, tinha pouca experiência política, mas na época do terremoto passara a ser adepto da cultura de fazer acordos, uma característica da política haitiana. Ainda assim, permaneceu naturalmente reservado e achava difícil, mesmo após o terremoto, andar no meio do seu povo, que queria ver, tocar e falar com seu líder.

Sentada na tenda com Préval, tentei avaliar como ele estava se segurando em face de uma catástrofe tão esmagadora. Tínhamos assuntos urgentes a conduzir. O esforço de socorro internacional estava sendo sufocado no gargalo do aeroporto. Propus que os militares dos

Estados Unidos assumissem as operações ali o mais depressa possível, para que o auxílio pudesse começar a fluir. Préval não estava seguro. Como todos os países, o Haiti prezava a sua soberania. E, mesmo numa emergência, lembranças de intervenções americanas anteriores não eram fáceis de esquecer. Assegurei-lhe que as nossas tropas não estariam lá para patrulhar as ruas nem para substituir as forças da ONU trabalhando para restaurar e lei e a ordem. Tratava-se apenas de fazer o aeroporto funcionar novamente e garantir que os aviões pousassem e que os suprimentos fossem distribuídos. Cheryl e a nossa equipe haviam preparado um acordo jurídico para Préval assinar, dando às Forças Armadas dos Estados Unidos responsabilidade temporária pelo aeroporto e pelo porto. Repassamos o acordo linha por linha. Ele reconhecia que o Haiti necessitava de toda a ajuda que pudesse obter, mas entendia também que outros países e seus adversários políticos o criticariam por "vender-se" aos americanos. Era uma das decisões dolorosas que teríamos de tomar nos próximos dias.

Préval assinou o acordo. Estava depositando sua confiança pessoal em mim tanto quanto no nosso país. Olhou-me nos olhos e disse: "Hillary, preciso que você seja o Haiti para o Haiti, porque neste momento nós não vamos conseguir". Eu disse a Préval que ele podia contar com os Estados Unidos — e comigo. "Estaremos aqui hoje, amanhã e no futuro enquanto vocês nos quiserem." Logo, com a ajuda dos Estados Unidos, o aeroporto e o porto começaram a manejar dez vezes mais carga, e o socorro começou a chegar à população haitiana que mais necessitava.

Numa segunda reunião, bem maior, com grupos de auxílio americanos e internacionais, Préval foi menos cooperativo. Discordou categoricamente da recomendação de montar grandes acampamentos para abrigar centenas de milhares de haitianos sem-teto. Prescientemente preocupava-se que, se construíssemos esses acampamentos, o Haiti jamais se livraria deles; em vez disso, pediu que déssemos à população tendas e lonas para permanecerem em seus próprios bairros. Mas a equipe da ONU argumentou que seria muito mais difícil distribuir comida e água se as pessoas estivessem dispersas. Acampamentos seriam muito mais eficientes, e é por isso que são parte dos padrões de respostas internacionais a desastres.

Quando deixamos Port-au-Prince mais tarde naquele dia, espremem os o máximo possível de pessoas no avião, levando duas dúzias de haitianos americanos para a segurança. Cheryl e eu conversamos sobre todo o trabalho que tínhamos pela frente. Se era para cumprir a minha promessa a Préval — ser o Haiti para o Haiti —, não seria um esforço de ajuda emergencial rápido. Tínhamos de estar preparados para uma longa jornada.

Em tempos de emergência, o primeiro instinto dos americanos é ajudar. Nenhum de nós que viveu os dias sombrios após o Onze de Setembro vai esquecer de como pessoas de todo o país fizeram filas para doar sangue. Vimos a mesma generosidade após o furacão Katrina, quando famílias de Houston e de outras comunidades abriram suas casas para moradores de Nova Orléans deslocados, e após o superfuracão Sandy, quando as pessoas se uniram para ajudar Nova Jersey e Nova York. Quando o terremoto atingiu o Haiti, o Departamento de Estado trabalhou com uma empresa de tecnologia chamada mGive para possibilitar aos americanos fazer doações diretamente para a Cruz Vermelha via mensagens de texto. A iniciativa arrecadou mais de 30 milhões de dólares em menos de três semanas, doados por mais de 3 milhões de americanos. Ao todo, nosso povo acabou contribuindo com 1 bilhão de dólares para ajudar os haitianos após o terremoto.

Para o nosso país, apresentar-se numa emergência não é só a coisa certa a fazer. É também um inteligente gesto estratégico. Na sequência de um desastre como o tsunami asiático de 2004, quando providenciamos uma extensa ajuda humanitária, construímos valiosos reservatórios de boa vontade. Na Indonésia, o epicentro da destruição do tsunami, cerca de oito em dez pessoas

disseram que o nosso auxílio de emergência melhorou sua opinião sobre os Estados Unidos, e a nossa aprovação mais que dobrou desde os ínfimos 15% da era Iraque para mais de 38% em 2005. Vimos o mesmo fenômeno em 2011, quando os Estados Unidos correram para ajudar o Japão após o terremoto, tsunami e acidente nuclear, conhecido como "triplo desastre". A aprovação dos Estados Unidos entre os japoneses subiu de 66% para 85%, a mais alta entre todos os países pesquisados.

Embora muitos de nós respondam a necessidades urgentes numa crise, em geral é mais difícil mobilizar essa determinação para ajudar quando se trata de tragédias lentas, como pobreza, fome e doença. Emergências dramáticas, como um tsunami, concentram mais a atenção. Ajudar o Haiti nas consequências imediatas de um terremoto devastador era uma coisa. Mas e antes do desastre, quando o Haiti era assolado pela pior pobreza das Américas? Ou mais tarde, quando enfrentou anos de difícil reconstrução? Que papel deveriam os Estados Unidos desempenhar nesses esforços?

Os americanos sempre foram caridosos. Nos primeiros dias da nação, Alexis de Tocqueville escreveu a respeito dos "hábitos do coração" que tornavam a nossa democracia possível e faziam com que as famílias nas fronteiras se juntassem para erguer celeiros e costurar colchas. Minha mãe foi uma dessas dezenas de milhares de americanos que mandaram pacotes para famílias famintas na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Os pacotes incluíam provisões como leite em pó, bacon, chocolate e carne enlatada. Fico constantemente impressionada com o espírito filantrópico da chamada Geração do Milênio. Segundo um estudo, quase três quartos de todos os jovens nos Estados Unidos apresentaram-se como voluntários para alguma organização sem fins lucrativos em 2012.

Todavia, em debates sobre ajuda externa, especialmente assistência de longo prazo e não socorro de curto prazo, muitos americanos perguntam por que devemos ser generosos no exterior quando há tanto trabalho a fazer aqui no nosso próprio país. Numa época de orçamentos apertados e grandes desafios domésticos, há certamente escolhas difíceis a fazer, mas vale a pena ter clareza acerca dos fatos. As pesquisas mostram que os americanos superestimam significativamente a porcentagem do orçamento federal alocada para ajuda externa. Em novembro de 2013, um estudo da Fundação Família Kaiser descobriu que, em média, os americanos acreditam que 28% do orçamento federal são gastos em ajuda externa, e mais de 60% das pessoas dizem que isso é demais. Mas na realidade gastamos menos de 1% do orçamento em ajuda externa. Quando as pessoas ficam sabendo o valor real, a oposição cai pela metade.

Durante décadas, tem havido uma tensão filosófica na nossa abordagem ao desenvolvimento internacional. Deve a ajuda externa ser puramente altruísta, ajudando a aliviar sofrimentos onde a necessidade for maior, ou deve ser pretendida como parte da nossa estratégia para competir pelos corações e mentes em extensas lutas ideológicas como a Guerra Fria? Ou para enfrentar o desespero e a alienação que alimentam atualmente o radicalismo e a insurgência? O presidente Kennedy inspirou uma geração com seu chamado à ação numa "luta contra os inimigos comuns do homem: tirania, pobreza, doença e a própria guerra", conforme afirmou em seu discurso de posse. No entanto, ele nunca perdeu de vista o contexto estratégico. A ideia de um Corpo de Paz começou com um breve discurso de campanha às duas da manhã na Universidade de Michigan em outubro de 1960. "Quantos de vocês que vão ser médicos estão dispostos a passar seus dias em Gana?", perguntou ele a uma multidão de universitários que haviam se reunido no meio da noite para ouvi-lo falar. "Da disposição de vocês para fazer isso, não apenas servir um ou dois anos, mas da disposição para contribuir com parte da sua vida para

esse país, penso que dependerá a resposta à pergunta que coloca se uma sociedade livre pode competir." Mesmo às duas da manhã ele estava pensando em como o desenvolvimento poderia promover os interesses dos Estados Unidos.

Sempre pensei que a discussão entre "ajuda pela ajuda" e "ajuda para fins estratégicos" era um tanto desprovida de sentido. Precisamos fazer ambas as coisas. O presidente Obama e eu estávamos comprometidos em elevar o desenvolvimento junto com a diplomacia e a defesa como pilares fundamentais do poder americano, mas dentro do governo tivemos muitos desses mesmos debates. Quando a Casa Branca começou a compor a primeira Diretriz da Política Presidencial sobre desenvolvimento, argumentei que precisávamos estabelecer um elo claro entre o nosso trabalho de ajuda e a segurança nacional dos Estados Unidos. Havia alguns profissionais do desenvolvimento que discordavam dessa visão, mas o presidente acabou aceitando a premissa de que desastres naturais, pobreza e doença em outros países também eram ameaças aos interesses estratégicos dos Estados Unidos.

O Haiti era um exemplo excelente. Ajudar o país a pôr-se de pé fazia sentido tanto por razões humanitárias quanto estratégicas.

Era impossível não se comover com o sofrimento dos haitianos pobres amontoados nas favelas de Port-au-Prince, com poucas oportunidades econômicas ou educacionais e uma série de governos corruptos, erráticos e ditatoriais. O povo haitiano tem enorme talento e perseverança, mas tem tido de suportar uma pobreza e decepções deprimentes que esgotariam o espírito de qualquer um. Deveria ofender a nossa consciência ver crianças crescendo tão perto das nossas praias em condições tão cruéis.

E permitir que um reduto de pobreza, tráfico de drogas e instabilidade política se desenvolva a pouco mais de mil quilômetros da Flórida — um pouco mais que a distância entre Washington e Atlanta — é uma proposta perigosa. Todo ano ondas de refugiados fogem do Haiti tentando chegar aos Estados Unidos através de águas perigosas, infestadas de tubarões, em frágeis botes. Comparada com intervenção militar e cuidados para influxos maciços de refugiados desesperados, uma assistência ao desenvolvimento inteligente é uma pechincha.

Mesmo antes do terremoto, o Haiti era uma prioridade para mim. Quando me tornei secretária, pedi a Cheryl que examinasse a nossa política em relação ao Haiti e me apresentasse alguma estratégia para um desenvolvimento econômico de alto impacto que fizesse a diferença na vida dos haitianos. Também encarei isso como uma oportunidade de testar ao vivo novas abordagens para desenvolvimento que pudessem ser aplicadas de forma mais ampla no mundo inteiro. Afinal, apesar dos seus desafios, o Haiti tinha muitos ingredientes importantes para o sucesso: não era cortado por facções religiosas ou sectárias; divide uma ilha com um país democrático e estável, a República Dominicana, e desfruta da proximidade com os Estados Unidos; e tem uma grande comunidade na diáspora, tanto nos Estados Unidos como no Canadá. Em suma, o Haiti tem tanta coisa a seu favor que outros países desesperadamente pobres não têm. Se pudéssemos ajudar os haitianos a tirar proveito dessas vantagens, eles poderiam liberar um grande potencial.

No dia do terremoto em janeiro de 2010, Cheryl e sua equipe estavam finalizando um relatório para enviar à Casa Branca, contendo todo um conjunto de recomendações para o Haiti, baseadas nas prioridades apresentadas pelos próprios haitianos. Nas semanas seguintes, o foco de todo mundo estava na resposta de emergência, mas logo seria o momento de pensar em reconstrução a longo prazo e necessidades de desenvolvimento. Então eu disse a Cheryl para tirar o pó do relatório e pôr-se a trabalhar.

O desafio de "reconstruir melhor", uma expressão retirada do meu marido e seu trabalho com o

presidente George H. W. Bush após o tsunami asiático em 2004, era assustador. O terremoto foi um desastre de alcance sem precedentes que arrasou o Haiti e grande parte da sua infraestrutura produtiva, inclusive o porto e o aeroporto principais, redes e subestações de energia e rodovias importantes. Préval e seu primeiro-ministro, Jean-Max Bellerive, reconheceram de imediato que o Haiti necessitava de uma estratégia arrojada de desenvolvimento econômico que empregasse fundos de reconstrução para criar melhorias duradouras na vida do povo haitiano. Tinham uma profusão de receitas para escolher, uma vez que o Haiti tornou-se o ponto focal de um contínuo debate sobre desenvolvimento e o papel que a ajuda externa pode desempenhar ao estimular a economia e melhorar o governo.

O que emergiu foi uma estratégia de desenvolvimento elaborada pelo governo haitiano que serviu como um guia de reconstrução. Dois dos seus elementos, criar oportunidades econômicas em regiões chamadas de corredores de crescimento fora da congestionada Port-au-Prince e expandir empregos em agricultura e manufatura leve, tornaram-se os marcos da assistência americana ao Haiti.

A ideia de deixar o governo local estabelecer prioridades e guiar o desenvolvimento não era exatamente nova. No seu celebrado discurso ao lançar o Plano Marshall em 1947, George Marshall argumentou: "Não seria nem conveniente nem eficaz que este governo se encarregasse de traçar unilateralmente um projeto destinado a reerguer a Europa economicamente". Entretanto, a sabedoria de Marshall foi bastante desconsiderada nas décadas seguintes. Nações doadoras e ONGs invadiram países em desenvolvimento com seus próprios planos e ideias. Era um impulso compreensível, considerando que os governos locais muitas vezes pediam conselhos de especialistas, mas no geral isso provocava consequências indesejáveis. Os trabalhadores de ajuda humanitária em campo às vezes se queixavam das autoridades de Washington ou de várias capitais europeias que tentavam microgerenciar à distância as iniciativas de desenvolvimento. Planos que pareciam bons na prancheta fracassavam quando aplicados no mundo real e, sem cooperação e aceitação locais, não podiam ser transplantados.

Por fim, a comunidade internacional para o desenvolvimento acabou redescobrindo a orientação do general Marshall como o princípio do "*country ownership*" [apropriação pelo país beneficiário] e o introduzimos no cerne dos nossos esforços no Haiti e em outros lugares do mundo. O *country ownership* significava que, no máximo possível, trabalharíamos com autoridades locais e ministérios nacionais nas necessidades que eles identificassem para ajudá-los a montar suas estruturas e assegurar uma abordagem unificada e coerente com todos os doadores e organizações que trabalhavam juntos para essas finalidades, e não paralelamente ou competindo. Nosso modelo de desenvolvimento não podia obedecer a fórmulas prontas. O que funciona na Papua-Nova Guiné pode não funcionar no Peru. Tínhamos de percorrer caso por caso, país por país, até mesmo aldeia por aldeia, para analisar necessidades, avaliar oportunidades e adequar investimentos e parcerias para maximizar nosso impacto.

No Haiti e em outras partes, o principal veículo para nosso trabalho de desenvolvimento seria a USAID, uma agência repleta de servidores públicos determinados, mas assolada por anos de recursos escassos e foco à deriva. Na década de 1990, os republicanos no Congresso, liderados pelo senador Jesse Helms da Carolina do Norte, pleitearam a abolição total da USAID, argumentando que, com o fim da Guerra Fria, não havia justificativa estratégica para ajuda externa em larga escala. Embora Helms tivesse fracassado em desmantelar a agência, foi capaz de reduzir drasticamente seu orçamento. Perdidas na discussão ficaram as consequências reais de retroceder e permitir a superação de problemas, especialmente em lugares como o Afeganistão. Quando os Estados Unidos deixaram aquele país após a retirada soviética em 1989, criamos

espaço para o surgimento do Talibã. Foi um erro que nos saiu muito caro.

O interessante é que, perto do fim do mandato presidencial do meu marido, o senador Helms passou a apoiar a iniciativa de Bill de perdoar as dívidas de países pobres e colocar todas as suas reservas em serviços de saúde, educação ou desenvolvimento econômico. Boa parte do crédito disso vai para Bono, cantor e líder da banda U2, que se mostrou surpreendentemente persuasivo com o impertinente senador.

A administração Bush teve sua própria parcela de contribuição no desenvolvimento. A marca presidencial de "conservadorismo compassivo" levou-o a investir em novos programas de desenvolvimento fora da existente burocracia da USAID, tendo enormes impactos, especialmente na África subsaariana. A Corporação Desafio do Milênio (MCC) forneceu uma generosa ajuda a países que atendiam a certos padrões e fez reformas relativas à corrupção e governança. O Plano de Emergência de Combate à aids, do presidente Bush, construiu clínicas, distribuiu medicamentos e salvou vidas em toda a África. Foi um sucesso espantoso.

Quando me tornei secretária, reconstruir a USAID e redefinir seu foco passou a ser de máxima prioridade. Sem reformas, assim como a redução de nossa dependência de fornecedores externos e o aumento da nossa capacidade de inovar e executar, corríamos o risco de ser ultrapassados e atropelados por outras nações. Muitos países europeus tinham excelentes programas de desenvolvimento que operavam com maior envolvimento local e muito menos despesas que os empreendimentos típicos da USAID. A China gastava somas enormes no mundo em desenvolvimento. Podíamos não ter um bom conceito dos métodos chineses, que priorizavam a extração de recursos e o uso do seu próprio pessoal, em vez de agregar valor, aumentar o número de empregos e proteger o meio ambiente, mas era indiscutível a escala e o alcance do seu engajamento. Como descobri em todo o mundo, pouca gente era capaz de identificar símbolos tangíveis da ajuda americana, mas em muitos países as pessoas passavam de carro ao lado de um estádio ou por uma estrada construída pelos chineses. Não queríamos imitar a abordagem deles, nem desmerecer o valor de projetos menos visíveis, especialmente aqueles que aumentavam as safras de colheitas ou impediam mortes desnecessárias por aids, tuberculose e malária, mas precisávamos continuar melhorando e inovando para que os programas de desenvolvimento americanos continuassem sendo os mais respeitados do mundo.

Para dirigir a USAID achamos um jovem talentoso e ponderado no Departamento de Agricultura, o dr. Rajiv Shah. Com formação em medicina e economia da saúde, tendo dirigido importantes programas na Fundação Gates, Raj logo se tornou um valioso parceiro que compartilhava do nosso compromisso de reformar a agência e valorizar o desenvolvimento dentro da nossa política externa.

A administração Obama propôs duplicar a ajuda externa até 2014, mas, de igual importância, foi o fato de planejarmos reformar a maneira como o dinheiro era gasto, assegurando que uma parcela menor fosse destinada a salários e despesas gerais com empresas de fins lucrativos e uma parcela maior entrasse direto nos programas em solo local. Eu também queria interromper o êxodo de talentos na USAID, aumentando o número de profissionais especializados em desenvolvimento e tornando-a novamente um lugar empolgante de se trabalhar.

Raj e eu concordamos que, para ter sucesso, a USAID precisava de uma nova ênfase em inovação, investimento e autossuficiência. Começamos a procurar novos meios de identificar e apoiar as melhores ideias de desenvolvimento fora do governo que pudessem nos ajudar a resolver problemas ao redor do mundo, especialmente soluções voltadas para o mercado que empoderassem as pessoas e estimulassem a criatividade. A USAID lançou os "Grandes Desafios"

— concursos para apoiar inovações potencialmente capazes de mudar o jogo. Também criamos um fundo no estilo capital de risco para investir em grandes ideias que pudessem trazer grandes resultados. A primeira rodada de financiamentos apoiou projetos como iluminação solar na área rural de Uganda e serviços de saúde móveis na Índia. Novas parcerias com a Fundação Nacional de Ciência e com os Institutos Nacionais de Saúde começaram a conectar cientistas americanos que trabalhavam com pesquisa de desenvolvimento com seus colegas pelo mundo. Novas bolsas nos permitiram levar mais cientistas, engenheiros e físicos para trabalhar com a USAID. Em 2008, a agência gastou aproximadamente 127 milhões de dólares para apoiar pesquisa e desenvolvimento. Em 2014, esse número tinha subido para 611 milhões de dólares.

Em 2011, Raj e eu começamos a discutir o projeto central para a agenda de inovação: um laboratório de desenvolvimento de alta tecnologia dirigido pela USAID em parceria com centros de pesquisa universitários, ONGs, a comunidade de inovação e empresas americanas. Depois de anos de preparação, eu estava orgulhosa de me juntar a Raj, no começo de abril de 2014, para ajudar a lançar o que agora se chama Laboratório de Desenvolvimento Global dos Estados Unidos. Ele estará focado em soluções inovadoras nas áreas de clima, saúde, nutrição, energia, educação e mudança climática, com o objetivo de ajudar 200 milhões de pessoas nos primeiros cinco anos.

Outro impulso essencial foi encontrar novos meios de estimular investimentos do setor privado nos países em desenvolvimento. As empresas americanas muitas vezes lutam para navegar pela complicada rede de agências dos Estados Unidos envolvidas em investimentos e relações de comércio internacionais, inclusive a OPIC [Corporação de Investimento Privado no Exterior], o Departamento de Estado, a Autoridade de Crédito para Desenvolvimento da USAID e o Banco de Exportação-Importação. Antes de deixar o cargo, apresentei ao presidente Obama um plano para transformar a OPIC numa "instituição financeira de desenvolvimento" em plena escala, capaz de mobilizar recursos nos variados setores do governo para incentivar investimentos do setor privado sem exigir dinheiro adicional do contribuinte. Outros países têm instituições desse tipo, nós também deveríamos ter. É bom para os negócios americanos e para os países parceiros.

Ao mesmo tempo que aperfeiçoávamos nossos mecanismos para o desenvolvimento, também era crucial ajudar nossos parceiros a aperfeiçoar seus próprios mecanismos. Eu estava especialmente preocupada com a corrupção e com os sistemas de tributos que funcionavam pessimamente nos países em desenvolvimento que estávamos tentando ajudar. A ajuda externa já é difícil de vender nas melhores circunstâncias, mas é ainda mais difícil quando as elites dos países parceiros fazem tudo que podem para não entrar com sua justa parcela. Era uma coisa que eu via no mundo inteiro e me deixava indignada. Quando um país faz reformas para melhorar sua arrecadação de impostos, expandir a transparência e combater a corrupção, pode deflagrar um círculo virtuoso. Os contribuintes podem ver o que estão de fato recebendo em troca do seu dinheiro. Receitas mais altas permitem aos governos prover serviços melhores e pagar salários decentes aos funcionários públicos. Tudo isso, por sua vez, cria um clima mais atraente tanto para investidores estrangeiros como para doadores em prol do desenvolvimento, direcionando os países no caminho da autossuficiência.

Ajudar a reconstruir o Haiti seria um teste fundamental para a USAID e para vermos como poderíamos trabalhar com o governo haitiano, ao mesmo tempo melhorando seus recursos, e em coordenação com todos os nossos parceiros internacionais, inclusive governos, ONGs e instituições.

De início, chamei os líderes mundiais logo depois do terremoto, a começar pelos ministros das Relações Exteriores da França, Brasil, Canadá e República Dominicana. Na Conferência de Doadores do Haiti, na primavera de 2010, os Estados Unidos começaram o processo de alocar

mais de 3,5 bilhões de dólares em ajuda, e incentivamos outras nações a seguir nosso exemplo. Ao todo, a conferência gerou mais de 9 bilhões de dólares em garantias governamentais para desenvolvimento de longo prazo, além de compromissos do setor privado. Todos os países do nosso hemisfério se envolveram. Fiquei particularmente contente de ver que a República Dominicana, que divide a ilha de Hispaniola com o Haiti e nem sempre tem se dado bem com seu vizinho, deixou os atritos de lado para ajudar. Chegamos a ter cooperação de Cuba e da Venezuela.

O secretário-geral da ONU Ban Ki-moon havia pedido a Bill para servir como seu enviado especial para o Haiti a partir de maio de 2009, posto que ele deteve até 2013. Então o presidente Obama pediu a ele e ao ex-presidente George W. Bush que comandassem uma campanha pós-terremoto para levantar dezenas de milhões de dólares para dar início a novos empreendimentos e aumentar a oferta de empregos. Ao lado de Bill estava o dr. Paul Farmer, cofundador da organização Parceiros na Saúde, a quem Bill pedira para ser vice-enviado especial na ONU em agosto de 2009. A Parceiros na Saúde começou a trabalhar no Haiti em 1983, desenvolvendo um modelo sem igual para prover cuidados de saúde de qualidade com recursos limitados para a população pobre em áreas rurais. Depois do terremoto, Paul e sua equipe conseguiram construir um hospital universitário, o Hôpital Universitaire de Mirebalais, na cidade de mesmo nome no Haiti, que também é o maior edifício do país alimentado por energia solar.

A ajuda humanitária e os esforços de reconstrução internacionais fizeram um grande bem, especialmente no período imediatamente após o tremor, mas havia deficiências nessas ações. Dezenas de milhares de trabalhadores da ajuda humanitária montaram um acampamento que parecia uma cidade sitiada, e nem sempre estavam bem coordenados. Uma quantidade exagerada de ONGs bem-intencionadas entupiu os encanamentos. E, num caso lamentável de consequências imprevistas, a epidemia de cólera que irrompeu no outono de 2010 provavelmente foi gerada por pacificadores nepaleses trazidos pela ONU.

A USAID errou o alvo em alguns locais importantes. As redes de referência hospitalares que um dos nossos especialistas em saúde projetou nunca se materializaram, em grande parte devido a brigas burocráticas internas. Em termos de energia, os Estados Unidos construíram uma usina e fizeram reparos, mas os nossos mais grandiosos planos de transformação energética ainda não deram frutos.

Houve, porém, sucessos importantes. Em janeiro de 2013, 7,4 milhões de metros cúbicos de entulho tinham sido removidos, um terço disso pelo governo americano. O número de haitianos vivendo em tendas declinou de um pico de 1,6 milhão para menos de 200 mil. Mais de 300 mil pessoas encontraram moradias mais seguras graças a programas financiados pela USAID. E a vacinação contra a cólera, liderada pelos CDC [Centros de Controle de Doenças], ajudaram a reduzir a taxa de mortalidade da epidemia de cólera de 9% para pouco mais de 1%. Os Estados Unidos deram suporte a 251 postos de cuidados primários e 52 de secundários por todo o Haiti, que, segundo estimativas, atenderam às necessidades de assistência médica de quase 50% da população haitiana. Ajudamos perto de 10 mil agricultores a ter acesso a melhores sementes e fertilizantes e introduzimos novas técnicas para uma melhor produtividade. A produção de arroz mais que dobrou, e a de milho mais que quadruplicou.

O objetivo básico da nossa estratégia de desenvolvimento de longo prazo no Haiti era um impulso inicial na economia, a geração de empregos que pagassem às pessoas salários decentes, e com o tempo a redução da dependência em relação à ajuda externa. Uma peça central das nossas ações era um parque industrial de 300 milhões de dólares em Caracol, no norte do Haiti, financiado em conjunto pelo Departamento de Estado, pela USAID, pelo governo haitiano e pelo

Banco Interamericano de Desenvolvimento. Logo essa meta tornou-se uma ação global, com uma companhia têxtil coreana, a Sae-A Trading Co., comprometendo-se a construir e administrar ali uma fábrica de camisetas e outros itens para a Wal-Mart, a Kohl's e a Target. Quando fiz a visita para a inauguração em outubro de 2012, já havia 1.050 haitianos trabalhando lá, esperando-se para breve a contratação de mais.

O projeto Caracol estava coerente com a tendência mais ampla do nosso trabalho de desenvolvimento pelo mundo. Estávamos mudando o nosso foco, passando da ajuda ao investimento. Na década de 1960, quando o presidente Kennedy criou a USAID, a assistência oficial para desenvolvimento vinda de países como os Estados Unidos representava 70% dos fluxos de capital que iam para os países em desenvolvimento. Desde então, embora os países já tenham de fato aumentado os orçamentos, a assistência oficial para desenvolvimento representa apenas 13% desses fluxos de capital. Isso deve-se principalmente à afluência de investimentos e relações de comércio privados em mercados emergentes, o que constitui uma boa notícia. Dada essa mudança, fazia sentido alterar o foco da nossa abordagem para o desenvolvimento, de modo a podermos controlar melhor as forças de mercado e fazer investimentos inteligentes do setor público para poder catalisar um crescimento econômico sustentável.

Os Estados Unidos não abandonaram a ajuda tradicional, tal como sacos de arroz ou estojos de medicamentos. Esse tipo de ajuda ainda é uma ferramenta vital, especialmente como parte de uma resposta de emergência a uma catástrofe. Mas, por meio dos investimentos, buscamos quebrar o ciclo de dependência que a assistência pode criar, auxiliando os países a elaborar suas próprias instituições e sua própria capacidade de fornecer os serviços essenciais. A ajuda atende à necessidade; o investimento atende à oportunidade.

No final de 2013, pouco mais de um ano depois de ser aberto, o parque industrial do projeto Caracol fornecia empregos a cerca de 2 mil haitianos. Havia seis arrendatários do setor privado, cerca de 100 mil metros quadrados de espaço locado para fábricas e escritórios e 26 milhões de dólares em exportações anuais. No decorrer de 2014, as taxas de emprego e exportações estavam a caminho de mais que duplicar, com novos fabricantes mudando-se para fábricas recém-construídas. O complexo possui também uma moderna instalação para tratamento de água usada, uma nova rede elétrica que fornecia pela primeira vez energia confiável às cidades vizinhas, bem como novas moradias, escolas e clínicas.

Numa coluna do *Financial Times* em 2013, o primeiro-ministro do Haiti, Laurent Lamothe, comentou que a maioria das famílias haitianas ganha cerca de setecentos dólares por ano em agricultura de subsistência e que "nunca podem ter certeza de que chuvas pesadas não irão arruinar suas colheitas". Assim, quando o projeto Caracol teve início, chegavam cinquenta inscrições para cada emprego. "Uma mãe solteira inscrita no Caracol ganha agora um salário médio anual de 1.820 de dólares no seu primeiro emprego assalariado", escreveu Lamothe. "Se ela progride para se tornar uma supervisora de linha de produção, pode ganhar até 50% mais. Antes desempregada, ela agora pode mandar os filhos à escola, pagar um telefone celular e eletricidade 24 horas por dia, sete dias por semana, e ainda ter alguma renda disponível para poupar. E também desfruta de benefícios como férias remuneradas, plano de saúde e um dos melhores regimes do mundo em termos de direitos trabalhistas e segurança no trabalho."

O dia da inauguração do parque industrial, em outubro de 2012, foi, para todos nós que tínhamos vivido os dias mais sombrios do Haiti, uma ocasião para celebrar um pouco de boas notícias, e ninguém mereceu mais aplausos do que o próprio Préval. A essa altura, porém, ele já tinha deixado o cargo havia mais de ano e sua relação com o novo presidente estava longe de ser calorosa.

O desentendimento remontava às eleições de novembro de 2010, apenas dez meses depois do terremoto. O cômputo oficial do governo e uma contagem independente feita pela Organização dos Estados Americanos (OEA) chegaram a resultados diferentes sobre quais candidatos deveriam ir para um segundo turno. Muitos haitianos, que já tinham suportado tanta coisa, ficaram indignados porque, depois de tudo que tinham passado, seus votos poderiam não ser contabilizados. As ruas logo se encheram de ruidosos protestos.

Decidi ir ao Haiti me encontrar com Préval e os candidatos, para ver se podia haver uma resolução pacífica que evitasse uma crise quando havia ainda tanto trabalho a ser feito em consequência do terremoto. O candidato favorito de Préval, que a OEA havia na realidade considerado como tendo chegado em terceiro, queixava-se de que a comunidade internacional o estava empurrando para fora da corrida. Eu insistia que não era o caso. Afinal, expliquei, as pessoas tentaram me empurrar para fora da corrida quando concorri à presidência em 2008. Exatamente como o presidente Obama e eu, ele e os outros dois candidatos tinham de respeitar a preferência dos eleitores. "Veja", disse eu, "já participei de eleições. Ganhei duas e perdi uma grande. Então sei qual é a sensação. O mais importante é que a democracia seja protegida." Diferentemente de uma diplomata profissional, uma acadêmica ou uma empresária, eu podia me colocar no lugar daqueles candidatos. Eleições podem ser dolorosas. A democracia é uma coisa difícil. Em alguns lugares, você pode ser morto por querer se candidatar ou querer votar, pode ir para a cadeia ou à falência. É preciso entender os riscos que as pessoas assumem, as suas preocupações e a necessidade de se sentirem respeitadas.

Encontrei-me com Préval em sua residência temporária. Sentamo-nos um perto do outro em poltronas macias, praticamente joelho contra joelho. Comecei falando sobre o que significa pensar não só no amanhã, mas a longo prazo. Disse-lhe que aquele era um momento de definição. Ele seria lembrado como um presidente igual a todos os líderes haitianos da história, que se recusava a escutar seu povo, ou como o presidente que permitiu que a democracia criasse raízes. Ele tinha de escolher. "Estou falando com você não só como amiga, mas como alguém que ama meu país e também precisou tomar muitas decisões difíceis", disse eu. "Faça o difícil, porque o difícil em último caso estará nos melhores interesses do seu país e também nos seus melhores interesses, mesmo que não sinta isso até ser capaz de tomar uma certa distância e olhar para trás." Ele encerrou o encontro dizendo: "Bem, você me deu muita coisa para pensar. Vou ver o que posso fazer".

Pouco depois, Préval e todos os três candidatos aceitaram os resultados da OEA. O celebrado músico Michel Martelly, largamente conhecido como "Sweet Micky", ganhou o segundo turno, e Préval se retirou. Geralmente o vencedor de uma eleição recebe todas as glórias. Porém, naquele caso, penso que o herói do momento foi o homem que saiu do poder graciosamente, mesmo com seu país ainda saindo de uma catástrofe inimaginável. Foi a primeira vez na história do Haiti que um presidente passou o poder pacificamente para alguém de um partido de oposição.

Foi um sinal muito bom para o futuro do país. O elo entre desenvolvimento sustentável e boa governança estava bem estabelecido. É por isso que o colocamos no centro dos nossos programas de ajuda, mais especialmente na Corporação Desafio do Milênio. Os problemas do Haiti em ambas as frentes serviram como referência. E tínhamos um contraexemplo prontamente disponível. O Chile foi atingido por um terremoto até mais forte apenas um mês depois do Haiti. Entretanto, ao contrário do Haiti, o Chile tinha infraestrutura, recursos e instituições de governo para enfrentar um acontecimento tão devastador e dar uma resposta rápida e efetiva. Para "reconstruir melhor", o Haiti precisava fazer mais do que limpar o entulho e botar a economia de novo em funcionamento. Precisava de uma democracia forte e um governo responsável e

responsivo. Uma transferência pacífica de poder foi um primeiro passo crucial.

Fiquei contente de ver Préval no evento de inauguração do complexo de Caracol, mas me perguntei como ele e Martelly interagiriam. Para minha surpresa e deleite, Martelly reconheceu a presença de Préval e o convidou para subir no palco. Então ambos ergueram os braços unidos em celebração. Foi um gesto simples, familiar para os americanos, mas, no Haiti, dois presidentes nunca tinham feito aquilo — em especial porque praticamente jamais houvera uma transição pacífica. Aquele ato me fez acreditar que o Haiti estava, por fim, apesar de todas as lutas, num caminho melhor.

Na área do desenvolvimento internacional, é fácil frustrar-se e ser fatalista. Porém é preciso tomar apenas uma certa distância e olhar o curso da história para perceber o quanto as contribuições dos Estados Unidos são extraordinárias. Só durante a minha vida os Estados Unidos ajudaram a erradicar a varíola e reduzir a pólio e a malária. Ajudamos a salvar milhões de vidas com vacinações, tratamentos para aids e a terapia de reidratação oral que reduz enormemente a morte de bebês e crianças. Ajudamos a educar milhões de jovens e proporcionamos suporte significativo para países que já haviam sido pobres e que floresceram e se tornaram eles próprios generosos doadores, como a Coreia do Sul. Os americanos devem se orgulhar dessas conquistas, que não só auxiliaram a humanidade, como ajudaram a nossa nação a projetar nossos valores e fortalecer a nossa liderança no mundo.

24

Política do século xxi: Diplomacia digital em um mundo em rede

"Meu governo pode ir para o inferno!", declarou a jovem em tom de desafio. Eu havia perguntado a uma ativista da Bielorrúsia se estava preocupada com as repercussões quando voltasse ao seu país depois do TechCamp, uma sessão de treinamento que o Departamento de Estado organizara na vizinha Lituânia em junho de 2011. Usávamos essas sessões para ajudar grupos da sociedade civil da região a aprender a usar a tecnologia para promover seu trabalho e evitar perseguição. Entre os países que emergiram da antiga União Soviética, o da Bielorrúsia era um dos regimes mais repressivos. Entretanto, aquela mulher não tinha medo, disse-me ela. Viera à Lituânia para aprender novos recursos que a ajudassem a ficar um passo adiante dos censores e da polícia secreta. Gostei do estilo dela.

Havia cerca de oitenta outros ativistas de dezoito países espremidos numa pequena sala em Vilnius para dois dias de onze horas de treinamento. Em sua maioria, não eram idealistas ingênuos nem adeptos da tecnologia. Eram dissidentes ávidos por conhecer *qualquer* nova ferramenta que os ajudasse a expressar suas opiniões, organizar-se e driblar a censura. Uma equipe de especialistas do Departamento de Estado estava presente para explicar como os ativistas podiam proteger sua privacidade e anonimato na internet e frustrar os bloqueios restritivos governamentais. Também tínhamos executivos do Twitter, Facebook, Microsoft e Skype.

Alguns dos ativistas falavam sobre como o regime sírio de Bashar al-Assad monitorava as hashtags dos usuários de oposição do Twitter e depois inundava a rede com spams usando as mesmas hashtags para enganar os que pretendiam seguir a oposição. Havia algo que pudessem fazer para impedir isso? Outros queriam ajuda para mapear as manifestações e as ações repressivas em tempo real durante uma crise.

Naquele começo de noite, levei os membros da minha delegação para jantar fora num restaurante local em Vilnius. Tomando uma cerveja lituana, perguntei como eles achavam que tinha sido o dia. Alec Ross, meu assessor sênior para Inovação, estava particularmente satisfeito. Em 2008, Alec ajudara a campanha de Obama a atingir o Vale do Silício e a indústria da tecnologia. Quando assumi o Departamento, pedi-lhe ajuda para fazer o Departamento de Estado entrar no século xxi. Eu mesma não entendo muito de tecnologia — embora tenha surpreendido a minha filha e o meu staff ao apaixonar-me pelo meu iPad, que agora levo sempre em minhas viagens —, mas compreendia que as novas tecnologias redefiniriam a prática da diplomacia e do desenvolvimento, exatamente como estavam mudando em todo lugar a forma como as pessoas se comunicavam, trabalhavam, se organizavam e jogavam.

Discutimos como essas ferramentas eram em si mesmas neutras em termos de valor. Podiam ser forças para o mal com a mesma facilidade com que podiam funcionar para o bem, exatamente como o aço pode ser usado para construir hospitais ou tanques de guerra e a energia nuclear pode servir para iluminar uma cidade ou destruí-la. Tínhamos de agir com responsabilidade para maximizar os benefícios da tecnologia — e ao mesmo tempo minimizar os riscos.

A tecnologia abria novas avenidas para ajudar a solucionar problemas e promover os

interesses e valores americanos. Estaríamos focados em ajudar toda a sociedade civil a dominar a tecnologia de celulares e as mídias sociais para exigir responsabilidade de seus governos, denunciar abusos em documentos e empoderar grupos marginalizados, inclusive mulheres e jovens. Eu tinha visto em primeira mão como as inovações estavam tirando as pessoas da pobreza e dando-lhes mais controle sobre a própria vida. No Quênia, agricultores viram sua renda crescer em até 30% depois que começaram a usar telefones celulares para tecnologia bancária on-line e aprender a proteger melhor suas plantações contra pragas. Em Bangladesh, mais de 300 mil pessoas se inscreveram para aprender inglês pelo celular. Havia quase 4 bilhões de celulares em uso no mundo em desenvolvimento, muitos deles nas mãos de agricultores, pequenos comerciantes, condutores de riquixás e outros que historicamente careciam de acesso à educação e oportunidade. Vários estudos descobriram que um aumento de 10% na taxa de penetração dos celulares num país em desenvolvimento pode gerar um aumento no PIB per capita entre 0,6% e 1,2%. Isso se traduz em bilhões de dólares de incontáveis empregos.

No entanto, também tínhamos visto o lado mais sombrio da revolução digital. As mesmas qualidades que faziam da internet uma força para um progresso sem precedentes — por sua abertura, seu efeito de nivelamento, seu alcance e velocidade — também possibilitavam transgressões em escala sem precedentes. É bem sabido que a internet é fonte de informação e também de desinformação, mas isso é só o começo. Grupos extremistas e terroristas usam a internet para incitar o ódio, recrutar membros, planejar e executar ataques. Traficantes de seres humanos seduzem novas vítimas para a escravidão moderna. Pedófilos exploram crianças. Hackers invadem instituições financeiras, comerciais, redes de telefonia celular e contas pessoais de e-mail. Gangues criminosas, assim como países, estão construindo um ciberarsenal bélico ofensivo e dispositivos de espionagem industrial. A infraestrutura crítica, como redes de energia e sistema de controle de tráfego aéreo, está cada vez mais vulnerável a ciberataques.

Como outros órgãos governamentais que lidam com a segurança, o Departamento de Estado era frequentemente alvo desse tipo de ataque. Funcionários de Departamento tinham de se prevenir de invasões dos e-mails e tentativas de roubo de dados pessoais cada vez mais sofisticadas. Quando chegamos ao Departamento, essas tentativas eram semelhantes aos e-mails fraudulentos que muitos americanos recebem em casa em seus computadores pessoais. Assim como o inglês cheio de erros do famoso golpe do banco nigeriano serviu de alerta à maioria dos usuários, as tentativas geralmente desleixadas dos primeiros tempos, tentando penetrar nos nossos sistemas seguros, eram fáceis de identificar, mas já em 2012 a sofisticação e a fluência tinham avançado consideravelmente, com hackers fingindo-se de funcionários do Departamento numa tentativa de iludir seus colegas levando-os a abrir anexos de aparência absolutamente legítima.

Quando viajávamos para lugares sensíveis como a Rússia, frequentemente recebíamos alertas dos funcionários da segurança do Departamento para deixar nossos laptops, BlackBerrys — qualquer coisa que se comunicasse com o mundo exterior — no avião, com as baterias removidas para evitar que serviços estrangeiros de inteligência os comprometessem. Mesmo em contextos amistosos conduzíamos nossos negócios sob estritas precauções de segurança, tomando cuidado a respeito de onde e como líamos material secreto e usávamos nossa tecnologia. Um meio de proteger o material era lê-lo dentro de uma tenda opaca num quarto de hotel. Em situações menos bem equipadas, recebíamos instruções para improvisar e ler material sensível com um cobertor por cima da cabeça. Eu me sentia outra vez com dez anos de idade, lendo escondida com uma lanterna sob as cobertas depois da hora de dormir. Em mais de uma ocasião fui alertada para não falar abertamente no meu quarto de hotel. E os alvos não eram

apenas órgãos governamentais e autoridades americanas. As nossas empresas também estavam na mira. Recebi ligações de executivos frustrados, queixando-se de agressivos roubos de propriedade intelectual e segredos comerciais, até mesmo invasões em seus computadores pessoais. Para focar melhor nossas ações contra essa ameaça cada vez mais séria, indiquei o primeiro coordenador para Assuntos Cibernéticos do Departamento em fevereiro de 2011.

Alguns países em todo o mundo começaram a erigir barreiras eletrônicas para impedir seu povo de usar a internet livre e plenamente. Censores expurgavam palavras, nomes e frases dos resultados dos mecanismos de busca. Reprimiam cidadãos que se envolviam em discurso político não violento, e não só durante períodos de agitação e protestos de massas. Um dos exemplos mais proeminentes é o da China, que, por volta de 2013, tinha aproximadamente 600 milhões de usuários da internet, mas também alguns dos limites mais repressivos de liberdade na rede mundial. A "Grande Firewall" [também chamada de Grande Muralha] bloqueava sites estrangeiros e páginas específicas de conteúdo percebido como ameaçador ao Partido Comunista. Alguns relatórios estimam que a China empregava até 100 mil censores para patrulhar a rede. Durante dez meses a partir de 2009 o governo chegou a fechar totalmente a internet na província noroeste de Xinjiang depois de tumultos entre a população de etnia uigur.

Naquele mês de junho, jovens iranianos usaram websites e redes sociais para enviar suas mensagens para fora do país durante protestos após o questionamento das eleições. Os tiros que atingiram uma mulher de 26 anos chamada Neda Agha-Soltan, disparados por forças paramilitares pró-governo, foram capturados em granuladas imagens de telefones celulares postadas na internet e compartilhadas em todos os cantos via Twitter e Facebook. Em poucas horas, milhões de pessoas assistiram a Neda morrendo numa poça de sangue numa rua de Teerã. A revista *Time* descreveu o acontecimento como "provavelmente a morte mais testemunhada na história humana". O vídeo ajudou a provocar a indignação global a favor dos manifestantes.

Apenas cinco dias antes, funcionários do Departamento de Estado que acompanhavam on-line as ações da oposição iraniana haviam feito uma preocupante descoberta. O Twitter planejava interromper seu serviço global para manutenção pré-programada numa hora que em Teerã cairia bem no meio do dia. Jared Cohen, de 27 anos, integrante da nossa Equipe de Planejamento de Políticas, tinha contatos no Twitter. Em abril, ele organizara uma viagem a Bagdá para Jack Dorsey, um dos fundadores da empresa, e outros executivos da área de tecnologia. Rapidamente se apressou em alertar Dorsey para as consequências que a interrupção poderia causar aos ativistas iranianos. Como resultado, o Twitter transferiu sua manutenção para o meio da noite seguinte. Em seu blog, a empresa postou que o motivo do adiamento era "o papel que o Twitter atualmente desempenha como importante ferramenta de comunicação no Irã".

Entretanto, o governo iraniano também revelou ser adepto do uso dessas novas ferramentas tecnológicas para seus próprios propósitos. Sua Guarda Revolucionária espionava líderes de protestos seguindo seus perfis na rede. Quando alguns iranianos que moravam no exterior postavam críticas ao regime, suas famílias no Irã eram escolhidas para receber punições. As autoridades acabaram por fechar totalmente a internet e as redes de celulares. E também apelaram para meios mais convencionais de intimidação e terror. Em face da repressão brutal, os protestos definharam.

Fiquei consternada pelo que aconteceu no Irã e pela perseguição a ciberativistas em governos autoritários de todo o mundo. Recorri a Dan Baer, nosso subsecretário para Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, que eu havia recrutado de Georgetown, onde era um professor que pesquisava e lecionava a respeito dos pontos de intersecção entre ética, economia e direitos humanos. Pedi a Dan que trabalhasse com Alec e sua equipe para encontrar meios pelos

quais pudéssemos ajudar. Eles me disseram que havia poderosas tecnologias emergentes que poderíamos financiar e que ajudariam dissidentes a driblar a vigilância e censura governamental. Nossos investimentos poderiam ter um papel central para elevar a escala de tais ferramentas e torná-las acessíveis aos ativistas que mais necessitavam delas. Porém havia um senão: criminosos e hackers também poderiam usá-las para evitar detecção. Nossas próprias agências de inteligência e da polícia teriam dificuldades em se manter atualizadas. Poderíamos estar abrindo uma caixa de Pandora de atividades on-line ilícitas? Valia a pena correr esse risco para empoderar e proteger ativistas?

Levei essas considerações a sério. As implicações para a nossa segurança nacional eram reais. Não era uma decisão fácil, mas concluí que desfechar um golpe em nome da liberdade de expressão e da associação ao redor do mundo valia a pena. Criminosos sempre encontrariam formas de explorar novas tecnologias, esse não era um motivo para cruzar os braços. Dei sinal verde. Nossa equipe pôs mãos à obra, e, quando visitei a Lituânia em 2011, tínhamos investido mais de 45 milhões de dólares em ferramentas para ajudar a manter dissidentes a salvo on-line e treinado mais de 5 mil ativistas pelo mundo, que se voltaram para treinar outros milhares. Trabalhamos com programadores para criar novos aplicativos e dispositivos, tais como um botão de pânico que o manifestante podia pressionar num telefone para sinalizar aos amigos que estava sendo preso, ao mesmo tempo apagando todos os seus contatos pessoais.

Essa agenda tecnológica era parte do nosso esforço para adaptar o Departamento de Estado e a política externa dos Estados Unidos ao século XXI. Durante o período de transição, antes de me tornar secretária, li um ensaio publicado na *Foreign Affairs* intitulado “America’s edge: power in the networked century” [A vantagem americana: poder no século em rede], de autoria de Anne-Marie Slaughter, reitora da Faculdade Woodrow Wilson de Assuntos Públicos e Internacionais em Princeton. Seu conceito de redes assumia como pressuposto básico a arquitetura da internet, mas era bem mais amplo do que isso. Dizia respeito a todas as formas com que as pessoas se organizavam no século XXI, colaborando, comunicando-se, trocando informações, até mesmo brigando. Nesse mundo em rede, explica ela, sociedades diversificadas e cosmopolitas teriam significativas vantagens sobre sociedades homogêneas e fechadas. Estariam mais bem posicionadas para tirar proveito de redes comerciais, culturais e tecnológicas em expansão, capitalizando as oportunidades apresentadas pela interdependência global. Essa era uma boa notícia, argumentava ela, para os Estados Unidos, com a nossa população multicultural, criativa e hiperconectada.

Em 2009, mais de 55 milhões de americanos eram imigrantes ou filhos de imigrantes. Esses americanos de primeira ou segunda geração eram elos valiosos com seus países de origem e também colaboradores significativos para a vida política, econômica e cultural do nosso próprio país. A imigração contribuiu para manter a população dos Estados Unidos jovem e dinâmica numa época em que muitos de nossos parceiros e concorrentes estavam envelhecendo. A Rússia, em particular, enfrentava o que o próprio presidente Putin chamou de “crise demográfica”. Mesmo a China, por conta de sua “política do filho único”, rumava para um precipício demográfico. Eu só gostaria que a lei bipartidária aprovada no Senado em 2013 que reforma nossas leis de imigração pudesse ser sancionada na Câmara.

Ao mesmo tempo que mantinha um respeito saudável pelas formas tradicionais de poder, eu concordava com a análise de Anne-Marie da vantagem comparativa dos Estados Unidos em um mundo em rede. Ali estava a resposta a todas as preocupações com o declínio tão arraigadas nas mais antigas tradições americanas, assim como nas nossas inovações mais recentes. Pedi a Anne-Marie que tirasse uma licença de Princeton e viesse trabalhar comigo no Departamento de Estado

como diretora de Planejamento de Políticas, nosso *think tank* interno. Ela também ajudou a comandar uma revisão completa do Departamento de Estado e da USAID no que chamávamos de Revisão Quadrienal de Diplomacia e Desenvolvimento, inspirada pela Revisão Quadrienal de Defesa feita no Pentágono, com a qual me familiarizei como integrante do Comitê de Serviços Armados do Senado. A revisão tinha por objetivo mapear exatamente como poríamos em prática o poder inteligente, usando o que comecei a chamar de "Política do Século XXI". Isso incluía dominar novas tecnologias, parcerias público-privadas, redes de diáspora e outros novos instrumentos, e em pouco tempo isso nos levou para além da diplomacia tradicional, especialmente em questões como energia e economia.

O Escritório de Assuntos Públicos do Departamento de Estado criou uma divisão digital para amplificar o nosso envio de mensagens por uma vasta gama de plataformas, inclusive Twitter, Facebook, Flickr, Tumblr e Google+. Em 2013, mais de 2,6 milhões de usuários seguiram 301 feeds oficiais em onze idiomas, inclusive árabe, chinês, farsi, russo, turco e urdu. Incentivei os nossos diplomatas nas embaixadas pelo mundo a criar suas próprias páginas no Facebook e contas no Twitter, aparecer na TV local e engajar-se de todas as formas possíveis. Igualmente importante, eu queria que eles escutassem o que as pessoas em seus países diziam, inclusive nas redes sociais. Numa era em que as preocupações com segurança muitas vezes limitavam o contato com cidadãos estrangeiros, as redes sociais ofereciam um meio de escutar diretamente as pessoas, mesmo em sociedades relativamente fechadas. Mais de 2 bilhões de pessoas estavam agora conectadas, quase um terço da humanidade. A internet havia se tornado o espaço público do século XXI, a praça central do mundo, sua sala de aula, seu mercado e seu café; então os diplomatas americanos também precisavam estar lá.

Quando Mike McFaul, um professor de ciências políticas em Stanford e especialista em Rússia no Conselho de Segurança Nacional, estava às vésperas de se mudar para Moscou para atuar como nosso novo embaixador, eu lhe disse que ele teria de achar formas criativas de contornar os obstáculos criados pelo governo e comunicar-se diretamente com o povo russo. "Mike, lembre-se destas três coisas", disse eu. "Seja forte, não se envolva só com as elites e não tenha medo de usar toda tecnologia que puder para alcançar mais gente." Mike logo se viu perseguido e caluniado pela mídia controlada pelo Kremlin. Certa noite, fiz questão de ligar para ele numa linha aberta e, falando com toda a clareza para que todos os russos que estivessem na escuta pudessem ouvir, cumprimentei-o pelo ótimo trabalho que estava fazendo.

Mike tornou-se um usuário ávido das redes sociais, chegando a atrair mais de 70 mil seguidores no Twitter e tornando-se uma das vozes on-line mais influentes da Rússia, com base em números de menções feitas por outros usuários e leitores. Muitos russos o conheciam principalmente como @McFaul e ficavam intrigados com sua surpreendente franqueza e disposição de relacionar-se com todos. Entre explicações sobre a política americana e denúncias de alguns dos abusos do Kremlin, Mike postava constantemente pensamentos e fotos pessoais. Os russos passaram a ver o embaixador dos Estados Unidos como um ser humano, que gostava do balé do teatro Bolshoi, mostrava a Praça Vermelha a parentes em visita e recuperava-se de um dedo fraturado num jogo de basquete. Numa reunião oficial não muito depois desse incidente, o primeiro-ministro Dmitri Medvedev perguntou como estava a mão de Mike. Quando ele começou a contar a história por trás da contusão, Medvedev simplesmente fez um sinal indicando que aquilo não era necessário. "Estou sabendo de tudo", disse ele. "Eu li na internet."

Logo em seus primeiros meses no posto, Mike entrou numa acalorada troca de mensagens via Twitter com o ministro das Relações Exteriores russo. O ministro das Relações Exteriores sueco, Carl Bildt, que tem mais de 250 mil seguidores, intrometeu-se com um tuíte próprio:

“Vejo que o MRE [ministro das Relações Exteriores] russo lançou uma guerra via Twitter contra o embaixador dos EUA @McFaul”, escreveu ele. “Este é o mundo novo — seguidores em vez de ogivas. Melhor assim.” Penso que Mike seria o primeiro a concordar.

Se a hiperconectividade no mundo em rede jogou a favor dos Estados Unidos e ofereceu oportunidades de exercício do poder inteligente para promover nossos interesses, também apresentou novos e significativos desafios a nossa segurança e nossos valores.

Isso ficou dolorosamente visível em novembro de 2010, quando a organização on-line WikiLeaks e diversos órgãos de mídia mundiais começaram a publicar o primeiro de mais de 250 mil telegramas diplomáticos roubados do Departamento de Estado, muitos dos quais continham informações e observações sigilosas de nossos diplomatas em campo.

Um analista de inteligência militar baseado no Iraque, o soldado Bradley Manning, baixou os telegramas secretos de um computador do Departamento de Defesa e os entregou ao WikiLeaks e seu principal responsável, o australiano Julian Assange. Alguns elogiaram Manning e Assange como os heróis da transparência que levavam adiante a nobre tradição de expor infrações governamentais, comparando-os com Daniel Ellsberg e o seu vazamento dos Papéis do Pentágono durante a Guerra do Vietnã. Eu não via dessa maneira. Como afirmei na época, pessoas de boa-fé compreendiam a necessidade de comunicações diplomáticas sigilosas para proteger tanto os interesses nacionais como o interesse global comum. Todo país, inclusive os Estados Unidos, possui o direito de manter conversações sigilosas sobre pessoas e países com quem se relacionam. E os milhares de telegramas roubados mostravam os diplomatas americanos fazendo seu trabalho muito bem, muitas vezes em circunstâncias difíceis.

Os telegramas também forneciam um colorido intrigante. Por exemplo, um deles discutia a reunião de um diplomata com um ministro da Ásia Central que apareceu bêbado no encontro, “recostando-se desleixado na sua cadeira e resmungando todo tipo de particípios russos”, enquanto outro descrevia a cena de um casamento no Daguestão, na Rússia, onde os convidados atiravam notas de cem às crianças dançarinas, como um “microcosmo das relações sociais e políticas no norte do Cáucaso”. Diplomatas frequentemente revelavam suas opiniões sobre líderes mundiais, como um telegrama sobre o déspota do Zimbábue, Robert Mugabe, comentando “sua profunda ignorância em assuntos econômicos (associada à crença de que seus dezoito doutorados lhe davam a autoridade para suspender as leis da economia)”.

A publicação desses relatórios teve a consequência imprevista de mostrar quão arduamente estavam trabalhando os nossos funcionários do Serviço de Relações Exteriores, e que argutos observadores e talentosos redatores muitos deles eram. Mas alguns dos comentários sem verniz também prejudicaram as relações que nossos diplomatas tinham construído com extremo cuidado ao longo dos anos. Eles reportavam rotineiramente suas conversas com ativistas de direitos humanos e dissidentes, líderes empresariais, até mesmo funcionários de outros governos que podiam enfrentar perseguições e represálias caso seus nomes viessem a público.

No período que imediatamente se seguiu aos vazamentos, condenei a revelação ilegal de informações sigilosas. “Ela coloca a vida das pessoas em risco, ameaça a segurança nacional e solapa os esforços de trabalho com outros países para resolver problemas comuns”, disse eu. Assim, me dispus a enfrentar a tempestade diplomática de aliados ofendidos e parceiros indignados.

Pedi ao subsecretário de Estado para a Gestão, Pat Kennedy, que organizasse uma força-tarefa para analisar os vazamentos documento por documento e determinar exatamente que informações estavam comprometidas e as consequências daquelas revelações para os nossos interesses, nosso pessoal e nossos parceiros. Corremos para desenvolver um processo a fim de

identificar as fontes que corriam risco e, se necessário, ajudá-las a pôr-se em segurança.

Uma noite antes do Dia de Ação de Graças de 2010, comecei a dar o que viriam a ser dezenas de telefonemas da minha casa em Chappaqua. Em primeiro lugar estava o meu amigo Kevin Rudd, ministro das Relações Exteriores australiano e ex-primeiro-ministro. Começamos com uma discussão sobre nossos tópicos de interesse habituais, especialmente a Coreia do Norte. "O outro ponto que quero levantar é o WikiLeaks", disse eu. Nosso embaixador na Austrália já havia informado Rudd que algumas das nossas discussões confidenciais sobre a região, inclusive as atividades da China, poderiam estar comprometidas. Em resposta, o governo australiano montara sua própria força-tarefa para lidar com a situação. "Poderia ser um problema de verdade", disse ele. "É uma tempestade assustadora", concordei. "Nós lamentamos profundamente e nos sentimos ludibriados." Prometi fazer todo o possível para ajudar a controlar os danos.

Seria um longo feriado de Ação de Graças, trabalhando ao telefone e apresentando minhas desculpas. Nos dias seguintes falei com muitos ministros de Relações Exteriores, um primeiro-ministro e um presidente. Aquelas ligações cobriam também outros assuntos, mas em cada conversa eu explicava a iminente publicação de documentos secretos e pedia a compreensão deles. Alguns ficaram zangados e magoados; outros viram uma oportunidade de ganhar pontos na relação com os Estados Unidos e tentaram explorá-la, mas a maioria foi afável. "Agradeço por você mesma ter telefonado", disse o ministro das Relações Exteriores alemão, Guido Westerwelle. O ministro das Relações Exteriores chinês Yang foi consolador, dizendo: "Não posso prever a reação do público, mas é importante para ambos os lados aprofundar a confiança mútua. Essa é a palavra mágica para a relação bilateral China-Estados Unidos". Um líder chegou a fazer piada: "Você devia ver o que falamos de você".

As conversas pessoais foram mais difíceis. Na primeira semana de dezembro, compareci a uma cúpula da Organização para Segurança e Cooperação na Europa em Astana, Cazaquistão, junto com muitos outros líderes mundiais. Silvio Berlusconi, primeiro-ministro da Itália, cujas palhaçadas descritas em inúmeros telegramas diplomáticos vazados estavam sendo agora ridicularizadas nas primeiras páginas dos jornais italianos, estava especialmente aborrecido. "Por que vocês dizem essas coisas a meu respeito?", perguntou ele quando nos reunimos. "Os Estados Unidos não têm amigo melhor", insistiu. "Você me conhece, conhece a minha família." E disparou a contar uma história apaixonada de como seu pai costumava levá-lo aos túmulos de soldados americanos que haviam sacrificado suas vidas pela Itália. "Eu nunca esqueci", disse ele. Berlusconi não era estranho à má publicidade, como podem atestar os grossos arquivos de escandalosos clippings de imprensa, porém a forma como era visto pelos seus pares, e pelos Estados Unidos em particular, tinha grande importância para ele. E a situação foi constrangedora.

Eu me desculpei mais uma vez. Ninguém gostaria mais do que eu que aquelas palavras tivessem permanecido em segredo. Como era compreensível, nada foi suficiente para acalmá-lo. Ele me pediu que me postasse ao seu lado diante das câmeras e fizesse uma declaração firme sobre a importância da relação Estados Unidos-Itália, o que fiz. Com todas as trapalhadas de Berlusconi, ele genuinamente adorava os Estados Unidos. A Itália também era uma aliada-chave na OTAN, de cujo apoio necessitávamos no mundo inteiro, inclusive na campanha na Líbia que estava por vir. Então fiz tudo que pude para restabelecer um certo grau de confiança e respeito.

Por fim, a minha equipe e eu conseguimos chegar a cada líder mencionado abertamente em alguma mensagem secreta. Nossa imprensa pareceu minimizar os prejuízos duradouros. E em alguns casos a sinceridade das nossas desculpas pode até mesmo ter adicionado maior profundidade a algumas relações. Outras não tiveram conserto.

Na Líbia, os lancinantes relatos do embaixador Gene Cretz sobre o coronel Muamar Kadafi fizeram dele *persona non grata* em Trípoli. Ele chegou a ser ameaçado por alguns dos seguranças do coronel, o que me levou a chamá-lo de volta aos Estados Unidos para sua própria segurança. Na vizinha Tunísia, foi o ditador quem teve de fugir. A publicação de relatórios secretos americanos sobre a corrupção do regime ajudou a alimentar a frustração popular que acabou brotando na forma de uma revolução que expulsou Ben Ali do cargo.

No fim das contas, o bombardeio diplomático do WikiLeaks foi ruim, mas não fatal. No entanto, ele prefigurou outra brecha, muito mais séria e de natureza totalmente diferente, que ocorreu depois que deixei o posto. Edward Snowden, um prestador de serviços da Agência de Segurança Nacional (NSA), que é basicamente responsável por monitorar comunicações estrangeiras, roubou uma fornada maciça de arquivos altamente secretos e os passou a jornalistas. Snowden fugiu primeiro para Hong Kong e depois para a Rússia, que lhe concedeu asilo. Seus vazamentos revelaram alguns dos programas de inteligência mais secretos dos Estados Unidos. Houve indignação mundial pelo fato de os Estados Unidos estarem supostamente monitorando ligações de telefones celulares pessoais de parceiros como a chanceler alemã Angela Merkel e a presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Houve também preocupação com a possibilidade de terroristas e criminosos mudarem suas próprias práticas de comunicação, agora que sabiam mais a respeito das fontes e dos métodos usados pela comunidade de inteligência americana.

A maior parte da atenção interna, porém, concentrou-se em como os vários programas de coleta de dados da NSA podiam afetar cidadãos americanos. Em particular, a atenção concentrou-se na enorme coleção de registros telefônicos, e não no conteúdo das conversas ou identidade dos autores das chamadas, e sim na base de dados de números telefônicos e duração das ligações, que podiam ser examinadas como se houvesse uma suspeita razoável de que um número específico estivesse associado ao terrorismo. O presidente Obama desde então recorreu ao Congresso para implantar diversas reformas para que o governo não mantenha mais tais dados.

Embora continuasse a defender a necessidade de vigilância externa e operações de inteligência, o presidente saudou um debate público sobre como equilibrar segurança, liberdade e privacidade doze anos depois do Onze de Setembro. É difícil imaginar conversas similares ocorrendo na Rússia ou na China. Ironicamente, apenas algumas semanas antes de vir à luz a história de Snowden, o presidente fez um importante discurso sobre a política de segurança nacional, no qual disse: “Com uma década de experiência para tirarmos lições, este é o momento de nos fazermos perguntas difíceis — sobre a natureza das ameaças de hoje e como devemos enfrentá-las. [...] As escolhas que fazemos na guerra podem impactar — às vezes de maneira não intencional — a abertura e a liberdade de que nossa vida depende”.

Viver sob o olhar público durante tantos anos me deu um profundo apreço pela privacidade e pela necessidade de protegê-la. E embora as tecnologias em questão sejam novas, o desafio de equilibrar liberdade e segurança não é. Já em 1755, Benjamin Franklin escreveu: “Aqueles que abrem mão da Liberdade essencial por um pouco de Segurança temporária não merecem nem Liberdade nem Segurança”. Com liberdade e segurança, não se trata de quanto mais se tem de uma, menos se tem da outra. Na verdade eu acredito que uma torna a outra possível. Sem segurança, a liberdade é frágil. Sem liberdade, a segurança é opressiva. O desafio é encontrar a medida certa: segurança suficiente para salvaguardar as nossas liberdades, mas não tanto (ou tão pouco) que as coloque em risco.

Como secretária de Estado, concentrei-me em proteger a privacidade, segurança e liberdade na internet. Em janeiro de 2010, o Google anunciou ter descoberto que as autoridades chinesas

estavam tentando invadir as contas do Gmail de dissidentes. A empresa disse que responderia redirecionando o tráfego chinês para seus servidores em Hong Kong, fora da "Grande Muralha". O governo de Beijing reagiu com irritação. De repente, estávamos no meio de um tipo totalmente novo de incidente internacional.

Já havia algum tempo eu vinha trabalhando num discurso ressaltando o compromisso dos Estados Unidos com a liberdade na internet; agora parecia mais importante que nunca fazer soar o alarme sobre a repressão on-line. Em 21 de janeiro de 2010, fui até o Newseum, um museu de alta tecnologia em Washington sobre a história e o futuro do jornalismo, e defendi o conceito de "liberdade de conectar-se". Argumentei que os mesmos direitos que eram valorizados nos nossos lares e nos espaços públicos — de reunião, de expressão, de inovação e de defesa — existiam on-line. Para os americanos essa ideia estava enraizada na Primeira Emenda, cujas palavras foram esculpidas em cinquenta toneladas de mármore do Tennessee na frente do Newseum. Mas a liberdade de conectar-se não era simplesmente um valor americano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos confirma que todas as pessoas, em todo lugar, têm o direito de "buscar, receber e transmitir informações e ideias por meio de qualquer meio e independentemente de fronteiras".

Eu queria deixar nações como a China, a Rússia e o Irã avisadas de que os Estados Unidos promoveriam e defenderiam uma internet onde os direitos da pessoa fossem protegidos e que fosse aberta à inovação, interoperável no mundo todo, segura o bastante para contar com a confiança das pessoas e confiável o suficiente para dar sustentação ao seu trabalho. Nós nos oporíamos a tentativas de restringir acesso ou reescrever as regras internacionais que governam a estrutura da internet e apoiaríamos ativistas e inovadores que tentassem subverter bloqueios eletrônicos repressivos. Alguns desses países queriam substituir a abordagem *multi-stakeholder* de governança da internet estabelecida na década de 1990 — que reúne governos, setor privado, fundações e cidadãos, defendendo o livre fluxo de informação dentro de uma grande rede global — por um controle centralizado apenas nas mãos do governo. Queriam que cada governo pudesse fazer suas próprias regras, criando barreiras nacionais no ciberespaço. Essa abordagem seria desastrosa para a liberdade e o comércio na internet. Orientei os nossos diplomatas a rechaçar tais tentativas em cada fórum, não importando quão pequenas fossem.

O discurso causou uma comoção, especialmente na rede. A ONG Human Rights Watch chamou-o de "pioneiro". Eu certamente esperava que tivéssemos começado uma conversa que mudaria a forma como as pessoas pensavam a liberdade na internet. Acima de tudo, queria garantir que os Estados Unidos liderassem o caminho das fronteiras dos direitos humanos no século XXI, da mesma maneira que fizemos no século XX.

25

Direitos humanos: Uma tarefa inacabada

Cresci em Park Ridge, Illinois, e frequentava semanalmente uma escola dominical na nossa igreja metodista. Meus pais eram ambos pessoas de fé, mas a expressavam de maneiras diferentes; eu às vezes lutava para conciliar a insistência do meu pai na autoconfiança e as preocupações da minha mãe com a justiça social. Em 1961, um dinâmico ministro novo chamado Don Jones chegou à nossa igreja e me ajudou a entender melhor o papel que eu queria que a religião tivesse na minha vida. Ele me ensinou a abraçar a "fé na ação" e abrir meus olhos para a injustiça no mundo mais além da minha protegida comunidade de classe média. Ele me deu muitos livros para ler e levou o nosso grupo de jovens para visitar igrejas negras e hispânicas no centro de Chicago. Descobrimos que tínhamos muitas coisas em comum com as meninas e os meninos daqueles porões de igrejas, apesar das experiências de vida muito diferentes. Foi nessas discussões que me interessei pela primeira vez em aprender mais sobre o Movimento dos Direitos Civis. Para mim e meus colegas de classe, Rosa Parks e o dr. Martin Luther King eram nomes que ocasionalmente víamos numa manchete de jornal ou escutávamos por acaso quando nossos pais assistiam aos noticiários noturnos. Porém, para muitas crianças que conheci naquelas viagens organizadas pela igreja, esses nomes eram fontes de esperança e inspiração.

Um dia Don anunciou que queria nos levar para ouvir o dr. King falar em Chicago. Não foi difícil convencer meus pais a me dar permissão para ir, mas os pais de alguns amigos achavam que o dr. King era um "agitador" e não deixaram seus filhos ir. Eu estava empolgada, mas incerta quanto ao que esperar. Quando chegamos ao Orchestra Hall e o dr. King começou a falar, fiquei hipnotizada. O sermão intitulava-se "Permanecendo desperto durante a grande revolução", e ele nos desafiava naquela noite a permanecer todos engajados na causa da justiça e não dormir enquanto o mundo mudava à nossa volta.

Depois entrei numa fila imensa para apertar a mão do dr. King. Sua graça e aguda clareza moral deixaram em mim uma impressão indelével. Fui criada com uma profunda reverência pelas virtudes da democracia americana. Na visão do meu pai republicano, um anticomunista radical, o fato de termos a Declaração de Independência e a Declaração de Direitos e de os soviéticos não terem era uma característica definidora da luta ideológica da Guerra Fria. As promessas que os documentos da nossa fundação faziam acerca de liberdade e igualdade eram consideradas sacrossantas. Naquele momento eu percebia que muitos americanos ainda tinham negados os direitos que eu considerava garantidos. Essa lição e o poder das palavras do dr. King acenderam uma chama no meu coração, alimentada pelos ensinamentos de justiça social da minha igreja. Compreendi, como nunca tinha compreendido antes, a missão de expressar o amor de Deus por meio de boas obras e ação social.

Fiquei igualmente inspirada pelos meus primeiros encontros com Marian Wright Edelman. Formada pela Faculdade de Direito de Yale em 1963, foi a primeira afro-americana admitida na Ordem dos Advogados do Mississippi e trabalhou como advogada de direitos civis para a NAACP [Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor] em Jackson. Quando ouvi Marian falar durante o meu primeiro semestre em Yale, ela me abriu a porta para uma vida dedicada à advocacia social e política pelos direitos humanos, especialmente para mulheres e crianças.

Um dos meus primeiros empregos quando terminei o curso de direito foi junto com Marian no Fundo de Defesa da Criança. Ela me pediu para investigar um mistério: em muitas comunidades, um número surpreendente de crianças não estava na escola. Sabíamos pelo recenseamento que elas moravam na região, então o que estava acontecendo? Como parte de um levantamento nacional, fui de porta em porta em New Bedford, Massachusetts, conversar com as famílias. Descobrimos que algumas crianças ficavam em casa para cuidar dos irmãos mais novos enquanto os pais estavam no serviço. Outras tinham saído da escola para trabalhar e ajudar no sustento da família. Porém a maioria eram crianças com deficiência que ficavam em casa porque não havia acomodações especiais para elas nas escolas. Encontramos crianças surdas e cegas, crianças em cadeiras de rodas, crianças com deficiência de desenvolvimento e crianças cujas famílias não podiam pagar pelos tratamentos de que necessitavam. Lembro-me de encontrar uma menina numa cadeira de rodas na pequena varanda nos fundos da sua casa, onde ficamos sentadas conversando à sombra de uma parreira. Ela queria tanto ir à escola, participar e aprender — mas isso não parecia possível.

Junto com muitos parceiros por todo o país, coletamos os dados do nosso levantamento e os mandamos para Washington. O Congresso acabou aprovando uma lei que declarava que toda criança no nosso país tem direito à educação, inclusive as com deficiência. Para mim, foi o começo de um compromisso de vida para com os direitos da criança. Também me mantive comprometida com a causa de pessoas com deficiência, e no Departamento de Estado nomeei a primeira conselheira especial para Direitos Internacionais dos Deficientes para encorajar outros governos a proteger os direitos de pessoas com deficiência. Fiquei orgulhosa de estar ao lado do presidente Obama na Casa Branca quando ele declarou que os Estados Unidos assinariam a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que se baseia na Lei dos Americanos com Deficiência e que seria o nosso primeiro tratado de direitos humanos do século XXI. E fiquei consternada quando um grupo de senadores republicanos conseguiu bloquear sua ratificação em dezembro de 2012, apesar dos exaltados apelos do ex-líder da maioria republicana no Senado, o herói de guerra com deficiência, Bob Dole.

Uma das minhas primeiras oportunidades de assumir publicamente a luta pelos direitos humanos aconteceu em setembro de 1995. Como primeira-dama eu liderava a delegação dos Estados Unidos na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Beijing, onde fui escalada para fazer um importante discurso para representantes de 189 países, bem como milhares de jornalistas e ativistas.

“O que você quer conseguir?”, me perguntou Madeleine Albright enquanto trabalhava num rascunho com Lissa Muscatine, minha talentosa redatora de discursos. “Quero desafiar limites o máximo que puder em defesa das mulheres e das meninas”, respondi. Eu queria que o meu discurso fosse simples, vívido e forte na sua mensagem de que os direitos da mulher não são separados nem secundários aos direitos humanos a que toda pessoa tem o direito de desfrutar.

Durante as minhas viagens como primeira-dama, pude ver em primeira mão os obstáculos que mulheres e meninas enfrentavam: como leis e costumes restritivos as impediam de buscar uma educação ou serviços de saúde ou de participar integralmente na economia e na política de seus países; como até mesmo em seus lares suportavam violência e abuso. Eu queria lançar um holofote sobre esses obstáculos e incentivar o mundo a começar a derrubá-los. Queria também falar pelas mulheres e pelas meninas que buscavam educação, serviços de saúde, independência econômica, direitos legais e participação política — e atingir o equilíbrio certo entre ver as mulheres como vítimas de discriminação e vê-las como agentes de mudança. Queria usar a minha voz para contar as histórias não só das mulheres que eu tinha conhecido, mas também dos

milhões de outras cujas histórias não seriam ouvidas a menos que eu e outras as contassem.

O cerne do discurso era uma declaração ao mesmo tempo óbvia e inegável, mas mesmo assim por muito tempo abafada no cenário mundial: “Se houver uma mensagem desta conferência que ecoe no futuro”, declarei, “que seja a de que os direitos humanos são os direitos da mulher e os direitos da mulher são os direitos humanos, de uma vez por todas”.

Apresentei uma lista de abusos, inclusive violência doméstica, prostituição forçada, estupro como tática ou prêmio de guerra, mutilação genital e queima de noivas, todos eles violações aos direitos da mulher e também aos direitos humanos, e prossegui insistindo que o mundo devia condená-los com uma só voz. Falei de algumas mulheres notáveis que eu havia conhecido: mães de recém-nascidos na Indonésia que se reuniam regularmente na aldeia para discutir nutrição, planejamento familiar e cuidados com bebês; mulheres na Índia e em Bangladesh que usam empréstimos microfinanceiros para comprar vacas leiteiras, riquixás, fios de tecido e outros materiais para começar a tocar pequenos negócios; as mulheres na África do Sul que ajudaram a liderar a luta para dar fim ao *apartheid* e agora ajudavam na construção de uma nova democracia.

Meu discurso terminava com um chamado à ação a todas nós: retornar aos nossos países e renovar esforços para melhorar oportunidades educacionais, de saúde, legais, econômicas e políticas para as mulheres. Quando as últimas palavras saíram dos meus lábios, as delegadas pularam de seus assentos e me aplaudiram de pé. Quando deixei o salão, havia mulheres penduradas nos balcões e correndo escadas abaixo para apertar a minha mão.

Minha mensagem havia ressoado com as mulheres em Beijing, mas eu jamais poderia prever o alcance e a abrangência do impacto que aquele discurso de 21 minutos teria. Durante quase vinte anos, mulheres do mundo inteiro têm citado as minhas palavras de volta para mim. Elas me pedem para assinar uma cópia do discurso ou contam histórias pessoais sobre como ele as inspirou para trabalhar por mudanças.

E o mais importante: todos os 189 países representados na conferência concordaram com uma ambiciosa e detalhada Plataforma de Ação que clamava por “participação plena e igualitária das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural”.

De volta à Casa Branca, reuni minha equipe e disse que queria começar a trabalhar imediatamente na elaboração do que tínhamos conquistado em Beijing. Começamos a realizar sessões estratégicas regulares. Às vezes nos reuníamos no Salão de Mapas no primeiro andar, onde o presidente Franklin Roosevelt acompanhou o progresso das Forças Armadas na Segunda Guerra Mundial. A maioria dos mapas sumira havia muito tempo (consegui achar um dos originais de Roosevelt que mostrava as posições dos exércitos Aliados na Europa em 1945 e pendurei-o sobre a lareira), mas ainda tínhamos a sensação de que aquele era um bom lugar para planejar uma campanha global. Dessa vez, não estávamos combatendo o fascismo nem o comunismo, mas nossa meta era ampla e arrojada: promover os direitos e as oportunidades de metade da população mundial.

Nesse contexto, podia-se olhar um mapa do mundo de diversas maneiras. Era fácil ver um problema depois do outro. Bastaria lançar um dardo no mapa, e provavelmente ele atingiria um país onde as mulheres enfrentavam violência e abuso, uma economia onde era negada às mulheres a chance de participar e prosperar ou um sistema político que excluía as cidadãs. Não era coincidência que os lugares onde as mulheres eram mais subvalorizadas se alinhavam enormemente com as partes do mundo mais assoladas por instabilidade, conflito, extremismo e pobreza.

Esse era um ponto que escapava de muitos dos homens que trabalhavam nas instituições de

política externa em Washington, mas com o correr dos anos passei a vê-lo como um dos argumentos mais decisivos para justificar por que assumir a defesa de mulheres e meninas não era só a coisa certa a fazer, mas também uma coisa inteligente e estratégica. Os maus-tratos sofridos por mulheres certamente não eram a única e nem mesmo a mais importante causa dos nossos problemas no Afeganistão, onde o Talibã baniu as meninas da escola e forçou as mulheres a viver em condições medievais, nem na África Central, onde o estupro se tornou uma arma de guerra comum. Mas a correlação era inegável, e um crescente corpo de pesquisa mostrava que a melhoria de condições para as mulheres ajudava a resolver conflitos e estabilizar sociedades. A "questão da mulher" havia muito era um tema relegado às margens da política externa americana e da diplomacia internacional, considerado no máximo uma coisa bacana para se trabalhar, mas dificilmente uma necessidade. Fiquei convencida de que, na verdade, era uma causa que falava diretamente ao cerne da nossa segurança nacional.

Havia outra maneira de olhar o mapa. Em vez de achar problemas, podia-se ver oportunidades. O mundo estava cheio de mulheres que encontravam meios novos de resolver velhos problemas. Elas estavam ávidas para ir à escola, possuir terras, começar negócios e concorrer a cargos eletivos. Havia parcerias a formar e líderes a estimular, se quiséssemos assumir essa função. Incentivei o nosso governo, o setor privado, a comunidade de ONGs e instituições internacionais a encarar esse desafio e ver as mulheres não como vítimas a serem salvas, mas parceiras a serem abraçadas.

Eu tinha duas chefes de gabinete na Casa Branca que eram companheiras indispensáveis nas minhas viagens. Maggie Williams, que trabalhara comigo no Fundo de Defesa da Criança na década de 1980, é uma incrível comunicadora e uma das pessoas mais criativas e decentes que já conheci. Ela me ajudou a estabelecer o curso durante o meu período como primeira-dama e continuou sendo uma amiga íntima e confidente desde então. Melanne Verveer foi a vice de Maggie no primeiro mandato e sua sucessora no segundo. Sempre formamos um grupo de admiração mútua real. Melanne e seu marido, Phil, tinham estudado em Georgetown com Bill, e ela seguira adiante para ser uma estrela no Capitólio e na entidade People for the American Way. Sua energia e seu intelecto são simplesmente infindáveis, e seu entusiasmo para trabalhar em prol de mulheres e crianças não tem comparação.

Os anos que se seguiram a Beijing testemunharam um empolgante progresso. Em muitos países, leis que um dia permitiam tratamento desigual de mulheres e crianças foram repelidas. As Nações Unidas criaram um órgão novo chamado ONU Mulheres, e o Conselho de Segurança aprovou resoluções reconhecendo o papel crucial das mulheres nas missões de paz e na segurança. Pesquisadores do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outras instituições expandiram seu estudo sobre o potencial inexplorado das mulheres para gerar crescimento econômico e progresso social. À medida que as mulheres foram ganhando chances de trabalhar, aprender e participar de suas sociedades, suas contribuições econômicas, sociais e políticas multiplicaram-se.

Contudo, apesar de todo esse progresso, mulheres e meninas ainda constituem a maioria da população mundial sem saúde, sem comida e sem remuneração. No fim de 2013, as mulheres detinham menos de 22% de todas as cadeiras em parlamentos e órgãos legislativos em todo o mundo. Em alguns lugares, as mulheres não podem abrir uma conta bancária ou assinar um contrato. Mais de cem países ainda têm leis que limitam ou proíbem a participação de mulheres na economia. Vinte anos atrás, as mulheres ganhavam 72 centavos para cada dólar ganho por homens. Hoje ainda não há equivalência. As mulheres também detinham a maioria dos empregos de salários mais baixos neste país e quase três quartos de todos os empregos em setores que

dependem de gorjetas como garçons, bartenders e cabeleireiros — que pagam ainda menos em média por hora. Ao mesmo tempo, apenas uma pequena porcentagem dos quinhentos altos executivos da revista *Fortune* é composta de mulheres. Em suma, a jornada rumo à participação plena das mulheres ainda está longe do fim.

Confrontados com esses fatos sombrios, é fácil desanimar. Na Casa Branca depois de Beijing, quando me sentia atemorizada pelo escopo dos desafios que estávamos tentando superar, muitas vezes me via buscando conforto no retrato de Eleanor Roosevelt que mantinha no meu escritório. O exemplo que ela ditou como primeira-dama destemida e corajosa lutadora pelos direitos humanos me inspirava e fortalecia. Depois da morte de Franklin Roosevelt e do fim da Segunda Guerra Mundial, Eleanor representou os Estados Unidos como delegada na nova Organização das Nações Unidas, ajudando a dar forma ao seu desenvolvimento. Durante a primeira reunião da Assembleia Geral da ONU, em Londres no começo de 1946, ela se juntou a outras dezesseis delegadas na publicação de "uma carta aberta às mulheres do mundo", na qual argumentavam que "as mulheres de várias partes do mundo estão em estágios diferentes de participação na vida de sua comunidade", mas "a meta da participação plena na vida e nas responsabilidades de seus países e da comunidade mundial é um objetivo comum rumo ao qual as mulheres do mundo devem se ajudar mutuamente". A linguagem de "participação plena" de Eleanor ecoou na Plataforma para Ação em Beijing quase cinquenta anos depois, como sempre havia ressoado dentro de mim.

Então, eis algumas de suas palavras. "A mulher é como um saquinho de chá", ela observou certa vez ironicamente. "Nunca se sabe o quanto é forte até estar na água quente." Eu adoro essa colocação, que, pela minha experiência, é perfeita. Em 1959, época em que Eleanor já era uma venerada estadista mais idosa, perto do fim da vida, usou uma de suas colunas na imprensa para proferir um chamado à ação ao povo americano: "Ainda não conseguimos na nossa democracia dar a cada um dos nossos cidadãos o direito à liberdade e igualdade de oportunidades, e essa é a nossa tarefa inacabada". Ao mergulhar cada vez mais no meu trabalho pelas mulheres e meninas do mundo, comecei a descrever a busca pela igualdade de direitos e participação plena das mulheres como a "tarefa inacabada" do nosso tempo. Era um lembrete para as audiências — e para mim — de quanto ainda faltava percorrer.

A maior conquista de Eleanor Roosevelt foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o primeiro acordo internacional de compromisso referente aos direitos da humanidade. Como consequência da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, muitas nações estavam pressionando por uma declaração desse tipo que ajudasse a assegurar que impediríamos atrocidades futuras e protegeríamos a humanidade e dignidade inerentes a todas as pessoas. Os nazistas foram capazes de cometer seus crimes porque puderam constringir progressivamente o círculo daqueles definidos como humanos. Essa região fria e sombria da alma humana, onde as pessoas retiram primeiro a compreensão, depois a empatia e por fim até mesmo a designação de pessoa de outro ser humano, não foi, é claro, exclusiva da Alemanha nazista. O impulso de desumanizar tem ressurgido ao longo de toda a história, e era precisamente esse impulso que os redatores da Declaração Universal esperavam restringir.

Eles discutiram, escreveram, revisitaram, revisaram e reescreveram. Incorporaram sugestões e revisões de governos, organizações e indivíduos do mundo todo. É significativo que até mesmo nos primeiros esboços da Declaração Universal tenha havido debate sobre os direitos da mulher. A versão inicial do primeiro artigo dizia: "Todos os homens são criados iguais". Foi preciso que as mulheres que participavam da comissão, lideradas por Hansa Mehta da Índia, assinalassem que "todos os homens" podia ser interpretado como excluindo as mulheres. Só depois de um

longo debate a linguagem foi mudada para: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Às três da manhã de 10 de dezembro de 1948, depois de quase dois anos de redações diferentes e uma última longa noite de debates, o presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a votação sobre o texto final. Quarenta e oito nações votaram a favor, oito se abstiveram, nenhuma votou contra, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada. Ela deixava claro que os nossos direitos não são conferidos por governos; são direitos inatos de todas as pessoas. Não importa o país em que vivemos, quem são os nossos governantes ou mesmo quem somos nós. Porque somos humanos, portanto temos direitos. E, porque temos direitos, os governos são obrigados a protegê-los.

Durante a Guerra Fria, a devoção dos Estados Unidos aos direitos humanos fez do nosso país uma fonte de esperança e inspiração para milhões de pessoas no mundo, mas as nossas políticas e práticas nem sempre estiveram de acordo com os nossos ideais. Na nossa própria casa foi necessária a coragem de uma mulher que se recusou a dar seu lugar num ônibus público, um pregador que se recusou a calar sobre a “feroz urgência do agora” e tantos outros que se recusaram a conviver com a segregação e a discriminação, para forçar os Estados Unidos a reconhecer os direitos civis de todos os nossos cidadãos. Em todo o mundo, o nosso governo frequentemente priorizou a segurança e os interesses estratégicos acima do respeito aos direitos humanos, apoiando ditadores odiosos se esses compartilhassem da nossa oposição ao comunismo.

Através da história da política externa americana, tem havido uma contínua discussão entre os chamados realistas e idealistas. Os primeiros, argumenta-se, colocam a segurança nacional acima dos direitos humanos; os últimos fazem o contrário. São categorias que considero exageradamente simplistas. Ninguém deve ter quaisquer ilusões acerca da gravidade das ameaças à segurança que os Estados Unidos enfrentam, e como secretária eu não tinha responsabilidade maior que proteger os nossos cidadãos e o nosso país, mas ao mesmo tempo, sustentar valores universais e direitos humanos está no cerne do que significa ser americano. Se sacrificarmos esses valores ou deixarmos as nossas políticas divergirem muito dos nossos ideais, a nossa influência declinará, e o nosso país cessará de ser o que Abraham Lincoln chamou de “a última e melhor esperança da Terra”. Ademais, defender os nossos valores e defender os nossos interesses gera muito menos tensão do que às vezes pode parecer. A longo prazo, a repressão mina a estabilidade e cria novas ameaças, enquanto a democracia e o respeito pelos direitos humanos criam sociedades fortes e estáveis.

No entanto, como vocês têm visto ao longo deste livro, há ocasiões em que temos, sim, de fazer concessões difíceis. Nosso desafio é ter uma visão clara do mundo tal como ele é e ao mesmo tempo nunca perder de vista o mundo que queremos que ele se torne. É por isso que não me importa ter sido chamada tanto de idealista como de realista durante esses anos todos. Prefiro ser considerada híbrida, talvez uma idealista realista. Porque eu, como o nosso país, incorporo ambas as tendências.

Um dos meus exemplos favoritos de como o apoio aos direitos humanos promove os nossos interesses estratégicos provém dos anos 1970, quando os Estados Unidos sob o governo de Gerald Ford assinaram os Acordos de Helsinki com a União Soviética. Alguns comentaristas no Ocidente repudiaram as disposições sobre direitos humanos presentes nos acordos como sendo uma tolice idealista, indigna até mesmo do papel onde estavam impressas. Os soviéticos obviamente não as respeitariam.

Então aconteceu algo inesperado. Atrás da Cortina de Ferro, ativistas e dissidentes sentiram-

se empoderados para começar a trabalhar por mudança uma vez que os Acordos de Helsinki lhes davam cobertura para falar sobre direitos humanos. As autoridades comunistas foram pegas numa sinuca. Não podiam condenar um documento que o Kremlin tinha assinado, mas, se pusessem suas disposições em vigor, todo o sistema autoritário poderia ruir. Nos anos seguintes, os trabalhadores do estaleiro Solidariedade na Polônia, reformistas na Hungria e manifestantes em Praga se apegaram aos direitos fundamentais definidos em Helsinki. E responsabilizaram seus governos por não se manterem fiéis aos padrões com os quais tinham concordado. Helsinki provou ser um Cavalo de Troia que contribuiu para a queda do comunismo. Não houve nada de "suave" nesse processo.

Tentei não esquecer jamais a sabedoria de Helsinki e o impacto estratégico que os direitos humanos podem ter. Sempre que eu precisasse de um lembrete, bastava olhar aquele retrato de Eleanor Roosevelt, que ainda mantenho sobre a minha mesa.

No fim de 1997, dois anos depois da conferência de Beijing, as Nações Unidas me convidaram para ajudar a dar o pontapé inicial nas comemorações do quinquagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 10 de dezembro, data que passou a ser conhecida como Dia dos Direitos Humanos, fui até a sede da ONU em Nova York e fiz um discurso sobre a nossa responsabilidade comum de levar adiante o legado da Declaração para o novo milênio. Elogiei o progresso que o mundo tinha feito desde 1948, mas observei: "Ainda não expandimos o suficiente o círculo da dignidade humana. Ainda há muitos dos nossos concidadãos homens e mulheres excluídos dos direitos fundamentais proclamados na Declaração, muitos contra os quais endurecemos nossos corações — aqueles cujo sofrimento humano falhamos em ver, ouvir e sentir plenamente". Em particular, chamei a atenção para mulheres e meninas pelo mundo às quais ainda eram negados sistematicamente seus direitos e que eram excluídas das oportunidades de participar em suas sociedades. "A emancipação total dos direitos da mulher ainda é uma tarefa inacabada neste século turbulento", disse eu, ecoando a frase de Eleanor. "Toda era tem seus pontos cegos, de forma que devemos ver a nossa tarefa inacabada agora enquanto estamos no limiar de um novo milênio com uma urgência ainda maior. Devemos nos dedicar a completar o círculo dos direitos humanos de uma vez por todas."

Quando me tornei secretária de Estado em 2009, estava determinada a colocar essa "tarefa inacabada" no topo da lista dos afazeres diplomáticos dos Estados Unidos. Melanne Verveer foi uma das minhas primeiras escolhas. Ela passara os últimos oito anos dirigindo a Vital Voices, uma organização que ela e eu tínhamos começado com Madeleine Albright para encontrar e apoiar lideranças femininas emergentes em todo o mundo. Pedi a Melanne que servisse como a primeira embaixadora-geral para Assuntos Globais da Mulher e me ajudasse a elaborar uma "agenda de participação plena" e inseri-la no tecido da política externa e segurança nacional dos Estados Unidos. Tínhamos de forçar escritórios e agências presos à tradição a pensar de maneira diferente no papel da mulher em conflitos e pacificação, desenvolvimento econômico e democrático, saúde pública e mais. Eu não queria que o gabinete dela fosse o único lugar onde esse trabalho seria feito; queria, sim, que ele estivesse integrado na rotina diária dos nossos diplomatas e especialistas em desenvolvimento em toda parte.

O Departamento de Estado e a USAID lançaram uma ampla gama de iniciativas globais e regionais, inclusive programas para ajudar mulheres empreendedoras a ter acesso a treinamento, mercados, finanças e crédito; uma parceria com algumas das principais faculdades e universidades femininas nos Estados Unidos para identificar, orientar e treinar mulheres no serviço público no mundo inteiro; e ações para ajudar mais mulheres a usar tecnologia de telefonia móvel para tudo, desde movimentações bancárias seguras até documentar a violência

baseada em gênero. Melanne viajou incansavelmente pelo mundo, achando parceiros locais e assegurando que esses esforços fincassem raízes em comunidades bem como nas capitais. Eu gostava de brincar com ela, dizendo que podia ser a única pessoa que eu conhecia com mais milhas de viagem do que eu. (Se a Força Aérea concedesse milhas!)

Muitos anos atrás numa viagem pela África, chamou a minha atenção o fato de que em todo lugar por onde passava eu via mulheres lavrando os campos, mulheres carregando água, mulheres catando lenha para fogo, mulheres trabalhando nas barracas dos mercados. Quando estava conversando com alguns economistas, perguntei-lhes: "Como vocês avaliam as contribuições que as mulheres fazem para a economia?". Um deles replicou: "Não avaliamos, porque elas não participam da economia". Ele se referia à economia formal de escritórios e fábricas. Mas se mulheres no mundo todo de repente parassem de trabalhar por um dia, esses economistas rapidamente descobririam que as mulheres na verdade contribuem um bocado para a economia, bem como para a paz e a segurança de suas comunidades.

Encontrei essa atitude no mundo inteiro. Não posso nem dizer quantas vezes me sentei diante de algum presidente ou primeiro-ministro que revirava os olhos quando eu levantava o tema dos direitos e das oportunidades para as mulheres em seu país. Silenciosamente eu anotava quantas mulheres líderes ou assessoras chegavam a participar dessas reuniões. Não era difícil de anotar, porque praticamente não havia nenhuma.

Minha interação mais egrégia com um líder ignorante dos fatos foi no remoto país insular no Sudeste Asiático, a Papua-Nova Guiné, em novembro de 2010. É um país misterioso e abundante, à beira do progresso, mas assolado por um dos mais altos índices do mundo de violência contra as mulheres. Segundo uma estimativa, 70% das mulheres na Papua-Nova Guiné serão vítimas de estupro ou violência física durante a vida. Na nossa coletiva de imprensa conjunta, o primeiro-ministro, *sir* Michael Somare, foi indagado por uma repórter americana qual era sua resposta a essa preocupante estatística. Somare alegou que os problemas eram "exagerados por pessoas que escrevem sobre nós". Sim, ele admitiu, havia alguns casos de violência, mas acrescentou: "Eu já estou por aqui há muito tempo e sei que os homens e as mulheres às vezes brigam, acontecem discussões, mas nada de muito brutal". Havia leis no país, disse ele, "Temos casos em que as pessoas estão bêbadas. [...] A pessoa não consegue se controlar quando está sob influência do álcool". Fui tomada de surpresa, para dizer o mínimo, e até mesmo o exausto corpo de imprensa americano ficou atônito. Depois, como podem imaginar, Melanne e eu começamos imediatamente a trabalhar em novos programas e parcerias com a sociedade civil da Papua-Nova Guiné, tentando amplificar as vozes das mulheres e fornecer-lhes uma nova plataforma para participação. Estou contente porque em maio de 2013, o novo primeiro-ministro, Peter O'Neill, desculpou-se formalmente com as mulheres de seu país pela violência e prometeu endurecer as penas.

Até mesmo em casa, em Washington, o nosso trabalho pelas mulheres era visto frequentemente como um exercício parentético, de certa forma separado do trabalho importante da política externa. Num artigo no *Washington Post* sobre nossos esforços com as mulheres no Afeganistão, um alto funcionário administrativo anônimo bufou: "Questões de gênero vão ter de tomar uma posição secundária em relação a outras prioridades. [...] Não há como obter sucesso se mantivermos um interesse especial por cada projetinho de estimação. Todos os projetinhos são como pedras na nossa mochila que nos fazem afundar". Não fiquei surpresa com o fato de o funcionário ter medo de ser identificado fazendo um comentário desses. Melanne e eu começamos a chamar seu escritório de Gabinete de Pedras de Estimação e continuamos a trabalhar.

Devo admitir que fui ficando cansada de ver pessoas habitualmente sérias apenas sorrir e assentir toda vez que eu levantava preocupações com mulheres e meninas. Eu vinha defendendo essas questões no cenário mundial por quase vinte anos, e às vezes tinha a sensação de que tudo que eu estava fazendo era pregar no vazio. Então resolvi redobrar nossos esforços para preparar um argumento convincente aos céticos, baseando-me em dados brutos e numa análise lúcida de que a criação de oportunidades para mulheres e meninas do mundo inteiro apoia diretamente a prosperidade e segurança de todos e deve ser parte do nosso trabalho diplomático e de desenvolvimento.

A equipe de Melanne começou pesquisando todos os dados coletados por instituições como o Banco Mundial e o FMI. Em pouco tempo se inteiraram de que alguns aspectos da participação feminina eram bem estudados, especialmente os benefícios de trazer mais mulheres para a força de trabalho e os obstáculos que as retinham, mas outros aspectos eram significativamente pouco pesquisados. Em muitas partes do mundo havia uma falta de dados regulares e confiáveis até mesmo sobre fatos básicos da vida de mulheres e meninas, tais como se tinham certidão de nascimento, com que idade tiveram o primeiro filho, quantas horas por dia de trabalho remunerado e não remunerado ou se eram donas das terras que lavravam.

Sempre acreditei que boas decisões no governo, nos negócios e na vida se baseiam nas evidências e não na ideologia. Isso é especialmente verdade quando se trata de políticas que irão afetar milhões de pessoas. É preciso fazer a pesquisa e analisar os números; é assim que minimizamos o risco e maximizamos o impacto. E atualmente fazemos estatísticas de tudo a que damos importância, desde as corridas impulsionadas no beisebol até o retorno de investimentos nos negócios. Há um ditado nos círculos administrativos empresariais: “O que pode ser medido pode ser realizado”. Assim, se estávamos falando sério em ajudar mais meninas e mulheres a realizar seu pleno potencial, então tínhamos de levar a sério a coleta e análise dos dados sobre as condições que elas enfrentavam e as contribuições que davam. Não precisávamos somente de mais dados, precisávamos de dados melhores. Precisávamos torná-los acessíveis a pesquisadores e formuladores de políticas para que os dados pudessem ajudá-los a tomar decisões. O Departamento de Estado lançou inúmeras iniciativas novas para preencher as lacunas de dados, trabalhando com a ONU, o Banco Mundial, a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento e outros.

(Sempre me surpreendeu o número de pessoas em Washington que operavam em uma “zona sem evidências”, onde os dados e a ciência eram desconsiderados. Um conselheiro do presidente Bush foi certa vez citado depreciando o que chamava de “comunidade baseada na realidade” de pessoas que “acreditam que as soluções emergem do estudo judicioso da realidade discernível”. Sempre julguei que é exatamente assim que os problemas são resolvidos. O assessor de Bush disse mais: “Não é assim mais que o mundo funciona. [...] Agora somos um império, e, quando agimos, criamos a nossa própria realidade”. Essa atitude ajuda a explicar muita coisa que deu errado naqueles anos.)

Não precisávamos esperar que todos aqueles projetos dessem frutos para começar a alardear os dados que já tínhamos, especialmente sobre as mulheres e a economia. E não era preciso ir longe. No começo dos anos 1970, as mulheres americanas detinham 37% de todos os empregos nos Estados Unidos, em comparação com 47% em 2009. Os ganhos de produtividade atribuíveis a esse aumento são calculados em mais 3,5 trilhões de dólares no crescimento do PIB em pouco mais de quatro décadas.

Essa história também se viu em países menos desenvolvidos. Por exemplo, a América Latina e o Caribe aumentaram regularmente a participação de mulheres no mercado de trabalho a

partir da década de 1990. O Banco Mundial estimou que a pobreza extrema na região diminuiu 30% como resultado de ganhos recentes.

Essas descobertas e outras semelhantes reforçam o argumento irrefutável de que é do interesse de todos aumentar a participação das mulheres na economia e derrubar as barreiras que ainda as mantêm de fora. Em setembro de 2011, reuni todos os dados que pude e apresentei esse argumento numa cúpula dos líderes da Ásia-Pacífico em São Francisco. "Para conseguir a expansão econômica que todos buscamos, temos de destravar uma fonte vital de crescimento capaz de fortalecer a nossa economia nas próximas décadas", afirmei aos delegados. "E essa fonte vital de crescimento são as mulheres. Com modelos econômicos sob pressão em todos os cantos do mundo, nenhum de nós pode se dar ao luxo de perpetuar as barreiras enfrentadas pelas mulheres na força de trabalho."

Fiquei feliz quando o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, anunciou que a crescente participação econômica das mulheres seria um dos pilares de sua nova e ambiciosa agenda econômica. Ela foi chamada de *womenomics*. Ele detalhou planos para incentivar mais mulheres a entrar na força de trabalho. Abe também pediu às maiores empresas do Japão que nomeassem pelo menos uma mulher executiva. Precisamos de mais lideranças de visão como ele, tanto nos Estados Unidos como no mundo.

Outra área em que concentramos nossos esforços foi a do papel da mulher em fazer e manter a paz. Tínhamos visto tantos exemplos inspiradores de mulheres pelo mundo contribuindo para pôr fim a conflitos e reconstruir sociedades na Libéria, Colômbia, Ruanda, Irlanda do Norte e outros lugares. Lembro-me vividamente da minha visita a um restaurante *fish and chips* de Belfast, em 1995, onde tive a oportunidade de me sentar e tomar chá com mulheres católicas e protestantes que estavam cansadas dos conflitos na Irlanda do Norte e ansiavam pela paz. Embora frequentassem igrejas diferentes aos domingos, sete dias por semana todas elas faziam uma prece silenciosa pelo retorno a salvo de um filho da escola ou de um marido em serviço no centro da cidade. Uma delas, Joyce McCartan, que fundou o Women's Drop-In Center [Centro Feminino de Acolhimento] em 1987, depois que seu filho de dezessete anos foi baleado e morto, disse: "É preciso que as mulheres façam os homens cair em si".

Quando mulheres participam do processo de paz, tendem a focar a discussão em assuntos como direitos humanos, justiça, reconciliação nacional e renovação econômica, que são decisivos para a paz. Elas geralmente formam coalizões com linhas étnicas e sectárias e são mais propensas a se levantar para defender outros grupos marginalizados. Frequentemente atuam como mediadoras e ajudam a alimentar soluções de compromisso.

Ainda assim, apesar de tudo que as mulheres tendem a trazer para a mesa de negociações, com maior frequência são excluídas. Das centenas de tratados de paz assinados desde o começo da década de 1990, menos de 10% tiveram mulheres negociadoras, menos de 3% tiveram mulheres signatárias, e somente uma pequena porcentagem incluía apenas uma referência a mulheres. Então não é surpresa nenhuma que mais da metade de todos os acordos de paz fracasse depois de cinco anos.

Passei anos tentando fazer com que generais, diplomatas e formuladores de políticas de segurança nacional no nosso próprio país e no mundo se dessem conta dessa realidade. Encontrei aliadas solidárias no Pentágono e na Casa Branca, inclusive a subsecretária para Políticas de Defesa Michèle Flournoy e o almirante Sandy Winnefeld, subchefe do Estado-Maior Conjunto. O Departamento de Estado, a USAID e o Departamento de Defesa passaram a trabalhar num plano que mudaria a forma como diplomatas, especialistas em desenvolvimento e pessoal militar interagiriam com mulheres em áreas de conflito e pós-conflito. Seria dada nova ênfase a impedir

estupros e violência baseada em gênero, e a empoderar as mulheres para fazer e manter a paz. Nós chamamos esse programa de Plano Nacional de Ação “Mulheres, Paz e Segurança”.

Em dezembro de 2011, o presidente Obama emitiu uma ordem executiva lançando o plano. Flournoy e Winnefeld se juntaram a mim em Georgetown para explicá-lo ao público. Olhando o almirante no seu uniforme impecável da Marinha num evento sobre mulheres como pacificadoras, eu esperava que finalmente tivéssemos virado uma página, pelo menos no nosso país.

Quando meu mandato como secretária ia chegando ao fim, eu queria ter certeza de que as mudanças que tínhamos feito para costurar as questões de gênero em todo aspecto da política externa americana não desapareceriam depois que eu me fosse. Em qualquer burocracia, é difícil institucionalizar reformas, e isso era certamente verdade no Departamento de Estado. Durante vários meses trabalhamos com a Casa Branca para preparar um memorando presidencial que tornaria permanente o cargo de Melanne de embaixadora-geral para Assuntos Globais da Mulher, garantindo que suas sucessoras se reportassem diretamente ao secretário de Estado. Foi necessária alguma pressão para que esses documentos atravessassem o sistema da Casa Branca, mas felizmente o meu ex-subsecretário Jack Lew havia se tornado chefe de gabinete do presidente Obama, então tínhamos um aliado muito bem colocado. Em 30 de janeiro de 2013, num dos meus últimos dias no cargo, almocei com o presidente Obama na sua sala de jantar privativa ao lado do Salão Oval, e, quando eu estava de saída, ele me deteve para vê-lo assinar o memorando. O presidente não poderia ter me dado uma despedida melhor.

Nosso trabalho pelas mulheres e pelas meninas estava inserido numa agenda mais ampla de direitos humanos, programada para defender as liberdades cultuadas na Declaração dos Direitos Humanos e torná-las reais na vida das pessoas em todo o mundo.

Em 2009, não havia como negar que a abordagem do nosso país aos direitos humanos tinha perdido um pouco de equilíbrio. No seu segundo dia de mandato, o presidente Obama emitiu uma ordem executiva proibindo o uso de tortura ou crueldade oficial por qualquer autoridade americana, ordenando o fechamento da prisão militar de Guantánamo (uma meta ainda não atingida). Ele garantiu que colocaria os direitos humanos de volta ao centro da nossa política externa.

Como descrevi, os Estados Unidos se tornaram um defensor da liberdade na internet e reforçaram a ajuda a dissidentes que tentavam escapar de censores e superar bloqueios eletrônicos. Advogamos em favor de jornalistas jogados na cadeia por revelarem verdades inconvenientes sobre regimes repressivos, auxiliamos sobreviventes de tráfico humano a sair das sombras e nos pusemos do lado dos direitos trabalhistas e condições justas de trabalho. Por trás desses títulos pomposos, estava o trabalho diário da diplomacia: pressionar governos estrangeiros, apoiar dissidentes, engajar a sociedade civil e assegurar que o nosso próprio governo mantivesse os direitos humanos no centro e na linha de frente em todas as deliberações de formulação de políticas.

Um dos nossos primeiros passos foi reingressar no Conselho de Direitos Humanos da ONU, um corpo de 47 membros criado em 2006 para monitorar abusos pelo mundo. Ele substituiu a Comissão de Direitos Humanos da ONU, que Eleanor Roosevelt contribuíra para criar e havia liderado no fim da década de 1940. Com o tempo, essa comissão havia se tornado motivo de chacota, uma vez que notórios violadores de direitos humanos como o Sudão e o Zimbábue foram eleitos membros. A nova organização enfrentou os mesmos problemas; até mesmo Cuba ganhou uma cadeira. A administração Bush se recusou a participar, e o Conselho parecia passar a maior parte do seu tempo condenando Israel. Então por que se envolver? Não é que a

administração Obama não visse as falhas do Conselho, mas decidimos que participar nos daria a melhor chance de exercer uma influência construtiva e colocá-lo nos eixos.

O Conselho continuava a ter problemas sérios, mas mostrou-se uma plataforma útil para promover a nossa agenda. Quando Muamar Kadafi estava usando de extrema violência com civis no começo de 2011, fui ao Conselho em Genebra para mobilizar o mundo contra suas atrocidades. Estando lá, manifestei-me contra o contínuo viés contra Israel. E também incentivei o Conselho a deixar para trás o debate, que já durava uma década, sobre se insultos à religião deviam ser proibidos ou criminalizados. "É hora de superar a falsa divisão que contrapõe suscetibilidade religiosa à liberdade de expressão e buscarmos uma nova abordagem baseada em passos concretos para combater a intolerância onde quer que ocorra", disse eu.

Durante anos algumas nações de maioria muçulmana no Conselho haviam forçado resoluções às quais os Estados Unidos e outros se opunham, resoluções que ameaçavam a liberdade de expressão em nome de prevenir a "difamação" da religião. Não se tratava apenas de um exercício teórico, considerando a tempestade política que irrompia periodicamente toda vez que alguém em algum lugar do mundo publicava uma caricatura ou postava um vídeo na internet denegrindo o profeta Maomé. Eu pensava que podíamos romper o impasse reconhecendo que tolerância e liberdade são ambas valores essenciais que necessitam de proteção. Para chegar a um compromisso, precisávamos de um parceiro disposto a ultrapassar as carregadas questões políticas e ideológicas que nublavam o debate.

Encontramos esse parceiro na Organização de Cooperação Islâmica, que representa aproximadamente sessenta países. Seu presidente, o diplomata e erudito turco Ekmeleddin İhsanoğlu, era um homem sério que conheci na década de 1990, quando era diretor do Centro de Pesquisa para a História, Arte e Cultura Islâmica em Istambul. İhsanoğlu concordou em trabalhar comigo numa nova resolução no Conselho de Direitos Humanos que assumiria uma postura firme pela liberdade de expressão e de culto e contra a discriminação e a violência motivadas por religião ou crença, evitando ao mesmo tempo as proibições de expressão sugeridas nas resoluções anteriores de "difamação". Nossos grupos em Genebra começaram a elaborar o texto, e, no fim de março de 2011, o Conselho o adotou por unanimidade.

A liberdade religiosa é um direito humano em si, que também está ligado a outros direitos, como o direito do livre pensamento, da livre manifestação do pensamento, da livre associação e reunião pacífica sem o Estado ficar espiando por cima dos ombros ou proibindo essa reunião. A Declaração Universal dos Direitos Humanos deixa claro que cada um de nós nasceu livre para praticar qualquer religião, para mudar de religião ou não ter religião alguma. Nenhum Estado pode conceder essas liberdades como privilégio nem tirá-las como punição.

Todo ano o Departamento de Estado publica um relatório detalhando casos de perseguição religiosa pelo mundo. Por exemplo, no Irã as autoridades reprimem muçulmanos sufis, cristãos evangélicos, judeus, bahais, sunitas, ahmadis e outros que não têm os mesmos pontos de vista religiosos do governo. Detectamos também um preocupante ressurgimento do antissemitismo em parte da Europa. Em países como França, Polônia e Holanda há suásticas pichadas em tumbas, escolas e sinagogas judias e em lojas kosher.

Na China, o governo reprimiu "igrejas domésticas" não registradas e os cristãos que as utilizavam como local de culto, além de reprimir muçulmanos uigures e budistas tibetanos. Na minha primeira viagem à China como secretária, em fevereiro de 2009, compareci a um serviço numa dessas igrejas domésticas para mandar um recado ao governo sobre a liberdade religiosa.

Nosso interesse em proteger a liberdade religiosa e os direitos das minorias ia além de um argumento moral. Havia também importantes considerações estratégicas, particularmente nas

sociedades em transição. Quando visitei o Egito em 2012, os cristãos coptas se perguntavam se lhes seriam concedidos pelo novo governo os mesmos direitos e respeito de todos os egípcios. Na Birmânia, os muçulmanos da etnia rohingya continuam a ter negadas a cidadania plena e a igualdade de oportunidades para educação, emprego e viagens. O que Egito, Birmânia e outros países decidirem quanto à proteção dessas minorias religiosas terá um impacto fundamental na vida de seu povo e será amplamente significativo em determinar se esses países são capazes de atingir a estabilidade e a democracia. A história nos ensina que, quando os direitos de minorias são assegurados, as sociedades são mais estáveis, e todo mundo se beneficia. Como eu disse em Alexandria, no Egito, no quente e tumultuado verão de 2012: "A verdadeira democracia significa que todo cidadão tem o direito de viver, trabalhar e cultuar sua fé como bem entender, seja homem ou mulher, muçulmano ou cristão ou de qualquer outra origem. A verdadeira democracia significa que nenhum grupo ou facção ou líder pode impor sua vontade, sua ideologia, sua religião, seus desejos sobre qualquer outra pessoa".

No decorrer dos anos, frequentemente eu retomava um argumento do meu discurso na ONU marcando o quinquagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Aqui estamos nós, no encerramento do século XX, um século chamuscado vezes e mais vezes pela guerra. Se a história deste século nos ensina alguma coisa, é que sempre que a dignidade de qualquer indivíduo ou grupo fica comprometida pelo desprezo por quem eles são, por algum atributo essencial que possuem, então todos nós nos deixamos abertos aos pesadelos que estão por vir". E insisti para que aprendêssemos a lição e estendêssemos o círculo da cidadania e da dignidade humana de modo a incluir todo mundo sem exceção.

Quando eu disse essas palavras, tinha em mente não só mulheres e meninas pelo mundo, que continuavam a ser marginalizadas de tantas maneiras, mas outros "invisíveis", como minorias religiosas e étnicas, pessoas com deficiência e lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT). Quando lembro do meu tempo como secretária, fico orgulhosa do trabalho que fizemos na ampliação do círculo da dignidade humana e dos direitos humanos para incluir pessoas historicamente excluídas.

Em janeiro de 2011, o mundo ficou conhecendo David Kato. Ele era um ativista gay de Uganda, muito conhecido naquele país e nos círculos internacionais de defesa dos direitos humanos. Havia sido ameaçado muitas vezes, inclusive na primeira página de um jornal ugandense, que publicou uma foto de David e outros com a legenda "ENFORQUE-OS". Por fim, alguém resolveu levar adiante as ameaças. David foi morto numa situação que a polícia classificou como roubo, mas é muito mais provável que tenha sido uma execução.

Como muita gente em Uganda e pelo mundo, fiquei perplexa que a polícia e o governo tivessem feito tão pouco para proteger David depois das conclamações públicas para o seu assassinato, porém aquele era mais do que um caso de incompetência policial. O Parlamento de Uganda estava considerando um projeto de lei que tornava o homossexualismo um crime passível de pena de morte. Uma autoridade do alto escalão do governo — ninguém menos que o ministro de Ética e Integridade — deu uma entrevista na qual dizia com desdém: "Os homossexuais podem esquecer os direitos humanos". Pessoas LGBT em Uganda eram rotineiramente molestadas e atacadas, e as autoridades não faziam praticamente nada para impedir isso. Quando levantei essas questões com o presidente de Uganda, Yoweri Museveni, ele ridicularizou as minhas preocupações. "Ah, Hillary, lá vem você de novo", dizia ele. A morte de David não foi um incidente isolado; foi resultado de uma campanha nacional para reprimir pessoas LGBT por quaisquer meios necessários, e o governo fazia parte disso.

Pedi um resumo da vida e do trabalho de David e li uma entrevista que ele concedeu em

2009 na qual afirmava que queria ser “um bom defensor dos direitos humanos, não morto, mas vivo”. Essa oportunidade lhe foi roubada, mas outros continuavam o seu trabalho, e eu queria que os Estados Unidos estivessem firmemente ao lado deles.

Os abusos cometidos contra pessoas LGBT não são exclusividade de Uganda. Enquanto escrevo, mais de oitenta países do Caribe, do Oriente Médio e do sul da Ásia consideravam, de uma forma ou de outra, um crime ser LGBT. Pessoas são encarceradas por terem relações com outras do mesmo sexo, por vestir roupas contrárias às normas de gênero típicas, ou simplesmente por dizer que são LGBT. O Quênia, vizinho de Uganda, vem encarcerando homens gays há anos. No norte da Nigéria, homens gays ainda enfrentam a morte por apedrejamento. Em Camarões, em 2012, um homem foi preso simplesmente por enviar uma mensagem de texto a outro homem expressando um amor romântico. Fiquei profundamente perturbada quando o presidente nigeriano Goodluck Jonathan e Museveni de Uganda assinaram ambos duras e repressivas leis anti-homossexualismo no começo de 2014. O homossexualismo já era criminalizado em ambos os países, mas a nova lei nigeriana contempla com uma pena de prisão de catorze anos o envolvimento em relações do mesmo sexo e de dez anos por defender LGBT, e alguns atos sob a nova lei ugandense são passíveis de uma sentença de prisão perpétua.

O regime de Vladimir Putin na Rússia tem decretado uma série de leis antigays, proibindo a adoção de crianças russas por casais homossexuais ou quaisquer casais de países que permitam casamento entre pessoas do mesmo sexo e considerando crime promover os direitos LGBT ou até mesmo discutir temas relacionados perto de crianças. Quando pressionei o ministro das Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov, a agir com mais eficiência para proteger os direitos LGBT, o diplomata, habitualmente calmo e contido, tornou-se desagradável. Os russos não têm problema com os homossexuais, me disse ele, só com a “propaganda” deles. “Por que ‘essa gente’ precisa sair por aí criando alarde? Os russos não deviam ter de aturar isso.” Lavrov desdenhava a ideia de estar “do lado certo da história” a esse respeito. Para ele, a questão não passava de “bobagem sentimental”. Tentei explicar as medidas que estávamos tomando para repelir a política do “Não Pergunte, Não Conte”[7] e abrir as nossas Forças Armadas para o serviço de membros LGBT e que pedi ao meu representante em viagem do Departamento de Defesa, almirante Harry Harris, que explanasse a questão. O lado russo da mesa começou a rir. “Oh, ele é gay?”, perguntou Lavrov num sussurro teatral. Harry não é gay e não podia se importar menos com zombarias russas, mas fiquei espantada com o fato de meus sofisticados colegas do Kremlin papaguearem a respeito de temas ofensivos com indiferença e crueldade.

A desanimadora situação dos direitos LGBT no mundo tem estado no radar de direitos humanos dos Estados Unidos há algum tempo. Desde 1993, quando foram alteradas as instruções de relatórios de modo a incluir orientação sexual, o Departamento de Estado tem ressaltado os abusos enfrentados pela comunidade LGBT em todo o mundo com seu Relatório Anual de Direitos Humanos e tem levantado o assunto nas nossas tratativas com outros governos, como eu fiz com Lavrov e Museveni e outros. Também fizemos esforços para alcançar populações LGBT por meio do PEPFAR, o que não só ajudou a salvar milhões de vidas, mas trouxe gente antes isolada para a esfera pública.

Entretanto, decidi que as nossas ações de direitos humanos precisavam de uma atualização. Havia evidências demais de que o clima para pessoas LGBT estava se deteriorando em muitas partes do mundo. Isso estava em decidida oposição ao notável progresso em outros lugares, inclusive nos Estados Unidos. Era uma ironia terrível: em alguns lugares do mundo, a vida para pessoas LGBT estava melhor do que nunca; em outros, nunca havia sido pior.

Ao mesmo tempo, eu procurava maneiras de fazer progressos em casa, dando mais apoio a

membros LGBT na família do Departamento de Estado. Em gerações passadas, funcionários talentosos do Serviço de Relações Exteriores haviam sido forçados a pedir demissão quando sua orientação sexual tornava-se conhecida. Esses dias se foram, mas ainda havia uma profusão de regras no departamento que dificultavam a vida dos nossos colegas LGBT. Então, em 2009, estendi a ampla gama de benefícios legais aos parceiros do mesmo sexo de funcionários do Serviço de Relações Exteriores em missão no exterior. Em 2010, orientei que a política de oportunidades iguais de emprego do Departamento de Estado protegesse explicitamente os funcionários e os candidatos a vagas no departamento contra o tratamento discriminatório baseado na identidade de gênero. Também facilitamos aos americanos mudar o sexo constante em seu passaporte e possibilitamos a casais do mesmo sexo obter passaportes com os nomes reconhecidos pelo seu estado por meio de casamento ou união civil. Para respaldar o movimento antibullying iniciado pelo colunista Dan Savage, gravei o vídeo "It Gets Better" [Vai ficar melhor], que se tornou viral. Não sei se as minhas palavras de conforto e incentivo chegaram a adolescentes em risco, mas espero que sim.

Apoiei o evento anual do Orgulho Gay no Departamento de Estado, organizado por um grupo chamado GLIFAA [Gays e Lésbicas de Agências de Relações Exteriores]. Como o próprio nome diz, são pessoas LGBT que trabalham na área de relações exteriores dos Estados Unidos, de forma que a associação é um importante pilar profissional que melhora o ambiente de trabalho para pessoas LGBT em missão no exterior, bem como nos Estados Unidos. A celebração anual do Orgulho Gay que organizavam no Departamento era ao mesmo tempo alegre e significativa. Na celebração do Orgulho Gay em 2010, depois de recapitular alguns progressos que fizemos juntos no ano anterior, abordei os terríveis danos ainda sofridos por comunidades LGBT de todo o mundo. "Esses perigos não são uma questão gay — são uma questão dos direitos humanos", disse eu. A sala irrompeu em aplausos e ovações. Prossegui: "Exatamente como tive muito orgulho de dizer o óbvio há mais de quinze anos em Beijing, que os direitos humanos são direitos da mulher e os direitos da mulher são direitos humanos, quero dizer hoje que os direitos humanos são direitos gays e os direitos gays são direitos humanos, de uma vez por todas". Mais uma vez, houve uma forte e demorada salva de palmas. É claro que eu esperava que o meu comentário fosse bem recebido, mas fiquei surpresa com a reação apaixonada de todo o pessoal. Estava claro que era algo que as pessoas vinham esperando fervorosamente ouvir, muito mais do que eu tinha percebido. Mais tarde, Dan Baer, um ativo membro do GLIFAA, confirmou: "Você precisa dizer isso ao mundo", me falou ele.

Assim começou o trabalho num dos discursos mais memoráveis que fiz como secretária de Estado.

A maioria dos meus principais discursos como secretária eram, naturalmente, carregados de política externa. Apresentavam estratégias diversificadas e plurianuais sobre assuntos complexos. Frequentemente incluíam alertas com palavras cuidadosamente escolhidas, advertências codificadas e pelo menos alguns exemplos de jargão diplomático. Meus redatores de discursos trabalhavam arduamente para tornar cada um deles acessível a uma plateia o mais ampla possível, mas um fato se mantinha: discursos sobre política externa tendem a ser tortuosos, e seus ouvintes e leitores mais fervorosos são profissionais de política externa, sejam autoridades governamentais, especialistas de *think tanks* ou jornalistas da área.

Eu queria que aquele discurso fosse diferente. Queria que ele significasse algo para as pessoas LGBT nas mais diferentes circunstâncias — não só ativistas nas linhas de frente, fluentes no jargão dos direitos humanos, mas também o adolescente que, por causa disso, sofria maus-tratos na zona rural das Américas, na Armênia ou na Argélia. Queria que fosse simples e direto

— o oposto exato da linguagem superficial, obscuramente sugestiva que se ouve em muitas queixas antigays. Queria que aquelas palavras tivessem pelo menos uma chance de convencer ouvintes em dúvida, de modo que precisava ser sensato e respeitoso, sem recuar um milímetro sequer da sua defesa dos direitos humanos. E, mais que tudo, queria que ele mandasse um recado claro aos líderes mundiais em toda parte: proteger seus cidadãos LGBT era parte das obrigações de direitos humanos, e o mundo estava observando para garantir que eles cumprissem tais obrigações.

Antes de começarmos a redigir o discurso, quis descobrir onde eu o faria, uma vez que num tópico tão sensível o lugar e a ocasião teriam mais importância do que o habitual. Estávamos no começo de 2011. Eu tinha viagens programadas para praticamente todas as regiões do mundo nos meses seguintes. Será que uma daquelas viagens seria o momento certo? Eu iria à África em agosto, e consideramos brevemente ir a Uganda e fazer o discurso em memória de David Kato, mas rapidamente eliminamos essa opção. Eu queria evitar a todo custo sugerir que a violência antigay era um problema apenas africano, e não uma questão global, ou dar aos fanáticos locais uma desculpa para se queixar de imposições forçadas dos Estados Unidos. Eu queria que a história única fosse a mensagem do discurso em si.

Olhamos o calendário; quem sabe escolher uma data significativa em vez de um local significativo. A celebração do Orgulho Gay de 2011 em junho? Não — se eu fizesse o discurso nos Estados Unidos, não seria o discurso que eu visualizava. A imprensa o cobriria do ângulo da política interna, se chegasse a fazer alguma cobertura. (Falar sobre direitos LGBT durante o mês do Orgulho Gay não é exatamente algo digno de notícia.) Simplesmente não teria o mesmo impacto.

Por fim, Jake Sullivan e Dan Baer acabaram tendo os dois a mesma ideia: eu devia fazer o discurso em Genebra, na sede do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Se meu objetivo era impor com firmeza os direitos LGBT dentro do contexto de direitos humanos na comunidade internacional, não havia lugar melhor.

Então já tínhamos o lugar. E a data? Optamos pela primeira semana de dezembro, para marcar o aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, exatamente como eu fizera nos idos de 1997. A importância histórica era significativa; do ponto de vista prático, eu já tinha a programação de estar na Europa naquela semana para reuniões na sede da OTAN em Bruxelas. Seria fácil acrescentar uma escala em Genebra.

Não foi fácil escrever aquele discurso. Eu queria refutar os mitos mais escandalosos que os fanáticos antigays espalhavam como verdades, inclusive aqueles que me eram repetidos com toda a seriedade por ministros de governo quando eu os pressionava a tratar humanamente as pessoas LGBT. Minha redatora de discursos, Megan Rooney, pesquisou os exemplos mais absurdos. Havia tantos: que pessoas gays molestavam crianças mentalmente doentes; que Deus *queria* que nós os rejeitássemos e os isolássemos; que países pobres não podiam se dar ao luxo de se preocupar com direitos humanos; que esses países absolutamente não tinham pessoas LGBT. Foi isso que o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad disse a uma plateia na Universidade de Columbia em 2007: “No Irã não temos homossexuais, como no país de vocês”. Eu tinha ouvido coisas semelhantes muitas vezes em particular.

Na nossa primeira versão, listamos cinco mitos comuns e os derrubamos um por um. O discurso evoluiu um bocado durante as várias versões sucessivas, mas acabamos nos atendo a essa estrutura básica. Eu sabia que aquele precisava ser um discurso extremamente calmo e comedido se queríamos ter alguma chance de mudar a cabeça de alguém, então muitas das minhas correções destinavam-se a isso; por exemplo, a frase “cinco mitos” acabou virando “cinco questões”. Achei importante reconhecer que muitas opiniões sobre pessoas LGBT estão

enraizadas em tradições religiosas e culturais que têm grande significado na vida das pessoas e não deviam ser tratadas agressivamente. “Venho aqui perante vocês com respeito, compreensão e humildade”, escrevi. A força das ideias não ficou diminuída pela linguagem mais comedida.

Eu disse a Megan para voltar ao discurso de 1995 em Beijing e usá-lo como modelo. Afinal, o que eu queria algo muito similar: mencionar as injustiças que aconteciam com esse grupo de pessoas e declarar que são violações dos direitos humanos, pelo simples fato de essas pessoas serem seres humanos. Era isso: nada de argumentos complexos, nada de retórica altissonante, apenas algumas afirmações sem enfeites que já deviam ter sido ditas há muito tempo.

Havia algumas questões estratégicas que precisávamos responder. Primeira: devíamos “nomear e envergonhar” países que haviam tomado medidas na direção errada? Uma das primeiras versões mencionava Uganda, entre outros. Concluí que esse seria um erro. Qualquer lista estaria incompleta; além disso, eu sabia que qualquer país escolhido para críticas se sentiria obrigado a responder, provavelmente de forma defensiva e irada. Afinal, os Estados Unidos tinham dado alguns passos, mas ainda tínhamos trabalho a fazer no sentido da igualdade de americanos LGBT. Eu queria que o discurso desse aos líderes o que pensar, e não fustigá-los.

Em vez disso, procuramos exemplos de países não desenvolvidos e em desenvolvimento que tinham feito grande progresso nos direitos LGBT. Que melhor maneira havia para refutar o mito de que apoiar as pessoas LGBT era uma prática ocidental e colonialista? Felizmente havia muitos para escolher. Por fim, elogiei Mongólia, Nepal, África do Sul, Índia, Argentina e Colômbia, e citei o ex-presidente de Botsuana.

Segunda questão: como devíamos anunciar o discurso? Se disséssemos que era sobre direitos humanos LGBT, sabíamos que algumas pessoas — exatamente aquelas que queríamos atingir — ficariam distantes. Então resolvemos dar-lhe o simples rótulo de discurso sobre direitos humanos marcando o aniversário da Declaração Universal, e deixar só isso.

Nas semanas que antecederam o discurso, uma vez que a maior parte estava redigida, mantive os ouvidos abertos para histórias e ideias que valessem a pena acrescentar. Numa reunião na Casa Branca, o comandante do Corpo dos Fuzileiros Navais contou um fato sobre a revogação do Não Pergunte, Não Conte. “Eu era contra e disse isso na época”, me disse ele. “Mas, uma vez que aconteceu, vi que os meus temores eram infundados.” Os fuzileiros abraçaram a mudança com orgulhoso profissionalismo, acrescentou ele. E lá se foi a história para dentro do discurso. Meu conselheiro jurídico Harold Koh sugeriu adicionar algo sobre a importância da empatia, de colocar-se no lugar de outra pessoa. Acabou virando uma das partes mais adoráveis do discurso.

Finalmente, partimos para a Europa. A Suíça seria o terceiro destino numa viagem por cinco países, um por dia. Na Alemanha, chefiei a delegação americana numa conferência sobre o Afeganistão. Na Lituânia, compareci a uma reunião da Organização para Segurança e Cooperação na Europa. Quando por fim chegamos ao nosso pequeno e charmoso hotel em Vilnius, muitos do meu grupo se dirigiram para o bar para um jantar tardio com especialidades lituanas, mas Megan e Jake estavam nervosos demais com as observações para o dia seguinte e não conseguiram relaxar. Foram para o quarto dela, sentaram-se no chão, e com Dan Baer (que já estava em Genebra) pelo viva voz, repassaram cada linha do discurso. Terminaram um pouco antes do amanhecer.

De manhã cedo, fiquei sabendo que a Casa Branca finalmente aprovara uma mudança de política que vínhamos discutindo. De agora em diante, os Estados Unidos levariam em conta o registro de direitos humanos LGBT de um país ao considerar ajuda externa. Esse tipo de política tinha uma chance real de influenciar as ações de outros governos. Eu estava esperando ansiosa

para poder acrescentar ao discurso.

Em 6 de dezembro, fomos a Genebra e nos dirigimos ao Palácio das Nações, que estava com uma aparência mais palaciana que o habitual. O prédio já é bem impressionante num dia normal; construído para servir como sede da Liga das Nações, foi aberto em 1936, um último sopro de otimismo antes da desintegração da Europa. Ali, muitas das grandes questões diplomáticas do século XX foram arbitradas, desde o desarmamento nuclear até a independência das nações emergentes do colonialismo. Seus corredores e câmaras estão sempre cheios, mas naquele dia estavam atulhados de gente.

Subi ao palco e comecei.

> *Hoje quero falar sobre um trabalho que ainda temos por fazer para proteger um grupo de pessoas cujos direitos humanos ainda lhes são negados em demasiadas partes do mundo de hoje. Em muitos aspectos, essas pessoas são uma minoria invisível. São presas, espancadas, aterrorizadas e até mesmo executadas. Muitas são tratadas com desprezo e violência pelos seus concidadãos, enquanto as autoridades responsáveis por protegê-las viram-lhes as costas ou, com exagerada frequência, chegam a participar do abuso. A essas pessoas são negadas oportunidades de trabalhar e estudar, elas são expulsas de seus lares e seus países e forçadas a reprimir ou negar quem são para se protegerem de sofrimentos.*

Alguns na plateia tinham um olhar de curiosidade. Onde é que aquilo iria dar?

"Estou falando de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros", continuei.

Fiquei orgulhosa com cada palavra proferida naquele discurso, mas algumas linhas em particular se destacam na minha memória. Em memória de David Kato, falei diretamente com todos os outros bravos ativistas LGBT que combatiam em lutas desiguais em lugares solitários e perigosos no mundo inteiro: "Vocês têm um aliado nos Estados Unidos da América. E têm milhões de amigos entre o povo americano".

Lembrando de todas as conversas que tivera com líderes estrangeiros que erguiam as mãos e diziam: "Nosso povo odeia gays, eles apoiam estas leis, o que podemos fazer?", falei diretamente com esses representantes: "Liderança, por definição, significa estar na frente do povo quando é necessário. Significa levantar-se pela dignidade de todos os cidadãos e persuadir o povo a fazer o mesmo".

E, num eco do meu discurso em Beijing e das minhas palavras no Departamento de Estado no ano anterior, eu disse: "Assim como ser mulher, ser de uma minoria racial, religiosa, tribal ou étnica, ser LGBT não torna a pessoa menos humana. E é por isso que os direitos gays são direitos humanos, e os direitos humanos são direitos gays".

Acordei na manhã seguinte com o primeiro indício de que meu discurso tinha funcionado: o cabeleireiro que fez meu cabelo naquela manhã, que era gay, caiu teatralmente de joelhos em gratidão. Eu ri e lhe disse para se levantar, pelo amor dos céus. Meu cabelo, como de hábito, não podia esperar.

As ondas criadas pelo discurso estavam levantando marola pelo globo, e o meu telefone em pouco tempo ficou atulhado de mensagens. Um número enorme de pessoas tinha assistido ao discurso pela rede. Senti-me gratificada, por muitas razões. Embora esperasse que alguns dos delegados africanos aquele dia na plateia se levantassem e fossem embora, eles não o fizeram. E vi em muitas fotos e vídeos que as pessoas me mandaram de eventos do Orgulho Gay pelo mundo que as palavras "direitos gays são direitos humanos" tinham sido estampadas em incontáveis pôsteres, faixas e camisetas. Eu estava orgulhosa porque mais uma vez os Estados

Unidos se levantaram em defesa dos direitos humanos, exatamente como tínhamos feito em tantas ocasiões anteriores.

Perto do fim do meu mandato, recebi uma carta de um funcionário do Serviço de Relações Exteriores alocado na América Latina que se tornou um bem precioso: "Eu lhe escrevo, não como funcionário do Departamento de Estado escrevendo para a secretária, mas como marido e pai escrevendo para lhe agradecer como indivíduo por tudo que fez pela nossa família nos últimos quatro anos. Havia muito tempo eu sonhava em trabalhar no Serviço de Relações Exteriores, mas nunca considerei seriamente essa possibilidade antes de a senhora assumir o cargo de secretária de Estado. No momento em que orientou o Departamento a reconhecer cônjuges do mesmo sexo como membros de uma família, a única coisa que me impedia subitamente não estava mais no caminho". Ele prosseguia descrevendo a alegria de poder ter seu marido, com quem estava há sete anos, junto a ele no seu posto no exterior e que, como resultado, puderam ser pais de gêmeos. E chegou mesmo a anexar uma foto da família feliz: "O que mal se podia imaginar três anos atrás [...], que seríamos diplomatas pelo nosso país, que nossa relação seria reconhecida pelo governo, que poderíamos ser pais, tudo isso se realizou".

Quando deixei o Departamento de Estado em 2013 e comecei a trabalhar na Fundação Clinton em Nova York, sabia que queria continuar trabalhando na "grande tarefa inacabada do século XXI". O vigésimo aniversário da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Beijing, que rapidamente se aproximava, me ajudou a focar meu pensamento. Eu estava orgulhosa do quanto tínhamos conseguido nesse tempo. Contudo, sem dúvida ainda estávamos muito distantes do objetivo de "participação plena e igualitária".

Melanne tinha inaugurado um centro acadêmico sobre mulheres, paz e segurança na Universidade de Georgetown, para o qual concordei em servir como presidente fundadora honorária. Agora que não estávamos mais viajando pelo globo a cada dois dias, vimo-nos conversando e pensando mais sobre o alcance da história e o futuro do movimento ao qual tínhamos dedicado tantos anos. Chamei Maggie Williams e lhe pedi que viesse traçar estratégias conosco. Junto com Chelsea e a nossa grande equipe na Fundação Clinton, inclusive Jen Klein e Rachel Vogelstein, ambas tendo desempenhado papéis-chave no Departamento de Estado, elaboramos um novo plano.

Na reunião anual da Iniciativa Global Clinton em Nova York, em setembro de 2013, anunciei que a Fundação Clinton mobilizaria um amplo esforço para avaliar o progresso que mulheres e meninas tinham feito desde Beijing e mapear o trajeto pela frente para conseguir participação plena e igualitária para mulheres e meninas. Disse que era hora de uma olhada clara para identificar até onde chegamos e quanto ainda havia a percorrer, e o que planejávamos fazer em relação a essa tarefa inacabada.

Com parceiros como a Fundação Gates, começamos a trabalhar numa "revisão global" digital sobre a condição das mulheres e meninas a tempo do vigésimo aniversário de Beijing, em setembro de 2015. Eu queria que todo mundo visse os ganhos que tivéramos, bem como as lacunas que faltavam. Apresentamos informação facilmente acessível que pudesse ser facilmente compartilhada e utilizada por apoiadores, acadêmicos e líderes políticos para planejar reformas e provocar mudanças reais.

Eu também queria construir sobre a Plataforma de Ação que o mundo endossou em Beijing e apresentar uma agenda para o século XXI, visando acelerar a participação plena de mulheres e meninas em todo o mundo, inclusive em áreas que ainda estavam além do horizonte em 1995. Por exemplo, nenhuma de nós em Beijing poderia ter imaginado a forma como a internet e a tecnologia de telefonia móvel transformariam o mundo, nem compreendido o que significaria ter

200 milhões de mulheres a menos do que homens conectados no mundo em desenvolvimento. O fechamento dessa "brecha digital" abriria vastas oportunidades novas de participação econômica e política.

Por fim, começamos a chamar a nossa iniciativa de Sem Tetos: Projeto da Participação Plena. O nome era um eco brincalhão dos "18 milhões de rachaduras no telhado de vidro" que ficaram famosos no fim da minha campanha presidencial, mas significava muito mais que isso. Não era preciso estar nos altos escalões da política ou de empresas; as mulheres e as meninas de toda parte ainda se deparavam com todo tipo de tetos que atrapalhavam suas ambições e aspirações e lhes tornavam mais difícil, se não impossível, perseguir seus sonhos.

Não muito depois de eu ter anunciado o Sem Tetos, ouvi uma história surpreendente. Stephen Massey, um colega da Casa Branca na era Clinton, por acaso estava em Beijing e acabou entrando casualmente numa livraria. Era uma loja grande e moderna, porém silenciosa e quase vazia. Então Stephen mal pôde acreditar nos seus ouvidos. Pelos alto-falantes da loja ele ouviu uma frase familiar: "Direitos humanos são direitos da mulher, e direitos da mulher são direitos humanos, de uma vez por todas". Era a minha voz. Estavam tocando uma gravação do discurso pela loja. Que diferença fazem vinte anos! Em 1995, o governo chinês teria impedido que fosse tocada no circuito interno de televisão a gravação contendo os meus comentários. Agora essas controversas palavras tinham se tornado "fundo musical" para os lojistas, parte do tecido da vida cotidiana. Stephen tirou seu smartphone, gravou um vídeo e o mandou por e-mail para mim. Quando o vi, tive de rir. Seria mesmo um bom jeito de vender livros? Na China?

A mensagem de Beijing e a vida de trabalho que ela representava se tornaram parte da minha identidade a tal ponto que ficou praticamente inscrita no meu DNA. Fiquei contente de ela ter permeado e entrado na cultura, em lugares que um dia haviam sido hostis. A causa de proteger e expandir os direitos humanos é mais urgente e obrigatória do que nunca, e novos progressos são improváveis sem a contínua liderança americana.

Em fevereiro de 2014, a Campanha de Direitos Humanos (a outra HRC!)[8] convidou minha filha Chelsea a falar numa conferência sobre os direitos gays. Nos seus comentários, ela ofereceu uma nova variação para uma frase familiar: "Minha mãe costuma dizer que a questão da mulher é a tarefa inacabada do século XXI", discursou ela. "Isso certamente é verdade, mas os direitos LGBT também são a tarefa inacabada do século XXI." É claro que ela tem razão, e eu não podia estar mais orgulhosa de sua postura firme em nome da igualdade e oportunidade para todas as pessoas.

Descrevi anteriormente o trabalho da política externa americana como uma corrida de revezamento. Os líderes recebem o bastão e são solicitados a correr sua distância do revezamento com o máximo de sua capacidade e colocar o corredor seguinte na melhor posição para ter sucesso. Bem, famílias também são assim. Desde o momento em que segurei Chelsea pela primeira vez nos meus braços no hospital em Little Rock, eu sabia que a minha missão na vida era dar a ela toda oportunidade de prosperar. À medida que ela foi crescendo e entrando no mundo por sua própria conta, minhas responsabilidades mudaram. E agora que ela teve seu próprio filho, estou desempenhando um novo papel pelo qual esperei durante anos: o papel de avó. E tenho me surpreendido pensando um bocado sobre a minha relação com minha mãe, como adulta e como criança, e que lições aprendi com ela.

Quando me tornei secretária de Estado, mamãe estava prestes a completar noventa anos. Ela estava morando conosco em Washington nos últimos anos, desde que ficar sozinha no seu apartamento com vista para o zoológico na Connecticut Avenue passou a ser demais para ela. Como tantos americanos da minha geração, me senti ao mesmo tempo abençoada por ter esses anos adicionais com uma mãe idosa e muito responsável para garantir que ela ficasse confortável

e bem cuidada. Mamãe me deu muito amor e apoio incondicionais quando cresci em Park Ridge; agora era a minha vez de apoiá-la. É claro que eu nunca a teria deixado me ouvir descrevendo a situação desta forma. Dorothy Howell Rodham era uma mulher ferozmente independente. Não suportava a ideia de ser um fardo para alguém.

Tê-la tão perto tornou-se uma fonte de grande conforto para mim, especialmente no difícil período após a campanha de 2008. Eu chegava em casa depois de um longo dia no Senado ou no Departamento de Estado, deslizava para perto dela na mesinha do nosso cantinho de café da manhã e simplesmente deixava tudo extravasar.

Mamãe adorava romances de mistério, comida mexicana, o programa *Dança dos Famosos* (até conseguimos uma vez arranjar para ela assistir a uma gravação) e acima de tudo seus netos. A escola do meu sobrinho Zach Rodham ficava a apenas cinco minutos, e ele vinha muitas tardes visitá-la. Passar tempo com Fiona e Simon Rodham, seus netos mais novos, era para ela um precioso deleite. Para Chelsea, sua avó foi uma das figuras mais importantes da sua vida. Mamãe ajudou Chelsea a navegar pelos especiais desafios de crescer sob o olhar do público e, quando ela estava pronta, incentivou-a a realizar sua paixão pelo serviço público e a filantropia. Mesmo com noventa anos, mamãe nunca perdeu seu comprometimento com a justiça social, o que tanto contribuiu para me definir e inspirar enquanto eu crescia. Adorei que ela pudesse fazer o mesmo com Chelsea. E não tenho certeza se algum dia vi minha mãe mais feliz do que no casamento de Chelsea. Ela caminhou orgulhosamente pela nave central de braço dado com Zach, exultando pela sua feliz e radiante neta.

A infância de mamãe foi marcada por trauma e abandono. Em Chicago, seus pais brigavam com frequência e se divorciaram quando ela e sua irmã eram muito novas. Nenhum dos pais estava disposto a cuidar das crianças, então foram colocadas num trem para a Califórnia para viver com seus avós paternos em Alhambra, uma cidade perto das montanhas de San Gabriel, a leste de Los Angeles. O idoso casal era severo e nada amoroso. Num dia de Halloween, depois que mamãe foi pega brincando de travessuras ou gostosuras com colegas de escola, uma atividade proibida, foi confinada ao seu quarto durante um ano inteiro, exceto as horas em que estava na escola. Não tinha permissão de comer à mesa da cozinha nem de brincar no jardim. Na época em que completou catorze anos, mamãe não conseguiu mais aguentar a vida na casa da avó. Mudou-se de lá e achou trabalho como governanta e babá para uma mulher bondosa em San Gabriel, que lhe ofereceu casa e comida e mais três dólares por semana, insistindo para que ela frequentasse o ensino médio. Pela primeira vez, ela viu como pais amorosos cuidam dos seus filhos — foi uma revelação.

Depois de se formar no colégio, mamãe se mudou de volta para Chicago, na esperança de reatar laços com sua própria mãe. Infelizmente ela foi outra vez repelida. Inconsolável, passou os cinco anos seguintes trabalhando como secretária antes de conhecer e casar-se com meu pai, Hugh Rodham. Construiu uma vida nova como dona de casa, passando os dias distribuindo generosamente amor para mim e meus dois irmãos mais novos.

Quando tive idade suficiente para entender tudo isso, perguntei à minha mãe como ela sobrevivera ao abuso e ao abandono sem ficar amarga e emocionalmente atrofiada. Como foi que ela ressurgiu daquela vida solitária como uma mulher tão amorosa e equilibrada? Nunca vou esquecer sua resposta. “Em momentos críticos da minha vida alguém me mostrou bondade”, disse ela. Às vezes parecia tão pouco, mas significava tanto — o professor na escola primária que notou que ela nunca tinha dinheiro para comprar leite e então passou a comprar diariamente duas caixas de leite e aí dizia: “Dorothy, não consigo tomar esta outra. Você quer?”. Ou a mulher que a contratou como babá e insistiu para que ela frequentasse o colégio. Um dia a mulher notou

que mamãe só tinha uma blusa e a lavava todo dia. “Dorothy, esta blusa aqui não me cabe mais, e eu detestaria jogá-la fora. Você quer ficar com ela?”

Mamãe era impressionantemente enérgica e positiva, até mesmo na casa dos noventa anos. Mas sua saúde começou a falhar, teve problemas no coração. No outono de 2011, eu estava ficando preocupada em deixá-la sozinha. No anoitecer de 31 de outubro, outro dia de Halloween, eu estava me preparando para viajar para Londres e Turquia. Minha equipe já estava a bordo do avião na base de Andrews, esperando a minha chegada para decolar. Foi quando recebi uma ligação dizendo que mamãe fora levada às pressas para o Hospital Universitário George Washington. Rapidamente cancelei a viagem e corri para lá. Bill, Chelsea e Marc vieram às pressas de Nova York, e também meus irmãos e suas esposas, Hugh e Maria, Tony e Megan, chegaram o mais rápido que puderam. Mamãe foi uma lutadora toda a sua vida, mas finalmente era hora de deixá-la partir. Sentei-me à sua cabeceira e segurei sua mão pela última vez. Ninguém teve maior influência na minha vida ou fez mais para dar forma à pessoa que me tornei.

Quando perdi meu pai, em 1993, senti que foi cedo demais e fiquei consumida de tristeza por todas as coisas que ele não viveria para ver e fazer. Dessa vez foi diferente. Mamãe viveu uma vida longa e plena. Dessa vez chorei não pelo que ela perderia, mas pela falta imensa que ela me faria.

Passei os dias seguintes olhando as coisas dela em casa, folheando um livro, fitando uma velha foto, acariciando uma joia querida. Percebi-me sentada junto à sua cadeira vazia no cantinho do café da manhã, desejando mais do que tudo poder ter mais uma conversa, dar mais um abraço.

Organizamos uma pequena cerimônia fúnebre em nossa casa, com a família próxima e amigos. Pedimos ao reverendo Bill Shillady, que casou Chelsea e Marc, que oficiasse a cerimônia. Chelsea disse palavras comoventes, como muitos dos amigos e familiares de mamãe. Li alguns versos da poeta Mary Oliver, cuja obra mamãe e eu adorávamos.

Parada ali, com Bill e Chelsea ao meu lado, tentei dizer um último adeus. Lembro-me de um pedacinho de sabedoria que uma amiga minha mais velha dividiu nos seus últimos anos, que capturava perfeitamente como minha mãe vivera sua vida e como eu esperava viver a minha: “Amei e fui amada. Todo o resto é fundo musical”.

Olhei para Chelsea e pensei em como mamãe estava orgulhosa dela. Mamãe mensurava sua própria vida pelo quanto era capaz de nos ajudar e servir os outros. Eu sabia que, se ainda estivesse conosco, nos instaria a fazer o mesmo. Nunca descanse sobre seus louros. Nunca desista. Nunca pare de trabalhar para fazer do mundo um lugar melhor. Essa é a nossa missão inacabada.

Epílogo

"Aonde foi a Hillary?", perguntou o presidente, olhando ao redor. Ele estava no meio de um breve discurso sobre a democracia na Birmânia, de pé na varanda da casa de Aung Suu Kyi em Rangum. "Onde está ela?"

Era novembro de 2012, e estávamos na nossa última viagem juntos como presidente e secretária de Estado. Acenei de uma lateral e captei seu olhar: "Lá está ela", disse ele. Enquanto me agradecia, pensei em como havíamos chegado longe desde aquele dia mais de quatro anos antes na sala de estar de Dianne Feinstein. Como toda a nossa última viagem juntos, aquele foi um momento de nostalgia agridoce, de satisfação com o que tínhamos conquistado, do prazer de termos nos tornado finalmente parceiros e da tristeza por aquela experiência estar prestes a terminar.

Apenas duas semanas antes, o presidente vencera a reeleição. Ao contrário de 2008, daquela vez eu não pudera fazer campanha por ele. Por lei e tradição, secretários de Estado se mantêm afastados da política interna. A Convenção Nacional Democrata em Charlotte, Carolina do Norte, foi a primeira que perdi desde 1976. Em 2008, a convenção em Denver havia me proporcionado a oportunidade de endossar o presidente Obama e ajudar a unificar os democratas depois da longa campanha das primárias. Entretanto, durante a convenção de 2012 eu estava a meio mundo de distância, representando o nosso país numa missão diplomática na Ásia.

Na noite em que meu marido dirigiu-se à convenção e nomeou formalmente o presidente, eu estava do outro lado do Pacífico, no minúsculo Timor-Leste. Após um dia de diplomacia, roubei alguns minutos na residência do embaixador. Não havia CNN e apenas uma banda limitada de internet, mas Philippe Reines dera um jeito de conectar-se com sua TiVo em Washington, de modo que pudemos assistir a uma gravação do recém-terminado discurso de Bill no computador doméstico do embaixador. Sentei-me para assistir, enquanto o resto da equipe se amontava atrás de mim.

Tive de sorrir quando o vi subir ao palco diante da entusiástica multidão. Fazia dezesseis anos desde a última campanha de Bill, mas ele ainda adorava a excitação de um grande momento político. Como um advogado que apresenta os fatos ao júri, explicou quanto a nossa economia estivera abalada, qual era a situação global em 2009 e como a Administração Obama começara a dar a volta por cima. No fim do discurso, abordou a questão do declínio e da renovação dos Estados Unidos. "Por mais de duzentos anos, através de cada crise, nós sempre retornamos", disse ele. "As pessoas andam predizendo a nossa morte desde que George Washington foi criticado por ser um batedor medíocre que usava uma horrorosa dentadura falsa de madeira. E, até agora, toda pessoa que apostou contra os Estados Unidos perdeu dinheiro porque nós sempre retornamos. Saímos de cada incêndio um pouco mais fortes e um pouco melhores." Depois que Bill terminou, o presidente Obama inesperadamente subiu ao palco para agradecer. Enquanto os dois presidentes se abraçavam, a multidão enlouqueceu. Assistindo à cena a 15 mil quilômetros de distância, eu estava cheia de orgulho pelo ex-presidente com quem me casei, pelo presidente atual que servi e pelo país que todos nós amávamos.

Alguns meses depois fizemos as nossas despedidas. Almocei com o presidente Obama na sua sala de jantar privativa no Salão Oval. Saboreando *tacos* de peixe discutimos um memorando de vinte páginas que eu havia preparado com recomendações para o segundo mandato, elaborando o que já tínhamos começado e novas iniciativas. Na saída, paramos no Salão Oval.

Com lágrimas nos olhos, abracei o presidente e lhe disse mais uma vez quanto o nosso trabalho e a nossa amizade significavam para mim. E que eu estaria à disposição sempre que ele precisasse.

Em 1º de fevereiro de 2013, meu último dia em Foggy Bottom, sentei-me pela última vez à minha escrivaninha no pequeno gabinete revestido de cerejeira e escrevi uma carta a John Kerry. Deixei-a no mesmo lugar onde tinha encontrado o bilhete de Condi para mim quatro anos antes. Então assinei a minha carta de renúncia para o presidente. Pela primeira vez em vinte anos, depois de servir como primeira-dama, senadora e secretária de Estado, eu não tinha mais nenhum papel no governo.

Meu ato final foi descer para o saguão — onde fora recebida no meu primeiro dia em 2009 — para me despedir dos homens e mulheres do Departamento de Estado e da USAID. Um mero agradecimento parecia pouco diante de todo o seu dedicado serviço, mas fiz o meu melhor. Mais uma vez vi as paredes de mármore com os nomes gravados dos colegas que tínhamos perdido, aqueles que tombaram servindo o país. Fiz uma oração silenciosa por eles e suas famílias. O saguão estava repleto de pessoas que vim a amar e respeitar. Eu estava contente por eles continuarem a servir os Estados Unidos com inteligência, persistência e coragem. Sei que sempre serei grata por ter tido a chance de comandar um time daqueles e de representar os Estados Unidos ao redor do mundo. Eu havia redescoberto a excelência do nosso povo e a grandeza da nossa nação e enfrentaria o futuro com o coração pleno e aberto.

Escrevi este livro no decorrer de 2013 e início de 2014, a maior parte num estúdio aconchegante e ensolarado no terceiro andar da nossa casa em Chappaqua, Nova York. Há um tapete espesso e uma cadeira confortável, e posso olhar a copa das árvores pela janela. Finalmente eu tinha tempo de ler, pôr o sono em dia, dar longas caminhadas com meu marido e nossos cachorros, ver mais a minha família e pensar no futuro.

No começo de 2014, Bill e eu recebemos uma notícia maravilhosa pela qual já esperávamos ansiosamente: íamos ser avós. Ambos ficamos mais que felizes por Chelsea e Marc e descaradamente empolgados com a perspectiva. Era difícil pensar em outra coisa, mesmo com um livro para terminar. Minha mente sempre voltava para o milagre prestes a acontecer. Chelsea e Marc resolveram não saber o sexo do bebê nem escolher um nome antecipadamente, então só nos restou imaginar quem acabaria sendo esse mais novo membro da família. À medida que o verão ia se passando, fui deixando Chelsea maluca, checando as coisas praticamente a cada hora. “Como você está se sentindo? Alguma notícia do médico? Quando é que vai acontecer?!”

Trinta e quatro anos antes, quanto estava grávida de Chelsea, Bill e eu não tínhamos ideia do que esperar, apesar das aulas de Lamaze que fizemos juntos. Lembro-me do quanto ele estava exausto quando finalmente chegou a hora de ir para a maternidade. O método Lamaze recomendava levar uma sacolinha de gelo para ser sugado pela mãe durante o trabalho de parto. Bill acabou levando o bastante para encher um saco de lixo de cento e cinquenta litros. Foi um espetáculo digno de ver. Em comparação, Chelsea e Marc estavam muito mais organizados e preparados. A maneira como permaneceram calmos, sempre apoiando um ao outro, não era surpresa para ninguém que os conhecesse, mas ainda assim me deixou orgulhosa. Eles seriam pais incríveis.

Finalmente, em setembro, a hora chegou. Logo que soubemos que Marc e Chelsea estavam a caminho da maternidade, Bill e eu deixamos nossa casa em Chappaqua (sem levar nenhum gelo!) e corremos para o Lennox Hill Hospital, em Nova York. Depois de encontrar e agradecer à equipe médica que cuidaria de Chelsea e do novo bebê, sentamos para esperar.

Às 7h03 da noite de 26 de setembro de 2014, Charlotte Clinton Mezvinsky fez sua gloriosa entrada neste mundo. Fomos ver Chelsea, que estava exausta mas radiante. Tenho de admitir, eu

mesma também estava exultante. Bill e eu acompanhamos os orgulhosos pais de volta ao quarto. Toda a nossa energia nervosa represada explodiu em risos e ovações empolgadas, mais parecendo um par de crianças do que os recém-moldados avós que tínhamos acabado de nos tornar. Após algum tempo, Bill e eu saímos para o corredor, deixando-os descansar. Ficamos sentados quietos, de mãos dadas, tentando processar o turbilhão de emoções. Dei uma espiadinha e vi uma lágrima no olho de Bill.

Nos dias e nas semanas que se seguiram, Bill e eu passamos o maior tempo possível visitando e ajudando. Eu queria ser de tanta ajuda para Chelsea e Marc quanto nossos pais tinham sido para nós. Minha mãe e meu pai sempre estavam à disposição para vir de carro de Chicago para Little Rock, para tomar conta do bebê toda vez que tínhamos de viajar em assuntos oficiais ou simplesmente por precisarmos de um par de mãos extra. A mãe de Bill, Virginia, que Chelsea chamava de Ginger, era uma fonte constante de sabedoria e risos enquanto navegávamos pelas desconhecidas águas da paternidade e maternidade.

Sob muitos aspectos, cuidar de um bebê tornou-se bem mais complicado do que era quando o fizemos mais de três décadas atrás, mas algumas coisas nunca mudam. Ao observar Bill carregar Charlotte pela casa, parando praticamente diante de cada livro na prateleira para explicar a trama e quanto ela vai curtir aquela leitura algum dia, não posso deixar de me lembrar de como ele costumava circular com Chelsea pela Mansão do Governador de Arkansas, cantando e ninando-a até que ela adormecesse. Quando Bill e eu ficamos de quatro para brincar no chão com Charlotte, eu me flagro lembrando quanto fiquei espantada quando meu pai fez a mesma coisa com Chelsea. Eu nunca tinha visto algo como aquilo antes! Na época, não pude acreditar que aquele homem rude e autoritário simplesmente se derretia nas mãos de sua neta. Agora sei exatamente como ele se sentia.

Quando Chelsea nasceu, eu estava extremamente nervosa — apesar de todos os livros que tinha lido e do meu trabalho no Centro de Estudos da Criança em Yale, eu não estava preparada para o puro prodígio e comprometimento da maternidade. Rezava para ser uma boa mãe, e logo vim a sentir que ter um filho é como deixar "seu coração ficar passeando fora do seu corpo", como diz Elizabeth Stone. Era ao mesmo tempo algo mágico e aterrador. No entanto, como avó de primeira viagem, não há nada além de alegria. Provavelmente é a melhor tarefa do mundo. Você tem toda a felicidade de estar junto com uma criancinha quando ela começa a explorar o mundo, mas sem as responsabilidades ou as ansiedades de ser mãe. Eu adoro cada minuto.

Quando Chelsea era pequena, Bill e eu líamos para ela o tempo todo. Agora os pediatras aconselham os pais a começarem o envolvimento verbal a partir do dia em que os bebês nascem, porque contribui muito para o desenvolvimento do cérebro e da cognição. Na nossa casa, *Goodnight Moon* era especialmente predileto. Eu também tentava cantigas de ninar e velhas canções conhecidas, apesar do fato de que manter a afinação nunca tenha sido um dos meus fortes. Isso durou até Chelsea ter mais ou menos dezoito meses, quando ela ergueu o dedinho no meio de uma interpretação de "Moon River", tocou meus lábios e disse: "Não cantar, mamãe, não cantar". Depois de todos esses anos, basicamente aprendi a lição, mas ocasionalmente ainda ouso me insinuar em uma ou duas canções, e Charlotte ainda não se queixou.

Fiquei deliciada ao descobrir que o nascimento de Charlotte aparentemente teve ressonância junto a um grande número de americanos. Chelsea e eu recebemos cartas e presentes de mães e avós de todo o país — bichinhos de pelúcia, suéteres minúsculos, meias e capuzinhos tricotados à mão, até mesmo alguns uniformes de vários times tamanho recém-nascido. Um presente que valorizamos muito foi *A menina e o porquinho*, o clássico livro infantil de E. B. White. Como redescobri recentemente, é uma leitura maravilhosa. A certa altura, quando perguntam ao sábio

médico da família o que ele deduz das mensagens misteriosas na teia da aranha, ele observa: "Quando as palavras apareceram, todo mundo disse que era um milagre, mas ninguém comentou que a teia em si é um milagre". Foi assim que passei a pensar em Charlotte (a nossa Charlotte, não a aranha). Todo dia com uma criança nova é um milagre. Seus menores gestos me deixam desnorteada. E, ao mesmo tempo que estou completamente convencida de que Charlotte é de longe o bebê mais lindo, esperto e perfeito que existe, também entendo que o verdadeiro milagre aqui é universal. É por isso que tantas outras avós se dirigiram a mim. Todas elas sentem a mesma coisa que eu. Simplesmente estão, assim como eu, orgulhosas de seus pequeninos e têm os mesmos sonhos para seus futuros.

Sempre acreditei que toda criança deve ter a chance de realizar seu potencial dado por Deus. Esse princípio tem animado toda a minha carreira, desde os primeiros dias como jovem advogada junto ao Fundo de Defesa das Crianças, passando pelo meu serviço no Senado até me tornar secretária de Estado. Agora que sou avó, acredito nesse princípio de forma ainda mais apaixonada. Infelizmente, pouquíssimas crianças nascidas nos Estados Unidos e ao redor do mundo crescerão com as mesmas oportunidades de Charlotte. Não se deveria ser neta de um presidente ou secretário de Estado para receber um excelente serviço de saúde, educação, oportunidades e todo o apoio e as vantagens que um dia vão conduzir a um bom emprego e a uma vida de sucesso. É isso que queremos para as nossas crianças. E não se trata só de idealismo. É uma receita para uma prosperidade amplamente compartilhada e uma democracia saudável. A noção de oportunidades iguais tem sido o coração do experimento americano e tem atraído gerações de imigrantes determinados a trabalhar duro e prover suas famílias com as mesmas chances de sucesso. Estou mais convencida que nunca de que o nosso futuro no século XXI dependerá da nossa habilidade de assegurar que uma criança nascida nos Montes Apalaches, no Delta do Mississipi ou no Vale do Rio Grande cresça com a mesma chance de sucesso que Charlotte.

Virar avó me fez pensar profundamente sobre a responsabilidade que todos compartilhamos como guardiões do mundo que herdamos e passaremos adiante. Em vez de me fazer querer reduzir o ritmo, esse fato me estimulou a acelerar. Como disse Margaret Mead, as crianças mantêm a nossa imaginação fresca e os nossos corações jovens e nos levam a trabalhar por um futuro melhor. Também voltei várias vezes a essa questão da universalidade — quanto todos nós temos em comum, mesmo que as circunstâncias de nossa vida possam ser diferentes. Como vocês viram ao longo deste livro, um dos temas definidores do meu mandato como secretária de Estado foi a nossa crescente interdependência global. Apesar de toda a divisão e discórdia no mundo, que às vezes podem parecer oprimentes, o fato básico do século XXI é que estamos mais interligados que nunca. Se os Estados Unidos continuarem a liderar o mundo nos próximos anos, como eu acredito que possam e devam, será porque aprendemos como definir os termos da nossa interdependência para promover maior cooperação e prosperidade compartilhada e menor conflito e desigualdade. Como vimos desde que foi publicada a primeira edição norte-americana deste livro em junho de 2014, o lado negativo da interdependência permanece potente — seja pela disseminação de novas e virulentas correntes de extremismo no Oriente Médio, do nacionalismo no velho estilo na Europa ou de epidemias mortais na África. Nossa tarefa é fortalecer o lado positivo. Os Estados Unidos e outras grandes democracias devem redobrar nossos esforços para empoderar moderados e marginalizar extremistas por toda parte, mantendo-nos firmes e unidos em busca de um mundo mais justo, livre e pacífico. Este é o mundo que eu quero para Charlotte e todas as nossas crianças.

Entre todos os presentes e cartões que chegaram não muito depois do nascimento de

Charlotte havia um pacote de uma mulher que assistira à sua mãe de 83 anos costurar lindas colchas por muitos anos e quis fazer uma tentativa. “Esta é a minha primeira e única tentativa de costurar uma colcha de memórias para alguém”, explicou ela. Lá dentro, encontrei uma colcha de retalhos vermelhos, brancos e pretos que incluía painéis com inscrições inspiradoras e fotos famosas de Chelsea através dos anos. Eu a ergui em direção à luz e tive de sorrir com as imagens familiares. “Colcha de memórias” era um bom nome para aquilo. Era difícil acreditar que a nenezinha que eu estava segurando numa foto podia ser a mesma mulher casada, adorável e equilibrada, que aparecia em outra. Entretanto, era exatamente ela. Por um instante, imaginei como seria uma colcha da minha própria vida. Havia tanta gente que tinha me ensinado tanto. E agora eu tinha mais uma. Em alguns meses apenas, Charlotte já me ajudara a ver o mundo de maneiras novas. Havia tanta coisa a fazer. Tantos outros painéis a ser preenchidos. Dobrei a colcha e voltei ao trabalho.

Agradecimentos

O lema da Fundação Clinton é: “Estamos todos juntos nessa”. É uma declaração simples de unidade num mundo cheio de divisões. Como descobri, é também uma descrição apropriada do que é preciso para se escrever um livro. Estou em dívida com todos que me ajudaram durante meus quatro anos no Departamento de Estado e mais de um ano escrevendo e editando. E a escolha mais fácil que fiz foi pedir a Dan Schwerin, Ethan Gelber e Ted Widmer que trabalhassem comigo no livro. Eu não podia ser mais afortunada enquanto trabalhávamos dia e noite.

Dan Schwerin começou comigo no Senado e veio para o Departamento de Estado como um dos meus redatores de discursos. Ele tem sido um parceiro essencial, labutando comigo por frases e páginas, capturando meus pensamentos e me ajudando na luta para lhes dar uma coerência. Ele não é só um escritor talentoso, é um magnífico colega. Ethan Gelber é o “homem indispensável” que administrou um processo de escrita e edição totalmente disperso, dando sentido aos meus rabiscos, clarificando minhas lembranças e me acalmando quando eu via a pilha de rascunhos aumentando. Eu jamais teria conseguido sem ele. Ted Widmer, um magistral historiador e colaborador valioso, deu contexto e perspectiva e uma muito necessária dose de humor e humanidade.

Huma Abedin, Cheryl Mills, Philippe Reines e Jake Sullivan, que contribuíram tanto comigo e com o nosso país durante os anos no Departamento de Estado, foram essenciais como conselheiros e inspiradores, sempre dispostos a checar os fatos durante todo o processo. Também contei com a assistência e os conselhos de Kurt Campbell, Lissa Muscatine e Megan Rooney, que generosamente leram meus rascunhos e ofereceram sugestões.

Sou grata à Simon & Schuster, especialmente à CEO Carolyn Reidy e ao meu publisher e editor Jonathan Karp. Fiz até agora cinco livros com Carolyn, e mais uma vez foi uma delícia. Jonathan, que forneceu a combinação exata de incentivo e crítica, tem a merecida reputação de ser um editor cuidadoso e construtivo. Também agradeço a toda a equipe: Irene Kheradi, Jonathan Evans, Lisa Erwin, Pat Glynn, Gina DiMascia, Ffej Caplan, Inge Maas, Judith Hoover, Philip Bashe, Joy O’Meara, Jackie Seow, Laura Wyss, Nicholas Greene, Michael Selleck, Liz Perl, Gary Urda, Colin Shields, Paula Amendolara, Seth Russo, Lance Fitzgerald, Marie Florio, Christopher Lynch, David Hillman, Ellie Hirschhorn, Adrian Norman, Sue Fleming, Adam Rothberg, Jeff Wilson, Elina Vaysbeyn, Cary Goldstein, Julia Prosser e Richard Rhorer.

Mais uma vez, sou grata ao incomparável Bob Barnett, meu advogado e guia pelo mundo editorial, que foi assistido, de forma muito competente, pelo advogado especialista em contratos Michael O'Connor.

Uma das melhores partes de escrever este livro foi a oportunidade de restabelecer contato e recordações com amigos e colegas. Meus agradecimentos a todo mundo que compartilhou memórias, anotações e perspectivas, inclusive Caroline Adler, Dan Baer, Kris Balderston, De'Ara Balenger, Jeremy Bash, Dan Benaim, Dan Benjamin, Jarrett Blanc, Johnnie Carson, Sarah Davey, Alex Djerassi, Bob Einhorn, Dan Feldman, Jeff Feltman, David Hale, Amos Hochstein, Fred Hof, Sarah Hurwitz, Jim Kennedy, Caitlin Klevorick, Ben Kobren, Harold Koh, Dan Kurtz-Phelan, Capricia Marshall, Mike McFaul, Judith McHale, George Mitchell, Dick Morningstar, Carlos Pascual, Nirav Patel, John Podesta, Mike Posner, Ben Rhodes, Alec Ross, Dennis Ross, Frank Ruggiero, Heather Samuelson, Tom Shannon, Andrew Shapiro, Anne-Marie Slaughter, Todd Stern, Puneet Talwar, Tomicah Tilleman, Melanne Verveer, Matthew Walsh e Ashley Woolheater. E também a Clarence Finney e seus industriosos arquivistas e, John Hackett, Chuck Daris, Alden Fahy, Behar Godani, Paul Hilburn, Chaniqua Nelson e aos cuidadosos revisores do Departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional.

Fui afortunada por servir junto com uma comprometida equipe de alto nível: subsecretários de Estado Bill Burns, Jack Lew, Tom Nides e Jim Steinberg; a embaixadora na ONU, Susan Rice, o administrador da USAID, Raj Shah, o coordenador global para a aids, Eric Goosby, o CEO da MCC, Daniel Yohannes, e a presidente e CEO da OPIC, Elizabeth Littlefield.

Sempre terei um lugar especial no meu coração para toda a "Família S", retratada na foto 10, os dedicados oficiais e servidores civis do Serviço de Relações Exteriores que cuidam atenciosamente dos secretários, inclusive Nima Abbaszadeh, Daniella Ballou-Aares, Courtney Beale, Christopher Bishop, Claire Coleman, Jen Davis, Linda Dewan, Sheila Dyson, Dan Fogarty, Lauren Jiloty, Brock Johnson, Neal Larkins, Joanne Laszczych, Laura Lucas, Joe Macmanus, Lori McLean, Bernadette Meehan, Lawrence Randolph, Maria Sand, Jeannemarie Smith, Zia Syed, Nora Toiv e Alice Wells, bem como o secretariado executivo e a incrível equipe de Line.

Sou grata à chefia sênior do Departamento de Estado, da USAID, do PEPFAR e da MCC, inclusive Dave Adams, Tom Adams, Elizabeth Bagley, Joyce Barr, Rick Barton, John Bass, Bob Blake, Eric Boswell, Esther Brimmer, Bill Brownfield, Susan Burk, Piper Campbell, Philip Carter, Maura Connelly, Michael Corbin, Tom Countryman, Heidi Crebo-Rediker, PJ Crowley, Lou CdeBaca, Ivo Daalder, Josh Daniel, Glyn Davies, Eileen Donahoe-Chamberlain, Jose Fernandez, Alonzo Fulgham, Phil Goldberg, David Goldwyn, Phil Gordon, Rose Gottemoeller, Marc Grossman, Michael Hammer, Lorraine Hariton, Judy Heumann, Christopher Hill, Bob Hormats, Rashad Hussain, Janice Jacobs, Roberta Jacobson, Bonnie Jenkins, Suzan Johnson Cook, Kerri-Ann Jones, Beth Jones, Paul Jones, Declan Kelly, Ian Kelly, Laura Kennedy, Pat Kennedy, Robert King, Reta Jo Lewis, Carmen Lomellin, Princeton Lyman, Dawn McCall, Ken Merten, Steve Mull, Toria Nuland, Maria Otero, Farah Pandith, Nancy Powell, Lois Quam, Stephen Rapp, Julissa Reynoso, Anne Richard, John Robinson, Miguel Rodriguez, Hanna Rosenthal, Eric Schwartz, Barbara Shailor, Wendy Sherman, Dan Smith, Tara Sonenshine, Don Steinberg, Karen Stewart, Ann Stock, Ellen Tauscher, Linda Thomas-Greenfield, Arturo Valenzuela, Rich Verma, Phil Verveer, Jake Walles, Pamela White e Paul Wohlers.

Quero mencionar especialmente os bravos e dedicados funcionários da Segurança Diplomática que mantiveram a mim e ao nosso pessoal em segurança pelo mundo. Durante meu mandato, minha equipe de SD foi comandada por Fred Ketchum e Kurt Olsson.

Ao longo de toda esta jornada, um dedicado grupo de incansáveis auxiliares e assessores apoiou o livro e todo o resto do meu trabalho enquanto eu corria para terminá-lo. Minha gratidão a Monique Aiken, Brynne Craig, Katie Dowd, Oscar Flores, Monica Hanley, Jen Klein, Madhuri Kommareddi, Yerka Jo, Marisa McAuliffe, Terri McCullough, Nick Merrill, Patti Miller, Thomas Moran, Ann O'Leary, Maura Pally, Shipa Pesaru, Robert Russo, Marina Santos, Lona Valmoro e Rachel Vogelstein.

Mais uma vez agradeço ao presidente Obama por depositar sua confiança em mim e me dar a chance de representar o nosso país e ao vice-presidente Biden e ao pessoal do Conselho de Segurança Nacional pelo seu companheirismo.

Finalmente, obrigada, como sempre, a Bill e Chelsea por um ano de paciente escuta e cuidadosa leitura de um rascunho após o outro, ajudando-me a destilar e explicar quatro anos prolíficos. Mais uma vez, eles me concederam a inestimável dádiva do seu apoio e amor.

Índice remissivo (*termos para pesquisa no e-reader*)

Abbas, Mahmoud (Abu Mazen)
Chris Stevens lembrado por
como sucessor de Arafat
e construção de assentamentos
e Estado palestino
e Gaza
e Margem Ocidental
e o cessar-fogo
e processo de paz,
e Relatório Goldstone
Abbaszadeh, Nima
Abdelfattah, Ragaei Said
Abdullah II, rei da Jordânia
Abdullah, Abdullah
Abdullah, rei da Arábia Saudita
Abe, Shinzo
Abedin, Huma
Abedin, Saleha
Aboul Gheit, Ahmed
Acheson, Dean
Acheson, Eldie
Acordos de Céu Aberto
Adams, Dave
Adams, Gerry
Adams, Henry
Adams, Tom
Adler, Caroline
Afeganistão
Aliança do Norte no
aumento de tropas no,
COIN no
comércio com o Paquistão
conferências internacionais sobre
Constituição do
construção da nação no
corrupção no
desenvolvimento econômico no
direitos da mulher buscados no
e Al-Qaeda
e Irã

fim da guerra no
foco da administração Bush no
forças da Coalizão no
forças da OTAN no
fronteira paquistanesa com
geografia do
grupo de contato internacional no
guerra no -
interesses de segurança dos Estados Unidos no
invasão liderada pelos Estados Unidos
linhas de abastecimento para
Operações Especiais no
Rede de Distribuição do Norte
retirada soviética do
Talibã no-
terrorismo no
transição no
treinamento de soldados locais no
tropas americanas voltando para casa do
USAID no
AFL-CIO
Af-Paq, ; *ver também* Afeganistão; Paquistão
África
agricultura na
conflito e caos na
corrupção na
crescimento econômico na
e a "maldição dos recursos naturais"
e China
e democracia
HIV/aids na
recursos naturais na
relação dos Estados Unidos com
trabalho das mulheres na
tráfico de vida silvestre na
África do Sul
apartheid na
crescimento econômico na
e Mandela-
e mudança climática
HIV/aids na
Ilha de Robben na
ver também nações específicas
Agência Federal de Gestão de Emergências (FEMA — Federal Emergency Management Agency)
Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)-
Agha-Soltan, Neda
Ahmadinejad, Mahmoud--
Ai Weiwei
Aiken, Monique
AIPAC (American Israel Public Affairs Committee — Comitê Americano-Israelense de Assuntos Públicos)
Air Force One
Akihito, imperador do Japão
Al Jazeera
Al Shabaab-
Alasca
compra do
e aquecimento global
Albright, Madeleine
Alemanha
e crise financeira global
e Síria

Muro de Berlim na
relação dos Estados Unidos com
Ali, Nujood
Aliança do Pacífico
Aliança dos Pequenos Estados Insulares
Aliança Global para Fogões de Energia Limpa
Alimentar o Futuro
Aliyev, Ilham
Al-Nahyan, príncipe herdeiro Mohammed bin Zayed
Al-Nahyan, xeque Abdullah bin Zayed (AbZ)
Al-Qaeda
ataques de drones contra
contraterrorismo contra
e Afeganistão
e extremistas islâmicos
e o Despertar Sunita
e os ataques de de setembro-
e propaganda
e Síria
e Talibã
embaixadas dos Estados Unidos atacadas pela
inteligência dos Estados Unidos sobre
no Paquistão
sequestros mediante resgate
Alto Conselho para a Paz do Afeganistão
al-Zawahiri, Ayman
Amado, Luís
Amendolara, Paula
América Latina
Caminhos para a Prosperidade
crescimento econômico na
democracias na
diferença de riqueza na
e OEA
economia combinada
lideranças femininas na
Parceria das Américas em Clima e Energia
relação dos Estados Unidos com
ver também nações específicas
American Airlines
Amigos do Povo Sírio
Amorim, Celso
Amr, Mohamed
Angola, petróleo de
Annan, Kofi
Ansar al-Sharia
APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation — Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico)
aquecimento global *ver* mudança climática
Aquino III, Benigno
Arábia Saudita
atentado a bomba nas Torres Khobar
casamento infantil na
como Zeladora das Duas Mesquitas Sagradas
consulado americano atacado na
e ataques de de setembro
e Bahrein
e Catar
e recursos energéticos
e Síria
programas de bem-estar social na
relação dos Estados Unidos com a
restrição às mulheres na

trama iraniana de assassinato contra
viagem de Hillary Clinton à
Arafat, Yasser
Argélia, empregos na
Arias, Óscar
Aris, Michel
Armênia
e Azerbaijão
e Turquia
independência da
ASEAN (Association of Southeast Asian Nations — Associação de Nações do Sudeste Asiático)
Reunião de Líderes dos Estados Unidos-ASEAN
Tratado de Amizade e Cooperação com a
Ashton, Cathy
Ásia-Pacífico, região
como prioridade
disputas territoriais na
e democracia
e TPP (Parceria Transpacífico)
nacionalismo na
papéis da China na
papel da Índia na
papel de liderança dos Estados Unidos na
pivô na
relações comerciais na
tsunami
ver também nações específicas
Aso, Taro
Assad, Bashar al-
apoio iraniano para
apoio russo para-
e a Liga Árabe
e armas químicas
e transição
protestos de rua contra
Assad, Hafez al-
Assange, Julian
Associação do Trabalho Justo [FLA — Fair Labor Association]
Astor, Jacob e Ava
Atatürk, Mustafa Kemal
Aung San
Austrália
aliança dos Estados Unidos com a
e China
Autoridade de Crédito para Desenvolvimento
Autoridade Palestina
Azerbaijão

Bachelet, Michelle
Bader, Jeff
Baer, Dan
Bagley, Elizabeth
Bahrein
e a Primavera Árabe
e Catar
Baker III, James A.
Bálcãs
Balderston, Kris
Balenger, De'Ara
Ballou-Aares, Daniella
Ban Ki-moon
Banco de Exportação-Importação

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Banco Mundial
Banda, Joyce
Bangladesh
direitos trabalhistas em
e mudança climática
tecnologia em
Barak, Ehud
Barnett, Bob
Barnich, Terry
Barr, Joyce
Barroso, José Manuel
Bartolomeu, patriarca
Barton, Rick
Bash, Jeremy
Bashe, Philip
Bashir, Omar al-
Bass, John
Bauer, Shane
Bayh, Evan
BBC, rádio
Beale, Courtney
Beauvoir, Max
beduínos, tribos no Sinai de
Begin, Menachem
Bellerive, Jean-Max
Ben Ali, Zine el Abidine
Benaim, Dan
Bengasi *ver* Líbia
Benjamin, Dan
Bergdahl, Bowe
Berlusconi, Silvio
Bhutto, Benazir
assassinato de
Filha do destino
Bhutto, Zulfikar Ali
Biden, Joe
e a vice-presidência
e Afeganistão
e campanhas
e Oriente Médio
e Rússia
Bildt, Carl
bin Abdulaziz al-Saud, príncipe Saud al-Faisal
Bin Laden, Osama
busca de
e ataques de Onze de Setembro
e ataques de drones
e terrorismo
localização pela CIA de
morte de
operações de SEALs contra-
Birmânia
discriminação religiosa na
e China
e Coreia do Norte
e democracia
e Índia
geografia da
independência da
investimento estrangeiro na
Irrawaddy, rio, na

na Segunda Guerra Mundial
nacionalismo na
progresso na
projeto da represa de Myitsone na
reformas de governo na
relação dos Estados Unidos com
sanções contra
viagem de Hillary Clinton à
visita do presidente Obama à
Bishop, Christopher
Blair, Tony
Blake, Bob
Blake, Stephen
Blanc, Jarrett
Bo Xilai
Boehner, John
Boeing, aviação
Bolkiah, sultão Hassanal
Bombardier
Bono
Borisov, Boyko
Bósnia
Boswell, Eric
Botsuana
Bouazizi, Mohamed
Bouteflika, Abdelaziz
Boxer, Barbara
Brahimi, Lakhdar
Brasil
biocombustíveis
classe média no
crescimento econômico no
crise financeira no
e a ONU
e Irã
e mudança climática
Brennan, John
Brimmer, Esther
Brown, Gordon
Brownfield, Bill
Bulgária
Burk, Susan
Burns, Bill
e Ásia-Pacífico
e Bengasi
e cessar-fogo em Gaza
e Irã
e Rússia
Bush, administração (George W. Bush)
e Caminhos para a Prosperidade
e América Latina
e Europa
e Israel
e programas de desenvolvimento
e relações comerciais
e Rússia
e terrorismo
Iraque como foco da
Bush, Barbara
Bush, doutrina
Bush, George H. W.
Bush, George W.
e Afeganistão

e ataques de de setembro
e conservadorismo compassivo
e Haiti
e PEPFAR
Bush, Laura
Byrd, Robert

Cairo (cão)
Calderón, Felipe
Camarões
Camboja
condições de trabalho no
restrições no
tráfico humano no
visita de Hillary Clinton ao
Cameron, David
Camp David, Acordos de
Campanha de Direitos Humanos
Campbell, Kurt
e Birmânia
e Chen
Campbell, Piper
Canadá
e Aliança do Pacífico
e Conselho do Ártico
e eletricidade
e mudança climática
e OTAN
nações indígenas do
relações comerciais com
Canal de Suez
Caplan, Ffej
Cardoso, Fernando Henrique
Carson, Johnnie
Carter, Ashton
Carter, Jimmy
Carter, Philip
Carter, Rosalyn
Castro, Fidel
Castro, Raúl
Catar
e Al Jazeera
e Gaza
e Líbia
e Síria
Fórum para o Futuro no
geografia do
influência do
Relação dos Estados Unidos com
Talibã no
viagem de Hillary Clinton ao
Cazaquistão
CdeBaca, Lou
Centro de Comunicações Estratégicas de Contraterrorismo
Centro de Solidariedade
Centros de Controle de Doenças (CDC)
Chávez, Hugo
Chechênia
Chen Guangcheng
Chiang Kai-shek
Chile
crescimento econômico no

democracia no
e Aliança do Pacífico
e Cuba
e eletricidade
terremoto no
China
ascensão da
assertividade da
capitalismo de Estado na
censura na
classe média na
crescimento econômico da
crise demográfica na
diálogo estratégico e econômico com a-
discriminação religiosa na
e África
e aids
e Birmânia
e Chen-
e Coreia do Norte
e direitos da mulher
e energia
e Irã-
e Laos
e Líbia
e Mongólia
e mudança climática-
e o mar do Sul da China
e pesquisa no Ártico
e poluição
e Rússia
e Síria
e tecnologia
e Tibete
estudantes americanos na
investimentos em países em desenvolvimento
investimentos nos Estados Unidos
leis postais na
movimento antidemocrático na
Museu Nacional da
Nixon na
Pavilhão dos Estados Unidos na
política externa da
protestos antipoluição na
questões trabalhistas na
relação dos Estados Unidos com a-- -
relações comerciais com-
soberania da
visita de Hillary Clinton à
Chou En-lai
Christopher, Warren M.
Churchill, Winston
CIA
e ataques em Bengasi-
e Bin Laden
e contraterrorismo-
morte de oficiais no cumprimento do dever
Cingapura
e o mar do Sul da China
Círculo Ártico
e Rússia
geleiras derretendo-
proteção do

Clapper, James
Clark, Wesley
classe média
Clinton, administração
e Al-Qaeda
e América Latina
e controle de armas
e Coreia do Norte
e OTAN
plano econômico da
Clinton, Bill
casamento de Hillary Clinton e
e “reconstruir melhor”
e África
e ataques de Onze de Setembro
e campanha de McGovern
e campanhas-
e China
e Colômbia
e Coreia do Norte
e discursos de Hillary Clinton
e furacão Katrina
e Haiti
e Hillary Clinton como secretária de Estado
e Holbrooke
e Irlanda do Norte
e Oriente Médio
e programas de desenvolvimento
e Protocolo de Kyoto
e segurança nacional
e Suu Kyi
e Vietnã
estátua no Kosovo
reeleição de
Clinton, Chelsea
casamento de
discurso sobre direitos gays feito por
e Bhutto
e Mandela
e sua avó
ética de trabalho de
Clinton, Fundação
Clinton, Hillary Rodham
aprendendo com a derrota
casamento de Bill e
como primeira-dama
como secretária de Estado *ver* secretária de Estado
como senadora-
e ataques de de setembro
e campanha de McGovern
e cessar-fogo em Gaza-
e convenções democratas-
e corrida presidencial
e corrida presidencial
e primárias
e ser avó
e tráfico de vida silvestre
e tratado de armas nucleares
em negociações individuais *ver nomes específicos*
“O Século dos Estados Unidos no Pacífico” [“America’s Pacific Century”]
principais discursos de *ver* Clinton, Hillary Rodham, discursos

viagens de *ver nações específicas*
Clinton, Hillary Rodham, discursos
"Globalização no próximo milênio, A"
indicando Obama
na África
na Conferência de Segurança de Munique
na Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing)
na Irlanda do Norte
na Sociedade Asiática
no Fórum Econômico Mundial em Davos
para a equipe de campanha das primárias
sobre América Latina
sobre contraterrorismo
sobre democracia
sobre desafios do Oriente Médio
sobre direitos humanos
sobre Israel/Palestina
sobre LGBT
sobre liberdade da internet
sobre mercados livres
sobre o ataque em Bengasi
sobre perspectivas de paz no Afeganistão
Clinton, Iniciativa de Acesso à Saúde (CHAI – Clinton Health Access Iniciative)
Clinton, Iniciativa Global
Coalizão do Clima e Ar Limpo
Cohen, David
COIN (estratégia de contrainsurgência)
Coleman, Claire
Collins, Susan
Colômbia
acordo comercial com
e Aliança do Pacífico
e poluição
Plano Colômbia
transporte de massas na
Comando de Operações Especiais Conjuntas
Comando dos Estados Unidos na África
Comunidade das Democracias
Conferência de Segurança de Munique
Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing —)
Congo, República Democrática do (RDC)
Congresso dos Estados Unidos
e calote da dívida
e contraterrorismo
e crianças com deficiência
e leis de imigração
e mudança climática
e remoção de minas terrestres
e verbas
papel supervisor do
postura política de alto risco
Connelly, Maura
Conselho das Mulheres Americanas e Afegãs
Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)
Conselho de Energia Estados Unidos-União Europeia
Conselho de Segurança Nacional- -
Conselho do Ártico
Conselho Nacional de Inteligência
Convenção de Armas Químicas
Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas
Convenções Democratas

Corbin, Michael
Coreia do Norte
capacidade nuclear da
e Birmânia
e DMZ (zona desmilitarizada)
incidente do *Cheonan*
no “Eixo do Mal”
repressão na
sanções contra
Coreia do Sul
acordo comercial com
aliança dos Estados Unidos com a
democracia na
e DMZ (zona desmilitarizada)
e Irã
e mudança climática
incidente do *Cheonan*
viagem de Hillary Clinton à
Corker, Bob
Corning Glass
Corpo de Paz
Corporação Desafio do Milênio (MCC)
Corredor do Sul, gasoduto do
Costa do Marfim
Costa Rica
energia hídrica na
Countryman, Tom
Craig, Brynne
Crebo-Rediker, Heidi
Cretz, Gene
Crimeia, invasão russa da -
Crocker, Ryan
Crouse, Timothy
Crowley, Joe
Crowley, PJ
Cruz Vermelha Internacional
Cuba
Damas de Blanco
e Guerra Fria
e OEA
embargo contra
relação dos Estados Unidos com
Cui Tiankai
Cúpula das Américas

Daalder, Ivo
Dačić, Ivica
Dai Bingguo
e Chen
e Irã
Dalai Lama
Daniel, Josh
Darfur, genocídio em
Daris, Chuck
Davey, Sarah
Davies, Glyn
Davis, Jen
Davutoğlu, Ahmet
Dayton, Acordos de Paz de
de Klerk, F. W.
Declaração Universal dos Direitos Humanos

deficiência, pessoas com
DeLong, Victoria
Dempsey, Martin
Deng Xiaoping
Departamento de Estado dos Estados Unidos
Conselho de Análise de Responsabilidades [Accountability Review Board]
contraterrorismo no
diplomacia de aviação
diplomacia de energia
diplomacia em formação avançada
diplomatas que morreram no exterior-
e cadeia de comando
e conflitos congelados
e desenvolvimento internacional
e direitos humanos *ver* direitos humanos
e direitos LGBT
e empregos
e orçamento federal
e perseguição religiosa
e política do século XXI
e SelectUSA
e transição de ditadura para democracia
e valores democráticos *vs.* interesses de segurança
e WikiLeaks-
Escritório de Recursos Energéticos
intercâmbios acadêmicos apoiados pelo
investigações dos ataques de Bengasi
posto no gabinete, ; *ver também* secretária de Estado
Prêmio de Heroísmo do
problemas traiçoeiros no
profissionais de carreira no
Departamento do Tesouro dos Estados Unidos
e financiamento de terroristas
“Despertar Sunita”
Dewan, Linda
DiMascia, Gina
Dinamarca
direitos humanos
Declaração Universal dos
direitos civis
direitos da mulher
direitos dos trabalhadores
e Acordos de Helsinki
e “invisíveis”
e ONU-
LGBT
liberdade religiosa
pessoas com deficiência
relatórios do Departamento de Estado sobre
tráfico humano e
Djerassi, Alex
Dlamini-Zuma, Nkosazana
Doe, Samuel
Doherty, Glen
Dole, Bob
Dolo, Adolphus (“General Manteiga de Amendoim”)
Donahoe-Chamberlain, Eileen
Donilon, Tom
e América Latina
e Bengasi
e canal oculto de Omã

e Conselho de Segurança Nacional
e Egito
e Gaza
Dorsey, Jack
Dougherty, Jill
Dowd, Katie
Duvalier, “Baby Doc”
Dyson, Sheila

Eagleburger, Lawrence
economia global
classe média
dólar como moeda de reservas
e direitos dos trabalhadores
e energia
e o calote da dívida dos Estados Unidos
em economias emergentes
exportações americanas
mercados livres na
relações de comércio internacionais-
Edelman, Marian Wright
Egito
busca de transição para o
cristãos coptas no
desorganização no
e Irmandade Muçulmana
e Israel/Palestina-
e terrorismo
eleições no
governo militar no
A Inocência dos muçulmanos
protestos pacíficos no
protestos violentos no
relação dos Estados Unidos com
viagens de Hillary Clinton ao-
Einhorn, Bob
Eisenhower, administração
Ekho Moskvy
El Salvador
Elbegdorj, Tsakhiagiin
eleições de meio mandato
eleições presidenciais

Elizabeth II, rainha da Inglaterra
El-Keib, Abdurrahim
Ellsberg, Daniel
Emanuel, Rahm
Emirados Árabes Unidos (EAU)
e Catar
e Líbia
e Síria
intervenção no Bahrein
empregos
e comércio internacional
e condições de trabalho
e economias em desenvolvimento
e investimentos externos
e produção de energia
energia
e a “maldição dos recursos naturais”
e economia
e empregos
e fogões de cozinha

eletricidade
práticas extrativas
Engole, John Robert
Enriquez, Lesley
Entebbe, resgate de
epa (Environmental Protection Agency — Agência de Proteção Ambiental)
Equipe de Apoio de Emergência no Exterior (fest — Foreign Emergency Support Team)
Erdoğan, Recep Tayyip
Erwin, Lisa
Espinosa, Patricia
Estados Unidos
crise financeira nos
drones usados pelos
e ajuda humanitária
e calote da dívida
e comércio internacional
e Conselho do Ártico
e leis de guerra e autodefesa
e mudança climática-
e o Quarteto
e Obama *ver* Obama, Barack
e política externa *ver* Departamento de Estado dos Estados Unidos
e tráfico humano
embaixadas sofrem atentados a bomba no Leste da África
imigrantes nos
LGBT nos
mercados de droga nos
mulheres e a economia nos
papéis de liderança dos -
plena fé e crédito dos
produção de energia nos
refugiados em embaixadas dos
rumores de declínio
Trade Enforcement Unit
uso de tortura nos
voluntariado nos
ver também secretária de Estado; Departamento de Estado
estreito de Ormuz
Europa *ver* União Europeia
Evans, Jonathan
Exército dos Estados Unidos
ª Divisão de Montanha
Night Stalkers [caçadores noturnos]

Fabius, Laurent
Fahy, Alden
Fallows, James
Fang Lizhi
FARC
Farmer, Paul
Fattal, Joshua
Fayyad, Salam
FedEx
Feingold, Russ
Feinstein, Dianne
Feldman, Dan
Feltman, Jeff
Fernandez, Jose
Filipinas
aliança dos Estados Unidos com
e mar do Sul da China

eleições nas
Finlândia
Finney, Clarence
Fitzgerald, Lance
Fleming, Sue
Flores, Oscar
Florio, Marie
Flournoy, Michèle
Fogarty, Dan
fogões de cozinha
Foley, Tom
Forças de Segurança Nacional afegãs
Forças de Segurança Nacional Afegãs
Ford, Betty
Ford, Gerald R.
Ford, Robert
Foreign Policy (revista)
Fórum das Ilhas do Pacífico
Fórum Econômico Mundial em Davos
Fórum Global de Contraterrorismo
Fórum para o Futuro
Fox, Vicente
França
e Irã
e Líbia-
e Síria
e Turquia
soldados americanos enterrados na
Franklin, Benjamin
Freedom House [Casa da Liberdade], ONG
Froman, Mike
Fu, Bob
Fulgham, Alonzo
Fundação Nacional de Ciência
Fundo de Contingência de Segurança Global
Fundo de Defesa da Criança
Fundo Monetário Internacional (FMI)
Funes, Mauricio
furacão Katrina

G-7
G-8
Gana
e mudança climática
viagem do presidente Obama a
Gandhi, Sonia
Gao Yaojie
García Márquez, Gabriel
Gates, Fundação
Gates, Robert M.
como secretário de Defesa
e Afeganistão
e contraterrorismo
e Coreia do Norte
e Egito
e Líbia
e operação Bin Laden
Gaza, Faixa de-
ajuda humanitária na
ameaça de invasão por terra
ataques aéreos israelenses à
cessar-fogo negociado na-

contrabando de armas para a
e Catar
eleições na
Hamas na
hora zero
mísseis lançados da -
sítio israelense da-
Gazprom
Gbowee, Leymah
Gehry, Frank
Geithner, Tim
Gelber, Ethan
Genebra, Protocolo de
General Electric (GE)
Gêngis Khan
Geórgia
invasão russa da
terrorismo na
Ghattas, Kim
Gibbs, Robert
Gilani, Yousaf Raza
Gillard, Julia
Giuliani, Rudy
GLIFAA (Gays and Lesbians in Foreign Affairs Agencies — Gays e Lésbicas de Agências de Relações Exteriores)
Global Trends : A Transformed World (relatório do Conselho Nacional de Inteligência)
Glynn, Pat
Godani, Behar
Goldberg, Phil
Goldstein, Cary
Goldstone, Richard
Goldwyn, David
Golfo Pérsico
apoio militar dos Estados Unidos no
Conselho de Cooperação do Golfo-
e Irã
e Irmandade Muçulmana
e petróleo
e protestos da Primavera Árabe
e Síria
Guerra do Golfo
golpe do banco nigeriano
Goodwin, Doris Kearns
Google
Goosby, Eric
Gorbatchov, Mikhail
Gordon, Phil
Gore, Al-
Gore, Tipper
Gottemoeller, Rose
Grã-Bretanha *ver* Reino Unido
Graham, Lindsey
Grécia
Greeley, Horace
Greene, Nicholas
Gross, Alan
Grossman, Marc
Grupo de Ação sobre a Síria
Guantánamo, baía de
Guarda Costeira dos Estados Unidos
Guerra Árabe-Israelense
Guerra da Coreia
Guerra do Golfo

Guerra do Vietnã
Guerra dos Seis Dias
Guerra Fria--
e Cuba
fim da
luta ideológica na
movimento dos países não alinhados na
política externa na
teoria do dominó na
Guiné-Bissau, golpe na
Gül, Abdullah

Habib, Bubaker
Hackett, John
Haddad, Essam al-
Hague, William
Haiti
agricultura no
e democracia
eleições no
missão da ONU no
plano de desenvolvimento para
pobreza no
projeto Caracol no
refugiados do
soberania do
terremoto no-
USAID no-
viagem de Hillary Clinton ao
vodu no
Hale, David
Hamas- --
Hammer, Michael
Haniya, Ismail
Hanley, Monica
Hanssen, Robert
Hariri, Rafic
Hariri, Saad
Hariton, Lorraine
Harney, Kenneth
Harper, Stephen
Harris, Harry
Haughey, Sharon
Havel, Václav
Hayes, Jeff
HEAL Africa, hospital
Heaney, Seamus
Helms, Jesse
Helsinki, Acordos de
Henley, William Ernest
“Invictus”
Heumann, Judy
Hezbollah
Israel sofre ataque do
na Síria
no Irã
no Líbano
Hicks, Greg
Hilburn, Paul
Hill, Christopher
Hillman, David
Hirschhorn, Ellie

Hochstein, Amos
Hof, Fred
Holbrooke, Richard
ataque cardíaco de
e Acordos de Paz de Dayton
e Afeganistão/Paquistão
e Bósnia
e Irã
morte de
To End a War
Holder, Eric
Hollande, François
Honduras
eleições em
expulsão de Zelaya
viagem de Hillary Clinton a
Hong Kong
e comércio internacional
e comunicações pela internet
Hoover, Judith
Hormats, Bob
Hu Jintao
e Irã
e relação Estados Unidos-China
e transição
Human Rights Watch [Vigilância dos Direitos Humanos], ONG
Hungria
Revolução Húngara
Huntsman, Jon
Hurwitz, Sarah
Hussain, Rashad
Hussein bin Talal, rei da Jordânia
Hussein, Saddam

Ibrahim, Hafez
Iêmen
agitação no
contraterrorismo no
e Primavera Árabe
viagem de Hillary Clinton ao
İhsanoğlu, Ekmeleddin
imigração, leis de
Império otomano
Índia
autonomia estratégica da
classe média na
crescimento econômico na
e Birmânia
e Irã
e mudança climática
e Paquistão
e segurança energética
relação dos Estados Unidos com
viagem de Hillary Clinton à
Indonésia
crescimento econômico na
Cúpula do Leste Asiático na
democracia na
e mudança climática
relação dos Estados Unidos com a
reunião Estados Unidos-ASEAN na
tsunami na

viagem de Hillary Clinton à
Iniciativa Árabe de Paz
Inocência dos muçulmanos [*Innocence of Muslims*] (vídeo)
Instituto Democrático Nacional
Institutos Nacionais de Saúde
Insulza, José Miguel
internet
abordagem *multi-stakeholder*
censura da
criação de redes via
e a Primeira Emenda
influência da
neutra em termos de valor
"Textos de Hillary" na
Twitter
uso pelos terroristas da
"Invictus" (Henley)
Irã
e Afeganistão
e Egito
e internet
e Israel
e o sultão de Omã
e petróleo
e provocação
e Síria
e terrorismo
e Turquia
eleições no
Força Quds
Guarda Revolucionária
Hezbollah no
mochileiros presos no
Movimento Verde no
no Eixo do Mal
poder inteligente aplicado ao
programa nuclear do -
Reator de Pesquisa de Teerã
reféns tomados no
Revolução no
sanções contra o
tentativa de resgate de reféns no
teocracia no
xá do
IRA (Irish Republican Army – Exército Republicano Irlandês)
Iraque
COIN no
"Despertar Sunita" no
diplomata americano morto no
e Israel
e terrorismo
foco da administração Bush no
guerra no
invasão americana do
lições aprendidas no
no Eixo do Mal
Operações Especiais no
petróleo e gás no
política do "limpar, manter e construir" no
treinamento de soldados locais no
voto de Hillary Clinton no caso do
zona de exclusão aérea no

Iraque, Grupo de Estudos do
Iraque, Resolução do
Irlanda
Acordo da Sexta-Feira Santa
Irlanda do Norte
Irlanda do Norte
Acordo da Sexta-feira Santa
Acordo de Hillsborough
Conferência Vozes Vitais na
Irmandade Muçulmana
ascensão ao poder
e Catar
e Gaza
e Primavera Árabe
e protestos anti-Estados Unidos
e transição
Irmãos ao Resgate [Brothers to Rescue]
Islã
cisão dentro do
e extremistas
e restrições às mulheres
Eid al Fitr
Islândia
Israel
aresta militar de
ataques do Hezbollah a
como lar judaico
e a Guerra do Yom Kippur
e a Iniciativa Árabe de Paz
e assentamentos na Margem Ocidental
e autodefesa
e cessar-fogo
e Colinas de Golã
e construção de assentamentos
e Gaza *ver* Gaza, Faixa de
e intifada
e Irã
e Jerusalém-
e o Vale do Jordão
e os Acordos de Camp David
e os Acordos de Paz de Oslo
e Palestina
e Relatório Goldstone
e Síria
e solução dos dois Estados
e Sudão
e terrorismo
e Turquia
estabelecimento de
Guerra Árabe-Israelense
Guerra dos Seis Dias
imagem pública de
MDA (serviço médico de emergência)
reservas de gás natural em
sistema de defesa Domo de Ferro em
taxa de natalidade em
viagens de Hillary Clinton a
Itália
e Líbia
relação dos Estados Unidos com a
soldados americanos enterrados na

Jabari, Ahmed
Jackson, Lisa
Jacobs, Janice
Jacobson, Roberta
Jahjaga, Atifete
Jalil, Mustafa Abdul
Jalili, Saeed
Japão
aliança dos Estados Unidos com
democracia no
e Afeganistão
e Irã
e mudança climática
e o mar do Sul da China
economia do
encontros informais de Hillary Clinton no
Força Marítima de Autodefesa
primeira visita dos Clinton ao
usina nuclear de Fukushima no
womenomics no
Jarrett, Valerie
Jassim al-Thani, Hamad bin (HBJ)
Jefferson, Thomas
Jenkins, Bonnie
Jiang Zemin
Jibril, Mahmoud
Jihad Islâmica palestina
Jiloty, Lauren
Jo, Yerka
Johnson Cook, Suzan
Johnson Sirleaf, Ellen
Johnson, Brock
Johnson, Lady Bird
Jonathan, Goodluck
Jones, Beth
Jones, Don
Jones, James
Jones, Kerri-Ann
Jones, Paul
Jones, Stephanie Tubbs
Jones, Terry
Jordânia
e fontes de energia
e Israel/Palestina
e Líbia
e Síria
reformas na
JSOC (Comando de Operações Especiais Conjuntas)
Judeh, Nasser
Juppé, Alain

Kabila, Joseph
Kadafi, Muamar-
captura e morte de
queda do poder
Kadafi, Saif al-Islam
Kansi, Mir Aimal
Kantor, Mickey
Karp, Jonathan
Karzai, Hamid-
e eleições
e Talibã

e transição
Kato, David
Kayani, Ashfaq Parvez
Keen, Ken
Kelly, Declan
Kennedy, Jacqueline Bouvier
Kennedy, Jim
Kennedy, John F.
Kennedy, Laura
Kennedy, Pat
Kennedy, Paul
Kennedy, Ted
Kenyatta, Uhuru
Kerry, John
e Afeganistão
e Irã
e Novo START
e Síria
Ketchem, Fred
Key, John
Khalifa al-Thani, xeque Hamad bin
Khalifa, xeque Khalil bin Ahmed al
Khama, Seretse
Khamenei, aiatolá Ali Hojatolislam
Khar, Hina Rabbani
Khatami, Mohammad
Kheradi, Irene
Khomeini, aiatolá Ruholla
Khruschov, Nikita
Khybar, Passo de
Kibaki, Mwai
Kiir, Salva
Kikwete, Jakaya
Kim Il-sung
Kim Jong-il
Kim Jong-un
King Jr., Martin Luther
King, Robert
Kipling, Rudyard
Kirk, Ron
Kissinger, Henry A.
Klein, Jen
Koh, Harold
Kohl, Helmut
Kommareddi, Madhuri
Kony, Joseph
Kosovo
Kouchner, Bernard
Krishna, S. M.
Kurtz-Phelan, Dan
Kuwait
Kyoto, Protocolo de

Laboratório de Desenvolvimento Global dos Estados Unidos
LaHood, Ray
Lamothe, Laurent
Landler, Mark
Langdon, Ross
Lantos, Tom
Laos
Larkins, Neal
Laszczych, Joanne
Lavrov, Sergey

e Ásia-Pacífico
e Irã
e Líbia
e Síria
Lee Myung-bak
Lee, Euna
Lee, Matt
Leghari, Begum Nasreen
Leghari, Farooq Ahmad Khan
Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (AGOA)
Lei dos Americanos com Deficiência
Leste da África, embaixadas americanas sofrendo atentados no
Letterman, David
Lévy, Bernard-Henri
Lew, Jack
Lewis, Reta Jo
LGBT, direitos
Li Shuxian
Líbano
crise no
e ONU
e Síria
Hezbollah no
instalações americanas atacadas no
Revolução dos Cedros
liberdade religiosa
Libéria
guerra civil na
mulheres ativistas na
Líbia
ataques em Bengasi-
brigada de Zintan na
campanha militar na
e Liga Árabe
e terrorismo
eleições na
embargo da ONU à
forças da OTAN na-
governo de transição na-
guerra civil na-
investigações dos ataques de Bengasi na
jornalistas na
Kadafi na-
lei e ordem necessárias na
“névoa da guerra” na
pessoal americano evacuado da
“todas as medidas necessárias” contra
viagem de Hillary Clinton à
zona de exclusão aérea na-
zona de exclusão terrestre na
liderança, definição de
Lieberman, Avigdor
Liga Árabe
e Líbia
e Síria
Lincoln, Abraham
Ling, Laura
Linha Direta
Littlefield, Elizabeth
Lituânia
Liu Xiaobo
Livni, Tzipi

Lobo, Porfirio
Locke, Gary
Lomellin, Carmen
Love, Reggie
LRA (Lord's Resistance Army — Exército de Resistência do Senhor)
Lucas, Laura
Lugar, Richard
Luís XV, rei da França
Lula da Silva, Luiz Inácio--
Luzzatto, Tamera
Lyman, Princeton
Lynch, Christopher

Maas, Inge
Maathai, Wangari
Machel, Graça
Machel, Samora
Macmanus, Joe
Madagascar
Madre Teresa
Magariaf, Mohammed
Magaziner, Ira
Malásia
democracia na
e mar do Sul da China
gestão de resíduos na
importância estratégica da
Maláui, agricultura no
Mali
Maliki, Nouri al-
Malta, centro de legalidade em
Mandela, Nelson -
envelhecimento e morte de
legado de
Prêmio Nobel da Paz para
Manning, Bradley
Manning, Greg
Manning, Lauren
Mansour, mulá Akhtar Mohammad
Mao Tsé-Tung
Mar Cáspio, gás natural no
mar do Leste da China
mar do Sul da China
Mardenfeld, Debbie
Marine One (helicóptero)
Marinha dos Estados Unidos
ª Frota
e Coreia do Norte
SEALs da-
Markey, Ed
Marrocos
protestos de rua no
reformas no
Marshall, Capricia
Marshall, George
Marshall, Plano
Martelly, Michel
Marton, Kati
Marzouki, Moncef
Massey, Stephens
Mbeki, Thabo
McAuliffe, Marisa

McCain, John
McCall, Dawn
McCartan, Joyce
McChrystal, Stanley
McConnell, Mitch
McCullough, Terri
McDonough, Denis
McFaul, Mike
McGovern, George
McGuinness, Martin
McHale, Judith
McHugh, John
McLean, Lori
McRaven, Bill
Mead, Margaret
Mead, Walter Russell
Médicos Sem Fronteiras
Medvedev, Dmitri
Meehan, Bernadette
Mehta, Hansa
Melanne Verveer
Merkel, Angela
Merten, Ken
México
cartéis da droga no
consulados americanos atacados no
crescimento econômico do
crise financeira no
e Aliança do Pacífico
e mudança climática
independência do
Iniciativa Mérida no
programas ambientais no
relação dos Estados Unidos com
relações comerciais com
Mezvinsky, Marc
mGive
Mianmar ver Birmânia
Micheletti, Roberto
Michiko, imperatriz do Japão
Mikulski, Barbara
Miliband, David
Miller, Patti
Mills, Cheryl--
Milošević, Slobodan
Mindszenty, cardeal József
Missionárias da Caridade
Mitchell, Derek
Mitchell, George
e Irlanda do Norte
e Israel/Palestina-
Mobutu Sese Seko
Mogadíscio, Somália
Mohamud, Hassan Sheikh
Momeni, Esha
Mongólia, relação dos Estados Unidos com a
Moran, Thomas
Morningstar, Richard
Morsi, Mohamed -
Motsoaledi, Aaron
Mottaki, Manouchehr
Moussa, Amr
Mubarak, Gamal

Mubarak, Hosni
e Israel/Palestina
e protestos violentos
queda do poder-
Mubarak, Suzanne
mudança climática
“cap and trade”
Copenhague, conferência de, sobre -
e aumento do nível dos oceanos
e emissão de gases de efeito estufa
e geração de energia
e nações insulares
e níveis de consumo
e potências emergentes
e qualidade de vida
Kyoto, Protocolo de
liderança dos Estados Unidos em
negação da
Paris, conferência de
superpoluentes
Mugabe, Robert
mulher, direitos da-
discurso de Hillary Clinton em Beijing-
e a ONU
na África
na China
no Afeganistão
no Japão
restrição do islã às mulheres
violência baseada em gênero na República Democrática do Congo
Mull, Steve
Mullen, Mike
Munter, Cameron
Murkowski, Lisa
Muro de Berlim, queda do
Muscatine, Lissa
Museveni, Yoweri
Musharraf, Pervez
Mutombo, Dikembe

nações indígenas do Canadá
Nações Unidas (ONU)
assentos rotativos na
Dia Internacional da Mulher
e Afeganistão
e armas químicas
e Coreia do Norte
e Crimeia
e Cuba
e direitos humanos --
e Fórum Global de Contraterrorismo
e Haiti
e Irã -
e Líbia-
e mudança climática
e o Quarteto
e Oriente Médio-
e Palestina
e potências emergentes
e Relatório Goldstone
e Síria--
embaixadora dos Estados Unidos na
missões de paz da

ONU Mulheres
países do P+-
resolução do Capítulo VII nas
resoluções do Conselho de Segurança
Tratado de Não Proliferação Nuclear
Nagorno-Karabakh
Nalbandian, Edward
Napolitano, Janet
Nasr, Vali
Nasser, Shada
National Building Museum
Nelson, Chaniqua
Netanyahu, Benjamin “Bibi”
e construção de assentamentos
e eleições
e Gaza-
e Irã
e Jerusalém
e processo de paz-
e solução de dois Estados
Netanyahu, Benzion
Netanyahu, Yonatan
Novo START (New Strategic Arms Reduction Treaty — Novo Tratado Estratégico de Redução de Armas)
Newseum
Nides, Tom
Nigéria
e “maldição dos recursos naturais”
e ONU
gestão de resíduos
petróleo da
Nixon, administração
Nixon, Richard M.
e China
Nkoana-Mashabane, Maite
Norman, Adrian
Noruega, geleiras derretendo na
Nossel, Suzanne
Nova Zelândia
NSA (National Security Agency — Agência de Segurança Nacional)
Nuland, Toria
Nye, Joseph

O’Connor, Michael
O’Leary, Ann
O’Meara, Joy
O’Neill, Peter
Obama, administração
Diretrizes da Política Presidencial
e ataques de drones
e China
e Irã
e Israel/Palestina-
e reeleição
gabinete e membros da equipe
Obama, Barack
campanha para o Senado
como comandante em chefe
como presidente eleito
discurso em West Point de
e Afeganistão/Paquistão-
e África

e América Latina
e Ásia-Pacífico
e comércio exterior
e contraterrorismo
e corrida presidencial
e Europa
e Haiti
e Holbrooke
e investimento externo
e Mandela
e mudança climática
e o “efeito Obama”
e oferta do Departamento de Estado a Hillary Clinton-
e operação Bin Laden-
e Oriente Médio -
e Paquistão
e primárias
e recessão financeira
e Rússia
Hillary Clinton trabalhando com
juramento de posse
reeleição
Obama, Michelle
Obama, Sasha e Malia
Oberly, Kay
Odinga, Raila Amolo
Oliver, Mary
Olmert, Ehud
Olsson, Kurt
Omã
e Irã-
viagem de Hillary Clinton a
Omar, mulá Mohammad
One World Clean Energy
Onze de Setembro, ataques de
aniversários de
Comissão Onze de Setembro
e administração Bush
e ajuda emergencial
e Al-Qaeda-
e apoio europeu
e Arábia Saudita
e Bin Laden
e Estados falidos
e Fundo de Indenização às Vítimas
e Guerra ao Terror
e Irã
e Marco Zero
Operação Chumbo Fundido
Operação Garra de Águia
Operação Lança de Netuno
Operação Pilar de Defesa
Operação Protetor Unificado
Operação Tomodachi
OPIC (Overseas Private Investment Corporation — Corporação de Investimento Privado no Exterior)
Organização de Cooperação Islâmica
Organização dos Estados Americanos (OEA)-
Organização Mundial de Saúde
Organização Mundial do Comércio
Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento
Organização para Libertação da Palestina (OLP)
Organização para Segurança e Cooperação
Oriente Médio

cisão islâmica no
declínio econômico no
e Acordos de Camp David
e Acordos de Paz de Oslo
e o Fórum Saban
e o Quarteto
e transições para a democracia
esforços de paz no -
fontes de energia no
Guerra Árabe-Israelense
Guerra do Yom Kippur
Guerra dos Seis Dias
Primavera Árabe
reações violentas a vídeo ofensivo no-
reformas econômicas no
viagens de Hillary Clinton ao
ver também nações específicas
Ortega, Daniel
Orwell, George
Oslo, Acordos de Paz de

OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
e Afeganistão
e ataques de de setembro
e Tratado de Washington
expansão da
na Líbia-
no Kosovo
Otero, Maria

Pacto de Varsóvia
Pahlavi, Mohammad Reza, xá
Palestinos, territórios
bandeira palestina
e Acordos de Camp David
e Autoridade Palestina
e cessar-fogo
e eleições
e Estado palestino
e Fatah

e Gaza *ver* Gaza, Faixa de

e Hamas *ver* Hamas
e Israel
e Jerusalém Oriental
e Margem Ocidental
e solução de dois Estados
e terrorismo
taxa de natalidade nos
viagem de Hillary Clinton aos
Palin, Sarah
Pally, Maura
Pan Am, voo (Lockerbie, Escócia)
Panamá, acordo comercial com
Pandith, Farah
Panetta, Leon
como secretário de Defesa
e Afeganistão/Paquistão
e agitação no Oriente Médio
e Bengasi

e CIA
e navios na Nova Zelândia
e operação Bin Laden
Papua-Nova Guiné

Paquistão
Al-Qaeda no
ataques de drones no
Bin Laden no
comércio com Afeganistão
contraterrorismo no
e Índia
fronteira do Afeganistão com
ISI (serviço de inteligência paquistanês)
relação dos Estados Unidos com o-
soberania do-
soldados mortos por forças americanas no
Talibã no
terrorismo no-
USAID no
viagem de Hillary Clinton ao
Parceiros na Saúde
Parceria das Américas em Clima e Energia
Parceria Transpacífico (TPP)
Parks, Rosa
Partido Democrata
unidade partidária no
Pascual, Carlos
Pastrana, Andrés
Pataki, George E.
Patel, Nirav
Patterson, Anne
Paulson, Hank
Pelosi, Nancy
PEPFAR (President's Emergency Plan for aids Relief – Plano Emergencial do Presidente para Combate à aids)
Peres, Shimon
Perl, Liz
Peru
e Aliança do Pacífico
transporte de massas no
Pesaru, Shilpa
Petraeus, David
e Afeganistão/Paquistão
e CIA
e COIN
e Iraque
e Síria
Philip Morris
Pickering, Thomas
Pinochet, Augusto
Pitsuwan, Surin
Plano de Ação Climática
Plano Nacional de Ação "Mulheres, Paz e Segurança"
Podesta, John
Poehler, Amy
política do século XXI
uso do termo
ver também tecnologia
Polônia
extração de gás de xisto
Solidariedade na
Ponet, James
Porat, Yochai
Posner, Michael
Powell, Colin
Powell, Nancy

Power, Samantha
Pray the Devil Back to Hell (documentário)
Préval, René
Prikhodko, Sergei
Primavera Árabe -
debates da política americana na
e países do Golfo Pérsico
e transições para a democracia
protestos na Tunísia-
protestos no Egito
Primavera de Praga
Primeira Emenda
Prosser, Julia
Putin, Vladimir
e Ásia Central
e Crimeia
e direitos dos LGBT
e expansionismo russo
e KGB
e limites de mandato
e retorno ao poder
e Síria
e Ucrânia
e União Eurasiana
encontro de Hillary Clinton com

Qaboos, sultão de Omã
Quam, Lois
Quarteto
Quênia
eleições no
embaixada dos Estados Unidos sofre atentado a bomba no
Instituto de Pesquisa Agrícola do Quênia
LGBT no
tecnologia no
visita de Hillary Clinton ao
Quirguistão
Qureshi, Mohammad, xá

Rabbani, Burhanuddin
Rabin, Leah
Rabin, Yitzhak
Rafsanjani, Ali Akbar Hashemi
Ramesh, Jairam
Randolph, Lawrence
Rapp, Stephen
Rasmussen, Anders Fogh
Reagan, Nancy
Reagan, Ronald
Rede de Distribuição do Norte
Redelfs, Arthur
Reid, Harry
Reidy, Carolyn
Reines, Philippe
Reinfeldt, Fredrik
Reino Unido
Acordo da Sexta-feira Santa
e Irã
e Líbia
e Quênia
e Síria
recessão econômica no

relação dos Estados Unidos com
Relatório de Desenvolvimento Humano Árabe
República Centro-Africana, golpe na
República Democrática do Congo (RDC)
República Dominicana
Revisão Quadrienal de Diplomacia e Desenvolvimento
Reynoso, Julissa
Rezaei, Mohsen
Rhodes, Ben
Rhorer, Richard
Rice, Condoleezza
Rice, Susan
como embaixadora na ONU
e Coreia do Norte
e Irã
e Líbia
Richard, Anne
Ride, Sally
Riedel, Bruce
Riedel, revisão estratégica de
Robinson, John
Robinson, Peter
Rodham, Dorothy (mãe de Hillary Clinton)-
Rodham, Hugh (irmão de Hillary Clinton)
Rodham, Hugh (pai de Hillary Clinton)
Rodham, Tony (irmão de Hillary Clinton)
Rodriguez, Miguel
Romney, Mitt
Rooney, Megan
Roosevelt, Eleanor
Roosevelt, Franklin D.
Roosevelt, Theodore
Rosenthal, Hanna
Ross, Alec
Ross, Dennis
Rothberg, Adam
Rouhani, Hassan
Rousseff, Dilma
Roy, Stapleton
Ruanda, genocídio em
Rudd, Kevin
Ruggiero, Frank
Rumsfeld, Donald
Rússia
ataques na imprensa na
Centro de Projetos da Boeing em Moscou
como fonte de energia
crise demográfica na
e Ásia Central
e China
e Conselho do Ártico
e Coreia do Norte
e Crimeia -
e Geórgia
e Irã
e Líbia
e Mongólia
e o Quarteto
e Rede de Distribuição do Norte
e Síria
e tecnologia
e Turquia
e Ucrânia-

economia da
eleições na
entrevista de rádio de Hillary Clinton na
expansionismo na
leis antigays na
reinício com
relação dos Estados Unidos com a
ressovietização da
tratado nuclear com
ver também União Soviética
Russo, Robert
Russo, Seth

Saberi, Roxana
Sadat, Anwar
Said al Said, sultão Qaboos bin
Salazar, Ken
Salcido Ceniceros, Jorge Alberto
Saleh, Ali Abdullah
Salisbury, Lorde
Sall, Macky
Samuelson, Heather
Sand, Maria
Santos, Juan Manuel
Santos, Marina
Sarkozy, Nicolas
Saturday Night Live (programa de TV)
Savage, Dan
Schell, Orville
Schumer, Chuck
Schwartz, Eric
Schwartzkopf, Norman
Schwerin, Dan
SCIF (Sensitive Compartmented Information Facility — Instalação para troca de informação confidencial)
Scott (agente da SD em Bengasi)
SEALs
e Bin Laden--
trabalho de inteligência
secretária de Estado
audiência de confirmação
como posto de alto nível no gabinete
diplomacia econômica da
e arquitetura da política externa
e opinião pública
e poder inteligente -
e segurança de funcionários
equipe de transição para
evitar política interna
ex-secretários
oferta de emprego da
papéis da-
passando o bastão de
suíte-escritório
trabalhando com o presidente
último dia de Hillary Clinton como
viagens aéreas da; *ver também nações específicas*
ver também Departamento de Estado
Seeds of Peace
SelectUSA
Selleck, Michael
Sem Tetos: Projeto da Participação Plena

Senegal
crise constitucional no
discurso de Hillary Clinton no
Senussi, Abdullah
Seow, Jackie
Sérvia
Serviço de Segurança Diplomática
Seward, William Henry
Shafik, Ahmed
Shah, Rajiv
Shaheen, Jeanne
Shailor, Barbara
Shalit, Gilad
Shannon, Tom
Shapiro, Andrew
Shapiro, Dan
Sharon, Ariel
Sheikh Ahmed, Sharif
Sherman, Wendy
Shields, Colin
Shillady, rev. Williams
Shinseki, Eric
Shourd, Sarah
Shultz, George
Shwe, Mann
Sikorski, Radoslaw
Sinai, península do
Singh, Manmohan
Sinn Féin
Síria-
ajuda humanitária ao povo da-
alauítas na
armas fornecidas para
armas químicas usadas na
cessar-fogo na
como Estado falido
como problema traiçoeiro
e Irã
e Israel
e Rússia
e terrorismo
Exército Livre da Síria
extremistas na
guerra civil na
guerra por procuração na
Hezbollah na
massacre de Hama
oposição desorganizada na
plano de seis pontos para
protestos de rua na
refugiados da
sanções contra
transição na
treinamento de rebeldes na
Sisi, Abdul-Fattah el-
Slaughter, Anne-Marie
Smith, Chris
Smith, Dan
Smith, Fred
Smith, Jeannemarie
Smith, Sean-
Smith, Stephen
Snowden, Edward

Sociedade Asiática (Nova York)
Somália
Al Shabaab na-
como clássico Estado falido
e terrorismo
eleições na
fracasso da Operação Black Hawk Down na
governo de transição na
Mogadíscio na
piratas baseados na
Somaly Mam
Somare, sir Michael
Sonenshine, Tara
St. John, Gregory
Stark, Tyler
Steen, Florence
Steinberg, Don
Steinberg, Jim
Steiner, Michael
Stern, Todd
Stevens, Anne
Stevens, Chris
como representante/embaixador especial
e informe da CIA
memórias de
morte de
nos ataques em Bengasi
Stevenson, Adlai
Stewart, Karen
Stilwell, “Vinegar Joe”
Stock, Ann
Stone, Elizabeth
Støre, Jonas Gahr
Sudão
Acordo Abrangente de Paz
e genocídio de Darfur
e Sudão do Sul
embaixada dos Estados Unidos no
guerra civil no
terrorismo no
Sudão do Sul
petróleo no
Suécia
e mudança climática
Suharto, presidente da Indonésia
Suíça
diplomacia conduzida através da
e Turquia
Suleiman, Michel
Suleiman, Omar
Sullivan, Jake
e Birmânia
e Chen-
e Gaza
e Irã-
Sun Tzu
A arte da guerra
superfuracão Sandy
Suprema Corte dos Estados Unidos
Suu Kyi, Aung San
e o rio Irrawaddy
e Parlamento
e presidente Obama

e reformas governamentais
e visitas de Hillary Clinton
e Yettaw
libertação da prisão domiciliar
Medalha de Ouro do Congresso para
Medalha Presidencial da Liberdade para
viagem aos Estados Unidos
Syed, Zia

Taban, Anngrace
Taban, Elias, bispo
Tailândia
Taiwan
democracia em
Talibã
e Al-Qaeda-
e contato A-Rod
e morte de Bin Laden
negociação com
no Afeganistão
no Catar
no Paquistão
propaganda do
torturas do
Talwar, Puneet
Tântalo
Tantawi, Mohamed
Tanzânia
agricultura na
embaixada americana sofre atentado a bomba na
Tauscher, Ellen
Taylor, Charles
Taylor, Jewel
tecnologia
ciberataques
e defesa israelense
e Newseum
e privacidade
e Snowden
e vigilância governamental
homens *vs.* mulheres como usuários de
TechCamp
telefones celulares
WikiLeaks-
ver também internet
Thaçi, Hashim
Than Shwe-
Thatcher, Margaret
Thein Sein
como presidente da Birmânia
e eleições
e reformas
e represa de Myitsone
e Suu Kyi
encontros de Hillary Clinton com
Thomas-Greenfield, Linda
Tibete-
Tilleman, Tomicah
Timor-Leste
Titanic
Tocqueville, Alexis de
Toiv, Nora

trabalhistas, direitos
tráfico de vida silvestre
Tribunal Penal Internacional
Truman, administração
Truman, Harry S.
Tsang, Donald
Tubman, Harriet
Tunísia
eleições na
embaixada americana sitiada na
protestos de rua na
transição pacífica na
Turcomenistão
Turquia
crescimento econômico na
e a ONU
e Armênia
e França
e gasoduto do Corredor do Sul
e Grécia
e Irã-
e Israel
e Líbia
e mudança climática
e Síria
e Zero Problemas
relação dos Estados Unidos com a
Twitter
e o Departamento de Estado
na Rússia
na Síria
no Irã

U
Ucrânia
e Rússia-
e União Europeia
Revolução Laranja
Uganda
Centro de Saúde Reach Out em
e a ONU
LGBT em
treinamento militar em
União Africana
drones de vigilância da
e a Somália
e o Sudão do Sul
União Eurasiana
União Europeia
e Afeganistão
e Bálcãs
e crise financeira
e Irã
e mudança climática
e o Quarteto
e OTAN-
e Turquia
e Ucrânia
fontes de energia para
Prêmio Nobel da Paz para
relação dos Estados Unidos com
União Soviética

colapso da
retirada do Afeganistão
ver também Rússia
Universidade de Nova York
UPS
Urda, Gary
Uribe, Álvaro
USAID (U.S. Agency for Internacional Development — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
Autoridade de Crédito para Desenvolvimento
concursos “Grandes Desafios”
criação da
e Afeganistão/Paquistão
e Haiti-
e programas para ajudar mulheres
USNS *Comfort*
USS *Cole*
USS *Fitzgerald*
USS *George Washington*
USS *Impeccable*
Uzbequistão

Valenzuela, Arturo
Valmoro, Lona,
Vaysbeyn, Alina
Velayati, Ali-Akbar
Venezuela
e Haiti
e OEA,
economia controlada pelo Estado da,
Verma, Rich,
Verveer, Phil,
Vietnã
e mar do Sul da China
Guerra do
importância estratégica do
questões trabalhistas no
relação dos Estados Unidos com o
restrições no
viagem de Hillary Clinton ao,-
Vilsack, Tom
Vogelstein, Rachel,
Voz da América (Voice of America)
Vozes Vitais (Vital Voices),

Wade, Abdoulaye,
Walker, Diana
Walles, Jake
Walsh, Matthew
Wang, Bob,
Wang Lijun,
Wang Qishan
Warner, John
Washington, George,
Waxman, Henry
Webb, Jim,
Wellington, Declaração
Wells, Alice
Wen Jiabao
e Chen
e conferência sobre mudança climática,
e Irã

e mar do Sul da China
e relação Estados Unidos-China
e transição,
Wesley, John (citado)
Westerwelle, Guido,
White, Pamela
White, Ryan
White, Stanford
Widmer, Ted
WikiLeaks
Wilberforce, William
Williams, Maggie,
Wilson, Jeff
Winnefeld Jr., James “Sandy”,
Wisner, Frank
Wohlers, Paul
Woods, Tyrone
Woolheater, Ashley
World Trade Center, atentados a bomba no
Wyllie, Andrew
Wyss, Laura

Xi Jinping

Yang Jiechi
Yanukovich, Viktor,
Yao Ming
Yavuz, Elif
Yeltsin, Boris,
Yettaw, John
Yohannes, Daniel
Yom Kippur, guerra do,
Yousef, Ramzi
Yudhoyono, Susilo Bambang,,

Zakaria, Fareed
Zâmbia,
viagem de Hillary Clinton à
Zardari, Asif Ali,,-
Zarif, Javad
Zelaya, Manuel,
Zenawi, Meles
Zhang Yesui
Zimbábue
Zoellick, Robert
Zuma, Jacob

Créditos das fotos (por ordem de aparição)

1. Win McNamee/Getty Images
2. © Barbara Kinney
3. © Barbara Kinney
4. © Christopher Fitzgerald/CandidatePhotos/Newscom
5. AP Photo/Charles Dharapak
6. Alex Wong/Getty Images
7. Mark Ralston/AFP/Getty Images
8. Mannie Garcia/Bloomberg via Getty Images
9. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
10. Departamento de Estado
11. Reuters/Jason Reed
12. Matthew Cavanaugh-Pool/Getty Images
13. Melissa Golden/Redux
14. © Philippe Reines
15. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
16. Reuters/Toru Hanai
17. Bloomberg via Getty Images
18. Tatan Syuflana/AFP/Getty Images
19. Ann Johansson/Getty Images
20. AP Photo/Korea Pool
21. Foto de Cherie Cullen/DOD via Getty Images
22. Saul Loeb/AFP/Getty Images
23. AP Photo/Greg Baker/Pool
24. Win McNamee/Getty Images
25. Saul Loeb/AFP/Getty Images
26. AP Photo/Saul Loeb, Pool
27. © Genevieve de Manio
28. Getty Images News/Getty Images
29. Win McNamee/Getty Images
30. AP Photo/Saul Loeb, Pool
31. AP Photo/Saul Loeb, Pool
32. AP Photo/Saul Loeb, Pool
33. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
34. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
35. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
36. Reuters/Jerry Lampen
37. Shah Marai/Getty Images
38. Departamento de Estado
39. J. Scott Applewhite/AFP/Getty Images
40. Robert F. Bukaty/AFP/Getty Images
41. AP Photo/K. M. Chaudary
42. Diana Walker/TIME
43. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
44. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
45. Triplaar Kristoffer/SIPA/Newscom
46. Chip Somodevilla/Getty Images
47. Michael Nagle/Getty Images
48. Reuters/Larry Downing
49. KCSPresse/Splash News/Newscom
50. Brendan Smialowski/Getty Images
51. Departamento de Estado
52. Brendan Smialowski/AFP/Getty Images
53. Saul Loeb/AFP/Getty Images

54. AP Photo/RIA-Novosti, Alexei Nikolsky, Pool
55. Haraz Ghanbari/AFP/Getty Images
56. © Philippe Reines
57. AP Photo/Mandel Ngan, Pool
58. AP Photo/Eraldo Peres
59. © TMZ.com/Splash News/Corbis
60. STR/AFP/Getty Images
61. AP Photo/Pablo Martinez Monsivais, Pool
62. Reuters/Glenna Gordon/Pool
63. Roberto Schmidt/AFP/Getty Images
64. AP Photo/Khalil Senosi
65. AP Photo/Jacquelyn Martin, Pool
66. Foto de Susan Walsh, Pool/Getty Images
67. Amos Gumulira/AFP/Getty Images
68. Charles Sleicher/Danita Delimont Photography/Newscom
69. AP Photo/Jacquelyn Martin, Pool
70. © Sara Latham
71. Foto Oficial da Casa Branca de Pete Souza
72. © Stephanie Sinclair/VII/Corbis
73. Astrid Riecken/Getty Images
74. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
75. Departamento de Estado
76. Marwan Naamani/AFP/Getty Images
77. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
78. Paul J. Richards/AFP/Getty Images
79. Reuters/Kevin Lamarque
80. Departamento de Estado
81. STR/AFP/Getty Images
82. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
83. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
84. Chip Somodevilla/Getty Images
85. Kevin Lamarque/AFP/Getty Images
86. Mario Tama/Getty Images
87. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
88. AP Photo/Presidência egípcia
89. Foto oficial da Casa Branca de Pete Souza
90. AP Photo/Saul Loeb, Pool
91. © Kris Balderston
92. AP Photo/Julie Jacobson, Pool
93. Allison Shelley/Getty Images
94. AP Photo/Larry Downing, Pool
95. Andrew Harrer/Bloomberg via Getty Images
96. Cortesia da Biblioteca Presidencial William J. Clinton
97. *Washington Post*/Getty Images
98. AP Photo/Anja Niedringhaus
99. © Nicholas Merrill
100. Mandel Ngan/AFP/Getty Images



1. Cercada de amigos e simpatizantes no National Buiding Museum em Washington, D.C., encerro minha campanha presidencial em 7 de junho de 2008 e endosso Barack Obama depois de provocar “18 milhões de rachaduras” no “mais alto e mais duro telhado de vidro”.



2. Após uma longa noite escrevendo e reescrevendo, Bill e eu fazemos mudanças finais para o meu discurso de despedida antes de deixar nossa casa em Washington em 7 de junho de 2008.





3 e 4. Apesar da renhida campanha, Barack e eu conversamos com facilidade no ônibus a caminho do nosso primeiro evento juntos em junho de 2008 em Unity, New Hampshire, uma cidade escolhida não só pelo seu nome mas também porque ali recebemos exatamente o mesmo número de votos na primária. O comício em Unity destinava-se a enviar uma mensagem inequívoca de que as primárias tinham ficado para trás e que agora éramos um time só.



5. Em 10 de dezembro de 2008, em Chicago, o presidente eleito Obama me anuncia como sexagésima sétima secretária de Estado, junto com o restante de sua equipe de segurança nacional. Atrás de nós estão: o nomeado conselheiro de Segurança Nacional, o general reformado dos Fuzileiros Navais James Jones, o vice-presidente eleito Joe Biden, o secretário de Defesa Robert Gates, a nomeada secretária de Segurança Interna Janet Napolitano e o nomeado procurador-geral Eric Holder.



6. O vice-presidente Biden conduz meu juramento cerimonial de gabinete no Departamento de Estado em 2 de fevereiro de 2009, enquanto Bill, Chelsea e minha mãe, Dorothy, ajudam a segurar a Bíblia. Prestei o juramento oficial algumas semanas antes no meu gabinete no Senado, imediatamente após o voto de confirmação, para que pudesse começar a trabalhar imediatamente.



7. Passando pelo saguão do Departamento de Estado pela primeira vez como secretária em 22 de janeiro de 2009, senti-me extremamente emocionada e humilde pela entusiástica recepção.



8. O calor e o bom humor do vice-presidente Biden seriam muito bem-vindos durante nossas longas horas no Gabinete de Crises da Casa Branca. Também tentávamos nos encontrar toda semana antes do café da manhã no Observatório Naval, sua residência oficial.



9. Fiquei honrada em servir no gabinete do presidente Obama, aqui retratado com o presidente e o vice Biden no Grande Foyer da Casa Branca em 26 de julho de 2012. Sentados, a partir da esq., o secretário de Transportes Ray LaHood, a secretária de Comércio em Exercício Rebbeca Blank, a representante permanente dos Estados Unidos na ONU Susan Rice e o secretário de Agricultura Tom Vilsack. Em pé, na segunda fila, a partir da esq., o secretário de Educação Arne Duncan, o procurador--geral Eric H. Holder Jr., a secretária do Trabalho Hilda L. Solis, o secretário do Tesouro Timothy F. Geithner, o chefe de gabinete Jack Lew (que antes servira como meu subsecretário de Estado), eu, o secretário de Defesa Leon Panetta, o secretário de Assuntos de Veteranos Eric K. Shinseki, a secretária de Segurança Interna Janet Napolitano e o representante de Comércio Exterior dos Estados Unidos Ron Kirk. Em pé, na terceira fila, a partir da esq., o secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano Shaun Donovan, o secretário de Energia Steven Chu, a secretária de Saúde e Serviços Humanos Kathleen Sebelius, o secretário do Interior Ken Salazar, a administradora da Agência de Proteção Ambiental Lisa P. Jackson, o diretor em exercício do Escritório de Gestão e Orçamento Jeffrey D. Zients, o presidente do Conselho de Assessores Econômicos Alan Krueger e a administradora da Administração de Pequenos Negócios Karen G. Mills.



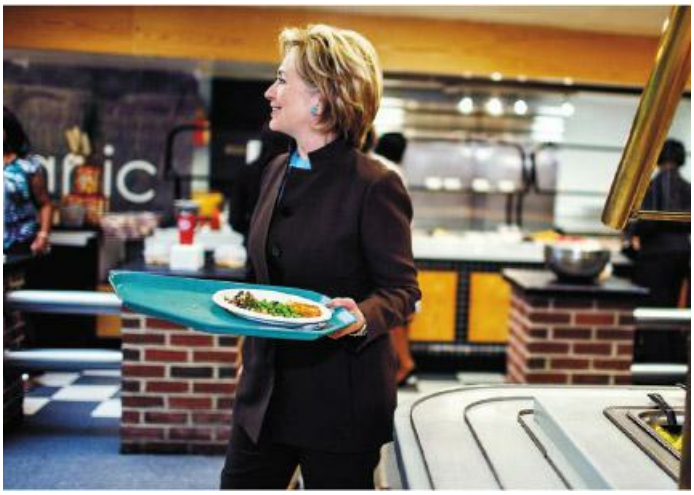
10. Com alguns dos meus extraordinários colegas do Departamento de Estado. Minha equipe era composta de funcionários do Serviço de Relações Exteriores, servidores civis de carreira e assessores.



11. A primeira-dama Michelle Obama e eu nos ligamos pelas nossas experiências comuns como primeiras-damas — algumas delas bem engraçadas.



12. No meu primeiro dia integral do trabalho, o presidente Obama e o vice--presidente Biden visitam o Departamento de Estado para anunciar Richard Holbrooke (esq.) como representante especial para o Afeganistão e Paquistão e o senador George Mitchell (dir.) como enviado especial para a paz no Oriente Médio.



13. Pegando um almoço rápido no refeitório do Departamento de Estado. Eu tentava fazer refeições regulares, mas muitas vezes isso era um desafio, particularmente na estrada.



14. Meus assessores sêniores, da esq. para a dir.: Jake Sullivan, Philippe Reines e Huma Abedin na nossa casa longe de casa, um 757 especial azul e branco da Força Aérea dos Estados Unidos. Durante quatro anos passamos um total de oitenta e sete dias inteiros no ar!



15. Num belo dia de abril de 2009, o presidente Obama sugeriu que terminássemos uma reunião na mesa de piquenique diante do Salão Oval no jardim sul. Tentávamos nos reunir pelo menos uma vez por semana. Surpreendentemente, estive na Casa Branca mais de setecentas vezes durante meus quatro anos como secretária.



16. Desço do avião pela primeira vez como secretária de Estado em Tóquio, Japão, em 16 de fevereiro de 2009. Quebrei a tradição quando fiz a minha primeira viagem à Ásia, significando que a região seria o nosso “pivô”.



17. Adorei reencontrar a imperatriz japonesa Michiko, que ficou encantada por eu decidir fazer do Japão a minha primeira escala como secretária.



18. Visito um adorável grupo de alunos da escola que o presidente Obama frequentou quando criança em Jacarta, Indonésia, em fevereiro de 2009. A Indonésia é uma potência regional emergente e sede da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), uma importante parceira no nosso envolvimento na Ásia.



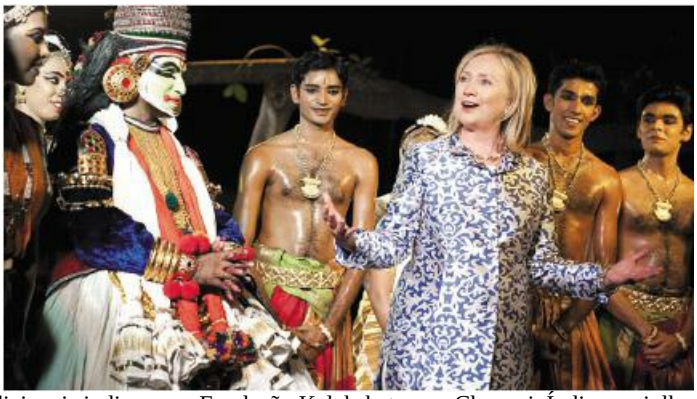
19. Em agosto de 2009, Bill conseguiu a libertação de duas jornalistas americanas que trabalhavam para a Current TV, Laura Lang (centro) e Euna Lee (dir.), depois de negociar com o ditador norte-coreano Kim Jong-il. O retorno delas aos Estados Unidos foi um momento emocionante. Junto a Bill estão os fundadores da Current TV, Joel Hyatt e o ex-vice-presidente Al Gore.



20. O secretário de Defesa Bob Gates e eu espiamos por binóculo a isolada Coreia do Norte num posto de guarda na zona desmilitarizada em julho de 2010.



21. Um soldado norte-coreano nos observa pela janela enquanto Bob Gates e eu passeamos por um edifício na zona desmilitarizada, a mais fortificada fronteira do mundo.



22. Assistir a dançarinos tradicionais indianos na Fundação Kalakshetra em Chennai, Índia, em julho de 2011, me fez lembrar da história e da cultura ricas do país.



23. O conselheiro de Estado chinês Dai Bingguo e eu nos encontramos pela primeira vez em fevereiro de 2009 em Beijing. Certa vez ele me mostrou uma foto de sua neta, comentando: “É por causa disto que estamos aqui”.



24. O ministro das Relações Exteriores chinês Yang Jiechi me visita no Departamento de Estado em março de 2009. A ascensão da China é um dos mais consequentes desenvolvimentos estratégicos do nosso tempo. Essa não é uma relação que se encaixa perfeitamente em categorias como amigo ou rival, e talvez nunca venha a ser. É por isso que passei tanto do meu tempo trabalhando para criar o equilíbrio certo.



25. Acompanho o presidente Obama e o secretário do Tesouro Tim Geithner com nossos colegas chineses na residência do embaixador dos Estados Unidos em Londres, onde todos estávamos participando de uma reunião do G-20, em abril de 2009. Da esq. para a dir.: o conselheiro de Estado Dai Bingguo, o vice-premiê Wang Qishan, o presidente Hu Jintao, o presidente Obama, eu e o secretário Geithner.



26. Quando descobri que os Estados Unidos eram um dos únicos países a não participar da Exposição Mundial em Xangai, China, montei uma equipe para assegurar que o pavilhão dos Estados Unidos fosse um sucesso. A melhor parte da minha visita à Expo em maio de 2010 foi conversar com jovens estudantes chineses e americanos.



27. O momento mais orgulhoso para a "MOTB" (*Mother of the Bride* – Mãe da Noiva): o casamento de Chelsea em 31 de julho de 2010, em Rhinebeck, Nova York. Bill e eu estamos com Chelsea e seu marido, Marc, junto com minha mãe, Dorothy. Significou muito para Chelsea ter sua avó presente ao planejar o casamento com Marc.



28. O dissidente chinês Chen Guangcheng é escoltado para fora da embaixada dos Estados Unidos em Beijing. Da esq. para a dir., o conselheiro jurídico Harold Koh, o embaixador dos Estados Unidos na China Gary Locke e o subsecretário de Estado para Assuntos do Leste da Ásia e Pacífico Kurt Campbell.



29. Tive a chance de encontrar-me com Chen em dezembro de 2013, em Washington, D.C.



30. Com o presidente Thein Sein da Birmânia em seu ornamentado gabinete cerimonial em Nay Pyi Taw no fim de 2011. Fui a primeira secretária de Estado americana em mais de cinquenta anos a visitar o país antes fechado, numa tentativa de estimular o progresso democrático.



31. Fico maravilhada com o que me cerca ao passear pelo magnífico pagode de Shwedagon durante a minha visita a Rangum, Birmânia, em dezembro de 2011.



32. Na primeira vez que me encontrei com a ganhadora birmanesa do Prêmio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi, em dezembro de 2011, ambas vestíamos branco. Pareceu uma auspiciosa coincidência. Senti que nos conhecíamos a vida inteira, embora aquele fosse nosso primeiro encontro.



33. Na minha viagem de retorno ao pagode de Shwedagon com o presidente Obama, bati o enorme sino três vezes. Esperávamos mandar uma mensagem ao povo da Birmânia de que os Estados Unidos estavam interessados num envolvimento com eles e com seu governo. (Veja meus pés descalços!)



34. Enquanto o presidente Obama observa, Aung San Suu Kyi e eu nos despedimos com um emotivo abraço, em novembro de 2012. Suu Kyi é uma inspiração para o seu país e para mim, e eu estimo a amizade que desenvolvemos.



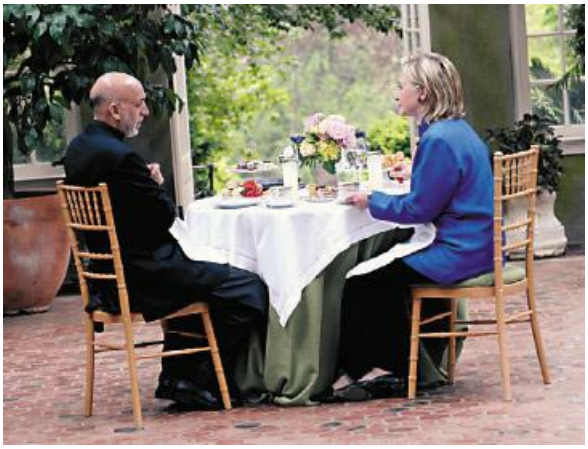
35. Em 10 de dezembro de 2009, sentada diante do presidente Obama e do conselheiro de Segurança Nacional Jim Jones e ao lado do secretário de Defesa Bob Gates e do chefe do Estado-Maior Mike Mullen, a bordo do Marine One, o helicóptero presidencial, a caminho de West Point, onde o presidente Obama anunciou sua decisão de enviar mais tropas ao Afeganistão.



36. General Stanley McChrystal, comandante das forças da Coalizão no Afeganistão; embaixador Richard Holbrooke; e o embaixador dos Estados Unidos no Afeganistão Karl Eikenberry observam enquanto aperto a mão de um soldado da OTAN na minha chegada ao aeroporto de Cabul, Afeganistão, em 18 de novembro de 2009.



37. Richard Holbrooke fala na conferência de abril de 2010 em Cabul, com o presidente afegão Hamid Karzai e o general David Petraeus.



38. Numa refeição com o presidente Karzai na propriedade de Dumbarton Oaks em Washington, D.C., em maio de 2010. Trabalhei muito para estabelecer uma conexão com Karzai. Assim como acontecia com outros líderes mundiais, respeito e cortesia pessoal eram muito importantes para ele.



39. Encontro com ativistas afegãs numa conferência internacional em Bonn, Alemanha, em dezembro de 2011. Após a queda do Talibã em 2001, comecei a apoiar as mulheres afegãs na sua luta por novos direitos e oportunidades.



40. No dia seguinte aos ataques terroristas de 11 de setembro, percorro a devastação na Baixa Manhattan com o governador do estado de Nova York George Pataki (esq.) e o prefeito Rudolph Giuliani (centro). O presidente Obama e eu sentíamos que derrotar a al-Qaeda era crucial para a nossa segurança nacional e que deveria haver um esforço renovado para encontrar Osama bin Laden e trazê-lo à justiça.



41. Estudantes protestam contra minha visita em Lahore, Paquistão, em outubro de 2009. Meu staff me avisou que eu seria um “saco de pancadas” no país devido à crescente onda de sentimentos antiamericanos, mas julguei importante enfrentar o desafio. “Eu desvio dos socos”, disse eu.



42. Faço a edição final de um discurso no Paquistão, em outubro de 2011. Digo aos paquistaneses que apoiar insurgentes do Talibã era pedir encrenca, o mesmo que guardar cobras venenosas no quintal e esperar que mordam somente os vizinhos. Da esq. para a dir.: Huma Abedin, o embaixador no Paquistão Cameron Munter, o redator de discursos Dan Schwerin, o representante especial para o Afeganistão e o Paquistão Marc Grossman (sentado), a porta-voz Toria Nuland e Philippe Reines.



43. Numa das fotos mais icônicas — e um dos momentos mais dramáticos — dos meus quatro anos, assistimos ao ataque contra Obama bin Laden em 10 de maio de 2011. Sentados em volta da mesa (a partir da esq.): vice-presidente Biden, presidente Obama, general Marshall B. “Brad” Webb, vice-conselheiro de Segurança Nacional Denis McDonough, eu e o secretário Gates. Em pé (a partir da esq.): almirante Mike Mullen, chefe do Estado-Maior; conselheiro de Segurança Nacional Tom Donilon; chefe de gabinete Bill Daley; conselheiro de Segurança Nacional do vice-presidente Tony Blinken; Audrey Tomason, diretora de Contraterrorismo; John Brennan, assistente do presidente para Segurança Interna; e o diretor de Inteligência Nacional Jim Clapper.



44. 10 de maio de 2011: fim de um dia muito longo. A equipe de segurança nacional ouve o presidente Obama anunciar à nação que Obama bin Laden foi levado à justiça. Comigo estão, sentados, da esq. para a dir.: James Clapper, diretor da Inteligência Nacional; Tom Donilon, conselheiro de Segurança Nacional; o diretor da CIA, Leon Panetta; almirante Mike Mullen, chefe do Estado-Maior Conjunto; e o vice-presidente Joe Biden.



45. Após o presidente Obama anunciar que Osama bin Laden tinha sido morto, uma multidão reuniu-se diante da Casa Branca em comemoração. Podíamos ouvir os gritos de “USA! USA!”.



46. Aqui retratado comigo no Departamento de Estado em julho de 2009, o ministro das Relações Exteriores britânico David Miliband foi um inestimável parceiro e amigo. No nosso primeiro telefonema ele me lisonjeou como sendo “a Hércules certa para esta tarefa”.



47. O sucessor de Miliband como ministro das Relações Exteriores britânico, William Hague, e eu conversamos durante reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre paz e segurança no Oriente Médio, em setembro de 2012. O eloquente Hague também viria a ser um colega próximo e bom amigo.



48. Admiro um quadro durante uma visita ao Palácio de Buckingham em Londres, maio de 2011. Passar a noite no palácio foi como entrar num conto de fadas.



49. Ao subir os degraus do Palácio Élysée em Paris em janeiro de 2010 para cumprimentar o presidente francês Nicolas Sarkozy, eu perdi o sapato, ficando descalça na frente de toda a imprensa. Ele graciosamente pegou minha mão e me ajudou a recobrar o equilíbrio. Mais tarde, mandei-lhe uma cópia da fotografia com a legenda: “Posso não ser Cinderela, mas você sempre será o meu Príncipe Encantado”.



50. A chanceler alemã Angela Merkel tem grande senso de humor. Durante almoço no Departamento de Estado em junho de 2011, o vice-presidente Biden e eu rimos quando ela me presenteou com um jornal alemão emoldurado. A primeira página mostrava uma foto de nós duas lado a lado, com aparência quase idêntica, mas com as cabeças fora do quadro. O jornal desafiava os leitores a adivinhar quem era Merkel e quem era eu.



51. Recebo meus colegas do G-8 em Washington, em abril de 2012. Da esq. para a dir.: Koichiro Gemba do Japão, Guido Westerwelle da Alemanha, Sergei Lavrov da Rússia, William Hague do Reino Unido, Alain Juppé da França, John Baird do Canadá, Giulio Terzi di Sant'Agata da Itália e Catherine Ashton da União Europeia.



52. Encontro com o primeiro-ministro turco Recep Tayyip Erdo$^{\breve{g}}$an no Palácio Dolmabahce em Istambul, Turquia, em abril de 2012. A Turquia era uma potência em ascensão na região, e passei horas conversando com Erdo$^{\breve{g}}$an sobre Irã, Líbia e Síria.



53. Ao lado do presidente turco Abdullah Gül (esq.) e do ministro das Relações Exteriores da Turquia Ahmet Davuto$^{\breve{g}}$lu (dir.), com vista para Istambul. Desenvolvi uma produtiva e amigável relação de trabalho com Davuto$^{\breve{g}}$lu que, embora tensa, nunca se rompeu.



54. Com o primeiro-ministro russo Vladimir Putin, na sua dacha nos arredores de Moscou, em março de 2010. Putin vê a geopolítica como um jogo de soma zero no qual, se alguém está ganhando, então deve haver outro perdendo. O presidente Obama e eu discutimos as ameaças de Putin e como neutralizá-las.



55. Em junho de 2012, encontro com o ministro das Relações Exteriores russo Sergei Lavrov em São Petersburgo. Fomos de um ponto alto trabalhando um reinício no nosso relacionamento para um impasse em relação à Síria. O reinício teve sucesso nos primeiros momentos, com a imposição de severas sanções ao Irã e à Coreia do Norte, depois as relações esfriaram com o retorno de Putin.



56. Esperando no meu carro na frente de um hotel em Zurique, Suíça, em outubro de 2009, trabalho por telefone com meu subsecretário para Assuntos da Europa e Eurásia Phil Gordon, para tentar persuadir o ministro das Relações Exteriores armênio a deixar seu quarto para assinar um acordo com a Turquia. O *New York Times* descreveu meus esforços como “diplomacia de limusine até o último minuto”.



57. Aceno para a multidão em Pristina, Kosovo, na frente de uma gigantesca estátua de Bill, reverenciado por ter posto fim à guerra na região nos anos 1990. Do outro lado da praça havia uma adorável butique com um nome familiar: Hillary. O dono disse que deram meu nome à loja “para Bill não se sentir solitário na praça”.



58. Celebrando com a recém-empossada presidente brasileira Dilma Rousseff, em 10 de janeiro de 2011. Ela tem um forte intelecto e muita garra, duas características necessárias à liderança nestes tempos de desafio.



59. Vestindo um abrigo verde, fico surpresa quando uma baleia chega bem perto do nosso pequeno barco na costa do México, em fevereiro de 2012. Estou com outros ministros das Relações Exteriores do G-20. Ao meu lado nossa anfitriã, a secretária das Relações Exteriores mexicana Patricia Espinosa.



60. Meu período como secretária não foi só de trabalho. Em Cartagena, na Cúpula das Américas em abril de 2012, juntei-me ao staff para comemorar o aniversário da minha subsecretária para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Roberta Jacobson. Mais tarde, um porta-voz do Departamento de Estado foi solicitado pela mídia a quantificar precisamente quanto eu havia me divertido, e ele deu a resposta oficial: “Bastante”.



61. Saudando a presidente Michelle Bachelet do Chile no aeroporto de Santiago, após um forte terremoto no começo de 2010.



62. Em Monróvia, Libéria, consulto a presidente liberiana Ellen Johnson Sirleaf durante uma visita em agosto de 2009. A primeira mulher presidente de um país africano, Johnson Sirleaf é uma líder impressionante, e admiro sua paixão e perseverança.



63. Uma das viagens mais desoladoras que fiz como secretária de Estado foi a um campo de refugiados em Goma, República Democrática do Congo, em agosto de 2009. Aqui percorro o campo e converso com pessoas que enfrentam condições deploráveis e uma epidemia de violência sexual.



64. O presidente do governo de transição da Somália, Sharif Sheikh Ahmed, surpreendeu muitos de sua sociedade religiosa conservadora ao apertar minha mão após nosso encontro de agosto de 2009 em Nairóbi, Quênia. Ajudar seu governo a fazer recuar os terroristas do Al Shabaab era uma prioridade de segurança nacional na África.



65. Foi um privilégio conhecer o bispo Elias Taban em Juba, Sudão do Sul, em agosto de 2012. A inspiradora história do bispo Taban me tocou profundamente, e levei uma cópia do seu poderoso editorial de opinião para o meu encontro com o presidente sul-sudanês Salva Kiir naquele dia.



66. O primeiro-ministro da Tanzânia Mizengo Pinda e eu plantando numa cooperativa de mulheres em Mlandizi, Tanzânia, em junho de 2011, como parte da nossa iniciativa Alimentar o Futuro.



67. Canto e aplaudo com mulheres maláuis no Grupo Lumbadzi de Aleitamento em Lilongwe, Maláui, em agosto de 2012. Combater a fome e a extrema pobreza era ao mesmo tempo a coisa certa e inteligente a fazer.



68. Descobrir que existe uma loja Hillary Clinton em Karatu, Tanzânia, provoca um sorriso no meu rosto.



69. Visitando pacientes com HIV/aids numa clínica de saúde em Kampala, Uganda, em agosto de 2012. Estabeleci uma nova e ambiciosa meta de conseguir uma “geração livre da aids”. O HIV pode ainda estar conosco no futuro, mas não é preciso que a aids esteja.



70. Depois da cerimônia fúnebre de Nelson Mandela em dezembro de 2013 na África do Sul, sentamo-nos para contar histórias e celebrar sua vida e seu legado, acompanhados pelo nosso amigo Bono. Aqui, Bono está sentado comigo ao piano. Bill ficou enlouquecido com a minha tentativa de tirar algumas notas.



71. O presidente Obama e eu em visita à mesquita do sultão Hassan no Cairo, Egito, em junho de 2009. Mais tarde nesse dia o presidente Obama fez um discurso na Universidade do Cairo e ofereceu uma ambiciosa e eloquente recalibração da relação dos Estados Unidos com o mundo islâmico.



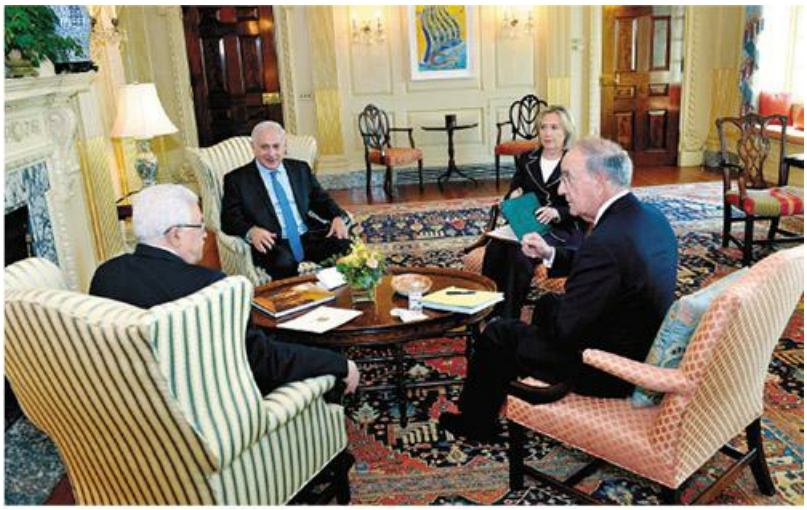
72. Restabelecendo a ligação com Nujood Ali, uma jovem iemenita que conseguiu lutar com êxito para obter um divórcio aos dez anos, durante a minha visita a Sanaa, Iêmen, em janeiro de 2011. No nosso encontro informal com jovens e ativistas, afirmei que a história de Nujood deveria inspirar o Iêmen a dar fim ao casamento infantil de uma vez por todas.



73. Percorro o Jardim das Rosas da Casa Branca junto com George Mitchell, enviado especial para a paz no Oriente Médio, para ouvir as observações do presidente Obama, em 10 de setembro de 2010, quando começaram as conversações diretas entre israelenses e palestinos.



74. Naquela noite o presidente Obama recebeu os participantes para um jantar de trabalho na Sala de Jantar da Velha Família na Casa Branca. Da esq. para a dir. (mais perto da câmera): o rei Abdullah II da Jordânia, o presidente Obama e o presidente Hosni Mubarak do Egito. Da esq. para a dir. (mais longe da câmera): eu, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu de Israel, o presidente Mahmoud Abbas da Autoridade Palestina e o enviado especial do Quarteto Tony Blair.



75. Em 2 de setembro de 2010, recebi no Departamento de Estado os participantes da primeira das três rodadas de conversações entre o presidente da Autoridade Palestina Mahmoud Abbas e o primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu. Depois juntei-me a eles e ao enviado especial George Mitchell para uma conversa no meu gabinete antes de deixá-los a sós para conversar.



76. Como acontecia com frequência, sou a única mulher na sala nessa reunião em janeiro de 2011 do Conselho de Cooperação do Golfo em Doha, Catar. No dia seguinte, eu advertiria os líderes árabes: “Em muitos lugares, das mais variadas formas, os alicerces da região estão afundando na areia”. Estou sentada entre o ministro das Relações Exteriores dos Emirados Abdullah bin Zayed Al-Nahyan (esq.) e o primeiro-ministro do Catar Hamad bin Jassim (dir.).



77. No Gabinete de Crises com o presidente Obama, o conselheiro de Segurança Nacional Tom Donilon, o secretário do Tesouro Tim Geithner e o diretor da Inteligência Nacional Jim Clapper (todos sentados), enquanto assistíamos ao presidente egípcio Hosni Mubarak tentando responder às exigências dos manifestantes em 1º de fevereiro de 2011. Seu anúncio aconteceu tarde demais.



78. Aperto a mão de uma menina egípcia na praça Tahrir, no Cairo, o coração da Primavera Árabe, em 16 de março de 2011.



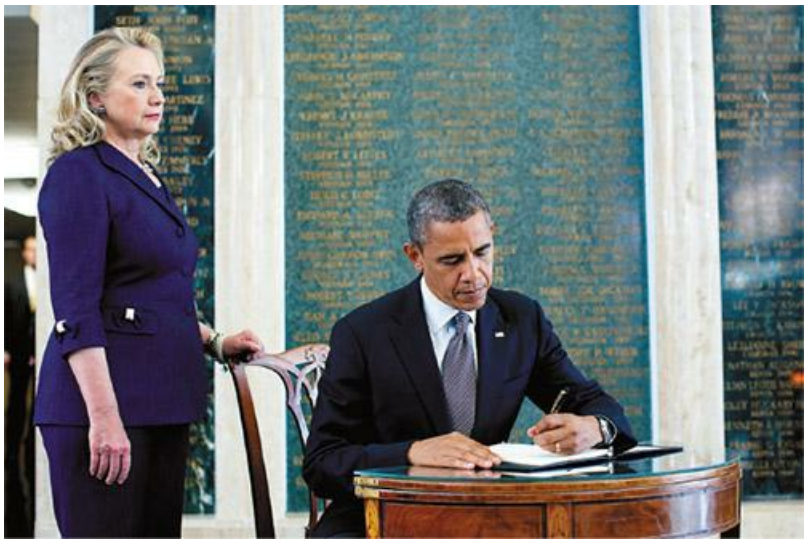
79. Depois que Muamar Kadafi fugiu de Trípoli, decidi visitar a Líbia para oferecer o apoio dos Estados Unidos ao novo governo de transição e incentivá-los a restaurar a segurança o mais breve possível. Aqui poso com um grupo de exuberantes milicianos líbios depois de aterrissar em Trípoli, em outubro de 2011.



80. Tomo o juramento de Chris Stevens como novo embaixador dos Estados Unidos na Líbia, no Salão dos Tratados, em 14 de maio de 2012, enquanto seu pai, Jan Stevens, observa. Chris foi um servidor público comprometido em ajudar a construir uma nova Líbia a partir das ruínas deixadas pelo regime de Kadafi.



81. Manifestantes rasgam a bandeira americana na nossa embaixada no Cairo em 11 de setembro de 2012, depois de um vídeo insultuoso sobre o profeta Maomé ter despertado a ira em todo o mundo muçulmano.



82. O presidente Obama assina o livro de condolências diante da parede memorial no Departamento de Estado um dia depois dos terríveis ataques em Bengasi, Líbia. O presidente visitou o Departamento para confortar os pesarosos colegas do embaixador Chris Stevens e de Sean Smith.



83. Com o presidente Obama e o capelão coronel J. Wesley Smith na base de Andrews, em Maryland, em 14 de setembro de 2012, preparando-nos para receber os restos mortais de nossos colegas mortos em Bengasi.



84. Compareço perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado em janeiro de 2013 para testemunhar sobre o ataque ao nosso complexo em Bengasi.



85. Com o sultão Qaboos de Omã, em Mascate, em outubro de 2011. O sultão nos ajudou a trazer de volta para casa três mochileiros americanos detidos no Irã e abriu um canal diplomático secreto para discutir o programa nuclear iraniano.



86. Nova York, janeiro de 2012: discurso na reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre a crise na Síria. A Rússia bloqueou as ações da ONU que visavam enfrentar a terrível violência na Síria mesmo com a situação se deteriorando. O custo em mortes continua aumentando, e milhões foram forçados a deixar suas casas.



87. Com o presidente Obama na sua suíte no hotel em Phnom Penh, Camboja, discutindo se eu deveria ir ao Oriente Médio tentar intermediar um cessar-fogo entre Israel e o Hamas em Gaza. Em pé, atrás de nós (da esq. para a dir.): meu diretor de Planejamento Político Jake Sullivan, o vice-conselheiro de Segurança Nacional Ben Rhodes e o conselheiro de Segurança Nacional Tom Donilon.



88. Negociando com o presidente egípcio Mohamed Morsi, no Cairo, em novembro de 2012, numa tentativa de pôr fim à violência em Gaza. Morsi me ajudou a negociar um cessar-fogo entre Israel e o Hamas, que dura até hoje.



89. O presidente Obama e eu invadimos uma reunião em Copenhague, Dinamarca, durante a Conferência sobre Mudança Climática da ONU em dezembro de 2009. Interrompemos o premiê da China Wen Jiabao, o presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro-ministro da Índia Manmohan Singh e o presidente da África do Sul Jacob Zuma em volta da mesa lotada.



90. O primeiro-ministro da Noruega Jonas Gahr Støre e eu discutimos os impactos da mudança climática no Ártico a bordo do navio de pesquisa *Helmer Hanssen* durante uma viagem a um fiorde na costa de Tromsø, Noruega, em junho de 2012.



91. Visitando uma exposição de antigos e novos fogões de cozinha junto com a dra. Kalpana Balakrishnan, uma pesquisadora de fogões, durante uma visita a Chennai, Índia, em julho de 2011. Eu defendi o uso de fogões de combustão limpa em vez dos fogões sujos, mais tradicionais, que queimam lenha ou combustível sólido liberando fumaça tóxica que contribui para a morte de milhões de pessoas todo ano, especialmente mulheres e crianças.



92. Depois de pousar no Haiti apenas quatro dias após o devastador terremoto de janeiro de 2010, eu me reúno numa tenda com o primeiro-ministro haitiano Jean-Max Bellerive, o presidente do Haiti René Préval, o embaixador dos Estados Unidos no Haiti Ken Merten, minha assessora e chefe de gabinete Cheryl Mills, o administrador da USAID Raj Shah e o general Ken Keen para discutir a resposta de emergência e recuperação do país.



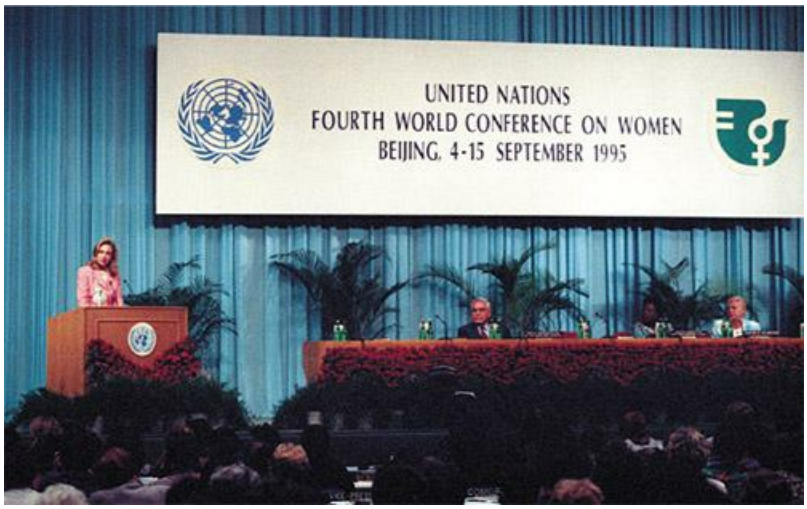
93. Manifestantes me saúdam diante do aeroporto em Port--au-Prince em janeiro de 2011, durante as contestadas eleições no Haiti um ano após o terremoto. Os haitianos haviam sofrido muito e mereciam ter seus votos validados e uma transferência pacífica de poder, o que finalmente conseguiram.



94. Bill e eu com trabalhadores haitianos na cerimônia de abertura do novo parque industrial de Caracol, Haiti, em outubro de 2012. O projeto Caracol era a peça central de nossa iniciativa para recuperar a economia haitiana, fiel à tendência mais abrangente do nosso trabalho de desenvolvimento pelo mundo, que era mudar o foco da ajuda para o investimento.



95. Falando sobre a liberdade na internet no Newseum em Washington, em janeiro de 2010. Avisei a nações como China, Rússia e Irã que os Estados Unidos promoveriam e defenderiam uma internet na qual os direitos individuais estivessem protegidos e que fosse aberta à inovação, interoperável no mundo inteiro, segura o bastante para manter a confiança das pessoas e confiável o suficiente para respaldar seu trabalho.



96. Quase vinte anos após o meu discurso de setembro de 1995 em Beijing, na Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, os direitos da mulher continuam sendo uma “tarefa inacabada” no século XXI. Como secretária, focalizei a defesa das liberdades eternizadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em torná-las uma realidade na vida de todos.



97. Com Melanne Verveer, depois de tomar seu juramento como primeira embaixadora-geral para Assuntos Globais da Mulher. Melanne me ajudou a trançar os fios de uma “agenda participativa plena” no tecido da política externa americana.



98. Um dos quatro passos para promover os direitos humanos foi reingressar no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Dirigi-me ao Conselho em Genebra, Suíça, em dezembro de 2011, defendendo os direitos LGBT no mundo.



99. Em setembro de 2012, vejo, a 15 mil quilômetros de distância, no Timor-Leste, Bill proferindo o discurso que lhe valeu o título de “Secretário de Explicar Coisas” na Convenção do Partido Democrata, em Charlotte, Carolina do Norte. Não havia CNN e a internet era limitada, mas conseguimos captar o vídeo no computador da casa do nosso embaixador.



100. Os subsecretários Tom Nides (esq.) e Bill Burns e o subsecretário Pat Kennedy (dir.) juntam-se a mim ao me despedir dos fantásticos homens e mulheres do Departamento de Estado no meu último dia, 1º de fevereiro de 2013. Saí pela mesma porta que entrei quatro anos antes, orgulhosa do trabalho que havíamos realizado.

[1] “Fora do protocolo” (N. E.).

[2] Apelido do jogador de beisebol da terceira base Alex Rodriguez, do New York Yankees. (N. T.)

[3] O termo “mapa do caminho” (*road map*) é usado internacionalmente para se referir a um plano em estágios com o objetivo de se conquistar um tratado de paz. (N. T.)

[4] Nome em código de uma das praias da Normandia onde ocorreu o ataque aliado na França ocupada, em junho de 1944. (N. T.)

[5]*Shadow Foreign Secretary*: Em alguns países, principalmente parlamentaristas bipartidários como a Grã-Bretanha, existe o conceito de um “Gabinete Paralelo” (*Shadow Cabinet*) formado pelo partido de oposição, em que cada cargo ministerial é ocupado por um membro do partido como “sombra” (*shadow*) do ministro ou secretário efetivo do governo. (N. T.)

[6] O método Lamaze, concebido pelo obstetra francês Fernand Lamaze, busca uma alternativa à intervenção médica durante o parto e frequentemente envolve um parceiro, em geral o pai, para massagear e ajudar a manter a mãe relaxada. (N. T.)

[7] Antiga política de restrição do Exército dos Estados Unidos para revelar membros e aspirantes homossexuais, restringindo-os abertamente do serviço militar. Essa política foi revogada em 22 de dezembro de 2010 pelo presidente Barack Obama. (N. E.)

[8] Em inglês, Human Rights Campaign, cujas iniciais são HRC, exatamente as mesmas de Hillary Rodham Clinton! (N. T.)